

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA - PPGH  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

FLAVIANE MÔNICA CHRIST

**Garimpeiros da Amazônia (1970-2000)**

Marechal Cândido Rondon

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA - PPGH  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

FLAVIANE MÔNICA CHRIST

**Garimpeiros da Amazônia (1970-2000)**

Trabalho apresentado à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, como exigência para obtenção do Título de Doutora em História sob orientação do Prof. Dr. Vagner José Moreira.

Marechal Cândido Rondon

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA - PPGH  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

FLAVIANE MÔNICA CHRIST

**Garimpeiros da Amazônia (1970-2000)**

Tese de Doutorado apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon, 26 de novembro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Vagner José Moreira (Orientador-UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Paulo César Inácio (UFG-Campus Catalão)

---

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch (UNIFESP)

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Christ, Flaviane Mônica  
Garimpeiros da Amazônia (1970-2000) / Flaviane Mônica  
Christ; orientador(a), Vagner José Moreira, 2020.  
290 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de  
Ciências Humanas, Educação e Letras, Graduação em  
História Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Garimpeiro. 2. Ouro. 3. Amazônia. 4. Luta de Classe.  
I. Moreira, Vagner José . II. Título.

### Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE FLAVIANE MÔNICA CHRIST, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 26 dia(s) do mês de novembro de 2020 às 14h00min, na modalidade webconferência e de forma síncrona, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Flaviane Mônica Christ, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Clifford Andrew Welch, Davi Felix Schreiner, Antonio de Padua Bosi, Vagner José Moreira, Paulo Cesar Inácio. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Vagner José Moreira, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "Garimpeiros da Amazônia (1970-2000)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Clifford Andrew Welch, Davi Felix Schreiner, Antonio de Padua Bosi, Paulo Cesar Inácio. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a). De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de Tese foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Tese e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

---

Orientador(a) - Vagner José Moreira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

---

Clifford Andrew Welch

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

### Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE FLAVIANE MÔNICA CHRIST, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

\_\_\_\_\_  
Paulo Cesar Inácio

Universidade Federal de Goiás (UFG)

\_\_\_\_\_  
Davi Felix Schreiner

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

\_\_\_\_\_  
Antonio de Padua Bosi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

\_\_\_\_\_  
Flaviane Mônica Christ

Aluno(a)

*Marcos Antunes*

\_\_\_\_\_  
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE FLAVIANE MÔNICA CHRIST REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. **Vagner José Moreira**, declaro, como **ORIENTADOR**, que presidi os trabalhos de defesa à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da Tese do candidato **Flaviane Mônica Christ**, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador(a)**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): **APROVADA**, na banca realizada na data de 26 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



---

**VAGNER JOSÉ MOREIRA**  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em História

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE FLAVIANE MÔNICA CHRIST REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. **Clifford Andrew Welch**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da Tese do candidato **Flaviane Mônica Christ**, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada: **APROVADA**, na banca realizada na data de 26 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Excelente tese, que deve ser publicada. Para depósito, só uma revisão de questões técnicas. Uma é a designação institucional dada para mim. Como livro, concordo com a sugestão de introduzir subtítulos nos capítulos para ajudar orientar o leitor, amplificação da conclusão e uma tentativa de integração da questão ambiental no texto.

Atenciosamente,



CLIFFORD ANDREW WELCH  
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP  
Programa de Pós-Graduação em História

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

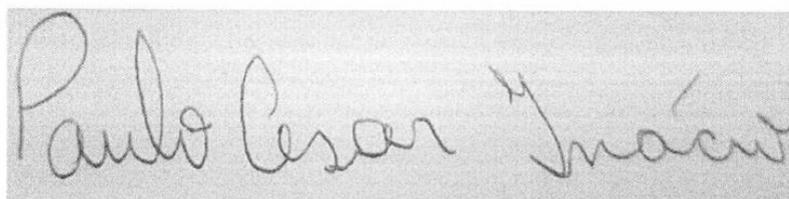
**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE FLAVIANE MÔNICA CHRIST REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. **Paulo César Inácio**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da Tese do candidato Flaviane Mônica Christ, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro titular**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato pode ser considerado: **APROVADA**, na banca realizada na data de 26 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



---

**PAULO CÉSAR INÁCIO**

Universidade Federal de Goiás – UFG-Campus Catatão  
Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE FLAVIANE MONICA CHRIST REALIZADA A DISTANCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERENCIA**

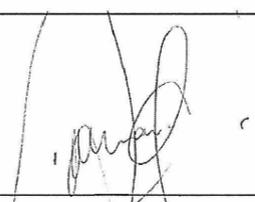
Eu, Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. **Davi F. Schreiner**, declaro que **participei a distancia, de forma sincrona e por videoconferência** da banca de defesa da Tese da candidata FLAVIANE MONICA CHRIST, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro titular**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata for considerada: APROVADA, na banca realizada na data de 26 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Observo que as adequações pertinentes para a revisão final do texto devem seguir as recomendadas pelos membros da Banca.

Atenciosamente,



---

**DAVI FELIX SCHREINER**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em História — PPGH

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE FLAVIANE MÔNICA CHRIST REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. **Antônio de Pádua Bosi**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da Tese do candidato Flaviane Mônica Christ, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro titular**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 26 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



**Antônio de Pádua Bosi**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PARA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA  
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR  
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente **Flaviane Mônica Christ**, declaro, que realizei a minha Defesa à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho de Tese intitulado em **Garimpeiros da Amazônia (1970-2000)**, para banca examinadora realizada na data de 26 de novembro de 2020.

Atenciosamente,



---

**FLAVIANE MÔNICA CHRIST**  
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em História

*Modelo 3 - Para discente de Programa de Pós-graduação da UNIOESTE*

## RESUMO

### Garimpeiros da Amazônia (1970-2000)

Este trabalho problematiza a formação da classe dos garimpeiros na Amazônia, além de entendê-los como sujeitos sociais, capazes de definirem os rumos da própria vida. Analisa-se como os homens e mulheres pobres mudaram, principalmente do estado do Maranhão, em busca de trabalho. E, após diferentes experiências de vida e morte na Amazônia, formaram na extração do ouro na vila rural garimpeira Pista do Cabeça, norte de Mato Grosso, o local para sobrevivência e luta. A dureza da labuta diária, do trabalho manual até os usos das primeiras dragas, foi vivida com exploração e negociação para conseguir terra, comida e equipamentos para garimpagem. Mas, foi no enfretamento contra o dono do garimpo, que os garimpeiros se construíram como classe para permanecer nas terras de aluvião. E, depois, se reorganizaram em oposição aos fazendeiros, cercadores das terras destinadas à reserva garimpeira. Na luta pela terra e pela reforma agrária, os garimpeiros e demais trabalhadores conquistaram o terreno para plantar no Assentamento Jacamim e nas pequenas posses da comunidade 28. Para tal abordagem histórica, as evidências estudadas foram as entrevistas gravadas no garimpo, as notícias de jornais, as matérias de revistas, os documentos governamentais e demais registros guardados pelos entrevistados. Portanto, a base teórica e metodológica da análise centra-se nas concepções dos homens como sujeitos sociais e de luta de acordo com o historiador Edward Palmer Thompson. E, na de memória viva, em disputa e transformação no tempo do historiador oral Alessandro Portelli. Assim, a pesquisa se aproxima dos historiadores do tema com essas fundamentações. Mas, questiona a historiografia que não considera os trabalhadores do garimpo como construtores da história e a que apresenta os garimpeiros como aventureiros em busca de riqueza fácil.

Palavras-chave: Garimpeiro. Ouro. Amazônia. Memória. Luta de Classe.

## ABSTRACT

Amazon Prospectors (1970-2000)

This work problematizes the formation of the prospectors class at the Amazon, besides to understand them as social subjects, capable of defining the direction of their own lives. It analyzes how poor men and women moved, mainly from the state of Maranhão, in search of work. And after different experiences of life and death at the Amazon, they found in the gold mining at the rural prospector village “Pista do Cabeça”, north of the Mato Grosso state, the place to survive and fight. The difficult of the daily work, from the handwork to the dredges use, was lived with the exploration and negotiation to obtain lands, food and equipments for gold panning. But it was in the coping against the gold panning owner that the prospectors have formed themselves as a class to remain on alluvial lands. And, after, they reorganized in opposition to the farmers, encirclers of the lands destined for the panning reserve. In the struggle for land and land reform, prospectors and other workers conquered the land to plant at the “Jacamim” Settlement and in the small properties of the 28 Community. For this historical approach, the studied evidences were recorded interviews at the gold panning, newspaper news, magazine articles, government documents and other records kept by the interviewees. Therefore, the theoretical bases and methodology of the analyzes focuses on men's conceptions as social and fight subjects, according to historian Edward Palmer Thompson. And, in the living memory, in dispute and transformation in the time of the oral historian Alessandro Portelli. Thus, this research approaches of the historians of the theme with this grounds. But questions the historiography that does not consider the gold panning workers as builders of history and presents them as adventurers in search of easy wealth.

Keywords: Prospector. Gold. Amazon. Memory. Class struggle.

## SUMÁRIO

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| APRESENTAÇÃO.....               | 15         |
| CAPÍTULO I.....                 | 39         |
| <b>MUDANÇA.....</b>             | <b>39</b>  |
| CAPÍTULO II.....                | 102        |
| <b>GARIMPO.....</b>             | <b>102</b> |
| CAPÍTULO III.....               | 146        |
| <b>RESISTÊNCIA.....</b>         | <b>146</b> |
| CAPÍTULO IV.....                | 190        |
| <b>LUTA.....</b>                | <b>190</b> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....       | 263        |
| FONTES ORAIS.....               | 269        |
| FONTES ESCRITAS.....            | 271        |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 291        |

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho estuda as trajetórias, memórias e lutas dos garimpeiros. Busca-se analisar as experiências e as interpretações construídas pelos homens e mulheres no processo de extração do ouro, na Pista do Cabeça, na região norte de Mato Grosso, entre as décadas de 1970 e 2000. Nós entrevistamos os garimpeiros e primeiros moradores da pequena comunidade rural amazônica para entendermos as relações, embates e pressões vividas nas ricas terras de aluvião. As evidências históricas foram produzidas em encontros entre entrevistados e entrevistadores, por meio do diálogo, embaixo das árvores, residências, ruas e na beira do rio<sup>1</sup>.

O interesse de pesquisar a Pista do Cabeça se deu a partir da minha trajetória de trabalho, que me provocou a mudar para Alta Floresta e lecionar na turma de jornalismo da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), em 2013. Logo, chamou-me atenção como os acadêmicos e moradores narravam as memórias do local referentes ao passado com o ouro e a violência. Entre 2014 e 2015, eu fui conhecer o garimpo. Após eu conversar com os garimpeiros e analisar a memória oficial não reveladora da amplitude das trajetórias e experiências dos trabalhadores pobres na garimpagem, eu transformei a problemática em pesquisa, mas somente um ano depois da segunda visita ao garimpo.

E, ainda, eu conhecer os trabalhadores rurais da vila rural também foi importante para a tomada decisão de estudar à Pista do Cabeça. O aspecto se tornou relevante pela minha forte ligação com vida na roça. Desde a infância, quando eu fazia a respiga com meu pai, até as pesquisas realizadas na graduação e no mestrado<sup>2</sup>, momento no qual eu analisei as formas de organização e luta no meio rural, reforçavam-me o interesse pelas questões dos trabalhadores e a terra. Assim, os garimpeiros viveram o passado na roça, trabalharam na terra para extrair o ouro e continuavam a labuta em fazendas e nos sítios na região da Pista do Cabeça. Tais pontos avaliados ampliaram o meu interesse pelos sujeitos e o vivido nas terras com ouro.

Em 2016, ocorreu o nosso contato com os entrevistados na Pista do Cabeça. Momento no qual eu e o historiador Leozil Ribeiro de Moraes Junior percorremos, novamente, os 80 quilômetros de estrada de chão da cidade de Alta Floresta até a comunidade rural e chegamos

---

<sup>1</sup>Eu estive vinculada ao Programa de Bolsas DS/Capes durante 43 meses, para trabalhar nesta tese.

<sup>2</sup>CHRIST, Flaviane Mônica. Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu/PR (1970-2009). 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Marechal Cândido Rondon, 2010.

na casa do pequeno comerciante e vigia Reginaldo Luiz da Silva<sup>3</sup>. Nós falamos que éramos professores e tínhamos interesse em pesquisar a história dos trabalhadores e do garimpo, por isso gostaríamos de entrevistá-lo. A primeira reação dele foi de não querer. Naquele momento, a professora Elizabeth Dias passava pela rua e o sr. Reginaldo perguntou se poderia falar. Ela afirmou que não, mas disse que nos conhecia da faculdade. A partir dessa informação, o sr. Reginaldo se dispôs a nos ajudar, como fez todas as vezes quando nós estivemos na vila rural.

Juntos, nós caminhamos pela antiga pista de pouso de aviões que era, em 23 de abril de 2016, a estrada principal da comunidade, e conversamos com antigos moradores do lugarejo. Nós chegamos até o fim da rua, na casa da garimpeira e costureira sra. Maria Natália Gomes Vieira<sup>4</sup> e na residência do garimpeiro e peão de fazenda sr. Domingos Sales<sup>5</sup> e falamos com a cozinheira e dona do pequeno comércio Luzimar Nogueira Guimarães<sup>6</sup>. Nós conversamos sobre a vida, o trabalho e a terra com os primeiros moradores da comunidade rural Pista do Cabeça.

E, nós ampliamos os assuntos sobre o dia a dia no garimpo com a dona de draga, dona de cabaré, prostituta, fotógrafo, fazendeiro, sitiante e trabalhadores rurais. Em 16 de abril de 2016, a gravação da entrevista foi com sr. Eliezo Lopes Carvalho<sup>7</sup>, conhecido pelo apelido de Cabeça. Nós o encontramos na cidade de Alta Floresta. O sr. Eliezo foi o antigo dono do garimpo Pista do Cabeça e não vivia no local, desde 1986. Nós entrevistamos 21 moradores do garimpo da Pista do Cabeça, que chegaram no local na década de 1980 e, principalmente, os garimpeiros na faixa de 60 anos de idade.

As entrevistas realizadas a partir das histórias de vidas, com valorização da trajetória de vida e trabalho, não seguiram estrutura prévia e não buscavam saber somente os fatos, mas também os sentidos e significados atribuídos às experiências ao longo do tempo. Os assuntos

---

<sup>3</sup>O trabalhador Reginaldo Luiz da Silva, conhecido como Naldo, 50 anos, nasceu em Mariluz e viveu em Toledo no Paraná até mudar para São Paulo. Em 1988, deixou o sudeste do país e foi-se para o norte de Mato Grosso. No garimpo da Pista Nova, região da Pista do Cabeça, ele teve pequenos comércios de comida, bebida, remédio e tocou o cabaré. Em 2016, ele era servidor público responsável pela vigilância da Escola Estadual Boa Esperança na comunidade Ourolanda e mantinha a loja de roupa e utensílios, gerenciada com a mulher Rosinha, nos cômodos da frente da casa na Pista do Cabeça. Na localidade, Reginaldo ajudava os trabalhadores, inclusive, a requerer o auxílio idoso. Em 2020, o “Naldo da Pista” foi eleito vereador pelo partido Republicanos de Alta Floresta e, durante a campanha destacou as vidas e o vivido nas comunidades rurais da região.

<sup>4</sup>VIEIRA, Maria Natália Gomes. [23 de abril de 2016]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2016; Arquivo digital (1h15min).

<sup>5</sup>SALES, Domingos. [23 de abril de 2016]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2016; Arquivo digital (1h16min).

<sup>6</sup>GUIMARÃES, Luzimar Nogueira. [23 de abril de 2016]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2016; Arquivo digital (27 min).

<sup>7</sup>CARVALHO, Eliezo Lopes. [16 de abril de 2016]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Hadassa Landherr Friske. Mato Grosso, 2016; Arquivo digital (2h32min).

abordados foram definidos com base no diálogo, ora pelo entrevistado ora pelos entrevistadores, conforme a conversa se estabeleceu. Mas, centravam-se em entender o vivido dos garimpeiros e primeiros moradores da Pista do Cabeça, no processo de extração do ouro e nos embates pela terra na região. As investigações revelaram as situações de vida e de luta dos trabalhadores.

Contudo, durante as gravações das narrativas ocorreram interrupções e rupturas das falas em assuntos que ainda precisavam ser aprofundados. Diante dessas e outras dificuldades enfrentadas, eu compartilho os conhecimentos do filósofo Rinaldo José Varussa e do historiador oral Alessandro Portelli. Em algumas situações, as barreiras existentes para o trabalhador não querer falar são vividas mais pelo entrevistador do que pelo entrevistado, como expôs Varussa<sup>8</sup>. E, de acordo com Portelli, há momentos que falta coragem ao pesquisador para questionar determinados assuntos<sup>9</sup>. Tais elementos podem ser aprimorados e a metodologia da entrevista contribuir ainda mais na construção do conhecimento histórico.

Desse modo, a cozinheira sra. Luttiene analisou outros caminhos norteadores desta pesquisa. “É bom eu falá, né? Por que tem muita gente que vai trabalhá, até dentro da sala de aula, né? Com os alunos, né? Que sabe que tem ouro, mas não sabe de onde que ele sai, né? Pra chegar aquele ouro ali, o que foi preciso fazer”<sup>10</sup>. Ela considerou a importância de narrar, o que ela viveu na extração de ouro, para que em processos de ensino e aprendizagem os estudantes não pensassem o ouro por ele mesmo, mas no contexto de trabalho e exploração, como ficou demarcado ao longo da narrativa dela.

O garimpeiro sr. Francisco ampliou as considerações da sra. Luttiene. No momento, nós refletíamos a ênfase da história nos nomes e ações dos ricos. Para o trabalhador, “quem chegou lá se batendo e se virando, quem batalhó para construir não vai aparecer”<sup>11</sup>. Então, o interesse se referia às experiências e as memórias dos trabalhadores e trabalhadoras que se formaram e formaram a Pista do Cabeça. A história de homens e mulheres que, do ponto de vista do capital, eram dominados e vencidos. Mas, como sujeitos batalharam pela sobrevivência e nem sempre se entenderam como perdedores, ainda que durante grande parte

---

<sup>8</sup>VARUSSA, Rinaldo José. Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho. In: Maciel; Almeida e Khoury (org). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d' Água, 2006. p.102

<sup>9</sup>PORTELLI, Alessandro. Ensaio de História Oral. Tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p.19-35

<sup>10</sup>SILVA, Luttiene da [autodenominação]. [21 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes com participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (1h29min).

<sup>11</sup>LIMA, Luciano Marques; MOURA, Francisco Ferreira. [23 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h23min).

da vida, eles não tiveram as condições materiais de existência básicas. Ou ainda, eles viviam as pressões para manter o pouco que conseguiram com o trabalho no garimpo e após as lutas nas terras da região.

Em 2016, a Pista do Cabeça era de difícil acesso, especialmente, no tempo das cheias na qual as estradas de terra e as pontes de madeiras se deterioravam. Ela era formada por 100 casas, algumas de madeira e abandonadas, com 40 famílias e população estimada de 200 pessoas. Em geral, os moradores eram idosos ou pessoas de meia idade. As pessoas mais velhas tinham relação com o trabalho do garimpo e os pequenos comércios. Os trabalhadores jovens estavam empregados nas fazendas dos grandes pecuaristas, embora a necessidade de estudar e buscar outros empregos motivavam à mudança.

Os funcionários públicos também viviam ali. O administrativo da escola, professores, vigias e motoristas que trabalhavam na Escola Estadual Boa Esperança, na vila rural Ourolanda, distante quatro quilômetros. A comunidade Pista do Cabeça não tinha grandes infraestruturas. A luz elétrica foi instalada pela empresa de energia apenas em 2008. Já o acesso à internet se deu em 2016, aos poucos com dinheiro para pagar. Às ruas constitiam na terra marcada pelos trajetos dos homens, os quais para ir à cidade pagavam 30 reais pela passagem do ônibus. O taxista atendia as emergências, pois poucos moradores possuíam automóveis, a maioria tinha moto. Com três igrejas, três mercearias, duas mecânicas, um posto de saúde, uma farmácia, não tinha posto de combustível e nem escola, os alunos frequentavam às aulas na Ourolanda, dos quais 170 matriculados, tinha também os estudantes da vila rural Pista Nova. No geral, na região viviam 475 eleitores.

Em 2016, ao chegar na Pista do Cabeça, tudo o que nós vimos quase nada nos remeteu ao passado com o ouro. A simples comunidade rural tinha ares de permanecer na calma. As casas de madeira e os homens e mulheres, ao andarem a pé embaixo do sol e na terra, pareciam anunciar o reforço das questões do presente. Assim, como o caminho a ser seguido na chegada, pois a via principal nos levava às pequenas ruazinhas que, necessariamente, davam nesta mesma via e, já sinalizava o caminho da saída. Poderia ser um lugar comum, se é que existe?!

Com o passar do tempo e da pesquisa, as ruas deixaram de ser estradas e, transformaram-se na pista de pouso e na vila garimpeira, currutela como diziam os garimpeiros. O chão não era só barro e poeira, mas sangue e vidas finalizadas. As casas passaram a ser cabarés, cantinas e compras de ouro. As terras, agora, cercadas pelos fazendeiros, eram os locais do ouro, do trabalho e dos garimpeiros. E, a única certeza possível, a riqueza extraída dos subsolos pelos garimpeiros, não ficou ali. E, assim, os lugares

do presente se tornaram memórias e evidências. Provocavam-me a questionar o passado, cada vez mais.

A pista principal, as grandes casas de madeira, o ponto de táxi, a delegacia, os escritos secos e molhados quase apagados nas paredes antigas. Os buracos de onde o ouro fora retirado. Sobretudo, os homens e mulheres, que viveram e ali permaneceram, apresentavam as marcas da vida e do trabalho. As mudanças, lutas, dores, medos e alegrias do passado e do presente foram vividas, lembradas e tencionadas para o futuro. Os trabalhadores narraram as trajetórias de vida e trabalho e deram complexidade ao espaço no tempo. Possibilitaram-me ir além da aparência da pequena comunidade rural e entender a história nos riscos, nas curvas e nos dilemas das memórias. Ou seja, os moradores da vila contribuíram para reforçar que a história também foi construída de baixo, no dia a dia, em casa, no trabalho, na currutela e na luta.

Além das narrativas dos garimpeiros e dos primeiros moradores da Pista do Cabeça, gravadas de 2016 até 2019, os entrevistados disponibilizaram atas, cartografias, contratos, desenhos, fotografias, jornais e revistas. Estes materiais, ajudaram-me a problematizar o vivido e foram incorporados ao texto durante análise do processo histórico. Além disso, a Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos, o Jornal da Cidade de Alta Floresta<sup>12</sup>, o Museu de História Natural de Alta Floresta, o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), a Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) foram visitados.

Eu acessei os acervos digitais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Biblioteca Nacional, Diário Oficial de Mato Grosso e dos jornais Folha de São Paulo e do Estado de São Paulo. Eu solicitei discursos proferidos na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso ao Instituto Memória. E, ainda, legislação pesquisada e documentos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) requeridos pela Lei de Acesso à Informação. São

---

<sup>12</sup> Na década de 1980, o proprietário e diretor responsável do Jornal da Cidade de Alta Floresta era Nazan Rezek Filho. Foram redatores chefe Luiz Gonzaga da Silva, em 1984, Eliana Peixoto e Carlos Alberto de Lima, em 1986. O jornal foi inaugurado em 1984, a publicação quinzenal de oito páginas era feita pela Editora 29 de Maio Ltda. A distribuição era gratuita, inicialmente. Em 1986, ele custava Cz\$ 4,00. Em 1987, havia definido na capa “órgão oficial do município Cz\$ 6,00”. Na empresa jornalística, o empresário, jornalista e professor, Nazan Rezek Filho informava às ações da colonizadora Indeco e as inaugurações, atividades e publicidades das compras de ouro da região. Algumas publicações foram: Grupo Zé Arara: compra-se ouro [anúncio]. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Segunda quinzena de outubro de 1984. p.04. Metal Nobre, a mais nova compra de ouro da região [na Pista do Cabeça]. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 28 de fevereiro de 1986. Capa; Ladrões roubam Compras de Ouro. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 03 a 10 de março de 1987. p.03; Compras de ouro doam veículos a PM. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 24 a 31 de janeiro de 1987. Capa e p.05; Mais uma compra de ouro para servir a região [Imara Metais Preciosos Ltda]. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 24 a 31 de janeiro de 1987. p.05; Rangel Compra de Ouro [anúncio]. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 17 a 31 de maio de 1987. p.08; Grupo Zé Arara, a nova opção em compra de ouro. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 25 a 31 de julho de 1987. p.04-05.

diferentes memórias, problematizadas e analisadas, junto às entrevistas. Mantém-se a escrita original dos documentos, quando citados durante a tese.

Neste caminhar, a minha dificuldade ainda no início, foi sobre a definição de que a pesquisa era referente aos garimpeiros, as narrativas, os vividos e as lutas. Isso só aconteceu depois da eu realizar duas revisões de literatura. A primeira, a partir das leituras das dissertações e teses escritas sobre Alta Floresta, pois a Pista do Cabeça pertencia ao município em 2016. A segunda, com objetivo de mapear como o garimpeiro foi visto e interpretado na ciência História.

Os pesquisadores e pesquisadoras que escreveram sobre Alta Floresta foram a socióloga Heliana Jatene<sup>13</sup>, a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto<sup>14</sup>, a pedagoga Rosane Duarte Rosa<sup>15</sup> Seluchinesk<sup>16</sup>, o historiador José Donizetti Ribeiro<sup>17</sup> e o economista Armando Wilson Tafner Júnior<sup>18</sup>. O tema garimpo esteve presente, de modo rápido, em todos os trabalhos. Mas, somente o historiador José Donizetti Ribeiro<sup>19</sup> analisou a violência contra os garimpeiros, a partir da perspectiva da colonização, e com base em entrevistas de moradores e lideranças locais, realizadas pelo professor Germano Blásio Schmitz. O historiador não entrevistou e não considerou o processo a partir do vivido dos trabalhadores do ouro.

Já o levantamento bibliográfico na área da ciência História foi mais amplo. Os primeiros debates sistematizados sobre o ouro e a formação do Brasil aconteceram a partir de João Dornas Filho<sup>20</sup> com Capistrano de Abreu<sup>21</sup> e Oliveira Lima<sup>22</sup>, no início do século XX. O debate era sobre se o ouro extraído de Minas Gerais “permaneceu no local da extração para

---

<sup>13</sup>JATENE, Heliana S. Reabertura da fronteira sob controle: a colonização particular dirigida de Alta. Floresta. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, 1983.

<sup>14</sup>GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A lenda do ouro verde. Dissertação de Mestrado-Universidade Estadual de Campinas. 1986.

<sup>15</sup>ROSA, Rosane Duarte. A constituição da escola como um espaço de formação do colono junto aos projetos de colonização do norte mato-grossense: Alta Floresta 1976 a 1996. Dissertação. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 1999.

<sup>16</sup>SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense. Tese. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

<sup>17</sup>RIBEIRO, José Donizetti. Terra e garimpos: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização: Alta Floresta-MT (1978-1983). Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2001.

<sup>18</sup>TAFNER JUNIOR, Armando Wilson. Expansão da fronteira agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia. Tese. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

<sup>19</sup>RIBEIRO, José Donizetti, op. cit., 2001.

<sup>20</sup>DORNAS FILHO, João. O ouro das Gerais e a civilização da capitania. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

<sup>21</sup>ABREU, João Capistrano de. (1907). Capítulos de história colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

<sup>22</sup>LIMA, Oliveira (1911). Formação histórica da nacionalidade brasileira. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2012

preparar a evolução material e moral do povo nos séculos seguintes”<sup>23</sup>. Abreu e Lima se posicionaram de modo negativo, ao afirmarem que não contribuiu socialmente, já Dornas Filho defendeu o aspecto positivo. A partir da história econômica e cultural, Dornas Filho considerou a riqueza, as festas, a educação, a agricultura, a pecuária e a indústria desenvolvidas com o ouro retirado das terras mineiras. Indicou-se o processo na transformação do imperialismo inglês<sup>24</sup>.

Ao considerar a riqueza que ficou no Brasil, o historiador Dornas Filho se contrapôs, parcialmente, da abordagem do filósofo Karl Marx. Para Marx, a formação do capitalismo ocorreu, também, pela “descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas”<sup>25</sup>. O autor denunciou, no século XIX, que o sistema europeu pilhou e transformou os tesouros coloniais em capital. O ouro contribuiu para a acumulação capitalista nas metrópoles, enquanto as colônias viveram os saques, explorações, violências e mortes. Ou seja, para Marx, a exploração do ouro beneficiou as metrópoles Holanda, Espanha, França, Portugal, principalmente, a Inglaterra, no fim do século XVII e XVIII.

O bacharel em direito lido pelos historiadores, Caio Prado Junior, em 1942, influenciado pelas concepções de Marx, concordou que a extração do ouro e do diamante Brasil foi exportada e, assim, não contribuiu para resolver as necessidades da sociedade brasileira<sup>26</sup>. Com isso, reforçou as posições de Marx, Abreu e Lima. Em 1945, Prado Junior<sup>27</sup> mudou de posição e destacou que a mineração contribuiu com o desenvolvimento econômico do Brasil. Prado Junior retomou que o domínio português na ocupação do interior, a mudança dos tradicionais centros econômicos do nordeste para o sudeste e a ampliação das atividades rurais, para o abastecimento das minas, foram possíveis devido aos minérios das terras brasileiras.

Mas, foi Dornas Filho o responsável por elencar, de modo intenso e positivo, a civilização originada a partir das riquezas mineiras<sup>28</sup>. Não distante de Dornas Filho, na década de 1960, o historiador Sergio Buarque de Holanda<sup>29</sup> também se posicionou no debate sobre a

<sup>23</sup>DORNAS FILHO, op. cit., 1957. p.11

<sup>24</sup> Idem, ibidem.

<sup>25</sup>MARX, Karl (1867). A assim chamada acumulação primitiva. In: O capital: crítica da economia política. Volume I. Tomo 2. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.275

<sup>26</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. Mineração. In: Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. (1942). São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.177-194

<sup>27</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. A mineração e a ocupação do centro-sul. In: História econômica do Brasil (1945). São Paulo: Brasiliense, 1981. p.49-58

<sup>28</sup>DORNAS FILHO, op. cit., 1957.

<sup>29</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de (1960). Mineração: antecedentes luso-brasileiros e Metais e pedras preciosas. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, Vol. II. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

importância da riqueza mineral e a formação do Brasil. Para o autor, a economia portuguesa vivia a escassez do ouro, com isso, a procura do minério no Brasil foi incentivada. Contudo, as primeiras lavras não renderam, até que os bandeirantes paulistas encontraram o ouro nas Gerais. Holanda detalhou os lugares e os nomes de quem o localizou, destacou as técnicas de extração, a cobrança dos impostos, o contrabando e como a economia do ouro modificou a formação cultural, acadêmica, intelectual e artística das Gerais.

A tese central do autor, era que a ocupação, o trabalho e as relações sociais que se estabeleceram, em torno da extração do ouro e de diamantes, foram mais democráticas do que nas regiões produtoras de açúcar. Nesse sentido, em Minas Gerais se construiu a sociedade específica, com bases mais libertárias, igualitárias, com formação científica, cultural menos centralizadora e excludente do que a produzida pelas oligarquias da cana-de-açúcar. Nas Gerais, as leis e as fiscalizações eram feitas e exercidas pela administração colonial, mas nem sempre foram aplicadas de modo rígido. Isso possibilitou, juntamente com as técnicas rudimentares e com a quantidade extraída de ouro e diamante, que novas relações se constituíssem<sup>30</sup>.

Para Holanda, mobilidade social, ações e ocupações mais livres, iniciativas próprias, igualitarismo e, a defesa dos pobres se estabeleceram nas áreas de lavras, aspectos inexistentes nas grandes propriedades de cana-de-açúcar. Portanto, a extração da riqueza mineral ampliou a ocupação do território nacional e colaborou na constituição dos núcleos urbanos. Contribuiu-se à formação intelectual e artística e, ainda, possibilitou a constituição social mais democrática do que a dos grandes latifúndios escravistas. Ele investigava nos séculos XVII e XVIII respostas para as questões do presente. A posição do autor, na década de 1960, em defesa da democracia contra os poderes centralizadores, é evidenciada a partir da história econômica e cultural.

Em 1962, o historiador britânico Charles Ralph Boxer<sup>31</sup> analisou o Brasil, do século XVII e XVIII, e percebeu que a história se movimentava em torno das descobertas do ouro, nos diferentes locais e não somente em Minas Gerais. A Bahia, Goiás, Cuiabá e Mato Grosso também foram regiões importantes, naquelas configurações históricas. Para além do ouro, preocupou-se com o contexto geral, com a produção do açúcar, a criação de gado e os embates políticos e sociais vividos pelos diferentes personagens. É possível concordar, parcialmente, com o autor do prefácio Carlos Rizzini, para quem a centralidade da discussão

---

<sup>30</sup>HOLANDA, op. cit., 2003.

<sup>31</sup>BOXER, Charles Ralph (1962). A idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 1ª ed. Tradução de Nair de Lacerda e prefácio de Carlos Rizzini. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

de Boxer, ao pensar sobre o ouro e a formação do Brasil, estava na questão racial. Os negros e ameríndios sofreram violências, foram alistados, catequisados, classificados, caçados, castigados, deportados, presos, pacificados, torturados, segregados, vigiados, vendidos e mortos. Ou seja, a relação entre as três raças, europeia, africana e ameríndia, foi conflituosa. Para Boxer, na disputa, os luso-brasileiros foram os maiores beneficiados com a idade do ouro no Brasil.

Assim, Holanda e Boxer ao analisarem a relação entre a extração mineral e a formação do Brasil, problematizaram o papel da democracia e das raças. Ou seja, é admissível entender o debate dos autores com Gilberto Freyre<sup>32</sup>, sobre a democracia racial. Para Holanda, se é possível pensar uma democracia brasileira, ela esteve mais presente nas regiões de extração de ouro e diamantes de Minas Gerais, do que nos grandes latifúndios escravistas, de cana-de-açúcar, no Brasil Colonial. De modo contrário, Boxer apontou que as relações raciais nas regiões mineiras de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, na produção pecuária na Bahia, Piauí e Rio Grande do Sul ou na colheita de drogas nas florestas na Amazônia não foram democráticas, mas violentas e de enfiamento entre as raças.

As concepções de Boxer não partiram do marxismo, mas das relações entre a história econômica e cultural, com ênfase na análise dos documentos escritos. Ele definiu o garimpo como o local onde a atividade ilícita de garimpagem era exercida. E os garimpeiros como trabalhadores pobres, livres e fora da lei, mas não eram bandidos nem ladrões. Porém, “quando surpreendidos e assaltados pelos soldados da milícia, resistiam corajosamente”<sup>33</sup>. Pela primeira vez um historiador clássico deu pistas sobre o garimpo e o garimpeiro, porém não aprofundou o assunto.

Juntamente a isso, o autor britânico buscou amenizar a contribuição do ouro brasileiro no desenvolvimento do capitalismo inglês. Ou seja, ao olhar intensivamente para o Brasil, ao considerar os conflitos raciais internos e os luso-brasileiros como os beneficiários da idade do ouro, o autor desconsiderou a participação da riqueza mineral brasileira nas transformações capitalistas na Inglaterra. Ou seja, se Freyre foi responsável por humanizar a exploração dos portugueses contra os escravos, Boxer, ao ressaltar esses conflitos raciais, tentou neutralizar o papel exercido pela Inglaterra, nessa opressão. O autor tentou diminuir o peso da análise de Marx, sobre a exploração da América pela Inglaterra<sup>34</sup>. Isso na década de 1960, quando a

---

<sup>32</sup>FREYRE, Gilberto. (1933). Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

<sup>33</sup>BOXER, op. cit. 1963, p.191.

<sup>34</sup>MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: O capital: crítica da economia política. (1867). Volume I. Tomo 2. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

esquerda brasileira se organizava fundamentada nas concepções marxistas. Nas disputas, a direita formalizou o golpe militar.

Em 1979, o historiador Virgílio Noya Pinto<sup>35</sup> se contrapôs ao Boxer e defendeu que o ouro brasileiro colaborou para transformar a economia mercantilista na economia capitalista, principalmente, na Inglaterra. Ele se deteve na produção, e não na extração do ouro, no Brasil no século XVIII. O pesquisador se preocupou com os dados quantitativos dos quintos arrecadados pela Coroa, com o número de frotas e os produtos comercializados entre Brasil, Portugal e Inglaterra. Pinto quantificou as informações das cartas produzidas por espões franceses, em território português. Buscou-se novas evidências para provar que tais relações comerciais foram favoráveis à Inglaterra, com isso, se aproximou da tese do Marx, de que o ouro da América contribuiu para o acúmulo de capitais na Europa<sup>36</sup>. Pinto escreveu a partir da história econômica e da longa duração, influenciado por Braudel. Portanto, preocupou-se com os rendimentos do ouro brasileiro para as transformações capitalistas e não tratou do garimpo e do garimpeiro.

Assim, os principais estudos da área da História, anteriores a década de 1980, não consideraram o garimpo e o garimpeiro na formação histórica do Brasil. A ênfase estava no ouro. Na capacidade, ou não, de a riqueza mineral transformar a cultura, a moral, a democracia brasileira e o capitalismo mundial. No início do século XX, foi esse o debate dos autores clássicos da historiografia brasileira, João Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e João Dornas Filho, e tais aspectos foram reforçados e ampliados, nas décadas de 1960 e 1970, por Sergio Buarque de Holanda, Charles Ralph Boxer e Virgílio Noya Pinto. Portanto, o primeiro referencial que os historiadores construíram ao abordar o ouro, sem considerar os trabalhadores.

Diante dessas constatações iniciais, é possível organizarmos os principais estudos sobre o ouro, o garimpo e o garimpeiro a partir de três referenciais. No primeiro, os garimpeiros não aparecem. A escrita da história discute a riqueza, a cultura, a democracia e a civilização a partir da exploração do ouro no Brasil. Os autores que construíram essa perspectiva foram João Dornas Filho, Sergio Buarque de Holanda, Charles Ralph Boxer e Virgílio Noya Pinto. No segundo referencial, os garimpeiros aparecem como sujeitos sociais, a partir das pesquisas de Laura de Mello e Souza, Ivana Parrela, Marcos Lobato Martins, Salvador Tavares de Moura e Adriana Gomes Santos. No terceiro referencial, os garimpeiros

---

<sup>35</sup>PINTO, Virgílio Noya. (1972). O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

<sup>36</sup>MARX, op. cit., 1988.

surtem a partir da visão dos dominantes, aventureiros, violentos e gastadores. Constroem tal abordagem, Regina Beatriz Guimarães Neto e Júlio Cesar dos Santos, e ainda, como incapazes de lutarem para definirem os rumos da própria história, José Donizetti Ribeiro, Maria Arlinda da Silva Lima e Núbio Vicente da Silva. Ao nós considerarmos que o primeiro referencial já foi detalhado, nós vamos analisar a construção dos autores dos outros dois referenciais.

Na década 1980, há mudanças nas abordagens e nos estudos sobre o ouro, o garimpo e o garimpeiro. Os garimpeiros entraram definitivamente na escrita da história, como sujeitos sociais capazes de organização, luta e de constituição de “costumes em comum”. A historiadora Laura de Mello e Souza<sup>37</sup> pesquisou os garimpeiros de 1976 a 1980, durante o mestrado de História na Universidade de São Paulo e, publicou o trabalho em 1982. Preocupou-se com a vida dos homens e mulheres pobres que viviam nas Gerais e não participam da estrutura social clássica do período, ou seja, não eram senhores e nem escravos. Ela analisou como a Coroa Portuguesa tentava controlar os desclassificados do ouro. Os ladrões, criminosos, prostitutas, bandidos, ciganos que viviam de modo indefinido e fluído, considerados vadios pela sociedade tradicional. A autora situou o garimpeiro também como desclassificado, homem pobre que vivia fora da lei e era expulso das demarcações mineiras, com frequência, pelas tropas oficiais.

Quando Mello e Souza<sup>38</sup> escreveu sobre os garimpeiros, os historiadores não tinham construído um campo de estudo que os considerasse, nem como subordinados ao Estado, dependentes do sindicato ou incapazes de reagirem as pressões do trabalho<sup>39</sup>. Os garimpeiros estavam presentes nas pinturas<sup>40</sup>, no vídeo do documentarista<sup>41</sup>, nos textos dos memorialistas<sup>42</sup>, literatos<sup>43</sup>, publicitários<sup>44</sup>, jornalistas<sup>45</sup> e sociólogos<sup>46</sup>, mas não existiam para os historiadores

<sup>37</sup>MELLO E SOUZA, Laura de. (1982). Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

<sup>38</sup>Ao escrever sobre o Brasil Colônia, as principais fontes citadas por Dornas Filho (1957), Holanda (1960), Boxer (1962) Pinto (1972) Laura de Mello e Souza (1982) foram: as crônicas de André João Antonil (1711), os relatos de viagem de Wilhelm Ludwig von Eschwege (1833) e as memórias de Joaquim Felício dos Santos (1862).

<sup>39</sup>SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História. São Paulo, n°6, 1983. p.129-149

<sup>40</sup>Nas obras: Garimpeiros no Rio, do artista plástico Candido Portinari, de 1937; Garimpo, do artista plástico Candido Portinari, de 1938; Cena de Garimpo, do pintor Emiliano Di Cavalcanti, de 1957.

<sup>41</sup>No documentário: O país de São Saruê dirigido por Vladimir Carvalho, de 1971.

<sup>42</sup>Nas memórias de: SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio (Província de Minas Gerais) (1862). Livraria Castilho: Rio de Janeiro, 1924. E de: MACHADO FILHO, Aires da Mata. O Negro e o Garimpo em Minas Gerais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1943.

<sup>43</sup>Na literatura de: GUIMARÃES, Bernardo. O garimpeiro. (1872). Editora Ática S.A.: São Paulo, 1991. E de: LOBATO, Monteiro. O garimpeiro do Rio das Garças. (1924). São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>44</sup>No anúncio publicitário do: Café Paraventi: escolhido grão por grão. Folha da Noite: São Paulo. Terça-feira, 30 de maio de 1939, p.07

clássicos brasileiros. É possível afirmar que foi Mello e Souza quem os colocou na escrita da história e isso aconteceu no momento da concentração dos trabalhadores pobres no garimpo da Serra Pelada, no Pará, em 1980.

Para a autora, o garimpeiro vivia em grupo, era pobre, leal, tinha redes de solidariedade e o único crime que cometia era de garimpar em terras proibidas. Ele era resistente à vigilância, lutava contra a perseguição da estrutura colonial, muitas vezes era morto, mas considerado herói ou santo, pela memória popular. Para estabelecer esta nova perspectiva, de colocar os garimpeiros como sujeitos sociais, a autora se posicionou a partir dos interesses “pelas minorias, pela marginalidade, pela exclusão”<sup>47</sup>, abordagem que inovou as pesquisas nos anos 1960 e 1970, na Europa. E, para pensar os garimpeiros a autora partiu, principalmente, do livro *Bandidos* de Hobsbawm.

A historiadora Ivana Parrela<sup>48</sup>, em abordagem próxima a de Mello e Souza, também analisou os garimpeiros, mas de modo mais detalhado de como os trabalhadores atuaram nos sertões diamantinos a partir da violência e da ação coletiva, vistas como racionais e organizadas. Os embates e as estratégias usadas pelos trabalhadores para o enfretamento, a partir de combates e resistências. Ou seja, para a autora os garimpeiros foram capazes de agirem como sujeitos sociais, a partir das tradições locais.

Parrela considerou a pintura no rosto, o uso do fogo, a fuga, a violência coletiva e a guerra de guerrilha como lutas dos garimpeiros, por aquilo que era justo, a partir do direito comum. Os garimpeiros resistiram para extrair o ouro fora da demarcação oficial de Diamantina para o sustento das famílias. Ela partiu das abordagens de Hobsbawm e Thompson, bem como, de outros autores que a permitiram considerar “os rituais e o peso simbólico das ações”<sup>49</sup>. Enfim, para Parrela os garimpeiros são sujeitos sociais, capazes de ações coletivas por justiça, com base no direito comum e na tradição.

Ainda, sobre os garimpos e os garimpeiros de Minas Gerais. O historiador Marcos Lobato Martins<sup>50</sup> analisou as leis, a justiça, o imaginário, a literatura, os projetos em disputa

---

<sup>45</sup>No jornalismo, na série de reportagens de capa: *Ouro na Amazônia*, publicada na Folha de São Paulo: São Paulo, de 11 de abril a 15 de abril de 1961. E na série de reportagens: *O tesouro da Serra Pelada*. Folha de São Paulo: São Paulo, de 17 a 19 de agosto de 1980.

<sup>46</sup>Na pesquisa sociológica de: MARCONI, Maria de Andrade. *Garimpos e Garimpeiros em Patrocínio Paulista*. 1ª ed. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

<sup>47</sup>MELLO E SOUZA, op. cit., 1986, p.11.

<sup>48</sup>PARRELA, Ivana Denise. *O teatro das desordens: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu (1768-1800)*. Dissertação em História – Universidade Federal de Minas Gerais: Minas Gerais, 2002. Publicado em livro com a referência: *O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino (1768-1800)*. São Paulo: Annablume, 2009; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

<sup>49</sup>Idem, ibidem, p.26.

<sup>50</sup>MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

entre a tradição e a modernidade na da cidade de Diamantina, em Minas Gerais, no século XIX. Ele pesquisou os diferentes sujeitos que atuaram na região. Os garimpeiros, os faiscaadores, os mineradores, os capangueiros, as prostitutas, os fazendeiros, os tropeiros, os comerciantes, os industriais, os escritores, os advogados, os juízes, os administradores que construíram a história do norte de Minas. Ele considerou a justiça como espaço de negociação dos garimpeiros, o imaginário como resistência popular, os jornais e a literatura como práticas para construções de projetos em disputa e destacou a conquista de relações comerciais mais justas, devido às pressões populares. Ou seja, o garimpeiro é sujeito social, assim como os demais homens e mulheres que viveram em Diamantina, naquela época.

O historiador Salvador Tavares de Moura<sup>51</sup> analisou as tensões, as lutas e os projetos em disputas em torno do garimpo da Serra Pelada, no Pará, a partir da década de 1980. Ele tratou das experiências, dos conflitos, das resistências e das condições de vida e moradia dos garimpeiros. Os trabalhadores reivindicavam que o garimpo se mantivesse aberto para que eles pudessem trabalhar, já que o governo ameaçava fechá-lo, definitivamente, a cada novo período de chuvas. Nos embates, o autor também problematizou os interesses do Governo Federal, da estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), de mineradores, empresários, políticos locais e regionais, sobre ouro retirado do garimpo.

A realização de assembleias, ocupações e passeatas eram formas de lutar e resistir para que a CVRD não entrasse com as máquinas e acabasse com o trabalho manual, deixando desempregado mais de oitenta mil homens. A pesquisa ficou mais interessante nas disputas pelo vivido e pela memória, no presente. Ou seja, os garimpeiros reivindicam em 2008, através de diferentes movimentos, sindicatos e cooperativa, os direitos trabalhistas, previdenciários e indenizatórios. E ainda, a continuidade da exploração da área com a ajuda industrial. Ou seja, os garimpeiros são sujeitos sociais que lutaram e continuam as disputas no presente.

A historiadora, Adriana Gomes Santos<sup>52</sup> defendeu que os principais projetos disputados em Roraima versavam sobre a exploração ou não do ouro em terras indígenas e se ela deveria ser realizada de modo manual ou mecanizada. Diante disso, os principais conflitos foram entre os garimpeiros e os índios, que disputavam as ocupações e usos das terras. Mas, vários outros sujeitos tinham projetos para extração de ouro no estado. A autora enfatizou o

---

<sup>51</sup> MOURA, Salvador Tavares de. Serra Pelada: experiências, memórias e disputas. Dissertação em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2008.

<sup>52</sup> SANTOS, Adriana Gomes. Garimpeiros, Quando a “Cobra tá fumando”: condições de vida e trabalho nos garimpos de Roraima (1975-1991). Dissertação em História. Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2013.

papel e a ação dos fazendeiros, dos políticos, dos sindicatos, das organizações não governamentais (ONGs) e das igrejas na disputa sobre a garimpagem e a mineração.

Os trabalhadores do garimpo e os índios apareceram em conflitos e disputados pelos líderes, dos outros diferentes projetos. Os índios não foram ouvidos pela autora, pois a igreja falou por eles. Já os trabalhadores tinham o sindicato que defendia a permanência no garimpo. Contudo, para a autora, o sindicato representava mais o interesse dos empresários do que dos garimpeiros pobres. Os trabalhadores do garimpo são entendidos como sujeitos sociais, principalmente, ao narrarem as doenças, as drogas, a violência, o lazer, a prostituição e os acidentes de trabalho. Ou seja, quando analisam as condições de vida e de trabalho entre a pista de pouso, a currutela e o barranco.

As pesquisas, de Moura e Santos, têm alguns elementos em comum. Ambos analisam a Amazônia e conseguem demonstrar os diferentes projetos em disputas, tanto pela Serra Pelada quanto pelos garimpos de Roraima. As análises deixam os dois trabalhos interessantes, ainda que as organizações dos trabalhadores da Serra Pelada são mais amplas e consistentes que a dos homens e mulheres de Roraima. Outro elemento chama atenção nos trabalhos, eles partem da perspectiva de história elaborada por Thompson, Hobsbawm, Williams, Fenelon e Khoury, que têm como base os trabalhadores capazes de ações e lutas. E, diante disso, a opção pelas entrevistas feitas com os trabalhadores do garimpo, como evidência histórica, também enriqueceram as abordagens. Os dois pesquisadores partiram da perspectiva de entrevista de Portelli, sobre a valorização das trajetórias e os diferentes elementos das falas dos homens e mulheres. Isso poderia ter aparecido de modo mais enfático nos textos, o que não aconteceu.

De modo geral, é possível entender que esse segundo referencial, que estuda o ouro, o garimpo e o garimpeiro, parte da abordagem da nova esquerda britânica, que privilegia a história “vista de baixo”, teoria formulada por Thompson, Williams e Hobsbawm. Mesmo que tenham base comum, os trabalhos possuem particularidades. A mais aparente delas é o recorte de tempo e espaço. Enquanto Mello e Souza, Parrela e Martins estudam os garimpeiros de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, Moura e Santos analisam os trabalhadores do ouro e do diamante na Amazônia, no fim do século XX e início do XXI.

Entre os historiadores que escreveram sobre Minas Gerais há consenso de que os garimpeiros eram trabalhadores pobres e clandestinos. De acordo com Martins<sup>53</sup>, no século XVIII, os garimpeiros eram proibidos de garimparem porque a mineração era monopólio da Coroa ou era concedida por contratos, somente aos grandes mineradores. As iniciativas dos

---

<sup>53</sup>MARTINS, op. cit., 2014.

trabalhadores pobres eram consideradas práticas fora da lei. No século XIX, com a mudança da legislação, todos puderam garimpar mediante o pagamento dos impostos reais. Com isso, os garimpeiros deixaram de trabalhar na ilegalidade, mas ficaram sem terra para exercerem o ofício.

Para o autor, a divisão entre o solo e o subsolo, não foi definida pela lei durante o período imperial. Desse modo, o subsolo tinha possibilidade de ser explorado por quem encontrasse a riqueza metálica, independentemente de ser o ou não proprietário da terra. O legal e o ilegal giravam entorno do solo e não tanto do subsolo. Como isso os mineradores passaram a comprar e a legalizar grandes extensões de terra, com o título de propriedade proibiram a entrada de trabalhadores pobres. Nesse sentido, os garimpeiros ficaram sem terra para exercerem a atividade de garimpagem. Diante dessas configurações, novas relações se estabeleceram. Os garimpeiros, proprietários de terras e grandes mineradores, ora entraram em conflitos na disputa pela terra e exploração da riqueza do subsolo, ora formalizaram acordos e sociedades. Os garimpeiros precisaram realizar associações entre eles e obterem ajuda de financiadores, com quem tiveram que negociar e dividir as riquezas garimpadas. Ou ainda, necessitaram trabalhar para os grandes mineradores em troca da porcentagem do ouro e diamante encontrados por eles. Assim, no século XIX, o garimpeiro era o trabalhador pobre que precisava estabelecer diferentes relações para sobreviver e continuava na clandestinidade<sup>54</sup>.

No século XX, ao pensarmos sobre o ouro, o garimpo e o garimpeiro as relações ficaram ainda mais complexas e a definição do garimpeiro ganhou outros contornos. Os financiadores, os donos das terras, dos barrancos e das novas máquinas introduzidas no processo de trabalho, em momentos oportunos, se reconheceram como garimpeiros. Para Moura, os garimpeiros trabalhadores pobres eram o furão, formiga, cavador, paleador, apontador, bateador, apurador e o gerente. E, os donos dos barrancos, os fazendeiros, os empresários, os funcionários de empreiteiras que investiram capital para a extração do ouro, os garimpeiros ricos. O autor discutiu as disputas entre os dois grupos, mas centrou nas ações dos garimpeiros trabalhadores pobres, nas pessoas comuns<sup>55</sup>.

Santos<sup>56</sup> também apontou a complexidade das relações nos garimpos da Amazônia, durante as últimas décadas do século XX e, enfatizou: “Garimpeiro, termo que ultrapassa a condição de trabalhador do garimpo, é utilizado pelos mais diversos segmentos e categorias

---

<sup>54</sup>MARTINS, op. cit., 2014.

<sup>55</sup>MOURA, op. cit., 2008.

<sup>56</sup>SANTOS, op. cit., 2013, p.62.

que desenvolvem a atividade”<sup>57</sup>. Para a autora, o conceito congregou diferentes setores e classes sociais e não somente os trabalhadores específicos da atividade garimpeira. Foram designados garimpeiros, também, os proprietários de maquinários, aviões, comércios e os trabalhadores envolvidos na dinâmica geral da exploração mineral, como as cozinheiras, os gerentes, pilotos, vendedores e prestadores de serviços. A autora buscou ampliar o conceito. Mas, quando analisou criticamente a construção da imagem, as condições de vida e trabalho ela se referiu ao garimpeiro, trabalhador pobre. Diante disso, o que aproximou todas as pesquisas, de Mello e Souza, Parrela, Martins, Moura e Santos, foi a visão de que o garimpeiro trabalhador pobre é sujeito social, capaz de agir, lutar e resistir, ou seja, de definir os rumos da própria história.

Assim, parecia que definitivamente o garimpeiro tinha entrado para a escrita da história já no positivo e não no negativo, como pontuaram os pesquisadores Eder Sader, Maria Celia Paoli e Vera Telles<sup>58</sup> sobre a classe operária. Contudo, no terceiro referencial, na década de 1990, a imagem do garimpeiro passou a ser construída a partir da visão da classe dominante. O garimpo visto como local de violência, prostituição e o garimpeiro como sinônimo de atraso, rude, incapaz de controlar os gastos e de definir os rumos da própria vida. É possível entender que essa visão negativa é construída juntamente com o processo de expulsão dos garimpeiros dos garimpos. Em 1995, na região norte de Mato Grosso, a Companhia Matogrossense de Mineração (Metamat), o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro) e a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema), do governo do Estado de Mato Grosso, indicaram a necessidade de “promover a transformação da garimpagem em uma atividade mais racional”<sup>59</sup>. Assim, apontaram para a necessidade de “fixação e regularização da atividade mineradora”<sup>60</sup>. Ou seja, a transformação da garimpagem e a formalização da mineração eram planos institucionais na década de 1990.

Em 1996, a professora da UFMT, Regina Beatriz Guimarães Neto<sup>61</sup> estudou as cidades de Guiratinga e Tesouro, entre 1900-1950, região leste de Mato Grosso. A concepção de história da autora perpassou discussões com os autores da nova história e da história cultural francesa como Certeau, Chartier, Foucault, Ricoeur, Le Goff e Holanda. Com isso, a doutora

<sup>57</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>58</sup>SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n°6, 1983. p. 129-149

<sup>59</sup>RESENDE, Wanderlei Magalhães de (org). Diagnóstico das atividades mineradoras da bacia do Teles Pires: Um Resumo. Prodeagro-Fema-Metamat. Cuiabá, junho de 1995. p.31

<sup>60</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>61</sup>GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Grupiaras e Monções: garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do século vinte. Tese em História – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1996. Publicado em livro com a referência: Cidades da mineração: memórias e práticas culturais Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

recusou as abordagens totalizantes. Focou-se nas ações humanas para entender práticas cotidianas, as maneiras de viver e pensar das pessoas na cidade, entre o colégio, a escola, as festas, o teatro, os jogos e espaços de lazer. A pesquisadora enfatizou que a pesquisa era sobre o garimpo, mas a tese central foi a proposta civilizadora da cidade.

Guimarães Neto não entrevistou garimpeiros e não buscou detalhar o dia a dia deles, ao contrário, a autora analisou eventos que os garimpeiros não podiam participar, pois não eram bens vistos. Buscou-se entender a vida e os símbolos dos garimpeiros na relação com as condições de produção, mas o que ficou da abordagem da autora é que no ambiente civilizado das cidades, o garimpeiro “é sinônimo de atraso – homem rude, supersticioso, violento, perigoso, enfim, inadaptável”<sup>62</sup>.

Assim, na constituição das cidades mineradoras há “de um lado, as manifestações consideradas incivilizadas, representadas pela violência e pelo modo de vida garimpeiro; de outro, o incremento de uma economia local, o crescimento dos povoados e um código social dentro de padrões que almejam obedecer a regras”<sup>63</sup>. Quando a autora escreveu o texto dela, nos poucos momentos em que os garimpeiros aparecem, é a partir dessa imagem negativa de que são violentos, gastam todo o dinheiro com facilidade e vivem na prostituição. Ela apontou que a imagem foi construída, mas não analisou quem a construiu e também não a desconstruiu. Ou seja, reforçou-se a noção de o garimpeiro não ser bem visto no ambiente civilizado.

Júlio Cesar dos Santos<sup>64</sup> ao pesquisar os garimpos e os garimpeiros se aproximou das concepções de Guimarães Neto. Ele analisou os garimpos de Juína a partir das noções de fronteira de Martins e de violência de Arendt. O autor deu ênfase aos conceitos a partir da historicidade deles, com base em Koselleck. Com esta bagagem, ele perpassou assuntos, como prostituição, malária, bamburro e descreveu o processo de trabalho nos baixões, rapidamente. O autor considerou que os custos para sobreviver no garimpo eram altos. Por isso, o garimpeiro viveu a ilusão dos altos ganhos, já que ele gastava muito para se manter ali.

Santos definiu garimpeiros como aqueles que “trabalharam no cotidiano das frentes garimpeiras”<sup>65</sup>. A partir disso, separou-os em dois grupos, os profissionais e os colonos. Ambos dividiram o mesmo espaço, as terras de diamantes de Juína. Contudo, são grupos bem distintos. Os garimpeiros profissionais conheciam as técnicas garimpeiras, gastavam tudo o

---

<sup>62</sup>Idem, ibidem, p.141.

<sup>63</sup>Idem, ibidem, p.144.

<sup>64</sup>SANTOS, Júlio Cesar dos. Garimpos de Juína: entre história, relatos e memórias (1986-1994). Dissertação em História - Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2012.

<sup>65</sup>Idem, ibidem, p.72.

que ganhavam, frequentam os cabarés e eram violentos. Os garimpeiros colonos que garimpavam para enfrentar a crise da agricultura, investiram o dinheiro do diamante nas terras e em casas na cidade. Para o autor, o trabalhador pobre e o investidor rico eram considerados garimpeiros.

O historiador entrevistou os garimpeiros colonos, a antiga dona do prostíbulo, a família que encontrou o maior diamante nos garimpos de Juína, o topógrafo que também foi boroqueiro, mas não citou entrevistas com os garimpeiros profissionais. Assim, é possível entender que ele assumiu a visão dominante presente nas fontes, por isso há tanta ênfase nos elementos negativos do garimpeiro profissional e a dificuldade de entendê-lo como sujeito social. O autor destacou a narrativa do comprador de diamantes ao mesmo tempo que ressaltou a ausência do Estado no garimpo. A falta da autoridade estatal justificou a violência vivida pelos homens e mulheres no cotidiano, entre o trabalho e a prostituição. Assim, o autor construiu a imagem do garimpeiro profissional violento, capaz de roubar e matar por qualquer coisa. Além disso, procurou enriquecer facilmente, ao mesmo tempo gastou tudo com bebidas e mulheres.

Quando, José Donizete Ribeiro<sup>66</sup> escreveu sobre os garimpeiros, a imagem negativa presente nos trabalhos de Guimarães e Santos não se fez tão presente. Mas eles não foram vistos como sujeitos capazes de reagirem às ações violentas da empresa colonizada Indeco. O autor concentrou na análise da violência em Alta Floresta, nos anos de 1978 a 1983. Ele discutiu como a empresa colonizadora, na figura de Ariosto da Riva, exerceu abusos contra os garimpeiros que se deslocavam para a região para explorarem o ouro. O objetivo do projeto oficial de colonização era povoar o espaço com famílias vindas do sul. Por isso, eles eram os bem vistos, enquanto os trabalhadores do norte e nordeste eram denominados garimpeiros, violentos e sem perspectiva de fixação na terra.

Para o autor, no espaço de colonização a violência foi exercida de modo irrestrito contra os trabalhadores pobres, que não tinham condições de comprarem a terra. No fim da década de 1970, os garimpeiros que se deslocaram para a região de Alta Floresta, sofreram a “taca”, violência comandada pelo colonizador Ariosto da Riva. Os garimpeiros foram retirados à força do garimpo e da área de colonização. Assim, o garimpeiro era o trabalhador pobre, migrante em busca de trabalho, expulso pelos agentes da colonização privada, na Amazônia.

---

<sup>66</sup>RIBEIRO, José Donizetti. Terra e garimpos: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização: Alta Floresta-MT (1978-1983). Dissertação em História - Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2001. Trabalho orientado por Regina Beatriz Guimarães Neto.

Ribeiro, quando finalizou a escrita da pesquisa em 2001, escreveu que o trabalho foi possível a partir das novas abordagens da história cultural de 1980, pois possibilitaram estudar o garimpeiro no processo de colonização, e não somente a relação colono e colonizadora. O autor enfatizou, assim, a violência sofrida pelos garimpeiros. Ao analisar os detalhes de torturas, despejos e mortes o pesquisador não destacou a possibilidade de resistência dos garimpeiros. Os trabalhadores foram vítimas da colonizadora Indeco, que deteve o monopólio da violência. Enfatizou-se a agressão do colonizador contra os garimpeiros, mas se reação dos trabalhadores. Ou seja, as novas abordagens possibilitaram a escrita da história com novos personagens, o que não significou para Ribeiro, vê-los como sujeitos sociais.

Para a historiadora, Maria Arlinda da Silva Lima<sup>67</sup>, os garimpeiros foram sujeitos que viveram os conflitos e disputas pela ocupação, uso e posse da terra contra a Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda, em Peixoto de Azevedo. Mas, também foram vítimas das redes de recrutamento de trabalhadores, da exploração do trabalho, dos problemas de saúde e, principalmente, do plano Collor que diminuiu a atividade e gerou tensão no município. Mas, os garimpeiros não eram só os trabalhadores. Para a autora, a definição de garimpeiro perpassou pelas transformações sociais e a inserção de maquinários no processo trabalho no garimpo, na década de 1980.

Antes da introdução de tecnologias, o garimpeiro realizava o trabalho individual e com equipamentos simples. A mecanização alterou isso e formou de novas categorias. O filãozeiro não usa máquina e continua a realização do trabalho de modo manual. O empresário, com capital para investir na exploração mineral, emprega o trabalhador sem direitos sociais. Já o moinheiro, proprietário de algumas máquinas, depende do auxílio do trabalho manual do filãozeiro. Assim, o garimpeiro é tanto o trabalhador pobre do nordeste, quanto o investidor de capitais do sul e sudeste.

A pesquisadora trabalhou com a dualidade de causa e efeito que restringiu a construção do processo histórico pelos homens e mulheres. Ou seja, a relação de causalidade, que vem expressa no título da obra e em várias passagens do texto, não permitiu que as mudanças fugissem de tal relação. A lógica histórica tem particulares que ultrapassam a causa e o efeito. Com isso, os sujeitos sociais tiveram diminuídas as capacidades de definirem os rumos da própria história, porque há, a priori, a determinação causal dos eventos. Com isso,

---

<sup>67</sup>LIMA, Maria Arlinda da Silva. Garimpo e ocupação territorial: efeitos sociais provocados pela atividade garimpeira em Peixoto de Azevedo/MT (1978 – 1990). Dissertação em História - Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2009.

mesmo que a autora tenha apresentado os garimpeiros ricos e pobres como sujeitos sociais, ela restringiu a ação deles.

Núbio Vicente da Silva<sup>68</sup> se filia à nova história cultural e busca defendê-la. Ele teorizou sobre os mitos, as representações e o imaginário dos garimpeiros do município de Aragarças, em Goiás, na década de 1990. A base da análise do autor foram: Burke, Certeau, Durand e Pesavento. Mesmo que o autor tenha apontado para o interesse de pesquisar o garimpeiro porque é era a categoria de trabalhadores que iria acabar, ele não relacionou as dificuldades de se manter garimpeiro com o imaginário. Por que a categoria que está em decadência precisa revelar e preservar os mitos, lendas e superstições da profissão? O trabalho dá indicação que vai responder a essa pergunta, mas não. Silva aproximou o imaginário da realidade e colocou ambos no esquema de permanências.

Para o autor, as estruturas imaginárias se mantêm por longos períodos na vida dos garimpeiros, com isso as decisões dos sujeitos estão condicionadas aos sonhos e mitos, que apontam decisões pré-definidas sobre a realidade. Ou seja, de modo simples, para o autor, o garimpeiro antes de ir trabalhar já sabe se vai encontrar pedras preciosas, pois o sonho indicou durante à noite. Não é possível entender o imaginário como aspecto político e social formador e transformador do movimento histórico, a partir das ações, reflexões e tensões dos homens e mulheres do garimpo. Com isso, o garimpeiro não define os rumos da vida.

A incapacidade do garimpeiro em definir os caminhos da própria história foi reforçada pelos diferentes autores. Silva fez isso ao pesquisar o imaginário e os mitos dos garimpeiros de Aragarças como estrutura fixa, sem considerar os aspectos políticos e econômicos que ora enfatizam ora negligenciam, esses aspectos culturais. Do mesmo modo fez Lima, quando enfatizou as causas e efeitos dos garimpos de Peixoto de Azevedo e, Ribeiro ao não destacar a reação dos garimpeiros contra a violência da colonizadora Indeco, em Alta Floresta. E, ainda, Guimarães Neto e Santos quando historiaram sobre os garimpos de Guiratinga, Tesouro e Juína a partir da perspectiva dominante. Ou seja, os autores escreveram sobre os garimpeiros, mas esses não foram entendidos como capazes de decidirem a vida e a luta. Outros personagens assumem tal papel na narrativa histórica de cada pesquisador citado. Provavelmente, foi Lima quem mais considerou os garimpeiros trabalhadores como sujeitos.

De modo geral, entende-se que o terceiro referencial estudou os garimpeiros a partir da abordagem da história cultural francesa e da nova história. Os diferentes autores tiveram como base teórica os escritos de Certeau, Chartier, Foucault, Ricoeur e Le Goff. A história

---

<sup>68</sup>SILVA, Núbio Vicente da. O Garimpo no Vale do Araguaia na década de 90: Mitos, Representações e Imaginário. Dissertação em História - Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiás, 2011.

dos conceitos de Koselleck e da coerção e violência de Weber e Arendt, complementaram as abordagens. Já as referências brasileiras para se pensar a história foram, principalmente, Holanda e Martins. E, as fontes orais foram elaboradas e analisadas a partir de Halbwachs, Le Goff e Montenegro. Se essa é a base, ela não aparece de modo análogo em todos os trabalhos.

Enquanto a concepção que diferencia violência de coerção de Arendt esteve mais presente no trabalho Santos<sup>69</sup>, a definição de Ribeiro<sup>70</sup> está alicerçada no monopólio da violência de Weber. E ainda, a história dos conceitos de Koselleck sustenta grande parte do estudo de Santos<sup>71</sup>, enquanto no trabalho de Lima<sup>72</sup> aparece rapidamente. Ou seja, nem sempre as apropriações que os pesquisadores fizeram foram homogêneas. Mas, com maior ou menor ênfase, as pesquisas reforçaram a imagem do garimpeiro trabalhador como homem rude, violento e que não guarda riqueza ou não é sujeito social capaz de agir, lutar e decidir os rumos da própria história.

Quando os historiadores Eder Sader, Maria Celia Paoli e Vera Telles<sup>73</sup> escreveram a respeito dos estudos sobre a classe operária, eles estabeleceram três paradigmas intelectuais. Primeiro, os trabalhadores não aparecem, eram tratados de modo genérico como homem brasileiro. No segundo, havia a construção do campo temático, quando os trabalhadores eram entendidos como subordinados ao Estado. No terceiro, os trabalhadores eram analisados como sujeitos. Partiram dessa reflexão, os historiadores Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva<sup>74</sup> para compreender as pesquisas sistematizadas sobre os escravos. Os autores definiram o paradigma da ausência e o paradigma da agência como dois padrões de conhecimento. De modo sintético, no paradigma da ausência os escravos eram vistos como subordinados ao Estado. Já no paradigma da agência, os escravos passaram a serem entendidos como sujeitos. Diante disso, todos os autores concordaram que o último paradigma era aquele que abordava os trabalhadores como sujeitos.

Mas, há diferença entre as abordagens de Chalhoub, Silva e Sader, Paoli e Telles. Onde Sader, Paoli e Telles enxergaram a construção do campo temático, Chalhoub e Silva viram o paradigma da ausência. Ou seja, Chalhoub e Silva entenderam a subordinação dos trabalhadores ao Estado como o paradigma da ausência. A partir do levantamento preliminar, podemos considerar que nas pesquisas sobre os garimpos e os garimpeiros esse paradigma é

<sup>69</sup>SANTOS, Júlio Cesar dos. Garimpos de Juína: entre história, relatos e memórias (1986-1994). Dissertação em História - Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2012.

<sup>70</sup>RIBEIRO, op. cit., 2001.

<sup>71</sup>SANTOS, op. cit., 2012.

<sup>72</sup>LIMA, op. cit., 2009.

<sup>73</sup>SADER, PAOLI e TELLES, op. cit., p. 129-149.

<sup>74</sup>CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009. p.15-45

justamente o que não aparece, na escrita dos historiadores. Sem pretensões conclusivas, nos trabalhos sistematizados, os garimpeiros não foram vistos como subordinados ao Estado, até a década de 1980. Os estudos privilegiaram o ouro e as riquezas construídas a partir da exploração mineral. Eles não apontaram para a relação dos trabalhadores com as instituições estatais, como aconteceu com a classe operária, de Sader, Paoli e Telles, e os escravos, de Chalhoub e Silva.

Somente na década de 1980, os garimpeiros apareceram e já como sujeitos sociais. Sem desconsiderar Boxer, que apenas mencionou a definição dos garimpeiros, pondera-se que foi Mello e Souza quem primeiro escreveu sobre os garimpeiros, como sujeitos sociais, na História. Mas, isso não se consolidou em todos os trabalhos, principalmente, nas pesquisas que optaram por assumir a posição da classe dominante, de que os garimpeiros eram rudes, violentos, gastavam tudo com facilidade e não definiam os rumos da própria vida. Esta tendência vem se consolidando desde os anos 1990.

Os autores pouco valorizaram como os garimpeiros narram a trajetória de vida, trabalho e as lutas, com base em entrevistas. Nenhuma abordagem é consistente nessa perspectiva. Lima entrevistou os garimpeiros Francisco Inácio de Oliveira e Valdiná Breu Pimentel, citou-os uma vez na epígrafe do capítulo. Silva entrevistou Antonio Firmino da Silva, Joaquim José Santana, Luiz Francisco da Paz, mencionou-os rapidamente para continuar a definição dos conceitos. Santos entrevistou o João e o Arnaldo, mas não foi possível entender a trajetória de vida e de trabalho deles. Moura entrevistou o Alderico, Barbudo, Joaquim, Luis Borges, já o Paraibinha e o Rogério foram citados somente nos agradecimentos e referências. É possível conhecer os garimpeiros Luis Borges e o Joaquim, mas o autor não aprofundou nas interpretações do vivido pelos trabalhadores<sup>75</sup>.

Ainda assim, sabe-se mais dos garimpeiros na história do Brasil contemporâneo do que os que ficaram conhecidos na história do Brasil colonial. Mello e Souza analisou a vida e luta dos garimpeiros João Costa, Isidoro e João Basílio, já Parrela reforçou as ações do “bando de João Costa”. São os três garimpeiros quem mais conhecemos dos garimpos, de Minas Gerais, do século XVIII. Somente depois de analisar como os historiadores, ao longo do tempo, pensaram o ouro, o garimpo e, principalmente, o garimpeiro, eu parti para elaboração desta tese. Portanto, a minha abordagem teórica e metodológica se aproxima dos autores do segundo paradigma sistematizado na revisão de literatura.

---

<sup>75</sup>A historiadora e advogada Maurides Batista de Macêdo Filha entrevistou onze garimpeiros. Eu tive acesso ao trabalho dela depois do levantamento sistematizado, por isso, faltou acrescentá-lo. FILHA MACÊDO, Maurides Batista. Mito e Sobrevivência no Garimpo: A cidade de Baliza (1922-1960). Tese em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1997.

Eu considero os escritos dos embates sobre história dos homens e mulheres comuns de Thompson<sup>76</sup>, as reflexões de linguagem dialógica de Williams<sup>77</sup> e os significados das narrativas orais como evidência presentes em Portelli<sup>78</sup>. Por exemplo, ao entrevistar casal o ex-mineiro Cowans e a esposa na região mineradora de Harlan County, o autor definiu a entrevista como “discurso muito mais interativo e multivocal, com a participação de todos os presentes”<sup>79</sup>. A maneira de conversar, com possibilidades e considerações pelas diferentes formas de expressão, foram parte fundamental deste trabalho. Bem como, a análise de que “mais do que um armazém de dados, a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade – mas também aquilo que tem significado demais”.<sup>80</sup> Ou seja, a memória como construção e disputa.

Com base nesses autores e na revisão de literatura, eu decido a problemática central desta tese. Eu questiono como os garimpeiros - trabalhadores pobres, capazes de analisarem e decidirem os rumos da própria vida -, viveram e narraram o cotidiano, o trabalho e as lutas que enfrentaram nas terras com ouro. Eu entendo os garimpeiros como sujeitos sociais, formados por meio das ações e disputas que enfrentam no dia a dia, contra os mais diferentes homens e instituições. Para tal, a tese está dividida em quatro capítulos.

Capítulo I - Mudança (1970-1982). Eu questiono a vida dos trabalhadores rurais no Maranhão e a tomada de decisão pela mudança. Nos caminhos, eles ficaram sem trabalho, ora realizaram trabalhos nas fazendas, na construção das grandes obras públicas até a definição última, de chegar ao garimpo. A partir disso, circulam de garimpo em garimpo até Alta Floresta, de onde são expulsos. Eles resistem pelo trabalho na extração do ouro e se organizam para a abertura do garimpo Pista do Cabeça, em 1982. A complexidade das narrativas evidenciou como questões variadas se relacionam na formação das relações dos homens e mulheres que mudaram para o garimpo, na década de 1970. Terra, família e educação apareceram interconectados com a problemática da busca por novas formas de sobrevivência, até a chegada ao garimpo.

---

<sup>76</sup>THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>77</sup>WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

<sup>78</sup>PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. *Usos & abusos da História Oral*. Fundação Getúlio Vargas: Brasil, 1998. p. 103-130.

<sup>79</sup>Idem. Sempre existe uma barreira: A arte multivocal da história oral. In: *Ensaio da história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p.27

<sup>80</sup>Idem. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 47.

Capítulo II - Garimpo (1982-1986). Eu problematizo as experiências dos garimpeiros, os processos de trabalho e as relações sociais que estabelecem na atividade garimpeira. Como o trabalho manual e o trabalho semi-mecânico foi organizado pelos trabalhadores, donos do garimpo, dos barrancos e das dragas. Como se deram as relações de trabalho estabelecidas na extração das substâncias metálicas nos baixões. Eu entendo que a prostituição, a violência e as mortes eram partes constitutivas da exploração dos trabalhadores também na vila garimpeira. O acesso à terra, as relações de trabalho e as formas de organizar a extração do ouro tomaram dimensões amplas e disputadas a partir das experiências narradas pelos trabalhadores, que viveram pressões para continuarem garimpeiros na vila.

Capítulo III - Resistência (1982-1986). Eu investigo os conflitos entre os garimpeiros, trabalhadores, políticos e comerciantes quando o dono do garimpo o sr. Eliezo Lopes Carvalho decide expulsar os trabalhadores, para entrada da mineradora na Pista do Cabeça. O objetivo é discutir as ações e embates dos garimpeiros contra o dono do garimpo. O evento da venda da Pista do Cabeça ganhou destaque no ano de 1985, mas acontecimentos anteriores foram bases das disputas. Os pedidos de alvarás para extração do ouro, a transformação das terras com ouro em Reserva Garimpeira, de 121.000 hectares, a partir da publicação da Portaria nº 550, de 09 de maio de 1983 e a construção da estrada de acesso ao garimpo de voos são retomados, durante as disputas, por quem trabalhava e vivia do ouro extraído da Pista do Cabeça, e também por quem queria vender o garimpo. Isso até o ano de 1986, quando o movimento de luta dos trabalhadores retirou o Eliezo do local, a venda da Pista não se concretizou porque os garimpeiros resistiram nas terras com ouro.

Capítulo IV - Luta (1986-2000). Eu indago os garimpeiros sobre a transformação das terras, a formação das fazendas e das pequenas propriedades familiares na comunidade 28 e no assentamento rural, na Pista do Cabeça. Eu pesquiso como se dá a concentração das terras públicas por grandes grileiros, a abertura das matas com trabalho desumano, os conflitos pelas posses, as demarcações e legalizações e, como isso, foi disputado e entendido pelos garimpeiros como responsável pela diminuição do trabalho de garimpagem, mas não do ouro. Tais processos foram reforçados pelo plano Collor que foi capaz de gerar instabilidade e necessidade de mudança dos garimpeiros e quando os trabalhadores se organizam para conquista da terra e a volta para o trabalho rural e na agricultura. A ênfase está na luta pela terra e a formação do Assentamento Jacamim legalizado em 19 de novembro de 1997, pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), quando 77 famílias conquistaram a terra, na área de 2.480 hectares. Eu aponto como se deu a retomada do trabalho nas terras com pequenas plantações familiares, na década de 1990 aos anos 2000.

## CAPÍTULO I

### MUDANÇA

Os garimpeiros sr. Antonio Mario Ferreira<sup>81</sup>, sr. Arnaldo Galvão Souza<sup>82</sup>, sr. Raimundo Pinheiro Filho<sup>83</sup> e o sr. Luciano Marques Lima<sup>84</sup> afirmam ter chegado e construído o garimpo

---

<sup>81</sup>FERREIRA, Antonio Mario. [08 de dezembro de 2018]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2018; Arquivo digital (3h36min.).

<sup>82</sup>SOUZA, Arnaldo Galvão. [23 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Maria Natália Gomes Vieira. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h50min.).

<sup>83</sup>FILHO, Raimundo Pinheiro. [10 de novembro de 2018]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2018; Arquivo digital (1h44min.).

<sup>84</sup>LIMA, Luciano Marques; MOURA, Francisco Ferreira. [23 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h23min.).

Pista do Cabeça, em 1981 e 1982. Mas, isso não está evidente no primeiro registro público a respeito de o garimpo. Em dezembro de 1982, a revista *O Garimpeiro* dedicou 50 páginas para descrever os “Garimpos de Alta Floresta”<sup>85</sup>. O meio de comunicação fez a inicial veiculação de informações da Pista do Cabeça, denominado duplamente, Pista do Cabecinha e Garimpo Novo Cruzeiro. Leia-se:

#### Pista do Cabecinha

Uma das pistas dos garimpos de Alta Floresta é a do Garimpo Novo Cruzeiro. Conhecida como “Pista do Cabecinha”, pela alcunha de um dos seus proprietários Eliezar Lopes Carvalho. O Garimpo de Novo Cruzeiro foi descoberto pelos garimpeiros pesquisadores “Zezinho”, Ribas e “Porrudo”, financiador por “Cabecinha”.

Na região da Cabeceira do Rio Paranaíta, onde está localizado o Garimpo Novo Cruzeiro, a Pista do “Cabecinha” foi a primeira a ser aberta, sendo somadas a ele posteriormente outras tantas com pista do Augusto, Pista do Carlinhos, Pista dos Metralhas, Pista do César.

Um dos prósperos comércios na Pista do Cabecinha é a venda de galinhas aos garimpeiros, que chegam nos aviões em média três vezes por semana. Desenvolve-se também ali o intenso comércio de roupas feitas, fotografias, gêneros alimentícios bebidas, redes, calçados, ferramentas e outros produtos. A diversão é marcada pela presença de quatro boates, cujo maior atrativo naturalmente são as belas mulheres sempre sorridentes e dos mais variados tipos físicos, que em parte alimentam as ilusões dos homens e abrandam a solidão que marca a vida do homem que está no garimpo por muito tempo. Os jogos, como a sinuca, e a bebida com a cachaça, o campari, a cerveja e o “wiskey” complementam o lazer na Pista do Cabecinha. Muitos comerciantes trabalham ao lado de suas companheiras e filhos, buscam realizar em pouco tempo o que não fizeram em outros lugares onde viviam. Há espaço para a vaidade, os garimpeiros trabalham os dentes; as mulheres embelezam-se nos salões e os casais se encontram para os romances, as poses para a fotografia ou para as refeições coletivas.

Uma criança cresce em meio aos sonhos dos homens que trazem nos cabelos brancos a marca do tempo. Uma garimpeira aperta entre os dedos um cigarro em brasa, traz na cabeça um chapéu negro que combina com sua veste também negra e traz nas costas o remanchin que vai abrigar os alimentos para a manutenção durante o tempo que deverá ficar nos baixões. Um garimpeiro toma uma dose dupla de injeções “coquetel” aplicada sem muitos rodeios e sem muito medo sobre o rústico balcão da farmácia. Outro garimpeiro fazendo as vezes de eletricista revisa os nos esticados sobre um poste de madeira. O comprador de ouro tem diante de si a balança que mede a força do trabalho de cada um. As barracas se multiplicam como os homens, e a polícia em uniforme de combate, impõe a lei e a ordem, sem as quais tudo poderia ser diferente. Estas são cenas da Pista do Cabecinha, cenas de um garimpo que cresce pela força dos homens, pela abundância de seu ouro e pela fé de todos os corações que batem nos peitos de sua gente.<sup>86</sup>

<sup>85</sup>O Garimpeiro. Cuiabá: Ano I, número I, dezembro de 1982. Revista editada por A.L. Ramalho

<sup>86</sup>O Garimpeiro, op. cit., p.11-14.

O material jornalístico editado por Aldenor Leite Ramalho e com redação de Weller Marcos continha o mundo dos garimpeiros, como expresso no editorial, “sem mistificações, sem fantasia além de tudo mostrado ao vivo e cheio de realidade”<sup>87</sup>. A posição assumida se opunha a outras formas de registro escrito dos profissionais do ouro, entendidos pela empresa jornalística, como “poesia e proselitismo”<sup>88</sup>.

Sem referenciar às fontes, característica do jornalismo na década de 1980, o texto da Pista do Cabecinha estava diagramado com 32 fotografias e construía a única imagem do garimpo, a de lugar próspero<sup>89</sup>. Para tal, enfatizou-se do lazer a velhice. Ainda que a revista objetivasse se distanciar da poesia, como anunciava no editorial, a escrita literária (“pela fé de todos os corações que batem nos peitos de sua gente”), reforçava a concepção de terra de promessa da Pista do Cabeça. Sem disputa e exploração, com riqueza e confiança, o garimpo era formado. Na última cena, destacou-se a “força dos homens”.

Os garimpeiros genéricos, citados na revista, não tinham nome e nem história. Mas, eles viviam e possuíam trajetórias demarcadas pelo trabalho rural e o processo de migração. Em 2016, o velho garimpeiro sr. Domingos Sales<sup>90</sup>, 67 anos, morava ao lado da antiga pista de pouso dos aviões no garimpo Pista do Cabeça, norte de Mato Grosso. A casa era a cadeia do garimpo, depois de abandonada, foi ocupada por ele, onde morava, plantava mandioca, criava galinhas e pequenos porcos. O sr. Domingos gostava de ser chamado de Santo. Referiu-se também pelo apelido, não por nome ou sobrenome, aos amigos, vizinhos e patrões com quem trabalhou e conviveu no garimpo<sup>91</sup>.

Somente a constituição dos músculos aparentes e a postura enrijecida pelo trabalho pesado, não nos permitem comparar o tamanho do sr. Domingos ao de meninos de 13 anos. Nos dentes estavam as marcas da riqueza retirada dos cascalhos, quando sorria brilhava o único ouro que guardou do ofício de garimpar. O sr. Domingos tinha dores nas costas e na perna, devido aos esforços realizados na labuta diária pela sobrevivência nos garimpos e nas fazendas. Sem conseguir registro na carteira de trabalho, sobrevivia com o auxílio idoso<sup>92</sup>.

---

<sup>87</sup>Idem, ibidem, p.03.

<sup>88</sup>Idem, ibidem.

<sup>89</sup>A Pista do Cabeça tinha um ano quando a revista publicou a matéria. Segundo o sr. Eliezo Lopes Carvalho a “inauguração” do garimpo aconteceu dia 02 de dezembro de 1981. CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>90</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>91</sup>Era hábito entre os garimpeiros assumirem o apelido na identificação deles e dos colegas. O apelido permitiu a eles viverem sem a formalidade dos registros oficiais, formou redes de relações e afastou a possibilidade de ser encontrado por alguém que soubesse o nome. Isso se manteve na Pista do Cabeça ao longo do tempo.

<sup>92</sup>Sem conseguir se aposentar definitivamente, vários trabalhadores na Pista do Cabeça receberam auxílio idoso, com base na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Com o tom suave de voz, o sr. Domingos falava da vida e com facilidade ria de si mesmo e das lembranças. “Maranhense [risos]. Rapaz isso é uma nação. Em todo lugar você vê falá dessa nação. Bichinho enrolado pra lidá [risos]”<sup>93</sup>. Ele saiu do Maranhão e, desde 1984, quando chegou na Pista do Cabeça, não teve mais notícia da família<sup>94</sup>. O maranhense detalhou ser “da cidade Lago do Junco. É distrito, na época saiu que era Lago dos Rodrigues. Mas onde o meu documento foi feito, foi em Lago do Junco. Só que lá hoje é cidade, já há muitos anos”<sup>95</sup>. Na região central do estado, ele viveu na lavoura, como explicou:

Domingos: Eram... meus pais eram dono da terra. Nós trabalhávamos assim... na terra dos outros, botando aquela roça. Mas, também naquela época não tinha o negócio de ninguém pagá renda. Naquela época nos terrenos do meu pai ficô muito morador que vinha do Ceará pedindo serviço, tudo com fome. Aí meu pai: “Tem muita mandioca aí”. Aí ele: “Faz um barraquinho pra você aí, bota umas duas roças aí, três roças aí”. Botava. Não tinha esse negócio de pagá renda [tom de crítica]. De uns anos pra cá foi que ficô esse negócio da renda, né? Você pra botá uma roça você trabalha quase de meia pro dono da terra, né?”<sup>96</sup>

O que pode ser lido como a justificativa do porquê ele se utilizará do prédio público da cadeia para sobreviver, pois o pai tinha ajudado outras pessoas do mesmo modo, era também a comparação entre o uso comunitário e a apropriação privada da terra, enfatizada pela mudança no tom da voz. Para fundamentar tal colocação, o trabalhador situou no tempo as duas diferentes formas de produção. Na fala do pai, o passado apareceu nas relações sociais estabelecidas para conseguir sobreviver, já o presente arguido como exploração do trabalhador. O “dono da terra” era visto como aquele que roubava metade do trabalho realizado, a partir da renda fundiária. Para a pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva são “memórias daqueles que vivenciaram suas destruições porque não sabiam que a terra tinha preço”<sup>97</sup>.

De tal modo, a narrativa do sr. Domingos, fundamentou-se na materialidade vivida. Ao analisar as histórias de vida do trabalhador Valtêro Peppoloni, Portelli pontuou que “o relato da vida também parte da vida”<sup>98</sup>. Ou seja, a narrativa enquanto construção verbal tinha aspectos da experiência. Mas, será que a lembrança do local onde sr. Domingos viveu com os

<sup>93</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>94</sup>Como o velho garimpeiro, 40 homens moravam sozinhos na comunidade rural, mas em 2016 o número era menor devido às mortes e às mudanças. VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>95</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>96</sup>Idem, ibidem.

<sup>97</sup>SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999. p.58

<sup>98</sup>PORTELLI, op. cit., 2010, p.160.

pais não está idealizada? Ele teria deixado o Maranhão se as condições de vida e trabalho fossem tão equilibradas como disse? Na memória continha o saudosismo pela apropriação e uso da terra como meio de subsistência.

Mas, a concentração das terras, aspecto principal da política do governador José Sarney, durante a Ditadura Militar, com base nos latifúndios e documentos falsificados,<sup>99</sup> não foram destacados pelo trabalhador. Ele contou as boas relações sociais e de trabalho na terra para se opor à maneira como o processo era injusto no presente, no Mato Grosso, local onde ele viveu desde o início da década de 1980. Contudo, o sr. Domingos ao detalhar a trajetória de vida apresentou outras dificuldades na superação da idealização do passado. Quando eu o questiono se ao sair da terra com os pais, ele se tornou garimpeiro, a resposta revelou:

Domingos: Não. Primeiramente, nessa época, eu adoeci aí a família de minha mulher, minhas cunhadas, meu sogro, já estava morando lá em Fortaleza. Aí eu tava adoecido, nessa época eu quebrei a perna. Por isso que eu digo eu tenho que batizar essa perna de novo [risos] se não vou morrer, né? Que foi a dita cuja do ano passado, né? Eu fui pra lá que eu trabalhava, eu já mexia com uma fazenda, nós mexíamos com um gadinho quando nós também tínhamos e éramos que cuidava, né? Aí eu não tava aguentando mais, fui pro médico. O médico engessô e tal e aí a perna tava criando um caroço aqui. E eu naquela luta, andando a cavalo, na roça, aí minhas cunhadas: “Não. Bora lá pra Fortaleza, lá nós arrumá um serviço pra ti. Lá tu se tratá dessa perna”. Aí eu fui. Cheguei lá eu fiquei cinco anos, só num emprego só. Aí como eu não tava pegando peso, nem trabalhando no pesado, a perna... Cheguei lá fiz uma consulta com os médicos passou uns remédios. Aí a perna, aquele caroço que era aqui foi desmanchando. Ficou boa, né? Doía na época do garimpo, você carregando peso, ela doía, né? E assim a gente...<sup>100</sup>

No momento, a doença na perna foi o elemento central da narrativa não finalizada. Ela o transportou do passado ao presente, do trabalho nas fazendas ao garimpo e o aproximou dos familiares responsáveis por chamá-lo a mudar de vida. O sr. Domingos demarcou, a partir da associação entre a doença, a mudança e a concepção de trabalho como luta, a dureza daquele passado que não se constituía na vida comunitária, mas nas fazendas de gado. Os diferentes aspectos apontaram as mudanças e deram o sentido de finalização do acesso aos meios de produzir. Ou seja, se no primeiro momento a memória do sr. Domingos tinha elementos da vida ideal, no decorrer da construção narrativa os problemas enfrentados apareceram

<sup>99</sup>MOTTA, Marcia. Palestra A utopia dilacerada: o Golpe de 1964 e o Estatuto da Terra. Promoção do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais (PPGH) e o Grupo de Pesquisa em História e Poder. Realizada no dia 06 de julho de 2018 no Auditório Tribunal do Júri no Campus da Unioeste de Marechal Cândido Rondon.

<sup>100</sup>SALES, op. cit., 2016.

relacionados ao dia-dia e ao meio rural. Diante disso, ampliou-se a concepção do trabalho nas terras no Maranhão.

Domingos: Naquela época, não tinha essa de pradigção de coisa de fogo. Dava o mês de junho largava a foice pra cima de uma ponta de mato. Colocava lá, a gente chamava linha, 10, 15 linhas, linhas de roça. Chegava no mês de setembro tocava fogo nela. E, aí, quando chovia, em novembro, tava plantando, né?<sup>101</sup>

Para o trabalhador, o fogo ainda não era entendido com algo negativo, destruidor e nem proibido pela Lei nº 9.605, de 12 fevereiro de 1998<sup>102</sup>. Acrescentou-se elementos à memória do passado, após a legislação buscar reprimir a prática comum no preparo da terra para o plantio, sem introdução dos grandes maquinários e venenos. Ou seja, antes da “modernização trágica”<sup>103</sup> responsável pela expropriação dos trabalhadores, o processo tinha o período certo a cada tipo de trabalho manual e tudo tinha que estar pronto no início da chuva, momento da plantação. Era a vida do trabalhador rural que preparava a terra para o cultivo.

Para além do semear nas “linhas”, a colheita tinha o tempo dela. O aspecto está presente na vida do sr. Francisco Ferreira Moura, conhecido por Chico, 71 anos, sem estudo, vivia do auxílio idoso e mantinha a esperança da cura do câncer tratado em Cuiabá. Em 2017, o sr. Francisco morava com o compadre sr. Luciano, com quem compartilhava a casa e os ganhos mensais. Ele foi garimpeiro e também trabalhou nas fazendas na Pista do Cabeça, desde 1982. Com 34 anos, saiu do Maranhão e percorreu novos caminhos incertos. Ele narrou o processo:

Francisco: No Maranhão era bom. Mas você sabe como é gente novo. Aqui... lá no Maranhão só sabia que todo mundo aqui... pegava muita gente com muito dinheiro. Um chegava aqui e trabalhava. Não ia com negócio de bebedeira. Chegava aqui pegava o dinheiro e voltava. Chegava lá rico. Comprando fazenda, comprando gado, comprando tudo. Eu disse: “Eu vou ficar aqui no Maranhão?” Lá era aquelas diarinhas acolá. Negócio era se mandar. Largava até a família. Deixava até a família lá e vinha embora trabalhar e ganhar dinheiro. Chegava aqui se danava pegar dinheiro e daí não lembrava mais da... Foi muitos... Não lembrava mais da família, não. Já tava aqui pegando dinheiro e mulher pra danar. E o cabra novo, cara vai tá ligando pra mulher que ele tinha deixado lá? Muitos. Só eu nem outros. Eu deixei minha família lá. Aí, agora eu passei uns tempos lá. Vi meus filhos que eu deixei tudo pequeno. Logo não tinha muito menino mesmo, eram

<sup>101</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>102</sup>Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

<sup>103</sup>SILVA, op. cit., 1999.

três. A mulher ficou lá com eles e eu vim pra ganhar dinheiro e voltar. Nunca mais voltei. Passei 28 anos no mundo. Sem dar nem notícia. Daí é assim. Fui lá agora, vi tudo, que eu deixei miudinho, com três mês de nascido. Eu cheguei lá e ele já tinha menino de dez anos. Bastante tempo... é a gente nem lembra. Só a gente que não tem noção. Eu não sei nem quem eram as pessoas. Hoje eu fico pensando. Fui lá me receberam bem, tudo, mas a gente não tem aquele amor. Eu fiquei com vergonha de tá lá. Passei seis anos e não me acostumei com aquilo. Eu disse: “Eu vou é me embora”. Aí, vim pra cá. Cheguei pra cá, adoeci. Já vim doente de lá. Já vinha doente, já vinha sentindo. Agora ainda tava trabalhando ainda. Digo: “Não, eu vou pro Mato Grosso de novo, ficar pra lá”. Adoeci. Tô com três anos doente. Tô mió agora. Quase bom. Eu tô fazendo tratamento todo tempo em Cuiabá. Graças a Deus. Aí de Alta Floresta tá levando e trazendo almoço e janta e dormida lá. É bom. Prefeito tá... esses três anos tem me feito bem. Porque senão eu acho que já tinha ido de viagem.<sup>104</sup>

O sr. Francisco resumiu as memórias de vida e de trabalho. Ele partiu pela Amazônia com objetivo de ganhar dinheiro nos garimpos e comprar terras no Maranhão. Mas, sobretudo, para escapar da vida de diárias e da insegurança a qual estava sujeito. Em 1980, ele deixou a mulher e filhos, voltou lá 28 anos depois, ficou seis anos, mas retornou à Pista do Cabeça. O sentimento era de vergonha de ter ido, mesmo com o cuidado recebido da família. Ele assumiu que a falta de maturidade, o envolvimento com bebidas e as mulheres dos cabarés, desviaram do desígnio inicial.

Essa questão, ao se repetir com outros garimpeiros, apontam a estratégia de acúmulo do ouro por detrás da vida boêmia na vila do garimpo. Era mais complexo do que os garimpeiros na busca por diversão. As casas de prostituição e bebida eram maneiras de o dono do garimpo reter ali mesmo os ganhos dos trabalhadores. Principalmente, porque as mercadorias eram pagas em ouro e a balança para pesá-lo estava no caixa dos comércios. Não foi a moralidade ou a juventude que o desviaram do objetivo traçado, mas a organização do garimpo para acumular riqueza e não permitir ao trabalhador as condições dignas de vida e trabalho contribuíram, também. Eram os limites às possibilidades do sr. Francisco enriquecer ou sobreviver, diante daquela estrutura organizada.

No passado, quando estava no Maranhão, o sr. Francisco gerava valor para os grandes proprietários rurais. Lembrou-se como era o trabalho e o período da colheita.

Francisco: [...] Lá no Maranhão trabalhava assim... nas terras dos outros. Nunca tive coisa de tirar um terreno pra mim, não. Trabalhava pra... todo dia pros outros, pra mim mesmo fazer aquelas roças aí não, não dava nada

<sup>104</sup> LIMA; MOURA op. cit., 2017.

também. No final do tempo vendia aquele arroz todo na palha, pra colher no começo do inverno. Mas, não fazia nada não.<sup>105</sup>

Arrancava-se as plantações de arroz nas fazendas, no frio maranhense. As atividades agrícolas estavam vinculadas ao clima e as práticas da região, de negociar o produto para colher depois da venda já realizada. O fato gerava segurança ao comprador e ao vendedor, ainda que as safras pudessem não acontecer. O sr. Francisco não era o vendedor. Ele não teve propriedade privada e a jornada de trabalho era nas terras dos fazendeiros. Ao falar que nunca teve terreno, mostra-se que no período narrado o costume de ter a posse da terra à subsistência não era mais realidade como já nos revelou o sr. Domingos. Desse modo, se no passado era possível “tirar” a área para plantar e colher, isso tinha se alterado e aos pobres era necessário vender a força de trabalho “pros outros” nas “diarinhos acolá”.

Portanto, as trajetórias do sr. Francisco e do sr. Domingos demarcam a vida inconstante dos trabalhadores em vias de iniciarem o processo de deslocamento<sup>106</sup>, até chegar ao garimpo Pista do Cabeça. Os movimentos individuais possuem teias e inter-relações, interconectam-se na construção do processo histórico, com base nas experiências dos trabalhadores rurais. Assim, a vida instável do sr. Domingos e do sr. Francisco, aproxima-se ao vivido do sr. Arnaldo Galvão Souza, nas terras maranhenses.

O sr. Arnaldo, 59 anos, morou nos municípios Lago da Pedra e Paulo Ramos. Na região central do estado, ele trabalhou “de roça. Eu trabalhava de roça mais meu pai e meus irmãos. Não era ruim não, porque nós tínhamos as coisas dentro de casa”<sup>107</sup>. Apesar dele indicar que a família conseguiu se manter com o resultado do trabalho, a vida não foi fácil. Quando eu retomei o assunto dos afazeres no Maranhão, ele relacionou a terra com a falta de saúde:

Arnaldo: Trabalhava com roça. Com roça era. Não vou mentir pra você, era com roça. Eu era um mosquito. Eu pelejava. Eu nunca vi um lugar... se eu for lá eu nunca mais vou naquele lugar. Peguei uma terçã. Lá chama terçã. Cresce o bucho e mata. Morreu muita gente naquela época. Peguei uma tal de terçã lá que chega... aqui chama malária, mas a malária não dá frio igual

<sup>105</sup>LIMA; MOURA op. cit., 2017.

<sup>106</sup>Os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller, com base na análise do Censo Demográfico de 1970, chegaram ao número de 39 mil migrantes, que deixaram o Maranhão e partiram pela Amazônia. Os autores apresentavam os usos da terra como hipótese para o deslocamento. “As áreas inexploradas, em 1972, perfazem 63% das áreas dos imóveis; o peso das áreas aproveitáveis não exploradas sobre as inexploradas é em torno de 51%”. A partir da confusão sobre os dados da fonte citada, porcentagem e conceito, entende-se que as mudanças ocorreram relacionadas a concentração das terras. CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo; Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977. p.67-79.

<sup>107</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

lá. A terça ela começa a tremer todinho e você começa a ficar paludinho, amarelo e morre ligeirinho.<sup>108</sup>

O trabalho excessivo e a fome quase levaram o trabalhador ainda criança à morte. O sr. Arnaldo não disse que a barriga inchada e a cor amarelada da pele eram falta de alimentos nutritivos e a tremedeira era do cansaço decorrente das más condições de trabalho e de vida. Mas, ele citou a doença para explicar o trabalho. Ou seja, o trabalhador aproximou as duas situações vividas como se a exaustão e a falta de comida fossem decorrentes da malária, mas, principalmente, dos afazeres diários. Na vida dos garimpeiros foi recorrente as dificuldades vividas pela “terça”, que nos garimpos da região dizimou e favoreceu a expropriação dos trabalhadores. Então, o sr. Arnaldo associou a explicação plausível para o trabalho na roça e expandiu a análise quando o trabalho em excesso também dificultou o estudo, isso quando questiono-o se conseguiu estudar:

Arnaldo: Não [estudei]. Toda a vida foi roça. Naquele tempo não tinha escola. Tinha escola, mas era paga. Eu até comecei a estudar ainda, mas nós ia trabalhar. A pessoa que trabalha não estuda, não. Você sabe disso? Não é verdade? Ia trabalhar na roça, chegava e ia pra roça. Às vezes, ia de manhã e chegava à tarde ia pra roça trabalhar. Aí o cara... estudo é pra quem tem a cabeça boa. Não adianta você estudar... Não vou dizer eu estudei. Não vou mentir pra você. Naquele tempo não tinha chance igual hoje...<sup>109</sup>

O sr. Arnaldo perpassou as condições de vida enfrentadas durante o período escolar. Ou estudava ou trabalhava, até mesmo criança<sup>110</sup>, quando não existia lei de acesso ao estudo<sup>111</sup>. Assim, a rotina na terra, em tempo integral, não permitiu ao trabalhador continuar as disciplinas, ainda mais que a escola era privada e, ele não tinha condições de pagar. No processo de associação do trabalho na terra ao estudo escolar, questionou-me a propósito da argumentação construída e analisou-me como pessoa com quem dialogava.

Diante das dificuldades desse vivido, com 17 anos em 1975, o sr. Arnaldo mudou do Maranhão. Em 1982, chegou na Pista do Cabeça, casou-se com a sra. Maria Natália Gomes Vieira. Tornou-se padrasto dos três filhos dela. Nunca mais voltou à terra natal. O trabalhador

<sup>108</sup>Idem, ibidem.

<sup>109</sup>Idem, ibidem.

<sup>110</sup>De base no Censo Demográfico de 1970, dos 3.870.744 habitantes da região do Maranhão e Piauí, o maior número de pessoas 315.396 de 5 anos ou mais, tinham conseguido estudar apenas um ano. Cerca de 299.050 tinham completos dois anos de estudo, 206.644 três anos, 202.269 quatro a cinco anos, 119.649 de seis a nove anos, 37.137 de 10 a 12 anos e 9.281 estudaram de 13 a 17 anos. Portanto, a maioria da população tinha dificuldade de acesso ao estudo. *Tabulações Avançadas do Censo Demográfico: VIII Recenseamento Geral – 1970*. Fundação IBGE: Rio de Janeiro, 1971. p.29

<sup>111</sup>Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1998 e Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

manteve o corpo físico do garimpeiro, magro e com músculos aparentes, mas afirmou não trabalhar mais na extração do ouro. Ele não era aposentado e tinha a preocupação de conseguir acessar o direito previsto em lei como agricultor e não como garimpeiro, para isso guardou documentos dos arrendamentos e compra e venda de gado.

O sr. Arnaldo trabalhava nas terras do Laércio. Em troca do trabalho mantinha dentro da fazenda as 80 cabeças de gado que criava e com angústia buscava manter viva. “Que nem eu falo pra ela [Natália]: ‘Minhas coisa tá acabando. Meu gado tá morrendo’. Todo dia morre gado. Daí a gente fica preocupado, né? A crise da gente já tá feia, a gente tem dó de vender um bicho até pra comprar uma roupa pra gente e chega lá ele morto”<sup>112</sup>. A avaliação era de quem, de modo simples, mantinha o que adquiriu no garimpo, depois de ter passado pelos trabalhos nas grandes obras públicas no período da Ditadura Militar, na década de 1970<sup>113</sup>.

Em 1975, o sr. Arnaldo foi operário na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Ele trabalhou nas empresas Camargo Correia e Mendes Junior. Explicou-me os acontecimentos vividos:

Arnaldo: [...] Tucuruí eu trabalhei dois anos lá na firma. Tava construindo a barragem, naquele tempo. Faz tanto tempo que o presidente era o Ernesto Geisel e veio visitar nós. O presidente naquele tempo trabalhava. Aquele João Figueiredo de 15 em 15 dias ia na obra visitar lá. Ele tinha o jatinho dele. Ele vinha de São Paulo e baixava lá e de lá ia pra Itaipu. E aqui pra cachoeira da Balbina aqui em Manaus. O João Figueiredo eu conheci ele demais, ele chegava assim e a gente trabalhando. Até um dia ele entrou e nós trabalhando lá em cima dos andaimes de ferro. Eu era soldador e tinha um rapaz de Pinheiro, que ia soltar uma barra de ferro. Tem gente que é doido. Digo: “Você é doido de soltar essa barra de ferro aí”. Eu trabalhei em Tucuruí no tempo da barragem, faz tempo. Trabalhei em Tucuruí.<sup>114</sup>

O trabalhador foi soldador, isso o permitiu-o relacionar e criticar os políticos, ao avaliar que os antigos presidentes trabalhavam onde ele estava. Analisou-se a importância do trabalho realizado quando elencou a sequências de grandes hidrelétricas Tucuruí, Itaipu, Balbina construídas por eles durante a Ditadura Militar. E, ainda, quando das visitas dos políticos Ernesto Geisel e João Figueiredo na obra e, principalmente, na hora que ponderou as ações do colega de trabalho para evitar o acidente com o presidente da República. É a memória positivista do passado, que valoriza grandes nomes e obras, mas com o detalhe da experiência, dos perigos da profissão vividos ainda jovem, quando soldava barras de ferro nas

<sup>112</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>113</sup>Além das Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Balbina as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, também fizeram parte dos gastos públicos na Amazônia, durante os governos militares, da década de 1970.

<sup>114</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

alturas. Ou seja, se comparou como as pessoas conhecidas para se apresentar como igual ou melhor a elas.

Enquanto o sr. Arnaldo era trabalhador braçal e recebia visitas ilustres, o sr. Luciano Marques Lima não conseguia entrar na barragem de Tucuruí. Assim, o trabalho na grande obra pública estava no horizonte de expectativa do garimpeiro sr. Luciano, 64 anos, viúvo, uma filha, conhecido como Nego do Óleo e, também chamado de Zé do Óleo. O sr. Luciano era de Santa Luzia do Tide, região oeste do Maranhão. Mudou-se com 23 anos, em 1976. Alto, magro e músculos definidos, possuía o corpo do garimpeiro que continuava na lida diária entre a lama, o cascalho e o ouro. Ele chegou na Pista do Cabeça em 1982.

O garimpeiro repetia a palavra sossegado, como definição da vida desejada, quando o cotidiano era de trabalho e dores. “Eu falo mesmo: ‘Eu tô me matando dentro do garimpo’. Quando me aposentar eu tenho que cortar esse negócio de água, ficar muito dentro da água. Tenho que ficar mais assossegado. O cara não enrica mesmo”. A narrativa revelou a dura realidade de quem passou a vida na extração de ouro, adoeceu das pernas e ainda sonhava com a existência tranquila, já que a riqueza ele tinha certeza que não era para o trabalhador.

No Maranhão, foi lavrador. “Ah! Eu trabalhava era de roça. Todo o tempo. Durante os tempos que eu passei lá, trabalhando de roça. Não tinha o negócio de ter outro serviço, não. Era só a roça, mesmo”<sup>115</sup>. Entendia-se o trabalho rural como a única alternativa e essa continuidade da vida era ampliada à família. “Eles [os pais] mexiam com roça também. Foi levando meus irmãos tudo. Todo mundo. Eu acho que os que ficaram lá, tão tudo sossegado. Tem as coisas deles lá. Eu danei de andar pelo mundo. Pra ver se o negócio melhorava mais”<sup>116</sup>. A falta de informação dos familiares, nunca mais vistos, fez ele projetar o futuro possível para os irmãos.

Colocou-se como o filho que construiu a trajetória diferente e indicou o momento da partida, quando o meio de sobrevivência não possibilitava manter a dignidade, como os pais experimentaram. O trabalhador avaliava prováveis trabalhos quando a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí fora citada.

Luciano: [...]. O cara... por que na época se eu tivesse estudado. Não tava aqui não moço. Naquelas épocas, era melhor o cara se empregar em firma e tem muita firma naquela região toda. Se me empregasse naquele tempo numa firma, que nem na época que eu saí de lá tava começando aquela barragem de Tucuruí. Sabe se eu tivesse ao menos ter uma profissão, tinha ficado lá. Eu, né? Eu passei lá pertinho lá no repartimento que entrava pra lá.

---

<sup>115</sup>LIMA, op. cit., 2017.

<sup>116</sup>Idem, ibidem.

Mas nem lá eu fui. Porque o cara sem ter uma profissão... uma que não sabia nem mexer com um carrinho de mão. Que diabos ele vai buscar nesse lugar? Rapaz eu não sei dirigir nem carrinho de mão. Por que se botar um bagulho aí dentro eu saio empurrando e daqui um pouco ele vira aí. Derrama tudo no chão.<sup>117</sup>

O sr. Luciano se autoanalisou sem condições de trabalhar na barragem, porque sem estudo não tinha conhecimento suficiente para executar atividades dentro da obra. Era a desestruturação dos saberes que tinha de manter a terra viva. Então, definiu-se sem estudo e sem profissão, por isso trabalhador errante. Ele reforçou a concepção do ensino técnico do período militar. Caso fosse profissional da construção civil, com capacidade de atuar em grandes obras, tinha se fixado para ser funcionário de construtora.

A decisão de partir em busca de algo melhor estava composta de restrições e exigências aos homens pobres, sem estudo e sem trabalho. Embora em análise retrospectiva, a exigência ao trabalhador pareceu fictícia, como não saber conduzir o carrinho de mão, mas a seleção dos trabalhadores era real e as empresas criavam o barateamento da mão de obra e o exército industrial de reserva, nos tempos de riqueza na Amazônia.

Em 1973, a revista *Manchete*, na edição especial sobre a Amazônia, destacou os grandes investimentos públicos aplicados por vias estatais e empresas privadas:

A Amazônia entrou definitivamente na era da industrialização. E deve isso em grande parte à ação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que, instalada no dia 30 de novembro de 1966, em Belém, é hoje a responsável principal pelo planejamento dos estados e territórios que compõem os mais de 5 milhões de quilômetros quadrados da chamada Amazônia Legal. Só no ano passado, a SUDAM aprovou 86 projetos no setor da indústria, da agropecuária e de serviços básicos, representando investimentos globais de cerca de 2 bilhões de cruzeiros novos. Só em incentivos fiscais na região, até o final do ano passado a SUDAM aprovou 502 projetos, de mais de 6 bilhões de cruzeiros. Paralelamente à instalação das novas indústrias, foram criados na Amazônia, nos últimos sete anos, cerca de 54 mil novos empregos, sendo que 36 mil somente na indústria. Atualmente, a SUDAM estuda a viabilidade de mais de 116 novos projetos agropecuários, 16 para instalação de novas indústrias e 3 no setor de serviços básicos.<sup>118</sup>

O excesso de números, de incentivos fiscais e grandes obras e, principalmente, os “54 mil novos empregos” beneficiaram aos empresários paulistas e as multinacionais<sup>119</sup> e não aos trabalhadores. Ou seja, os projetos não eram “especiais” aos homens pobres. Pois, no processo

---

<sup>117</sup>LIMA, op. cit., 2017.

<sup>118</sup>O clarão da indústria. Edição Especial: Um novo Brasil - Amazônia. *Manchete*, fevereiro de 1973. p. 170

<sup>119</sup>CARDOSO; MULLER, op. cit., 1977, p.159.

de abundância da Sudam<sup>120</sup> e do sensacionalismo da Manchete, os trabalhadores sr. Arnaldo e o sr. Luciano compartilhavam com o sr. Raimundo Pinheiro Filho, a falta de trabalho e a pouca possibilidade de “estuda [r] a viabilidade” do futuro.

O sr. Raimundo, 61 anos, estudou até a quinta série, casado, três filhos. Ele nasceu no município Santa Helena, no Maranhão, onde viveu na roça com a família até os 17 anos. “O que nós plantávamos lá era arroz, feijão, milho. A lavoura lá, nós plantávamos mandioca para fazer farinha. Farinha puba e branca”. Sem capital constante, eles plantavam alimentos. O sr. Raimundo chegou na Pista do Cabeça em 1981, como garimpeiro conseguiu comprar um sítio. Ele não tinha se aposentado, trabalhava na reforma do pasto e continuava a garimpar nas terras da região.

O trabalhador nunca mais voltou ao Maranhão para ver o pai e o irmão, já que a mãe tinha morrido antes dele sair de casa. Em 1974, mudou-se em busca de serviço e foi no trabalho na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que o sr. Raimundo se ateve com detalhes ao narrar a experiência dele, após ser questionado como foi:

Raimundo: O trabalho na barragem [de Tucuruí]? Eu trabalhei em várias coisas. Primero, trabalhei numa firma chamava Delta. Ela serrava pra essas empresas maior, a Camargo Correa, Eletronorte... Essas firminhas trabalhava pra empresa grande. Era uma serraria. Aí fiquei uns três meses, não gostei muito daquilo. Aí saí, aí fui pra Eletronorte. Era no tempo... de eletricista. Aí fiquei tralhando uns quatro ou cinco meses também. Mas minha intenção era só saí pra vim pro garimpo. Aí depois, fui pra Omar Correa Terraplanagem. Aí foi onde eu demorei mais, fiquei uns seis, sete meses. Fazia manutenção na máquina. Aí esse eu fiquei mais ou menos gostando. Aí eu comecei a trabalhar de operador de máquina. Operador de máquina, lá aprendi alguma coisa i... aí foi onde eu demorei mais, foi ali na Omar Correa Terraplanagem. Trabalhava na beira do rio. Lá tinha o setor, né? Que a gente trabalhava, lá tinha o setor A, setor B e assim... Lá a cidade de Tucuruí, a cidade mesmo perdia pra ela [barragem] lá dentro. Lá dentro era tudo asfaltado, gente tudo que você pensar tinha lá dentro, tinha hospital, tinha tudo, tudo, tudo e casa de morar. Tucuruí que era uma cidade maior, não tinha... E lá ainda fiz um teste pra ir pro Irã. Irã e Iraque tava uma briga por isso que nós não fomos, ela tava fazendo levando muita gente jovem, e quase que eu fui, no fui por causa dessa... Teve que dar uma acalmada porque eles tava brigando lá, né? A guerra. Aí não deu. Mas ainda fizemô o teste de temperatura, né? 45° pra poder ir pra lá, porque lá é mais deserto, né? Quente. Fizemô teste, passamô. Várias pessoas passô. Os jovens passaram. E aí eu digo: “Já que não deu pra

<sup>120</sup> Assim como a SUDAM, constituída em 1966, outras instituições e projetos foram criados ou ampliados durante a Ditadura Militar para acabar com o “vazio demográfico” e “integrar” a Amazônia ao restante do país. De acordo os pesquisadores Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller os órgãos públicos e as políticas de ocupação e valorização da Amazônia foram: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA - 1934), a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA - 1953), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA - 1967), a Companhia de Pesquisa e Recurso Minerais (CPRM - 1969), o Plano de Integração Nacional (PIN - 1970), o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (1968), o Projeto Radar da Amazônia (RADAM - 1970). CARDOSO; MULLER, op. cit., 1977, p.109-128.

ir, eu vou bancar com o garimpo”. Aí foi quando vazei para Itaituba. Mas se não fosse a briga deles lá eu acho que eu tinha ido. Eles levaram muita gente naquele tempo, família parece que era seis meses e solteiro um ano, lá no país...<sup>121</sup>

O sr. Raimundo jovem e sem profissão não conseguiu se fixar em uma empresa e atuou em diferentes trabalhos. Primeiro na serraria, depois, como eletricitista. Os dois serviços não o agradavam e o pensamento era ir para o garimpo. Mas, mudou de função e como operador de máquinas avaliou ter gostado e, por isso, ficado mais tempo. Surgiu a alternativa de mudar de país. Não foi possível. Então, o garimpo apareceu como esperança, novamente.

Sinalizou-se que a saída para a extração do ouro não era definitiva, pois se adaptava às circunstâncias e trabalhos executados. No trabalho mais pesado, com ganhos menores a decisão apareceu como tomada. Na função melhor remunerada ou com perspectivas de crescimento e aprendizagem existiu a intenção de acompanhar a empresa ao estrangeiro. Porém, a rotatividade de funções em empresas subsidiárias ou subcontratadas das maiores, vencedoras das licitações dos governos militares, sinalizavam o fim do trabalho para ele, na construção da barragem.

Na Amazônia havia a opção de os trabalhadores ir à Jari Florestal e Agropecuária, que contratava empregados do nordeste a cada seis meses e admitia 5 mil homens. Em maio de 1974, o jornalista Lúcio Flávio Pinto escreveu sobre o empreendimento privado do americano Daniel Keith Ludwig<sup>122</sup>. Mas, o milionário era responsável pela exploração e pelas “deploráveis situações a que são submetidos os trabalhadores braçais das áreas pobres do Maranhão”<sup>123</sup>.

Tal denúncia tinha como fonte a matéria escrita pelo jornalista Edilson Martins, publicada no Jornal do Brasil, em 29 de abril de 1974. Nesta notícia original é possível encontrar pormenores da situação enfrentada pelos trabalhadores maranhenses<sup>124</sup>.

Os peões continuam morando em precárias palafitas e a alimentar-se terrivelmente mal - pirarucu, arroz mal cozido e feijão de baixa qualidade -, sempre sujeitos a febre, picadas de cobra, subnutrição, e aos mais diversos acidentes na mata (50 deles morrem, em média, por ano), além de

<sup>121</sup>PINHEIRO FILHO, Raimundo. [10 de novembro de 2018]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2018; Arquivo digital (1h44min.).

<sup>122</sup>O texto foi publicado, novamente, no livro *Amazônia: no rastro do sangue*, que é organizado por reportagens completas escritas pelo autor sobre a Amazônia, durante a década de 1970. Eu só tive acesso ao livro, que indica o ano da escritura, mas não onde ela foi publicada originalmente. Na apresentação, o autor afirma sobre os textos terem sido escritos “sobretudo” para o jornal *O Liberal*, de Belém. PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do sangue*. Editora Hucitec: São Paulo, 1980.

<sup>123</sup>Idem, *ibidem*, 1980, p.105.

<sup>124</sup>O texto foi publicado também no livro: MARTINS, Edison. *Miséria em Jari mata ilusões de cinco mil peões*. In: *Amazônia, a última fronteira*. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1980. p.57-68.

submetidos à implacável vigilância de policiais e cabos-de-turma, espécie de capatazes das empreiteiras, às quais prestam “serviços” e cega obediência.<sup>125</sup>

O texto não iniciou com o valor-notícia de novidade, mas apresentou o fato como continuidade de algo anterior. Isso porque o autor reforçava que nada tinha mudado “um ano após a visita do ex-Presidente Médici à sede do Projeto Jari, na Amazônia Legal, as condições sociais dos 5 mil peões que ali trabalham nas épocas de plantio e derrubada de árvores em nada mudaram”<sup>126</sup>. E diante disso, descrevia-se óbitos e condições de sobrevivência dos trabalhadores nas áreas da empresa, antes de serem dispensado com até “seis meses, senão menos”<sup>127</sup>. Depois da espoliação, eles estavam sem trabalho e errantes, novamente.

Desse modo, as escolhas dos trabalhadores, seja nas obras públicas ou empreendimentos privados, não eram totalmente livres. Embora fossem decisões e, não apenas completa falta de opção ou determinismo absoluto, perpassavam as condições ofertadas pelo capital e em alguns momentos, para os trabalhadores pobres, nada surgia. Assim, circular sem trabalho foi vivido pelo sr. Antonio Mario Ferreira.

O sr. Antonio Mario, 68 anos, nasceu em Arari, no Maranhão. Ele era casado com Sebastiana Fernandes Santos, tinha cinco filhos e apelido de Magro. Com estatura média, pele queimada do sol e não era mais tão magro como foi, quando suscitou o apelido. Mas, o corpo continuava marcado pelo uso da força que exerceu no garimpo manual, abriu e cuidou fazendas na Pista do Cabeça, desde 1981. E, ainda, ajudava o genro na chácara perto da cidade de Alta Floresta, para onde mudou depois de aposentar-se como trabalhador rural, em agosto de 2018.

Do início da vida no Maranhão, ele contou poucas memórias tristes, que viveu com a mãe e os irmãos. “Meu pai morreu de pneumonia. Eu era bem criancinha, acho que eu tinha uns três anos, pra quatro anos. Eu lembro um pouquinho ainda, que ele levava nós pra roça. Levava carregado no pescoço, enganchado. Eu ainda lembro, ainda”<sup>128</sup>. O carinho do pai esteve associado ao trabalho na roça, aonde acompanhava-o quando era pequeno.

Na escola, estudou apenas “uma cartilha”. “Sei ler pra não ficar pedindo pros outros um endereço”<sup>129</sup>. Lembrou-se do caminhar descalço para economizar as sandálias ganhas. “Porque lá no Maranhão era uma pobreza danada. Quem tinha... até hoje é assim. Quem tem, tem. Quem não tem, tem que comer o resto do outro. A gente foi criado assim, numa pobreza

<sup>125</sup>Idem, ibidem, 1980, p.07.

<sup>126</sup>MARTINS, Edison. Miséria em Jari mata ilusões de cinco mil peões. *Jornal do Brasil*. Segunda-feira, 29 de abril de 1974. 1º Caderno. Nacional, p.07.

<sup>127</sup>Idem, ibidem.

<sup>128</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>129</sup>Idem, ibidem.

danada, lá”<sup>130</sup>. A falta de comida marcou a vida, o apelido e a necessidade de mudar. “Eu saí de lá pra vê se melhorava a vida mesmo”<sup>131</sup>.

Nesta busca, os caminhos percorridos foram longos e o objetivo, nem sempre fora alcançado. Assim, a trajetória do sr. Antonio Mario, de circular sem trabalho, é significativa, pois foi o tema que deu início à entrevista. Ou seja, era o aspecto importante e repetido para reforçar a identidade de trabalhador, possivelmente, não só para nós, mas para as demais pessoas com quem conversava. Ele disse:

Antonio Mario: Eu sou natural lá do Maranhão, numa cidade de Arari. Aí, de lá eu vim lá pro município de Altamira, não do Pará, do Maranhão. Aí, fiquei andando com um irmão meu lá no Caldeirão. Fiquei uma temporada lá com ele. Cinco seis anos mais ou menos. Aí, de lá eu vim lá para o Pequiá, município lá de Açailândia, que hoje em dia deve tá emendado, era 14 quilômetros. Aí, passei uma temporada morando lá. Aí, mudei, passei bem um ano lá na Açailândia. Um ano e meio. Aí, de lá eu resolvi ir pro garimpo. Passei uma temporada lá, aí vim pro garimpo. Vim não, pensei que vinha. Cheguei lá em Belém, fiquei um mês lá em Belém. Eu tava num hotel só gastando dinheiro no hotel, pagando todo dia. Aí, os cara: “Ah, rapaz se você ir pro garimpo agora no inverno dá muita malária, hepatite. É perigoso morrer lá, deixa pra ir no verão”. Eu fiquei lá um mês e pouquinho, voltei lá pro Maranhão. Aí, fiquei até julho de 78 lá e vim pro garimpo e não voltei mais. Voltei só duas vezes, só. [...] <sup>132</sup>

Os processos de idas e vindas, com tempos e locais diferentes demarcaram o vivido do sr. Antonio Mario<sup>133</sup>, quando quase tornou-se o hóspede que delongava demais em Belém. Mas, enquanto se movimentava, os trabalhos realizados nos municípios não foram citados, somente o garimpo foi mencionado. A maior parte do tempo ele vagueou, fez viagens indefinidas, ou seja, foi migrante, pobre e sem emprego. A trajetória revelou que a tomada de decisão de ir trabalhar na extração do ouro não era simples e nem a aventura em busca de riqueza fácil. Era mais a corrida do ouro pelo trabalho, do que pela riqueza mineral. Portanto, depois se deslocar entre sete lugares, quando estava perto do destino traçado, foi alertado das doenças e chuvas. Por isso, retornou.

Em 1978, mudou-se ao primeiro garimpo. Ele indicou julho como o período de tal fato, o penúltimo mês de seca. Ou seja, a estação era argumento e reforçava a vontade dele

<sup>130</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>131</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>132</sup>FERREIRA, *op. cit.*, 2018.

<sup>133</sup>O personagem principal de Émile Zola, no livro *Germinal*, também viveu sem teto e sem trabalho “pelos caminhos, sem destino”. Publicada em 1885, a obra revelou que o operário Etienne Lantier circulou do sul ao norte da França no fim do século XIX. Ele vagueou para encontrar o que fazer até se tornar mineiro de carvão, nas galerias Voreux e Mirou. Ele permaneceu um ano trabalhando no subsolo mineral, quando foi despedido devido as ideias revolucionárias socialistas e a organização da greve, com duração de dois meses e meio. ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

não ir e antes, ainda, foi trabalhar na fazenda do Caldeirão, em Itaituba, no Pará. Ele deu ênfase ao processo:

Antonio Mario: [...] dia 28 de julho que eu cheguei em Itaituba. Aí, de lá, passei uns tempo, lá ainda. Ainda fui trabalhar... roçar bananal no doutor Caldeirão. Eu fui com um rapaz chamado Tonho, lá do Pequiá. Aí, ele pediu pra nós derrubar um pedacinho de mato pra ele. Nós não sabia derrubar. Quando fomos derrubar os paus, um jatobá já caiu e quase mata nós. Não matou ele por eu... os galhos ainda pegou nele e eu fiquei bem na pontinha do pau dessa grossura assim. Em vez de correr pro outro lado, corremos pra onde o pau caiu. O pau tava balançando e nós tava esperando decidir pra onde ia. Rapaz, eu fiquei surdinho da pancada no chão. E ele ficou todo ralado. Ficou dois meses doente. O dono tinha uma clínica lá em Itaituba. Cuidou dele, tratou dele. Quando ele sarou foi embora e não quis ir mais pra garimpo, não. Da vez que eu fui lá disse: “Tonho, tu ainda tá lá?” Ele: “Rapaz eu nunca mais vou em garimpo. Quase morro, não vou não”. Ficou com medo. Porque ele ficou todo ralado, braço, costela e a cara dele. Só os galhos que pegou. E eu fiquei bem no meio daquela forquilha. Caiu e cobriu eu de pó e eu fiquei lá no meio. Por nada tinha me matado.<sup>134</sup>

A falta de conhecimento para o trabalho expressa pelo sr. Luciano foi repetida pelo sr. Antonio Mario na extração da madeira, com execução e acidente. Fato que fez com que o amigo desistisse da ida ao garimpo. O medo da morte, provocava-o à superação e coragem para continuar o deslocamento até as terras de aluvião. Entende-se que depois do desastre, ele chegou ao garimpo e já era época de chuva, de doenças e, ainda, de menos trabalho. Ou seja, tudo o que ele tentará evitar.

Portanto, as experiências revelam amplas semelhanças. Os trabalhadores nasceram no Maranhão, plantavam e colhiam em família com conhecimentos tradicionais ou trabalhavam em fazendas. Decidiram-se partir pela sobrevivência, quando a vida ficou mais difícil. Como trabalhadores com esperanças frágeis não vislumbravam as colonizações, social, empresarial e oficial dirigida na Amazônia, como informava o jornalista Flávio Lúcio Pinto<sup>135</sup>, em 1974.

A colonização espontânea ou os projetos de colonização oficial e particular descritas pelo sociólogo Octavio Ianni<sup>136</sup>, em 1979, também não foram possíveis. E o garimpo ainda não era o projeto de vida. Por isso, procuraram empregos em obras públicas e fazendas, quando não conseguiram, transitaram longas distâncias sem trabalho, até a chegada nas terras com substâncias minerais, aonde continuavam os caminhos incertos, como nós discutiremos agora.

<sup>134</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>135</sup>PINTO, Lúcio Flávio. Mudança não melhora colonização (junho de 1974). In: Amazônia: no rastro do saque. Editora Hucitec: São Paulo, 1980. p.74-81.

<sup>136</sup>IANNI, Octavio. Colonização e Contra-Reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

O garimpeiro sr. Antônio da Conceição Rodrigues, 56 anos, apelido Baixinho Itaituba, vivia na Pista do Cabeça com a Maria de Lurdes dos Santos Souza, com quem teve dois filhos. Em 2017, ele tinha o pequeno sítio onde morava e trabalhava no corte de madeira para feitura das cercas, nas fazendas do entorno da Pista do Cabeça. Trabalho pesado enfrentado pelo trabalhador magro, baixo e, aparentemente, frágil. Mas, ele não fazia isso todos os dias. Caso precisasse, ele sabia de áreas com ouro, pois vivia na região desde 1984. Ou seja, mantinha-se garimpeiro.

O sr. Antônio nasceu em “Santa Terezinha do Tocantins. Na época ainda era Goiás, depois que dividiu, em 84 foi dividido o estado. Lembro até do primeiro governador, o Siqueira Campos”<sup>137</sup>. Ainda que a formação do estado de Tocantins tenha sido aprovada pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias em 1988<sup>138</sup> ao explicar onde nasceu o trabalhador relacionou com os acontecimentos políticos para dar ainda mais ênfase à vida. E, para demonstrar, o quanto ficou atento as mudanças históricas da região onde a família viveu.

Em 1979, quando ele deixou o estado era Goiás, articulou-se como Tocantins. “Quando eu saí do Tocantins, eu saí da minha região eu tinha 16 anos de idade, só pra você ter uma ideia. Eu quase não tive estudo. Fiz o quinto ano, só. E naquela época os pais da gente era muito... você sabe como é, né?”<sup>139</sup>. A utilização do recurso narrativo de interrogar para reforçar a verdade era a maneira de o trabalhador dizer que era digno de fé, pois o que falava era passível de confirmação. Deste modo, ao associar a pouca idade, a falta de estudo e a dificuldade de relacionamento com os pais, questionou-se a interlocutora a analisar o sofrimento e entender a dificuldade para rever a família, fato que aconteceu somente em 1997.

O sr. Antônio saiu para os garimpos do Pará. As informações circuladas do ouro extraído do garimpo da Serra Pelada, contribuiriam para que resolvesse ser garimpeiro, ainda muito jovem. Quando eu o interroguei de como soube da Serra Pelada, ele afirmou:

Antônio: Quando eu entrei, na época que eu entrei lá [Serra Pelada] tinha ouro demais, sabe? Quando eu saí de casa, inclusive até meu pai foi atrás de eu. Foi me buscar lá na Serra, ainda. E eu não fui pra casa. Disse: “Não vou, não”. Lá era o lugar que eu mais vi ouro na minha vida, foi ali. Mas você via e não podia fazer nada. Mas ali tiraram ouro mesmo. Cansei de ver cara passá com um tamborzão de 20 litros, pendurado num pau, os garimpeiros carregando. Só um pedaço, aquele barro. E era gostoso de se ver. Você só via mesmo, não podia fazer nada. Porque... ainda tinha uma lei braba lá, na

<sup>137</sup>PIRES, Ione Machado; RODRIGUES, Antônio da Conceição. [13 de setembro de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Samuel Rodrigues de Souza. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h40min.).

<sup>138</sup>Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988.

<sup>139</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

época tinha um comandante que era Sebastião Curió. Eu lembro até hoje. Se via assim, você doído pra fazer, mas você não achava vaga pra trabalhar. Daí tinha uma lei lá que não podia nem furão, as pessoas que não tinham carteira. Eles deram carteira para os que chegou lá e nem pessoa de menor, nem mulher entrava lá dentro [...]<sup>140</sup>

Para o trabalhador, a decisão de ir para o garimpo foi o problema e não a solução para o vivido. Pois, ele nunca teve contato com o ouro da Serra Pelada, só “era gostoso de se ver”. O sr. Antônio viveu como espectador da riqueza. A análise é de quem não conseguiu, não teve chance e vaga no garimpo, que movimentou os trabalhadores do ouro, desde o fim da década de 1970 e 1980. Sem carteirinha, ele não entrou nem na última categoria na escala social do trabalho garimpeiro. O furão estava abaixo do diarista e do meia-praça.

O repórter Ricardo Kotscho, na série de oito reportagens publicadas na Folha de São Paulo<sup>141</sup>, entre os dias 18 e 24 de dezembro de 1983<sup>142</sup>, analisou as disputas e a concentração da riqueza, quando 5% acumulavam 80% do ouro extraído pelos trabalhadores na Serra Pelada<sup>143</sup>. Em 1982, época de eleição, o jornalista indicou as transformações no processo de trabalho quando “os furões (garimpeiros não registrados que entram pela mata) já não eram ferozmente caçados pela Polícia Federal, como antes”.<sup>144</sup>

A vida dos trabalhadores igualados aos animais de caça não fora fácil quando o jovem sr. Antônio esteve na Serra Pelada. Mas, mesmo assim, ele tentou ficar. “Aí me tiraram uma vez, duas vezes. Umás três vezes me tiraram lá de dentro. E eu teimando pra entrar. Aí me trouxeram e me jogaram na cidade de Marabá, no Pará. Peguei um... nem um ônibus não era, era uma Kombi. Vim pra Itaituba”<sup>145</sup>. O trabalhador foi expulso e transformado de animal de caça em objeto enviado para Marabá, onde se restituiu e com humanidade decidiu pela partida. Foi-se para a região de Itaituba.

<sup>140</sup>Idem, ibidem.

<sup>141</sup>KOTSCHO, Ricardo. Uma chaga de ouro na Selva. Folha de São Paulo, 18 de dezembro de 1983. Capa; KOTSCHO, Ricardo. A dura realidade dos sonhos de riqueza. Folha de São Paulo, 18 de dezembro de 1983. p. 26; KOTSCHO, Ricardo. Amor e miséria na gangorra da fortuna. Folha de São Paulo, 19 de dezembro de 1983. p.15; KOTSCHO, Ricardo. Manhã na vida de bamburrados e blefados. Folha de São Paulo, 20 de dezembro de 1983. p.21; KOTSCHO, Ricardo. O dia em que Rita Cadillac parou o garimpo. Folha de São Paulo, 21 de dezembro de 1983. p.18; KOTSCHO, Ricardo. Adeus, em abril começa tudo de novo. Folha de São Paulo, 22 de dezembro de 1983. p.22; KOTSCHO, Ricardo. Sem o capital do ouro. Folha de São Paulo, 23 de dezembro de 1983.p.18; KOTSCHO, Ricardo. Curió abre fogo contra a mecanização. Folha de São Paulo, 24 de dezembro de 1983.p.14

KOTSCHO, Ricardo. Três erros ameaçam o futuro do garimpo. Folha de São Paulo, 24 de dezembro de 1983. p.15

<sup>142</sup>Elas foram publicadas como livro, com modificações nos títulos. KOTSCHO, Ricardo. Serra Pelada: uma ferida aberta na selva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

<sup>143</sup>KOTSCHO, Ricardo. Três erros ameaçam o futuro do garimpo. Folha de São Paulo, 24 de dezembro de 1983. p.15; KOTSCHO, Ricardo. Serra Pelada: uma ferida aberta na selva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p.103

<sup>144</sup>KOTSCHO, Ricardo. A dura realidade dos sonhos de riqueza. Folha de São Paulo, 18 de dezembro de 1983. p. 26; KOTSCHO, Ricardo. Serra Pelada: uma ferida aberta na selva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p.19;

<sup>145</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

Antônio: Naquela época, eu cheguei em Itaituba e lá os garimpos é tudo de voo. Itaituba não tem garimpo. Itaituba é cidade formada na beira do rio Tapajós. Então, lá não tem garimpo dentro. O garimpo mais perto que tem em Itaituba é 35 minutos de voo, só pra você ter uma ideia. Então, naquela época era só voo. Naquela época, também não tinha draga. Não existia nada. Tudo manual. Tudo era garimpo manual, quando eu cheguei lá. Aí você pegava voo pra aqueles garimpão doido, lá. Crepurizinho, Crepurizão, Mamoal, São Chico. Mil e poucos garimpos tem nos Alto Tapajós. Inclusive tinha até uns deles aqui que dividia entre Alta Floresta e até hoje faz essa linha, um bocado voava daqui de Floresta pra Itaituba. Mas, na época o foco mesmo era Itaituba. O aeroporto era no centro da cidade. Era 300, 300 e poucos aviões que pousavam lá por dia, só de garimpo. Aí eu cheguei e fiquei naqueles garimpos velhos. Mas só de tanta malária que eu peguei e disse: “Eu vou embora daqui, senão eu vou morrer de malária”. Eu fiquei de 79 até... fiquei cinco anos em Itaituba. Cheguei em 79 e saí em 84, foi...<sup>146</sup>

Repetiu-se cinco vezes o nome do município de Itaituba, tal proximidade carregava no apelido “Baixinho Itaituba”. As longas distâncias definidas pelo tempo de voo, a quantidade de aviões e o número de garimpos foram os elementos organizadores da narrativa. A estruturação se deu com a demarcação do presente-passado, “naquela época”, mas sem deixar de considerar aspectos de permanência passado-presente, “até hoje”. Explicou-se os garimpos de voo em plena floresta amazônica e como chegou ao Crepurizão, Crepurizinho, São Chico, Mamoal, Trairão e Novo Progresso. Agora, ele voava como pássaro. Ou seja, como trabalhador volante, livre para vender a força de trabalho, movia-se inclusive para os garimpos manuais às margens do rio Tapajós, sudoeste do Pará.

O sr. Sebastião Alves Couto também garimpou no Pará, porém esteve no sudeste do estado, em Tucumã. O sr. Sebastião, de apelido Promix, 67 anos, pouco estudo, solteiro, sem filhos, nasceu no Pernambuco e mudou para Goiás ainda criança, na região de Uruaçu. No local de intensa luta pela terra, ele trabalhou na lavoura. Em 2017, ele morava sozinho, vivia do auxílio idoso e arrendava terra para manter 100 cabeças de gado, compradas quando garimpava na Pista do Cabeça.

Em 1973, ele trabalhou com substâncias minerais em Serra Branca e Nova Roma no Goiás, passou por Roraima e no baixo Amazonas. Mas, analisou a vida no garimpo explorado por mineradora, na região de Tucumã, quando na dinâmica da entrevista, nós falávamos das pistas e do sofrimento. Ele narrou:

Sebastião: Era só de avião. A carne mesmo, quando chegava e você chegava tinha dia que não tinha. Lá no Pará mesmo, eu trabalhava lá na área de Tucumã, na Promix [Produtora de Minérios Xingu S.A]. Um avião descia,

<sup>146</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

um avião de carne, você tinha que fazer igual carcará, voar num pedaço de carne. Se dessê três quilos, cinco quilos, era aquele, senão você ficava sem carne. Eu fiz isso várias vezes lá na Promix, na Pista do Ari. Chega um avião de carne, tem 2.800, 2.826 pessoas dentro do garimpo. Um avião não cabe nem 500 quilos. No dia que vinha, só vinha um avião, ou você pegava um pedaço que dessê dois quilos, dessê dez, era aquilo que o cara pesava pra ti. Lá que você dividia com um amigo de barraco.<sup>147</sup>

A fome levou-o a se comparar com a ave de rapina para garantir a alimentação. Se pensássemos a quantidade de carne e o número de pessoas e, ainda, se a divisão da carne fosse feita igualmente, cinco quilos por pessoa eram suficientes para alimentar todos. Mas, a média não explicava tudo, pois evidenciava-se a irregularidade da chegada da carga e, principalmente, a divisão do alimento não era justa, por isso da metáfora do animal que disputa com outros a carne. O garimpeiro destacava o passado nos garimpos, que só eram possíveis chegar por via área, com alimentação racionada. Contudo, o que ele interpretou foram as brutalidades vividas no trabalho na empresa de extração de minério, minimizadas com as relações estabelecidas entre os trabalhadores, como repartir a comida ou, até mesmo, realizar furtos para sobreviver.

As redes de relações foram decisivas para o sr. Arnaldo partir para o garimpo<sup>148</sup>. Narrou-se a chegada aos garimpos de Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso, em 1979. Quando eu o perguntei sobre a idade da mudança. Ele respondeu:

Arnaldo: Eu ia inteirar 18 anos em dezembro e saí em maio [do Maranhão]. Daí vim pro lado de Açailândia. De Açailândia vim pro lado do Pará. Passei dois anos no estado do Pará, aí eu passei três anos no Pará, quatro anos quase. Aí, eu vim pra Tucuruí. Aí, passou uns colega meu lá no Tucuruí: “Rapaz, vamô embora pro Mato Grosso que lá é bom?” Aí, eu vi aquilo: “Pois eu vou”. [...] Aí viemô, chegomô em Peixoto de Azevedo. Você já ouviu falar em Peixoto de Azevedo, né? Peixoto de Azevedo é uma cidade grande hoje. Só tinha um barraco no meio da estrada. Essa estrada aí era bem novinha. Estrada aí das Serra do Cachimbo que vai pra Santarém. Os caras estavam acabando de ampliar ela, ainda. No tempo que rodava um ônibus chamado Maringá. Maringá que rodava nessa estrada. Aí cheguei no Peixoto só tinha um barracão no meio da estrada que vendia as coisas. Aí, quando nós foi pro Baixão Novo lá quando eu cheguei já tinha uma currutela, bem grande já. “Rapaz mais aqui tá crescendo”. Aí, fui trabalhar. Aquele movimento que parecia que tinha de tudo lá. Era gente que vinha de Itaituba, de Santarém... aí, começaram a matar gente demais lá. Todo dia você chegava assim, e o povo matava os outros, atirando nos outros. Peão drogado, só pode. Eu não usei essas coisas, não sei nem o que é isso. Vejo

<sup>147</sup>COUTO, Sebastião Alves. [21 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (47min.).

<sup>148</sup>O sr. Arnaldo foi garimpeiro em Roraima, Rondônia e Macapá. No Mato Grosso, em Peixoto de Azevedo e Alta Floresta, onde ele trabalhou no garimpo Planeta vizinho ao rio Apiacás, na Agropecuária Mogno perto do rio Paranaíta e no Igarapé Jaú próximo à vila garimpeira da Castanheira.

falar, mas não sei o que é isso. Nunca usei negócio de droga, não sei nem o que é.<sup>149</sup>

Buscou-se amenizar o fato de ser menor de idade, pois “ia inteirar 18”. E a mudança foi possível porque os amigos mensageiros ajudaram com o convite e com informações “lá é bom”. Ele foi convencido de que o lugar era agradável e criou-se o desejo de mudança por meio da persuasão. Mas, não era tão perfeito e as drogas não eram as únicas responsáveis pelos perigos vividos nas terras com ouro. Assim, as substâncias apareceram como forma do trabalhador se distanciar dos fatos violentos. Envolvia-se com a garimpagem e com as drogas e mortes, não. Ele continuou ao falar da dificuldade que o fez partir, outra vez. O inimigo, agora, não estava personificado na droga, mas na doença.

Arnaldo: Aí, me deu uma malária lá [em Peixoto de Azevedo]. Começou dar uma malária lá, numa grota lá que todo dia nós não trabalhava, não. Todo dia carregando gente na rede. Você pegava aqui e deixava lá na frente, aí outro pegava e ia levando pra currutela. Aí chegava na comunidade do Peixoto de Azevedo eles não sabia de nada, aplicava uma injeção e fazia era matar o rapaz. Morreu muita gente lá, viu. Gente demais. Aí tinha uma cidadinha aqui perto, aí eu ouvi falar de Sinop. Sinop era mais pequeno que essa currutela aqui. Você pode acreditar. Umas casinhas velhas verde de taúba. Quando eu falo pro povo o povo fica assim... “Rapaz, Sinop conheci mais pequeno que essa currutela aqui”. Pra ver como é as coisas. Umas casinhas velhas de taúba, quem vai no rumo da cidade de Vera. Lá tinha um hospital que era do governo. E as enfermeiras eram tudo da Itália e dos Estados Unidos. Trabalhava com aquele povo véio, né? Aí, eu não voltei pra lá mais não...<sup>150</sup>

O sr. Arnaldo que já tinha sofrido com a malária quando criança, demarcou a ajuda mútua no cuidado dos homens doentes, em meio às terras com ouro. Enquanto, isso a doença e o tratamento, foram avaliados como agressões aos garimpeiros. A narrativa sugeriu ainda os seguintes questionamentos: Por que na região onde era o foco da malária não havia tratamento adequado? Por que os cuidados aos doentes só eram possíveis longe? Sem respostas, a decisão do sr. Arnaldo foi de se retirar em busca de outros locais para trabalhar. Ao descrever o município de Sinop apenas como pequena vila de casas, indicou-se que a escolha de adentrar em direção ao interior da floresta, e sair da BR-163, ligação de Peixoto de Azevedo até Sinop, foi a decisão corajosa e acertada, na época.

O sr. Raimundo trabalhou em Peixoto de Azevedo, quando o município se parecia com a Sinop de “casinhas velhas de taúba” descritas pelo sr. Arnaldo. Em Peixoto de Azevedo exerceu a atividade na extração do ouro. No momento da entrevista, quando eu afirmei que

<sup>149</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>150</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

ele poderia começar a contar sobre a vida dele e o questionei de onde veio. O sr. Raimundo disse:

Raimundo: Eu vim do Maranhão, né? Eu vim direto pro Pará, trabalhei na barragem. Mas, minha intenção era ir pro garimpo, aí vim pra Itaituba. Aí de Itaituba fiquei mais uns seis meses ali. Depois de 79 surgiu a fofoca do Peixoto [de Azevedo]. Aí viemô pra cá em 79. Chegamô no Peixoto na abertura, eram dois barraquinhos na beira da estrada. E aí chegamô ali, posamô ali aquele dia, no outro dia fomô pro baixão. Fiquei ali um ano. Em 80, vim pra Alta Floresta. Fomô pra Paranaíta. Primeiro, no Novo Satélite. Só no Juruena que eu não fui. Apiacás, Santa Rosa, Ximari, toda aquela região ali eu trabalhei...<sup>151</sup>

O lugar apareceu em construção a partir das primeiras casas. Ou seja, ele chegou e fez história. Era a “abertura”. A vila garimpeira não estava formada e os garimpeiros trabalhavam, principalmente, nos baixões próximos ao rio Peixoto de Azevedo. Os índios Kreen Akarore, que foram pautas das notícias publicadas pelo O Estado de Mato Grosso, em 1972<sup>152</sup>, quando moravam à margem esquerda do rio<sup>153</sup>, não foram encontrados pelos trabalhadores. A Funai já tinha os retirados das terras tradicionais e levado ao Parque Nacional do Xingu ou, ainda, eles tinham fugido ou morrido nas transformações das condições de vida, e as mortes continuaram.

Em 1982, no local tinha os garimpos Boca da Mata, Baixão Velho, Grota Rica, Grota do Simão<sup>154</sup>, Novo Mundo, Braço Norte, Fazenda Cachimbo, Peixoto, Peixotinho, Rio Peixoto de Azevedo, Garimpinho, Rochedo<sup>155</sup>e, ainda, a Grota Rica, Grota da Pista, Córrego Cipó, Córrego Sandú e o Córrego Mixaria<sup>156</sup>. O sr. Francisco<sup>157</sup> trabalhou nos baixões, mas revelou aspectos das ruas da vila garimpeira, quando fora questionado sobre as mortes.

Francisco: Ah! Você chegava numa rua assim, como bem você chegava saía de uma rua chegava em outra, daqui a pouco lá tava um bocado de gente. Vai lá tem um morto. “Não, pra cá não. Vou pra cá”. Quando chega aqui, tem outro bocado de gente, quando você chega tem outro morto. Ali no Peixoto [de Azevedo] eu vi isso. Entrava numa rua daquelas, quando se espantava: “Vou mais pra cá”. Vai na outra e tinha outro. Lá era assim.<sup>158</sup>

<sup>151</sup>PINHEIRO FILHO, op. cit., 2018.

<sup>152</sup>Sertanistas se aproximam das Aldeias dos Gigantes. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 17 de abril de 1972. p. 06

<sup>153</sup>Índios gigantes terão reserva. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 06 de dezembro de 1972. p. 06

<sup>154</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros – Estado de Mato Grosso executado pelo CPRM e coordenado pelo DNPM. Relatório Anual, 1982. 117p. p.03

<sup>155</sup>Idem, ibidem, p.04.

<sup>156</sup>Idem, ibidem, p.07.

<sup>157</sup>Ele trabalhou nos garimpos da região Itaituba no Pará e no Mato Grosso garimpou em Alta Floresta no Planeta, Castanheira e Mogno.

<sup>158</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

Para o sr. Francisco, os contornos das ruas ganharam sentido quando narrou as vidas finalizadas. A movimentação das pessoas, dos corpos caídos no chão e encontrados por ele enfatizavam os riscos vividos “lá”, distante de onde morou e estava no momento da lembrança. Apresentou-se como quem viu e passou pelos acontecimentos sem se envolver, bem como aconteceu com o sr. Arnaldo, quando relacionou violência e drogas. Assim, ambos indicavam a distância daqueles fatos como estratégia para sobreviver no garimpo.

O sr. Luciano esteve nos garimpos do Pará e do Amazonas. No Mato Grosso, trabalhou no Planeta, Jaú e também em Peixoto de Azevedo. Falava-se dos garimpos perigosos, quando o trabalhador lembrou:

Luciano: No Peixoto [de Azevedo] e no Jaú [Paranaíta-Alta Floresta]. Jaú era perigoso mais do que o Peixoto. Ali não era coisa do cara chegar e... eu nunca fiz frequência nesses garimpos. Que nem no Peixoto mesmo minha passagem lá era... tinha vez que chegava de manhã, passava o dia, dormia e no outro dia cedo tava saindo. Não saía nem do hotelzinho véio que eu tava, ficava lá. Lugar perigoso, mesmo. E, ali no Jaú eu fiquei uns dias, mas eu vinha do baixão pra currutela só pra comprar umas coisas. Sempre eu gostei de fumá. Chegava, comprava meu cigarro e voltava pro baixão. Não ficava não.<sup>159</sup>

O garimpeiro comparou os locais para extração do ouro a partir da rotina e dos cuidados que teve para continuar a viver. A gravidade do dia a dia dificultava a continuidade do trabalho. Não permanecer na vila garimpeira, por longo período, era a maneira dele se manter afastado dos riscos, já o local de trabalho era seguro. Mas, no garimpo Jaú, em Alta Floresta, avaliado com excesso de perigo, foi onde ele permaneceu por mais tempo.

Até aqui é possível delinear o caminho percorrido pelos trabalhadores, no processo de migração para fixação de moradia na Pista do Cabeça. De modo geral, sem considerar as especificidades de cada trajetória individual, mas a experiência social, eles saíram do Maranhão e chegaram no Pará. Os garimpeiros Passaram por Tucuruí, Açailândia, Belém, Serra Pelada e Itaituba. No Mato Grosso, eles foram para Peixoto de Azevedo e, depois, aos garimpos de Alta Floresta. Seguiram ao garimpo Planeta<sup>160</sup>, aos garimpos de Paranaíta, na Fazenda Mogno até a Pista do Cabeça. Agora, nós vamos conhecer os trajetos finais no processo de transformação do trabalhador rural em garimpeiro da Pista do Cabeça.

<sup>159</sup>LIMA e MOURA, op. cit., 2017.

<sup>160</sup>O garimpo Planeta também é denominado de Novo Planeta. Eu decidi pelo nome Planeta quando citado no texto. Mas, eu mantive o nome nas fontes, como no original.

O sr. Domingos esteve nos “Garimpos de Alta Floresta”. Soube-se da garimpagem a partir das divulgações feitas pela rádio Nacional de Brasília. As dificuldades vividas, entre o Maranhão e o Pernambuco, as notícias ouvidas e a possibilidade de encontrar belas mulheres na casa de shows Saramandaia contribuíram para que ele decidisse migrar para trabalhar na extração do ouro. Após conhecer as terras minerais em Peixoto de Azevedo, ele passou por diferentes garimpos.

Em Alta Floresta, foi-se aos garimpos de Paranaíta e ao Planeta. “Apiacás. Só lá não trabalhei. Só dei umas corrigidas lá, e aí não trabalhei, não”<sup>161</sup>. A decisão foi tomada a partir a avaliação de que não era fácil encontrar a vaga para garimpeiro no Planeta. Desde 1978, nas terras públicas adquiridas pela colonizadora Indeco S.A Integração, Desenvolvimento e Colonização, por meio de ações do governo federal para Amazônia<sup>162</sup>, as dificuldades enfrentadas pelos garimpeiros eram complexas, como no garimpo Planeta, onde o sr. Domingos só fez testes rápidos para ver se encontrava ouro, deu “umas corrigidas” no dizer do garimpeiro.

Em 1977, o sr. Julião Moreira Lobato chegou para trabalhar em Alta Floresta. Ele nasceu no Maranhão, viveu na roça com os pais e os irmãos. O sr. Julião, 72 anos, era viúvo, três filhos, pouco estudo. Aposentado como trabalhador rural se dividia entre a cidade e a moradia no garimpo Pista Nova, onde mantinha ferramentas e o trabalho no garimpo manual. Ele disputava com o senador Jaime Verissimo de Campos, na Primeira Vara Cível da Justiça do Estado de Mato Grosso, por ação de usucapião, a Fazenda Vale Meus Deus de 274,5846 hectares.<sup>163</sup>

Tornou-se garimpeiro na região de Itaituba, nos garimpos do Alto Tapajós. Quando mudou para o Mato Grosso foi trabalhar no garimpo Planeta. O sr. Julião narrou como foi chegar e trabalhar naquelas distantes terras com ouro, quando questionado sobre o assunto.

Julião: Rapaz, no começo que nós começamos trabalhar [no garimpo Planeta], era muita gente, também. Ia de voo, também. Era manual, também. Trabalhando manual. E aí depois fizeram pista. Eu fui varando pro Planeta. Eu fui varando, só que depois fizeram pista. Só que eu não fui de avião. Eu fui varando. Eu fui pra Paranaíta, da Paranaíta nós fumô pra Castanheira, aí um carro foi deixar nós na beira do rio Paranaíta, lá embaixo. Da onde o carro deixou nós pra nós chegar até no garimpo, nós gastamos uns cinco dias

<sup>161</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>162</sup>JATENE, op. cit., 1983; GUIMARÃES NETO, op. cit., 1986; IANNI, op. cit., 1979.

<sup>163</sup>Diário da Justiça Eletrônico - MT - Ed. nº 9239 Página 719 de 1180. Disponibilizado - 17/2/2014 Processo Nº: 0 / 2013 Cod. Proc.: 111095 Nr: 6700-37.2013.811.0007.

varando na mata. No meio da matona. Aí fiquei lá trabalhando, fiz uns fagulho de ouro bom.<sup>164</sup>

No dia da entrevista, nós encontramos sr. Julião sentado embaixo dos pés de manga, na antiga vila garimpeira que ajudara a abrir. Era outra pista de pouso de aviões. Vizinha da Pista do Cabeça, a Pista Nova ou Pista do Padeiro, foi construída pelo comerciante Raimundo José de Carvalho, de apelido Padeiro, e pelos garimpeiros como o sr. Julião. Ao descrever o garimpo do Planeta pela quantidade de gente, pela necessidade de chegar de voo e devido ao trabalho manual, apropriou-se três vezes da palavra “também”. Ou seja, ele comparou o garimpo do Planeta com os garimpos da região da Pista do Cabeça, que tiveram características parecidas, no início da década de 1980, inclusive a Pista Nova, que ajudou a construir e onde viveu.

Com isso, apresentou-se os caminhos percorridos e ressaltou as dificuldades para chegar pelo meio da mata a pé, varando como diziam os garimpeiros, até o local da extração do ouro, no garimpo Planeta. A repetição da palavra varação faz transparecer como o sr. Julião entendeu o processo de trabalho como esforço e determinação. Isso porque além da distância percorrida, durante a viagem, eles levavam somente o cesto de palha indígena, jamaxim como diziam os garimpeiros. No objeto pendurado por fita larga de fibra na cabeça era possível de carregar até 50 quilos de alimentos, para os dias vividos no meio da floresta.

A caminhada durava cinco dias e a última parada dos trabalhadores, antes de adentrar a mata, era a vila garimpeira da Castanheira. Após eu perguntar se o Planeta era mais antigo que o garimpo de Paranaíta, o sr. Julião explicou:

Julião: Não, já tinha as casinhas [Paranaíta]. Mas, não a cidade ainda. Tinha as casinhas. Porque nós ia pro Planeta e passava lá. Mas tinha mesmo era Castanheira lá na frente. Aí os garimpeiros vieram, aí não voaram pro Planeta, ficaram na Castanheira trabalhando lá. No baixão da Castanheira, porque acharam uns garimpos lá. Acharam muito garimpo lá. Aí foi quando o Ariosto [da Riva] começou. Que o Ariosto não queria garimpo, só queria agricultura. Aí começou a maltratar os garimpeiros, que não era pra ficar na região, né? Aí depois que a gente tava no Planeta trabalhando lá. Só queria que a gente fosse, se fosse era pra ir direto pro Planeta, não era pra ficar fazendo pizeiro por ali. Só que a gente pegou o carro em Alta Floresta e fomô pra beira do rio Paranaíta lá embaixo. Nós chegava ali em Alta Floresta e já pegava o carro pra ir embora. Não ficava fazendo amoagem ali não.<sup>165</sup>

<sup>164</sup>LOBATO, Julião Moreira. [13 de setembro de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h12min.).

<sup>165</sup>LOBATO, op. cit., 2017.

A Castanheira apareceu como o primeiro lugar dos garimpeiros na região, a paragem antes da saída para o garimpo do Planeta e também local com ouro, possível de os garimpeiros trabalharem. Ou seja, a Castanheira era importante para o trabalhador assim como o garimpo Planeta. Em 1981, a Castanheira, tinha “mais de sete mil pessoas e com 300 barracos construídos”<sup>166</sup> e ficava perto dos garimpos Igarapé Jaú, Porcão, Zé Vermelho, Zé da Onça e Porto de Areia<sup>167</sup> próximos ao rio Paranaíta e Teles Pires<sup>168</sup>. O sr. Julião ampliou a explicação de como eram as relações com o dono do garimpo Planeta para onde ele ia depois de passar pela vila garimpeira em Paranaíta. Quando eu questionei se o carro utilizado para o deslocamento dos trabalhadores era da empresa do Ariosto da Riva. Ele respondeu:

Julião: É da própria empresa [Indeco S.A Integração, Desenvolvimento e Colonização]. Aí, eles mandavam pegar a gente e levar pra lá. Porque o garimpo no Planeta era dum funcionário da empresa deles. Seu Benedito [Vieira da Silva], chamava Ditão. Seu Ditão. Ele era da empresa, né? Aí, os caras acharam o Planeta, aí não tinha como trabalhá. Aí, vieram pra Alta Floresta pra falar que tinham achado um garimpo e tal que ia... sociedade e tal. Aí, o véio falou: “Então, vamô se associá”. Aí, começaram. Aí começou, levava gente pra lá, pra deixar lá. Da beira do rio Paranaíta nós passamô uns cinco dias pra chegar no Planeta. Lá também era só manual. Não tinha draga, não tinha nada. E ele levava o rancho pra vender lá pro povo.<sup>169</sup>

O sr. Julião enfatizou o protagonismo dos trabalhadores na descoberta do ouro no garimpo do Planeta. Eles propuseram sociedade ao Ariosto da Riva, acionista da empresa Indeco S.A Integração, Desenvolvimento e Colonização, que era proprietária de 567.669 hectares<sup>170</sup> e comprou por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat) mais 400.000 hectares<sup>171</sup> no município de Aripuanã. Ou seja, eram 967.669 hectares que contemplavam a região onde a Indeco formara as localidades de Alta Floresta e Paranaíta e, eram expandidas no sentido onde estava localizado o garimpo Planeta.

Em 1979, o jornalista Luiz Salgado Pinheiro escreveu a respeito de o ouro encontrado no Planeta. Publicada, nos jornais Estado de São Paulo<sup>172</sup> e no Estado de Mato Grosso<sup>173</sup>, a

<sup>166</sup>O Policial. Cuiabá: Ano II, número 5, julho de 1981. Revista editada por A.L. Ramalho. p.23

<sup>167</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982.

<sup>168</sup>Na década de 1970, a região já era conhecida como Paranaíta, devido ao rio homônimo, e pertencia ao município de Aripuanã. Em dezembro de 1979, transformou-se no distrito de Alta Floresta. Em 13 de maio de 1986, no município de Paranaíta.

<sup>169</sup>LOBATO, op. cit., 2017.

<sup>170</sup>Ata da Assembleia Geral da Indeco S.A Integração, Desenvolvimento e Colonização. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 12 de setembro de 1973. p.16

<sup>171</sup>Ata da Septuagésima Quinta Reunião da Diretoria da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, em 14 de setembro de 1973. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 02 de janeiro de 1974. p. 11-12.

<sup>172</sup>PINHEIRO, Luiz Salgado. Na selva, mais uma corrida de ilusão. Estado de São Paulo, quinta-feira, 8 de fevereiro de 1979. p.27

reportagem estava dividida por ambiguidades como certeza e incerteza, profissional e não profissional. Nos ateremos nas incertezas. Portanto, a primeira era sobre a quantidade de ouro extraído. Para os garimpeiros era 700 quilos e para o Benedito era 200 quilos. Após esta, a matéria continuou, como podemos ler, neste longo trecho:

Na selva, mais uma corrida de ilusão

[...] Outra dúvida insistente é sobre quem achou a jazida de ouro, Ariosto da Riva, empresário, colonizador, ex-garimpeiro e dono da área do garimpo, assegura que a jazida estava descoberta desde 1972: “Quem descobriu foi o pessoal do grupo Atalla. Foi feita a prospecção por geólogos e eles concluíram que não seria viável a exploração mecanizada da lavra. Também não houve interesse em abrir a jazida a garimpeiros. Tudo ficou em segredo”. A partir daí a história contada por Riva é aceita com muitas reservas pelos garimpeiros: “Depois disso, comprei essas terras com o objetivo de colonização e continuei mantendo o sigilo, porque colonização e garimpo são coisas conflitantes. Agora, os garimpeiros descobriram a área e foi impossível evitar a corrida. Mas, vou fazer desse garimpo um modelo com hotel, hospital, pista de pouso, cabaré e toda a assistência ao garimpeiro”. Essa última parte, o empresário (que agora tem 10% de todo o ouro extraído) garantia que ia fazer há 15 dias, antes de o garimpo ter sido tomado por centenas de garimpeiros.

Para os garimpeiros, a história de Riva é “furada” porque “geólogos não acham garimpo nenhum”. “E vê lá se o homem ia deixar esse mundão de ouro debaixo da terra, esse tempo todo, só para não atrapalhar a colonização”, observa com ironia o maranhense Raimundo Campelo da Silva. A grande maioria deixa com Edلزito e Marabazinho, dois garimpeiros paraenses que abandonaram o velho garimpo do Juruena para fazer exploração na região, o novo mérito de ter descoberto Novo Planeta.

Esterlino Carvalho dos Santos, irmão de Edلزito, se encarrega de contar o que ele classifica de longa e penosa exploração. “Edلزito e Marabazinho levaram um ano e três meses para encontrar esse garimpo. Eles ficaram meses dentro do mato, sem ninguém saber onde estavam. Comiam caça, palmito, peixe e castanha. De vez em quando, iam à pista do Juruena pra comprar farinha, munição e outras coisas. Depois voltavam a explorar as cabeceiras dos rios entre o Juruena e o Teles Pires. É uma vida de muito sofrimento, mas há 12 anos que meu irmão só faz dessas explorações”.

Foi em outubro de 1977, segundo Esterlino, que seu irmão e Marabazinho acharam o ouro. Edلزito voltou para Itaituba com 277 gramas, vendeu esse ouro e retornou ao garimpo acompanhado de mais quatro homens. “Eles foram de avião até a pista do Juruena, de onde caminharam dez dias pela selva, ao rumo leste, até Novo Planeta. “Essa segunda exploração demorou quatro meses e rendeu 12 quilos de ouro para Edلزito, que organizou nova exploração, já em agosto de 1978, e entre os 50 homens eu estava também”, conta Esterlino.

Na época, o grupo já contava com o lançamento de alimentos feito por aviões que vinham de Itaituba e o segredo sobre o garimpo acabou se espalhando. Em fins de setembro de 1978 começaram a chegar garimpeiros, vindos de todos os lados. Foi a primeira corrida, na qual os aventureiros usaram o mesmo caminho dos descobridores: avião até a pista do Juruena, depois caminha de dez dias até Novo Planeta.

<sup>173</sup> Idem. Na selva, mais uma corrida de ilusão. Estado de Mato Grosso, sábado, 10 de fevereiro de 1979. p.02

Depois, novos caminhos começaram a surgir e a descida do rio Apiacá em pequenas “voadeiras” foi uma das opções usadas, apesar das perigosas corredeiras. Foi assim que morreram três rapazes que tentaram descer o rio em uma canoa carregada de mantimentos, que acabou despedaçando em um dos trechos encachoeirados. A corrida se prolongou até dezembro, quando Ariosto da Riva decidiu interditar o garimpo e retirar de lá todos os homens que estavam trabalhando. Segundo ele, para construir uma pista de pouso e organizar o garimpo antes de reabri-lo.

Dizem que não houve violência para limpar a área, graças à experiência de Benedito Vieira, ex-garimpeiro, contratado para isso. Na base da conversa ele convenceu inúmeros garimpeiros a saírem da área.

O fracasso da tentativa de limpeza da área acabou provocando a segunda corrida, desta vez bem mais violenta e indiscriminada. Não só garimpeiros, iam para o Novo Planeta. Lavradores, peões de derrubadas, comerciantes, motoristas de táxis, carpinteiros, pedreiros e até funcionários de escritórios todos se arriscaram, a maioria sem levar ferramentas para cavar a terra e nem alimentos para a grande caminhada pela mata, que para alguns chegou a demorar cinco dias. [...] <sup>174</sup>

Em dezembro de 1978, sem se importar com a certeza da autoria da descoberta do ouro do garimpo Planeta, o Ariosto resolveu “limpar a área” e “retirar de lá todos os homens que estavam trabalhando”. Os verbos “limpar” e “retirar”, citados pelo jornalista para explicar o processo, que teve solução com base na “conversa”, não possuem lógica. O diálogo pode convencer a sair, mas não pode “limpar” e “retirar”. Isto somente com o uso de muita força é possível de ser feito. E, tal processo não ocorreu somente uma vez, isso porque teve “a segunda corrida, desta vez bem mais violenta e indiscriminada”.

Portanto, foram dois processos de expulsão dos garimpeiros. O primeiro em dezembro de 1978, antes da abertura da pista para pouso de aviões. E, depois da pista aberta teve a segunda tentativa, em janeiro de 1979. Esses aspectos que ficaram evidentes quando o Benedito Vieira da Silva narrou a memória do garimpo Planeta para a revista O Policial, em agosto de 1980.

Benedito: Eu já sabia que existia ouro na região desde 1972. Quando em 1978, Marabá, Jucelino e outros vieram pesquisar. Eu trabalhava para a INDECO e sabia que colonização e garimpo são conflitantes. Em pouco tempo eram mais de 60 homens, para logo chegar a somar até 700 homens. Isto gerou um problema sério para a firma que tinha apenas objetivos de colonização. Então a firma considerando os prejuízos que o garimpo gerava à colonização, resolveu acabar com o garimpo. Então nós chamamos o Augusto – piloto em Santarém, que trouxe o Deuzito aqui e nós explicamos para ele, mas como os garimpeiros já haviam saído para Itaituba com o ouro conseguido aqui, correu o boato. Aí a coisa piorou. Então eu fui à região e dei um prazo de 60 dias para se retirarem da área, conversei com todo mundo, fui de barranco em barranco. Finalmente conseguindo a

<sup>174</sup>PINHEIRO, op. cit., 1979, p.27.

compreensão de todos consegui retirar todo mundo. O garimpeiro ao contrário do peão, não é revoltado, ainda mais que eu procurei se realmente amigo de todos. Fiz toda a cobertura, para eles e todo mundo saiu. Eu cheguei a ter aqui de garimpeiro 40 ou mais quilos de ouro, como eu não tinha dinheiro para comprar aí liberei todo esse ouro para Itaituba e, os compradores do Pará compraram lá. Na época arrumei avião e mandei todo mundo prá lá. Foi então que ficou a fama, e veio a avalanche de gente. Eu tinha muita mercadoria lá na região, eles invadiram tudo e saqueavam e começaram a tirar o ouro. Nessa época já estavam lá dentro mais de cinco mil homens. Surgiram problemas de doenças, a cidade parou. A firma então me chamou e disse você suporta a responsabilidade de organizar. Eu disse aguento. Veio uma fome terrível mais de dez ou doze dias de fome. Eu temia pela morte de muita gente. Foi então que pedi um helicóptero de Belém, fui até a clareira e desci, chamei todo mundo e falei com eles – Gente não desesperem daqui três ou quatro dias o problema vai acabar. Mandei avião para Cuiabá para apanhar medicamento, trouxe o enfermeiro e construí uma barraca de qualquer jeito – verdadeiro pioneirismo e luta de penetração. Os doentes mais graves trouxemos e internamos no hospital os outros nós tratamos lá no mato mesmo...<sup>175</sup>

A narrativa constrói a autoimagem do Benedito como o homem bom e pode ser dividida em três momentos. O primeiro, quando somavam mais de 700 homens no garimpo, o Benedito foi até a região e estabeleceu o prazo para a saída com conversa e amizade. O segundo, quando chegou a “avalanche de gente” e trabalhavam cinco mil homens, o Benedito falou da responsabilidade de organizar o garimpo e a morte estava presente. Na sequência, na memória apaziguadora do Benedito, ocorreu a aproximação dos dois fatos. Ao falar do segundo conflito apresentou elementos do primeiro como síntese. Isso porque no segundo momento já tinha a pista, como indicou o jornalista Luiz Salgado Pinheiro, o Ariosto ia construir, não precisava ir de helicóptero na clareira e nem de barraca improvisada, pois o garimpo já tinha a estrutura básica para a “luta de penetração”, ou melhor, para a retirada dos garimpeiros.

Assim, anteriormente, o sr. Julião não detalhou os acordos entre garimpeiros, Benedito e Ariosto, sobre o controle do ouro, do trabalho e do comércio no garimpo Planeta. O jornalista Luiz Salgado Pinheiro citou a possibilidade das disputas entre as partes. Mas, as ações pontuais da Indeco foram narradas pelo Benedito e retomadas pelo sr. Eliezo Lopes Carvalho, que viveu o segundo processo de expulsão dos trabalhadores do local, quando a pista de pouso de aviões já estava construída.

O sr. Eliezo, 71 anos, separado, dois filhos, pouco estudo. A baixa estatura e a cabeça grande eram marcas que garantiam o apelido: “É... colocá, popular Cabeça”. E que ganharam reforço quando, tornou-se o dono do garimpo nomeado pelo apelido dele, a Pista do Cabeça,

<sup>175</sup>O Policial, op. cit., 1980, p. 45-46.

em 1981. Mas, a trajetória foi longa, antes de ser o “comandante” do garimpo. E a vida dele teve a abrupta mudança justamente no garimpo do Planeta, na continuidade do processo descrito pelo jornalista como “não houve violência para limpar a área” e o sr. Julião definiu como “então, vamô se associá”.

O paraibano natural de Campina Grande, nasceu em 1945. Mudou-se com a família para o Maranhão, aos dez anos. “Escapemô da seca”. Ele demarcou o início da história dele. Não foi no dia do nascimento, mas aos 19 anos quando saiu da casa dos pais. “Eu já conto a minha vida depois do Pará, Mato Grosso, Amazonas. 52 anos já é alguma coisa, né?”<sup>176</sup>. Ele não gostava de revelar o período anterior. Na memória, o movimento pela sobrevivência ao ser questionado se trabalhava na roça. “Com roça, roça. Todo ano, mexia com roça. Eu mexi muito com roça. Eu mexi com tudo. No Pará, trabalhei com marítimo. Sabe o que é marítimo?” E, logo passou do trabalho na terra para os primeiros serviços realizados em navios mercantes, no Pará<sup>177</sup>.

Ele foi catador de pimenta em Tomé-Açu, operário na construção da pista de pouso PA4 em Novo Progresso e fez pequenas vendas nos garimpos do rio Tapajós. Em 2016, vivia-se da aposentadoria e morava sozinho, no pequeno hotel no centro da cidade de Alta Floresta, até dia 13 de julho de 2017, quando faleceu. Em 1978, ao chegar em Alta Floresta, o sr. Eliezo expôs as novas relações que o fizeram ir trabalhar no garimpo Planeta, quando questionado sobre a decisão de mudar para a região.

Eliezo: É... a gente tava lá em Santarém, e ouve a notícia que aqui, Alta Floresta, , isso em 78, né? Que Alta Floresta tava tendo muito ouro. Era uma cidade nova, que estava começando a reagir, né? Aí me animei também. Digo: “Vou lá”. Aí vim. Vim pela Santarém-Cuiabá, que foi a estrada que eu ajudei a construir. [...] Então... aí cheguei aqui. Aí um companheiro da gente... pegou malária, naquele dia, na viagem. Chegou aqui com malária. E aí como é que faz? Ele tinha um cordão de 30 grama. Disse: “Cabeça vai vê se você vende esse cordão por aí pra fazer um dinheiro pra comprar um remédio”. Aí saí com o cordão. Cheguei lá na boate, na lanchonete da Zumira tava o Ditão, seu Benedito. Seu Benedito era um homem alto, custoso, bem... Aí eu: “O senhor que é o senhor Benedito?”. “Sou mesmo, por quê?” “Eu queria vender um cordão pro senhor”. “Por que que quer vender o cordão?” “É que tem um amigo da gente com malária”. Aqui

<sup>176</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>177</sup>O sr. Eliezo era experiente com entrevistas. Ele era, constantemente, chamado para falar e repetia a narrativa de homem que enriqueceu no garimpo, tornou-se dono de quatros aviões, casas e teve em mãos quilos de ouro. Era o tom que ganhava reforço na mídia e na memória oficial do município de Alta Floresta. Mas, o posicionamento político de defesa do governo dos trabalhadores, no início da entrevista, apontava clareza do local de onde falava, como trabalhador pobre. Ele foi trabalhador até os 35 anos. Embora, estivesse autorizado a falar da riqueza, ele sabia que não tinha mais ouro, aviões e casas. Mas, a análise como trabalhador aconteceu no começo da entrevista, depois disso a narrativa seguiu a linha que ele estava acostumado e preparado para contar. Quando fugiu disso, ele pediu para desligar o gravador ou abaixou o tom da voz para não gravar.

malária era o prato do dia. “Tem um amigo da gente com malária e eu queria vender para comprar remédio pra ele”. Um cordão de ouro... Aí nós descemos, nem sei pra onde nós foi, nós demo uma voltinha assim. Ele disse: “Tá vindo de onde?” Eu disse: “Eu tô vindo de Santarém”. “O que você fazia lá?” Quando eu vim pra cá eu tinha acabado deixar uma mineração no estado do Amazonas, eu comprava ouro pra eles lá, eu tomava conta da mineração e comprava ouro, né? Digo: “Eu tô acabando de sair de uma mineração na Amazônia, comprava ouro pra eles e cuidava da mineração”. “Compra ouro?” Digo: “Sim”. “Compra ouro?” Digo: “Compro”. Você sabe comprar, mesmo? Digo: “Sei”. Aí peguei a carteira. “Tá contratado” (risos). Não precisa nem vender seu cordão. Vamos ali pegar o remédio. Fomô lá pegamos o remédio levamos pro cara. Chegamos lá no Hotel Branco, ele falou para Dona Rose: “Rose arruma um quarto pra esse rapaz que ele é o nosso contratado, esse aqui é comprador de ouro da gente”. Assim de peão, tava assim de peão, peão dormindo no chão, com rede amarada. E pra mim já apareceu um quarto, comida, dinheiro e tudo. Aí ficamos. No outro dia nós foi pro garimpo, foi uma média de mil homens pra construir a Pista onde era o Planeta. [...]<sup>178</sup>

A compra de ouro foi também exercida pelo sr. Eliezo. Mas, se ela fosse significativa ele tinha falado mais, como fez com outros assuntos do garimpo. O Benedito começava a controlar os garimpos da Indeco e o sr. Eliezo tinha informação de quem ele era. E o discurso de que era comprador de ouro deveria estar preparado, pois ele já sabia o que esperar de cada homem que encontrava. Assim, ao não detalhar a experiência evidenciou que ele foi contratado pelo Benedito para ajudar na construção da pista de pouso no garimpo Planeta, trabalho que já tinha realizado. E, somente depois, assumiu-se a compra de ouro, por pouco tempo. Na continuidade, ele explicou como se transformou de trabalhador em dono de comércio:

Eliezo: [...] Aí eu fui varando. Aí chegamos no Planeta. Fizemos a Pista. A turma fizeram lá. Aí fui comprando ouro. Aí fui varando, trabalhando. Aí lá um senhor com o nome Paraíba achou uma grota, lá. Era meu conhecido já do Pará. Aí eu fui lá, Cabeça: “Pega o facão e tira um pedaço pra você aí, rapaz”. Aí eu fui e tirei uns 100 metros. Aí eu fui lá, marquei. Aí cheguei lá: “Arrumei uns peão e eles vão lá tirar prá nós”. Aí eles foram lá. Deu certo. Foi bom. Deu uns quilinhos de ouro. Mas era meia-praça, né? Metade, metade. Nós entrava com a terra e eles com o serviço, nós pagava a mercadoria. Deu uns quilinhos, deu para mim salvar uns dois quilos. Aí tá. E dali eu empregado, né? Ali tinha um bocado de barraquinha assim, de vendinha de comida, botequinho. Aí seu Aragão, vocês não chegaram conhecer seu Aragão, não? Aragão era gerente. Seu Ita também era gerente. O Ita... Vocês conhecem o Ita, não? É outro que mora aqui, era custoso (inaudível) lá não tinha polícia, era só guaxeba. Guaxeba vocês entendem? É segurança, segurança perigosa, se é pra matar, mata mesmo... é... é. Aí tá. Aí eles pegaram, o seu Aragão e mais seu Ita, e botaram na cabeça que devia tirar, limpar aquele povo. Aí mandou avisar todo mundo que acabasse com o

<sup>178</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

comércio. Ficou um bem no canto assim. Tinha uma boate deles grande assim, grande que tinha 150 mulheres. Muita gente, muita mulherada. E bem no canto assim, na esquina, aqui era a Pista, subia para boate aqui, bem aqui tinha um boteco. Eles pegaram e me deram aquele boteco. “Pega isso daí para você. A compra de ouro é nossa e você cuida disso daí pra você. Te vira”. E eu ganhava tanto dinheiro, tanto dinheiro, tanto dinheiro que eu foi preciso ir em Santarém comprar um cofre. [...] <sup>179</sup>

Ele retomou a relação com dono de barranco para se tornar proprietário de terra no garimpo. Mas, fora a proximidade com gerentes e seguranças da Indeco que o possibilitaram ter o primeiro estabelecimento comercial. Os “guaxebas” retiraram os antigos comerciantes e trabalhadores do local, com o uso de força armada. Ele foi beneficiado, portanto participou do saque, da violência e da retirada dos homens. No processo de “limpar aquele povo” os funcionários da Indeco se instalam definitivamente e as relações de trabalho foram modificadas, novamente. Cada vez menos, o ouro era extraído por garimpeiros que trabalhavam por conta e tinham regras próprias. Agora, os trabalhadores eram funcionários, as normas eram do Benedito e deveriam se obedecidas entre os que ali ficaram. Enquanto isso, o comerciante sr. Eliezo ficava rico e mudava os rumos da própria vida.

Portanto, ao relacionamos a fala do sr. Eliezo a respeito da intensidade da violência contra os garimpeiros, “se é prá matar, mata mesmo”, do Benedito “eles invadiram tudo”, do sr. Julião sobre a “sociedade e tal” e do jornalista Luiz Salgado Pinheiro sobre o “fracasso da tentativa” e a “segunda corrida”, entende-se que os trabalhadores lutaram. Os garimpeiros resistiram para continuarem nas terras auríferas do garimpo Planeta, mas agora sob o comando ainda maior do Benedito, funcionário da Indeco. De acordo com a revista *O Policial*<sup>180</sup>, além do Planeta, os garimpos Astro, Juruena e Satélite<sup>181</sup> também foram controlados pelo empregado da Indeco, no fim dos anos 1970 e início de 1980.

Enquanto isso, os acionistas da empresa formalizavam pedidos para extração mineral no DNPM. Como nós podemos visualizar no Catálogo de documentos sobre a concessão de lavras de minérios em Mato Grosso<sup>182</sup>, o Ariosto da Riva buscou autorização para pesquisar a bacia do rio Juruena. O Ludovico da Riva Netto a região de Paranaíta. O Vicente da Riva, Sidney Sousa Pinto e Edson de Carvalho, sócios da companhia<sup>183</sup>, solicitavam as terras entre

<sup>179</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>180</sup>O Policial op. cit., 1980, p. 41.

<sup>181</sup>Na época, a região era município de Aripuanã. Em 18 de dezembro de 1979, tornou-se município de Alta Floresta. Desde 06 de julho de 1988, era município de Apiacás.

<sup>182</sup>DOURADO, Nleide Souza (org). Catálogo de Documentos sobre a Concessão de Lavras de Minérios em Mato Grosso 1969-1986: processos do DNPM/MT: EdUFMT, 2009. p.286-305.

<sup>183</sup>Ata da Assembleia Geral da Indeco S.A Integração, Desenvolvimento e Colonização. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 12 de setembro de 1973. p.10-20

os rios Apiácas e Ximari. Os 47 processos não foram aprovados pelo DNPM<sup>184</sup>, mas eles não representavam todos os pedidos realizados. Segundo a Folha de São Paulo, a família requereu “71 áreas para exploração de diversos minérios, num total de 700 mil hectares”<sup>185</sup>.

Desde 1973, ano da formação da Indeco, os proprietários já objetivavam realizar de extração mineral, como descrito na Ata da assembleia geral, no momento em que o Estatuto foi lido e aprovado, pois “representava a vontade da unanimidade dos acionistas presentes”<sup>186</sup>. Assim, o projeto estatutário deliberava sobre os designios da empresa:

ESTATUTOS SOCIAIS - INDECO S/A - INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COLONIZAÇÃO - Capítulo I. Da Denominação Social, sede, prazo de duração e objeto social: Artigo 1º - Sob a denominação de INDECO S/A – INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COLONIZAÇÃO, fica constituída uma sociedade por ações que se regerá pelos presentes Estatutos e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis. [...] Artigo 4º - A sociedade terá como objetivo social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares as sociedades da espécie, e especialmente tem por finalidade a colonização e o desenvolvimento de setores próprios da Região Amazônia, realizando esforços para a integração e povoamento desta área no processo de progresso econômico e social de país, complementando o esforço governamental, para o que promoverá a realização dos seguintes objetivos sócio-econômico: a) Colonização e loteamentos rurais, de terras próprias ou de terceiros, nos termos da Legislação Federal que disciplina a matéria, compreendendo a elaboração, implantação e execução de programas, planos e projetos de colonização, bem como a compra e venda de imóveis rurais e de lotes de colonização, inclusive a abertura de Cidades, Vilas e loteamentos urbanos; b) As atividades de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, e extrativa vegetal e mineral; c) As atividades de beneficiamento, industrialização e comercialização, inclusive exportação de produtos agropecuários e extrativos.<sup>187</sup>

Deste modo, a ênfase era dada à colonização e à agricultura, mas também à “extrativa vegetal e mineral”. Esses fins econômicos e sociais poderiam ser executados conjuntamente pela Indeco. A organização empresarial levava em consideração as pesquisas realizadas por empresas privadas referentes às riquezas minerais na região norte de Mato Grosso, desde

<sup>184</sup>Todos os 47 processos são de 1979: 860008; 860009; 860011; 860013; 860014; 860015; 860016; 860017; 860018; 860019; 860022; 860023; 860024; 860025; 860026; 860027; 860029; 860030; 860032; 860035; 860036; 860038; 860047; 860049; 860050; 860072; 860073; 860080; 860082; 860083; 860946; 860949; 860950; 860953; 860956; 860961; 860962; 860965; 860969; 860986; 860987; 860990; 861051; 861068; 861087; 861088; 861090. DOURADO, Nileide Souza (org). op. cit., 2009, p.286-305.

<sup>185</sup>Contrabando do ouro, envolve cocaína, mortes e violência. Folha de São Paulo: domingo, 4 de maio de 1980. Nacional. 1º Caderno. p.09

<sup>186</sup>Ata da Assembleia Geral da Indeco S.A Integração, Desenvolvimento e Colonização, op. cit., 1973, p.17.

<sup>187</sup>Ata da Assembléia Geral da Indeco S.A Integração, Desenvolvimento e Colonização, op. cit., 1973, p.17.

1970<sup>188</sup>. O Ariosto declarou o Estado de São Paulo<sup>189</sup> e o funcionário Benedito disse à revista O Policial<sup>190</sup> que conheciam às informações. Ou seja, desde o início, o maior acionista da Indeco sabia da possibilidade da extração das riquezas minerais das terras da região de Alta Floresta.

Entre 1970 e 1972, a região dos rios Apiacás, Paranaíta e Teles Pires tinha 59 processos de solicitação de pesquisa bismutita, cassiterita, columbita, rutilo, tentanita, wolframita e ouro realizados pela Mineração Apiacás, Mineração Arco Íris, Mineração São Benedito, Minérios Rondônia, Minérios Porto dos Gaúchos, Martus Empresa de Mineração e Cruzeiro do Sul Mineração<sup>191</sup>. Desde 1970, havia interesse empresarial pelos minérios do norte de Mato Grosso. Em 1971, aumentou significativamente o número de negativas, totalizaram 51. Dois processos de 1970 e seis de 1972. Ainda que, todos pedidos tenham sido negados, pela lógica numeral dos processos é possível entender que a Minérios Rondônia teve aprovada os processos 817681, 817682, 817683, 817684 para pesquisar o rio Apiacás, em 1970. E a Mineração Arco Íris os processos 818745 e 818746 para examinar o rio Teles Pires e afluentes, em 1971.<sup>192</sup>

Portanto, o ex-garimpeiro Ariosto ao conhecer as pesquisas sobre substâncias minerais; ao formalizar a Indeco como a empresa autorizada a fazer extração mineral; ao realizar pedidos ao DNPM; ao disputar, assumir e controlar o trabalho dos garimpeiros na região, demonstrava o interesse da empresa pelas terras com ouro e não somente pela colonização e agricultura, como destacaram a socióloga Heliana da Silva Jatene<sup>193</sup>, a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto<sup>194</sup> que foram reforçados pela pedagoga Rosane Rosa Seluchinsk<sup>195</sup>.

<sup>188</sup>O Alvará nº 780 de 3 de julho de 1972 e o Alvará nº 781 de 3 de julho de 1972 publicado pelo Ministério de Minas e Energia autorizou a SMELBA – Sociedade Melhoramentos da Bacia Amazônica Ltda a pesquisar de ouro em 10.000ha de terras devolutas no rio Apiacá, município de Aripuanã. E o Alvará nº 783 de 3 de julho de 1972 autorizou a CODAJAS – Sociedade de Mineração Codajas Ltda a pesquisar 10.000ha no Rio Teles Pires e afluentes. Arquivo DNPM.

<sup>189</sup>PINHEIRO, op. cit., 1979, p.27.

<sup>190</sup>O Policial, op. cit., 1980, p. 45.

<sup>191</sup>DOURADO, op. cit., 2009, p.224-238.

<sup>192</sup>Para detalhes consultar os processos: 810601; 812865; 812866; 812867; 815728; 815729; 815730; 815731; 815732; 817680; 817685; 818725; 818726; 818727; 818729; 818730; 818731; 818732; 818733; 818734; 818735; 818736; 818737; 818738; 818739; 818740; 818741; 818742; 818743; 818744; 818747; 818748; 818749; 818753; 822260; 822262; 822263; 822264; 822265; 822267; 822268; 822269; 822278; 822283; 822287; 822289; 822290; 822333; 822368; 822369; 822370; 822371; 826721; 826722; 826723; 826724; 826725; 860951. DOURADO, op. cit., 2009, p.224-238.

<sup>193</sup>JATENE, op. cit., 1983.

<sup>194</sup>GUIMARÃES NETO, op. cit., 1986.

<sup>195</sup>ROSA, op. cit., 1999; SELUCHINESK, op. cit., 2008.

Ou seja, as ações da Indeco foram diferentes da declaração de Ariosto feita ao jornalista Luiz Salgado Pinheiro, “colonização e garimpo são coisas conflitantes”<sup>196</sup>. Para a Indeco, elas eram a mesma coisa. Portanto, serviam para concentrar terra, riqueza metálica e explorar os trabalhadores. Por fim, acumular capital. Do mesmo modo, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller escreveram sobre a Amazônia, em 1977: “Estado e grande empresa, atuando a níveis diversos, terminaram por encontrar-se na senda batida da acumulação rápida através da espoliação dos trabalhadores”<sup>197</sup>. No norte do Mato Grosso, não fora diferente do que a família Da Riva tinha feito à comunidade indígena Xavante da TI Marãiwatsédé do Xingu, na região leste do estado, em 1966<sup>198</sup>.

As práticas do Ariosto da Riva para acumular riqueza continuavam generalizadas contra os garimpeiros. No embate, os trabalhadores redimensionavam ações e organizavam estratégias de sobrevivência e luta. Em 1979, o sr. Raimundo não conseguiu subir na balsa que dava acesso ao distrito de Alta Floresta. O garimpeiro não foi autorizado a atravessar o rio Teles Pires em direção as terras minerais da Indeco. Quando eu o questionei sobre o critério utilizado para não o deixar entrar, ele respondeu:

Raimundo: Eles barraram nós no taxi. Na hora que nós saímos de dentro do táxi, pra entrar na balsa pra gente atravessar veio quatro policial, chamava guaxebea, que é policial, mais era guaxebea do Ariosto. Perguntou pra onde é que nós viemô. Viemô pra Alta Floresta. E aí, falasse na Fazenda Mogno, a fazenda que pegava gente pra trabalhar era a Mogno, falasse que vinha pra Mogno, eles deixava passá, mas como nós não falô, demo bobeira, que falamô logo que vimos pra Alta Floresta e não pra Mogno. Aí já ali eles: “Não passa. Vocês volta, que aqui não passa”. E aí nós voltamô. Aí quem deu a ideia de nós vir de avião foi o taxista. O taxista falou: “Olha melhor vocês ir de avião. Vocês pega o avião agora ali ó e meia hora tá em Alta Floresta”. Aí foi o que nós fez. Nós voltou e foi direto pro aeroporto de Peixoto na pista, nem aeroporto não era, era uma pista de um metro. Aí falamô com o piloto. O piloto disse: “Agora nós vamô”. Aí nós pagamô cinco gramas de ouro cada um. Nós era em quatro. Pagamô cinco gramas de ouro cada um. Aí peguei e disse: “Quero vê se nós não chegá nessa Alta Floresta”. Fala aí, né? “O homem não deixa chegá agora nós desce lá”. Aí chegamos. Mas já o cara falô. Aí o piloto falô assim: “Só quem pega

<sup>196</sup>PINHEIRO, op. cit., 1979, p.27.

<sup>197</sup>CARDOSO; MULLER, op. cit., 1977, p.202.

<sup>198</sup> Em 2016, a família de Ariosto da Riva foi condenada pelo Ministério Público Federal “a indenizar a comunidade indígena no valor mínimo de R\$ 129.837.000,00 (cento e vinte e nove milhões, oitocentos e trinta e sete mil reais), tendo em vista os danos morais e materiais verificados nos cerca de 48 anos nos quais a comunidade Xavante de Marãiwatsédé esteve privada de seu território”. Evidenciou-se ainda na Ação Civil Pública: “O presente feito busca a obtenção de provimento judicial com vistas à condenação da União, FUNAI, Estado de Mato Grosso e diversos particulares a reparar os danos de natureza material e moral coletivos sofridos pela comunidade indígena Xavante da TI Marãiwatsédé, devido à sua remoção forçada de seu território tradicional em meados de agosto de 1966”. São as ações destrutivas dos capitalistas ainda vivas na dor e luta dos povos tradicionais. ASSIS, Wilson Rocha Fernandes. Ação Civil Pública. Ministério Público Federal: Procuradoria da República no Município de Barra do Garças/MT, 2 de dezembro de 2016. p.79 e p.04

garimpeiro aqui é dois hotéis, o Hotel Verde e o Hotel Barracão. Os outros não pegá. E, assim mesmo, eles acabavam batendo lá no hotel pra vê se tinha garimpeiro. Um dia mesmo nós tava almoçando e fizeram uma batida lá. O cara do hotel falou que nós não era garimpeiro. Nós tava nuns oito, dez almoçando assim. “Não esse pessoal é tudo de fazenda, de fazenda”. Aí não mexeram, mas barruaram trem lá... é. Naquele tempo era... chegava em Alta Floresta, o velho tinha raiva mesmo de garimpeiro...<sup>199</sup>

Para chegar ao destino traçado, o trabalhador teve de passar pelo rigoroso processo de seleção na balsa, para depois viver e trabalhar do outro lado do rio. Como não pode entrar, ele mudou de estratégia e voltou de avião para garimpar. Somente com as informações e as ajudas obtidas, conseguiu-se chegar e ficar em Alta Floresta. Mas, como ele estava proibido de entrar e permanecer nas terras do Ariosto, tinha que se disfarçar.

A princípio, quando da possibilidade para entrar na balsa, ele não tinha a informação de que peão de fazenda poderia chegar, ele aprendeu tal argumento somente, depois, no hotel. A identidade do sr. Raimundo era de garimpeiro. Ou seja, quando voou até Alta Floresta, ele já se entendia como o trabalhador do ouro. Por isso, a expulsão e a “raiva mesmo de garimpeiro” permaneceram tão vivas.

No dia 29 de agosto de 1979, publicadas no Diário de Cuiabá, a chamada de capa com fotografia<sup>200</sup> apresentava o vivido pelo garimpeiro Valdir Pereira Paim nas terras do distrito de Alta Floresta e, município de Aripuanã, o texto interno, diagramado na parte superior em página ímpar, reforçava a experiência do trabalhador que não podia circular e nem trabalhar nas terras com ouro. Leia-se:

#### Polícia faz e desfaz em Alta Floresta

Recém-chegado do garimpo de Alta Floresta, o cidadão Valdir Pereira Paim, esteve ontem na redação do DC para denunciar diversas irregularidades que estão acontecendo naquela localidade. Conforme suas palavras, “a Polícia Militar está agindo na região a mando do senhor Benedito, todo-poderoso chefe do garimpo Planeta, que quer exigir de todos os garimpeiros a atuação apenas em seu garimpo”.

Valdir ressaltou que existe um outro garimpo na área - o garimpo Paranaíta - mas que quem está lá dentro não pode sair, e quem está fora não pode entrar. Ele disse que a Polícia monta guarda diuturnamente na balsa que permite acesso às terras de Paranaíta, e aqueles que querem sair têm de deixar toda a produção de ouro com a Polícia. Enquanto que os que chegam são impedidos de entrar, porque o senhor Benedito quer que todos trabalhem para ele.

Outro aspecto mostrado pelo garimpeiro Valdir diz respeito à distância dos dois garimpos. “Para ir até o garimpo de Paranaíta é bem mais fácil, porque é perto da cidade e os garimpeiros podem seguir por terra. Por outro lado, no garimpo Planeta, os homens são obrigados a irem de avião, logicamente

<sup>199</sup>PINHEIRO FILHO, op. cit., 2018.

<sup>200</sup>Garimpeiro denuncia PM de Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 29 de agosto de 1979. Número 2831. Ano XI. Capa.

propriedade do senhor Benedito, que com isso auferia maiores lucros”, explicou ele.

Mostrando as arbitrariedades da Polícia Militar em uma terra sem lei, Valdir afirmou que todo garimpeiro que pretende entrar no garimpo de Paranaíta é obrigado a pagar a quantia de um mil cruzeiros para a polícia, que está conluída com o dono do garimpo Planeta. Ele também disse que aqueles que retornam do garimpo são despojados de todo o ouro que conseguiram.

Valdir comentou ainda que conhece várias das pessoas exploradas pela Polícia de Alta Floresta, logicamente a mando do dono do garimpo Planeta. Atualmente, segundo ele, os donos do lugar já não toleram a chegada de mais garimpeiros, e se desconfiam que o forasteiro não tem profissão dão logo um jeito de correr com ele do lugar, inclusive tomando-lhe todos os pertences.<sup>201</sup>

A notícia enfatizava os acontecimentos vividos pelo garimpeiro que ao assumir o rumo da própria vida procurou a empresa jornalística para denunciar a violência. Assim, o jornal não deixou de publicar a matéria, mas sem outras fontes para assegurar a veracidade dos fatos, transferiu-se a responsabilidade da narrativa ao garimpeiro, quando enfatizou, demasiadamente, que a fala era do trabalhador. O excesso de protagonismo atribuído ao garimpeiro isentava, em parte, o jornal, caso os desvios cometidos não fossem verdadeiros. Por isso, o nome do gerente do garimpo também não estava completo, “senhor Benedito”. Mas, as incertezas não duraram.

O sr. Antônio também viveu o processo e falou sobre os acontecimentos, quando nós conversávamos sobre os garimpos violentos e o Benedito. Ele narrou que “o finado Alipão. Essa turma [do Ariosto] eu conheço tudinho. [...] Cheguei dentro de Floresta tinha quatro comércios rapaz. Na primeira vez que eu vim aí. Era Machado, aquele sacolão...”. Ele disse que esteve em Alta Floresta bem no início da formação do distrito. Mas, reforçou que não entrou nas terras em 1979, durante a “taca”<sup>202</sup>.

<sup>201</sup>Polícia faz e desfaz em Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 29 de agosto de 1979. Número 2831. Ano XI. p.05.

<sup>202</sup>Entre 1979 e 1982, nos jornais e demais documentos consultados, não há citação do termo “taca”. No dia 13 de abril de 1983, encontra-se o primeiro registro escrito do discurso do deputado federal Gilson de Barros proferido na sessão da Assembleia Legislativa. “TACA” apareceu entre aspas e com letra maiúscula, indicativos de que na tradição oral o termo já era empregado. Na ocasião, o sentido era de “espancamento, morte e roubo de centenas de garimpeiros e de mulheres, crianças e pequenos agricultores e posseiros”. Após tal veiculação na Câmara dos Deputados, a palavra foi publicada pelo Jornal da Cidade de Alta Floresta para referenciar a possibilidade de conflitos entre a mineradora Porto Estrela e os garimpeiros no garimpo Planeta, em julho de 1985. E, para titular matéria e narrar os conflitos vividos pelos garimpeiros contra as mineradoras na região, em fevereiro de 1986, quando chamava os fatos de “famosas ‘tacas’”, que aconteciam uma por ano. BARROS, Gilson de. Atritos entre garimpeiros, colonos e policiais no Município de Alta Floresta, Estado do Mato Grosso. Sessão de 13 de abril de 1983. Câmara dos Deputados. Separata de Discursos, Pareceres e Projetos. 47ª Legislatura- 1ª Sessão Legislativa. nº 292. Brasília, 1983. p.42; Notícias falsas. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de junho de 1985. p.2; Garimpo São Benedito: Vem aí mais uma “TACA”? Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 28 de fevereiro de 1986. Capa;

Antônio: Foi em 79, em Paranaíta [a expulsão dos garimpeiros]. Foi na época que eu entrei pra cá, pra dentro. Eu não fui lá pra dentro por causa disso. Fui barrado ali no... naquele tempo era Nova Guarita, saía do Peixoto e vinha à Nova Guarita. Tinha a balsa ali do rio Teles Pires. Aí na época nem garimpeiro, nem maranhense eles deixavam entrar aqui pra dentro. [...] Aí vim pra esse garimpo do Paranaíta, que tava no tempo da “taca”. Mas não trabalhei. Voltei pra trás porque não deixaram eu entrar [...]. Cheguei ali na beira da balsa. Ninguém fez nada comigo. Aí eu cheguei tava aquela guarita, lá. Aí eu vi muito nego voltando. Já voltando. Nego. Mas eu já tinha visto no Peixoto. Eu podia nem ter vindo ali, não era? Nego esfolado, apanhado, saindo sangue do ouvido. Só que naquele tempo eu nem... Aí o cara falou, eu cheguei na beira da balsa, falou: “Cadê os documentos?” Não, ele não cobrou os documentos, não. Eu cheguei e ele falou: “Maranhense não entra aqui dentro, não”. Acho que me acharam parecido com maranhense. Eu falei: “Rapaz, eu não sou maranhense não, eu sou do Tocantins”. Eu nem documento não tinha. Tinha só a certidão de nascimento. Nem identidade eu não tinha. Eu falei: “Rapaz, eu não sou maranhense, não. Eu sou goiano”. Por que naquele tempo Tocantins era Goiás, né? Falei: “Eu sou goiano”. Ele falou: “Quem não conhece cara de maranhense vagabundo”. E aí já mandou eu voltar pra trás. Só passava a balsa se eles quisessem, se eles não quisessem não passava. Eu ia passar no braço? Aí eu voltei a Nova Guarita, Peixoto e voltei pra Itaituba de novo, lá pro Trairão. Até falei isso pro Ademilson. “Ademilson...” Ele tira sarro, diz: “Os caras te deram o cacete”. Digo: “Não, não bateram não”. Se tivesse insistido, tinham batido.<sup>203</sup>

Para o garimpeiro a experiência era do “tempo da taka”. Acrescentou-se à narrativa o termo construído no processo histórico vivido na região. Para ele, a “taca” foi o momento de não conseguir entrar de ser “esfolado, apanhado”. O tempo do “não trabalhei”, da necessidade de decidir pelo retorno. Assim, o local, o tempo e os critérios de seleção de quem era autorizado a chegar em Alta Floresta, organizaram a parte inicial da estruturação do assunto.

A descrição dos detalhes vivido na balsa no rio Teles Pires ganharam evidência na segunda parte da análise do trabalhador. Em destaque, o diálogo estabelecido entre ele e o segurança responsável por impedi-lo de seguir caminho. Nem a conversa e nem os documentos o ajudavam, porque eram os aspectos físicos que o vigilante usava para definir quem embarcava.

A partir do exame, o vigia da Indeco utilizava três critérios para não deixar o trabalhador entrar em Alta Floresta. O garimpeiro, maranhense e vagabundo eram impedidos de atravessar de balsa. Ao destacar não ter sofrido a violência física, o sr. Antônio apontou o sentimento de vergonha de que pudesse ter ocorrido. Isso era mais difícil de aguentar do que ser barrado. Mas, será que o Ademilson não tinha razão quando falou: “Os caras te deram o cacete”?

<sup>203</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

No dia 04 de setembro de 1979, as continuidades dos atos dos garimpeiros pelo trabalho prosseguiram com as denúncias contra as ações realizadas pela polícia em Alta Floresta. O Diário de Cuiabá publicou novas informações na chamada de capa<sup>204</sup> com fotografia e ocupação de sete colunas na parte superior da página. A notícia na folha interna manteve a diagramação e o conteúdo da capa e da matéria anterior, mas com ampliação.

PM redobra arbitrariedade no garimpo de Alta Floresta.

“Arbitrariedade policiais contra garimpeiros de Paranaíta no município de Alta Floresta, continuam a ser cometidas, e agora com redobrada violência”. Esta é a denúncia que três garimpeiros fizeram na tarde de ontem ao diário de Cuiabá. Anteriormente, mais precisamente no dia 29 de agosto último, o garimpeiro Valdir Pereira Paim já tinha denunciado essas arbitrariedades. Ontem, Domingos Pereira Lima não só confirmou as denúncias como mostrou as marcas de sevícias cometidas pelos policiais contra sua pessoa.

Domingos Pereira Lima contou que na última sexta-feira [31 de agosto], os garimpeiros foram avisados de que “a polícia estava lá e mandava que todos saíssem”. Segundo ele, alguns garimpeiros começaram a sair dos locais de garimpo, “e se depararam com cerca de oito ou nove homens fardados e à paisana que exigiram que entregássemos o nosso ouro”. De acordo com ele, os policiais revistaram minuciosamente a todos, e aqueles que “não queriam entregar o ouro, como eu, apanhavam com uma corda torcida. Os que não tinham nada apanhavam também”.

“Os policiais me fizeram ajoelhar, e me chutaram e me bateram com a corda e com cintos, teve gente que apanhou mais ainda que eu. Um rapaz ficou louco de tanto apanhar, e foi instruído para falar que as marcas em seu corpo, são consequências de uma corrida pelo mato. Ele repete isso a toda hora, pois está completamente louco, mas quem corre no mato pode ter o peito rasgado pelos galhos e espinhos e nunca as costas, já que ninguém corre de ré”, raciocina ele.

O garimpeiro revelou ainda que os policiais queimaram documentos de alguns trabalhadores e tomaram o ouro de todos o quanto possuíam. Ele afirmou que lhe tomaram 960 gramas de ouro “que custa 230 cruzeiros a grama lá no local de garimpo”. Domingos Lima classificou a ação policial como um “verdadeiro roubo, ou melhor um assalto”, e contou que os policiais ameaçaram jogar uma bomba no local, caso todos os garimpeiros não se mudem imediatamente.

Logo depois que Domingos Pereira Lima saiu da redação, apareceram mais dois garimpeiros, fazendo o mesmo tipo de denúncias. São eles José Vieira Santos e Odilon de Souza Machado que reafirmaram as denúncias feitas por Lima, e contaram terem ido ao delegado regional - Coronel Ari da Conceição Silva – que mandou realizar exame de corpo de delito e abriu inquérito para apurar as responsabilidades.

José Vieira Santos mostrou aos repórteres do Diário de Cuiabá as terríveis marcas deixadas em suas costas pelos espancamentos e afirmou que um dos espancadores é o próprio delegado da região de SINOP, José Souza Conte. Ele disse ainda que os policiais ficaram com meio quilo de ouro que portava “quando na última sexta-feira quando me dirigi a cantina para buscar comida, fui abordado pelos policiais que começaram me bater com uma

<sup>204</sup> Alta Floresta: PM volta a espancar garimpeiros. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 04 de setembro de 1979. Número 2835. Ano XI. Capa.

corda cheia de nós”. Essas declarações foram confirmadas pelo seu companheiro Odilon de Souza que disse ter sido roubado em 30 gramas de ouro.<sup>205</sup>

A ênfase estava no tom de acusação. Agora, os quatro garimpeiros, Valdir Pereira Paim, Domingos Pereira Lima, José Vieira Santos e Odilon de Souza Machado, contavam a mesma história e apresentavam os sinais da violência. Com isso, o roubo do ouro, a tortura e a expulsão dos trabalhadores ganharam detalhes com verbos de ação: revistaram, ameaçaram, queimaram, chutaram, bateram, tomaram. Os atos eram praticados pelos policiais. O nome do gerente do garimpo não fora citado, enquanto os trabalhadores disputavam as terras com ouro.

No dia 09 de setembro de 1979, o editorial expressava a opinião do Diário de Cuiabá<sup>206</sup>. O assunto, novamente, era a reivindicação dos garimpeiros para poderem trabalhar:

O povo está sendo atacado no interior do Estado, roubado e massacrado por elementos que pertencem às forças policiais do Estado. Não são acusações vãs. Garimpeiros estão descendo e parando em Cuiabá denunciando o roubo do ouro e pancadarias que receberam. E as marcas são imensas. Dignas do repúdio de qualquer ser humano. Segundo estes mesmos garimpeiros, as marcas foram provocadas por policiais.<sup>207</sup>

O texto da página dois reforçava a matéria publicadas no dia 04 de setembro. Ou seja, tanto no editorial quanto na notícia a mesma opinião estava expressa. O Diário de Cuiabá sem buscar ser imparcial, afirmava que o Estado, por meio das “forças policiais” agia contra o “povo”. Era a dominação legal, no aspecto mais cruel.

Após essas repetidas publicações do jornal e com denúncias reforçadas na Assembleia Legislativa<sup>208</sup>, o deputado estadual Paulo Nogueira (MDB) esteve na região para entender a situação vivida em Alta Floresta, momento em que os garimpeiros e o deputado foram expulsos da cidade pelo Ariosto da Riva, no sábado, dia 08 de setembro de 1979<sup>209</sup>. Dois dias depois, em 10 de setembro de 1979, na tribuna da Assembleia Legislativa, o deputado reforçou as torturas, as prisões e as mortes e explicou com os garimpeiros eram “exportados” das terras com ouro<sup>210</sup>.

<sup>205</sup>PM redobra arbitrariedade no garimpo de Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 04 de setembro de 1979. Número 2835. Ano XI. p. 13

<sup>206</sup>Existe uma solução. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 09 de setembro de 1979. Número 2838. Ano XI. Editorial: p. 02

<sup>207</sup>Ibidem.

<sup>208</sup>Ata n.109 de 04 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 14 folhas. Acervo Instituto Memória. p.08-10

<sup>209</sup>Ata n.111 de 10 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 37 folhas. Acervo Instituto Memória. p.04-25

<sup>210</sup>Ibidem.

No dia 11 de setembro de 1979, o sofrimento dos trabalhadores nas terras do norte de Mato Grosso, ganhou destaque nacional, com a publicação no O Estado de São Paulo:

**Garimpo: Violência é Denunciada**

O garimpeiro José Oliveira Aguiar denunciou ontem em Belém que soldados da Polícia Militar e jagunços do fazendeiro Ariosto da Riva estão impedindo a saída de qualquer pessoa da área do garimpo Paraná Ita, no norte de Mato Grosso.

A proibição, segundo a denúncia, vem sendo cumprida até com violência e seu objetivo é impedir que os garimpeiros possam vender o ouro nas cidades próximas à área do garimpo, situada em terras do fazendeiro, deixando para esse toda a produção a preços abaixo do mercado. A grama de ouro na região vale 350 cruzeiros, mas o fazendeiro oferece no máximo, 200 cruzeiros.

De acordo com a denúncia, pelo menos 50 garimpeiros já foram espancados e tiveram a produção de ouro confiscada e muitos documentos rasgados. Esta semana, provavelmente, uma comissão deve ir a Brasília apresentar denúncia às autoridades.<sup>211</sup>

O garimpeiro José Oliveira Aguiar viajou 2.158 quilômetros e reforçou às informações sobre as dificuldades vividas pelos trabalhadores do ouro em Paranaíta. Agora, era a ação de diferentes forças unidas contra os garimpeiros. A polícia e os seguranças do proprietário das terras Ariosto da Riva não acabavam com a garimpagem, ao contrário, controlavam-na. Era as diferentes dominações unidas para impedir aos garimpeiros da apropriação justa do resultado do trabalho deles. Ou seja, o ouro não era para o trabalhador.

Mas, o sr. Raimundo explicou como viveu esse processo de modo diferente. Ele esteve junto aos trabalhadores que garimpavam para Ariosto. Quando eu perguntei se ele chegou em Alta Floresta no tempo em que o dono da Indeco agiu com violência contra os garimpeiros, ele explicou:

Raimundo: Foi, exatamente, e no tempo da “taca” mesmo, nós não apanhê porque nós era meio... nós já viemô meio... fizemô bom ouro ali no Peixoto [de Azevedo], e aí quando nós saimô do Peixoto, eu mais meu sócio vendemô a terra por 1.500 quilo de ouro e se arrependemô que a terra deu oito. [...] Então, nós fizemô 2.500 quilos de ouro bruto, depois nós dividimos com os garimpeiros e nossa parte nós rachamô no meio e vendemô a terra por 1.500 quilo de ouro. Aí viemô embora. Nós chegamô com ouro aqui em Alta Floresta e aí nós fiquemô mais no hotel sossegado, porque não podia sair pra trabalhar que os homens pegava mesmo, né? Até que começamô a fazer amizade com o cara do Ariosto da Riva, que tocava uma meia-praça lá na Castanheira e aí foi onde nós começamô a... Nós começou a arranjá com ele e fomô trabalhar. Fomô trabalhar pra ele. Nós não podia trabalhar por conta, porque não deixavam. Nós fumô trabalhar pra ele. Foi aonde nós começamô a trabalhar aqui por causa disso, porque nós começô a trabalhar pra ele na turma do Ariosto. Mas os outro que ia trabalhar particular se eles

<sup>211</sup>Garimpo: Violência é Denunciada. O Estado de São Paulo: 11 de setembro de 1979. p. 11

pegassem ó [faz sinal de bater] e tomava o ouro, ainda. E nós se engajou trabalhando pra eles, junto ali dentro. Por isso que nós não levou muita “taca”. Nós não apanhó por causa disso. Nós trabalhó junto com a guaxebada deles. Mas, eles pagavam certo. Ele dava o ouro, se o cara não quisesse o ouro dava dinheiro. Era o Ludovico, era o mais cruel. O velho [Ariosto] era mais sossegado, até que o velho era mais... mais esse Ludovico ficava mais dentro do negócio e mandando na terra.<sup>212</sup>

O trabalhador que conseguia chegar nas terras da Indeco, só ficava sem ser expulso se fosse trabalhar no ouro, que desse lucro para os Ariosto. Ou seja, “trabalhar pra ele”. Desse modo, o sr. Raimundo começou a extração metálica na região dos garimpos da Castanheira, em Paranaíta. Na mesma região, os donos da Indeco com auxílio da “guaxebada” e da polícia continuavam a retirar os garimpeiros, que trabalhavam por conta própria, e os enfretamentos prosseguiram. No dia 13 de setembro, a atuação da Indeco e a ação dos garimpeiros foram destacadas pelo filósofo e sociólogo Aloísio Ruscheinsky<sup>213</sup>.

#### O roubo do ouro

Vem de mais de ano a exploração de minas de ouro na região de Alto Floresta, localizada em norte de MT.

Inclusive a Rádio Nacional de Brasília se refere repetidas vezes em suas programações ao garimpo de Alto Floresta, mas sem nunca mencionar os problemas que aí ocorrem. O local de garimpo mais conhecido é o Novo Planeta, tem na base de 6 a 7 mil garimpeiros e sua exploração é feita sob o total domínio da firma colonizadora Indeco S/A.

Ela auferir lucros em todas as atividades, vende as mercadorias a preços exorbitantes, até 550% de aumento, pois tem na mão a compra e venda.

Todavia na semana da Pátria de 79 ficou famoso outro garimpo, localizado cerca de 70 Km de Paranaíta, um novo núcleo colonizador da Indeco S/A. Famoso não tanto pelo ouro aí encontrado, senão pela injustiça e atrocidades cometidas com os garimpeiros que afluíram para o local.

A desculpa dos repressores é alegar que a terra deste garimpo já teria sido adquirida por particulares, localizando-se na fazenda “Aripuanã” e “São Bento”. Presumiam os garimpeiros que a área fosse liberada para a exploração. Após terem se deslocado para lá cerca de 3.000 garimpeiros é que ocorreu a notícia do fechamento da área para o garimpo. A firma Indeco S/A. não tinha o controle do comércio do ouro, nem do fornecimento de ferramentas e alimentos. As adegas tiveram todos os seus bens confiscados ou queimados. As barracas de garimpeiros também foram incendiadas, perdendo tudo entregando-se para serem levados pelos “agentes” até Alto Floresta.

A “intervenção” foi feita por dois policiais fardados com nomes ilegíveis na farda e mais de dezena de jagunços, todos com metralhadoras, a serviço e mandados pelo Sr. Ariosto, administrador da Indeco SA. Usavam carro da polícia, da colonizadora Indeco S/A. e outros carros particulares apreendidos sumariamente, para retirar à força os garimpeiros da região. Era proibida a entrada de carro estranho a partir do momento da ação de despejo. É verdade

<sup>212</sup>PINHEIRO FILHO, op. cit., 2018.

<sup>213</sup>RUSCHEJNSKY, Aloísio. O roubo do ouro. 13 de setembro de 1979. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

que nem todos os garimpeiros saíram no mesmo dia, demoraram semanas. Após o aviso não saíam sozinhos, sempre em pequenos grupos. Os jagunços e a polícia apanham sempre em pequenos grupos ou pessoas, mesmo ao longo da estrada para averiguações. Com medo de serem pegos, alguns grupos de garimpeiros se refugiaram mata a dentro e voltam garimpar durante a noite. Houve casos em que garimpeiros se meteram mato a fora até vazarem na cidade ou numa fazenda. Pois, além de prender e tirar o ouro, também ocorriam bárbaras violências. Era um verdadeiro interrogatório dos órgãos de repressão da história recente. Todo ouro encontrado em posse dos garimpeiros era retirado. Para isso exigiam no local da triagem em campo aberto, que o cara se despirasse completamente, para uma revista detalhada. Vários tiveram toda sua roupa queimada ou pisoteada. No hospital de Alto Floresta há ainda mais de 10 feridos pelos espancamentos brutais. Ai daquele que mentisse ao ser perguntado se tinha ouro, era “cagado a pau”. Mesmo assim também entre os que não traziam ouro houve espancados. Uns foram obrigados, sempre sob a mira das metralhadoras, a ficar nus o dia inteiro num sol de rachar, outros a cavar na piçarra como tatu ou rastejar como cobra, além de serem pisoteados e chocoteados. Outros ainda foram obrigados a repetirem frases denegrindo-se a si mesmos, também ocorreu o absurdo de um garimpeiro ser obrigado a chupar o “pinto” do outro, como é o caso de “Cearazinho”. Há os que se tornaram imprestáveis para serviços pesados e outros que por 4 a 5 dias fugiam ao ouvir ronco de carro.

As mortes foram várias, não se sabe bem quantas pois todo o camarada que resistisse à voz de prisão era morto. Foram encontrados vários corpos no mato. Embora com o lombo pisado, a maioria se retirou e pouco dentre eles prometem vingança diante de tanta humilhação. Há vários processos abertos para recuperar bens apreendidos, mas até agora ninguém sabe que resultado trarão. A que se queixar ao Sr. Ariosto, mandante do assalto aos garimpeiros recebia uma resposta lacônica: “A única coisa que posso fazer é levá-lo além do Teles Pires” (rio que faz limite com a área da colonizadora).

Quem conseguiu levar o seu ouro, foi pouca gente: os que vararam o mato e também um tal de “Paraíba” e seus três companheiros que costuraram 200 gramas na ponta de tênis por dentro.

A lei sobre o uso do solo diz o seguinte: O dono da terra é dono do solo e não do sub-solo, que permanece em poder do Estado. É o caso do petróleo e do garimpo... Em todos os casos o dono da terra tem direito a 10% da renda. Pode impedir o garimpo quando tem outro projeto em vista ou se tem benfeitorias no local. Assim posta de lado a lei e a polícia sendo fatos de repressão e não de ordem, esta área de garimpo ficará livre para a livre e exclusiva exploração que enriquecerá o Sr. Ariosto ou uma multinacional. Aliás, este é o mesmo Sr. que se opôs, até quase conseguir o fracasso, à colonização em moldes cooperativistas em Terranova.

Aloísio Ruschejnsky  
13/09/79<sup>214</sup>

O escritor considerou que os garimpeiros ao resistirem à prisão eram mortos. Mas, os trabalhadores também conseguiram adentrar a mata onde continuam a remover a terra em busca do ouro, enquanto outros fugiram para fazendas e cidades. Alguns se retiraram e indicaram a retaliação, outros procuraram a luta por meios legais para reaver ferramentas e o ouro confiscado. Enfatizou-se a lei e a terra com ouro ao criticar o monopólio da riqueza. Ou

<sup>214</sup>RUSCHEJNSKY, op. cit., 1979.

seja, para os garimpeiros nem sempre era possível seguir a lei, definida pelos homens por meio do Estado, para o controle privados do solo e do subsolo. Para o autor, o direito natural precisava ser posto em defesa da vida e da sobrevivência dos homens pobres.

No mesmo dia, 13 de setembro, o Diário de Cuiabá publicou chamada de capa<sup>215</sup>, editorial<sup>216</sup> e a notícia interna<sup>217</sup>. A capa chocava. Dois homens asseguravam a cabeça humana. O texto era sobre o crime de decapitação, mas na relação com os fatos anteriores do garimpo da região.

#### Degolaram cidadão em Alta Floresta

Sem informações concretas a respeito do crime, o deputado Paulo Nogueira mostrou ontem, na sessão plenária da Assembléia Legislativa, a fotografia de dois homens segurando uma cabeça humana. Conforme comentários generalizados, o crime teria sido perpetrado pelos dois homens da foto, na região de Alta Floresta, e que estes foram presos posteriormente, quando transportavam a cabeça, para provar ao mandante que tinham executado o “serviço”.

Ainda no campo da especulação – pois não há nenhuma prova do ato digno da época do cangaço – os dois assassinos estariam impossibilitados de darem qualquer depoimento sobre o macabro acontecimento, pois teriam sido sumariamente executados a mando de César Comte, delegado de Polícia de Sinop, depois que foram apanhados em flagrante transportando a cabeça dentro de uma caixa de isopor.

Traduzindo o terror que assalta a população de Alta Floresta e Sinop, devido aos inúmeros crimes sem solução acontecidos na região, o deputado Paulo Nogueira pediu em Plenário que a Polícia Militar realize investigações rigorosas para punir os responsáveis. Ainda ontem, por determinação do deputado Osvaldo Sobrinho, eleito na região de Sinop, estaria sendo formada uma comissão para ir até aquele distrito apurar o caso.<sup>218</sup>

Assim, como exposto na primeira página, os outros dois textos continham as mesmas informações. Não avançavam na apuração, mas questionavam que a polícia solucionasse o “macabro” crime. Diante disso, informava-se a possibilidade de a Comissão Parlamentar verificar a situação em Alta Floresta. Na Câmara dos Deputados o debate entre os parlamentares do MDB e do Arena se deu entre os dias nos dias 12<sup>219</sup>, 17<sup>220</sup>, 18<sup>221</sup> e 19<sup>222</sup> de setembro de 1979.

<sup>215</sup>Degolaram cidadão em Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 13 de setembro de 1979. Número 2841. Ano XI. Capa.

<sup>216</sup>A violência se repete. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 13 de setembro de 1979. Número 2841. Ano XI. Editorial: p. 02.

<sup>217</sup>Homem foi degolado em Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 13 de setembro de 1979. Número 2841. Ano XI. p. 09.

<sup>218</sup>Degolaram cidadão em Alta Floresta, op. cit., 1979.

<sup>219</sup>Ata n.113 de 12 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 40 folhas. Acervo Instituto Memória p.13-40

<sup>220</sup>Ata n.116 de 17 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 44 folhas. Acervo Instituto Memória p.16-45

No dia 15 de setembro, o Diário de Cuiabá publicou a chamada de capa e a matéria de página inteira, para retomar de modo diferente tudo o que tinha publicado anteriormente. Agora, não defendia mais a perspectiva dos trabalhadores, mas do proprietário da Indeco, Ariosto da Riva e informava da visita dos parlamentares ao distrito de Alta Floresta. Na capa, a chamada enfatizava:

**Alta Floresta não é garimpo**

Depois de denúncias de alguns garimpeiros que disseram à Imprensa de Cuiabá que foram obrigados a deixar o garimpo de Alta Floresta sob tortura generalizadas; alguns parlamentares da Arena, liderados pelo deputado Osvaldo Sobrinho, representantes da região para investigarem “in loco” a veracidade dos fatos, uma vez que até jornais do Pará e a televisão abordaram o assunto que estava merecendo uma atenção toda especial por parte do legislativo mato-grossense.

A informação obtida em Alta Floresta é que o deputado Paulo Nogueira tentou fazer um comício naquela localidade, mas antes fora chamado por Ariosto da Riva que com alguns colonos estava preparando uma emboscada. Na verdade o cidadão queria apenas dar uma explicação ao deputado emedebista sobre o que de fato está passando o garimpo de Paranaíta, que é apenas invasão de terras por garimpeiros, uma vez que sua área de exploração não atinge Alta Floresta reservada exclusivamente à agricultura. Depois de várias explicações sobre a real situação a comitiva retornou a Cuiabá para dar conhecimento ao legislativo sobre tudo que vem ocorrendo naquela região. Mais detalhes sobre o caso na página 4.<sup>223</sup>

As informações destacadas na primeira página foram repetidas durante a matéria que avançava e tomava toda a página 04<sup>224</sup>. Apesar de o texto extrapolar no número de caracteres, a publicação na página par diminuía a importância da reportagem, pois no jornal impresso as ímpares são mais lidas. As matérias anteriores do assunto foram publicadas em páginas ímpares. Portanto, algo estava diferente.

Desta vez os garimpeiros não foram ouvidos e outras fontes foram citadas. Entrevistou-se o diretor da Indeco Ariosto da Riva, o bispo Dom Henrique Froelich e o secretário de segurança pública, coronel Paulo Santa Rita de Athaida. Novos argumentos foram construídos e os velhos fatos retomados e atribuídos outros sentidos. Portanto, para o Ariosto o garimpeiro era “aventureiro”, gastava “dinheiro fácil” e fazia “farras desenfreadas”. E o bispo, entendia-o como “população nômade”, que “destrói a família” e “não respeita a propriedade particular”.

<sup>221</sup>Ata n.117 de 18 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 18 folhas. Acervo Instituto Memória p.05-18

<sup>222</sup>Ata n.118 de 19 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 11 folhas. Acervo Instituto Memória p.05-08

<sup>223</sup>Alta Floresta não é garimpo. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 15 de setembro de 1979. Número 2842. Ano XI. Capa.

<sup>224</sup>Ibidem, p.04.

Assim, os garimpeiros “invasores” eram colocados em oposição aos colonos, pequenos proprietários de terras que chegaram ao distrito pela colonização empresarial e trabalhavam na agricultura. No mesmo sentido, as disputas no garimpo foram definidas como “celeuma” e o crime de decapitação como “especulação”. Mudou o tom da narrativa, e, principalmente, a defesa da perspectiva dominante e não mais dos garimpeiros, que lutavam para fugir das opressões. Deste modo, havia o reforço à religião, à família e à propriedade privada. Era a defesa capital da Indeco e pela expulsão garimpeiros das terras.

Portanto, não era a posição do jornal, mas o direito de resposta da Indeco, após a série de denúncias feitas pela empresa jornalística e pelos garimpeiros. Mas, ainda no dia 15 de setembro, a mesma perspectiva de defesa da Indeco foi publicada pelo O Estado de Mato Grosso. O destaque era o secretário de segurança pública e os deputados Estevão Torquato, Hitler Sansão, Osvaldo Sobrinho, Ubiratan Spinelli e Candido Borges, todos do partido Arena, que estiveram em Alta Floresta<sup>225</sup>.

Deputados e secretário de segurança visitaram Alta Floresta

O parlamentar, do Bloco Autônomo arenista, voltou impressionado com a organização que pôde ver e sentir dos colonos de Alta Floresta, tendo ficado “maravilhado com as culturas e as possibilidades de produção de futuro próximo daquela região”. O deputado Estevão Torquato visitou a região de Alta Floresta em companhia do secretário de Segurança Pública, coronel Paulo Santa Rita, e dos deputados Hitler Sansão, Osvaldo Sobrinho, Ubiratan Spinelli e Candido Borges, todos da ARENA.

Falando ontem sobre a visita que realizou ao distrito de Alta Floresta, no Município de Chapada dos Guimarães, o deputado Estevão Torquato afirmou que a mesma teve a finalidade de permitir, ao secretário de Segurança Pública e os deputados que o acompanharam, a possibilidade de poder sentir o ambiente realmente lá existente, face as diversas denúncias de violências que estariam sendo praticadas, e também dos choques entre garimpeiros e colonos. O deputado Estevão Torquato da Silva disse que, segundo pôde ouvir, não é de se duvidar que possam ter ocorrido atos de violência, mas que também os mesmos não tiveram nas proporções alardeadas.

Em sua opinião, “os colonos, preocupados com o avanço dos garimpeiros sobre suas terras, teriam provocado a expulsão dos mesmos. O parlamentar contou, também, que de acordo com as versões que ouviu, os garimpeiros desceram desde o Estado do Pará para a região do Apiacá, praticamente implantando singulares povoações no meio da selva. Disse que os garimpeiros chegam pelos rios, de aviões e até de helicópteros depois da descoberta do ouro, “cortando”, a selva e implantando um povoado já com mais de 300 barracos. Contou o deputado que, “para se ter uma idéia do que acontece por lá, basta dizer que no povoado dos garimpeiros, denominado Paranamita, existe uma boate de alto luxo, onde uma garrafa de cachaça

---

<sup>225</sup>Deputados e secretário de segurança visitaram Alta Floresta. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá: 15 de setembro de 1979. Número 8305. Ano XLI. Capa; Deputados e secretário de segurança visitaram Alta Floresta. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá: 15 de setembro de 1979. Número 8305. Ano XLI. p.08

custa a importância de 800 cruzeiros”. Segundo o coronel Torquato, já existem cerca de três mil garimpeiros naquela área...<sup>226</sup>

Os representantes públicos encontraram a sociedade organizada e avaliaram que os “atos de violência” não eram proporcionais às divulgações realizadas. Os deputados reforçavam a imagem do garimpeiro invasor e que gastava tudo com bebida e prostituição. Fortificavam as diferenças entre os garimpeiros e os colonos. Mas, também é possível entender a resistência dos trabalhadores, pois “existem cerca de três mil garimpeiros naquela área”. Ou seja, mesmo com as surras, espancamentos e crueldades, os garimpeiros permaneciam no trabalho.

O sr. Antônio encontrou os trabalhadores que deixaram as terras com ouro machucados, pelas agressões e torturas sofridas no enfretamento. Quando eu o questionei sobre a conversa que teve com as pessoas que estiveram em Paranaíta. Ele respondeu:

Antônio: Não. Na época, era assim, eles fizeram um... hoje é até ruim de explicar, você tá entendendo? O que passaram pra mim, que eu não tive lá dentro trabalhando na época, voltei pra trás. O que falaram é que os caras pegavam e botavam os caras pra trabalhar. Que na época era manual, também. Não tinha draga, você tá entendendo? Botavam os caras pra trabalhar, quando os caras tava, vamos supor, você vai tirar... liberava a terra pra trabalhar. Liberou. Você ia lá, quando você tava com o seu ourão pra ir embora os caras fechava tomava o ouro e o pau caía a foia. Que eu sei, em Paranaíta era assim.<sup>227</sup>

Expressou-se a dificuldade de lidar com o passado ao questionar a interlocutora antes de comentar: “Hoje é até ruim de explicar, você tá entendendo?”. O sr. Antônio deixou a casa dos pais porque eles eram “perversos que... aí, você não aguentava o arroxó”<sup>228</sup> e se deparou com relações sociais, ainda mais, desumanas. Estas explicáveis somente com a utilização da metáfora “pau caía a foia”, com o sentido de apanhar e sofrer muito. O sr. Raimundo também narrou as conversas que teve com os demais garimpeiros sobre a violência. “Ah! Isso aí a gente ouvia demais, né? O cara falava que apanhava, que apanhô, que judiava, né? Enchia a caçamba de gente e ia jogar no outro lodo do Teles Pires. Vasculhava a terra, né?”<sup>229</sup>.

Assim, os trabalhadores continuavam a falar sobre as atrocidades. Em 20 de setembro de 1979, o Diário de Cuiabá retomou a narrativa original, do dia 29 de agosto, e reforçou as

<sup>226</sup>Deputados e secretário de segurança visitaram Alta Floresta, op. cit., 1979, p.08.

<sup>227</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>228</sup>Idem, ibidem.

<sup>229</sup>PINHEIRO FILHO, Raimundo Pinheiro, op. cit., 2018.

acusações contra a polícia e a Indeco a favor dos garimpeiros, que procuravam a redação do jornal em Cuiabá para relatar os fatos. A chamada de capa continha:

**Garimpeiros reiteram acusações à Polícia**

Rômulo Batista de Oliveira e Francisco Alves de Souza, garimpeiros que possuíam carteira de garimpo de Itaituba, confirmaram ontem à Imprensa de Cuiabá os fatos anteriormente denunciados por colegas seus, e que envolvem a polícia e garimpeiros que estão atuando em Paranaíta. Segundo os dois, a polícia continua a agir na região do garimpo – situado a mais de cem quilômetros da cidade de Alta Floresta – espancando os trabalhadores que estão se retirando do local e confiscando todo o ouro por eles encontrado, além de promover a queima total dos documentos que são encontrados em posse dos garimpeiros.

Rômulo e Francisco transportavam 875 gramas de ouro ao deixarem o garimpo de Paranaíta, sendo que os policiais estariam agindo a mando de Ariosto da Riva, da colonizado Indeco. O ouro lhes foi tomado por três policiais fardados, sendo que mais 50 garimpeiros foram pegos pelos policiais, todos eles portando ouro também tomado pelos mesmos policiais. Um total de 400 quilos de ouro já foi parar nas mãos da polícia, não sabendo o destino dessa fortuna.<sup>230</sup>

Os verbos no gerúndio, espancando, retirando, confiscando todo o ouro, enfatizam que as ações evidenciadas pelos trabalhadores, pelos jornais e pelo deputado da oposição, com parcial negação dos deputados e secretário de segurança da situação, continuavam a acontecer. Era isso que o jornal buscava enfatizar, mesmo com a publicação de que “Romulo e Francisco, que se encontram há mais de dez dias em Cuiabá”<sup>231</sup>. Ou seja, eles narravam o vivido em Alta Floresta antes da visita dos deputados do Arena ao local, mas a matéria interna reforçava as acusações contra a polícia e o Ariosto da Riva e atribuía o sentido diferente para os fatos após a visita dos deputados.

**Garimpeiros voltam a acusar Ariosto da Riva**

[...] Os garimpeiros confirmam todos os fatos já levados à público através da imprensa. [...] Inquiridos à cerca de conflitos existentes na Cidade de Alta Floresta, os garimpeiros concordaram com os deputados arenistas que estiveram recentemente em comissões aquela localidade. “Não há conflitos na cidade mas todos sabem o que se passa dentro do garimpo e as histórias de espancamento são verídicas, só que acontecem fora da cidade”.

Os garimpeiros ainda se propõem a mostrar a quem quiser o lugar em que foram deixados, chamado de “encruzo”, e ainda apontar onde estão agindo os policiais que espancaram os garimpeiros e confiscaram o ouro, sempre agindo a base de espancamento. [...]

Os garimpeiros ainda acusaram Ariosto da Riva de ser o responsável pelos espancamentos que estão sendo feitos, e apontaram uma possível ligação

<sup>230</sup> Garimpeiros reiteram acusações à Polícia. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 20 de setembro de 1979. Número 2846. Ano XI. Capa.

<sup>231</sup> Garimpeiros voltam a acusar Ariosto da Riva. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 20 de setembro de 1979. Número 2846. Ano XI. p. 07

dele com os policiais, uma vez que o gerente do garimpo Planeta, seu gerente, segundo os garimpeiros, é o único homem que age em Paranaíta, na compra de ouro, pagando 230 cruzeiros por grama do metal. [...]<sup>232</sup>

Os deputados não falaram como os garimpeiros que as “ histórias de espancamento são verídicas, só que acontecem fora da cidade”. Mas, o jornal quis que sim. A empresa jornalística aproximou a visão dos deputados do Arena com a dos garimpeiros para reforçar a posição de que os trabalhadores sofriam com ações do Ariosto da Riva e da polícia, que controlavam tanto o garimpo Planeta quanto o Paranaíta. Os deputados, ao contrário, tinham amenizado estas ações, como foi evidenciado anteriormente.

Mas, o trabalhador sr. Antonio Mario reforçou os perigos de os garimpeiros circularem nas terras com ouro de Alta Floresta. A opção era chegar de avião, assim como o sr. Raimundo já tinha feito, ele descreveu como a mais segura, isso na continuidade da fala inicial do sr. Antonio Mario:

Antonio Mario: [...] Aí, do Peixoto eu vinha pra cá de avião. Nunca vim de carro, no tempo que eles batiam em gente aqui, né? Pegava avião. Vinha. Aterrissava lá naquele aeroporto da estrada quem vai pro Cabeça. Ficava lá no [Hotel] Barracão e de lá eu voltava. Passava uma semana, duas aí e voltava. Mas, quando amansou mais, pararam de bater em gente, eu vim e fiquei. [...]<sup>233</sup>

As estradas eram sinônimo de surra, enquanto os voos mais garantidos. Diante desses elementos, o trabalhador abreviou a explicação com a triste expressão o “tempo que eles batiam em gente”. Portanto, o processo de voltar várias vezes indicava a demora para “amansar”. Amansar significou para o garimpeiro, que o lugar estava menos violento e já era possível trabalhar, porque garimpeiro “manso” é o que domina as técnicas e vive da garimpagem. Assim, com a diminuição dos encontros entre os garimpeiros e a Indeco, ele voltou e ficou. Foi-se trabalhar nas terras dos conflitos e encontrou os vestígios dos garimpeiros que ali estavam.

Antonio Mario: [...] Quando eu cheguei aqui ainda pra trabalhar lá [Paranaíta, na Castanheira], a gente ainda achava barranco debreadinho, limpinho. A gente pegava um pau, uma varinha, chama sonda. Fazia uma ponta e saia caçando no meio daquela grota ali. Tinha barranco limpinho, debreadinho, só o cascalho. Achava a bateia dentro, cuia, picareta e pá, tudo lá dentro. Os caras corriam e iam embora e deixavam tudo. Eu mais o Piá e o Meia Grama nós achamos uma banda. Uma banda é dez metros assim por cinco de largura. Nós saímos caçando com a sonda e achamos. Aí,

---

<sup>232</sup>Ibidem.

<sup>233</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

desviamos a água assim e secou. Ali tinha picareta, um pau, uma cuia, tudo lá dentro. Eu tive trabalho só dois dias pra levantar pra cima e lavar. Naquele tempo tinha ouro bastante. Dois dias e uma lavada dava 200 e poucas gramas. Quase 300 gramas.<sup>234</sup>

No cenário de batalha, as ferramentas de trabalho dos garimpeiros eram localizadas depois de abandonadas durante a fuga ou a morte. Elas garantiram sr. Antonio Mario conseguir o ouro mais rápido. Tão difícil quanto ter de sair e deixar tudo, é chegar e utilizar as ferramentas e o espaço de trabalho dos homens que não se sabia estarem vivo. A sobrevivência se dava a partir do encontro com as vidas arruinadas. Não era possível negar o árduo labor ali contido e a necessidade de quem não pode ficar parado, pois já não tem o que comer. A dura vida enfrentada pelo garimpeiro indicava que o garimpo não estava tão “manso” assim.

Em 21 de setembro o Fatos Populares, de Goiânia, reforçou as ações do Ariosto e apontou os desdobramentos futuros dos acontecimentos<sup>235</sup>.

Alta Floresta terra onde o sangue do garimpeiro é usado para irrigar a terra  
A “Lei do Cão” está imperando nas regiões de garimpo do Estado de Mato Grosso, essa lei está sendo aplicada em centenas de garimpeiros, de ambos os sexos, pessoas estas que tiveram a infelicidade de dirigir-se à região de Alta Floresta, cidade nascida no bojo do projeto condinominado “INDECO”, espécie de feudo particular do indivíduo Ariosto da Riva. [...]  
Centenas de garimpeiros estão prontos a testemunhar sobre os horrores e maus tratos que estão sendo impostos à população daquela comunidade. Os desmandos, as torturas e sevícias que ali são praticadas, deverão ser documentadas e enviadas para organismos internacionais, que militam em defesa dos Direitos Humanos.

Assim, como sinalizava o jornal, organismos em defesa dos Direitos Humanos se preocuparem com a situação. Dois meses depois, em 15 de novembro de 1979, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou o “protesto de repúdio aos bárbaros crimes”. A primeira vez o número de 300 mortos é denunciado.

#### Relatório Paranaíta-Indeco

A Comissão Pastoral da Terra – Regional MT esteve recentemente na região de Alta Floresta e Paranaíta, MT, para averiguar a situação em que se encontram os colonos e garimpeiros na área da colonizadora INDECO. Sabe-se que já foram feitas algumas denúncias a respeito da expulsão de garimpeiros do Paranaíta no mês de setembro, pelo deputado Paulo Nogueira. Depois disso uma Comissão da Assembléia Legislativa de MT

<sup>234</sup>Idem, ibidem.

<sup>235</sup>SILVA, Colemar; LUCIO, Ivaldo. Alta Floresta terra onde o sangue do garimpeiro é usado para irrigar a terra. Fatos Populares. Goiânia: 15 a 21 de setembro de 1979. p.12. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

esteva na área fazendo um levantamento e ouvindo algumas autoridades, entre estas o bispo de Diamantino, D. Henrique Froelich, que na época se encontrava na área, chegou à conclusão que não houve violência contra garimpeiros expulsos, mas que eram eles mesmos que estavam praticando barbaridades na região, destruindo lavouras de colonos, abusando se suas mulheres e filhas, etc, etc.

No entanto, a CPT ouvindo demoradamente colonos e garimpeiros da área e também garimpeiros expulsos pela polícia e jagunços de Ariosto de Riva, presidente da INDECO, colheu os seguintes dados:

Os colonos nada têm contra os garimpeiros, pois na área onde estão não existe garimpo. A garimpagem estava sendo feita em área não colonizada. Inclusive alguns colonos sofreram ameaças e repressões por terem acolhido garimpeiros corridos e espancados pela polícia e jagunços. Desmetem, também, que garimpeiros tenham faltado com o respeito às famílias dos colonos.

[...]

Calcula-se em 300 o número de mortos conforme depoimento dos garimpeiros. Quem caminha naquelas matas não raro encontra cadáveres já praticamente decompostos. E diga-se que no mês de novembro um grupo de garimpeiros encontrou 18 cadáveres amontoados, mortos recentemente. Isto significa que a matança naquela região ainda não chegou ao fim. Ademais a alocação da INDECO de que os garimpeiros foram tirados da área para evitar o estrago do solo é inoperante e mentirosa, Pois a extração mineral continua sendo feita. Mas, já não mais por garimpeiros profissionais, e sim por jagunços contratados pela firma em benefício próprio.

Diante desta chacina e abuso de poder, que dizer da justiça do Mato Grosso? Que modelo de colonizadora é a INDECO; que pratica tal genocídio? Até quando os crimes no Mato Grosso contra tantos brasileiros continuará encoberto? Continuarão tendo apoio do governo e de certas autoridades da Igreja, do INCRA, pessoas como Ariosto da Riva e outros?

Todos aqueles que denunciam os crimes são taxados de mentirosos e agitadores, enquanto que os criminosos continuam no seu terrorismo desenfreado.

A Comissão Pastoral da Terra – Regional Mato Grosso, lança seu protesto de repúdio aos bárbaros crimes cometidos contra a classe garimpeiros na área da Colonizadora INDECO.

15 de novembro de 1.979 – MT.<sup>236</sup>

No documento, as relações de disputa entre os colonos e os garimpeiros foi amenizada. A CPT desconstruiu a concepção dominante de que os colonos e os garimpeiros eram opositores e se enfrentavam nas terras da região norte de Mato Grosso. Entende-se que os pequenos proprietários de terras, que deram início ao processo de colonização empresarial liderado por Ariosto, eram explorados tanto quanto os garimpeiros em Alta Floresta. Por isso, a CPT aproximava-os e a oposição da luta era contra o capitalista Ariosto e não entre os homens pobres que deixavam o sangue e o suor nas terras do Mato Grosso. Assim, em 06 de

<sup>236</sup>Relatório Paranaíta-Indeco. Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15 de novembro de 1979 – MT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

dezembro, a CPT reforçava publicamente as práticas criminosas do Ariosto, jagunços e policiais contra os garimpeiros<sup>237</sup>.

#### Massacre de Garimpeiro na área da Indeco-MT

[...]

A alegação da INDECO, de que os garimpeiros foram retirados da área para evitar que estragassem o solo, é falsa, visto que a extração mineral continua sendo feita, agora por jagunços contratados pela colonizadora.

Além do mais, ninguém, nem mesmo o Estado, tem o direito de desrespeitar a inviolabilidade física e moral de qualquer cidadão. E o que tristemente se contata hoje no país, é um crescente abuso de Poder, a serviço quase sempre, de grandes empresas e fazendeiros latifundiários.

Para concluir, perguntamos às autoridades: Até quando trabalhadores indefesos continuarão sendo massacrados pelos interesses demoníacos do lucro, de empresas e colonizadoras com a INDECO?

Até quando, homens como Ariosto da Riva, já conhecido em outras partes daquele estado por suas arbitrariedades, até hoje impune, continuarão a abusar tão vilmente da dignidade humana?

É hora de por um fim a este estado de coisas. Não é possível que crimes desta natureza continuem impunes, e pior, tendo cobertura, explícita ou não, de órgãos oficiais e de governantes.

Pedimos à população brasileira que não se cale perante atos criminosos como este. Qua a imprensa, e os outros meios de comunicação, contribuam de igual modo, com denúncias firmes e constantes, em defesa de uma verdadeira Justiça, para que fatos dessa ordem não mais aconteçam em nosso país.

Comissão Pastoral da Terra – C.P.T.

Goiânia, 06 de dezembro de 1979.<sup>238</sup>

Os detalhes das coerções vividas pelos trabalhadores revelavam que não havia limites para o acúmulo da riqueza na região norte de Mato Grosso, em 1979. Os abusos eram contra os direitos de ser cidadão e trabalhador, as brutalidades eram ao corpo e a vida. Com a divulgação do relatório e com a chamada da CPT para que os meios de comunicação divulgassem os fatos, o jornalismo nacional citou a CPT como fonte e publicou os acontecimentos.

Em 07 de dezembro, o O Estado de São Paulo destacou a tortura, morte de 300 garimpeiros e os corpos encontrados próximos ao rio Teles Pires.<sup>239</sup> Em 9 de dezembro de 1979, o Jornal do Brasil<sup>240</sup>, enfatizou o número de 300 mortos. Em Goiás, o jornal semanal,

<sup>237</sup>Massacre de Garimpeiro na área da Indeco-MT. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Goiânia, 06 de dezembro de 1979. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>238</sup>Massacre de Garimpeiro na área da Indeco-MT. op. cit., 1979.

<sup>239</sup>Pastoral confirma mortes em MT. O Estado de São Paulo, 07 de dezembro de 1979. p. 11

<sup>240</sup>Violência mata 300 garimpeiros. Jornal do Brasil, domingo, 9 de dezembro de 1979. 1º Caderno. p. 32

Cinco de Março, de 10 a 16 de dezembro de 1979, também citou o relatório da CPT, mas apresentou pela primeira vez a posição do DNPM<sup>241</sup>.

Morte de 300 garimpeiros é negada pelo DNPM de Goiás

O assassinato de 300 garimpeiros na região de Alto Floresta, no norte de Mato Grosso, denunciado pela Comissão Pastoral da Terra, em nota distribuída à imprensa, quinta-feira última, não foi confirmado pela diretoria do 6°. Distrito Centro-Oeste do Departamento da Produção Mineral – DNPM, sediado em Goiânia.

O diretor do órgão, Sevan Naves, informou que de fato houve arbitrariedades contra garimpeiros da mina de Paranaíta, quando eles foram expulsos pela empresa proprietária da área, a colonizadora INDECO. O fato foi constatado por uma equipe técnica enviada ao local em fins de setembro último. À época, entretanto, não se teve notícias de mortes. [...] <sup>242</sup>

Os três jornais utilizam como fonte principal o relatório da CPT. O Estado de São Paulo, só noticiou os fatos, rapidamente. O Jornal do Brasil, apresentou os fatos e buscou elementos do passado para justificar o processo e condenar Ariosto. O Cinco de Março, buscou novas informações junto ao DNPM, que ainda não tinha se posicionado sobre os acontecimentos. Assim, o primeiro não desdobra o assunto, o segundo busca argumentos no passado e o terceiro amplia o assunto no presente. <sup>243</sup>

<sup>241</sup>Por meio da Lei de Acesso à Informação, eu formalizei o pedido ao DNPM do relatório que eles produziram sobre os acontecimentos. A resposta obtida foi a seguinte: “Destruído quando da explosão que ocorreu e o telhado da Biblioteca do DNPM em Cuiabá, que desabou sobre a mesma, à noite, em 22/02/2014, período em que se encontrava em obras, utilizando-se explosivos, a Trincheira na Av. Miguel Sutil, obra para a Copa do Mundo, muitos documentos foram totalmente danificados, inclusive este”.

<sup>242</sup>Morte de 300 garimpeiros é negada pelo DNPM de Goiás. Cinco de Março, de 10 a 16 de dezembro de 1979. p. 05-06. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>243</sup>A partir disso, as memórias foram retomadas no início da década de 1980. Em junho de 1980, o jornalista Augusto Rocha, do Coojornal do Rio Grande do Sul, escreveu sobre o assunto e afirmou que a polícia atuou no massacre, mas no inquérito policial os garimpeiros foram citados como os culpados. E ainda, os garimpeiros formaram uma Comissão que foi até o Ministério da Justiça em Brasília, para lutar pelo direito de voltar ao trabalho em Paranaíta. Era a defesa dos trabalhadores. Em 22 de abril de 1981, a revista Isto É publicou: “Em Alta Floresta muita gente ainda cita o dia 11 de setembro de 1979 como o dia da vitória. Nesta data os colonos, usando fações e enxadas, expulsaram centenas de garimpeiros, e com eles, algumas prostitutas. Apesar desta vitória, o garimpo se manteve inarredável”. Era o reforço da visão do colonizador. Em 01 de abril de 1982, o jornal O Estado de São Paulo, a partir da pesquisa do professor Germano Blasio Schmitz, escreveu: “[...] foi no dia 08 de setembro quando o deputado estadual Paulo Nogueira armava o comício e concentração no centro da cidade – dizem que ele queria transformar Alta Floresta em uma nova Itaituba, a Capital do ouro – que os pacíficos agricultores se armaram de coragem, paus e pedras, e enfrentaram os temidos garimpeiros nas ruas. A reação dos colonos vinha sendo contida há muito. Desde que se descobriu que Alta Floresta produzia 20 quilos de ouro por semana. Desde que os garimpeiros – eram quase 30 mil no auge da corrida – começaram a chegar, portando armas, ocupando terras, seduzindo as moças e roubando a mão-de-obra da lavoura. [...] Não se esperava que os soldados fizessem o que fizeram, mas são os riscos que se correm quando se recorre à força. Antes mesmo do conflito nas ruas da cidade, a polícia já havia sido chamada pela Indeco, para expulsar os garimpeiros que invadiram e ocuparam as terras dos colonos. A polícia chegou tarde como sempre, mas veio a tempo de bater nos garimpeiros, rasgar seus documentos e roubar seu ouro. As histórias de morte são muitas, permanecem anônimas[...]”. Era a perspectiva da colonização oficial. ROCHA, Augusto. Dias de Massacre. Porto Alegre. Coojornal, junho de 1980. p. 20-21. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino; BRIGUGLIO, Nunzio; BITTAR, João. Especial: A última fronteira. Isto É. 22 de abril de 1981. N. 226. p. 50; Em Alta Floresta, uma história de ouro e sangue. O Estado de São Paulo, 01 de abril de 1982. p. 34

Em 2001, o historiador José Donizetti Ribeiro<sup>244</sup> analisou os fatos e avaliou três posições diferentes tomadas pelas instituições sobre os acontecimentos da colonizadora Indeco e do colonizador Ariosto da Riva, com a participação da polícia e a Igreja e dos garimpeiros. Neste processo, o DNPM que não negou a violência contra os garimpeiros, mas também não registrou as mortes. Ou seja, construiu-se pela terceira via, criticou, mas não rompeu relações com a colonizadora. Já os deputados do Arena negaram os crimes, enquanto a CPT teria exagerado ao denunciar a violência e as 300 mortes.

De acordo com o historiador, os comerciantes e as lideranças locais não falaram sobre as mortes. Já a ações dos veículos de comunicação O Diário e o Estado de Mato Grosso não foram sintetizados pelo autor. Mas, O Diário construiu os embates dos trabalhadores e, neste mesmo viés, o pesquisador não destacou as narrativas dos garimpeiros, pois não faziam parte das premissas teórica-metodológica dele. Contudo, a concepção de história como processo e disputa provocaria o entendimento de que as experiências sociais de luta dos garimpeiros foram ainda mais complexas do que as denúncias realizadas pela CPT, que o autor qualificou como “dramaticidade”<sup>245</sup>. Afinal, os enfrentamentos pela vida são mais profundos do que as palavras podem nomear.

Em dezembro de 1982, do mesmo modo, quando os editores da revista O Garimpeiro, definiram como “poesia e proselitismo”<sup>246</sup> o que se tinha escrito sobre os garimpeiros, eles contrariaram a própria publicação na revista O Policial<sup>247</sup>, de agosto de 1980, época que eram responsáveis pelo periódico. Principalmente, os jornalistas denegaram o processo de formação dos garimpeiros contra a Indeco, pelo direito de viver e trabalhar nas terras do norte de Mato Grosso, entre o fim da década de 1970 e início de 1980, assim como fez, também, o historiador.

Em 1979, os trabalhadores continuaram a busca pelo trabalho. Para o sr. Antonio Magro a garimpagem prosseguia e a colonizadora Indeco manteve o controle de áreas com ouro, mesmo diante das mortes. A questão da entrevista tinha como hipótese a diminuição da violência e dos embates, e a resposta teve início com a negação.

Antonio Mario: Não, eles [Ariosto e a Indeco] já não tavam mais perturbando, não. Mas, eles ainda tinha guaxeba lá [nos garimpos de Paranaíta] pra cuidar, que a gente tinha que pedir lá pro Ceará. O Ceará ele trabalhava pro velho Ariosto aí. O finado Pelado que era o guaxeba forte dele que tomava a terra dos peão que tava mexendo. O finado Pelado já tinha

<sup>244</sup>RIBEIRO, op. cit., 2001.

<sup>245</sup>RIBEIRO, op. cit., 2001, p.121.

<sup>246</sup>O Garimpeiro, op. cit., 1982, p.03.

<sup>247</sup>O Policial, op. cit., 1980, p. 45.

morrido já. Ele já tinha morrido lá em Rondônia. Se afogou pra lá. E aí ficou o Pedrinho, irmão do finado Pelado. E aqui ficou o Ceará. Ficava lá. Eles tinha uma cantinazinha lá. A gente quando queria ir trabalhar falava com eles e eles arrumava pra gente aquela beira lá. Dava pra gente. E a gente pagava eles. Uma vez deu uma beira pra nós tirar, bem na saída do Buriti com a Grota Rica. E ele deu aquela beira pra nós. Tinha que dar 14 gramas de ouro pra ele. Mas digo: “Só essa beirinha?” Ele me disse: “Não, mas aí, dá. Aí, tem ouro”. Pior que tinha mesmo. Tinha uma pedrona assim [grande], bem no pé de um Buriti. Nós tiramos uma largurinha assim, como daqui no pneu da moto, [dois metros] compridinho assim como daqui no pé de mandioca [três metros]. Nós fizemos 200 grama de ouro. Ainda tinha bastante. O Meia-Grama fazendo reco debaixo da pedra onde tinha lá, ainda fez mais 12 gramas. Foi lá pra cantina de seu Paulo Bocardi e comprou um pau de galinha. Veio com um pau cheio de galinha. Tinha ouro naquele tempo.[...] <sup>248</sup>

No contraditório, ao mesmo tempo estavam e não estavam no controle. Com mudanças, as relações de trabalho continuavam intrincadas, os garimpeiros precisavam autorização para garimpar e a negociação para conseguir o pedaço de terra para extrair o ouro se dava a partir da expectativa de que tinha mesmo a substância metálica. E ainda, quem contratava, em nome de quem, o local de trabalho e o quanto tinha que pagar pelo ouro eram informações que faziam parte de conseguir o trabalho.

Era final de 1980, para o sr. Raimundo quando as relações as definições de locais para trabalhar se transformaram. Ele sabia quais áreas de garimpo eram do Ariosto e quais terras a garimpagem era permitida. Quando eu o questionei se o Ariosto e a Indeco queriam controlar todos os garimpos, ele respondeu:

Raimundo: Eles não queriam deixar os garimpeiros... só trabalhar pra eles mesmos. Eles queriam ficar trabalhando, comendo o ouro, né? Mas nem todo mundo ia dá conta mesmo... Não deram. Eles foram só abrindo mão. No final de 80, já todo mundo já tava liberado pra trabalhar. Nós mesmo trabalhamos pra ele só uns cinco meses, só. Aí nós saímos e fomô trabalhar pra outros garimpos, igual nós fomô ali pra [Agropecuária] Mogno, pro Trivelato, outros garimpo também nós fomô pra ali... Quando nós saímos deles lá, aí surgiu a fofoca da Mogno, tinha também ali no Dez ali, ai nós também entramô ali. Ali eles não mandavam ali... eles mandava naquela área de Paranaíta, é uma área que tem, que ainda hoje tem, que é a área da Santa Rosa, Ximari, do Satélite, tudo é deles ainda, tem mineradoras deles ali. Apiacás foi eles que colonizou. Fez a coisa ali, em Bandeirantes. Tudo, é tudo deles ainda. Pois é, eu cheguei naquela época aí. <sup>249</sup>

O sr. Raimundo dividiu o espaço entre os garimpos que eram do Ariosto e aqueles que não eram da empresa dele, a Indeco. Somente nos garimpos sem controle oficial é que os

<sup>248</sup> FERREIRA, op. cit. 2018.

<sup>249</sup> PINHEIRO FILHO, op. cit., 2018.

garimpeiros não contratados podiam trabalhar. E assim, o sr. Raimundo seguiu para os garimpos na Agropecuária Mogno<sup>250</sup>, como o garimpo Dez. Na mesma região, foi descoberto ouro e os garimpeiros trabalharam nas grotas do Café, Capim, Fofoca e Km27<sup>251</sup>.

Como se estabeleceram as relações de trabalho com o ouro na região da Agropecuária Mogno que criava “20 mil cabeças de nelore”<sup>252</sup>? Por que os proprietários da fazenda permitiram os trabalhadores garimparem?<sup>253</sup> Em 1979, os donos da empresa Cimento Santa Rita S/A, acionistas da Agropecuária Mogno, buscaram autorização para pesquisar ouro, rutilo, ilmenita e diamante<sup>254</sup> na área de 83.036<sup>255</sup> hectares de terras em que os garimpeiros começavam a trabalhar.

Em 1982, os geólogos Alain Daniel Lestra e José Inácio Nardi publicaram o diagnóstico que tinham realizado nos garimpos da Amazônia, para apontar a viabilidade de futuros investimentos nas terras minerais. Os profissionais indicavam a possibilidade de as empresas mineradoras aplicarem recursos para extração metálica, pois os garimpeiros somente tinham trabalhado no ouro aluvião, quase nada nos filões. Mas, sobre os garimpos na Agropecuária Mogno, os pesquisadores tinham poucas informações.

#### Distrito da Agro-Pecuária Mogno

A Agro-Pecuária Mogno S/A ou fazenda homônima está situada ao longo da Rodovia MT-208, à margem esquerda do Rio Paranaíta. Nas grotas desta área trabalharam cerca de 500 garimpeiros em 1981, tendo produzido cerca de 80 kg de ouro. Não há dados registrados acerca de dimensões das aluviões, teores e reservas.<sup>256</sup>

O número de garimpeiros não era expressivo e, a quantidade de ouro, não era possível saber se os 80 quilos eram extraídos por mês ou o todo retirado da terra no local. No garimpo Planeta, esta quantidade era mensal, no ano em que o Grupo Paranapanema trabalhava com

<sup>250</sup>Brasileiros e italianos formavam dois grupos de acionistas da Agropecuária Mogno S/A. A empresa Cimento Santa Rita S.A. de Mario de Fiori e Sergio Cragnotti e a Concrebras S.A. Engenharia de Concreto de Hermes Magnani e Oscar Fusconi. Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30.04.1977. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 11 de outubro de 1977. p.16-17

<sup>251</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p.02.

<sup>252</sup>BRIGUGLIO, Nunzio; BITTAR, João. Especial: A última fronteira. Isto É. 22 de abril de 1981. Nº. 226. p. 45

<sup>253</sup>Estas questões ainda estão sem respostas. E elas ficam mais complexas quando pensamos que 30.000 hectares da área da Agropecuária Mogno S/A foram desapropriadas no processo de luta pela terra e 770 famílias de trabalhadores formaram o Assentamento São Pedro, em 29 de dezembro de 1997.

<sup>254</sup>Processos de 1979: 860239, 860236, 860238, 860241, 860242, 860243, 860244, 860258, 860259, 860260, 860264, 860265. Todos esses pedidos não foram autorizados. DOURADO, op. cit., 2009, p.292, 293, 296, 300 e 301.

<sup>255</sup>Agropecuária Mogno S/A: Relatório da Diretoria. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 15 de julho de 1976. p.23

<sup>256</sup>LESTRA, Alain Daniel; NARDI, José Inácio. O ouro da Amazônia Oriental: o mito e a realidade. Belém, Grafisa, 1982 p.223

técnicas de mineração<sup>257</sup>. Isso depois da negociação do Ariosto, com o Eike Batista<sup>258</sup> e após com o Grupo Paranapanema. Nesse processo o sr. Eliezo também saiu do garimpo Planeta. “Aí seu Benedito vendeu. Vendeu para a mineração, pro Eike Batista. Vendeu. Aí teve que sair todo mundo. Acabou. Aí eu vim prá cá [Alta Floresta]”<sup>259</sup>.

O sr. Eliezo não enfatizou como ocorreu a saída dele e dos trabalhadores daquelas terras com ouro, só enfatizou que com a negociação foi realizada pelo funcionário do Ariosto com o Eike Batista e com isso garimpeiros e comerciantes tiveram de sair<sup>260</sup>. Em julho de 1981, a revista O Policial destacou: “o garimpo do Planeta, depois de algum tempo de funcionamento como garimpo normal, vai ser ativado em breve apenas por meios mecanizados. Grande parte dos garimpeiros já deixaram a localidade; outros, estão deixando aos poucos, após resumirem seus trabalhos”<sup>261</sup>.

Portanto, é possível saber que os garimpeiros tiveram de sair, mas pelas fontes não é possível detalhar as ações realizadas pelos funcionários da Indeco na expropriação. Mas, pela lógica empregada nos processos anteriores de expulsões dos trabalhadores do mesmo garimpo, em dezembro de 1978 e em janeiro de 1979, e a continuidade das práticas violentas no garimpo de Paranaíta de agosto a setembro de 1979, considera-se que a saída dos

<sup>257</sup>Idem, ibidem.

<sup>258</sup>Em 2011, o empresário Eike Batista mencionou no livro O X da questão as relações comerciais que estabeleceu com o Benedito e como conseguiu acumular riqueza com o ouro extraído do garimpo Planeta, no início da década de 1980. Leia-se as palavras publicadas no nome dele: “Alta Floresta, norte de Mato Grosso, foi onde conheci meu amigo baiano e ex-sócio Ditão, maior dono de garimpos da região. [...] Do alto de seus dois metros, ele era o rei do garimpo e eu caí nas suas graças porque proporcionei a seus negócios a oportunidade de crescimento a uma velocidade jamais sonhada. Amalhei US\$ 6 milhões na operação de compra e venda de ouro. O montante era elevado à época e ainda é hoje. Mesmo assim, percebi que podia tirar muito mais da operação. Estava claro que havia muita riqueza ali. A pergunta que me fiz foi: se, com produção manual, é possível acumular alguns milhões de dólares em tão pouco tempo, o que não farei com maquinário moderno? [...] Fui visionário porque converti uma área que dependia basicamente das mãos de um punhado de homens na primeira lavra de ouro mecanizada industrial da Amazônia brasileira. [...] O garimpo Novo Planeta fazia por merecer o nome. Não havia nada parecido na galáxia mineral brasileira. Foi uma verdadeira operação militar. Eu tinha que fazer chegar a uma região distante de tudo, a uma área remota, equipamentos que muita gente sequer cogitaria deslocar para lá. E não foram apenas máquinas. Mobilizei engenheiros, geólogos, operadores, tratoristas, enfim, toda uma equipe altamente capacitada. [...] Propus sociedade à Paranapanema ao constatar que Alta Floresta era um sucesso. A companhia adquiriu 50% da mina e assumiu o compromisso de multiplicar a produção em pelo menos cinco vezes. Havia aprendido muito com o garimpo Novo Planeta, e depois de muitos erros e acertos embolsei um montante bastante alto para os meus padrões de empresário em início de carreira”. É óbvia a construção do homem empreendedor de sucesso, capaz de lidar com força de exército e mudar os processos históricos e sociais de trabalho com o ouro na Amazônia, do garimpo manual para lavra industrial. Nessas transformações, Eike não mencionou os embates pelo trabalho já existentes na região, nem necessária saída e o desemprego dos garimpeiros, para que os operários da mineração passassem a realizar o serviço como assalariados dele. Enfim, entende-se os meandros de com o capital se unificou nos processos de centralização do ouro e na exploração dos trabalhadores norte de Mato Grosso. BATISTA, Eike. O X da questão [colaboração de Roberto D’ Avila]; Rio de Janeiro: Sextante, 2011. p.37-57

<sup>259</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>260</sup>O Policial, op. cit., 1981, p.26.

<sup>261</sup>Idem, ibidem.

garimpeiros não foi tranquila e nem definitiva, em julho de 1981.<sup>262</sup> E ainda, o Eike Batista definiu como “operação militar”<sup>263</sup> a substituição dos garimpeiros por máquinas e trabalhadores assalariados.

Após sair do garimpo Planeta, o sr. Eliezo investiu o dinheiro na busca da valiosa substância metálica e na abertura da Pista do Cabeça. Em 1981, os garimpeiros partiram do distrito aurífero da Agropecuária Mogno a procura do ouro para a abertura do novo garimpo. O garimpeiro sr. Raimundo esteve com o sr. Eliezo, na região quando a construção da Pista do Cabeça era ainda projeto de futuro, objetivo a ser realizado.

Raimundo: Eu quando conheci ele [Eliezo Lopes Carvalho – o Cabeça] foi ali na região do Zé Vermelho e Zé da Onça, na Fazenda Mogno, ele também trabalhô com o pessoal. Dali foi que ele inventô essa exploração aqui [da Pista do Cabeça]. Ele e um senhor chamado por apelido, finado Porrudo [João Gomes]. Aí os dois entraram pra trabalhar de sócio. Aí depois veio o Zé Rodrigues [José Rodrigues] garimpeiro, também [...].

Flaviane: O senhor ajudou com ouro?

Raimundo: Sim, dei 10 gramas da minha parte, pro pessoal que veio fazer o rancho, pra poder abrir aqui.<sup>264</sup>

O sr. Raimundo apresentou os primeiros elementos de como foi organizada a procura do ouro. Ele se colocou como garimpeiro que contribuiu para que a abertura da Pista do Cabeça acontecesse e o sr. Eliezo apareceu como o criador do garimpo. O sr. Antonio Mario conheceu o sr. Eliezo no processo de organização da abertura da Pista do Cabeça, quando os trabalhadores se preparavam para a abertura a pista de pouso de avião.

Antonio Mario: O Cabeça [Eliezo Lopes Carvalho] eu conheci quando falaram que tinha essa terra pra lá, esse garimpo pra lá, essa grotta aí. Pra lá. Não sabia nem onde era, por que era só mato, né? Aí, nós foi conhecer o Cabeça dessa vez. Nós pegou o carro aqui [Alta Floresta], foi lá em Paranaíta e de lá entremos no caminhão até no trevo que de virar lá pra Mogno. Andamos um pouquinho e entramos no mato lá, à direita [...] E aí de lá, nós pegamô varando. Entramô do lado direito, fomos parar lá na Pista do Cabeça. Passamô uma semana viajando e beirando o rio Paranaíta. Parava, uma hora dessa [15 horas] sempre tava parando. Parava, caçava, pescava, fazia em um barraquinho até quando chegamô lá.<sup>265</sup>

O sr. Antonio Mario caminhou 79 quilômetros no meio da floresta, até a chegada no local onde daria início ao garimpo Pista do Cabeça. A partida da Agropecuária Mogno, o

<sup>262</sup>Os garimpeiros vão continuar a disputar o garimpo contra a mineração, outros elementos desses embates estão no capítulo III desta tese.

<sup>263</sup>BATISTA, op. cit., 2011, p.46.

<sup>264</sup>PINHEIRO FILHO, op. cit., 2018.

<sup>265</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

último local com acesso de estrada, antes de entrar na floresta para seguir os trajetos do rio Paranaíta até a cabeceira. O sr. Antonio Mario narrou as dificuldades vividas pelos trabalhadores ao partirem pela mata para a abertura da pista de pouso do novo garimpo.

Antonio Mario: Foi varando. Daqui pra nós ir, nós tava sem dinheiro. O Toninho lá do Barracão ainda deu um dinheiro pra nós compra umas sardinha, farinha, alguma coisa. Aí nós fomos pra lá. E aí chegamô lá e nós ficamô lá esperando... nós passamô até fome lá. Porque acabou nossa comida. Tinha um bocado de gente que... nós saímos daqui umas 70 pessoas lá do Cabeça, lá da Paranaíta. Quando chegamos lá dentro já tinha umas 200 pessoas acompanhando a gente. Ia indo e acompanhando nós. Tinha desses que não levavam o que comer. Ia comendo com a gente. E depois acabou de todo mundo. O finado Zé Rodrigues. Não sei se você ouviu falar nele? Ele... Eu já tava uns três dias que eu não comia nada. Ele tava com uma farinha dele dentro de uma mala. De primeiro tinha umas malas de um material, tipo de forrar estante, tipo um papel prensado. Daquela formica lá, ele tinha uma mala daquela. Tava com a farinha dentro da mala. Aí ele me deu uns dois punhados de farinha pra mim comer ainda. Tava escondido dentro da mala dele, ninguém sabia. E nós passando fome rapaz. Esperando cair carga. E não caía.<sup>266</sup>

Os números variam nos relatos dos sujeitos, o sr. Eliezo falou em 139 homens que partiram de Paranaíta e 500<sup>267</sup> chegaram na Pista do Cabeça. O sr. Antonio Mario, pareceu ser mais realista e falou em 70 e 200 garimpeiros, respectivamente. Mas, o que chamou atenção foi a situação enfrentada pelos trabalhadores no trajeto. O garimpeiro já tinha experiências de fome e continuava a passar dias sem ter o que comer, ou, quando arrumou era farinha de mandioca, unicamente.

Antonio Mario: [...] Aí, nós fizemos a clareira que era a pista. Vocês sabem ali onde é o Tata, o açougue do Rocha? [na avenida Dante de Oliveira esquina com a avenida José Rodrigues] Dali a... a clareira era dali pra baixo. Lá pra ponta onde tem aquela casinha de material lá embaixo, que é a delegacia. Ali era a clareira. Foi feito bem ali. E bem naquela curva que desce pro assentamento [Jacamim] ali, ali era o pocinho de nós beber água. Nós furou dessa alturinha assim [aponta]. Deu até fagulho. Ali tem ouro naquela pista ali. Você acha fagulho de ouro ali pra todo lado. Aí, nós fez um pocinho ali. Bebia água dali. Foi feita a clareira ali. No dia em que fizemos a clareira, a mulher do Cabeça a Sueli, né? E a dona Maria do finado Zé Rodrigues, aí diz que eles fizeram uma vaquinha compraram uns três saco de pão, pão francês e mandaram pão, leite condensado, essas coisas, farinha branca. Aí, o avião passou bem baixinho assim jogando [...]. Eu sei que eu não ganhei, não achei nenhum pão. Eu tava com fome um tanto de dia lá. Comia palmito e dava uma disenteria. Tava quase morrendo de fome lá. Aí, no outro dia quando caiu, eu tava lá pra baixo. Caiu esse rancho lá, aí eu fui lá. Não tem a primeira grotinha quando desce pro

<sup>266</sup>Idem, ibidem.

<sup>267</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

assentamento ali? Aí, eu peguei uma latinha de leite condensado eu comi ela pelo meio de farinha. Rapaz me deu uma agonia, eu bebi água naquela grotinha, quase morri ali. Deu uma canseira. Só de fraqueza. Tava um bocado de dia sem comer.<sup>268</sup>

A vida e a morte, a riqueza e a pobreza, o presente e o passado se sintetizam nos aflitivos sentimentos. Portanto, o passado da fome, da sede, do passar mal e do desejo de viver. E, por isso, os lugares da memória só existem e são nomeados a partir do presente, o açougue, a delegacia e o assentamento. No caos do passado os locais não poderiam ser nomeados, até porque eles não existiam ainda, e a dificuldade vivida era mais relevante. Deste modo, os marcos do presente amplificam os sentidos do passado.

E, foi após o sr. Antonio Mario ter ajudado na finalização da construção da pista de pouso de aviões, que a sra. Maria Natália Gomes Vieira chegou no voo na Pista do Cabeça. A sra. Natália, 67 anos, nasceu em Vianópolis no Goiás, onde estudou até a quarta série do primário. Os pais tiveram sete filhas e durante a infância a vida era a agricultura. “Nós tudo trabalhou na roça. Eu mesmo até os 16 anos. Três horas da manhã a gente levantava para arrancar feijão. Eu mais meu pai e minha mãe e duas tias. Arrancar feijão, outro tempo era apanhar café, desinçá café, catá”<sup>269</sup>. Na narrativa da sra. Natália a família grande e o trabalho intenso na roça contribuíram para a saída dela de casa. Já a separação do primeiro marido e com três filhos para criar, ela resolveu procurar emprego na capital do estado e, depois, no garimpo.

Em 2016, a sra. Natália era costureira. Ela cortava e consertava roupas dos moradores da comunidade rural, mas a principal clientela eram os fiéis da igreja Assembleia de Deus, da cidade de Alta Floresta. A sra. Natália trabalhou com confecção em Goiânia e conheceu os garimpos com a venda de roupas. Ela narrou os fatos quando eu interpelo sobre a decisão de mudar, questão que ela repete no início da resposta.

Natália: Quando eu decidi vir pra cá [Pista do Cabeça]? Eu trabalhava numa fábrica de confecção, né? Confecção Elite, lá em Goiânia. Aí tinha uma mulher... Bom, eu vou falar da minha vida toda, né? Eu tinha separado do marido. Tava com seis mês. E essa mulher veio. Ela entregava confecção em Peixoto do Azevedo. Aí um dia, eu fiz uma compra de 3.000 reais. Não era reais, não. Um dinheirinho, um dinheiro vermelho, cruzeiro, né? Eu vim mais ela pro Peixoto. Aí vendê essas confecção lá. Aí eu vim uma vez, vim duas vezes, vim três vezes. Aí eu conheci meu esposo atual, de hoje. Tem 36 anos que nós tamô junto. Já é uma vida nós dois. Só que eu não tenho nenhum filho com ele. Quando eu fui viver com ele, já tinha meus filhos todos. Três filhos. E assim eu gostei daqui e vim. A gente ficou no Peixoto

<sup>268</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>269</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

um ano mais ou menos, aí quando foi em 82, em 80 a gente chegou no Peixoto. Aí quando foi 82, a gente veio pra cá [Pista do Cabeça]. Ele veio seis mês antes de mim. Eu fui fazer uma cirurgia. Uma safena de varizes. Ele veio e eu fiquei. Com seis mês que eu vim. Aí tamô aqui nós dois, véinho, mas temô vivo.<sup>270</sup>

A sra. Natália narrou a história de vida dela. A organização da narrativa perpassou pelas problemáticas do trabalho, casamento e saúde, entrecortadas pelo movimento das mudanças. O trabalho em que empregava dinheiro em vestuário, que trazia da capital de Goiás para revender na região garimpeira de Peixoto de Azevedo, era a vida sem fixação no local de trabalho. Como síntese das experiências reunidas neste capítulo, era o vivido de mudanças, que a sra. Natália enfrentava após separação do marido e com três filhos para criar.

Neste caminhar, o destaque da vida foi a relação estabelecida com o sr. Arnaldo. Ela disse ter conhecido o esposo na região de Peixoto de Azevedo, já o sr. Arnaldo<sup>271</sup> enfatizou ter se aproximado dela nos garimpos do entorno da vila da Castanheira.

Flaviane: Daí vocês se conheceram aqui [na Pista do Cabeça]?

Arnaldo: Não. Na Castanheira.

Natália: Nós dois?

Arnaldo: É, na Castanheira.

Natália: Aonde mesmo?

Arnaldo: Na Castanheira.

Natália: É. Lá no Paranaíta. Eu esqueço.

Arnaldo: Na Castanheira, é... numa pista que tinha lá na Castanheira.<sup>272</sup>

Primeiro, a sr. Natália omitiu esta parte da vida dela e, depois do sr. Arnaldo lembrar, o esquecimento foi o recurso utilizado para justificar tal exclusão. A supressão revela, de modo geral, os sofrimentos vividos pelos trabalhadores nos garimpos de Paranaíta, e, de modo particular, a especificidade de ser mulher nas terras com ouro e prostituição. Assim, querer esquecer aquele passado tem relação com onde e como conheceu o sr. Arnaldo e não o namoro em si. Porque ela chegou na Pista do Cabeça em 1982 e reencontrou-o, o que contribuiu para que ela se fixasse no local. A sra. Natália contou como foi a primeiro voo de avião até a Pista do Cabeça, quando eu pergunto como foi a viagem.

Natália: Inclusive, nesses aviãozinho pequeno, né? Aí veio junto um tambor de óleo de 200 litros e quatro caixas de cerveja, um saco de jabá. Vocês sabem o que é jabá? Carne seca. Mais três pessoas. E quando a gente chegou, quase em cima aqui, né? Aí a gente pegou um vento. Aí o piloto,

<sup>270</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>271</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>272</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

chamava Machadinho, apelido dele, né? Aí ele teve que subir pra cima do vento, dar umas quatro voltas pra ele achar o rumo que o vento tava, pra ele... Até meu relógio parou no meu pulso de tanto que eu fiquei com medo. Porque quando ele fazia aquela reviravolta assim... aqueles trens, tudo desamarrado dentro do avião. Aqueles aviãozinho teco-teco de asinha. Eu passava seis meses... Óia um cachorro mordeu a minha perna lá no baixão e eu quase perdi minha perna, mas não fui na rua. De medo de andar de avião. Aí teve de pedir as vacinas pra tomar aqui. Muito bom...<sup>273</sup>

Em 2016, sentia-se prazer ao lembrar dos fatos superados do passado, o que não excluía a ansiedade e o pavor do voo que marcaram a chegada da trabalhadora nas terras da pista recém-aberta. A mistura das mercadorias - mantimentos, combustíveis e pessoas - enfatizavam a falta de organização e as incertezas diante da vida rotatória e do tempo que precisava parar antes de aterrissar. Era a descrição da busca da direção dos ventos fortes ou de pane no motor do avião, e, principalmente, da insegurança sentida ao chegar a desconhecida terra com ouro onde as mulheres e os homens continuavam a construir a vida e o trabalho, de modo diferente, dos homens genéricos, sem passado e da terra de promessa, enfatizada pela revista *O Garimpeiro*<sup>274</sup>, como evidenciado no início do capítulo desta tese.

Para a sra. Natália, a angústia de lembrar da necessária mudança, fez ela aguentar a dor e não buscar tratamento de saúde fora do garimpo, quando sofreu o incidente com o pérfido animal enquanto garimpava. Portanto, depois das trabalhadoras e trabalhadores vivenciarem o processo histórico de deslocamento, até chegarem na Pista do Cabeça, é que as situações de vida e as relações de trabalho no garimpo manual e com draga demarcam as novas experiências nas terras com ouro, como nós problematizaremos no capítulo II.

---

<sup>273</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>274</sup>O Garimpeiro, op. cit. 1982, p.11-14.

## CAPÍTULO II

### GARIMPO

No início dos anos 1980, os trabalhadores realizavam diferentes esforços para extrair o ouro na Pista do Cabeça. Ao sair do serviço na Confecção Elite, em Goiânia, separada e com três filhos para criar, a sra. Maria Natália Gomes Vieira<sup>275</sup> viajou 1.696 quilômetros sem levar muito. No Mato Grosso, trabalhou nos garimpos de Peixoto de Azevedo e Paranaíta. Em 22 de agosto de 1982, ela chegou na Pista do Cabeça, sem cama, fogão ou geladeira. A trabalhadora não tinha as mobílias básicas de casa.

Era a vida das mulheres e homens que iam para o garimpo com longas caminhadas ou de avião, sem transportar mudança. Eles carregavam os equipamentos, utensílios, roupas e comida em bolsas nas costas. Os garimpeiros usavam tanto a boroça quanto o jamanxim. Foi com base nesse vivido, que o trabalho manual adquiriu ampla definição dada pela sra. Natália, às terras garimpadas na Pista do Cabeça.

Natália: Era tudo manual, aqui não tinha nada. Tudo manual, mesmo.

Flaviane: Como era esse manual?

Natália: Uai. Manual é que não tinha processamento de nada. A gente tinha que improvisar o fogão. Chamava tobata. Eu que fazia o meu mesmo. As camas era umas forquilhas assim... punha um pau aqui e outro aqui e um varão e enchia de paxiúba e punha o colchão. Tudo improvisado.<sup>276</sup>

Devido à necessidade, os trabalhadores organizavam a vida no garimpo, a partir da realidade e do conhecimento que tinham adquirido ao longo da vida, no contato com diversos garimpeiros e índios. Água, madeira, galhos, folhas, pedras e barro foram transformados pelos primeiros moradores da Pista do Cabeça, para constituir a casa e o trabalho. Para uso, a água era retirada dos rios com latas. O pau atravessado dos dois lados do recipiente possibilitava duas pessoas carregá-lo nos ombros. As madeiras, abundantes na região, eram a base da maioria das ferramentas e do mobiliário. Os paus mais duros e resistentes serviam para a construção dos barracos, camas, fogões, bancos e, também, a cobrinha, equipamento manual utilizado para separar o ouro da terra. A palmeira paxiúba foi a árvore mais e melhor aproveitada. Lonas, tambores e jutas, trazidas no voo, também eram usadas.

---

<sup>275</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>276</sup>Idem, ibidem.

Essa situação de vida dos trabalhadores era bastante parecida com a encontrada pelo jornalista da Folha de São Paulo Neil Ferreira, nos garimpos da Amazônia, em 1961. Na entrada dos 23 garimpos no rio Pacu, no sul do Pará, ele localizou “uma velha castanheira tombada serve de porto de atração para quem chega, de trapiche de embarque para quem sai e de banheira para quem quiser tomar banho. Como depósito e dormida, quatro choças cobertas de palha de assaí, construídas um pouquinho com esforços de cada um e com utilização comum de todos”<sup>277</sup>. O uso dos recursos naturais era necessário para a organização da vida no meio da mata, distante dois dias de barco de Jacareacanga, lugar com 60 casas cobertas de folhas de palmeiras<sup>278</sup>. Os garimpeiros do rio Tapajós tinham contato com os índios Munduruku<sup>279</sup>, transformadores dos recursos da floresta para construção da vida.

Em 1980, o repórter Aldenor Ramalho da revista *O Policial* esteve em Paranaíta, no norte de Mato Grosso, enquanto os garimpeiros empregavam na extração do ouro as bateias, facões, picaretas, pás, latas, carrinhos de mão, pequenos motores para retirar água do barranco e, ainda, armações de madeira para lavar a terra com ouro<sup>280</sup>. Mas, foi o redator Weller Marcos que escreveu que os trabalhadores aproveitavam “uma lona, alguns troncos de árvores para amarrá-la e eis a casa. A comida era feita ao relento e, no meio da mata uma mesa de troncos”<sup>281</sup>. Assim, a vida do improvisado definida pela sra. Natália<sup>282</sup> era condição de vida dos garimpeiros, que ela lidava e modificava na Pista do Cabeça. O sr. Arnaldo, marido da sra. Natália, explicou como eles cozinhavam no garimpo, em 1982.

Arnaldo: Fogão? A gente cozinhava era na lenha. No inverno, chovendo. Fazia o barraquinho enfiava duas forquinhos, botava uma marmitta de aço e cozinhava. E o café a gente fazia numa lata, naquele tempo o óleo vinha numa lata, se lembra? Aí você pegava aquela lata, tirava a tampa, fazia uma alça e botava um araminho de caderno e botava ele no fogo. Nem coava o café. Pra você tomar o café você pegava aquele tição de fogo e pull dentro do café e aquela bora assenta todinha. Aí você toma o café. É verdade. A bora assenta todinha com aquele tição, quando você coloca no café. Ela assenta todinha. Você vai tomar o café igual coado aí. Tição de fogo. Tição em brasa. Você pega ele e joga no café. Quando faz xiii é hora que aquela bora abaixa todinha e você vai tomar o café. Termina tá só a bora no fundo.<sup>283</sup>

<sup>277</sup> FERREIRA, Neil. Ouro na Amazônia IV – A Beira: limite entre a esperança de ficar rico e o ouro misturado na lama. Folha de São Paulo. São Paulo – Sexta-feira, 14 de abril de 1961. Capa.

<sup>278</sup> Idem. Ouro na Amazônia III – Jacareacanga, depois das revoltas veloso, passa à 3ª fase da vida agitada. Folha de São Paulo. São Paulo – Quinta-feira, 12 de abril de 1961. Capa.

<sup>279</sup> Idem. Ouro na Amazônia (conclusão) – Garimpeiro diz que homem do garimpo é pau de dar em doido: não quebra nunca. Folha de São Paulo. São Paulo – Sábado, 15 de abril de 1961. Capa.

<sup>280</sup> *O Policial*, op. cit., 1980, p.41.

<sup>281</sup> *Ibidem*, p.42.

<sup>282</sup> VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>283</sup> SOUZA, op. cit., 2017.

O fogão feito com madeira e terra e o modo de preparar o café foram lembrados com detalhes pelo sr. Arnaldo. O uso da brasa ganhou destaque já que não havia coador e o costume de tomar o café não era abandonado pelo garimpeiro. E, no fim daquele ano de 1982, os trabalhadores começavam a transformar o vivido na Pista do Cabeça. “Aí geladeira, aí a gente tinha motor de luz, mas era ligado só duas ou três horas na noite. Televisão nem pensar”, descreveu a sra. Natália<sup>284</sup>. Quem tinha condições de comprar motor para geração de energia, tinha luz e eletrodomésticos, ou pagava a energia instalada para o dono da pista, o sr. Eliezo Lopes Carvalho. Ele também trazia de avião o óleo para os motores, que eram mantidos ligados por pouco tempo, devido aos custos altos. “Energia, você pagava ou ficava no escuro”, lembrou o sr. Antonio Mario<sup>285</sup>.

O repórter Aldenor Ramalho e o redator Weller Marcos acompanhavam as mudanças dos garimpos de Alta Floresta. Em 1982, eles se depararam na Pista do Cabeça o “garimpeiro fazendo as vezes de eletricitista revisa os fios esticados sobre um poste de madeira”.<sup>286</sup> Eram os garimpeiros que dominavam os diferentes ofícios para dar continuidade ao vivido distante dos centros urbanos. Assim, enquanto o fogão e a cama eram os itens básicos para começar a vida, a iluminação e a geladeira eram elementos que apontavam que as condições já tinham mudado.

No trabalho, a força do trabalhador e a transformação da natureza em meios de trabalho demarcaram as primeiras experiências da atividade de garimpagem na Pista do Cabeça. O trabalho manual foi descrito pelo garimpeiro sr. Luciano, após eu questionar como era:

Luciano: Era... você chegava assim numa grota [área próxima à montanha], aí furava ela, aí achava o ouro e aí baixava aquele serviço de ir jogando a terra pra cima e depois quebrava o cascalho, jogava pra um lado e aí ia lavar na cobrinha. Uma maquininha à mão. Um bocado ali ao redor lavando.

Flaviane: Essa cobrinha a gente não conhece, explica melhor como é. Eu conheço só a grande [caixa da draga].

Luciano: É quase daquele jeito. Mas agora ela é pequena assim. Vamos dizer uma largura, vamos dizer, dum meio metro, sessenta centímetros, com um metro e meio de comprimento, dois metros. Naqueles tipos, daquelas. Agora tudo era no manual, não tinha negócio. Até a água pra bater dentro era no manual. Furava um pau, aí botava... tinha umas paxiúba do buxão, aí faz o cocho delas, faz um cocho. Quando não tinha nós fazíamos de pau mesmo.

Flaviane: Tipo encana a água?

<sup>284</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>285</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>286</sup>O Garimpeiro, op. cit., 1982, p.13-14.

Luciano: Encanado. Depois um batia com um tambor, enchia ele. Aí era batendo água direto. Até... o negócio era bem ajeitado.<sup>287</sup>

O sr. Luciano iniciou a explicação do processo manual da concepção do garimpeiro como sujeito do processo de trabalho, desde a realização da pesquisa para encontrar o ouro. A grotta era o lugar possível de localizar a riqueza mineral por ter depressões no relevo, vasão de água e cascalhos e o ato de furar era parte da técnica. Os garimpeiros faziam aberturas em vários pontos diferentes para ver se compensava começar a extração do ouro. Só depois disso, os trabalhadores tiravam a camada superior de terra até chegar no cascalho, quebravam as rochas e lavavam a terra e ouro na cobrinha.

A utilização da água na separação do ouro era organizada com materiais encontrados na natureza, como a paxiúba. A mesma palmeira era usada como mobiliário, como já detalhou a sra. Natália. Só que diferente da sra. Natália que descreveu como a vida sem preparação o sr. Luciano analisou o trabalho como organizado. Para os dois, o vivido era questão de criatividade, conhecimento e, principalmente, de trabalho para transformar a natureza. A narrativa do sr. Luciano foi organizada a partir de conhecimentos e ações diferentes na garimpagem. Encontrar o ouro, produzir os meios para realizar o trabalho e retirar a substância metálica da terra eram aspectos das experiências do trabalhador.

Desse modo, o garimpeiro tinha o domínio do processo de extração do ouro e também da produção dos equipamentos e ferramentas necessários para a realização do trabalho. O garimpeiro sr. Antônio realizou trabalho manual na Pista do Cabeça e explicou como foi quando questionado sobre o assunto:

Antônio: Manual. Garimpo manual é só na pá. Você conhece a pá, não conhece? No meio da mata aí, você tem que fazer primeiro o russo, tirar as árvores tudinho pra fora. Limpar o barranco bem limpinho. Aí depois meter o pazão. Aquele pazão aqui ó. Jogando aquela terra todinha pra cima. Remover tudo pra cima. Eles falam remover, não é Japãozinho? [garimpeiro Samuel Rodrigues de Souza]. Remover não. É jogar o debreio pra cima. Aí deixa só no cascalho. Aí quando chegar no cascalho é removeção. Jogar pra cima. Aí faz aquele montão de terras. Aí depois você vinha com a cobrinha. A cobrinha é uma caixinha de madeira. Com um ralo em cima. Eu sozinho não lavava. Por que precisa ter o embarcador de terra. Pra embarcar aquela terra ali, o cascalho. E outro pra botar água no coxinho e eu pra tá ali só no ralo. Lavando... e as pedras pra lá. Era desse jeito que funciona o tal de manual. Era fácil, não. E muita vez, o baixão, dependesse desse água, você tinha que levantar duas horas da manhã pra bater água. Tinha vez que o dia amanhecia e você batendo água ali naquele baldão. Jogando pra fora pra poder secar pra você continuar o serviço. A vida não era... a vida era dura

<sup>287</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

menino. Tudo no balde. Já tinha gente que tinha um motorzinho honda. Mas era pouco, não era Japão? Aqueles motorzinhos no tempo daquele motorzinho honda, motorzinho branco pra bater a água cedo. E quando os caras tinham o motorzinho era bom. Por que tinha o motorzinho pra jogar água no coxinho. Então você trabalhava mais de dois. Porque daí já tinha o motorzinho, três a mesma coisa porque o motorzinho era outro peão. Pra botar água.<sup>288</sup>

Quando o garimpeiro decide iniciar a narrativa com o verbo no presente, entende-se que o garimpo manual não era algo do passado, mas a atividade contínua do passado-presente. No segundo momento da exposição, ele procurou saber quem era a interlocutora dele ao indagar os conhecimentos das ferramentas de trabalho do garimpeiro e, em outras duas situações buscou a confirmação do que dizia com o garimpeiro Samuel Rodrigues de Souza, de apelido Japão, presente na entrevista. Com isso, estabeleceu-se a sequência do processo de trabalho para explicá-lo. Ele definiu as etapas da garimpagem, como encontrar o local para trabalhar, retirar a mata, limpar o barranco, remover a terra até chegar no cascalho, retirar o cascalho e lavá-lo. Na lavagem, havia a necessidade de pelo menos três trabalhadores na divisão do trabalho, pois um colocava a terra, outro a água e o outro mexia e retirava as pedras maiores que ficavam no ralo, da cobrinha.

O destaque do sr. Antônio dava-se ao meio do processo do trabalho no baixão, áreas de vale próximas aos rios. A pesquisa inicial para definir o local de trabalho, a lavagem final da juta e a junção do ouro na bateia com o mercúrio, azougue como diziam os garimpeiros, não fizeram parte dos momentos necessários para a extração do ouro. Diante do domínio total do processo de trabalho e de variados graus de experiência na garimpagem, os momentos e as funções narradas foram as que o trabalhador mais desempenhou.

Mas, principalmente, foram as etapas de trabalho de garimpagem que mais sofreram transformações ao longo dos anos na Pista do Cabeça. Na avaliação do garimpeiro, o pequeno motor para ajudar a dominar a condições naturais facilitou a extração do ouro. Contudo, ele tinha a vivência de que a força mecânica ocupava o lugar do trabalhador braçal. O sr. Antônio descreveu o trabalho do garimpeiro como relações de enfrentamento do homem com a natureza. E, também, como cooperação entre os garimpeiros, pois sozinho ele não separava a terra do ouro.

Em Alta Floresta, a CPRM (Companhia de Pesquisa e Recurso Minerais) e o DNPM estudavam os garimpos da região com o Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, realizado desde julho de 1980, com o objetivo de controlar a venda do ouro para as instituições federais

---

<sup>288</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

e evitar o contrabando. Para isso, eles mapeavam as condições de produção de cada garimpo e identificavam variações dos serviços e do número de garimpeiros. Em julho de 1982, apontava-se a média para “um barranco 10x10 trabalhavam de 7 a 10 homens. O tempo gasto em trabalho manual depende da espessura dos níveis da aluvião. Em profundidade próxima a 15 palmos (3,3m) gasta-se em média 20 dias de serviço. A produção desse barranco varia de 350 a 1000 g/Au”<sup>289</sup>. Com base nos dados, o governo estabelecia previsões para dominar o processo de extração do ouro dos garimpos da região.

Mas, precisa-se entender que o trabalho tinha diferentes relações lógicas para ser concretizado. O tempo de duração só era definido depois do número de trabalhadores, do tamanho do espaço, da profundidade onde o ouro era encontrado. Como identificaram as instituições estatais, à frente de trabalho organizada no espaço quadrado de 10mx10m e com o trabalho de 10 garimpeiros, no máximo, era possível extrair até um quilo de ouro a cada 20 dias. Caso fosse preciso retirar do barranco excesso de terra ou de água para chegar no cascalho aurífero, o tempo de trabalho aumentava.

Dividir os espaços de trabalho era a alternativa para realizar o trabalho com menos trabalhadores e de modo mais rápido. O sr. Sebastião garimpou nos barrancos menores do tamanho de 10 metros de comprimento por 5 metros de largura. Essa forma de organização do local de trabalho era conhecida pelos trabalhadores como banda. O garimpeiro realizou o trabalho de modo manual no 10mx5m, quando chegou na Pista do Cabeça.

Sebastião: Aqui era trabalho manual. Na pá, descendo barranco e cortando de picareta. Jogando com pá. Removendo cascalho e jogando pra riba e lavando na cobrinha. Uma caixinha que eles chamam de cobrinha. Tinha motorzinho só pra bater água. Pra não tá com balde, tibus, tibus. [risos]

Flaviane: Se não a terra era transportada lá pra... como era?

Sebastião: Não. É igual um poço. Você abre um barranco aqui, um 10x5. Que a base pra tirar manual. Aí joga a terra pra cá. Aí quando chega no cascalho, aí pega o cascalho, aí joga em riba, aí assenta a caixinha e lava. Não precisa debrear e carregar pra longe.

Reginaldo: A caixinha que ele fala é tipo o escorregador lá, a caixa de garimpo. Aí vai jogando com a pá o cascalho em cima e vai molhando. Manual.

Flaviane: E o motorzinho só jogava água, daí?

Sebastião: É, jogando num coxinho feito de madeira. Aí com dois caninhos, duas taboquinhas. Aí bota um ralo em riba e o cara fica com uma pá e um chinelinho abanando a mão e mexendo o cascalho. Outro botando terra e a água escorrendo na caixinha. E o ouro vai ficando.<sup>290</sup>

<sup>289</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros. Subprojetos: Alta Floresta e Alto Paraguai -MT. Relatório de CPRM e DNPM, junho de 1982. 17p. Tabela I e Tabela II p.07-08

<sup>290</sup>COUTO, op. cit., 2017.

A pá, a picareta, o balde eram as ferramentas e a cobrinha era o equipamento utilizados pelo garimpeiro sr. Sebastião no garimpo manual. De tal modo, a explicação da técnica de trabalho aplicada pelo trabalhador aconteceu, quando a separação do ouro do cascalho era realizada de modo artesanal com a utilização de armações de madeira, que foram amplamente utilizadas nos garimpos da Pista do Cabeça. Assim, o coxinho e o ralo eram a parte superior da cobrinha, também chamada de caixinha, onde descia o cascalho mais fino junto com o ouro depositado no escorregador, na parte interna da cobrinha. A tarefa era desempenhada com os movimentos das mãos e com o auxílio do chinelo, que se tornou ferramenta de trabalho na vida do sr. Sebastião. O trabalhador enfatizou que realizava esse trabalho no barranco dividido em duas bandas, como eram, normalmente, no trabalho manual.

Em relação às experiências do sr. Sebastião, o sr. Antônio ampliou o número e o tipo de instrumentos necessários à atividade de garimpagem. A cobrinha não foi o equipamento destacado pelo sr. Arnaldo. A pá, o enxadão, a tela, o machado, o facão, a picareta, e as latas foram descritas como as ferramentas do garimpeiro no trabalho manual. Ele também explicou a divisão do barranco em bandas.

Arnaldo: [...] Aí nós compra uma pá, um enxadão, uma tal de tela, um machado e um facão e uma picareta. Ferramenta do garimpeiro manual é essa aí. Aí você vai trabalhar, você tira aquele barranco. Faz aquelas bandinhas, vai jogando. Fala: “Vamos lavar a terra?” Aí nós vamos. Aquela boca tá emparedada. Aí, por essa banda de serviço aqui, aquela frente que nós deixamos lá, nós tamos sabendo quantas gramas ela vai dar. Ela já tá pesada, aquele ouro. Ele já tá pesado. Nós tiremô 500 gramas aqui, aquela vai dar 500, 500 e 50. A previsão dela é dar mais, toda vida ela dá mais. Dando mais. Até quando acaba...

Flaviane: Então, no garimpo manual não tem o mangueirão...

Arnaldo: Tem nada não. Água é no balde. Você vai na currutela, tinha aquelas latas de querosene, compra um balde daquele, e tira a tampa dele e faz uma alça de pau, prega com prego, pra poder bater a água.

Natália: Chama embarcar a terra isso daí.

Arnaldo: Mas também duas horas da madrugada você vai cair com aquela água batendo na boca aqui. Batendo água. Não tem negócio de: “Ai eu tô com frio...” Não. Duas horas da madrugada você vai bater aquela água no balde. Pra no amanhecer você trabalhar. É sofrido. É sofrido.<sup>291</sup>

Para o sr. Arnaldo a explanação começa nas ferramentas de trabalho do garimpeiro. Contudo, o preparo do espaço de trabalho pelo trabalhador, dividido em barranco, bandas, bocas e frentes de trabalho serviram para fundamentar a garimpagem e a quantidade de ouro que era extraído. Para o trabalhador, não era a sorte que direcionava o garimpeiro, havia a

---

<sup>291</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

racionalidade ligada à organização do local de trabalho. O barranco dividido em bandas permitia calcular a quantidade de ouro, que seria encontrado com a lavagem total da terra.

Em junho de 1982, a CPRM e o DNPM registraram a aplicação da técnica nos garimpos de Alta Floresta: “Com a finalidade de estimar o resultado da produção, os garimpeiros abrem barrancos ou catas com dimensões prefixadas, que dominaram de ‘cinco’ dimensões de 5mx5m, uma ‘banda’ 5mx10m, e um barranco 10mx10m”<sup>292</sup>. As instituições do governo, a cada semestre, ampliavam os conhecimentos da terra e do processo de trabalho para controlar cada vez mais a garimpagem e a mineração na região.

Portanto, a prática identificada pelas instituições governamentais foi aprendida pelo garimpeiro durante a vida no garimpo e servia para defender que havia o padrão nas manchas de ouro. Isso era definido pelo peso do ouro encontrado no início do trabalho, na lavagem da terra da primeira banda. Assim, era possível calcular a quantidade de ouro para saber os ganhos com a extração, para vender ou para evitar a invasão do barranco. Caso a primeira parte do barranco tivesse dado bastante ouro, a segunda banda seria alvo de compradores ou invasores. Ou ainda, abandonado caso não desse nada. Contudo, nem sempre o cálculo era preciso. A sra. Natália<sup>293</sup> extraiu junto com o sr. Arnaldo 2.200 quilos no espaço de quatro metros quadrados e depois não foi retirado mais nada de ouro para nenhum dos lados.

A divisão do barranco foi a realidade que o sr. Antonio Mario não quis enfrentar. Depois de abrir a mata para a abertura da pista de pouso de avião, em dezembro de 1981, ele iria trabalhar na banda.

Antonio Mario: [...] O Cabeça [Eliezo Lopes Carvalho] falou pra nós depois que fizemos a clareira, ele disse: “Ói, tem uma grota muito rica aí. Quem ajudar fazer a pista vai ganhá um barranco”. Aí peguei bem em frente onde era a casa da mãe do Fabinho, da finada Baiana, que é mulher do Pernambuco. Lá tinha um monte assim, era só cerrado ali, só era mata alta lá pra baixo, perto da casa do Pituxo, indo pro Jovair e pra Estrela. Aí, nós pegamos e fizemos, eu mais o Pedro, que era o meu sócio, nós fizemos 10m de pista assim. Aqui é a pista, fizemos 10m aqui assim. Aí, quando terminamos de fazer aquilo ali, aí ele não queria... não ia mais me dá mais um barranco, só uma banda. “Não eu não dou um barranco não. Só uma banda que eu lhe falei”. E a pessoa ignorante é ruim, né? Então fique remoendo isso aí. “Não, quero não”. E ele mandou nós tirar e fazer que ele ia dar um barranco. Aí, ele deu pros caras. E os caras foram lá pro Maranhão com meio quilo de ouro daquela banda que ele deu. Era rica mesmo a grota.<sup>294</sup>

<sup>292</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiro, op. cit., 1982, p.16.

<sup>293</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>294</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

A banda se transformou em sinônimo de enganação. Negação do acordo estabelecido, por meio das palavras, entre o dono da pista o sr. Eliezo e o trabalhador que caminhou semanas na mata, passou fome e abriu a pista de pouso de aviões. Era o pagamento pelo trabalho e não ocorreu como estava estabelecido. Com a distância temporal de 38 anos dos fatos acontecidos, definiu-se como ignorante diante da atitude que tomou. Avaliou que mesmo se tivesse ficado com metade do barranco tinha conseguido extrair ouro.

O sr. Antonio Mario ao explicar o processo apontou que os garimpeiros não trabalhavam sozinhos. Os trabalhadores foram denominados a partir do pronome da primeira pessoa do plural, nós. Anteriormente, como apontou o sr. Arnaldo, o trabalho no garimpo era realizado em grupo. Os garimpeiros envolvidos no mesmo processo de trabalho realizavam juntos cada operação. Todos conheciam e executavam o processo integral de extração do ouro na Pista do Cabeça, em 1982.

A experiência apontava o atraso na legislação regulamentar do trabalho dos garimpeiros. De acordo com o artigo 71 do Código de Mineração “ao trabalhador que extrai substâncias minerais úteis, por processo rudimentar e individual de mineração, garimpagem, fiação ou cata, denomina-se genericamente, garimpeiro”<sup>295</sup>. A legislação determinava a garimpagem como trabalho exercido de modo individual pelo garimpeiro<sup>296</sup>. Era a lei que reduzia as atividades dos trabalhadores com o ouro, desde de 1967. Na década de 1980, o antropólogo Marco Antonio Lazarin, o cientista político Francisco Chagas Rabelo<sup>297</sup> e o advogado José Marthins Catharino<sup>298</sup> apontavam para os limites da lei ao criticarem, principalmente, às regras e definições para o garimpeiro.

A CPRM e o DNPM no mesmo documento Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros<sup>299</sup> que identificou os trabalhadores em grupos no processo de trabalho, portanto em desacordo com o Código de Mineração, concluiu de modo positivo que estava realizando “uma maior conscientização por parte dos garimpeiros de seus direitos e deveres, mormente em relação ao código de mineração”.<sup>300</sup> O objetivo era conseguir fazer com os garimpeiros se enquadrassem nos artigos 74 e 77 da legislação e não havia a preocupação com a organização do trabalho e o número de trabalhadores nas frentes de trabalho.

<sup>295</sup>Código de Mineração. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Art. 71

<sup>296</sup>Código de Mineração. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Art. 70.

<sup>297</sup>ROCHA, Gerônimo Albuquerque (org). Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil. Editora Marco Zero, 1º ed. 1984.

<sup>298</sup>CATHARINO, José Martins. Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem (Chapada Diamantina, Bahia). Rio de Janeiro: Philobiblion, 1º ed, 1986.

<sup>299</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p. 07-08.

<sup>300</sup>Ibidem, p.11.

Além das atividades técnicas desenvolvidas, procurou-se divulgar a presença do DNPM na região, como um órgão assistencial à classe garimpeira, prestando esclarecimentos sobre seus direitos e deveres, segundo a legislação mineira vigente; esclarecimentos sobre o imposto único; os deveres do comprador na emissão de nota fiscal; a importância do ouro para o país e também as restrições da garimpagem em área de pesquisa e lavra.<sup>301</sup>

Em nenhum momento, o chefe do Projeto em Alta Floresta Amóss de Melo Oliveira deu destaque ao trabalho dos garimpeiros como fora da lei. Ao contrário, da forma como estavam organizados e identificados, de 07 a 10 garimpeiros no barranco, foram orientados “no sentido de um melhor aproveitamento das reservas, e no tocante aos equipamentos utilizados, procurando adequar suas instalações, como ângulos das calhas, alimentação e fluxo d’ água”<sup>302</sup>. A preocupação era aproveitar melhor o ouro extraído com os equipamentos inclinados de modo correto e controlar para os garimpeiros não entrarem em áreas das mineradoras e, ainda, o quanto do ouro extraído o governo arrecadava para os cofres públicos. Diante disso, a avaliação era que com “12.000 homens com a produção de 250kg por mês. Foi registrado 16% dessa produção, já mostrando melhorias em relação ao ano anterior”<sup>303</sup>. No ano de 1980, o governo tinha controlado 10% do ouro total extraído.

Assim, a garimpagem era legalizada como atividade do indivíduo solitário no processo de trabalho, mas para os garimpeiros o trabalho no dia a dia era realizado de modo coletivo. A CPRM e o DNPM também identificaram vários trabalhadores nas frentes de serviço, ou seja, permitiram a lei ser burlada para atingir os reais objetivos do governo federal, o de juntar ouro para os cofres públicos. Somente ao descrever o sofrimento sentido com o frio, no trabalho com a água, o garimpeiro sr. Arnaldo<sup>304</sup> se apresentou como trabalhador individual. Como tirador de água, o excesso do recurso hídrico ampliava o tempo de trabalho, quando a jornada iniciava durante a madrugada. O sr. Antônio<sup>305</sup> também tinha destacado o trabalho duro como tirador de água. Na época de chuva, do mês de setembro ao mês de maio, as tarefas com a água, como secar o barranco ou para lavar o cascalho, eram mais difíceis de serem executadas devido ao acúmulo hídrico nas frentes de serviço. Assim, a sra. Natália esteve na frente de serviço.

---

<sup>301</sup> Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p.08.

<sup>302</sup> Ibidem.

<sup>303</sup> Ibidem.

<sup>304</sup> SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>305</sup> PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

Natália: Eu mesmo embarquei terra, muita vez, pro meu marido [sr. Arnaldo]. Que, às vezes, ele trabalhava só em dois, pra divisão ser menor, né? Se fizesse 400 gramas, duas [200] era de um e duas [200] era de outro. Eu mesmo ajudei muito embarcar terra. Eles punham um ralo, né? Ali. Aí um buscava água nas costas, trazia e ia despejando lá e eu ia pondo as pazadas de terra e o outro ia passando com a mão. Descê. Era sofrido, não era fácil, não. Muito, muito mesmo.<sup>306</sup>

O trabalho feminino de garimpagem exercido pela sra. Natália foi narrado na primeira pessoa do singular. Ao mesmo tempo que ela se colocou como sujeito da ação, a definição dada ao trabalho foi como ajuda ao marido. Para o sociólogo João Carlos Barrozo<sup>307</sup> as atividades exercidas pelas mulheres nos garimpos do Alto Paraguai e Diamantino, região leste de Mato Grosso, significavam a sobrevivência da família e, mesmo assim, as trabalhadoras eram entendidas pelos companheiros como auxiliares. Ainda que a sra. Natália tenha definido a atividade realizada como subordinada ao marido, a importância do trabalho dela se deu a partir da contradição da desconsideração da força de trabalho da mulher e os ganhos maiores na extração do ouro. Mas, a valorização ocorreu, principalmente, pelo conhecimento do processo de trabalho e a experiência de dor vivida pela garimpeira enquanto carregava a terra com ouro.

Para a sra. Natália o trabalho não era realizado de modo individual, mas pelo menos por duas pessoas. Aspecto já apresentado pelo sr. Antônio<sup>308</sup>, sr. Arnaldo<sup>309</sup> e Antonio Mário<sup>310</sup>. Neste caso, os trabalhadores dividiam em partes iguais o resultado do trabalho, o ouro extraído do subsolo. Não havia hierarquia entre eles e nem a apropriação do resultado do trabalho se dava por um deles ou pelo dono do barranco. Eles possuíam relações de igualdade no processo o que significava que os dois eram donos do barranco de onde fizeram os testes e encontraram o ouro. Essa forma dos trabalhadores conseguirem sobreviver sem tanta exploração, foi vivida pela sra. Natália e pelo sr. Arnaldo.

Já o sr. Antonio Mario estava sem o barranco. “Eu tinha 10 gramas de ouro, peguei e comprei uma terra no Jacamim. Aí, tinha muita água lá. Fui bater a água. Fiquei com munheca inchada e abandonei lá. Deixei lá. As pessoas tomaram conta lá e fizeram quilos e quilos de ouro”<sup>311</sup>. Na grota do córrego Jacamim, o garimpeiro teve de trabalhar de modo exaustivo e não deu conta de acabar com a água que inundava o local de trabalho. Após abandonar o

<sup>306</sup>VIEIRA, op. cit. 2016.

<sup>307</sup>BARROZO, João Carlos. Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino. EdUFMT; Editora Tanta Tinta, 2007. p.209

<sup>308</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>309</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>310</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>311</sup>Idem, ibidem.

barranco e na tentativa de refletir no presente sobre o porquê não insistiu no passado, há a culpa por não persistir e entender que as pessoas que trabalharam naquele local enriqueceram. O sr. Raimundo também vendeu um barranco, que rendeu oito quilos de ouro aos compradores<sup>312</sup>. Há repetições nesse sentido, nas narrativas dos trabalhadores.

Ou seja, as pessoas que continuaram os trabalhos abandonados por eles conseguiam encontrar bastante ouro. A justificava enfatizava como estiveram perto do objetivo o qual fez com que eles saíssem da casa dos pais para conseguir melhores condições de vida, o que não aconteceu. Mas, ter terra com ouro para trabalhar não era simples e estava relacionado com o sistema de trabalho empregado para os usos da terra. Ações expressas pelo sr. Antonio Mario, quando eu pergunto se o sr. Eliezo vendia os barrancos:

Antonio Mario: Não. Isso era assim. Ele dava pras pessoas, dava de meia-praça. Dava dado mesmo para aqueles caras que não tinha o que comer. Se você tinha uma condição aí ele ia: “Óia, eu tenho uma terra ali. Vou dá uns 50 metros de terra lá pra ti”. Aí, vocês iam lá e botava eu e outra pessoa pra tirar. Comprava... ia lá na cantina dele comprava arroz, feijão, carne comprava tudo as despesas. Aí, as pessoas iam tirar de metade ali. [Meia-praça] se desse um quilo de ouro no barranco, meio quilo era dele. Só que você não tinha despesa de comida, comida era ele que dava. Era assim que era meia-praça. Você entra com serviço e a pessoa com a terra e o...<sup>313</sup>

As relações imbricadas do acesso à terra e as formas com o trabalho era organizado apontaram a complexidade do vivido e a difícil separação entre terra e trabalho. Portanto, o dono da pista o sr. Eliezo tinha o controle das terras a serem garimpadas e a maioria dos trabalhadores que chegaram no garimpo entre 1981 e 1982 se tornavam meia-praça dele. Foi assim que o sr. Luciano começou o trabalho. “Chegamô. Aí veio, aterrissou aí. Porque nessa época era o finado Cabeça. Ele é quem mandava, era o dono. Aí chegemô, eu já conhecia ele. Fui procurar ele. Tinha uns meninos que me falou, me ensinou. Desci pro baixão, trabalhar”<sup>314</sup>. O garimpeiro trabalhava nos barrancos, com alimentação e ferramentas de trabalho, com isso, dividia com os demais garimpeiros a metade do ouro extraído daquela frente de trabalho, enquanto o sr. Eliezo ficava com a outra metade do ouro extraído pelos trabalhadores. Este sistema de trabalho de meia-praça era bastante conhecido e se configurou nos primeiros anos da formação da Pista do Cabeça. Mas, tinha também aqueles que ganhavam terras para organizarem a extração do ouro, para movimentar a venda de

<sup>312</sup>PINHEIRO FILHO, op. cit., 2018.

<sup>313</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>314</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

mercadorias na cantina. Sobre o assunto o sr. Antonio Mario explica após eu indagar quem eram os fortes e com mais terra:

Antonio Mario: As pessoas fortes mesmo que tinha lá, que tinha condição, era o Cabeça, o finado Paulo Bocardi que ele botou ele de sócio. O Manoel, o Chiquinho do pessoal lá dá Paranaíta, e... deixa eu ver quem era o outro? Tinha o finado Porrudo [João Gomes] que era sócio, que explorou, eles deram um fim nele, consumiram com ele. Até a mulher dele saiu de lá [Pista do Cabeça], a coitada, sem nada com as crianças. Mataram ele e só ficou o Zé Rodrigues mais eles, que era dono mesmo. Os outros foram eliminando tudo.<sup>315</sup>

Além do sr. Eliezo outros nomes apareceram como os que tinham terras e condição de tocar serviços de extração de ouro. Além do novo sócio do sr. Eliezo, Paulo Bocardi, os dois garimpeiros exploradores do ouro para abertura da Pista do Cabeça, o João Gomes e o José Rodrigues também deixavam a garimpagem e passavam a comandar as terras e os trabalhadores na extração do ouro. O que ficou demarcado para o sr. Antonio Mario foram as disputas internas e as mortes para comandar o garimpo. O João Gomes de apelido Porrudo era lembrado pelo sr. Eliezo pelo nome João de Deus nunca pelo nome, mesmo. Quem deu detalhes da morte do antigo sócio do sr. Eliezo foi o sr. Arnaldo. “O Porrudo, mataram pra roubar na [Alta] Floresta. Mataram porque ele andava com um quilo de ouro no pescoço. Acharam pra uma favela lá, morto”<sup>316</sup>. A análise do porquê da morte revelou que a riqueza dele despertava a atenção e o local, longe e fora do garimpo, o que pode ser outro indicativo de fora morto por interesse de quem estava na Pista do Cabeça e não o mataria ali dentro.

Assim, existia a centralização da extração do ouro nos primeiros anos da Pista do Cabeça. Para o sr. Francisco a terra era de “ah, pro garimpo... a exploração? Aí o nego tirava a terra. Não tinha dono de terra não. Chegava onde você ia trabalhar... não tinha negócio dono de terra”. A avaliação revelou que ele estava livre para garimpar nas terras, mas como meia-praça. Ou seja, ele não estava vinculado ao dono do barranco, mas ao dono da cantina já que era trabalhador. A análise do sr. Luciano estava relacionada com a do sr. Francisco, ao eu interrogar sobre os donos e as divisões das terras:

Luciano: Era um bocado, era muito [gente dono das terras]. Tinha vez que ia dividir assim na época. Cada qual pegava um trecho de terra, 50 metros, 100, 20, outros pegava 200 pra ir trabalhando. Manual, né? Aí aquele era seu, aquele que você dividiu. Dividia uma grota, um rio. Que nem esse rio [Paranaíta] aí mesmo, tinha as divisão, aí você trabalhava no seu trecho de

<sup>315</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>316</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

terra. Que nem é hoje, você divide assim, se tem uma grota que tem ouro, você pega um trecho...<sup>317</sup>

O garimpeiro também indicou que as terras eram livres. Era só chegar e trabalhar. Só que a pergunta era referente aos donos das terras e não do acesso dos trabalhadores ao barranco. Contudo, diante da quantidade de terras devolutas no entorno da Pista do Cabeça, havia os trabalhadores que cortavam pedaços para trabalharem e demarcavam estas áreas com cortes de árvores em forma de setas. E, ainda assim, continuavam ligados ao sistema organizado pelo dono da pista, que vendia as mercadorias e equipamentos para a extração. O sr. Antonio Mario detalhou como acontecia “pra aquele que ele dava, a pessoa comprava na mão dele, né? Porque lá, tudo você tinha que comprar era na mão dele”<sup>318</sup>. A repetição do dele, enfatizou a presença do dono da pista na relação. Assim, o sr. Eliezo negou que vendia a terra para extração do ouro.

Leozil: E a princípio todos os garimpos não eram do senhor? Era uma divisão, como era?

Eliezo: Não, lá eu não tinha...

Leozil: Não era do senhor, era deles [garimpeiros]?

Eliezo: Era liberado. Era deles. Só tinha vez... nem porcentagem eu cobrava. Só tinha haver com o comércio.

Flaviane: Então, como era decidido esses pontos?

Eliezo: Igual aqui na cidade. Aqui é de fulano e aqui...

Flaviane: Mas, eles compravam a terra?

Eliezo: Compravam. Pagavam uma mixarizinha. Tudo de pauzinho.

Flaviane: Eles compravam do senhor?

Eliezo: Não. Às vezes, já tinha roçado, porque a pista fica tudo cheia de montoeira pau cortado e cavado. Na beira da pista. Aí um chega ali e pede pra mim, né? “Posso fazer isso ali?” “Faz”. Aí ele mete o peito ali e faz. Agora que já tá limpo e chega outro que quer, ele já vende. Era liberado<sup>319</sup>.

O sr. Eliezo reforçou que, em alguns momentos, nem o sistema de meia-praça, que ele chamou de porcentagem, ele cobrou e não quis detalhar o funcionamento de compra e venda dos barrancos de terra. Mas, se alguém pedisse o barranco para limpar e a autorização acontecesse, a pessoa tinha permissão para vender o pedaço de terra sem problemas, liberado para quem o sr. Eliezo aprovasse. Ele possibilitou o acesso às terras para extração do ouro, desde que comprasse comida, equipamentos e demais gêneros na cantina dele. Embora, tenha negado à venda, o controle do espaço era exercido por ele e a concepção de mercadoria

<sup>317</sup>LIMA; MOURA, op. cit, 2017.

<sup>318</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>319</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

apareceu na comparação da divisão das terras do garimpo com as da cidade, portanto os barrancos também foram negociados, como vivenciou o sr. Domingos:

Domingos: Não, não, eu não conhecia o que era o garimpo mesmo. Eu vim aqui com uns parceiros que vieram olhar umas terras, ali eles... chegamos olhamos por aí, ficamos. Aí tinha uns conhecidos por aí, que era aqueles meninos do Jonas, do Branco, né? Aí foi que voltemos, aí já deixaram draga, compraram floresta, deixaram terra. Aí eles vieram primeiro e ainda ficamos dois anos lá [Paranaíta] e depois deu certo de eu vim com eles.<sup>320</sup>

Foi entre o chegar e olhar, o voltar e ficar que a narrativa foi estruturada. O garimpeiro esteve no local em 1984 ficou um período e voltou em 1986. É com relação a esse processo de aquisição de terra e de floresta, que o trabalhador analisou como era a venda dos barrancos na Pista do Cabeça.

Domingos: [...] chegava na terra, na época dessa Pista aqui, tinha o tal do seu Cabeça [Eliezo Lopes Carvalho], por isso que a Pista pegou o apelido de Cabeça, que era o dono aqui, que diz que pagava o subsolo. Aí pagava uma terra aí e comprava dele. Que ele mandava pesquisá. Aí ele ia chegava vendia 50 metros pra você, 50 metros pra outro. Mas tinha gente que chegava e comprava logo um baixão desse aí todo. Aí ficava, em cima daquela... na dele. Mas se outro lá fora tinha uma ponta de terra que tinha ouro, esse aqui queria tomar do outro lá...<sup>321</sup>

O sr. Domingos definiu o tempo da narrativa, situou ela no passado para enfatizar a presença do dono da Pista do Cabeça. Elencou questões como pagamento do subsolo, pesquisa da terra com ouro para indicar que o dono tinha direito de vender as terras. E diante disso, os valores e os tamanhos das terras ganharam destaque. De modo oficial, o sr. Eliezo não tinha autorização para extrair ouro da área, ele entrou com pedidos de pesquisa no DNPM em 1982, mas o resultado positivo saiu somente em 1985<sup>322</sup>, quando deixou o local expulso pelos garimpeiros, dragueiros e comerciantes<sup>323</sup>. Mesmo assim, a invasão e a compra do barranco e do baixão eram possíveis.

Já o processo de pesquisa, realizados pelos garimpeiros, foi feito desde a descoberta do ouro na Pista do Cabeça. Os garimpeiros pesquisadores foram os responsáveis pela localização dos primeiros gramas de ouro no local. O trabalho realizado por esses

<sup>320</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>321</sup>Idem, ibidem.

<sup>322</sup>Alvará nº 1.700, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.338/82

<sup>323</sup>Processo histórico que será discutido no capítulo III.

trabalhadores para ampliar a extração mineral foi destacado pelo sr. Reginaldo e pelo sr. Domingos.

Reginaldo: Sabe como era a tal da pesquisa, que eles chamam? Pesquisa, é tipo assim. Tipo o Cabeça, assim. Eu quero pesquisar, aqui é tudo mato. Mas eu quero pesquisar se tal lugar tem ouro. Aí eu ia lá contratava um garimpeiro. O garimpeiro só ia lá com o enxadão, com a pá e a bateia e entrava picando. Aí furava tipo um poço. Manual. Cavava ali. Aí ali tirava o cascalho. Pedra, lá de fora chama pedra. Cascalho, o garimpeiro chama cascalho. Aí furavam. Tem lugar que dá aquela terra morta. E tem lugar que depois daquela morta dá um cascalho. Uma grossurinha. Tem lugar que varia. Aí eles pegam aquela coisa... Aí eles usam tipo uma bateia. A cuia que eles chamam, que é o instrumento de garimpeiro. Aí pega aquele material de lá e vai lá na água assim, e começa a rodar e no fundo fica o ouro. O ouro mais pesado, que é o material mais pesado, fica no fundo. Pela quantidade de fagulho, de pedacinhos de ouro que fica, sabe se aquela terra tem condições de ser forte ou não. Aí ali pagava vários garimpeiros assim pra ir fazendo pesquisa. Cavando vários buracos, em vários locais. [...]

Domingos: Sabiam onde já tava pesquisado, aí chegavam queriam tomar daquele que pesquisou e daí muitas encrencas que muitos morreu foi por causa disso, né?<sup>324</sup>

Os garimpeiros pesquisadores ampliaram o conhecimento das terras com ouro. Caminharam cada vez mais para dentro da mata e aumentaram os limites da extração. Eles abriram novas possibilidades de terras para exploração nos córregos Molha Bêbado, Buriti e Jacamim, afluentes do rio Paranaíta. Os garimpeiros tinham técnicas específicas de furar, cavar e batear para encontrar o ouro e indicar se valia a pena investir ou não na terra. O governo também teve preocupação em saber detalhes das terras com ouro.

Em 1982, a CPRM e o DNPM ao fazer o cálculo estimado da produção aurífera na Pista do Cabeça chegaram as informações que o comprimento da aluvião tinha 5.000 metros, a largura média da aluvião tinha 20 metros, a espessura média do cascalho tinha 0,3 metros, o volume médio de cascalho era de 1.200,000 metros cúbicos com o teor médio de ouro no cascalho de 6 gramas por metros cúbicos e com o potencial estimado de 6.000 quilos de ouro. A área possuía bastante cascalho e a estimativa do potencial de ouro, de 6 toneladas, era grande, se compararmos com os dados de 24 garimpos da região de Alta Floresta e Peixoto de Azevedo, analisados pela CPRM e o DNPM. Dentre eles, só o Garimpo do Jaú tinha maior potencial, de 16 toneladas de ouro<sup>325</sup>.

Embora a estimativa da quantidade de ouro fosse considerável, apenas a região da Pista do Cabeça estava dentro de duas grandes áreas. A primeira área da Gleba Apiacá I-B de

<sup>324</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>325</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p.23.

8.750<sup>326</sup> hectares de terras devolutas do Estado de Mato Grosso e, a segunda área, era a Reserva Garimpeira de 121.000 hectares, definida pelo Ministério de Minas e Energia (MME)<sup>327</sup>. Eram extensas as terras para pesquisar por isso o trabalho do garimpeiro, para identificar as áreas para extração do ouro, era significativo. Nesse sentido, os dados da CPRM e do DNPM referentes à terra com ouro eram gerais e não indicavam para os trabalhadores os locais específicos onde havia a substância mineral.

O geólogo Breno Augusto dos Santos<sup>328</sup>, indicou durante pesquisas realizadas em 1981, que a Amazônia tinha potencial mineral, mas ainda não havia o conhecimento geológico necessário para orientar a extração das substâncias metálicas. Para Santos a “necessidade de que as próprias empresas executem programas pioneiros de pesquisa básica, que absorvem boa parte dos investimentos iniciais, a fim de selecionar os ambientes geológicos mais promissores para os seus investimentos”<sup>329</sup>. Para o profissional da geologia era necessária a pesquisa para posteriores investimentos, ou seja, o conhecimento do subsolo tinha valor. Na Pista do Cabeça, os garimpeiros pesquisadores valorizavam ainda mais à terra com ouro. Como explicou o sr. Domingos, após o Leozil perguntar se era preciso muito dinheiro para comprar 50 metros:

Domingos: Na época, que ele [Eliezo] tinha muita terra. Você chegava. “Tu quer quanto em 50 metros de terra lá naquela ponta assim, assim?” “Ah! 100 [R\$16.500 ], 150 gramas [R\$ 24.750]”. Não, não era um valorzão, né?  
Reginaldo: Se o cara sabia que lá era área pesquisada já que tinha já queria mais [...] Só que tem as pesquisas falsas também. Muitos falavam assim: “Ali, tal lugar, ali dá de quilo”. Porque qué vender aquela propriedade. Tinha muitos que compravam, quando chegava lá a terra era cega, não dá nem pro óleo...<sup>330</sup>

Se relacionarmos a avaliação do sr. Domingos sobre o preço do barranco e a média de produção apontada pela CPRM e o DNPM<sup>331</sup>, de seis gramas de ouro por metro cúbico de cascalho e, consideramos que a média de cascalho era de 30 centímetros de espessura, no barranco de 50 metros que o comprador pagou 100 gramas, a produção média apontada pelas instituições federais era de 90 gramas de ouro. Contudo, havia barrancos comprados de 50 metros quadrados que foram extraídos 2.200 quilos de ouro, experiência narrada pela sra.

<sup>326</sup> Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 02 de janeiro de 1986. p. 14-15

<sup>327</sup> Portaria nº 550, de 09 de maio de 1983. D.O.U. 10/05/83.

<sup>328</sup> SANTOS, Breno Augusto dos. Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento. São Paulo: T.A Queiroz: Ed. Universidade de São Paulo, 1981 p.20

<sup>329</sup> Idem, ibidem.

<sup>330</sup> SALES, op. cit., 2016.

<sup>331</sup> Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p.23.

Natália<sup>332</sup>. Ou seja, diante do vivido alguns barrancos tinham mais ouro que a média prevista, já outras áreas não tinham ouro suficiente para pagar o barranco. Por isso, a pesquisa para indicar a localização do ouro era necessária.

Os preços pagos pela terra não eram alto, na avaliação do garimpeiro sr. Domingos que lidava com o ouro todo dia e nunca teve terra para garimpar por conta própria. O grama do ouro valia Cr\$ 11 mil 500<sup>333</sup>, em 16 de julho de 1983. Com base nesse preço, o comprador de 50 metros de terra pagava Cr\$ 1 milhão 150 mil onde os garimpeiros extraíam o ouro durante um mês trabalho, no máximo. Era mais barato que o preço de uma draga que custava 500 gramas de ouro<sup>334</sup> ou Cr\$ 5 milhões 750 mil. Porém, novas terras tinham que ser comprada a cada mês e a draga demorava pelo menos 20 anos para os trabalhadores transferirem o valor do trabalho nela contido para a mercadoria ouro. Sem considerar as diferentes especificidades vividas, para o garimpeiro conseguir comandar o trabalho de extração na Pista do Cabeça, em 1983, tinha que ter pelo menos 600 gramas de ouro ou Cr\$ 6 milhões 900 mil de capital adiantado para comprar os meios de produção, isso sem contar a força de trabalho dos garimpeiros e da cozinheira e, ainda, as relações de compra e venda de mercadorias exercidas, principalmente, pelo sr. Eliezo.

O comércio na Pista do Cabeça tinha regras definidas e determinadas pelo dono do Pista do Cabeça. De acordo com a experiência do Antonio Mario, o sr. Eliezo era a autoridade, comandava a organização de quem chegava, do trabalho e o dia a dia na vila garimpeira. “Desci no Baixão Novo e cortei um pedaço de terra lá, um pedaço. E aí falei com ele: ‘Cabeça eu vou trazer meu rancho e vou abaixar aqui na pista’. ‘Não. Só se comprar da minha mão’. Eu disse: ‘Não, mas eu pago o pouso. As cinco gramas de ouro’. ‘Não’. Não deixou”<sup>335</sup>. O trabalhador que buscava ter menos gastos, traria da cidade de Alta Floresta a comida e ferramentas para iniciar o trabalho, mas houve recusa do dono da pista que detinha o controle de quem e o que chegava de voo na Pista do Cabeça. O sr. Francisco explicou o processo.

Francisco: [...] Quando você chegava aqui, você não trazia nada. Tinha que comprar tudo dele [Eliezo]. Ele tinha tudo pra vender. Se você trouxesse, você tinha que pagar pra trazer aquela mercadoria de lá. Pra ficar aqui, com aquela mercadoria que você vinha de lá, você tinha que pagar. Ia pagar um

---

<sup>332</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>333</sup>SOBRINHO, Walterson Sardenberg; CASTRO, José. Em São Paulo o que reluz é ouro: na luta contra a inflação e a desvalorização dos papéis, o investidor descobre o mapa da mina. Revista Manchete. Rio de Janeiro. 16 de julho de 1983. Revista Semanal. nº 1.630 – ano 31. p.11

<sup>334</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>335</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

tanto. Pra trazer uma avionada pra baixar na pista dele só se você pagasse. Senão você ficava preso. Não podia pousar aqui, não. Ele tinha investido. Se você viesse pra cá trabalhasse aí, mas você fosse na rua e trouxesse uma avionada pra cá... você só trazia se pagasse a ele, senão hora que baixasse aqui, ele prendia. Tinha os homens de pegar e... pegar a mercadoria. Era assim. Tipo assim uns homens de segurança dele. Quando chegasse aqui e não quisesse pagar: “Não, isso aqui é as coisas lá pro meu barraco”. “Não, você tem que comprar aqui”. Pra levar tinha que pagar. Era dele. Tinha começado. Tinha que pagar.<sup>336</sup>

O controle das pessoas, das mercadorias e equipamentos que entravam e saíam do garimpo garantiram ao sr. Eliezo o domínio do ouro extraído. Para o sr. Francisco isso ocorria através dos seguranças, por meio de impedimentos e as ações violentas. No geral, só quem e o que o sr. Eliezo autorizava ficava na Pista do Cabeça e, juntamente a isso, os comércios dentro do garimpo eram dele ou de pessoas próximas a ele. Detalhes do processo, o sr. Eliezo narrou depois de o Leozil perguntar com o que conseguiu crescer e juntar capital, se com a cantina ou com a compra e venda de ouro.

Eliezo: Com a aviação. É porque quando tá bom, o movimento é bom, tudo dá bastante. Eu tinha cantina. Cantina é um comércio grande, tipo um mercado. Tinha de tudo. Tinha uma farmácia. Tinha uma boate grande. Tinha uma sapataria, quer dizer uma loja de calçado e roupa. Tinha um restaurantinho, servia comida pro pessoal. Tinha uma água que eu mandei colocar. [...] Tudo pingava um pouco. O avião sabe como é? Quando tá dando ouro, quando tem ouro no garimpo, avião dá dinheiro igual um rio. É porque leva carga e traz passageiro. Leva passageiro e carga e traz carga e passageiro. E ali fica dinheiro. Três gramas de ouro uma passagem. Carrega 20, 30 passageiros por dia. Ainda tinha o lucro da boate e da cantina...<sup>337</sup>

Dentre a cantina, a boate, a farmácia, a loja de calçados foram as passagens de avião que o sr. Eliezo destacou para o acúmulo da riqueza que obteve no garimpo. Ele era apegado aos aviões e descreveu com detalhes os três que possuiu, durante a entrevista. Mas, mesmo assim tinha a estrutura montada para o funcionamento do garimpo, como funcionários nos diferentes setores. “Tinha um que cuidava da aviação, recebia dos avião, tinha outros que cuidavam da cantina, uns oito cuidava da cantina. Tinha outros que cuidava da boate, outros cuidava da farmácia. Eram 120 funcionários, com os do garimpo. Os do garimpo tinha um bocado também, uns 30”. No garimpo, além de seguranças havia os garimpeiros. Como o sr. Eliezo se relacionava com os trabalhadores foi narrado por ele.

<sup>336</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

<sup>337</sup>CARVALHO, op. cit. 2016.

Eliezo: Eu tinha ido pra Brasília e tava lá em Ribeirão Preto. Deixei o meu rapaz aqui. Que eu confiava muito. Cuidando dos avião, recebendo e fazendo pagamentos, entradas e saídas. Tá bom. Tô lá em Ribeirão Preto o menino me liga: “Ô meu pai fui roubado essa noite”. “Que é isso moço?” “Foi. Me pegaram a força. Tava com o dinheiro. Pescaram com o anzol”. Olha rapaz? Naquele tempo, num dinheiro de hoje uns 25 mil. Era a produção de três dias. De avião indo e voltando. E lá quando eles vinha, eles vinha com ouro. O passageiro pagava com ouro e trazia pra entregar aqui. Daqui pra lá o dinheiro ficava aqui também. Quer dizer uns 25 mil mais ou menos. “Mas, rapaz o que é isso?” “Pois é não paguei nem o posto de gasolina”. Tá bom. Eu vim cheguei e procurei lá ver com ele. Aquela lá não cola na cabeça de ninguém. É. Pescou da janela a bolsa? Aí com uns três dias ele me aparece com a bolsa. “Achei a bolsa”. Ele já morreu esse cara. Deu um veneno lá no mato. Ele trabalhava com um negócio de topografia. Aí veio e chegou aqui já ruim. Mas é assim. A gente é judiado demais moço.<sup>338</sup>

O pai que apareceu na voz do funcionário lembrava o antigo patrão do sr. Eliezo, o Benedito Vieira da Silva que era chamado de paizinho, pelos funcionários e conhecidos<sup>339</sup>. Então, na relação conflituosa que teve com o funcionário assumiu o papel do antigo patrão. Como se dissesse, que aprendeu a resolver os problemas de roubo quando trabalhou com o Benedito. E, assim, entre os voos e a currutela, já era possível contabilizar números expressivos de moradores na vila, no momento em que o sr. Eliezo continuou a mesma reflexão e narrou como o roubo era solucionado com a morte, no garimpo.

Eliezo: Naquela época, tinha 15 mil mais ou menos. Que movimentava o garimpo, né? De trabalho, de garimpo e de currutela e de tudo. De 15 a 16. Tinha muita gente. E aí o cotidiano é isso mesmo. Chegava na currutela era a cidade. Vamos comprar, vamos beber, vamos dançar, vamos... Ali quem errar, paga pelo erro. Não existe roubo. Não. Ninguém vê falar em roubo. Se roubasse a lei é seca. Então...<sup>340</sup>

Na diversão, entre bebidas e danças o roubo ocorria as mortes, também. Ou seja, o roubo estava ligado a lei seca, que significava a morte. Diante da comparação entre os dois fragmentos da narrativa é possível entender como o sr. Eliezo solucionava os problemas que tinha com os trabalhadores, quando acreditava ter sido enganado e roubado. E, nesse processo a vila garimpeira era aproximada à cidade, novamente. O sr. Francisco reforçou a organização do comércio e a centralização da venda dos produtos realizadas no garimpo pelo sr. Eliezo.

Francisco: Olha, tinha compra de ouro, compra de ouro, secos e molhados e tudo. Onde tinha uma coisa... todos eles tinham uma balancinha. Os mais

<sup>338</sup>Idem, ibidem.

<sup>339</sup>O Policial, op. cit., 1980, p.41.

<sup>340</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

interessados todos eles tinham uma balancinha, né? Uns comprava escondido e outros comprava mesmo abertamente, porque o dono do garimpo que era o Cabeça. E era assim. [...] Ai, tinha o bar que vendia bebida. Mas o resto onde comprava o ouro, tinha que vender alguma coisa e onde vendia alguma coisa como a bebida, comprava, agora, escondido. Chegava lá, pesava. Entrava com ouro lá e comprava do cara. Mas vendia pra ele mesmo, o Cabeça.<sup>341</sup>

A balança indicava que ali tudo era comercializado em ouro e a riqueza mineral retirada das terras pelos garimpeiros acabava nas mãos, quase unicamente, do sr. Eliezo. Até mesmo o ouro dos demais comerciantes e compradores de ouro. Nesse sentido, o sr. Antonio Mario analisou o tempo em que as cantinas eram também compras de ouro.

Antonio Mario: A compra de ouro no começo era nas cantinas. A compra de ouro era só na cantina. Não tinha um lugar certo, aqui é a compra de ouro. Não. Era só nas cantinas. Ali nas cantinas, comprava também mercadoria, arroz, feijão, carne, material tudo. E vendia o ouro pra pagar ali. Se você não tivesse comprava, mas quando você lavasse a terra tinha que pagar ali.<sup>342</sup>

A cantina funcionava como espaço de múltiplas funções. Além de mercado era compra de ouro e o lugar do crédito, pois era possível pagar ao dono da cantina depois que o ouro fosse apurado. E, na avaliação do sr. Antonio Mario o passado estava na relação com o presente.

Antonio Mario: [...] você chega no garimpo e não é acostumado a pegar dinheiro. E vai e pega ouro. E vai pra gandaia junto com os outros. Tem aquela turma: “Não, vamos embora pra boate. Vamos pro bar tomar uma cerveja”. E assim aquilo ia. Você pode ver que é poucas pessoas garimpeiro que tem alguma coisa. Gasta, né? A maior parte deles não tem nem uma casa pra morar. O Cabeça era dono daquilo ali tudo. Vivia cheio de polícia na casa dele e guaxeba. Tudo aquilo ali era dele. Quando a gente vendia alguma coisa. Toda quinta-feira a polícia tava na casa da gente pra receber. Era que nem uma ditadura. Se você fizesse alguma coisa pra vender você pagava. Se vendesse um café com bolacha, você pagava primeiro. Uma cantina, vender um óleo, uma gasolina, alguma coisa. Você tinha que pagar pra ele. A polícia ia receber na casa da gente. [...] É. Toda quinta-feira a polícia recebia. Lá era assim ó... era topadinho de botequinho, lojinha. Todo mundo pagava. Todo avião que aterrissava lá pagava cinco grama de ouro.<sup>343</sup>

Na análise os garimpeiros são homens pobres. Mesmo depois de extraírem ouro das terras, os trabalhadores não tinham casa para morar. Isso porque a forma como o dono da pista

<sup>341</sup>LIMA; MOURA op. cit., 2017.

<sup>342</sup>FERREIRA, op. cit., 2018.

<sup>343</sup>Idem, ibidem.

controlava as relações comerciais não permitia aos trabalhadores acumularem recursos, pois eram cobradas taxas dos produtos feitos e vendidos ali. E, quem fazia o trabalho de cobrança era a polícia e os seguranças do sr. Eliezo. Aquele vivido fora entendido como ditadura pelo trabalhador e a definição do tempo também era ditadura, para o dono da pista o sr. Eliezo:

Eliezo: [...] Eu tinha polícia lá dentro. Na época tinha um batalhãozinho da polícia. Direto, direto tinha quatro policial. Um cabo e três soldados ou um sargento e três soldados. Ali é na ordem ali. Por que naquele tempo mesmo ainda era na ditadura, né? Hoje se acontecer um negócio daqueles como tá nessa coisa que tá aí... um policial não pode chegar lá, porque não pode tirar a arma. Hoje a peãozada por aí, um menino de 18 anos fala pro policial: “Bate, bate em mim. Bate pra ver se você não vai pra rua?” Prende, entra por uma porta e sai pela outra. Demais e demais. Naquele tempo não. Era diferente. Lá chegou um caboclo uma vez, dizendo que era da polícia federal. “Você é da polícia federal?” “Sou”. Chapeuzão panamá na cabeça, camisa de linho muito bonita. Tá bom. Aí tinha um menino que trabalhava comigo, era um meio índio, chamava ele de Brabinho. Sei que não ele tá suspendendo o menino. Garrado por aqui, na parede assim. “Você vai me pagar, você matou meu irmão”. “Que isso rapaz?” “Esse vagabundo matou meu irmão, e eu sou da polícia federal e tô aqui atrás dele. Agora achei”. Falei pro sargento: “Vai lá olhar se esse cara é da polícia federal mesmo. Pede os documentos dele”. Tinha um sargento meio cuiabano: “Cabeça, Cabeça.” Digo: “Vai. Pede o documento dele. Vê a carteira dele. Se for da polícia federal, tudo bem. Não matou o menino. Só judiou, mas não matou. Agora se não for...” “Tá bom.” Aí eles foi. Chegou pra ele: “O senhor é da polícia federal? Cadê sua carteira?” Aí ele tirou a carterinha mais ou menos desse tamainho. Aquelas carterinha de estudante, hoje não sei se ainda tira, e tem um vincusinho com a bandeira do Brasil. Era uma daquelas. O sargento olhou: “Mas o senhor é da polícia federal com isso aqui? Eu quero é carteira da polícia federal, isso aqui é de estudante.” Hãhã começou a rosnar assim. Os soldados já chegaram e pegaram ele. Aquele bicho tomou uma taca. Foi dormir no cubículo lá, o cubículo chovia. Quando amanheceu o dia peguei o avião e vim pra cá. Vim falar com o comandante. “Comandante assim e assim e diz que é da polícia federal e dando um de valente lá. E aí? Não é.” Disse: “Ainda não mataram ele?” Digo: “Não.” “Tem que matar.” Deu nada não, ficou por isso mesmo. Polícia Federal?<sup>344</sup>

A ditadura era o tempo em que a polícia estava liberada para atuar de modo violento e agressivo. Isso ficou evidente quando o dono da pista comparou o presente com o passado, para dizer que agora, no presente, não pode fazer nada, mas no tempo da ditadura o policial estava autorizado a matar. Outro elemento de destaque, era a direção do trabalho da polícia no garimpo e até mesmo “porque a polícia também ganhava, né? Não era de graça. Nós pagava a polícia”<sup>345</sup>. O dono da pista analisou o período como o de realização das agressões, enquanto o

<sup>344</sup>CARVALHO, op. cit. 2016.

<sup>345</sup>Idem, ibidem.

trabalhador entendeu a ditadura como agressão sofrida. Para o trabalhador a ditadura era violência, para o patrão era a liberdade para executar à violência. Duas perspectivas conflitantes da realidade, pois, no vivido das classes, um agrediu o outro, e foi o trabalhador quem mais apanhou, ainda que também tenha batido. Ou seja, há disputas também pelos sentidos no presente.

Os trabalhadores sr. Arnaldo e a sra. Natália apontaram as pressões vividas na relação com a terra, o trabalho e pela manutenção da vida na Pista do Cabeça. Ao mostrar a fotografia do primeiro batizado realizado dentro do cabaré, a sra. Natália e o sr. Arnaldo lembraram dos acontecimentos que envolviam o passado daquela imagem.

Natália: Chiqueirinho. É essa menina, a primeira criança que foi batizada aqui, que eu sou madrinha [mostra a fotografia].

Flaviane: E o pai dela matou o outro por que dona Natália?

Natália: É briga por causa de garimpo, mesmo. Por causa de garimpo, por causa de terra.

Arnaldo: Foi nada. Foi por causa de terra, não.

Natália: Foi.

Arnaldo: Ele nem conhecia ele. Ele mais o Baianinho.

Natália: Por causa de cachaça?

Arnaldo: Cachaçada, drogado só pode. Matou o rapaz de dia, numa sexta-feira santa. Eu ia passando com um carrinho de mão. Nunca vi um trem como aquele. O sangue dele tava indo como daqui naquele portão ali. Escorrendo no meio da pista. Sangraram o homem. Ele era de Minas Gerais. Um moreninho, fortão. Um homem. Mexia com ninguém. Morava pra cá. Mataram o coitado do homem. Sangraram, né? Por isso eu digo pra você que eu já vi coisa feia nesse mundo. Só que eu agradeço muito a Deus, tenho que agradecer muito a Deus. Já topei boca quente. Querendo tomar terra minha, aí. Uma vez eu tava acolá numa terra, foi uns 30, 20 homens do Cabeça [Eliezo] querendo tomar esse pedaço de terra lá. Fui obrigado a bancar o valente, senão tomava mesmo. Era, tô falando. Às vezes você nem caçava, o povo era tudo doido. Agora eu não era homem de andar em currutela. Tinha o dia de eu vir pra currutela. Agora coitado aí ia pra currutela e não voltava mais. Cansei de ver parceiro meu ir pra currutela... você não pensa que tem muito... às vezes, eu fico caçando esses barracos velhos, hoje eu não acerto mais, barraco velho assim que nós morava, peão guardava ouro enterrado no pé da forquilha. Teve nego que já achou. Enterrava e vivia só com um ourinho. Teve gente que morreu aí e deixou enterrado nesses matos aí, por isso que, às vezes, você vê assombração nesses matos aí. Aqui mesmo, até a polícia matava a gente pra roubar. Aqui mesmo.<sup>346</sup>

No início do diálogo, o sr. Arnaldo contrariou a sra. Natália e apontou que a bebida e as drogas tinham relação com a morte descrita e não a terra, mas no meio da fala ele estabeleceu a associação entre a morte e a luta pela terra ao narrar o conflito vivido por ele no

<sup>346</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

garimpo. Embora, tenha evitado ir até a currutela pela análise de que a violência acontecia nela, avaliou que nos barrancos com ouro as pressões e brutalidade também aconteceram. Nesse caso, era o grupo armado que visava tomar a terra dele e a ênfase esteve na ação do sr. Eliezo e na invasão dos barrancos. Os conflitos, roubos e mortes perpassaram os diferentes locais e dimensões da vida na terra com ouro. Para o sr. Arnaldo a polícia atuou contra os garimpeiros para ficar com o ouro, por meio de assassinatos de trabalhadores, que morriam tanto por droga, bebidas e mulheres, pelo ouro e por terra.

Em fevereiro de 1986, o Jornal da Cidade de Alta Floresta noticiava sobre a atuação dos policiais nos garimpos no norte de Mato Grosso quando o comandante Edyr Bispo assumiu a 5ª Companhia da Polícia Militar quando a primeira ação que tomou foi de “licenciar policiais, enquanto outros foram punidos e exonerados” e a publicação continuou “a consequência desta medida foi a moralização e credibilidade da PM”<sup>347</sup>. No mesmo sentido, o governador do Estado do Mato Grosso Wilmar Peres de Faria em entrevista ao jornal disse “que elementos da Polícia Militar cobravam cotas dos garimpeiros para que permanecessem no baixão”<sup>348</sup>. Ou seja, as notícias referentes à atuação da polícia reforçavam o vivido pelo garimpeiro sr. Arnaldo. O sr. Eliezo narrou a presença da polícia nos conflitos nos barrancos na Pista do Cabeça, quando se questiona o papel que exerceu dentro do garimpo.

Eliezo: Era um líder. Mas, ali eu tinha autoridade como um juiz, um prefeito. Não era coronelismo, mas era uma amizade forte com o pessoal, qualquer coisa falava comigo. “Nós vamos dá um jeito”. Se é preciso sair pra fora nós leva. Se é preciso acalmar por aqui a gente conversa, se entende. Assim. Tinha um erro lá pelo baixão, vinha aqui e: “Cabeça tá acontecendo isso”. Eu ia lá conversava com ele, a polícia ia lá conversar. Se, às vezes, tava demais, já trazia ele. Botava no avião e botava pra fora, pra cá. Chama-se deportar. Deportava ele fora dos outros. Assim uma coisa muito bem-feita.<sup>349</sup>

O dono da pista se colocou como a personificação dos poderes judiciário, executivo e com características de líder carismático relacionado com a figura do coronel. Complexa era forma definida pelo sr. Eliezo para o poder que exercia. Diante desses elementos reunidos na autoridade local, argumentou que os problemas graves eram resolvidos com medidas simples, como o diálogo ou a expulsão das terras via avião. Mas, os policiais também agiam. E assim, os conflitos pela terra foram vividos nos barrancos, pois as divisões existiam e nem sempre eram respeitadas. Leia-se a experiência do sr. Domingos:

<sup>347</sup>PM realiza policiamento ostensivo. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 01 a 15 de fevereiro de 1986. p. 03

<sup>348</sup>Governador afirma: ‘Policiais cobravam cotas de garimpeiros’. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 25 a 31 de agosto de 1986. Capa e p. 03;

<sup>349</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

Domingos: Não. Aqui eu não arrumei um pedaço de terra pra eu trabalhar sendo meu mesmo. Mas, você chegava, numa beira de rio dessa aqui, quando fazia as pesquisas que tinha ouro. Você chegava tirava 50 metros, outro 50 o outro 100. Aí tinha as balizas, as divisas. Eu não podia entrar na sua terra. Aí um que chegasse com a draga, aquela draga rodada, se eu botasse na área minha, mas ele pagava renda pro outro, pagava na época 5%, 6%, a porcentagem do ouro, do que produzisse, né? E acabou você tinha que já tá cuidando de tá arrumando outra terra. Aí por isso que também existia muita morte por causa de terra, né? Essa terra aqui na divisa aqui, esse lote aqui era o meu esse aqui era o seu, o meu aqui tava bom e o seu não dava nada e você queria entrar, queria me tomar, tomar minha frente. Isso dava muita morte, dava muita morte por causa disso aí, né? Um dragueiro ia e matava o outro porque... por causa da terra... E se eu tava numa boca de serviço numa terra minha que tava dando um bom ouro outro que chagava lá de fora e achava que era mais forte do que eu mandava eu tirar minha draga dali... “Tira, tira... e”. Queria jogar a draga dele dentro pra tirar aquele ouro e aí muitos não aguentavam e... Foi muitas mortes aqui também por causa dessas coisas assim...<sup>350</sup>

A terra era valiosa. Na análise do sr. Domingo havia a possibilidade de qualquer um poder ter o pedaço de terra para trabalhar por conta. Aparentemente, era só chegar na beira do rio e tirar 50 metros de terra e trabalhar. Contudo, isso estava mais no campo dos desejos e vontades do que na realidade vivida pelo garimpeiro. O fato de o garimpeiro não ter conseguido o próprio o pedaço de terra e evidenciar que as mortes e violências no garimpo eram disputas por terra, ele apontou para a complexidade das relações de propriedade do subsolo. E ainda, há o reforço de que o dono da draga precisava buscar novas terras e entravam em conflitos para continuar a extração do ouro. Os enfiamentos não escapam da sutileza e complexidade do fato de a terra ter diferentes produções de riqueza na mesma área. Isso ficou expresso na fala do garimpeiro quando descreveu o lote bom e o outro sem dar nada.

Em termos oficiais não havia o contrato ou o estatuto jurídico da terra. Mas, ainda que não tivessem título, os barrancos eram propriedade privada para exploração do ouro. Desse modo, as divisas eram disputadas quando a extração variava a cada metro.

Antônio: E as vez também por causa de terra. Deu muito rolo por causa de terra também. Querendo tomar do outro, você tá entendendo? Eu tinha essa área aqui, você queria ser mais valente que eu e você tava aqui e invadia a minha área. Aí tava a desavença também.

Flaviane: Quando a pessoa comprava um pedaço que não tinha ouro, daí a outra pessoa encontrava ouro, aí essa pessoa...

---

<sup>350</sup>SALES, op. cit., 2016.

Antônio: Não. Muitas vezes na sua terra tinha ouro demais, entrava pra minha também, você tá entendendo? Aí ele já vinha por aqui e queria entrar pro meu lado e tinha vez que tomava.

Ione: Eles ia comendo a terra e entrando na outra. Por que cada um tinha seu pedacinho cortadinho, né?

Antônio: Era. Entrava dentro da minha área. Aí o que que ia acontecer?

Flaviane: Ia com o jato lá e...

Antônio: Não é? Muitas vezes eu tava aqui ó, trabalhando aqui, o outro chegava aqui ó, que é o caso do finado Gringo, você se lembra? Tem minha área aqui, to trabalhando aqui, com ouro bom, você tava rodado, rodado você não tem nada, começa dar um de bom: “Eu vou entrar lá na terra dele”. Entrava. E se você fosse mole você tinha que correr, se fosse valente tinha que brigar. Esse que é o problema. Foi o que aconteceu com o finado Filemon. Pai dos meninos aí. Invadiram a terra de outro... e aconteceu isso muitas das vezes.

Flaviane: Aí é morto...

Antônio: É. Isso aí deu muita confusão por causa de terra, não é Japão? Muita, muita. Eu mesmo, nego tomou terra minha. Nego daqui dona Ione. Tá morando aqui. Tomou terra minha. Na época que eu comprei draga lá no Jacamim. Você lembra. O César da Stipp [compra de ouro]. É. Que que eu vou fazer: “Não rapaz, pode trabalhar. Fica de boa”. Hoje converso com ele tudo. Foi bom pra mim. Talvez se eu tivesse feito aquele ourinho a mais, nem tava aí, talvez tinha gastado do mesmo jeito. Então, deixa pra lá<sup>351</sup>.

A terra era mercadoria que podia ser paga com a vida. Quando o garimpeiro chegava sem nada no garimpo e conseguia os meios de produção para trabalhar eram retirados da frente de trabalho. Os conflitos entre o que tinham capital para investir na extração e os garimpeiros que trabalhavam para obter os meios de trabalho e a riqueza mineral para a sobrevivência. O sr. Antônio deixou a dúvida se o “nem tava aí” era para o ouro ou, significava, a morte.

As pressões vividas pelos trabalhadores na Pista do Cabeça se ampliavam mais, a partir das relações de trabalho que se tornavam mais complexas. O garimpeiro com dificuldades para conseguir o barranco para trabalhar por conta e, caso, ainda não tivesse relações estabelecidas entre patrão e empregado, era difícil arrumar a vaga de trabalho. O sr. Domingos analisou o problema para encontrar trabalho no garimpo.

Domingos: Achei que não dava pra mim [nos garimpos de Apiacás]. E outra, tem vez que você chegá no garimpo é difícil achar vaga, né? Só quando a gente já tá meio conhecido assim ô... porque naquela época nós já tava caçando ouro e a gente ainda vinha com um pouquinho... chegava... e se não fosse uma vaga que tivesse boa mesma... e aí quem tava numa vaga boa, naquela época, não saia, né?<sup>352</sup>

<sup>351</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>352</sup>SALES, op. cit., 2016.

Sem carregar muita coisa, o garimpeiro chegava e nem sempre encontrava vaga, para garantir a vida na terra com ouro. Havia critérios como ter relações sociais estabelecidas, o espaço de trabalho existir e ser bom, para o trabalhador conseguir a vaga e ficar nela. Não era só chegar e trabalhar. O garimpeiro sr. Domingos passou por vários garimpos e teve lugar que ele não arrumou trabalho. Na Pista do Cabeça, ele já chegou com os patrões, que tinham comprado o barranco para trabalhar. Portanto, a vaga do trabalhador já estava certa.

O garimpeiro sr. Luciano<sup>353</sup> já tinha contato com o sr. Eliezo, de outros garimpos e a partir da relação estabelecida com o dono da pista começou a trabalhar. Os garimpeiros sr. Arnaldo, sr. Antonio Mario, sr. Raimundo também narraram experiências com o sr. Eliezo antes de chegar na Pista. Quem não sabia quem era o sr. Eliezo conhecia outras pessoas. A sra. Natália já tinha se relacionado com o sr. Arnaldo. Essa rede de relações baseada no trabalho e na experiência de trabalhador errante, que percorreu vários garimpos, demarcaram algumas possibilidades para que eles pudessem se estabelecer na atividade da garimpagem na Pista do Cabeça. Então, diante dos vários critérios e elementos importantes para o garimpeiro conseguir trabalhar na extração de ouro, o sr. Francisco narrou como era trabalhar no garimpo.

Francisco: [...] Aí você já chega e vai pro garimpo. Vai trabalhar lá. Dali, do primeiro serviço em diante se dá bom você se sente bem. Senão dá, vai apelar pra outro. E daí só vai assim. Nunca sabe nem como é que você vai ser garimpeiro. Por que quando você bate o primeiro serviço, você chega no garimpo, você não vai trabalhar por conta, você vai trabalhar pros outros, primeiro. Pra você poder se colocar. Aí você vai trabalhar pros outros, aí você tira um serviço bom, dois, três. A pessoa que você trabalha tá te tratando bem, não é muito antipático, de tudo a gente encontra. Topa com gente boa, gente ruim. Gente que quer mandar. “Você tem que fazer é assim”. E aí a gente vai saindo e daqui a pouco tá trabalhando por conta. Não vai mais trabalhar mais pra ninguém. Ficá naquela vidinha<sup>354</sup>.

O sr. Francisco caracterizou o patrão como antipático. Geralmente, os trabalhadores da Pista do Cabeça definem as pessoas como ignorante. Mas, a linguagem mais jovem e urbana veio da convivência com a afilhada que morava em Alta Floresta e cursava o ensino superior. Ele fazia tratamento de câncer e passava alguns dias com ela na cidade. O sr. Francisco narrou a trajetória ideal de vida do garimpeiro que chegava no garimpo, trabalhava para o outros e logo conseguia trabalhar por conta própria. Ele revelou a expectativa de trabalhar sem ter o patrão para mandar. O que ele narrou não foi o que aconteceu na vida dele. Ele teve que

<sup>353</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

<sup>354</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

trabalhar até os últimos dias de vida quando foi passar veneno nos cupins da fazenda do patrão do sr. Antonio Mario<sup>355</sup>, para conseguir dinheiro para completar a aposentadoria e dar continuidade ao tratamento de câncer.

Se a expectativa do trabalhador era trabalhar por conta própria, sem o patrão para mandar, a realidade do garimpeiro era a de ter que trabalhar como meia-praça ou na diária.

Antônio: Era meia-praça. Você não tinha terra, não tinha nada. Você vinha trabalhar de meia-praça ou trabalhar na diária. Uma grama de ouro por dia. Às vezes, eu chegava aqui e não achava vaga pra trabalhar e o cara lá tinha um montão de terra lá pra lavar, não era Japão? “Não, eu vou te pagar umas diárias pra você trabalhar”. Aí pagava uma grama de ouro por dia.

Samuel: Às vezes, o cara conseguia com alguém um setor pra trabalhar por conta.

Antônio: Às vezes, conseguia. Que nem eu te falo, tinha gente boa que te falava: “Vou te arrumar um pedacinho de terra pra você trabalhar. Pra você tocar”. Acontecia isso muito também.

Samuel: Se não conseguisse, você ia trabalhar numa diária ou na meia-praça.<sup>356</sup>

No diálogo, os garimpeiros explicaram as diferentes relações para extração de ouro que eles estabeleceram ao chegar na Pista do Cabeça. Narraram desde o almejado barranco para trabalhar até a realidade do trabalho braçal e exaustivo feito pelo pagamento de diárias. A instabilidade das relações era o nível de insegurança dos trabalhadores referente à possibilidade de conseguir trabalho. Tanto no sistema de meia-praça quanto no da diária os trabalhadores não detinham os meios de trabalho, sem-terra e sem as condições mínimas para sobreviver, eram trabalhadores que estavam disponíveis para o trabalho, a procura de vaga.

O meia-praça continuava a receber pela alimentação, moradia e dividia o ouro retirado do barranco com o sócio e com os demais trabalhadores. O diarista recebeu baixa remuneração pelo dia de trabalho, um grama de ouro, o que chegou a pagar por um prato de comida no garimpo<sup>357</sup>, enquanto uma galinha chegou a custar cinco gramas de ouro<sup>358</sup>. Ou seja, nem o trabalho necessário para a subsistência o diarista tinha, eram mínimas as condições para se reproduzir como trabalhador na extração da riqueza mineral.

<sup>355</sup> FERREIRA, op. cit. 2018.

<sup>356</sup> PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>357</sup> SALES, op. cit., 2016.

<sup>358</sup> Os preços pagos em ouro de acordo com as entrevistas: 1 Kg de carne – 50g de ouro. 1 pacote de cigarro – 1g. 1 Kg de sal – 5g. 50 metros de terras - 100/150g. 1 diária de trabalho – 1g. 1 passagem de avião – 3g au. 1 voo entre pistas – 5g. 1 noite no cabaré – 40/50g. 1 programa – 1 a 2g. Dormir no bordel – 5g. 1 casa – 1.200 Kg.

Além da lavagem da terra, roçar e limpar a camada superior da terra do barranco também eram pagos em diárias<sup>359</sup>. O garimpeiro sr. Domingos narrou a dificuldade para conseguir a vaga de trabalho, até mesmo, para receber as diárias.

Domingos: [...] Era bom ir trabalhar mais aquele velho [Zé Gaúcho]. Eu só trabalhei só um ano com ele. Eu pejava pra pegar a vaga lá, e ele não dava aí. Rapaz, mas ele era legal, ele fez uma amizade comigo dessa vez que eu trabalhei esse ano. Ele falava, rapaz eu: “Ah eu tinha medo de te dar a vaga é porque não sei o que...”. É seu Zé, mas não é do jeito que o povo conta, o povo é que o povo aumenta. Aí tinha aquele baixinho, que veio e ficou aqueles tempos ali mais o seu João Calcinha, que cuidava lá. A mulher dele era cozinheira, aí ele quando nós tava se despedindo nós tinha combinado pra que quando fosse no mês de maio, no começo de maio, eu já descer pra lá, porque o baixinho que ficava morando naquela casa que nós enlonava aqueles motor tudo debaixo da casa. O baixinho tinha uma família e ficava lá morando, ele pagava o baixinho por mês, assalariado. Aí disse ô: “Você desce prá cá no começo de maio, você chegá você já vai roçando aí vai marcando as diárias e depois quando eu chegá eu te pago as diárias. Você vai roçando, queimando, limpando”. Aí ele disse: “Se não vendesse”. Mas o Amaral já tava querendo comprar ali e ele comprou...<sup>360</sup>

Poucos eram os trabalhadores que recebiam salários e essa não era a realidade vivida pelo sr. Domingos. Com angústia, ele esperava pela retomada dos trabalhos após o período de chuvas. Durante os meses de outubro a maio, a CPRM e o DNPM apontavam “no período chuvoso, a atividade garimpeira é limitada as margens mais elevadas e às cabeceiras dos drenos, exercendo principalmente repassagem do material anteriormente trabalhado”<sup>361</sup>.

Ou seja, além das dificuldades do trabalhador se estabelecer no trabalho, ainda havia longos meses que as vagas diminuía, quando os donos das dragas com mais condições de tocar os serviços deixavam a extração do ouro, porque a chuva aumentava os custos da extração, como o patrão temporário do sr. Domingos. No vivido não foi possível continuar com o mesmo dragueiro, de um ano para o outro. Nem o trabalho como diarista, sem vínculo empregatício, o sr. Domingos conseguiu. Essa era a realidade do trabalhador do ouro que continuava aflito a procura da vaga, mesmo no período de estiagem, época que tinha mais trabalho.

A narrativa do sr. Domingos esteve permeada pela relação de propriedade da terra, dos meios de produções e da divisão do trabalho entre o patrão e os empregados. A hierarquia entre o dono, o assalariado e o diarista apontavam para as dificuldades vividas. O trabalhador

<sup>359</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>360</sup>Idem, ibidem.

<sup>361</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p.05-06.

diarista livre para vender a força de trabalho, participou da relação de compra e venda como mercadoria e foi descartado duas vezes. A primeira vez com o início das chuvas quando os trabalhos diminuíram e, a segunda, quando a venda da propriedade privada da terra foi mais lucrativa ao proprietário, que comprar o trabalhador para explorá-lo. Os trabalhadores tinham a expectativa de trabalharem por conta própria, mas nem o trabalho por dia se concretizava. Não há informação dessas relações de trabalho e dos trabalhadores nos relatórios produzidos pela CPRM e o DNPM<sup>362</sup>, sobre os garimpos do norte de Mato Grosso. O interesse do governo federal estava na extração do ouro e não na vida dos trabalhadores.

Sem condições de sobrevivência, sem o barranco de terra e com poucas ferramentas como meia-praça os garimpeiros precisavam arrumar, cada vez mais, os financiadores para o trabalho na Pista do Cabeça.

Antônio: Que que eu vou falar pra vocês? Era tudo barraco de lona no começo. Você chegava aqui dentro da Pista tava aquele fofocão. Todo mundo só barraquinho de lona. Naquela época era só manual. Só manual. Eu chegava pra trabalhar, eu peão, trabalhava meia-praça. Meia-praça é o seguinte, se você chegou aqui na Pista do Cabeça na época você tinha essa terra aqui. Aí eu chegava procurando você, você é o dono e eu vou trabalhar com você de meia-praça. O meia-praça é o seguinte eu tirava um barranquinho aqui, vamos supor um 10x10, dava cem gramas de ouro? 50 minha e 50 sua. Era assim quando nós chegamos aqui, né Japão?<sup>363</sup>

No garimpo, os trabalhadores procuravam quem tinha terra, ferramentas e pagasse a alimentação para entrar com o trabalho e dividir metade do ouro extraído da terra. Sem os meios de produção, o garimpeiro entrava na relação com a força de trabalho. Havia a divisão do metal pela metade entre o dono do barranco e o garimpeiro que negociou com o proprietário da terra para poder trabalhar. Como o garimpeiro na Pista do Cabeça, dificilmente, trabalhava sozinho, o trabalhador meia-praça se tornava aquele que arrumava pelo menos mais dois ou três garimpeiros para ajudar na abertura do barranco, carregar e lavar a terra com ouro. Ao mesmo tempo, ele trabalhava e gerenciava o trabalho dos outros garimpeiros a partir da subcontratação. A experiência do sr. Arnaldo foi narrada como relações de trabalho.

Arnaldo: [...] Uma vez eu tô lá no meio da Castanheira, num garimpo lá. Daí eu fui num garimpo lá pro lado, chamado Jaú. Cheguei lá o povo tudo trabalhando lá. Aí eu digo. Tinha uma grota cheia do óleo, foi daquela vez que, eu falei que o povo aqui era ruim e foi lá com os guaxebas e jogaram

<sup>362</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p.23.

<sup>363</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

óleo. Levava caminhão e jogava óleo no garimpo. Só pra garimpeiro não trabalhar. Deus me livre. Aí eu cheguei lá na Grota do Óleo, tinha uma passagem assim aí, eu topei com um cara, um rapaz de Santa Inês, um chamado Baixinho e outro Miudinho, eram dois irmãos. Tava lá conversando, disse: “Rapaz eu não vou enfrentar o meia-praça”. Tem o negócio de meia-praça. Garimpeiro é assim, às vezes, você tá tocando um serviço e ajunta com um meia-praça. Você não sabe o que é meia praça, não? É igual você ter uma loja aí e botar gente pra trabalhar, pra pagar na porcentagem. Igual você tem essa mercadoria, aí você ganha 10%. O garimpeiro, a porcentagem é assim, eu vou trabalhar pra você naquele garimpo, aí eu vou tiro 100 grama, 50 grama é sua e 50 é minha. Você entendeu? Por causa que você tava dando a comida pra mim. Você tava me dando assistência. Você me dá o almoço, a janta, o café e tudo. Me dá ferramenta. Aí você tá com sua frente de serviço, chama-se frente de serviço, você ter uma grota aqui sua, você tem seu pedaço. Você tem 100, 200 metros. Aí eu chego rodado, não tenho condição de nada, aí eu vou trabalhar pra você na meia-praça. Se chama meia-praça. Se aquele barranco que eu tirar der 100 gramas, é pesado 50 grama é sua e 50 é minha. Você é meu parceiro. Se você é dois, um fica com 25 e outro com 25. E você fica com sua 50. Meia a meia...<sup>364</sup>

No sistema de meia-praça o dono do barranco forneceu os alimentos e ferramentas e ficou com metade do resultado do trabalho do garimpeiro. Essa forma de trabalho era enfrentada pelos garimpeiros. A princípio, o sistema meia-praça, alternativa para quem chegava somente com a força de trabalho ao garimpo, era bom para o trabalhador, pois ele entrava com o trabalho e recebia os meios de subsistência e de trabalho e ficava com metade do ouro extraído. Mas, desde o início da fala do sr. Arnaldo havia a recusa ao sistema de meia-praça.

É possível entender a avaliação do trabalhador, se considerarmos que de 50% destinado ao meia-praça ele teve que dividir com outros três trabalhadores, pelo menos. No fim, cada garimpeiro recebeu 12%, pelo trabalho de remover algo em torno de 50 toneladas de terra. Ou seja, trabalho pesado por um mês, realizado na pá e na picareta e, ainda, com o risco cavar, retirar a terra e não ter ouro suficiente para garantir a vida até encontrar o próximo trabalho. O sr. Arnaldo analisou o meia-praça e aproximou essa relação de trabalho como a porcentagem, para enfatizar que era desigual para o trabalhador.

Para o garimpeiro o meia-praça não era bom, mas diante da instabilidade vivida era a forma possível de trabalhar. Contudo, o garimpeiro sr. Arnaldo sem condições de trabalhar construiu a alternativa para não precisar dividir o resultado do trabalho dele.

---

<sup>364</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

Arnaldo:[...] Aí digo: “Rapaz não vou enfrentar meia a meia não”. [...] Aí, eu cheguei e tava aquele movimentão. Olhei pro dono da cantina ele olhou pra mim. Eu nunca gostei de beber. Ele olhou pra mim: “Você queria alguma coisa?” Daí eu já sabia o nome dele: “Não, seu Paulo”. Era Paulo. Digo: “Seu Paulo eu vim aqui...”. Falei desse jeito. “Eu vim aqui porque nós achamos um serviço acolá e eu queria que você me vendesse umas ferramentas e um rancho, porque a gente chegamos aqui sem nada. Só com uma borroca [bolsa] nas costas”. Ele falou: “Mas que grota vocês vão trabalhar?” Eu digo: “Nós vamos trabalhar lá na Grota do Óleo”. Ele falou: “Mas como é teu nome?”. “É fulano de tal”. Botou no caderno. “O quê vocês quiser aí, pode pegar e levar”. Aí, fui só pegando e levando. Pra você ver como garimpeiro tem crédito. Cheguei lá, tiramô. Aí, nós botamos um pedacinho de cascalho, deu umas 700 gramas. Foi ligeiro. Fui lá paguei ele. Aí fiquei comprando na cantina. Quando foi um dia eu vim aqui e ele tava com a cantina aqui. Nesse lugar [Pista do Cabeça]. Véio Paulo. Quando foi um dia, cansei de ver ele falando: “Garimpeiro não enrola ninguém não”. Ele falava: “Tudo que eu tiver eu vendo pra garimpeiro”.<sup>365</sup>

Na busca por trabalho, o garimpeiro entrou em contato com o dono da cantina e pela conversa conseguiu os meios necessários para extrair o ouro da grota. Sem papéis, o contrato se dava por meio da palavra pronunciada. O sr. Arnaldo obteve o crédito. Pegar comida e ferramentas de trabalho com o dono da cantina, para pagar depois, era a opção possível para organizar a vida, para quem tinha pouco e não podia dividir o resultado do trabalho. O trabalhador avaliou como positiva o aviamento, forma de trabalho tradicional na Amazônia desde a extração da borracha, ainda que tivesse se endividado com o dono da cantina.

Outras formas foram organizadas pelos trabalhadores para conseguirem sobreviver na Pista do Cabeça, como a abertura de novas pistas de pouso de aviões. No total, oito pistas<sup>366</sup> foram construídas no entorno da já existente Pista do Cabeça. Eram elas: Pista do Augusto, Pista do Cesário, Pista Troca-Tiro, Pista Nova ou do Padeiro, Pista do Cuiabano, Pista do Oto, Pista do Alonso, Pista do Zé Bigode. O garimpeiro sr. Julião foi responsável, junto com o Raimundo José de Carvalho, de apelido Padeiro, pela abertura da clareira do mato onde foi construída pelos garimpeiros a pista de pouso e a currutela chamada de Pista Nova ou Pista do Padeiro<sup>367</sup>. Acontecimentos vividos no ano de 1983.

<sup>365</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>366</sup>Elas estavam no entorno e tinham distâncias variadas entre cinco até nove quilômetros em relação à Pista do Cabeça, que era a mais antiga delas. A Pista do Zé Bigode foi a última aberta, na época que já tinha estrada em 1985. Em 2018, existiam vilas rurais na Pista do Cabeça e na Pista Nova. A Pista do Augusto se tornou a pista de pouso privada do fazendeiro Jovair Camilo Pereira. As demais viraram locais de pasto para o gado e estavam dentro das terras privadas dos fazendeiros. As disputas para entender como elas foram formadas ainda não foram estudadas.

<sup>367</sup>Pista Nova ou Pista do Padeiro, em 2019, era a pequena vila rural com casas de madeira, cortadas com a motosserra, construídas durante o período da extração do ouro. Viviam nas residências os trabalhadores das fazendas, garimpeiros e pequenos comerciantes, da década de 1980.

Na Pista do Cabeça, as primeiras dragas chegaram de avião também chegaram em 1983<sup>368</sup>. Os motores eram trazidos e vendidos pelo dono da pista, o sr. Eliezo Lopes Carvalho<sup>369</sup>. Com as máquinas presentes no processo de trabalho, o garimpeiro sr. Luciano passou a se entender como funcionário do dono da draga.

Flaviane: O senhor chegou a comprar um pedaço de terra ou não?

Luciano: Eu nunca comprei terra, também nunca vendi. Conforme a terra que eu chegava, tirava um pedaço pra mim, nós trabalhava. Saía e largava lá. E depois com as dragas, empregado, né? Procurava de quem era...<sup>370</sup>

Se antes das dragas havia a expectativa do garimpeiro de conseguir terra para garimpar por conta própria, com as dragas ele se tornou empregado. Com a picareta, o enxadão e pá em mãos, dez trabalhadores demoravam cerca de 20 a 30 dias para remover 50 metros quadrados de terra. Com a draga essa mesma quantidade era derrubada e sugada para a caixa com os motores, com o trabalho de quatro trabalhadores, em uma semana de trabalho. Com capital investido na draga mais trabalho foi realizado em menos tempo. O proprietário da draga contratava, gerenciava e pagava aos trabalhadores a porcentagem pelo trabalho realizado na extração do ouro.

Flaviane: Daí o senhor trabalhava, era peão, como era?

Antônio: Trabalhava pela porcentagem.

Flaviane: E daí quanto que ganhava?

Antônio: A porcentagem na época, quando nós começamos era 10%, depois já foi diminuindo também. Que o dragueiro pagava, vamos supor, pagar 30%, se nós tivesse trabalhando em três, cada um tinha dez gramas, num valor de 100 gramas. Se despescasse 100 gramas eu tinha dez, ele tinha dez e o outro tinha dez. Se nós trabalhasse em quatro, dependendo a vez que tinha muita pedra demais e só três não dava conta de trabalhar. E aí ia pra quatro. Ia ganhar sete gramas cada um. 30% os dragueiros pagavam na época.<sup>371</sup>

A porcentagem estava fechada em 30%, independente, de quantos trabalhadores estavam na frente de trabalho. Se o número fosse grande a porcentagem de cada um diminuía. O sr. Domingos também explicou como era dividido os ganhos entre os garimpeiros da frente de serviço com a draga. “A porcentagem é igual. Se ganha 5%, 6%, é a porcentagem a li dentro é igual. Cada um recebe aquela mesma porcentagem”<sup>372</sup>. E o que os trabalhadores recebiam ao fim da jornada de trabalho diminuía e sem distinção no processo de trabalho os

<sup>368</sup>VIEIRA, op. cit. 2016.

<sup>369</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

<sup>370</sup>Idem, ibidem.

<sup>371</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>372</sup>SALES, op. cit., 2016.

trabalhadores ganhavam a mesma coisa. Para o sr. Sebastião a porcentagem não era entendida como boa para o trabalhador.

Flaviane: E o senhor chegou a encontrar muito ouro?

Sebastião: Não. Ouro? Um pouquinho. O cara que trabalha por porcentagem o ouro é pouco<sup>373</sup>.

A pergunta era referente à quantidade de ouro encontrado. Esperava-se que ele fosse falar de bamburrar, palavra citada até mesmo geólogos e historiadores do tema, para dizer que tirou quilos de ouro da terra. Mas, o trabalhador assumiu a condução da narrativa. Com base na realidade e a bagagem de dificuldades vividas, ele retomou a pergunta de outra perspectiva e disse que não ganhou nada. Na memória, a ilusão da riqueza fácil não existiu. Como empregado, as condições eram difíceis e o preço que os patrões pagavam pelo trabalho eram mínimos. Já o garimpeiro sr. Francisco enfatizou a quantidade de ouro retirado das terras. Parte-se da análise do trabalho manual, centrado nas etapas com uso da cobrinha, para relacioná-lo com a draga.

Francisco: Ah! O manual, lavando era na cobrinha. Era passando num ralo com a maquinazinha assim... Aí a parte tinha outro batedor de água aqui num coxo, daqui ela saía com uns bicos assim, aí caía aqui nos ralos e o nego ficava lavando. Era gostoso também, fazia ouro. O nego despescava como bem hoje. A cobrinha naquele tempo nós despescava com 400 gramas de ouro e hoje tem nego que despescava aí, nego lava o dia todo com 200 gramas. No Planeta mesmo, lavamos muitas vezes com 200 gramas. Toda lavada de terra nossa, lavou o dia todo é 200, 200, 200. Quando faltava era pouquinho. Mas também passar é pouco também. E era assim. E hoje aquelas dragas é mais mió, é mais pouca força, mas não faz muitas essas forças hoje, agora não.<sup>374</sup>

Entre o coxo, bicos e ralos, o garimpeiro considerou que a quantidade de ouro retirada da terra pelo trabalho dele tinha relação com o tipo de equipamento. Com aparelho manual e habilidade do trabalhador, os garimpeiros extraíram mais ouro. Os meios de trabalho feitos e usados pelos garimpeiros tinham eficácia. Ele construiu os argumentos centrais da narrativa a partir dos advérbios: naquele tempo e hoje. Ou seja, ele comparou o passado e o presente. Naquele tempo extraía 400 gramas e hoje 200 gramas.

Naquele tempo, mexia com a cobrinha e hoje é com a draga. Naquele tempo era gostoso, mas hoje é melhor. Naquele tempo, tinha que carregar água na lata e hoje faz menos

---

<sup>373</sup>COUTO, op. cit., 2017.

<sup>374</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

força. A força foi o fator que teve ênfase ao fim da narrativa. No dia da entrevista, o sr. Francisco não era mais a força de trabalho da qual o capital extraia mais-valia sem limites. Com 71 anos, em tratamento de câncer e com dor, o garimpeiro não tinha condições de trabalhar no pesado, apesar de continuar a fazer serviços nas fazendas. O vivido no presente, fez com que a força se tornasse o elemento central da narrativa junto com o equipamento de trabalho e assim a draga também estava no processo de trabalho.

Para a sobrevivência, o trabalhador do ouro encontrou e transformou as condições naturais em valor para o capital. O sr. Arnaldo conhecia os lugares com ouro, de longe. Então, ao eu pedir para que explicasse a diferença entre a terra com ouro e a terra sem a substância metálica, a perspectiva assumida foi do trabalhador que já tinha a draga na frente de trabalho, mas que ainda mantinha os saberes do trabalho manual.

Arnaldo: Tem muita diferença. A terra que tem ouro é diferente. O cascalho é diferente. O esmeril é diferente. Tem cascalho ainda. O ouro é no cascalho. Você tinha que compreender. O ouro é no cascalho, numa pedra. Debaixo dessa terra aqui, tem uma pedra. Você vai debreando aquela terra, chega embaixo tem uma pedra. Tipo um concreto. Aí, você vai lavando ela, com a draga vai quebrando ela e lavando. Aquilo vai desmanchando. E abaixo daquele cascalho tem uma lagrêzia. Um barro mole que a gente chama de lagrêzia. Bem molinho, tem amarela, verde, outra hora é cinza, outra é da cor de abacate. A lagrêzia é mole, ela é funda assim. Mas o ouro fica lá. Aí, nós vem varrendo ela com a água. Vem pro poço de água e amarra ela. Quando é manual você sai com o pá tirando ela aqui. E jogando pra cá, ó.<sup>375</sup>

O trabalhador conhecia as qualidades e condições do solo e do subsolo, onde a valiosa substância mineral era encontrada. Os tipos de rochas e a ampla variedade de argilas eram saberes que o garimpeiro tinha e determinava, de diferentes modos, o sucesso do trabalho dele. Porque ele não podia cavar a semana toda e não encontrar nada. Os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo garantiam a sobrevivência na extração metálica. Ele não era geólogo e nem tinha em mãos mapas e imagens de satélites, do Landsat, para saber onde o ouro estava. Ele tinha os saberes da experiência, da observação, da análise da realidade do solo e do subsolo onde vivia e trabalhava. O conhecimento exposto pelo garimpeiro era útil tanto no trabalho manual como no trabalho com a draga.

Na Pista do Cabeça, o processo de trabalho foi transformado com a apropriação do resultado do trabalho do garimpeiro por meio da inserção das máquinas no garimpo. Junto com a draga, chegou o dono da draga. Essa mudança não foi repentina. Ela foi gradual, mas não tão lenta. Quando aumentou o ouro extraído na Grota Rica, primeira região que os

---

<sup>375</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

trabalhadores extraíram ouro na Pista do Cabeça, os garimpeiros compraram pequenas máquinas com os recursos adquiridos do trabalho deles. A princípio, o motor foi introduzido no processo de trabalho pelos garimpeiros e serviu para retirar a água do barranco inundado, mas a maioria retirava a água dos barrancos com latas. Essa experiência foi vivida pelo sr. Raimundo, logo depois que chegou na Pista em 1981<sup>376</sup>. Com o passar do tempo, mais garimpeiros drenavam a água do barranco com o pequeno motor-bomba, ainda sem draga.

Em junho de 1982, havia 1500 garimpeiros e a produção estimada de 37,500 quilos por mês na Pista do Cabeça, quando a CPRM e o DNPM fizeram o levantamento e chegaram ao número de 15 dragas nos garimpos da região de Alta Floresta<sup>377</sup>. Seis delas estavam concentradas no garimpo Porto de Areia, três no Zé Vermelho, três no Porcão, duas no Serrinha e uma no Jaú/Buriti. Nos demais garimpos, como do Cabeça, Apiacás, Satélite/Juruena, Novo Astro, Planeta não havia o registro da quantidade de máquinas<sup>378</sup>. Estes garimpos eram distantes dos centros urbanos, ficavam meio da floresta e com acesso somente por avião<sup>379</sup>, aspectos conjuntos que dificilmente elevariam o número de dragas na região de Alta Floresta, no ano.

Com os dados gerais, entende-se que no ano de 1982 ainda era o início do sistema de dragagem, no norte de Mato Grosso. Mas, já tinha 80 balsas no rio Peixoto de Azevedo, em Colíder<sup>380</sup>. O sr. Arnaldo comprou a primeira máquina em 1983.

Arnaldo: [...] Quando eu cheguei [da viagem que tinha feito para Goiás] comprei uma draga do Cabeça [Eliezo Lopes Carvalho] por meio quilo de ouro. Do Cabeça. Os motores tudo novinho, rapaz. Botei lá e tirei um barranco com quarenta grama. Não dava pra pagar nem o óleo, naquele tempo vinha de avião. E eu doido, tava igual um homem que tinha aí. Daí o Cabeça: “Não rapaz, bota pra frente”. Aí eu botei e pronto. Foi ligeiro, paguei ele em dois barrancos...<sup>381</sup>

Em 16 julho de 1983, o grama do ouro valia Cr\$ 11 mil 500<sup>382</sup> e o sr. Arnaldo pagou pela draga 500 gramas de ouro. Ou seja, se considerarmos a cotação daquele dia, ele investiu Cr\$ 5 milhões 750 mil nos motores e canos para extração do ouro. Já o sr. Valdevino Simão de Lima mudou com a família de Coxim, no Mato Grosso do Sul, para a Pista do Cabeça em

<sup>376</sup> PINHEIRO FILHO, op. cit., 2018.

<sup>377</sup> Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p.07.

<sup>378</sup> Idem, ibidem.

<sup>379</sup> Idem, ibidem.

<sup>380</sup> Idem, ibidem.

<sup>381</sup> SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>382</sup> SOBRINHO, Walterson Sardenberg; CASTRO, José. Em São Paulo o que reluz é ouro: na luta contra a inflação e a desvalorização dos papéis, o investidor descobre o mapa da mina. Revista Manchete. Rio de Janeiro. 16 de julho de 1983. Revista Semanal. nº 1.630 – ano 31. p.11

1983 e comprou 12 dragas<sup>383</sup>. Em maio de 1985, já havia cerca de 625 dragas<sup>384</sup> na Pista do Cabeça. A partir das memórias do sr. Agnaldo eram 2500 dragas<sup>385</sup>. O Pernambuco, o Goiano da Marina, o Raimundo da Vinte “o Dalton, o Robertão, era muito dragueiro. Era muita draga. Você não dava conta nem de contar”, lembrou o sr. Antônio<sup>386</sup>.

De acordo com o sr. Arnaldo ao caminhar “no rumo da pista, eu fui olhar a draga de uns caras lá tava desse jeito assim, os canos encima dos outros. Tó-tó-tó. Aquela zoadá, pra falar com uma pessoa era melhor tá jogando uma pedra. Pra ela olhar pra gente. Senão, fosse falar não falava não”<sup>387</sup>. Os números e as narrativas valorizavam a quantidade de dragueiros e de máquinas instaladas nos barrancos, no entorno da pista de pouso, no rio Paranaíta e nos afluentes Molha Bêbado, Buriti e Jacamim.

A CPRM e o DNPM tinham previsto, para o ano de 1983, o aumento das máquinas nos garimpos da região, “visto que esta atividade proporciona grandes lucros e vem despertando interesse, até mesmo, nas classes de profissionais liberais e comerciantes, em decorrência das dificuldades sócio-econômicas que o país atravessa”<sup>388</sup>. Com capital adiantado para comprar os meios de produção, os donos de dragas chegaram para explorar os garimpeiros e os subsolos da Pista do Cabeça. Médicos, comerciantes e agricultores investiram na extração do ouro. Com capital, eles compraram máquinas maiores. O trabalho com a terra e o cascalho passou a ser feito pelos trabalhadores com o auxílio da draga, sob o comando do dono da draga.

Os garimpeiros construíram e se reconstruíram no processo. As experiências foram narradas por eles e pelos moradores da Pista do Cabeça que viveram as adequações e adaptações no garimpo. O sr. Domingos explicou o trabalho com as máquinas, após eu perguntar sobre o acordar cedo para ir garimpar:

Domingos: É, sim. Quando tinha água, quando dava quatro horas da manhã você alevantava ia ligar o motor para bater água pra secar o poço, o buraco...  
Reginaldo: O buraco acumulava muita água, aí tinha que ligar o motor cedinho, aí deixava o motor lá ligado, chupando aquela água, que chama bater água, pra secar o local de serviço. Tinha vez que tinha boca de serviço grande assim, tinha vez que tinha, aí colocava uma draga aqui, outra draga lá

<sup>383</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>384</sup>Alta Floresta em Perigo. Jornal Correio Várzea-grandense. Editoria Municipalismo. Várzea Grande – MT. De 14 a 20 de maio de 1985. p.05

<sup>385</sup>SILVA, Agnaldo Felix da; SILVA, Cândida Abadia da. [21 julho 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (1h44min.).

<sup>386</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>387</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>388</sup>Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros, op. cit., 1982, p.19.

do outro lado na ponta, comia na mesma boca de serviço, que eles chamam, no mesmo buraco.

Domingos: Aí quando dava aquele horário ia ligava, tinha vez que tinha duas, três dragas na mesma boca só, aí ligava aqueles motor tudo pra secar aquela boca de serviço, pra trabalhar. Trabalhava o dia com o motor dava conta da água. Trabalhando e dava conta, mas quando dava à noite, ela subia, quando dava de tardezinha nós deixava, controlava o motor botava um tamborzinho na maraca e deixava o motor que ele passava a noite batendo para a água não amanhecer muito alta, né? Aí quando chagava de manhã você, conforme ela tivesse, você só dava uma aceleradinha e acabava de secar.

Flaviane: Aí secava, o que fazia?

Domingos: Aí era com o jato. Meter o jato. Trabalhar. Mandar na mangueira, na maraca, né? Pra ir pra caixa.

[...]

Flaviane: Maraca é o quê?

Reginaldo: Onde chupa toda a terra. Toda a... eles fazem tipo uma caidinha, tipo uma valetinha, aqui na valetinha é com caída, aí na valetinha é que fica a ponta de mangueira aqui, aí aquela ponta de mangueira chupa todinha aquela água com a terra.

Domingos: Aquela água aí fica o jato mandando de lá, ela fica naquela corrida até chegar onde tá a maraca, aí você tá mandando ela pra ir pra na caixa.

Reginaldo: Pra caixa, toda aquela água, com a terra, o ouro vai para tudo lá que mangueiro e daí vai lá pra aquele catadorzinho, que chama a caixa.

Domingos: O mangueirão tem quatro polegadas, cinco, seis...

Reginaldo: Conforme a grossura.<sup>389</sup>

A picareta, a pá e a cobrinha não aparecem na narrativa. Elas adquiriram proporções maiores, foram transformadas no jato, na mangueira e na caixa. A descrição do sr. Domingos, que teve a contribuição do sr. Reginaldo, apresentou o novo momento do trabalho dos garimpeiros na Pista do Cabeça. A máquina passou a determinar o tempo e as funções do trabalhador no processo de trabalho.

A draga movida por motores a diesel e com bombas acopladas garantia que o jato de água tivesse pressão e velocidade suficiente para desmontar o barranco de terra e a mangueira capacidade para sugar a água, terra, cascalho e ouro e enviar para a caixa, onde a substância mineral ficava parada no tapete. Com a máquina, o tempo de trabalho foi transformado. O uso da draga intensificou o processo de trabalho ainda executado pelo trabalhador. Em menos tempo, mais quantidade de trabalho foi realizado. A relação que era entre o homem e a natureza por meio de ferramentas manuais e equipamentos tradicionais, passou a ser entre o homem, a natureza e por meio de equipamentos mais potentes, movidos pela força mecânica como o jato e a mangueira. Com isso, a extração do ouro e a transformação dele em

---

<sup>389</sup>SALES, op. cit., 2016.

mercadoria, teve incorporado ao processo o mais trabalho que outros trabalhadores tinham transferido de si para os meios de produção ou capital constante.

A sra. Ione Machado Pires, 66 anos, foi cozinheira e chegou a tocar duas dragas. Ela empregou oito trabalhadores junto como o marido, o taxista sr. Lauro Pires Borges, na Pista do Cabeça. Embora, ela tenha se colocado como alguém que pode mandar nos trabalhadores, ela mudou para o garimpo após dificuldades vividas com a venda da pequena propriedade rural em Rio Verde, Goiás. Mãe de três filhos, dona de mercado, estudou até o terceiro ano primário. Foi em 1987, o ano da mudança para a Pista do Cabeça. Ao falar da draga, ela detalhou a caixa e explicou o processo como proprietária e não como trabalhadora.

Ione: Cada um montava sua draga aqui. Você já viu como é draga?

Flaviane: Me explica porque eu não conheço muito bem.

Ione: É um trem ruim de explicar. Os caras fazem um tablado assim, umas taboas assim, aí depois eles pregam uns negocinhos de travesso baixinho. Bem pregadinho. Aí, eles compram carpete, daquele grosso e felpudo e põem assim [mostra no balcão como era]. Aí, trabalha com dois motores, um para chupar a água e outro lá [no jato]. É com dois motores que trabalha. E vai caindo aquela água suja dentro daquela caixa e o que é ouro vai ficando ali naquele carpete, parando ali. Até é importante para quem nunca viu. Igual eu nunca tinha visto. [...] Então, aquilo ali, eu ia no garimpo, eu via como era. Eles faziam aqueles tabladados. Lá eles chamavam tarisca. Tarisca é coisa de garimpeiro. Aí eles pregavam bem pregadinho porque quando jogava aquela água de barro, aquele ouro, aí ficava uma lombadinha assim ó, e ele ia parando por ali. Sabe como é?

Flaviane: Por isso as madeirinhas eram tão importantes...

Ione: É. Elas eram de uma alturinha assim ó [aponta dois centímetros]. Aí eles vinham punham o carpete, aí ficava aquelas quedinhas. Porque se não o ouro podia bater ali e ir embora. Eles levantavam cedinho. Eles eram trabalhadores, não precisava mandar, eles cuidavam. Quando terminava ia fazer a despesca do ouro, aí tem o dia. Trabalha quatro, cinco, seis dias e daí você vai lá lavar aquela água suja, lá. Aí, você prepara bem preparadinho na cuia. Era bom. Tempo que eu morei no garimpo não tive o que reclamar.

Flaviane: E essa despesca, como era?

Ione: É isso aí. Eles trabalham semana inteira jogando barro encima dessa caixa com as tarisquinhas e o carpete. Aí tá, mandou de segunda a sábado. Aí de sábado trabalha até meio dia, de meio dia pra tarde eles vão despescar. Aí eles vão colher o ouro. Aí é hora de colher o ouro. Ver o que que deu, tudinho. Aí você pega aqui ali, vai tirar a porcentagem do dono da terra [10%], vai tirar a porcentagem dos garimpeiros [6% cada, são quatro dá 24%] e o que sobra é seu [66%], pra você comprar óleo, pra comprar comida, pra você comprar peça de motor de novo. Que é tudo muito caro. Aí, o que sobrar é que é o seu.<sup>390</sup>

<sup>390</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

Para a sra. Ione depois de lavar o tapete o momento era de “colher o ouro”. Associa-se o garimpo com a agricultura. De modo minucioso, ela narrou o tamanho, da grossura, das formas de fixação e como funcionava depois da caixa pronta, tudo para que o ouro ficasse ali parado. A caixa era maior que a cobrinha, mas ambas tinham características próximas. O formato, a inclinação da caída da água, as tariscas e o tapete ou juta para fixação do ouro aproximavam elas, mais do que as distanciavam. O sr. Luciano comparou as duas<sup>391</sup>.

Desse modo, o equipamento artesanal ganhou novas dimensões. A caixa ficou e mudou de tamanho, sem nenhum desenvolvimento técnico ou científico diferenciado para aproveitar melhor o ouro. Ou seja, a draga tinha dois motores, com tecnologia empregada, direcionados para o que mais terra e cascalho fossem mexidos e chegassem em maior volume e velocidade na caixa. Mas, a caixa não tinha novas formas de aproveitar o ouro da terra mexida. A cobrinha continuava, só que maior e conhecida pelos garimpeiros pelo novo nome, caixa.

A sra. Ione tinha conhecimento da fabricação do equipamento e do momento em que a caixa e as duas máquinas coexistiram no mesmo processo de extração. O motor que jogava a água no barranco para derrubá-lo e o motor que sugava a água e a transportava até a caixa, construída de modo artesanal pelo garimpeiro, estavam juntas na frente de trabalho. O trabalho manual e o conhecimento dos garimpeiros para fabricação dos equipamentos não acabaram com inserção das dragas.

Mas, muitas coisas mudaram. Com a draga, usada no desmonte do barranco, o trabalho ficou mais rápido. Antes, havia a preocupação maior para escorar a terra, para ela não cair e matar os trabalhadores. O sr. Arnaldo ao mostrar a fotografia do trabalho que realizou, narrou como eram feitas as barreiras para evitar os deslizamentos de terra.

Arnaldo: Essa terra foi tirada de outro barranco [mostra fotografia]. Isso aí a gente faz essa parede pra caber a terra aí, pra não cair em riba de nós. Você compreendeu? Tipo você fazer uma parede de concreto. De dentro desse monte de terra é que foi tirado aquele ouro lá. Já foi lavado. E quando nós terminar esse buraco aí nós fizemos aquela mesma parede na frente da outra, que tá pra lá, pra jogar aquele despejo aqui dentro desse outro. Aí, tem que empregar e colocar gato. Gato que nós falamos é um cipó. Que é pra num...<sup>392</sup>

Ao mexer e mover a terra do barranco, os trabalhadores pegavam madeiras e cipós e faziam armações para segurar o solo e o subsolo no local onde trabalhavam. Para o sr.

---

<sup>391</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

<sup>392</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

Arnaldo a extração do ouro como organizada e perigosa. Contudo, nem sempre as paredes eram feitas. Ao descrever o processo de trabalho com a draga, o sr. Sebastião lembrou o episódio que ficou marcado na trajetória dele. Momento que o patrão, dono da draga, desprezou os limites da chuva e descanso ao domingo, para extrair mais trabalho. O acidente e a morte, são as memórias conflituosas do garimpeiro sr. Sebastião:

Sebastião: Olha. Nós tínhamos trabalhado no domingo, por isso eu nunca gostei de trabalhar no domingo. Aí nós, num barranco duro, aí nós tava recortando um barro liguento, duro. E o motor batendo água pra mandar pro despejo. Tava mandando pro despejo. Tava em riba do cascalho, acabando de limpar. Tava eu e o Negão e os outros estavam encostado na barreira assim. Tava parado porque já tava terminando, né? Aí veio um pedaço da barreira e, aí eu gritei. Desci com o enxadão na mão correndo. Aí os meninos arrancaram... Atorou um pedaço da barreira assim e caiu. Ninguém tava mexendo mais na barreira, eles tinham cortado no outro dia, tava só manuseando o resto, limpando o cascalho, o resto do barro. Aí passou por riba, aí veio e pegou o finado Maranhão. Ele vinha espichado assim. Imprensou um pedaço de um tijolo assim, um três por três com um metro de grossura. E o outro massô, machucou o cara assim, ficou preso, enfiou um toco na perna que veio ficar quase na barriga. E o outro trincou essa perna aqui. Aí eu achei que tinha perdido o Ceará também. Um que trabalhava mais nós, Cearázinho. Aí quando eu tô começando cortar o torrão pra tirar eles, aí ele chegou: “Rapaz, vai chamar o fulano, o Chico porque os meninos estão presos”. Eu falei pra ele: “Eu achei que você tava debaixo também. Porque eu não vi você sai”. Aí eu corri chamar uma turma de outra draga, o patrão lá, e viemos nuns treze e botamos o enxadão e tiremos os rapazes. Um tava morto. E chovendo moço. Aí passaram e foram lá cantina e passaram o rádio na Pista lá pra cidade. “Tem um avião descendo aí”. Aí tava chovendo o tempo fechado, o avião chegô, não achava a pista, não dava pra descer. Aí voltou, tornava a ir lá. Disseram: “Não, mandemos um avião aí pra pegar”. Aí o avião desceu. Aí a pista era pequena, não dava pra ir todo mundo, só foram os doentes e os outros pra ir junto foram pra outra pista lá do Augusto, que é Jovair mesmo. Aí levaram. Mas o cara tinha morrido na hora. Um torrão quase do tamanho desse banco aí, uma largura de três metros com um de grossura em riba. Só a beiradinha já estourou os outros dois. Isso aí aconteceu comigo bem ali, no barranco, no baixão.<sup>393</sup>

Em 1984, o sr. Sebastião viveu a exploração do trabalho e os perigos no local da extração de ouro. Sem limites de tempo, a jornada de trabalho era ampliada para além dos dias de semana. A convicção religiosa, do tempo livre do domingo, não era considerada. Era somente mais um dia que servia ao dono da draga para acumular mais trabalho dos garimpeiros. Religiosamente, o domingo era considerado o dia do descanso, mas não para o garimpeiro. O fim de semana era tempo de trabalho. A jornada definida pelo dono da draga,

---

<sup>393</sup>COUTO, op. cit., 2017.

além de não respeitar os costumes, também não tinha limites diante das condições naturais encontradas. A terra dura, a chuva e as dificuldades de acesso ao local não impediram que o sr. Sebastião tivesse de continuar o trabalho.

O ambiente perigoso ficou ainda mais inseguro, pois o trabalhador com a máquina derrubava barrancos altos sem ter o controle de como a terra chegava ao chão. Eles estavam embaixo do bloco de terra e jogavam água, com a força da draga, para derrubá-lo. O grande bloco desmoronou em cima dos trabalhadores. No acontecimento vivido e narrado pelo sr. Sebastião, os garimpeiros trabalharam até o limite da morte e os sobreviventes dependeram da cooperação dos trabalhadores para o resgate. O enxadão, ferramenta do garimpo manual, serviu para ajudar a retirar os trabalhadores soterrados. O acontecimento foi narrado com sentimento de culpa, pelo trabalhador.

Sebastião: Não, eu trabalhei manual toda vida e nunca aconteceu nada. Nunca vi nenhum morrer debaixo de barranco. Eu trabalhava em draga era com medo. Eu mais trabalhava no jato porque eu tinha mais consciência, tinha mais cuidado. Eu quando tava com barreira, eu mandava um ir por riba, pra ver se tava rachando. E eu encostava a mão, se era eu temer, você já via eu quebrar o jato. O motor em alta aceleração, você quer ver não empurrar o cara pra trás. Já saia correndo lá pra ponta, pra ver aonde a barreira não pegava. E muitos, não. Tá cortando e não tá nem aí. Fica conversando e daqui um pouco a barreira desce de uma vez e cobre ele.<sup>394</sup>

O sr. Sebastião ao narrar a falta de segurança, o medo e riscos vividos no trabalho enfatizou o trabalho com o jato de água. Com a draga ocorreu a especialização das funções e os trabalhadores passaram a desempenhar atividades mais específicas no processo de trabalho. Com a nova divisão do trabalho, o sr. Sebastião passou a função de jateiro. Embora os trabalhadores não pudessem escolher com tanta liberdade a operação a ser executada, esta nova organização do trabalho possibilitava ao trabalhador desempenhar as diferentes funções, ainda que o domínio total do processo estivesse sob o controle do dono da draga. O sr. Sebastião decidiu pelo trabalho com o jato, com fez repetidamente isso, aprendeu os truques da função. Em momento de perigo, ele sabia que era preciso dobrar a ponta do jato enquanto jogava água contra o barranco, ao fazer isso a pressão empurrava o trabalhador. Diante desse e outros riscos, o trabalhador do jato tinha que ter qualificações diferenciadas para evitar acidentes e mortes.

---

<sup>394</sup>COUTO, op. cit. 2017.

O sr. Sebastião definiu as qualidades do jateiro, como o trabalhador com consciência e cuidado. Não tinha as mesmas características o trabalhador na maraca. O sr. Luciano explicou o trabalho dele na função a partir da disciplina ao trabalho.

Flaviane: Mas, ficar com a perna na água...

Luciano: Na maraca. Essa daí é que prejudica mais a gente. Meu joelho é mais por causa dela. Problema de reumatismo. Esfria, né? Pior que fica quieto ali. Se ficasse se movimentando, até que ainda vai. Vai prum lado, pro outro.

Flaviane: O senhor faz a seleção das pedras?

Luciano: Aí ela vai descendo e a pessoa vai tirando as maiores. Aquelas que vê que passa deixa ir embora.<sup>395</sup>

Na maraca, o trabalhador controlava o motor e a mangueira para fazer a sucção da água com terra, cascalho e ouro. Ele mandava o material que descia do barranco para a caixa. O trabalhador da maraca ficava parado com as pernas dentro da água, o tempo todo. Disciplina rígida estabelecida ao corpo do trabalhador. Esta função foi bastante desempenhada pelo sr. Luciano, devido a intensidade e repetição do trabalho, adoeceu das pernas. É a partir da falta de saúde, por desempenhar a operação há bastante tempo, que a maraca foi lembrada. Mas, também, pela ausência de movimento que a função requeria.

Com a introdução da draga, no processo de trabalho, o trabalhador na maraca ficava sentado em tempo integral. A mesma função, antes desempenhada no garimpo manual, exigia do garimpeiro intensas caminhadas. Era preciso carregar o cascalho para lavar na cobrinha. Com a draga, isso mudou. O trabalhador precisou ficar com os movimentos restritos para controlar o motor, assegurar a mangueira na sucção e não perder o ouro que descia do barranco com água e cascalho. A intensidade, a repetição e a realização parcial do trabalho fizeram o trabalhador entender a atividade desempenhada por ele como a mais prejudicial.

Já a seleção do cascalho, o trabalhador na maraca fazia quando o número de trabalhadores no processo de trabalho estava reduzido. Caso contrário, havia o trabalhador responsável por retirar as pedras maiores antes delas serem sugadas para a caixa. No caso, o sr. Luciano já realizou as duas operações ao mesmo tempo, para que o trabalho não ficasse paralisado. O sr. Reginaldo considerou o trabalho do garfeiro, ao analisar as diferentes funções dos trabalhadores na extração do ouro com dragas. Ele iniciou as considerações a partir do dono da draga e depois explicou as atividades parciais.

---

<sup>395</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

Reginaldo: O dragueiro é o dono dos maquinários. Aí tem o dragueiro, aí contrata os garimpeiros. Os garimpeiros têm a diferença de função, mas só que ali dentro eles se revezam. Tem aquele que fica no mangueiro, que chama, que é o jateiro. Que fica no jato, que chama de jato é o mangueiro, que joga água. Tem o da maraca, é o que fica com o mangueiro no chão que fica chupando aquela água. Aqui ele tem um controle do motor que acelera e desacelera. Tanto faz se ele chupa mais água. Conforme ele acelera mais chupa mais água. Só fica sentado o da maraca, dentro da água. Tem o outro, o garfeiro que fica tirando pedra. Tem muitos lugares que tem pedra grande, pedra pequena que não entrar na maraca se entrar faz a tal da cobra, que acumula a terra, entope. Aí tem que ficar no garfo. Garfo eles usam um garfão que fica jogando a pedra pra não deixar a pedra correr dentro do [mangueiro]. Só que ali eles revezam. Sempre tem aqueles fominhas de jato. Mas daí eles ficam trocando entre eles, mas a porcentagem é igual, se despescou...<sup>396</sup>

A divisão do trabalho no garimpo e o desempenho das funções dos trabalhadores descritas pelo sr. Reginaldo, seguiram a lógica do capital. Cada trabalhador realizava parte do trabalho sob o comando do dragueiro. E, principalmente, com ritmos de trabalho parecidos, pois estavam interligados no processo. Contudo, ainda guardava resquícios da atividade manual, em que cada um podia variar de atividades e todos sabiam fazer cada uma delas. Mas, a partir das experiências do sr. Sebastião e sr. Luciano nem sempre as mudanças de operações aconteciam no dia a dia no garimpo. A permanência no jato e a doença por ficar demais na maraca, demonstraram que os garimpeiros estavam se transformando cada vez mais em trabalhadores que faziam sempre a mesma tarefa e, para isso recebiam 5% ou 6% do total que produziam. A apropriação maior do resultado do trabalho ficava com o dono da draga, pois acumulava cerca de 66%, exemplo da sra. Ione. E, eram intensas as pressões vividas pelos garimpeiros para se manter no trabalho nas terras com ouro, como nós continuaremos a investigar no capítulo III.

---

<sup>396</sup>SALES, op. cit., 2016.

## CAPÍTULO III

### RESISTÊNCIA

Na segunda quinzena do mês de março de 1985, o Jornal da Cidade de Alta Floresta informava aos moradores do norte de Mato Grosso, os últimos acontecimentos da Pista do Cabeça. Publicada na capa, a notícia intitulada Garimpo do Cabeça<sup>397</sup> iniciou com tom religioso, que prenunciava punição, quando as respostas das questões do lead foram substituídas pelo texto introdutório. A apresentação destacou as tensões entre as mineradoras, garimpeiros e os comerciantes locais.

#### Garimpo do Cabeça

Alta Floresta mais uma vez é castigada. O número de empresas de Mineração em nossa região, já é grande, fazendo assim, com que os garimpeiros que tanto movimentaram nosso comércio em tempos passados, fossem afastados dos baixões e conseqüentemente causando grande queda no movimento da cidade.

Agora, a notícia causou revolta à classe dos comerciantes. A Pista do Cabeça, que foi considerada **ÁREA DE GARIMPAGEM MANUAL** e a grande esperança dos lojistas, está prestes a passar para as mãos de uma mineração.

Tudo isso, porque o ex-Ministro Cesar Cals antes de deixar o cargo, autorizou no último dia 8 de março, o alvará nesse sentido.

Em 1983, o Prefeito, Vereadores e Comerciantes, foram até Brasília e conseguiram que aquele local fosse considerado e reservado só para o garimpo manual. Com o Governador do Estado, pleitearam a construção de uma estrada que ligasse o município à Pista do Cabeça, para facilitar o acesso dos garimpeiros ao baixão, e seus retornos à cidade. Hoje esta estrada já se encontra em adiantado estado de trabalho de obras.

Agora, com a notícia de que a Pista do Cabeça poderá se transformar em propriedade de Mineradora não se sabe de onde, a decepção foi geral. Só que a comunidade não quer ficar de braços cruzados, e está se organizando, para que o pior não aconteça.<sup>398</sup>

O jornal demarcava a posição e a situação dele em relação a “classe dos comerciantes”. Nessa construção, a garimpagem manual na Pista do Cabeça tinha de continuar e o garimpo não deveria se tornar propriedade de mineradora. O ex-ministro, governador, prefeito, vereadores tinham atuado para que as disputas se acirrassem e, foram

---

<sup>397</sup>Garimpo do Cabeça. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Segunda quinzena de março de 1985. nº 16. Ano 1. Capa.

<sup>398</sup>Ibidem.

citados sem entrevista, para fortalecer a argumentação do jornalismo dirigido pelo dono da empresa e professor Nazan Rezek Filho.

O material jornalístico não tinha nenhuma fonte de informação. O passado foi retomado como evidência para anunciar a novidade da “revolta da classe dos comerciantes” e “a comunidade não quer ficar de braços cruzados”. Eram do passado, além dos tempos e verbos, os eventos selecionados como base para a construção da notícia. Ou seja, a autorização de alvarás de pesquisa pelo ex-ministro César Cals; a aprovação da Pista do Cabeça como área de garimpagem manual e o início da construção da estrada de acesso ao garimpo. Três fatos utilizados como argumentos, para provocar a indignação da sociedade.

O Jornal da Cidade de Alta Floresta<sup>399</sup> não assumiu o papel de “intermediário”. Sem divisão entre base e superestrutura, ele estava ativo na construção social. Era nesse sentido, que comerciantes, garimpeiros, mineradora e o dono da Pista do Cabeça Eliezo Lopes Carvalho, não citado na notícia, disputavam o acesso à terra com ouro. Mas, na produção da matéria, o jornalista silenciou ou desinformou quanto ao nome do vendedor da Pista do Cabeça. Isso deve ser analisado sem desconsiderar a abordagem do escritor Raymond Williams, de entender “a linguagem e a significação como elementos indissolúveis do próprio processo social”<sup>400</sup>. A vida é dinâmica, intensa e conflituosa.

O sr. Eliezo<sup>401</sup> estava preparado para falar das disputas pela venda do garimpo, quando nós gravamos a entrevista com ele, no dia 16 de abril de 2016. Ele tinha em mãos documento<sup>402</sup>, revistas<sup>403</sup> e jornais<sup>404</sup>, que deixou que nós fotografássemos, para comprovar a própria narrativa sobre os direitos referentes à extração do ouro, na Pista do Cabeça. Durante o diálogo, o sr. Eliezo<sup>405</sup> contou as memórias do garimpo e dos últimos acontecimentos noticiados pelo Jornal da Cidade de Alta Floresta, em março de 1985. Só que diferente do jornalista, que o silenciou nos conflitos, na narrativa do sr. Eliezo, ele foi o protagonista da

<sup>399</sup>No processo, o jornal publicou mais cinco notícias dos fatos. Garimpo do Cabeça sem alvará. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de outubro de 1984, p.05; Pista do Cabeça. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de outubro de 1984, p.05; Garimpo do Cabeça: Comissão foi ao Ministro. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de abril de 1985. nº 17, Ano 1. Capa; Dante denuncia Cals, por causa do Garimpo do Cabeça. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de abril de 1985, p.3; Comunidade Novo Cruzeiro em Notícias. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 28 de fevereiro de 1986, p.07

<sup>400</sup>WILLIAMS, op. cit., 1979, p.102.

<sup>401</sup>CARVALHO, op. cit. 2016.

<sup>402</sup>Ofício escrito pelo deputado federal José Ferreira Martins para o Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Ival Barreto. Câmara dos Deputados. Brasília, 7 de novembro de 1984.

<sup>403</sup>O Garimpeiro, op. cit., 1982; RDM: O Brasil do Futuro passa aqui. Ano III. nº 23, 2002.

<sup>404</sup>Alta Floresta em perigo. Correio Várzea-grandense. Municipalismo. Várzea Grande – MT. De 14 a 20 de abril de 1985. p.05; DNPM: Parecer técnico sobre o “Cabeças”. Correio Várzea-grandense. Municipalismo. Várzea Grande – MT. De 21 a 27 de abril de 1985. p.09; Garimpo do Cabeça: Comissão foi ao Ministro, op. cit., 1985.

<sup>405</sup>A trajetória de vida e trabalho do sr. Eliezo Lopes Carvalho foi apresentada e discutida no capítulo I.

história. O antigo dono do garimpo se constrói e reconstrói ao narrar os fatos e discutir as fontes, as quais aponta para leitura durante a conversa. Ele iniciou o assunto ao indicar os confrontos com o jornal e com os demais opositores dele.

Eliezo: [...] Essa cidade... [mexe nos jornais que tinha na bolsa] esse aqui é um jornal de perseguição. Isso aí [olha foto da comitiva] é outra história, são os perseguidores... foram a Brasília denunciar contra eu. Que eu entrei com o pedido de pesquisa e ganhei a concessão dos alvarás, aí eles foram pra cima. Esse lado aí. Eles foram pra me denunciar pra revogar os meus alvarás e revogaram. E aí meu advogado pediu um mandato de segurança em cima da arbitrariedade do ministro Laureano Chaves e eu ganhei a concessão novamente, de volta. Ele revogou a portaria dele e voltou os meus direitos legais da minha. Essa história é bonita [...].<sup>406</sup>

Na bolsa, o sr. Eliezo carregava duas matérias do Correio Várzea-grandense e uma do Jornal da Cidade de Alta Floresta. Ele manipulava os dois jornais enquanto narrava os fatos interpretando-os. Eu não consigo lembrar com exatidão, qual dos jornais ele considerou como o “jornal de perseguição”. Mas, entre “esse aqui” e “isso aí”, ele tinha em mãos o Jornal da Cidade de Alta Floresta. A palavra “cidade”, expressa no início da frase, também tem relação com o nome do periódico, que não tinha informado a presença dele nas disputas, mas que se posicionava contra a venda da Pista do Cabeça para mineradora. Portanto, no “deliberado silêncio militante”<sup>407</sup>, o jornal ocultava para demarcar a posição política e social contrária ao sr. Eliezo, com o propósito de manter-se na disputa pelos resultados obtidos com a extração do ouro da Pista do Cabeça.

Este conflito teve continuidade na construção da narrativa. O que o sr. Eliezo definiu como “outra história”, na verdade, eram novos personagens da mesma história, e assim aparecem “os perseguidores”, palavra derivada da definição dada ao jornal. Ele partiu da análise do papel dos “perseguidores” e apresentou os “padrinhos”. Como nós podemos ler neste trecho:

Eliezo: [...] Aí eu ganhei a concessão. 19 mil hectares a área. Depois que eu ganhei a concessão aí eles entraram com recursos para revogar o meu direito... Alta Floresta com mentira e tudo... [vendo o jornal] essa aqui era uma advogada, ela foi morta, mataram ela, Irene Bricatti, esse aqui era Martins Gomes outro sem vergonha, roubador de ouro. [...] Eu encontrei oito padrinhos. Sabe o que é padrinho, né? Padrinhos são pessoas que ajudam a gente. Só com a ajuda de deus, só por deus, mesmo. Eu encontrei Sinésio Passo Pozzo empresário dono da mineração de areia do Estado de São Paulo. Areia... que ele é o dono das várias mineração é o dono, era dono agora... Eu

<sup>406</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>407</sup>ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação da grande imprensa. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p.25

encontrei o General Pacheco, general da brigada, a meu favor. Paulo de Tarça que era o gerente do BNH. O que tem a ver o BNH com mineração? Juntou comigo também. Paulo Maluf me deu uma mão também. José Ferreira Martins um deputado federal, também. I deixa eu ver quem era o outro... Eleozol Simon, italiano, era de São Lourenço, Minas Gerais. Então, foram nove pessoas, oito pessoas. E quando terminou a questão, com meu advogado, eu tinha dois advogados, tinha um aqui e um outro em Brasília. Quando terminou a questão eu tinha nove advogados. Até o Juruna me constituiu um advogado pra mim, o deputado Juruna, vocês já ouviram falar, né? Um índio, um índio que foi deputado federal. Ele arrumou um deputado pra mim. Eu gostei. [...]<sup>408</sup>

Ao considerarmos os dois fragmentos da narrativa, que são continuidades do diálogo, existe a divisão da memória do narrador. Ele separa-a entre os apocalípticos e integrados, pessimistas e otimistas ou, de maneira específica, os “perseguidores” e os “padrinhos”. Os “padrinhos”, fez-se questão de quantificar, citar o nome, explicar a importância na vida política e econômica do país. Alguns deles geram dúvidas da existência. Por exemplo, o presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH) era Nelson da Matta e não o apóstolo Paulo de Tarso. Outros, como o deputado José Ferreira Martins, atuaram junto com o sr. Eliezo, mesmo.

Já poucos “perseguidores” são nomeados, como o ministro de minas e energia Laureano Chaves. Mas, a advogada Irene Bricatti da Silva e o comprador de ouro, Edson Martins Gomes, que estavam lado a lado nas fotos publicadas no jornal<sup>409</sup>, o sr. Eliezo os destacou sem pudor, “sem vergonha”. É possível saber, a partir da posição construída pelos dois nas disputas, quem eram os demais “perseguidores”.

O Correio Várzea-grandense<sup>410</sup> publicou os nomes e entidades organizadas para que a venda da Pista do Cabeça não se concretizasse. Além da advogada Irene Bricatti da Silva e do representante dos compradores de ouro Edson Martins Gomes; o representante dos garimpeiros, piloto e proprietários de aviões Alonso Nunes da Silva; o presidente do diretório municipal do PDT Laercio Nezello; representante do diretório municipal do PDS Irineu Feldberg; o vereador e presidente do diretório municipal do PMDB Benedito Dourado e o prefeito Edson Santos também ganharam destaque nas páginas impressas. O Jornal da Cidade de Alta Floresta apresentou ainda o representante do prefeito João Teixeira<sup>411</sup>. Personalidades e lideranças com diferentes interesses políticos, partidários e sociais estavam organizados do mesmo lado da luta.

<sup>408</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>409</sup>Alta Floresta em perigo, op. cit., 1985.

<sup>410</sup>Ibidem.

<sup>411</sup>Garimpo do Cabeça: Comissão foi ao Ministro, op. cit., 1985.

Esse grupo formava a comissão que foi até Brasília para reivindicar que a Pista do Cabeça não fosse vendida pelo sr. Eliezo. Ou seja, eram os “perseguidores”. Existia o segundo grupo de “perseguidores” que não fazia parte da comitiva, mas apoiava-a. Eram as entidades: o Clube de Diretores Lojistas (CDL), os Compradores de Ouro, o Sindicato dos Garimpeiros e, ainda, o deputado federal Maçao Tadano (PDS-MT)<sup>412</sup> e o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT)<sup>413</sup>. O grupo dos “perseguidores” era bem maior que o número sete de “padrinhos”.

O trabalhador, sr. Samuel Rodrigues de Souza não estava entre os nomes da comitiva que foi a Brasília, não teve destaque na imprensa e também não foi nomeado pelo sr. Eliezo como “perseguidor” ou “padrinho”. Em 2019, o sr. Samuel, 59 anos, conhecido pelo apelido de Japaozinho, era garimpeiro e pequeno proprietário familiar no Assentamento Jacamim, na Pista do Cabeça. Na terra conquistada com luta, ele vivia com a dona de casa e agricultora Vilma Alves dos Santos, com quem criou quatro filhos. O trabalhador estudou até quarta-série do primário.

O sr. Samuel nasceu em Chapadinha no Maranhão, onde morou com os pais e seis irmãos. “Depois, nós conquistemô uma terrinha lá... i. Aí paremô de trabaiaí assim de agregado dos outros. Morá em terreno dos ôtro. Foi daí então que eu vim para o garimpo”. Quando a situação começou a melhorar para a família, com a compra de dois alqueires de terra, decidiu-se pela partida. Com incentivo e conhecimento do irmão, mudou-se para os garimpos de Mato Grosso, no fim da década de 1970. Tempo descrito como “uma aventura, né? Assim... de morrer e viver, né? De viver ou morrer”. Arriscava-se não para enriquecer, mas para continuar vivo. E os conflitos foram intensos, inclusive quando viveu o processo de negociação para evitar a venda da Pista do Cabeça. O sr. Samuel construiu o processo como garimpeiro.

Flaviane: Japãozinho [Samuel] sobre a venda da Pista, aquele movimento da venda da Pista, o que quê...

Samuel: É naquela época o Cabeça [Eliezo Lopes Carvalho] tentou vender aquela Pista. Foi até feito um levantamento com um agrimensor, tudo. O agrimensor fez um levantamento. Mas só que... é... mais uma vez... falando bem, quem só fala mal de político, né? Nossos políticos deram uma força pra gente. Eles têm o lado bom deles. E tem a bondade também. E quando eles quer eles faz. É o que acontece, né? Quando eles não quer também, eles só falam e fica nisso. Mas eles deram uma força muito grande pra nós, na época. Inclusive foi gente daí, da Pista do Cabeça, lá em Brasília. Tiveram conversando com deputados e vieram pra cá e mexeram e impediram eles de

<sup>412</sup>Garimpo do Cabeça: Comissão foi ao Ministro, op. cit., 1985.

<sup>413</sup>Alta Floresta em perigo, op. cit., 1985.

vender essa Pista pra firma. Era uma firma que ia comprar, pra fazer a exploração do ouro.<sup>414</sup>

O sr. Samuel colocou os políticos ao lado dele, “deram uma força muito grande pra nós”. Não resolveram a vida dos garimpeiros, mas ajudaram na luta. Ou seja, eram contra o sr. Eliezo e a venda da Pista do Cabeça. Entende-se a posição dos políticos a partir do interesse na questão. E, assim, o trabalhador separou o falar do fazer e o conversar do mexer. Como se a teoria e a prática fossem distintas e se transformavam em dois movimentos opostos, o de permanência “fica nisso” e o de ação “impediram”. Na análise do trabalhador braçal, no limite, o fazer e o mexer deram mais resultado do que o falar e conversar.

O trabalhador, sr. Arnaldo Galvão Souza quando nós o entrevistamos, em três momentos diferentes do diálogo, retornamos ao assunto da venda da Pista. Tal elemento poderia ser da estrutura da narrativa, mas, na verdade era a minha dificuldade de entender a dinâmica da luta. O sr. Arnaldo apresentou elementos importantes do processo, os quais narrou também a partir da experiência como garimpeiro.

Arnaldo: [...] Aí o Cabeça [Eliezo Lopes Carvalho] tava vendendo essa área aqui. Aí, nós, naquele tempo, nós ajuntemô seis, oito quilo de ouro. Foi oito quilo de ouro, pra embargar isso aqui. Aí juntou o rapaz que tomava conta da Pista, que era o presidente da Pista, o Laerte [Lisboa Leite], Madraga e o rapaz chamado Goianinho e o Peruano, que vinha do Peru, de Lima. Aí foi pra Brasília, quem embargou essa terra aqui, esse mandato... embargou essa venda, foi o ministro César Cals, mais o Mario Andrezza e o Laureano Chaves. [...] Foi embargado. Essa área era vendida naquele tempo, garimpo. Era pra uma firma, mineradora. Não pra fazenda, pra mineradora.<sup>415</sup>

Para o sr. Arnaldo, os personagens e os lugares foram os elementos constitutivos da memória. A disputa para a venda envolvia o sr. Eliezo, os ministros, a comunidade e as lideranças da Pista do Cabeça. Foram os moradores e líderes locais que conseguiram evitar a venda. Colocou-se como sujeito na disputa e entendeu que a mineração não se concretizou porque “nós ajuntemô”, plural do qual era parte como garimpeiro, ouro para interditar. Ele atribuiu o sentido de união à permanência na terra, mas com base no metal. O trabalhador ampliou a estratégia de organização local para o âmbito nacional e apontou Brasília como o lugar da negociação à continuidade da vida.

---

<sup>414</sup>SOUZA, Samuel Rodrigues de. [24 de agosto de 2019]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Pedro Lopes da Silva. Mato Grosso, 2019; Arquivo digital (1h41min.).

<sup>415</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

A capital, Brasília também estava implícita nas memórias do sr. Eliezo: “Que eu entrei com o pedido de pesquisa e ganhei a concessão dos alvarás, aí eles foram pra cima”<sup>416</sup>. E, nas construídas na disputa pelo Jornal: “Tudo isso, porque o ex-Ministro Cesar Cals antes de deixar o cargo, autorizou no último dia 8 de março, o alvará nesse sentido”<sup>417</sup>. Mas, os alvarás para pesquisar as substâncias minerais eram o “mito fundador” dos conflitos pela Pista do Cabeça. Ainda que tenha demarcado o início nas memórias, a aprovação oficial para extração mineral no garimpo foi um processo que iniciou bem antes, como nós investigaremos a partir de agora.

No ano de 1982, depois da abertura do garimpo, o sr. Eliezo solicitou junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) autorizações para pesquisar<sup>418</sup> cassiterita, wolframita, tantalita e ouro nas terras da Pista do Cabeça. Em agosto de 1984, o sr. Eliezo pagou para a publicação dos alvarás no Diário Oficial da União<sup>419</sup>. Neste movimento, as lideranças locais da Pista do Cabeça foram até Brasília, na primeira quinzena de outubro de 1984, como lembraram os trabalhadores sr. Samuel e sr. Arnaldo. Na capital, a primeira conversa foi com o deputado federal Gilson de Barros (PMDB-MT). Os fatos foram divulgados pela assessoria de imprensa do político.

Os líderes dos garimpeiros Rachid Noujain e Laert Lisboa Leite foram recebidos pelo Deputado, em Brasília, que os encaminhou aos órgãos do Ministério de Minas, inclusive DNPM, onde providências diversas foram tomadas visando resguardar os direitos dos garimpeiros ameaçados. Segundo se informou nenhum alvará será concedido, salvando-se os direitos dos garimpeiros”<sup>420</sup>.

Os desdobramentos das ações na capital federal ocorreram nos órgãos públicos responsáveis pela garimpagem e mineração. Assim, a pressão era exercida pelo deputado e pelos líderes dos garimpeiros e moradores da Pista do Cabeça, Laerte Lisboa Leite e Rachid Noujain. Eles reivindicavam que os alvarás não fossem publicados. O resultado da viagem era

---

<sup>416</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>417</sup>Garimpo do Cabeça, op. cit., 1985.

<sup>418</sup>Protocolar o requerimento para a autorização de pesquisa mineral no DNPM, era a primeira fase do processo, para regularizar a extração mineral via governo federal. Todas as etapas eram definidas pelo DNPM e reguladas pelo Código de Mineração: Requerimento de pesquisa; Autorização de pesquisa ou Alvará de pesquisa; Aprovação do relatório de pesquisa; Requerimento de lavra; Concessão minerária ou Portaria de lavra. É possível saber a organização geral de cada momento do processo nos capítulos II e III do Código de Mineração, no Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

<sup>419</sup>Estas informações estão nos alvarás publicados em nome do sr. Eliezo Lopes Carvalho.

<sup>420</sup>Matéria produzida pela assessoria de imprensa do deputado federal Gilson de Barros (PMDB-MT) e publicada no Jornal da Cidade de Alta Floresta e no Jornal do Dia, com poucas alterações na escrita. Garimpo do Cabeça sem alvará. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de outubro de 1984, p.05; Gilson Barros reitera pedido a Cesar Cals. Jornal do Dia. Cuiabá, 14 de outubro de 1984. Geral - p.04.

comemorado publicamente. “Satisfeito está o vereador Alfredo Haasgma, já que encaminhou os garimpeiros da Pista do Cabeça para o Dep. Gilson Barros. Lá conseguiram que nenhum alvará seja expedido. Marcou ponto”<sup>421</sup>. A nota do jornal demonstrava, além da satisfação da vitória momentânea, como se dava a construção da articulação das lideranças da Pista do Cabeça com os políticos locais e nacionais, com hierarquia e proximidade.

Mas, o outro lado da disputa, agia contra a demora na aprovação dos pedidos pelo DNPM. O sr. Eliezo também foi até Brasília e estabeleceu outras relações para conseguir as autorizações.

Eliezo: Você sabe por que disso aí? [do ofício]. Eu fui duas vezes nesse departamento [DNPM]. Esse daí é o presidente, né? [aponta para o documento]. Aí chegava lá a secretária: “Não. Ele não está. Ele está em reunião”. Uai o que é isso? Eu falei com o Paulo Maluf... eu tava em Brasília, no hotel San Marco Plaza Hotel, no quinto andar. O Paulo Maluf estava no oitavo andar, ele alugou o oitavo andar para a campanha a presidencial dele. Eu tava no quinto. Aí eu digo: “Eu vou falar com o Paulo Maluf”. Aí fui lá e falei com o secretário dele, era um velhinho. Aí o velhinho disse: “Eu vou levar o senhor lá, não é fácil falar com esse homem, aí”. O Paulo: “Eu já sei do seu caso... Fala com Ferreira Martins, meu secretário, que ele vai...”. Aí mostrei a documentação pra eles, tudo bem. Aí ele me deu essa cartinha [ofício]: “Vai lá. Se ele não atender você, aí deixa com nós”. [risos]. Ah, mas atendeu na hora. Daí eu cheguei lá a secretária disse assim: “Ô doutor Eliezo” Que era chamado de doutor. “Ô doutor Eliezo quer tomar um cafezinho?” Digo: “Não eu queria falar com o doutor Ival”. Disse: “Ele está em reunião”. Daí eu abri a bolsa e meti a mão tirei a cartinha e entreguei pra ela. Um envelope, né? Ela foi lá e dentro de... questão de cinco segundos mais ou menos, ela foi lá e voltou: “O senhor pode entrar”. Cheguei lá ele estava sentado com os pés em cima da mesa, você já pensou que absurdo, os pés em cima da mesa... “Você foi denunciar de mim? Porque fez isso?” “Não. Não denunciei o senhor não. Eu fiz um pedido pro deputado Ferreira Martins, pra você me atender. Porque eu vim aqui já duas vez e o senhor não me atende”. “Não, mas o que que é isso? A secretária não me falou”. Era desculpa. “Não doutor não culpe ela não. Ela falou que o senhor tava em reunião, mas você tava sozinho aqui”. Ele pegou e pronto.

O sr. Eliezo esteve com os políticos Paulo Maluf e José Ferreira Martins. Após isso, o título de doutor passou a ser usado como pronome de tratamento, “que era chamado de doutor”, para referenciar a si mesmo e o diretor do DNPM, com que esteve por minutos. A configuração era de relações entre autoridades. Em outros momentos da entrevista o sr. Eliezo se refere a si mesmo pelo apelido de Cabeça. Contudo, enquanto a forma de chamar indicava a formalidade do negócio entre os chefes do departamento e do garimpo, o desenrolar e o desfecho dos acontecimentos caminhavam no sentido contrário. A insinuação da corrupção, a

<sup>421</sup>Garimpo do Cabeça, op. cit., 1984.

informalidade dos pés na mesa e as mentiras do aviso e da reunião eram tão definidoras do vivido quanto o título acadêmico atribuído pelo sr. Eliezo, para qualificar os personagens da ação. Assim, entre a ambivalência do excesso e da falta de cerimônia, o objetivo do dono do garimpo ganhava novos contornos, além da imaginação.

Era do dia 7 de novembro de 1984 o ofício<sup>422</sup> assinado pelo deputado federal José Ferreira Martins (PDS-SP) e entregue pelo sr. Eliezo ao diretor do DNPM, Ival Barreto para pedir rapidez na análise e publicação dos processos 860.331 até 860.339 e 860.340 até 860.349<sup>423</sup>. Para o deputado, os documentos exigidos<sup>424</sup> estavam certos e os pagamentos necessários já tinham sido feito.<sup>425</sup> Ao todo, eram 19 requerimentos de pesquisa mineral em nome de Eliezo Lopes Carvalho. Deste modo, quatro meses após o pedido de agilidade pelo deputado e três anos depois do sr. Eliezo protocolar os processos no DNPM, o ministro de minas e energia César Cals aprovou 16 autorizações de pesquisa. Os alvarás foram publicados no Diário Oficial da União, em 08 de março de 1985<sup>426</sup> e 11 de março de 1985<sup>427</sup>.

---

<sup>422</sup>Ofício escrito pelo deputado federal José Ferreira Martins para o Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Ival Barreto. Câmara dos Deputados. Brasília, 7 de novembro de 1984. Arquivo Eliezo Lopes Carvalho.

<sup>423</sup>Este documento é a cópia. Contudo, o sr. Eliezo discutiu e reafirmou a veracidade da fonte.

<sup>424</sup>Como instrumento de classe, a legislação mineral apontava os documentos e os rumos do processo do requerimento de pesquisa até a portaria de lavra: Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; Decreto-Lei nº 318, de 14 de março de 1967; Decreto-Lei nº 330, de 13 de setembro de 1967; Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968; Decreto nº 64.590, de 27 de maio de 1969; Decreto-Lei nº 723, de 31 de julho de 1969; Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976; Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982. Nas disputas, o Código de Mineração foi modificado e visou ampliação da concentração dos grandes capitalistas no setor dos minérios no Brasil. Isso se deu na flexibilidade da comprovação da nacionalidade brasileira, na definição de grandes áreas e na quantidade de substâncias e classes de minerais a serem pesquisadas e requeridas para extração mineral por pessoa ou empresa, entre outros aspectos.

<sup>425</sup>Ofício escrito pelo deputado federal José Ferreira Martins para o Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Ival Barreto. Câmara dos Deputados. Brasília, 7 de novembro de 1984. Arquivo Eliezo Lopes Carvalho.

<sup>426</sup>Alvará nº 1.695, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.333/82; Alvará nº 1.696, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.334/82; Alvará nº 1.697, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.335/82; Alvará nº 1.698, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.336/82; Alvará nº 1.699, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.337/82

<sup>427</sup>Alvará nº 1.700, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.338/82; Alvará nº 1.701, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.339/82; Alvará nº 1.702, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.340/82; Alvará nº 1.703, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.341/82; Alvará nº 1.704, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.342/82; Alvará nº 1.705, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.343/82; Alvará nº 1.706, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.344/82; Alvará nº 1.707, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.345/82; Alvará nº 1.708, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.346/82; Alvará nº 1.709, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4190. DNPM nº 860.347/82; Alvará nº 1.710, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4190. DNPM nº 860.348/82

As licenças números 1.695 e 1.696 dos processos 860.333 e 860.334 eram para pesquisar ouro. Havia outro pedido para o metal, o 860.330, que não foi concedido pelo DNPM e que também não tinha tido solicitação de agilidade pelo deputado. Mas, ele estava arquivado no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), na UFMT, em Cuiabá. Como constatamos no catálogo do NDIHR. “Processo de solicitação de pesquisa de Ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro Novo, Município de Diamantino no estado de Mato Grosso. Interessado: Eliezo Lopes Carvalho. (MT) - processo: 860330 - Ano - 1982”<sup>428</sup>. Nas fontes analisadas, o sr. Eliezo havia formalizado três pedidos para pesquisar ouro na Pista do Cabeça, nomeado Garimpo Cruzeiro Novo na fonte, e um deles não foi aceito.

É possível entender como o sr. Eliezo e o geólogo Élvio César Machado, contratado por ele e que tinha procuração para “o fim especial de representá-lo”<sup>429</sup> no DNPM, organizaram o processo negado pelo departamento para pesquisa de ouro<sup>430</sup>. Nós acessamos o documento no NDIHR. Ele estava sob a responsabilidade e cuidados da UFMT desde 1986<sup>431</sup> e passou pelo processo microfilmagem, como os outros 3.884 processos indeferidos pelo DNPM, durante o período de 1969 a 1986, no Mato Grosso<sup>432</sup>. O documento foi protocolado oficialmente, com carimbo do DNPM, no dia 26 de fevereiro de 1982 e tinha 17 páginas<sup>433</sup>. Era pequeno se compararmos ao processo 816.689<sup>434</sup>, que continha 101 páginas, e também estava no arquivo.

O número de páginas não era o critério definitivo para aprovação pelo DNPM, mas havia exigências do departamento, as quais deveriam ser cumpridas como prescrito no artigo

<sup>428</sup> DOURADO, op. cit., 2009, p.154.

<sup>429</sup> Procuração. Goiânia, 19 de fevereiro de 1982. Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro Novo, Município de Diamantino no estado de Mato Grosso. Interessado: Eliezo Lopes Carvalho. Processo: 860.330/82. p.16

<sup>430</sup> Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro Novo, Município de Diamantino - Mato Grosso. Interessado: Eliezo Lopes Carvalho. Processo: 860.330/82. 17p.

<sup>431</sup> DOURADO, op. cit., 2009, p.10.

<sup>432</sup> DOURADO, op. cit., 2009, p.09.

<sup>433</sup> O documento para requerimento de pesquisa mineral tinha a seguinte organização: Capa; Formulário 1; Formulário 2; Formulário 3; Formulário 4; Formulário 5; Guia de Recolhimento; Documento; Plano de Pesquisa; I Objetivos; II Localização de Vias de Acesso; III Dados Geológicos; IV Trabalhos Previstos; IV.1 Pesquisa Bibliográfica; IV.2 Fotointerpretação; IV.3 Mapeamento Geológico; IV.4 Topografia; IV.5 Prospecção Geoquímica; IV.6 Escavações; IV.7 Sondagens; IV.8 Análise Física do Minério; IV.9 Lavra Experimental; IV.10 Análises Químicas; V Estudo Econômico e Relatório Final; VI Responsável Técnico; VII Cronograma de Execução Físico-Financeira. Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro Novo, op. cit., 1982, p.01-17.

<sup>434</sup> Processo de autorização de pesquisa de ouro no local denominado Bacia Hidrográfica do Rio Branco, Município de Aripuanã - Mato Grosso. Interessado: Cami-Cia Amazonense de Minério. Processo: 816.689/70. 101p

16 do Código de Mineração<sup>435</sup>. O formulário I, além dos dados pessoais do sr. Eliezo, indicava que no restante do documento tinha informações da planta de detalhe e situação da área; prova de nacionalidade brasileira; plano de pesquisa; orçamento e cronograma. Há um risco mais forte a caneta na prova de capacidade financeira, indicativo de que o ponto econômico gerava dúvidas. A ficha está sem a data preenchida, não há assinaturas do responsável técnico e do representante legal, no caso específico era a mesma pessoa, o geólogo Élvio César Machado.

O formulário II informava que o mineral a ser extraído nas terras de propriedade da União era ouro e o “uso previsto em joalheria”<sup>436</sup>. Já na página do guia de recolhimento o preço pago pelo “emolumento” do processo foi de Cr\$ 17.199,00 que era “levado a crédito do ‘Fundo Nacional de Mineração’, nos termos estabelecidos pelo Decreto nº59.873, de 22-12-66 e pelo Decreto-lei nº227, de 28-02-67. Conta nº488-466-7-DNPM-Rendas do DNPM”<sup>437</sup>. Ou seja, o Código de Mineração instrumentalizava onde seria feito o recolhimento dos preços pagos pelo requerimento de pesquisa e a restituição do dinheiro ao requerente era organizada pela mesma legislação, caso a ação não fosse confirmada. Nas últimas páginas do processo 869.330 não há o recibo de devolução do dinheiro pago e o porquê não foi aprovado. Já no documento 860.024<sup>438</sup> essas informações estão anexas.

Eram justificativas para o requerimento de pesquisa mineral não ser aprovado a responsabilidade do governo federal em “administrar os recursos minerais”<sup>439</sup>, a área menor do 1.000ha<sup>440</sup>, local com outro pedido já realizado<sup>441</sup> ou “por falta do assentimento do órgão”<sup>442</sup>. Neste último, o consentimento não está bem detalhado no Código de Mineração,

<sup>435</sup>Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. Código de Minas.

<sup>436</sup>Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro, op, cit., 1982, p.02.

<sup>437</sup>Ibidem, p.06.

<sup>438</sup>Em 05 de janeiro de 1979, o Vicente da Riva teve o processo 860.024/79 negado pelo DNPM, por que a área “situa-se em região ínvia e contém 1.000ha. Com interferência sofrida, esta ficou com menos de 1.000ha. Baseado no 1º § 4º do Decreto nº 64.590 de 27.05.69, sugerimos o indeferimento do processo”. O dono da colonizadora Indeco teve o pedido negado porque a área era pequena! Ele recebeu o “cheque nº 754.502, do Banco do Brasil S/A, no valor de (três mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros e dez centavos), correspondente a devolução da taxa de emolumento, conforme indeferido o alvará de pesquisa, Processo nº 860.024/79”. Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local entre os Apiácas e Ximari, Município de Aripuanã - Mato Grosso. Interessado: Vicente da Riva. Processo: 860.024 /79. p.23-29

<sup>439</sup>Artigo 1º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. Alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967.

<sup>440</sup>Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local entre os Apiácas e Ximari, Município de Aripuanã - Mato Grosso. Interessado: Vicente da Riva. Processo: 860.024 /79. p.23

<sup>441</sup>Baseado no artigo 18º § 1º do. Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976. Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. Alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967.

<sup>442</sup>Baseado no artigo 20º da Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976. Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. Alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967.

mas refere-se aos encaminhamentos do DNPM e as relações com outros órgãos públicos<sup>443</sup>. Diante de tais elementos, a área requerida pelo sr. Eliezo era de 975.00 hectares<sup>444</sup>, inferior ao limite mínimo de 1.000 hectares, estabelecido no Decreto nº 64.590, de 27 de maio de 1969<sup>445</sup>. A justificativa para não aprovação pode ser esta, do tamanho da área, juntamente, com a documentação não assinada, a dúvida quanto aos recursos financeiros para investimento e as poucas páginas do documento também o deixava restrito de informações. No caso, há alguns dados sobre a coleta das amostras da substância mineral, poucos detalhes da terra com ouro e não havia nenhum elemento sobre os trabalhadores empregados na execução do plano de pesquisa<sup>446</sup>.

Se nós considerarmos o requerimento de pesquisa mineral 869.330, então, seriam 20 pedidos protocolados pelo sr. Eliezo, do 860.330 ao 860.349. Contudo, publicados no Diário Oficial foram 16, do 860.333 ao 860.348. Os três alvarás restantes, 860.331, 860.332 e o 860.349, não foram divulgados de acordo com os documentos requeridos ao DNPM<sup>447</sup> e também não estavam no NDIHR, que tem arquivado os pedidos não aceitos do período no Mato Grosso. Nós não temos detalhes destes três, que totalizariam os 19 alvarás que foram destacados na narrativa do sr. Eliezo, enfatizados pela imprensa<sup>448</sup> e ficaram conhecidos pelos trabalhadores durante as disputas pela venda da Pista do Cabeça<sup>449</sup>.

Mas, é possível saber informações dos 16 alvarás publicados e assinados pelo ministro de minas e energia César Cals em nome do sr. Eliezo. Eles seguiam o mesmo padrão, como, normalmente, são os documentos oficiais.

<sup>443</sup>Por exemplo, no artigo 37 do Código de Mineração, o assentimento tem relação com a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras e no artigo 90 com o Conselho de Segurança Nacional.

<sup>444</sup>Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro Novo, Município de Diamantino no estado de Mato Grosso. Interessado: Eliezo Lopes Carvalho. Processo: 860.330/82. p.17

<sup>445</sup> Baseado no artigo 1º § 4º do Decreto nº 64.590, de 27 de maio de 1969. Altera o Regulamento do Código de Mineração, aprovado pelo Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968, e dá outras providências.

<sup>446</sup>No processo 860.024, de 05 de janeiro de 1979, há informações sobre as categorias de trabalhadores, quantidade, tempo de serviço e salários pagos para realização da pesquisa. “A. Abertura da picada: 6 operários/2 meses. Instalação do acampamento móvel: 1 operário/2 meses; 1 encarregado/2 meses. Sondagens: 1 sondador/7 meses; 2 bateiadores/7 meses; 4 operários/7 meses. Topografia: 1 topógrafo/2 meses; 2 auxiliares/2 meses. Geologia: 1 geólogo/6 meses; 1 auxiliar/6 meses. B. Salários: Operários – Cr\$ 1.560,00/mês; Sondadores - Cr\$ 5.700,00/mês; Bateiadores - Cr\$ 2.800,00/mês; Encarregados - Cr\$ 3.200,00/mês; Topógrafo - Cr\$ 15.000,00/mês; Auxiliares - Cr\$ 2.100,00/mês; Geólogo - Cr\$ 45.000,00/mês. Alimentação - Cr\$ 530,00/mês-homem. Sub-totais: Mão de obra - Cr\$ 479.020,00”. O salário mínimo no Mato Grosso era de Cr\$1.226,40, de acordo com o Decreto nº 81.615, de 28 de abril de 1978. Portanto, a base que os trabalhadores braçais receberiam pelo trabalho era de dois a três salários mínimos. O salário dos garimpeiros/bateiadores quase se igualava aos auxiliares, que não tinham profissão definida. E, era bastante distante do geólogo, profissional melhor remunerado. O tempo de serviço para todos os trabalhadores era limitado até sete meses, no máximo. Portanto, a aplicação do projeto de pesquisa duraria esse tempo. Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local entre os Apiácas e Ximari, op. cit., 1979, p.22-23.

<sup>447</sup>Por meio da Lei de Acesso à Informação.

<sup>448</sup>Alta Floresta em perigo, op. cit., 1985.

<sup>449</sup>Garimpo do Cabeça: Comissão foi ao Ministro, op. cit., 1985.

ALVARÁ N° 1695, DE 01 DE MARÇO DE 1985

O MINISTRO DE ESTADO DAS MINAS E ENERGIA, usando da atribuição que lhe confere o art. 21, do Decreto-lei n° 227, de 08 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)

RESOLVE: Autorizar, pelo prazo de 3 anos, Eliezo Lopes Carvalho a pesquisar minério de ouro, no lugar denominado Garimpo Cruzeiro Novo Pista do Cabeça, Distrito e Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, numa área de 1.000ha, delimitada por um polígono, que tem um vértice a 14.794m no rumo verdadeiro de 54°16'SE, da confluência do Córrego do Abelha com o Rio Paranaíta e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3.125m-N, 3.200m-E, 3.125m-S, 3.200m-W. (DNPM n° 860.333/82)  
(N° 24842 - 21.08.84 - Cr\$ 54.000)

César Cals<sup>450</sup>

Além do número, da data de aprovação, da legislação reguladora da ação e assinatura do ministro, todos os alvarás eram iguais no prazo estipulado de três anos para pesquisa, com áreas de 1.000 hectares e referentes às terras da Pista do Cabeça na confluência do Córrego do Abelha com o Rio Paranaíta. Já as diferenças entre eles estavam demarcadas pelo tipo de minério. Dois alvarás eram para pesquisar ouro, quatro para cassiterita, cinco para tantalita e cinco para wolframita. Cinco era o máximo de pedido que cada pessoa ou empresa podia fazer por substância mineral, como fora ampliado do artigo 26 do Decreto-lei n° 227 pelo Decreto-Lei n° 723, de 31 de julho de 1969<sup>451</sup>. Nesse caso, a lei estatua os atos sobre as diferentes substâncias requeridas pelo sr. Eliezo.

O vértice e no rumo do polígono a ser pesquisado também sofreu modificações entre os pedidos de alvarás de pesquisa. Como no vértice a 19.128m no rumo verdadeiro de 38°56'SE ele teve autorização para pesquisar dois minérios de tantalita<sup>452</sup> e dois wolframita<sup>453</sup>. O vértice a 21.284m no rumo verdadeiro de 45°37'SE ele teve autorização para pesquisar um tantalita<sup>454</sup> e um wolframita<sup>455</sup>. O vértice a 15.910m no rumo verdadeiro de 20°39'SE ele teve autorização para pesquisar dois wolframita<sup>456</sup> e dois tantalita<sup>457</sup>. O vértice a 10.300m no rumo verdadeiro de 33°SE ele teve autorização para pesquisar dois minérios de cassiteritas<sup>458</sup>. O vértice a 17.492m no rumo verdadeiro de 60°16'SE ele teve autorização para pesquisar um

<sup>450</sup> Alvará n° 1.695, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM n° 860.333/82

<sup>451</sup> Decreto-Lei n° 723, de 31 de julho de 1969. Dá nova redação ao artigo 26 do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

<sup>452</sup> Alvará n° 1.699, op. cit., 1985; Alvará n° 1.700, op. cit., 1985.

<sup>453</sup> Alvará n° 1.704, op. cit., 1985; Alvará n° 1.705, op. cit., 1985.

<sup>454</sup> Alvará n° 1.701, op. cit., 1985.

<sup>455</sup> Alvará n° 1.706, op. cit., 1985.

<sup>456</sup> Alvará n° 1.702, op. cit., 1985; Alvará n° 1.703, op. cit., 1985.

<sup>457</sup> Alvará n° 1.697, op. cit., 1985; Alvará n° 1.698, op. cit., 1985.

<sup>458</sup> Alvará n° 1.707, op. cit., 1985; Alvará n° 1.708, op. cit., 1985.

ouro<sup>459</sup>. E no vértice do polígono a 14.794m no rumo verdadeiro de 54°16'SE a autorização era para pesquisar um ouro<sup>460</sup>e dois cassiteritas<sup>461</sup>. Era o esquadramento das terras com minérios da Pista do Cabeça.

No vértice do polígono a 14.794m no rumo verdadeiro de 54°16'SE a área do ouro teve os comprimentos e rumos definidos pelas delimitações 3.125m-N, 3.200m-E, 3.125m-S, 3.200m-W. Já o primeiro local para a pesquisa de cassiterita teve as seguintes definições 3.125m-S, 3.200m-W, 3.125m-N, 3.200m-E e, o segundo 3.200m-E, 3.125m-S, 3.200m-W, 3.125m-N. Ou seja, o vértice e o rumo eram os mesmos, mas a primeira área partiu do norte, a segunda do sul e a terceira iniciava no leste. No fim, elas formavam três espaços distintos. Ao relacionarmos os vértices, rumos e regiões de onde partem cada pedido é possível entender que nenhuma área foi duplicada. Na integra, eram 16 limites distintos, que totalizavam 16.000 hectares, autorizadas para pesquisa pelo ministro, César Cals.

Assim, como o Jornal da Cidade de Alta Floresta informou, o sr. Eliezo narrou, e mesmo com as reivindicações contrária das lideranças da Pista do Cabeça, os alvarás foram publicados e o ministro César Cals, tornava-se mais um “padrinho” do sr. Eliezo. E o Jornal da Cidade de Alta Floresta, de “perseguição”, questionava as ações que seriam tomadas pelo titular dos alvarás, a partir das assinaturas do ministro, pois, a “polêmica e discussão formou-se em torno do assunto, principalmente, porque estaria difícil de estabelecer quais seriam as áreas concedidas ao Cabeça e com as quais ele teria o direito de negociar”<sup>462</sup>.

Para o sr. Arnaldo havia dúvida também sobre as empresas interessadas na compra do garimpo. “Não sei se era a [Companhia] Vale do Rio Doce [CVRD] ou se era Mineração Taboca. Não era empresa daqui, era do Canadá essa empresa. Eu sei que as empresas do Brasil não é daqui, né? Essas empresas mineradoras tudo é de fora”<sup>463</sup>. Existia a imprecisão a respeito das duas empresas interessadas, mas o sentido atribuído a elas era o mesmo, “de fora”. Em 1988, o militar e escritor Roberto Gama e Silva denunciou o monopólio da extração mineral no Brasil, justamente, por empresas estrangeiras nacionalizadas quando se indagava, pois “não dá para entender, por exemplo, o desinteresse da CVRD pelas regiões de Alta Floresta (MT)”<sup>464</sup>. Ou seja, a presença da estatal CVRD não era confirmada na região.

<sup>459</sup> Alvará nº 1.696, op. cit., 1985.

<sup>460</sup> Alvará nº 1.695, op. cit., 1985.

<sup>461</sup> Alvará nº 1.709, op. cit., 1985; Alvará nº 1.710, op. cit., 1985.

<sup>462</sup> Garimpo do Cabeça: Comissão foi ao Ministro, op. cit., 1985.

<sup>463</sup> SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>464</sup> SILVA, Roberto Gama e. A quinta-coluna do setor mineral: o entreguismo dos minérios. Porto Alegre: Tchê Editora Ltda, 1988. p.287

De tal modo, a mineradora Taboca era lembrada pelo sr. Antônio Conceição Rodrigues com detalhes, do início do trabalho na região da Pista do Cabeça, antes mesmo de o negócio estar totalmente realizado com o sr. Eliezo. Na memória do sr. Antônio, destaca-se a empresa, quando eu questiono que mineradora que era:

Antônio: Era mineradora chamada mineradora Taboca. Naquela época, que se instalou no Jovair. Você lembra [Ione Machado Pires] ? Só que naquela época a gente era meio por fora, não tinha conhecimento. Você não ficava entrosando com pessoal. Ainda chegaram, trouxeram um maquinário tudo ali. Aquelas bateonas grande, eles deixou tudo ali. Que era, na época, a pista mais boa de pousar. Que aqui tinha pista, mas não era boa pra pousar avião meio pesado, porque era meia curta. Então, a do Jovair era maior. Aí... mas foi assim a história daqui.<sup>465</sup>

A mineradora Taboca assim como a mineradora Porto Estrela eram duas subsidiárias do Grupo Paranapanema de Otávio Lacombe. De acordo com o mestre em Geociências, Jocy Gonçalves de Miranda, a atuação do grupo no ramo da mineração, no norte de Mato Grosso, teve início em 1979 e continuou durante a década de 1980<sup>466</sup>. Para o autor Roberto Gama e Silva, a Paranapanema tinha 36 subsidiárias na Amazônia e as ações do governo federal, DNPM e CPRM, favoreciam tais grupos estrangeiros na extração mineral<sup>467</sup>. Havia interesses “de fora” para que os garimpos se tornassem área de mineradoras.

Assim, após a publicação dos alvarás, com os documentos em mãos, as ameaças feitas pelo sr. Eliezo para vender as terras à mineradora se ampliaram. E, as ações foram direcionadas para retirar os garimpeiros da Pista do Cabeça. O processo vivido pelos trabalhadores sra. Natália e do sr. Arnaldo, foi estruturado na narrativa com uso de conceito e metáfora.

Natália: Então, eles falaram pro Cabeça, eu pago o valor que você tá pedindo, mas eu não quero nenhuma pessoa aqui dentro, nem um garimpeiro aqui dentro.

Arnaldo: Aí o Cabeça queria limpar. Tem que limpar. Tirá nós. É a mesma coisa você ter uma fazenda, e vender pra mim e tirar seus funcionários tudo, tirar o que você tem. Daí larga a fazenda pra mim de porteira fechada. Mas ia tirar. Naquele tempo ia na [Alta] Floresta trazia a polícia, comprava o delegado, o delegado daquele tempo era um doutor Samuel [de Oliveira] que era muito mais ruim, que falta de fôlego.

Natalia: Ele era ruim para quem era ruim. O doutor Samuel foi o melhor delegado que teve aí.

<sup>465</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>466</sup>MIRANDA, Jocy Gonçalves de. A produção de ouro no Estado de Mato Grosso. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP: [s.n.] 1997. p.80

<sup>467</sup>SILVA, op. cit., 1988, p.283 e p.288.

Arnaldo: Era. Eu tô falando ruim assim... caiu dinheiro já era.<sup>468</sup>

Como animais em fazenda seriam tocados e como humanos expropriados da terra e do trabalho. A ênfase da narrativa esteve no termo “limpar”. Conceito construído nos processos de urbanização no fim do século XIX na Europa e no início do século XX no Brasil, quando os trabalhadores foram expulsos dos centros, em processo de valorização, e deslocados às periferias das cidades. Na Amazônia, do século XXI, o termo era citado pelo trabalhador para explicar a vida instável do garimpeiro, que viveu a triste expectativa de ser arrancado da terra com ouro pela força policial. Isso para que a mineradora “de fora” pudesse se estabelecer no local com a “porteira fechada”.

A metáfora da respiração, ou a ausência dela, ajudou o sr. Arnaldo analisar como os garimpeiros e demais moradores da vila garimpeira saíam daquele processo, coordenado pelo delegado corrupto. A “falta de fôlego” significava sofrimento e morte na memória do narrador. Na oscilação perigosa da lembrança do sr. Arnaldo, a sra. Natália se colocou no diálogo para evitar que outros elementos traumáticos e doloridos da “memória coletiva subterrânea”<sup>469</sup> fossem ditos. A reticência na fala do sr. Arnaldo reforçou tal sentido. Contudo, o significado do não-dito já tinha sido proferido por alusão.

As ameaças da ação de despejo dos garimpeiros e moradores da Pista do Cabeça aconteceram de 31 de março<sup>470</sup> até 20 de abril de 1985<sup>471</sup>. O deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) tomava medidas para evitar a expulsão dos trabalhadores como publicava o jornal de “perseguição”:

O Dep. esclareceu que os garimpeiros estão protegidos pois juntamente com seu colega de bancada, Márcio Lacerda, obteve do atual Ministro Aureliano Chaves, a suspensão de qualquer tentativa de despejo de 10.000 trabalhadores que hoje garimpendo na área da reserva criada ano passado, por gestão do PMDB/MT e diante da mobilização das lideranças classistas de toda Alta Floresta.<sup>472</sup>

O movimento para manutenção dos trabalhadores nas terras com ouro reforçou, como fato argumentativo, a formação da reserva garimpeira. Como os garimpeiros seriam retirados do trabalho no subsolo que era deles? Ou seja, a área autorizada para pesquisa estava dentro

<sup>468</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>469</sup>POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. p.08

<sup>470</sup>Garimpo do Cabeça: Comissão foi ao Ministro, op. cit., 1985.

<sup>471</sup>Alta Floresta em perigo, op. cit., 1985.

<sup>472</sup>Dante denuncia Cals, por causa do Garimpo do Cabeça, op. cit., 1985.

dos limites da reserva garimpeira, onde viviam e trabalhavam 10 mil garimpeiros e familiares. As localizações geravam dúvidas no sr. Arnaldo, ao definir as dimensões das terras à venda.

Arnaldo: [...] Todo esse garimpo aqui [Pista do Cabeça] eles tava vendendo, o Cabeça [Eliezo Lopes Carvalho] tava vendendo. Essa área aqui era 19 mil hectares de terra. Pegava Peixoto de Azevedo, Guarantã, Matupá, Paranaíta, pegava Zé Vermelho, Zé da Onça, Apiácas, Juruena, Novo Astro, Matrinxã. Tudo. Era uma área de 19 mil hectares, 19 milhões de hectares [...].<sup>473</sup>

O trabalhador aproximou dois movimentos distintos, da venda da pista e a formação da reserva garimpeira, quando situou os subsolos em disputa. O sociólogo Michael Pollak<sup>474</sup> e o Portelli<sup>475</sup> analisaram as narrativas dos entrevistados envolvidos em dois eventos diferentes de batalha e guerra e identificaram a formação da memória unitária, quando “as duas viraram uma grande guerra” ou “um estado de guerra permanente”. O sr. Arnaldo também aproximou o resultado das duas disputas diferentes, da venda da pista e da reserva garimpeira, ao narrar sobre os limites da terra com ouro.

Os 19.000 hectares referência aos alvarás publicados não dão a dimensão toda a área descrita pelo garimpeiro. Ou seja, ele tem em mente algo maior e a possibilidade é de que sejam as medidas da reserva garimpeira, de 121.000 hectares, superior aos 19.000 hectares. Já os 19 milhões ultrapassariam as áreas na região. Se analisarmos ainda cada nome de local citado, a referência da grandeza da área tem como base as três reservas garimpeiras aprovadas na região. As três áreas de garimpagem aprovadas em 1983, a Pista do Cabeça, o “aqui” de onde ele parte para falar, Peixoto de Azevedo e Zé Vermelho. Ou seja, a terra negociada era dos garimpeiros e consistia na “ÁREA DE GARIMPAGEM MANUAL”, como argumentou o jornalismo de Nazan Rezek Filho, no Jornal da Cidade de Alta Floresta<sup>476</sup>.

Na Pista do Cabeça, a área de 121.000 hectares era reserva garimpeira, desde 09 de maio de 1983<sup>477</sup>. Destinava-se à garimpagem e não à mineração. A demarcação da terra ocorreu após as lutas se acirrareem entre capital e trabalho nas terras com ouro, na região norte de Mato Grosso. Os principais enfrentamentos ocorreram entre os garimpeiros e a mineradora Porto Estrela, do Grupo Paranapanema, nos garimpos Planeta e Jaú. Os fatos tiveram

<sup>473</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>474</sup>POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 200-212, 1992. p.202;

<sup>475</sup>PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado da Representação Histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). História e Perspectivas, Uberlândia (39): 181-217, jul.dez.2008. p.196

<sup>476</sup>Garimpo do Cabeça, op. cit., 1985.

<sup>477</sup>Portaria nº 550, de 09 de maio de 1983. Ministério de Minas e Energia. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, 10 de maio de 1983.

desdobramentos na imprensa nacional e na câmara dos deputados em Brasília. Analisar o processo nos dá dimensão das disputas, como nós examinaremos a partir de agora.

Entre 13 abril e 06 de maio de 1983, os jornalistas da Folha de São Paulo publicaram a sequência de oito matérias<sup>478</sup>, que informavam, detalhavam e encaminhavam os conflitos. A partir da denúncia realizada pelo deputado federal Márcio Lacerda (PMDB-MT) na Câmara, o jornal noticiou no dia 13 de abril de 1983, que “uma operação que vem sendo desenvolvida pela Polícia Federal para a retirada de aproximadamente 10 mil garimpeiros que atualmente trabalham nos garimpos de ouro de Novo Planeta e Jaú”. E continuou “corre o risco de degenerar em conflitos violentos”. A tensão e a violência eram vividas. Elas geravam interesse, tornavam-se valores-notícias e os problemas se ampliavam.

No mesmo dia, o deputado federal Gilson de Barros (PMDB-MT) discursou sobre a situação vivida pelos garimpeiros no norte de Mato Grosso durante a sessão na Câmara. O passado dos trabalhadores fora ressaltado, pois para Alta Floresta “se deslocou a fina-flor de policiais corruptos e de jagunços malvados, os quais, transformados em agentes da firma INDECO, fizeram suas vidas às custas do suor e do sangue de homens acostumados ao trabalho sacrificado”<sup>479</sup>. Os trabalhadores como mártires religiosos não morreram a salvar a humanidade, mas para construir a riqueza para poucos.

Para o deputado, “estamos vivendo hoje [1983], mais um drama social com a expulsão dos profissionais do garimpo do Jaú, que engloba as grotas do Tiago, Buriti, Óleo, Porcão, Capim, Caveira, Castanheira, Rica e outras”<sup>480</sup>. Depois de localizar onde os enfrentamentos com os trabalhadores aconteciam, sem citar o garimpo Planeta, nomeou-se os responsáveis pela coerção e violência. “E quem está fazendo isto? É novamente a poderosa multinacional Mineração Porto Estrela, que em conluio com a Polícia Federal quer desencadear uma nova ‘TACA’”<sup>481</sup>. Na avaliação do político, é possível entender como a classe dominante agia, a partir de relações que mantinha com o aparelho repressivo do Estado, para dominar a extração do ouro no norte de Mato Grosso.

---

<sup>478</sup>Em MT, despejo de garimpeiros. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 13 de abril de 1983. Economia. p.19; PEREIRA, Peterson. Termina, em Serra Pelada, a garimpagem individual. Folha de São Paulo. Domingo, 17 de abril de 1983. Economia. p.40; No MT, prefeito teme ação contra os garimpeiros. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 20 de abril de 1983. Nacional – Exterior. p.08; Figueiredo decidirá fim do garimpo em Serra Pelada. Folha de São Paulo. Quinta-feira, 21 de abril de 1983. Economia. p.18; Cals intervém contra a expulsão de garimpeiro. Folha de São Paulo. Terça-feira, 26 de abril de 1983. Nacional – Exterior. p.06; DNPM quer “negociar” uma saída para garimpo em MT. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 27 de abril de 1983. Nacional – Exterior. p.08; Alta Floresta pode voltar a ter áreas para garimpo. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 29 de abril de 1983. Economia. p.23; PEREIRA, Peterson. Criada reserva de garimpo em Alta Floresta. Folha de São Paulo, 06 de maio de 1983. p.24

<sup>479</sup>BARROS, op. cit., 1983.

<sup>480</sup> Idem, ibidem, p.42.

<sup>481</sup> Idem, ibidem.

Quatro dias depois da fala do deputado ressoar em plenária e o jornal circular publicamente com o alerta do conflito e expropriação vivida pelos trabalhadores, o jornalista Paterson Pereira indicava os garimpos da Amazônia como possibilidade para transferências dos garimpeiros da Serra Pelada, de onde também eram excluídos do processo de extração mineral. “O único ponto que ainda não foi estabelecido em decorrência do fechamento do garimpo da Serra Pelada é para onde serão transferidos os garimpeiros que já estão trabalhando”<sup>482</sup>. O repórter da Folha de São Paulo, ao desconsiderar os movimentos de luta pela permanência dos trabalhadores no garimpo da Serra Pelada, como pesquisou o historiador Salvador Tavares de Moura,<sup>483</sup> apontou como não eram importantes vistos de cima para baixo. Porque não havia planejamento e nem discussão para que pudessem continuar a trabalhar.

Mas, no encadeamento, a prática jornalística buscava organizar o vivido. “Atualmente, existem garimpos de ouro e pedras preciosas no Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Pará, Roraima e Rondônia. Mas é na região amazônica que o garimpo se apresenta mais promissor”<sup>484</sup>. Assim, a imprensa indicava aos garimpeiros e aos comandantes da Serra Pelada os caminhos que os trabalhadores deveriam seguir. Ao mesmo tempo que o jornalismo da Folha de São Paulo denunciava os enfrentamentos vividos pelos trabalhadores nos garimpos Planeta e Jaú contra a mineradora Porto Estrela, o jornalista definia como prósperos os garimpos da Amazônia. De modo aparentemente contraditório, direciona-se mais garimpeiros para área que também era de tensão social.

No dia 18 de abril de 1983, o deputado federal Gilson de Barros discursou na Câmara. Novamente, o assunto era os garimpeiros no norte de Mato Grosso.

Lá, em Alta Floresta, em Sinop, na Vera, Carmem, em Garantã, em Colider, Terra Nova, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Juara, Juína, Aripuanã e várias outras localidades vizinhas, todas situadas no extremo norte do meu Estado, às presenças de vários agricultores, verdadeiros desbravadores das nossas matas inóspitas, somam-se, lamentavelmente, as presenças de marginais de todos os tipos, desde o pequeno grileiro, até o latifundiário egoísta e sanguinário, sempre com recursos suficientes para explorar seu semelhante. Valem-se, invariavelmente, de pistoleiros contratados em Cuiabá, e muitas vezes, da própria Polícia. Assim, pela pressão, pela intimidação, pela ameaça armada, expulsam posseiros e garimpeiros das suas posses, estabelecendo conflitos sócio-econômicos terríveis e fazendo periclitar a paz social.<sup>485</sup>

<sup>482</sup>PEREIRA, op. cit., 1983, p. 40.

<sup>483</sup>MOURA, op. cit., 2008.

<sup>484</sup>PEREIRA, op. cit., 1983, p.40.

<sup>485</sup>BARROS, op. cit., 1983, p. 43.

O deputado alterou a lógica dominante de organizar os preconceitos sociais sobre os marginais e apresentou-os como latifundiários. Normalmente, são os trabalhadores que são caracterizados de tal modo, pejorativo. Ao pensar a organização social, o político reforçou a complexidade das relações à ampliação e manutenção da centralização da riqueza na região. Outra vez, a repressão e espoliação dos garimpeiros era anunciada em alto e bom tom. E, desse modo, o deputado continuou a narrativa, ao aproximar a região norte com o oeste do Estados Unidos da América (EUA).

Assim é o nosso Mato Grosso de hoje, Sr Presidente, cenário do novo faroeste, porém muito mais violento que o Arizona, Colorado, Wichita e Santa Fé.

Conseguimos do Ministro César Cals sejam suspensos, por algum tempo, os despejos. Mas, e depois? Até quando o Governo vai fingir que ignora o problema de milhares de garimpeiros, que não podem ficar desempregados e marginalizados?

Estamos apelando agora para a chamada grande imprensa nacional: investiguem estes fatos e façam uma denúncia à Nação. É o dever da imprensa. É o dever de todos nós.<sup>486</sup>

No fragmento, a ênfase do político se dá na utilização do método da comparação para construção do discurso. E, igualmente, saiu do lugar comum e reafirmou-se como oposição política ao não citar os EUA como sinônimo de desenvolvimento, mas como espaço de opressão. Utilizou-se da imagem do “faroeste” para organizar a análise. O sociólogo José de Souza Martins, em 1980, problematizou as pressões vividas entre os posseiros e as empresas agropecuárias na Amazônia e, neste processo, também identificou características do “faroeste americano” nos “autênticos invasores”, que se posicionavam com “preconceitos raciais e sociais contra seus predecessores índios e posseiros, supostos inimigos do progresso”<sup>487</sup>. Na vida acadêmica e social, o pesquisador marxista denotou a exploração e expropriação na Amazônia e o deputado, de modo político partidário, discursava sobre o vivido conflituoso. Na construção deste contexto, chama-se a atenção da imprensa para que cumpra o papel como quarto poder.

Os jornalistas da Folha de São Paulo seguiram a orientação do deputado e deram continuidade ao poder exercido pela comunicação. No dia 20 de abril, os garimpeiros que sitiavam Alta Floresta voltavam ao trabalho, resistiam e na fala do prefeito Edson Santos “ a

<sup>486</sup>Idem, *ibidem*, 1983, p. 44.

<sup>487</sup>MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política do campo*. Editora Hucitec: São Paulo, 1980. p.68

situação é muito grave e pode acabar em massacre”<sup>488</sup>. As ações da polícia, os despejos e a resistência dos trabalhadores para não saírem dos garimpos foram divulgadas. E o enfretamento e disputa entre o capital e o trabalho continuava, quando em 21 de abril, o jornal informou:

Cals intervém contra expulsão de garimpeiros

BRASÍLIA- O ministro das Minas e Energia, César Cals, determinou ontem ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Polícia Federal que suspendam a expulsão dos garimpeiros de Alta Floresta, Mato Grosso. Esta ação vinha sendo desenvolvida em atendimento a uma reclamação da Mineração Porto Estrela.

Uma comissão tripartite, formada por técnicos do Ministério, da empresa mineradora e dos garimpeiros, estudará delimitação de uma nova área para atuação dos trabalhadores.<sup>489</sup>

Os trabalhadores eram retirados das terras com ouro pela polícia. Enquanto isso, o Ministério, empresa, garimpeiros e o jornal buscavam alternativas para os enfretamentos. A “comissão tripartite” não esteve junta discutir e encaminhar a solução para o vivido dos trabalhadores. Aconteceram duas reuniões separadas. A primeira, dia 26 de abril de 1983, dos garimpeiros com o DNPM e, no dia 27 de abril de 1983, do presidente da Construtora Paranapanema Otávio Lacombe, subsidiária da mineradora Porto Estrela, com o DNPM<sup>490</sup>. As classes não se encontraram para negociar.

Na reunião dos trabalhadores com o DNPM “os garimpeiros manifestaram o desejo de continuar nos garimpos de Jaú, Planeta e Porção, que se localizam juntamente nos terrenos adquiridos pela Mineração Porto Estrela, onde a empresa está implantando um projeto de mineração mecanizada”<sup>491</sup>. Era a resistência e luta dos garimpeiros. Mas, o coordenador do Projeto Garimpo do DNPM, Francisco Ferreira Brito, não se colocava como intermediário na relação entre garimpeiro e mineradora, pois a posição estava formada na defesa dos interesses do capital. Francisco “não acredita que a Paranapanema vá aceitar a proposta dos garimpeiros, pois a manutenção desses garimpos na área prejudicará o trabalho de mineração mecanizada, deprimindo as jazidas”<sup>492</sup>. Ao publicar tal opinião, como encaminhamento do DNPM, o jornal

<sup>488</sup>No MT, prefeito teme ação contra os garimpeiros. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 20 de abril de 1983. Nacional – Exterior. p.08

<sup>489</sup>Cals intervém contra a expulsão de garimpeiro. Folha de São Paulo. Terça-feira, 26 de abril de 1983. Nacional – Exterior. p.06

<sup>490</sup>DNPM quer “negociar” uma saída para garimpo em MT. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 27 de abril de 1983. Nacional - Exterior – p.08

<sup>491</sup>Ibidem.

<sup>492</sup>Ibidem.

também deixava evidente a parcialidade da informação jornalística e da realidade que construía.

No dia 06 de maio de 1983, o repórter Peterson Pereira da Folha de São Paulo informou a criação das três reservas garimpeiras<sup>493</sup>, antes mesmo da assinatura do ministro de minas e energia César Cals no dia 09 de maio e do Diário Oficial da União no dia 10 de maio de 1983. Portanto, a publicação das portarias nº459<sup>494</sup>, nº550<sup>495</sup> e nº551<sup>496</sup> legalizaram o trabalho dos garimpeiros na região norte de Mato Grosso. As áreas não foram o Jaú e o Planeta,<sup>497</sup> como reivindicavam os trabalhadores. Os encaminhamentos do conflito de classe não alteraram os principais interesses do presidente da Construtora Paranapanema Otávio Lacombe<sup>498</sup>, que era continuar com as duas áreas auríferas em disputa. Os trabalhadores

<sup>493</sup>PETERSON, Pereira. Criada reserva de garimpo em Alta Floresta. Folha de São Paulo, 06 de maio de 1983. Economia - p.24

<sup>494</sup>Portaria nº 459, de 09 de maio de 1983. Ministério de Minas e Energia. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, 10 de maio de 1983.

<sup>495</sup>Portaria nº 550, de 09 de maio de 1983. Ministério de Minas e Energia. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, 10 de maio de 1983.

<sup>496</sup>Portaria nº 551, de 09 de maio de 1983. Ministério de Minas e Energia. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, 10 de maio de 1983.

<sup>497</sup>O garimpo do Planeta, disputado pelos garimpeiros, não foi demarcado como área para livre garimpagem e os enfrentamentos entre a mineradora Porto Estrela e os garimpeiros continuavam como informavam o Jornal da Cidade de Alta Floresta, o Jornal do Dia e a Folha de São Paulo. O Jornal da Cidade de Alta Floresta noticiou: Baleados funcionários da Porto Estrela. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de fevereiro de 1985, p.05; Ladrões roubam 20KG de ouro da Porto Estrela. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 30 de setembro de 1985. p.3; Garimpeiro desaparece misteriosamente em Apiacás. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 31 de março de 1986. Capa; Tensão e Pânico em Apiacás. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 08 a 14 de setembro de 1986. Capa e p. 03; Decisão judicial divide área entre mineradoras e garimpeiros. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 09 a 15 de novembro de 1986. Capa e p. 03; Decisão/ Liminar do Juiz: Garimpeiros ficam com a maior parte. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 09 a 15 de novembro de 1986. p. 03; Novo Planeta contará com recursos sociais do Governo Carlos Bezerra. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 17 a 31 de maio de 1987. p.08. Já o Jornal do Dia denunciou: Mineradora interdita estrada e mantém segurança paramilitar. Jornal do Dia. Cuiabá, 29 de junho de 1985. Geral – p.06; Ainda sob tensão, garimpeiros aguardam decisão do governo. Jornal do Dia. Cuiabá, 29 de junho de 1985. Geral – p.06; Garimpeiros sofrem ameaças no Novo Planeta. Jornal do Dia. Cuiabá, 23 de janeiro de 1986. Capa; Um problema antigo e de difícil solução. Jornal do Dia. Cuiabá, 23 de janeiro de 1986. Opinião/Política - p.02; Garimpeiros quer o fim da violência na Porto Estrela. Jornal do Dia. Cuiabá, 23 de janeiro de 1986. Local - p.06; Os garimpeiros sofrem as consequências. Jornal do Dia. Cuiabá, 11 de março de 1986. Opinião/Política - p.02; Garimpeiros. Jornal do Dia. Cuiabá, 02 de abril de 1986. Política - p.03; Mineradora e Polícia causam terror em Nova Apiacá. Jornal do Dia. Cuiabá, 02 de abril de 1986. Estado - p.05; Investigar. Jornal do Dia. Cuiabá, 05 de abril de 1986. Política - p.03; Denúncias de violência em Apiacá são confirmadas por ex-policial. Jornal do Dia. Cuiabá, 05 de abril de 1986. Local - p.05; Mineradora que persegue garimpeiro doou carro à polícia. Jornal do Dia. Cuiabá, 05 de abril de 1986. Polícia - p.06; Providências Cabíveis. Jornal do Dia. Cuiabá, 24 de agosto de 1986. Opinião/Geral - p.02; Polícia investiga morte de garimpeiros em Apiacás. Jornal do Dia. Cuiabá, 27 de agosto de 1986. Polícia - p.06; Polícia já investiga crimes em Apiacás. Jornal do Dia. Cuiabá, 28 de agosto de 1986. Capa; Policiais já estão na região de Apiacás apurando mortes. Jornal do Dia. Cuiabá, 28 de agosto de 1986. Polícia - p.06. A Folha de São Paulo publicou: Governador do MT diz que enviou comissão a Apiacás. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 27 de agosto de 1986. Política – Exterior p.15; Dante pede intervenção da PF em garimpo do MT. Folha de São Paulo. Terça-feira, 26 de agosto de 1986. Política –p.04; PM-MT acusada de ajudar a expulsar garimpeiros. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 29 de agosto de 1986. Política - Exterior –p.10; Polícia de MT prevê mais de 50 inquéritos no garimpo. Folha de São Paulo. Quinta-feira, 04 de setembro de 1986. Política –p.04

<sup>498</sup>Alta Floresta pode voltar a ter áreas para garimpo. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 29 de abril de 1983. Economia – p.23

conquistaram a demarcação de três outras áreas para garimpagem. As reservas garimpeiras formadas foram de Peixoto de Azevedo no município de Colíder, o Zé Vermelho em Alta Floresta e, a Pista do Cabeça foi a terceira área, como é possível entender no documento:

PORTARIA Nº 550, DE 09 DE MAIO DE 1983

D.O.U. 10/05/83

O Ministro de Estado das Minas e Energia, usando de sua competência e tendo em vista o disposto no art. 76 do Código de Mineração (Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei n.º 318, de 14 de março de 1967) e

Considerando a necessidade de serem evitados conflitos entre mineradores, garimpeiros, faiscadores ou catadores, decorrentes da incompatibilidade legal de execução de trabalhos sob os regimes de Autorização de Pesquisa e de Concessão de Lavra, com as atividades de garimpagem, faiscação ou cata em áreas que se apresentem tecnicamente viáveis, resolve:

I-Fica destinada à livre atividade de garimpagem, faiscação ou cata, o aproveitamento de substâncias minerais na área de aproximadamente 121.000 ha situada no Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, delimitada por um polígono com o seguinte memorial:

A partir do vértice 1 de coordenadas geográficas de latitude 10°00' sul e longitude 56°27' WGr; daí segue rumo sul até o vértice 2 de latitude 10°15' sul e longitude 56°27' WGr; daí segue rumo leste até o vértice 3 de latitude 10°15' sul e longitude 56°16' WGr; daí segue rumo sul até o vértice 4 de latitude 10°29'34" sul e longitude 56°16' WGr; daí segue rumo oeste até o vértice 5 de latitude 10°29'34" sul e longitude 56°27' WGr; daí segue rumo norte até o vértice 6 de latitude 10°24'16" sul e longitude 56°27' WGr; daí segue rumo oeste até o vértice 7 de latitude 10°24'16" sul e longitude 56°32'42" WGr; daí segue rumo norte até o vértice 8 de latitude 10°17'43" sul e longitude 56°32'42" WGr; daí segue rumo oeste até o vértice 9 de latitude 10°17'43" sul e longitude 56°35'42" WGr; daí segue rumo norte até o vértice 10 de latitude 10°10'54" sul e longitude 56°37' WGr; daí segue rumo oeste até o vértice 11 de latitude 10°10'54" sul e longitude 56°35'42" WGr; daí segue rumo norte até o vértice 12 de latitude 10°00' e longitude 56°37'08" WGr; daí segue rumo leste até o ponto inicial.

II-Na área descrita no item anterior serão respeitados, nos termos do Decreto-lei 227/67, os atuais Requerimentos e Alvarás de Autorização de Pesquisa, Decretos de Lavras e suas evoluções legais.

III-No eventual decaimento desses títulos, as áreas respectivas serão incorporadas à área da presente Portaria.

IV-Nas áreas não consideradas facultadas à garimpagem de ouro por esta Portaria, o DNPM adotará medidas rígidas, visando o cumprimento do disposto no artigo 75 do Código de Mineração.

V-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cesar Cals<sup>499</sup>

A portaria nº550, bem como a nº459 e nº551, reforçavam a necessidade e a importância das lutas dos garimpeiros no norte de Mato Grosso, pois demarcava a separação das terras para garimpagem e aquelas destinadas para mineração. O fato se deu para que

<sup>499</sup>Portaria nº 550, op. cit., 1983.

sejam “evitados conflitos” entre os proprietários das mineradoras e os trabalhadores. Contudo, no documento oficial, faltou o adjetivo “mais” junto da palavra conflitos, evitados mais conflitos, pois as lutas pela terra com ouro já aconteciam na região pelo menos desde 1978<sup>500</sup> e não terminaram com a demarcação das reservas<sup>501</sup>.

Assim, a área de 121.000 hectares destinada ao trabalho de garimpagem na Pista do Cabeça era disputada com o sr. Eliezo. Se nós pegarmos as informações das coordenadas geográficas da portaria nº 550 e compararmos com os dados das localizações publicados nos alvarás de pesquisa, ou ainda, confrontarmos com o mapa presente no processo 860.330, que tinha desenhado os quadros das 20 áreas requerida pelo sr. Eliezo e o ponto de amarração longitude 56°28’45” e latitude 10°17’19”<sup>502</sup> é possível entender que os alvarás de pesquisa aprovados pelo ministro estavam realmente dentro dos limites da reserva garimpeira.

Como o pedido de autorização de pesquisa era de 1982, anterior a portaria da reserva garimpeira, o sr. Eliezo tinha o direito de realizar as pesquisas nas terras da Pista do Cabeça. A portaria nº550 garantia o respeito aos requerimentos e alvarás de pesquisa, ainda que a publicação das autorizações tenha corrido em 1985, depois da demarcação da reserva, em 1983. A lei não definia o vivido de modo puro e direto. Neste processo, a movimentação na Pista do Cabeça era intensa. Os garimpeiros e moradores da vila garimpeira se reuniram, inclusive com o sr. Eliezo, para construir possibilidades para evitar a saída e continuar à vida nas terras com ouro. A sra. Luttiene viveu o momento de modo bastante particular.

A sra. Luttiene, 48 anos, de Corumbá, Mato Grosso do Sul, casada com o sr. Raimundo, três filhos, dona de casa e vendedora de produtos por catálogo. Ela chegou ao garimpo em 1985, bastante jovem, com incentivo da prima e a promessa de trabalhar, que somente nas terras com ouro entendeu ser no bordel. Com descontinuidades importantes na narrativa, as memórias remetem-na ao passado de confusão, engano e dores, ainda ocultas nos belos olhos azuis celestes intensos e, na fala inicial apressada para não pôr o nome dela, mas um “quase igual”. O apelido Lu se manteve. A trabalhadora apresentou detalhes da chegada ao garimpo.

---

<sup>500</sup> Tais conflitos foram discutidos no capítulo I.

<sup>501</sup> Em 1984, em Peixoto de Azevedo as lutas foram entre os garimpeiros e a multinacional Engenharia e Mineração Ltda e no garimpo Satélite eram os garimpeiros contra a empresa Mineradora Eluma. Em 1986, em Guarantã do Norte os garimpeiros lutavam contra a Mineradora Mota Fonseca. Em 1988, em Juruena as disputas foram entre os garimpeiros e a Jaruaana Mineração. Ver: Cruz denuncia violência policial contra os garimpeiros. *Jornal do Dia*. Cuiabá, 15 de agosto de 1984. p.05; João Teixeira denuncia Multi. *Jornal da Cidade de Alta Floresta*. Segunda quinzena de novembro de 1984. s/p; Mineradora tenta expulsar garimpeiros em Guarantã. *Jornal do Dia*. Cuiabá, 09 de abril de 1986. p.05; João Teixeira denuncia massacre no garimpo Jaruaana. *Jornal da Cidade de Alta Floresta*. 10 a 17 de junho de 1987. Capa e p.08

<sup>502</sup> Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro Novo, op. cit., 1982, p.17.

Luttiene: Então, através dessa minha prima [soube da Pista do Cabeça]. Por que essa minha prima na época, ela era solteira, solteira, então ela via que eu e essa minha amiga, nós morávamos junto em Campo Grande. E nós trabalhávamos, né? Ela falou: “Vão pra lá, lugar começando novo, e lá é bão de ganhar dinheiro”. Só que ela não falou como ganhar dinheiro, até então. E muitas mulher naquele tempo vieram muito enganada, muito mesmo. Que bão quando tinha alguém pra amparar essas mulher, né? Eu cheguei conhecer várias mulheres assim. Que foi preciso o próprio garimpeiro tirar à força, né? O povo fala assim... Tinha guaxeba, em lugar, segurava as mulher pra não sair, né? Eles mentiam pras pessoas que deviam, né? Aí, não queriam tirar as mulher, né? Mas eu, no nosso caso, eu tive a benção de ter a Baiana. Que eu fiquei morando na casa dela. Era um hotel. Era até feito de barro...

A memória revela a frágil esperança no “novo” ao mudar para o garimpo da Pista do Cabeça. Na busca para conseguir sobreviver, o trabalho era nas boates, na prostituição. Na narrativa, a palavra mulher está sempre no singular relacionada com a palavra anterior no plural, o aparente erro de concordância nominal, é a aproximação negada da vida dela com as demais mulheres, com quem conviveu. A venda do corpo nem sempre acontecia somente por decisão das prostitutas, os seguranças e os donos dos bordeis coagiam por meio da força, da dívida, do roubo e solidão e abandono as quais as mulheres estavam contidas.

Mas, ela nega ter trabalhado no bordel, pois teve a “benção” da Jorcelina, quando passou a viver no hotel. Ela anemizou o quanto foi capaz de definir a própria vida sozinha, colocou-se a partir das relações sociais construídas. Além disso, na sequência da fala, ela também foi para o “baixão”, onde trabalhou como cozinheira e lavadeira. E o garimpeiro, fora visto pela sra. Luttiene, como o salvador das mulheres. Lu conheceu e casou com o garimpeiro sr. Raimundo.

Luttiene: [...] Aí, eu conheci meu marido na época que fizeram uma reunião aqui, pra vender aqui, na época. O finado Cabeça, que ele faleceu agora, né? Aí, ele fez uma reunião convocando todos os garimpeiros pra poder vender a Pista, né? Aí, eu conheci meu marido nesse dia, sabe?<sup>503</sup>

[...]

Flaviane: E como foi essa reunião?

Luttiene: A reunião? Ixi, menina, aqui trombava nos outro. Aqui tinha muita gente. Aí, a proposta era assim, pra não vender pra firma a Pista do Cabeça... que acontecia? Cada dono de draga, tinha que ceder 100 gramas de ouro, você tá entendendo? Pra poder dar um tanto de dinheiro lá, pra registrar parece. Que aqui o lugar... pra pessoal não vender, o Cabeça. Isso que era a proposta do Cabeça, né?<sup>504</sup>

<sup>503</sup> SILVA, Luttiene da. [autodenominação]. [21 de julho 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (1h29min.).

<sup>504</sup> SILVA, op. cit., 2017.

A vida individual da sra. Luttiene adentrou a vida pública, no momento conflituoso da Pista do Cabeça. A sra. Luttiene narrou o momento importante da trajetória dela sem separar a vida privada da pública e, assim a apontou a aproximação e continuidade da memória individual coletiva. O casamento, aconteceu três anos depois do primeiro encontro, tornou o sr. Raimundo no marido dela e reforçou a (re) união.

O evento parecido, ficou nas entrelinhas para o sr. Arnaldo quando a venda do garimpo esteve relacionada com a violência na Pista do Cabeça.

Arnaldo: [...] Um dia eu cheguei aí numa boate chamada, tinha uma boatona chamada Casa Torta, nossa senhora... tava que parecia um comício. No tempo daquela música do Leonardo, Primeiro Avião. Você conheceu aquela música? Você não gosta de sertanejo, não? Aquele Leonardo que o irmão morreu... naquele tempo, que eles era novinho, sucesso. Cantava aquelas musiconas. Milionário e José Rico, aquele povo. Chegava lá e olhava assim... Eu? Uhm... Naquele dia, podia contar amanhã dois, três morto. Era desse jeito. Aí ele embargou. O Cabeça ia vender isso aqui por muito dinheiro. [...] Isso aqui valia muito dinheiro, né? É muito dinheiro um garimpo. É muito dinheiro.<sup>505</sup>

A organização popular, o som das músicas tocadas e as mortes estavam indissociáveis na estrutura narrativa. Na composição das reminiscências, o sr. Arnaldo buscou ainda, a aproximação entre nós, entrevistadora e entrevistado, ao citar e fazer questões sobre a música sertaneja, que não eram do ano de 1985, mas foram acrescentadas à memória depois da década de 1990. A aparente mistura e confusão, revela a nós além da estrutura narrativa a complexidade do vivido pelo sr. Arnaldo, no processo de venda do garimpo.

O sr. Samuel participou de diferentes reuniões.

Flaviane: Daí Japãozinho vocês fizeram reuniões? Como foi?

Samuel: Pra...

Flaviane: Pra não vender?

Samuel: Ah! Teve bastante reunião da turma com o Cabeça. Juntamente com esse povo aí que foram em Brasília e com políticos que deram uma força pra nós pra não deixar vender essa Pista. Teve reunião, sim!

Flaviane: Então, a força dos garimpeiros foi importante para que ela não fosse vendida?

Samuel: Pra que não fosse vendida. Isso era um patrimônio nosso. Nós que fizemos a força maior de desbravar isso aí. Agora o cara que era um incentivador, que foi... que ajudou a abrir a Pista. Quer dizer, ajudou assim, mandava mercadoria. Ele era como o dono. Ele queria ser o dono. O dono principal. E quando ele viu que tava fracassando tudo, que ele não tava mais tendo renda de nada, ele quis vender. Mas só que os garimpeiros não deixaram. Se reuniram e fizeram essa força com essa turma aí e impediram dele vender.

<sup>505</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

Flaviane: Vocês se reuniram uma vez na Casa Torta, era isso? Teve uma reunião na Casa Torta, como foi?

Samuel: Eu não lembro se teve reunião na Casa Torta. Mas no correio, lá onde era a casa do correio e no colégio nós fizemos reunião. Eu lembro, mas da Casa Torta eu não lembro. Se teve, eu não tava nessa reunião.

Flaviane: E como foram essas reuniões?

Samuel: Era sobre isso. Era justamente fazer a reivindicação juntamente com as autoridades políticas e com outros órgãos competentes e ajudar nós pra não deixar vender a Pista. Era sobre esse assunto assim.<sup>506</sup>

O argumento dos garimpeiros responsáveis pelo trabalho de abertura da Pista do Cabeça, ajudou o trabalhador a estabelecer a noção do justo. Quem fez a “força maior de desbravar” tinha o direito de permanecer em oposição a quem só “mandava mercadoria”. Colocou-se duplamente como sujeito, como construtor do garimpo e da luta para permanecer nele. E como ser social, o sujeito do sr. Samuel tinha elementos plurais “nós”. Os garimpeiros estavam unidos nas reivindicações. A organização coletiva envolvia ainda grupos e instituições para “ajudar nós”. Ou seja, a luta e o direito de permanecer nas terras com ouro era dos trabalhadores.

Assim, como já sabemos, com base na lei era do sr. Eliezo o direito de explorar ou negociar os alvarás de pesquisas das terras da Pista do Cabeça. Mas, os trabalhadores e a comissão que foi até Brasília, “os perseguidores” do sr. Eliezo, mas que atuavam junto aos garimpeiros, se posicionavam de modo contrário, de acordo com a seleção da notícia do Correio Várzea-grandense, de abril de 20 de abril de 1985. Para a advogada dos garimpeiros e porta voz da comissão, Irene Bricatti da Silva, “não é a primeira vez que o governo permite que uma mineradora entre na mesma área que garimpeiros exploram, com a promessa de que os interesses serão conciliados e logo depois, acabam expulsando os garimpeiros do lugar”<sup>507</sup>. A advogada questionava as ações do governo federal, indicava a impossibilidade de conciliação entre garimpagem e mineração e reivindicava que os garimpeiros não fossem expulsos. Ou seja, reforçou-se a portaria nº 550 da reserva garimpeira como fato-argumentativo para defesa dos garimpeiros.

Já o geólogo do DNPM, Amós de Melo Oliveira, se posicionava diante da questão a partir do Código de Mineração. “De acordo com a lei que rege a concessão de alvarás para mineração Eliezo Batista tem todo o direito de explorar o garimpo. O impasse seria mais de ordem social. Dificilmente o proprietário dos alvarás vai querer incorrer na desgraça de tantos outros garimpeiros como os que estão envolvidos nesse caso”<sup>508</sup>. As leis e o vivido

<sup>506</sup>SOUZA, op. cit., 2019.

<sup>507</sup>Alta Floresta em perigo, op. cit., 1985.

<sup>508</sup>DNPM: Parecer técnico sobre o “Cabeças”, op. cit., 1985.

continuavam em contradição e disputa. Enquanto a comissão foi até Brasília para revogar os alvarás em nome do sr. Eliezo<sup>509</sup>, outras alternativas eram construídas na Pista do Cabeça. O morador da vila garimpeira sr. Agnaldo, também foi parte integrante do movimento. Colocou-se nesse lugar, para narrar outros elementos do processo.

Agnaldo Félix da Silva, 78 anos, aposentado, baixo, magro, evangélico de fala firme, citou a bíblia em várias passagens da entrevista, para destacar a salvação dos homens. Casado com a sra. Cândida Abadia da Silva, 80 anos, mãe dos oito filhos do casal, baixa, magra, aposentada, de fala tranquila e incisiva. Ambos não tiveram condições de frequentar à escola. O casal chegou na Pista do Cabeça para plantar alimentos no pequeno sítio comprado e realizar vendas de terras e lotes. Os filhos trabalharam no garimpo e na educação. O sr. Agnaldo mudou-se da Bahia para São Paulo e depois ao Mato Grosso do Sul. De Coxim, onde a família trabalhou em fazendas, veiram para a Pista do Cabeça, em 1983.

Agnaldo: [...] Por que quando eu cheguei [1983], o Laerte [Lisboa Leite] que era genro do véio Inácio que mora em Alta Floresta, ele era o chefe do garimpo. Era o presidente do garimpo. Ele que manobrava com o garimpo. Eu quase manobrei com o garimpo. Ele que manobrava com o garimpo. Manobrei com a comunidade. Entendeu, né? Só que ele estava do meu lado sempre. Mas, ele manobrava com o garimpo. Inclusive isso aqui, pertencia ao Cabeça. O Cabeça morreu agora. Pertencia ao Cabeça. Então, o Cabeça queria tirar o garimpeiro. Nessa época, eu acompanhei. Aí, eu mais o Laerte fizemos um levantamento no garimpo, pegando os dados das dragas. Por isso, que tô falando que tinha umas duas mil e tantas dragas. Porque eu tinha o relatório. Porque nós propusemô para o garimpeiro... nós ia fazer um levantamento, pra comprar o garimpo do Cabeça e pagá à prestação. Através do financiamento de ouro. Mas, como existe a política, quando nós tava em andamento, alguém da política tomou a nossa frente e acertou com o Cabeça. Não sei de que jeito. Acalmou o negócio entendeu, né? Eu não sei como é que foi, o que combinaram. Não posso falar nada. Sei que calinou. O garimpeiro não pagou nada.<sup>510</sup>

O sr. Agnaldo, como liderança local apresentou o projeto da compra do garimpo, para a resolução do problema enfrentado pela comunidade. “O garimpeiro que ia fazer o pagamento. Assim, contribuindo. Cada draga 10, 20 gramas, entendeu? Conforme o ouro que tava pegando. Mas, não precisô. [...] Aí foi feito os contratos, foi feito tudo. Mas, entrou os políticos e resolveu. Foi bom. Porque o garimpeiro não entrou em gravidade, né?”<sup>511</sup>. A tensão era vivida. Pois, ao falar que não houve o conflito direto indicou a possibilidade de acontecer. Assim, o ouro seria extraído com o auxílio da draga, mas quem faria o pagamento

<sup>509</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>510</sup>SILVA; SILVA, op. cit., 2017.

<sup>511</sup>Idem, ibidem.

era o garimpeiro e não o dono da draga. Ficou claro isso na proposta do sr. Arnaldo. Este era o objetivo de comprar o garimpo, mas não se concretizou porque a resolução se deu de maneira diferente da planejada, via políticos. O sr. Antônio narrou de modo diferente o mesmo momento da luta.

Antônio: [...] Foi naquela época que o Dante [de Oliveira] teve aqui, não foi? Até eu lembro quando foi na época... teve uma reunião aqui, no escritório de compra de ouro do garimpeiro daquele tempo... Se eu não me engano parece que tinha 1.200 par de máquina que tinha aqui, naquela época que tinha, entendeu? Aí pediu uma porcentagem da turma todinha, só os caras doaram 22 quilos de ouro, bem aqui. Só de porcentagem. Que ele [Eliezo] queria vender o garimpo pra mineradora.<sup>512</sup>

O ouro foi juntado. A contagem das dragas indicava que a garimpagem não era mais, somente, manual como anunciou o jornal.<sup>513</sup> Com a presença das máquinas o trabalho no garimpo não era realizado na totalidade pela força dos garimpeiros<sup>514</sup>. Mas, ainda diferenciava bastante da área de mineração, em que a centralização da exploração dos trabalhadores e a valorização da mercadoria era para o pequeno grupo de grandes capitalistas. Assim, a luta continuava para que o garimpo não fosse vendido para mineração e a junção do ouro tinha acontecido e os políticos continuavam nas disputas.

Diante desses diferentes desdobramentos, em 19 de maio de 1985, o Jornal do Dia publicou informações do discurso do deputado federal Mação Tadano (PDS-MT), na Câmara dos Deputados, em Brasília, na ocasião o político solicitava:

[...] a revogação de 19 alvarás que permitem a exploração mineral no Garimpo do Cabeça, no Norte do Estado. O pedido baseia-se nas informações de uma comissão interpartidária de Alta Floresta que esteve em Brasília, em contato com a bancada federal de que os alvarás foram concedidos irregularmente pelo ex-ministro César Cals, da Minas e Energia.<sup>515</sup>

A revogação dos alvarás de pesquisa, tornava-se o objetivo enfatizado pelo deputado federal da ala conservadora de Mato Grosso. O sr. Eliezo buscou formas para cancelar a revogação e continuar na luta pelas terras com ouro.

Eliezo: [...] aqui em Alta Floresta com mentira e tudo eles arrumaram 24 mil assinaturas, com mentira, 24 mil assinaturas contra eu, para a revogação dos

<sup>512</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>513</sup>Garimpo do Cabeça, op. cit., 1985.

<sup>514</sup>Nós discutimos elementos do trabalho manual e com dragas no capítulo II.

<sup>515</sup>Na Câmara, Mação pede a reativação do Prodepan. Jornal do Dia. Cuiabá, 19 de maio de 1985, p.06

alvarás. Conseguiram. Revogaram. Levaram para Brasília. Foram lá e conseguiram. Eu... sabe a gente com dinheiro e coragem e um pouquinho de entendimento vai pra cima... Eu achei por bem eu não perder assim tão... aí consegui um advogado peitamô pra cima. Entrei com mandato de segurança. Esse amigo aqui [Amoss de Melo Oliveira], esse jovem chegou falar pra mim: “Cabeça você não está indo longe”. “Por quê?” “Você lutando contra a União Cabeça, você está brigando contra a União, está brigando com o ministro, o ministro é o braço direito do presidente da república”. Aí eu digo: “Dr. Amoss eu não estou brigando com o presidente nem com o braço dele. Eu estou lutando contra a arbitrariedade do ministro. Que isso daí é uma arbitrariedade, ele revogar os meus alvarás”. “Não, eu sei que é. Mas, olhe lá se você ganhar isso aí”. “Não, eu vou ganhar”. [...] <sup>516</sup>

Os números expressivos de assinatura do abaixo-assinado causam dúvida até mesmo no sr. Eliezo, pois as evidências apontam para 10 mil garimpeiros na Pista do Cabeça, em 1985. E mesmo com a assinatura de familiares e garimpeiros de outros garimpos, a lista gera incerteza da quantidade. Mas, o número expressivo e repetido duas vezes juntamente com os personagens com funções políticas nacionais - presidente e ministro - serviam para classificar e destacar à luta. Nessa configuração o “amigo” Amoss de Melo Oliveira, de modo conciliador objetivava fazê-lo desistir da disputa, se juntava aos demais “padrinhos” do sr. Eliezo.

O sr. Samuel fez a gestão da memória para contar sobre os acontecimentos e sentidos que envolveram a organização dos garimpeiros contra o sr. Eliezo.

Leozil: O Cabeça fez algum tipo de pressão nesse momento?

Samuel: Ah! Fez sim. A pressão, ele dizia que ele tinha o direito de vender aqui lá e tal. Mas, não fez ameaça. Ele só fez as pressãozinha dele. Porque sempre o cara esperneia bem pra fazer isso. Mas só que não conseguiu. O objetivo dele foi por água abaixo.

Flaviane: Como é espernear?

Samuel: Espernear é fazer força, lutar por aqui, lá. Se movimentar, né? Esse é nosso dizer de garimpeiro. Pra não morrer quieto. Pra não se entregar quieto. Daí é espernear. Por exemplo se eu sair daqui pra fazer uma reivindicação em algum órgão em Alta Floresta, eu tô esperneando, né? Eu tô pulando. Tô dando meus pulos.

Flaviane: É quase sinônimo de lutar?

Samuel: É lutar. É uma luta sim. É uma luta. Uma briga. A gente pode pronunciar essa palavra. Tô brigando na lei, na justiça, pelos meus direito. Pode ser assim também.

Flaviane: Aí teve um pessoal que contribuiu com ouro [...]. O senhor contribuiu também?

Samuel: Dinheiro. Eu acho que a turma fizeram uma coleta aí. Não tá na minha memória bem gravado isso. Acho que teve sim. Acho que teve contribuição de pessoas pra ajudar eles ir até Brasília, né? Não tenho bem certeza não. Não tá na minha memória gravado não. Mas, provavelmente de ter sim. Foi uma coisa que apagou da minha memória. Porque tem muita

<sup>516</sup>CARVALHO, op. cit., 2016

coisa que apaga da memória da gente. A gente não consegue lembrar. Por que uma coisa pra gente lembrar mesmo na memória da gente, a gente tem que lembrar várias vezes daquilo. Se a gente por no esquecimento aquilo até apaga. É muita coisa.<sup>517</sup>

O trabalhador citou o verbo “espernear” para explicar o vivido, que além de sinônimo de luta era exemplo de conflito de classe. É possível entender, que no embate ambos os lados “espernaram”. Ou seja, o sr. Eliezo fez a “pressãozinha dele” e enquanto garimpeiro “eu tô pulando”. Mas, na continuidade da narrativa há o esquecimento. Fragmento dividido em duas partes. No início, quando há o destaque da “minha memória” e, no fim, quando se torna a “memória da gente”. A variação “a gente” é repetida seis vezes sinaliza o distanciamento dele da questão que era, anteriormente, bastante pessoal “minha”. Ou seja, esta lembrança fora suprimida durante os anos vividos. O garimpeiro organizou a memória para não lembrar durante a vida o significativo demais, e não era a arrecadação do dinheiro em si, mas a possível associação deste fato com outros da “briga”.

O sr. Arnaldo apresentou mais detalhes das disputas com a contribuição pontual e de precisão da sra. Natália.

Arnaldo: [...] Naquela época, o Cabeça estava aqui. Cabeça morava aqui. Cabeça tinha a cantinona dele ainda aí. Aí, começou a botar o pescoço grosso, pra avisar pra todo mundo sair. E deu prazo: “Tá, tá... tanto tempo, todo mundo é pra desocupar a Pista...”. E os garimpeiros se revoltaram, todo mundo trabalhando em cima do ouro.

Natália: Ele não aguentou a pressão. Cabeça não aguentou a pressão.

Arnaldo: Foi. Ele não aguentou a pressão dos garimpeiros. Pra eles venderem. “Não. Não vamos sair, não”. Ele queria que saísse todo mundo. Deu um prazo. “Vou dar um mês, 60 dias só. E não quero ver ninguém aqui”. Agora você imagina? O tanto de gente que tinha aqui. Aqui tinha draga... [...] Aí falaram: “Daqui 60 dias é pra desocupar tudo. Eu não quero ver ninguém aqui”. Povão aí, com suas dragas. Tinha nego aí em cima do ouro nessa terra que vocês passa aqui. Não tem um pastão bonito aqui? Ali onde você atravessa uma pontinha, tinha nego por lá rasiño em cima do ouro. O tal do Goiano. Mataram ele bem aí. Foi o homem que eu vi mais trabalhador. Um homem daquele não merecia morrer não [...]. Aí o cara fala: “Daqui 60 dia eu não quero ver ninguém aqui”. Gente tinha pra tudo lado. Aí nego disse: “Não. Vamô dar um jeito. Não vou sair não. Não”. “Então vocês vão pagar 100 gramas de ouro por mês pra mim”. Oxi. Um avião. Verdade. Todo dragueiro chamou, pra pagar 100 gramas de ouro pro Cabeça rapaz, por mês. “Ah, vou pagar não. Deus meu, é muito ouro”. Não tem terra aqui... tô trabalhando numa terra aí... conversando do meu jeito, né? Aí Laerte é o cabeça. Um tal de Peru que tinha aí, porque ele era do Peru mesmo. Acolá falava com ele quase nem conhecia... o jeito dele, não entendia nada dele. Tinha o Peru, esse Laerte, o Goianinho que tinha uma tabacaria aí, e o Madraga. “Rapaz vamos lá... em Brasília. Se vocês arrumar um ouro aí, nós

<sup>517</sup>SOUZA, op. cit., 2019.

vamos lá. Porque lá gasta dinheiro... pra ir em Brasília”. Falaram isso também era pra roubar a gente.

Natália: Eu mesmo ajudei, não lembro bem, acho que foi 40 gramas de ouro.

Arnaldo: Aí, foi ligeiro ajuntaram oito quilos, agora você imagina, só o que eu soube, juntaram oito quilos de ouro. Aí não gastaram nem é dois. Não tô dizendo que amafaram o ouro.

Natália: Mas, nós não saiu, não. Ninguém saiu.<sup>518</sup>

O prazo de dois meses, repetido três vezes durante o fragmento, organizou e ratificou os sentidos de que a associação era necessária. O sr. Arnaldo retomou os grupos distintos que formaram o movimento de luta. Ao que indicou, a organização tinha divergências internas, porque ficou o sentimento de enganação. A sra. Natália, no diálogo com o sr. Arnaldo e como historiadora que analisa as pressões e os limites, apontou que garimpeiros foram capazes de forçar os limites da luta. “Cabeça não aguentou a pressão”. Para a trabalhadora, em três frases sintéticas e com profundos sentidos, o movimento foi tensão e resistência.

Diante das experiências, o sr. Arnaldo, a sra. Natália, a sra. Luttiene, o sr. Agnaldo, o sr. Antônio e o sr. Samuel também poderiam ser considerados “perseguidores” pelo sr. Eliezo. Ou seja, organizavam objetivos e ações contra ele para manutenção da vida e do trabalho na Pista do Cabeça, sem mineradora. Para o sr. Eliezo os enfrentamentos possibilitaram outra e diferente denominação aos garimpeiros e moradores da Pista do Cabeça. Questiona-se se ele conseguiu retomar os documentos:

Leozil: Daí que o senhor conseguiu?

Eliezo: Eu tenho que ir pro Rio de Janeiro, tem uns amigos que estão me esperando lá. Tenho reunião marcada com o ex-presidente Ernesto Geisel. Ele que me deu apoio disso aqui tudinho. Foi ele. Ex-presidente Ernesto Geisel, hoje general. Eu tinha uma reunião marcada com ele. Eu tinha que tá no Rio de Janeiro naquele dia à noite. Pra no outro dia cedo falar com ele. Aí se ele [o diretor do DNPM] não assinasse eu não ia. Aí ele assinou e eu fui falar com ele. Daí ele olhou os papel tudinho assim: “É. Você vai ganhar a questão. Vou ensina a esses putos como é que se governa. Como é que se faz”. Pronto, dali pra frente só foi. Isso foi em mais ou menos em janeiro, fevereiro, coisa assim. Quando foi em maio foi pra audiência de ministro de estado. Eu ganhei por unanimidade de novo. Daí vai publicado no diário oficial da justiça, pra depois ser publicado no diário oficial da união. É outra coisa. Aí ficou, e o ministro Aureliano Chaves assinou. Aí esse Sinésio Passo Pozzo era sogro do procurador geral da república. Não acredito como eu fiz aquilo. Tem hora que eu me beliscava: “Era eu mesmo? Será que é verdade isso?” Mas era eu mesmo. Era sogro do procurador geral da república. Aí deu uma chamada no ministro. Declaro revogado a portaria 137, que ele tinha criado. Revogou os meus alvarás, o meu era 550. Revogou a 550 criando 137, pra revogação. Aí ele assinou assim: “Declaro que revogo a portaria 137, voltando os direitos legais da 550, do senhor Eliezo Lopes Carvalho”. Aí assina embaixo doutor Aureliano Chaves de Mendonça,

<sup>518</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

ministro de estado. Daí quando eu peguei aquilo lá eu vou falar pra vocês... eu agradei muito a Deus em primeiro lugar e eu fui lá na papelaria, tirei um monte de fotocópia assim. Saí naqueles deputados, só uma tropa... com o perdão da palavra, tá gravando, tropa de sem-vergonha esses deputados, a maior parte dele, né? Na frente tá assim, por trás... Dante de Oliveira nessa época era deputado. Gilson de Barros. Não sei o que, Canela. Daqui do Mato Grosso, né? Jonas Pinheiro. Maçao Tadano. Tudo era aqui. E quando foi pra ganhar a eleição eles vinham comigo assim ó. Toda hora chegava aqui pra mim ajudar eles e tinha comunicação. Mas na hora que precisa ninguém. Peguei as fotocópias e saí deixando nos gabinetes de um e de outro. Você é doído né Cabeça? Doído nada. O presidente do DNPM em Cuiabá, chama José da Luz, falou pra mim: “Você tá batendo em ferro frio”. “Por quê?” “Você tá porque essa questão você não vai ganhar nunca seu moço. Quem é você pra peitar uma questão dessa?”. Digo: “Você vai ver.” Foi o que eu mais entreguei com arrogância. Entreguei com arrogância. Deus me perdoe, mas entreguei com arrogância a portaria pra ele, o papel da comunicação. “Aí doutor?” “É, tá certo. Ninguém mais sabe o que fazer não, né? O que que você fez pra ganhar isso aqui?” Digo: “Eu não sei. O senhor procura lá saber, o que eles fizeram.” E já saí [risos]. Cheguei aqui em Alta Floresta, essa mulher ainda era viva. Irene. Doutora Irene era viva. Eu cheguei aqui... meu advogado era doutor Celso Junqueira, ele hoje deu derrame, você já viu? Hoje ele deu um derrame e tá todo torto. Nesse tempo ele ainda era bom. Aí eu cheguei, quando mostrei, ele: “É, tá aprovado”. Disse: “Pro juiz e pro prefeito quem vai entregar sou eu.” “Tá bom”. Levou uma pro juiz e outra pro prefeito [risos]. Vai saber? Pros vereadorzinho também entreguei pra um, pra outro. João Teixeira nesse tempo era vereador, o sobrinho do véio Ariosto. Mas, aí pra mim foi só uma honra, porque não deu em nada no final. Deu em nada. Quer dizer ganhei a questão, mas nenhuma mineração ficou com coragem de entrar lá. Porque é um lugar de muita confusão, muito briguento aquilo ali e o povo daquilo ali gosta muito de confusão. Então eles já sabiam o tamanho da confusão que deu pra adquirir a concessão volta, então todo mundo... e tá aí até hoje... [...] <sup>519</sup>

O sr. Eliezo falou novamente os principais nomes dos “perseguidores”. E assim, os garimpeiros e moradores da vila não estavam entre eles, mas eram denominados de “muito briguento”. Neste contexto, não há necessidade de uma outra palavra para definir como os garimpeiros se construíram e construíram no conflito de classe. Os garimpeiros não tinham outro projeto de sociedade, com possibilidade de romper com o capitalismo, mas formaram e se formaram como grupo político no campo de força contra o sr. Eliezo, a mineração e a lei.

O sr. Antônio mantém a luta dos garimpeiros como memória deslocada.

Flaviane: E daí o que aconteceu?

Antônio: O que aconteceu que nessa época, aí foi na época da eleição do finado Tancredo Neves. O Dante de Oliveira, veio aqui na Pista e falou pra eles aqui, diz: “Olha, vocês ponha a mão pro céu, que o Tancredo Neves ganha a eleição. Por que se ele ganhar a eleição o Cabeça [Eliezo] não vende o garimpo”. E aí que aconteceu mesmo, ele ganhou e vieram aqui e levaram ele [Eliezo] pra Brasília, lá tomaram os documentos e rasgaram. Era 19 mil

<sup>519</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

hectares escriturado que tinha aqui, pra área de garimpo. Eu acho que esse documento você encontra até hoje, se for em Brasília, você encontra. Que aqui na época era pra ser área de garimpeiro, mesmo. Aí, depois disso liberou e falou, “Garimpeiro não é pra pagar porcentagem pra ninguém”. [...]<sup>520</sup>

O sr. Antônio enfatizou os personagens e acontecimentos nacionais. Mas, as conquistas da área livre para o garimpeiro, o trabalhador repetiu de modo insistente. O documento que foi rasgado e que ainda está em Brasília, revela justamente as disputas contra o sr. Eliezo, a mineração e a lei. Ou seja, tinha dois documentos com base na lei. O do sr. Eliezo ficou sem validade e “foi rasgado”, portanto ele não pode negociar a área com a mineradora. Já o outro, dos garimpeiros tinha validade, era possível de acessá-lo “está em Brasília” e definia a Pista do Cabeça como “área de garimpeiro”.

O mesmo documento tinha legitimidade para o sr. Arnaldo, quando ele enfatizou o título do subsolo nos encaminhamentos finais das disputas pelo garimpo.

Flaviane: No caso esse documento dava o direito pro Cabeça? É isso?

Arnaldo: Não, esse documento era direito nosso. Direito nosso. Direito nosso. A área era nossa. A área era dos garimpeiros. Esse documento que foi assinado aqui. Esse documento nós tava com ele na mão guardado, se a firma comprasse, se eles chegassem pra comprar do Cabeça, eles perdia. Porque o documento tava aqui. Assinado pelo ministro e presidente da república. Tipo um título, tipo um sol. Às vezes você tem um filão aí, eu sou o dono da terra, mas você vai lá e paga o subsolo. Ainda tem mais isso. Você vai e paga o subsolo você pode trabalhar com muita gente dentro da minha terra. Aí eu chego lá: “E aí rapaz, você vai pagar uma porcentagem pra mim?” “Não, uma porcentagem eu posso pagar”. Porque tá escrito no documento do subsolo. “Quanto você quer por cento?” “Tanto...” Digo: “Vou lhe pagar”. “Não, mas é pra você sair daí”. “Não vou sair não”. “É. Eu vou dar parte no juiz”. “Vai dar parte”. Aí você vai lá, vou dar parte do fulano, aí você chama lá, eles vê que o cara paga o subsolo. E aí com que cara eu vou ficar? “Esse rapaz paga o subsolo. Não vai sair não”. É desse jeito. O subsolo é pra isso.

Natália: Eu sei que a gente passou muito perrengue naquele tempo. Com medo da polícia. Porque a polícia é... Quando ele teve essa opinião, nossa, todo o povo ajudou.

Arnaldo: Então, se a gente pagava o subsolo, nesse tempo? Subsolo é uma coisa que você paga. Dentro dessa casa aqui. Se eu tiver um filão aqui, dentro dessa casa, você por detrás registrar, o governo não tá nem aí. “De quem é essa área?” “É de fulano de tal”. Digo: “Eu quero pagar o subsolo pra minerar ela, extrair o mineral”. “Tanto”. Então você paga o subsolo e ninguém lhe embarga, ninguém vem mexer comigo. Nem o Ibama, nem o Ibama. Não olha nem pra mim. Se eles chegarem lá você fala: “Vocês vão caçar o dinheiro de você pra lá. Eu trabalho aqui é com ordem. Pago. Pago imposto pro governo”. Pronto, eu posso xingar eles tudinho, que eles não falam nada.

<sup>520</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

Flaviane: Foi isso que o Cabeça foi tirar em Brasília?

Arnaldo: Foi nós. Foi nós. Esse documento era nosso. Se hoje eu tivesse ele aí era meu. Nosso. Meu.<sup>521</sup>

Para o sr. Arnaldo o direito era dos garimpeiros. Utilizou-se da análise do documento para definir que o garimpo era dos garimpeiros e não do sr. Eliezo e da mineração. O documento era da reserva garimpeira que continuava a valer e garantia que a terra era dos trabalhadores e dava a eles o direito de extrair substâncias mineral da Pista do Cabeça. Portanto, o subsolo de onde retiravam o ouro era dos garimpeiros, e assim, o lugar do trabalho, da legalidade e do fim das disputas.

Nas memórias, os acontecimentos não seguiram a cronologia dos fatos, pois o tempo da memória não é linear e nem fixo no passado. As significações são construídas e reconstruídas com novas experiências compartilhadas, nas relações ativas presente, passado e futuro. Se nós analisarmos com detalhe, as memórias dinâmicas do sr. Arnaldo, a sra. Natália, a sra. Luttiene, o sr. Agnaldo, o sr. Antônio e o sr. Samuel do sr. Eliezo e as memórias fixadas pelos jornais é possível entender as diferentes formas que o confronto assumiu, no tempo. Os pedidos dos alvarás; a formação da reserva garimpeira, a organização da comunidade contra os alvarás; as pressões em Brasília; as assinaturas dos alvarás; as ordens de despejos; as reuniões e ações na comunidade e em Alta Floresta; o abaixo assinado; a comissão em Brasília, recurso e revogação dos alvarás; mandato de segurança, julgamento do mandato de segurança e permanência dos garimpeiros e moradores na vila garimpeira.

Diante das diferentes ações e lutas, os sentidos de expulsão, reunião e resistência ficaram demarcados nas narrativas dos trabalhadores. Significados construídos a partir da reivindicação com base na portaria nº550 da reserva garimpeira, na qual as terras demarcadas eram áreas de garimpagem e não de mineração. A portaria tinha que respeitar os encaminhamentos do Código de Mineração, o qual garantia aos pedidos feitos antes da demarcação da reserva fossem legais. Reivindicava-se o direito comum da garimpagem. Portanto, a disputa ganhava força no social, na ação dos “desbravadores”, na portaria nº 550 e não no Código de Mineração.

Mas, nós ainda precisamos analisar a importância da abertura da estrada da Pista do Cabeça até Alta Floresta, na construção desse contexto de conflito de classe. Desde 1983, com a demarcação da reserva garimpeira, a advogada dos garimpeiros Irene Bricatti denunciou a falta de infraestrutura no garimpo<sup>522</sup>. No debate social, o governador de Mato Grosso Júlio

---

<sup>521</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>522</sup>PEREIRA, op. cit., 1983, p.24.

Campos sinalizava para que “sejam feitas as estradas de acesso”<sup>523</sup>. Na Pista do Cabeça, o avião foi o principal meio de transporte até 1985. Era possível também caminhar pelo meio da floresta o até o destino final. As peregrinações foram constantes na vida dos trabalhadores, assim como os voos de avião. Isso estava prestes a mudar com a construção da estrada.

O relatório das atividades do governador do Estado de Mato Grosso, Frederico Carlos Soares Campo, de 1979 a 1982,<sup>524</sup> destacou a gestão estadual para o transporte e estradas. “Definido já no começo da administração do Frederico Campos como prioridade, o setor de transportes foi um dos que mais recurso alocou e um dos que mais realizou também”<sup>525</sup>. No período de 1979/1982<sup>526</sup> o total do dinheiro público gasto com equipamentos, implementação, pavimentação, restauração e conservação das estradas estaduais foi de Cr\$ 22.909.840.410,00. Enquanto que a Secretaria de Agricultura teve para investimento, no mesmo período, Cr\$ 6, 900.000.000,00<sup>527</sup>. Cerca de Cr\$15 bilhões a menos o setor agrícola teve de recurso público aplicado, mas, a melhoria das vias beneficiava-o desde o plantio até o escoamento da produção. Portanto, as estradas já eram o foco central das políticas do governo do Estado de Mato Grosso, no início da década de 1980.

Quando Júlio Campos assume o Governo do Estado de Mato Grosso as estradas permaneceram como ações estratégicas como é possível verificar no Relatório sobre a atuação do setor público. “Procurou-se, em 1985, dar continuidade à execução dos programas iniciados em anos anteriores: Carga Pesada, Nova Fronteira, Integração e POLONOROESTE, além de dar início a outras obras de interesse do Estado”<sup>528</sup>. As ações eram intensivas. Para o garimpeiro sr. Arnaldo não foi o projeto político governamental, mas o interesse pessoal que motivou o fazendeiro e governador Júlio Campos abrir a estrada até próximo à vila garimpeira da Pista do Cabeça.

Flaviane: A firma que ia comprar que abriu a estrada?

Arnaldo: Não. Quem abriu a estrada aqui foi os fazendeiro, Júlio Campos. Você já ouviu falar em Júlio Campos? Foi Júlio Campos quem abriu essa estrada aqui, mais o Jaime Campos. Tem fazendona aqui, grande. A fazenda do Jaime Campos aqui é quase do tamanho... não sei se o Paraná é grande,

<sup>523</sup>Idem, ibidem.

<sup>524</sup>Relatório do governo de Frederico Carlos Soares Campo (1979-1982). Mato Grosso - Pós Divisão. Trabalho executado pela equipe técnica da Fundação de Pesquisa Cândido Rondon (FCR) vinculado ao Gabinete de Planejamento e Coordenação do Estado. 412p. s/d

<sup>525</sup>Idem, ibidem, s/d, p.121.

<sup>526</sup>Em 1982, o setor teve o maior recurso investido Cr\$ 16.129.650.490,00. No ano de 1979 - Cr\$ 2.565.779.977,00; 1980 - Cr\$1.952.130.000,00 e 1981 - Cr\$2.262.279.943,00. Total: Cr\$ 22.909.840.410,00. Idem, ibidem, p. 122.

<sup>527</sup>Idem, ibidem, s/d, p. 191.

<sup>528</sup>Relatório sobre a atuação do setor público. Governo do Estado de Mato Grosso. Poder executivo: Governador Júlio Campos e Vice-governador Wilmar Peres da Silva, 1985. p.122.

né? Mas o estado do Piauí não sei se ganha da fazenda dele aqui, não? Mundo de terra. Olha lá se o estado do Piauí ganha da fazenda dele aqui. Ou o Sergipe que é nosso estado mais pequeno que tem. Aí abriu até lá na divisa, onde tem uma igreja. Não tem uma igreja desse lado aqui? Vai até onde tem as placonas de madeira no chão. Quando vocês vêm tem aquelas placonas de madeira no chão? Fazenda Santo Amaro. Essa estrada aqui, daqui pra [Alta] Floresta... aqui tem uma ponte, ainda hoje tem uns pau aqui. Devido esse rapaz aqui, do Laerte, essa estrada era para sair por aqui, daqui para sair em Floresta é 45 quilômetros. Eles tavam tirando ela por aqui, no manual. Diz que escutava a zuada de um trator... lá daquele lado tinha a Pista Nova. Tô falando que essa estrada, daqui pra Floresta é 45 quilômetros, ia tirar por aqui. Tava tirando aqui por dentro do mato pelo manual. Garimpeiro é doído. “Vamos tirar essa estrada”, disse o Laerte. Fizeram até uma ponte aqui. Ainda hoje tem os pauzão enfiados no meio do rio. Aí, um dia pro lado da Pista Nova escutaram uma zoada de um trator, aí foram olhar, vararam. Quando chegaram lá acharam esse trator do Jaime Campos, tirando a estrada pras fazendas. Aí ficou mais perto e tiraram. Nem aqui chegou. Chegou acolá. Daí vieram de jipe rodando por dentro do mato. Por dentro do mato e das valetas. Primeiro jipe que entrou aqui. Fazendo picada. Primeiro carro chegou aqui varando por dentro do mato com foice e facão. Varando e vindo. [...] <sup>529</sup>

Há a separação entre a estrada feita até a metade pelo fazendeiro e aquela iniciada pelos garimpeiros no sentido contrário. Na relação, indica-se outros contornos na oposição de classe, com abertura da estrada. Analogia não desenvolvida, aqui. Mas, o acesso por terra até a fazenda do tamanho do estado de “Sergipe” transformava os sentidos, até mesmo de “varação”, quando não mais o garimpeiro e sim o “carro chegou aqui varando”.

O sr. Eliezo explicou o mesmo processo com outra perspectiva.

Leozil: Lá seu Cabeça [Eliezo], na Pista, no começo foi picada e depois só avião e a estrada surge?

Eliezo: A estrada do Cabeça, era pra ser chamada Estrada do Cabeça. Razão, o governador daquela época se chamava Júlio Campos. Quando foi pra ele ganhar, na eleição de 82, pediu muita ajuda minha, que era pra eu ajudar a fazer a frente do pessoal lá. E eu dei uma mãozinha pra ele e ele ganhou. Aí com o passar do tempo, mais ou menos um ano depois de 81, né? Nós tava na inauguração da Shell. Shell é um depósito de petróleo que fizeram ali nos Arraras. Depois abandonaram. Tá lá só os tamborzão. Tá. Tava lá na inauguração daquilo lá. Aí, ele tava lá. Tava eu e meu advogado o doutor Celso. Aí, ele chegou e me cumprimentou. Cumprimentou o doutor Celso. Segurou a minha mão e disse: “Que que você quer de mim? Exige. Que que você quer de mim? Pode falar”. Eu pedir um avião não pedir porque eu tava com 3 avião. Pedir uma casa não ia. Tinha meia dúzia de casa aí. Carro também não ia pedir. Porque eu tinha o meu a mulher tinha outro. Dinheiro eu não vou pedir porque eu tenho dinheiro. Fazer o quê? Aí eu disse assim: “Eu vou pedir do senhor uma coisa?” “Pode falar”. “Eu quero uma estrada pra Pista do Cabeça”. Aí veio o advogado quase me bateu nessa hora. Me deu um cutucão. “Você tá dando tiro no pé. Rapaz você é louco? Pedir uma

<sup>529</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

estrada vai acabar seu movimento”. Digo: “Não”. Ali o seguinte, tem o movimento, não resta dúvida. Mas aquele povo que tá lá uns 50 por cento não tem condição de pagar avião. E não tinha mesmo. Ficava só mendigando ali. Então com a estrada é mais fácil. “Então você quer uma estrada?” “Quero”. “Então vou fazer a estrada”. Isso foi em 84 mais ou menos, não me lembro a data exatamente. Aí quando foi logo uns dias instalou uma companhia lá... pra lá daquele asfalto. Uma firma lá, a MAP. No meio de 85, entregaram a estrada prontinha. O pior que essa estrada vai até Juara. Vai até Juara.<sup>530</sup>

Colocou-se como sujeito e definiu os rumos da história, a partir da narrativa mitológica, como no mito grego, e na relação entre o rei Midas e o deus Dionísio. O rei do garimpo, ou vice-rei como denominou-o a revista RDM, a qual ele tinha em mãos no dia da entrevista<sup>531</sup>, o sr. Eliezo encontrou “o deus” candidato a governador disposto a atender ao pedido, não de transformar em ouro tudo o que tocasse, como no mito, mas o de permitir as pessoas que estavam “mendigando” no garimpo, pudesse sair de lá de modo “mais fácil”. O sr. Eliezo se autodescrevia como o homem bom e sem ganância, ao deixar os interesses particulares em benefícios dos pobres, com a construção da estrada. Contudo, o processo era mais amplo e sem definição por toque mágico.

Em 29 de novembro de 1983, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso (Dermat) fez anúncios de Tomada de Preços nº 039/83 para a elaboração de projeto de engenharia rodoviária para a construção de aproximados 60 quilômetros de estradas que ligariam o trecho “Entº MT-208 - Garimpo do Cabeça - Tapaiúna - Rio dos Peixes, Sub. Trecho: Km 10 - Garimpo do Cabeça, numa extensão de 60 Km”<sup>532</sup>. Depois do Dermat publicar mais duas vezes o edital<sup>533</sup>, a empresa Organização Tapajos Ltda<sup>534</sup> venceu a licitação para a elaboração do projeto da estrada. O Instrumento Contratual nº136/83-P.JU previa o valor de “Cr\$ 39.000.000,00 a preços iniciais e Cr\$ 9.750.000,00 como previsão de reajustamento, perfazendo um total de

<sup>530</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

<sup>531</sup>Cabeça, ex-vice-rei do garimpo. RDM: O Brasil do Futuro passa aqui. Ano III. nº 23, 2002. p.12-13

<sup>532</sup>Aviso Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 29 de novembro de 1983. p. 23

<sup>533</sup>Aviso Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 30 de novembro de 1983. p. 10; Aviso Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 01 de dezembro de 1983. p. 39

<sup>534</sup>Resultado da Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 21 de dezembro de 1983. p.07

Cr\$ 48.750.000,00. Prazo: 120 (cento e vinte)<sup>535</sup>. O objetivo era que, diante desse preço, o projeto da via ficasse pronto em junho de 1984.

Em 20 de abril de 1984, um mês antes, o Jornal do Dia de Cuiabá fez a chamada “Estado aplica recursos na melhoria de estradas”<sup>536</sup>, e atentava à parceria entre governo federal e estadual na aplicação de recurso e planejamento futuro, quando “será implantado as rodovias Alta Floresta – Garimpo do Cabeça”<sup>537</sup>. Em 23 de dezembro de 1984, o mesmo jornal fez o suplemento especial Integração Social e dedicou 24 páginas para enfatizar, como faz assessoria de imprensa, as ações do governo na reforma e construção das rodovias<sup>538</sup>. Entre promessas, preocupações e quilômetros de asfalto em construção, novamente, a estrada de acesso à Pista do Cabeça estava na pauta.

Nesses trabalhos, a Secretaria de Transportes, preocupando abranger principalmente as regiões de difícil acesso, como garantiu o secretário Haroldo Arruda, beneficiou também as zonas de garimpo, facilitando assim o tráfego de veículos. Um exemplo desse trabalho ocorreu no entroncamento da rodovia MT-208, no Garimpo da Cabeça, Itapainha, no Rio dos Peixes. Esses trabalhos foram feitos dentro do convênio número 158/84, que repassou para os serviços verba de Cr\$ 92 milhões de cruzeiros.<sup>539</sup>

Além dos nomes errados, quando o correto era Garimpo do Cabeça e Tapaiúna, os verbos no passado - beneficiou, foram feitos, repassou, indicavam de modo errôneo que a estrada já estava concluída em 23 de dezembro de 1984. Mas, o governo continuava a publicar informações sobre o projeto e a execução dele. O Estado fez isso em 14 de setembro<sup>540</sup> e 28 de dezembro de 1984<sup>541</sup> quando novos preços foram atribuídos ao mesmo plano base da Tomada de Preços nº 039/83<sup>542</sup> ainda em elaboração pela Organização Tapajós Ltda.

<sup>535</sup>Extrato do Instrumento Contratual nº 136/83-P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 20 de fevereiro de 1984. p.08

<sup>536</sup>Estado aplica recursos na melhoria de estradas. Jornal do Dia. Cuiabá, 20 de abril de 1984. Geral - p.05

<sup>537</sup>Idem, ibidem.

<sup>538</sup>Integração Social III. Suplemento Especial. Jornal do Dia. Cuiabá, 23 de dezembro de 1984. 24p.

<sup>539</sup>Idem, ibidem, 1984, p.19.

<sup>540</sup>Extrato ao Termo Aditivo nº 043/84 - P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 14 de setembro de 1984. p.2

<sup>541</sup>Extrato ao Termo Aditivo T.A. nº 064-A/84 - P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 28 de dezembro de 1984. p.62

<sup>542</sup>Aviso Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 29 de novembro de 1983. p. 23

Em 05 de fevereiro de 1985, o Dermat estava organizado para aprovação do segundo projeto para posterior execução. Nos dias 05<sup>543</sup>, 06<sup>544</sup> e 07<sup>545</sup>, o departamento fez tomadas de preço para “elaboração de Projeto Rodoviário Simplificado, na Rodovia: MT-160/325. Trecho: Entº MT-338 - Tapaiúna - Garimpo do Cabeça - Entº MT-208, Sub-Trecho: Entº MT-338 Tapaiúna - Garimpo do Cabeça - Entº MT-208, numa extensão aproximada de 145 Km”<sup>546</sup>. A empresa Organização Tapajós Ltda, que ganhou a licitação anterior, teve dois extratos ao termo aditivo e mais dinheiro para gastar com o projeto, também foi aprovada para este trabalho<sup>547</sup>. Enquanto o planejamento da primeira estrada seguia no sentido de Alta Floresta a Juína, o segundo era da estrada do sentido contrário, de Juína a Alta Floresta. Em ambos os planos, as estradas chegavam à Pista do Cabeça, denominado Garimpo do Cabeça, nos documentos.

De acordo com o Dermat, a estrada que ligaria a Pista do Cabeça até Alta Floresta ganhava novos contornos a partir de 02 de maio de 1985. Com o aviso de concorrência pública para a implementação da rodovia MT-208 até a Pista do Cabeça<sup>548</sup>. A empresa vencedora da licitação para a construção da obra foi a Constran S/A Construções e Comércio<sup>549</sup>, com o prazo de 325 dias úteis, o preço estimado foi de “Cr\$ 24.303.280.734 a preços iniciais e Cr\$ 34.963.822.077, com previsão de reajustamento perfazendo um total de Cr\$ 59.268.102.811”<sup>550</sup>. Os preços eram referentes a “execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte correntes, drenagem, obras complementares e obras de arte especiais na rodovia s/nº - trecho: MT 208/ Garimpo do Cabeça, numa extensão de 75 km”<sup>551</sup>. A pergunta que ficou. Não estava previsto o asfalto dentro desse orçamento? A

---

<sup>543</sup>Aviso Tomada de Preços nº 015/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 05 de fevereiro de 1985. p.22

<sup>544</sup>Idem, ibidem.

<sup>545</sup>Idem, ibidem.

<sup>546</sup>Idem, ibidem.

<sup>547</sup>Resultado Tomada de Preços nº 015/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 20 de março de 1985. p.22

<sup>548</sup>Aviso de Concorrência Pública nº 012/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 1985. p. 19; Aviso de Concorrência Pública nº 012/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 03 de maio de 1985. p. 19; Aviso de Concorrência Pública nº 012/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 06 de maio de 1985. p. 17;

<sup>549</sup>Aviso Resultado de Concorrência Pública nº 012/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 27 de junho de 1985. p.17

<sup>550</sup>Extrato do Instrumento Contratual nº 123/85-P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 16 de agosto de 1985. p.16

<sup>551</sup>Idem, ibidem.

estrada feita e entregue pela empresa Constran S/A Construções e Comércio ao Estado de Mato Grosso era de chão e não estava pavimentada.

Já implantada e em uso, a Constran S/A Construções e Comércio continuou a obra em 1987 e outros preços atribuídos ao novo contrato, assim eram pagos “Cr\$ 66.359.076.115,07; sendo Cr\$ 26.105.153.612,29; a preços iniciais e Cr\$ 40.253.922.502,78 como previsão de reajustamento”<sup>552</sup>. O preço do (re) acerto era maior que o previsto inicial. Com a assinatura do procurador geral Manoel Ourives Filho, o Dermat era público que o preço pago para a Constran S/A Construções e Comércio chegava ao total de Cr\$ 125.627.178.926,07. Ou seja, o Estado investiu mais de Cr\$ 120 bilhões para a construção da rodovia. E, novamente, a estrada não foi asfaltada.

O preço foi elevado se confrontarmos com Cr\$ 88.739.742.893 pagos pelo governo para a mesma empresa, pelos iguais serviços e distâncias, para a construção da rodovia MT-370 entre Mineirinho e Itiquira<sup>553</sup>. A diferença na excussão das duas obras foi de Cr\$ 33.887.436.033,07. E ainda, podemos comparar com o salário mínimo de abril de 1985 que era de Cr\$ 333.120<sup>554</sup>. Ou seja, se nos dividirmos as duas grandezas, do gasto e do salário, a estrada custou 377.122 mil salários mínimos. Se analisarmos, o salário mínimo é o básico para o trabalhador sobreviver, 377.122 mil trabalhadores poderiam ter recebido um mês o preço gasto na estrada. Mas, todo o dinheiro foi pago à Constran S/A Construções e Comércio, empresa responsável pela obra<sup>555</sup>.

Contudo, este exercício de reflexão não é seguro. Primeiro, é preciso pesquisar se a construção da rodovia MT-370 também não teve aditivos durante o período de construção. Segundo, o documento consultado Extrato de Termo Aditivo<sup>556</sup> de março de 1987, da MT 208/ Garimpo do Cabeça, trazia ainda a sigla do dinheiro em cruzeiro (Cr\$) e não em cruzado (Cz\$) e já tinha mudado desde o Decreto-Lei nº 27 de fevereiro de 1986<sup>557</sup>. O que deixa a

---

<sup>552</sup>Extrato de Termo Aditivo nº 001/87-P.JU ao Instrumento Contratual nº 123/85-P.JU T.A 001/87. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 25 de março de 1987. p.15

<sup>553</sup>Extrato do Instrumento Contratual nº 123/85-P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 16 de agosto de 1985. p.16

<sup>554</sup>Decreto nº 91.213, de 30 de abril de 1985. Fixa novo salário-mínimo para todo o território nacional em Cr\$ 333.120 (trezentos e trinta e três mil, cento e vinte cruzeiros).

<sup>555</sup>Se somarmos os preços pagos com os projetos e a excussão deles os gastos são maiores e, ainda, não temos mais informações sobre do convênio número 158/84, que repassou para os serviços verba de Cr\$ 92 milhões de cruzeiros, como publicou o Jornal do Dia.

<sup>556</sup>Extrato de Termo Aditivo nº 001/87-P.JU ao Instrumento Contratual nº 123/85-P.JU T.A 001/87. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 25 de março de 1987. p.15

<sup>557</sup>Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do Seguro-Desemprego e dá outras providências.

dúvida sobre o real preço pago na obra. Terceiro, o salário também sofreu alterações. O salário mínimo de Cr\$ 333.120 de abril de 1985 era diferente do Cz\$ 1.368,00 pago em 27 de fevereiro de 1987<sup>558</sup>. Ou seja, é preciso mais pesquisa e análise, pois os dados estão imprecisos para compararmos.

Mas, não há dúvidas sobre a inauguração da obra, como anunciou dez dias antes o Diário Oficial. “Na quinta-feira, dia 8, às 9:00 horas, o governador estará chegando ao município de Alta Floresta para inaugurar um trecho com 80 quilômetros de extensão da rodovia que liga Alta Floresta ao Garimpo do Cabeça”<sup>559</sup>. O governador esteve em Alta Floresta na cerimônia de abertura da estrada. Na ocasião, o Jornal da Cidade de Alta Floresta publicou:

[...] Após o contato com os estudantes [na inauguração da Escola Estadual Capitão Manoel Ari da Silva Pires], Júlio Campos e toda a comitiva dirigiram-se a Rodovia MT-208, agora denominada Rodovia Tancredo Neves, onde inauguraram parte do trecho já pavimentado, de Alta Floresta a Colíder.

Logo após, todos rumaram para a estrada que liga com a Pista do Cabeça, a Rodovia dos Garimpeiros, e deveria ser recebido por uma grande parte desses homens, mas só encontrou um de seus líderes, já que todos haviam se retirado e voltado para os “baixões” cansados de esperar.<sup>560</sup>

Os trabalhadores não estiveram presentes para ouvir o político Júlio Campos sobre os novos caminhos, em tom de campanha política. “Se eu for merecedor dos votos dessa região para ser, Deputado Federal por MT”<sup>561</sup>. Os garimpeiros estavam no trabalho. Até o jornal que construía a grandeza do evento e a campanha política do governador já candidato, evidenciava que a presença do político não era importante para os garimpeiros, mas a garimpagem, sim!

As memórias dos trabalhadores nos possibilitam entender detalhes para além das páginas do jornal e dos documentos publicados pelo Dermat nos Diários Oficiais. Nas narrativas dos trabalhadores, que viviam na Pista do Cabeça, a cerimônia não foi citada. Já a estrada teve vários usos, movimentou a vida e adquiriu diferentes sentidos e significados. A partir dela, os assuntos foram abordados na entrevista com a sra. Natália. Ao falar como o marido sr. Arnaldo fez o trajeto de Alta Floresta até a Pista do Cabeça.

<sup>558</sup>Decreto nº 94.062, de 27 de fevereiro de 1987. Fixa novo salário-mínimo para todo território nacional.

<sup>559</sup>Municípios receberão visitas do Governador. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 1986. p.02

<sup>560</sup>Inaugurando obras, Júlio despede-se do Governo. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Maio de 1986. Edição Especial. p.03

<sup>561</sup>Idem, ibidem.

Natália: Andando de Alta Floresta pra cá. Só no pezinho. Eles eram uma turma de 12. Não me lembro quantos dias gastaram aqui. Mas foi muitos dias. Era uma turma de 12. Primeiro carro que entrou aqui, foi um jipe e o proprietário dele chamava Laércio. Foi em 85. Eu morava em barraco de lona lá embaixo. Daí foi quando a gente começou a fazer essa casa aqui. Já entrava carro, né? Aí nós começamos a fazer ela. Nós gastamos 1 quilo e 200 gramas pra fazer ela. 1 quilo de ouro e 200 gramas. Muito. Tudo era caro.<sup>562</sup>

Associou-se à chegada do marido a pé com a vinda do primeiro carro e o início da construção da casa, que ocorreu no mesmo período que o jipe do sr. Laercio chegou na vila, em 1985. Após isso, o tema é retomado, até que os sentidos foram atribuídos sobre a construção da estrada: “Passou do [rio] Santa Helena é tudo retinho”<sup>563</sup>. O traçado retilíneo da estrada significou ação planejada para construção do trajeto. A trabalhadora viveu o processo de abertura e atribuiu o protagonismo aos garimpeiros. “Depois que os políticos tomaram conta, acabou. Quando era os garimpeiros, os homens de serviço...”<sup>564</sup>. Em oposições, os políticos vistos como aqueles que chegaram depois e os garimpeiros como os trabalhadores responsáveis pela obra. A sra. Natália aproximou, ainda, a estrada com a melhoria na qualidade de vida dos moradores da vila garimpeira:

Natália: [...] Porque depois que abriu a estrada, aí a gente já fazia compra na cidade. Já não comprava mais aquelas coisa caro, aqui. Se a gente comprava aqui um pacote de arroz, lá na cidade dava pra comprar três. Aí já foi bem melhor. Aí o pessoal já trazia óleo da cidade. Já que aqui era um absurdo. Lembro bem que cansei de comprar galinha aqui por cinco gramas de ouro. Cinco gramas de ouro, hoje vou te falar, em! Mais de 500 reais. Tá 135 a grama. Depende do dólar. Dá licença, vou desligar um feijão aqui.<sup>565</sup>

O caminho ligava o garimpo e a cidade, o “lá” mais barato e “aqui” onde tudo era mais caro. O preço dos itens básicos para alimentação são o suporte para a memória. Definiu-se a importância da construção da estrada para baratear o custo de vida dos moradores da Pista do Cabeça, na década de 1980. Os cálculos do grama do ouro separaram os diferentes tempos e apontava as dificuldades para sobreviver no garimpo. E mesmo com a estrada, a vida ainda não ficava tão mais barata, como enfatizou antes no alto investimento para a construção da casa.

A estrada esteve presente na memória do sr. Domingos. A circulação serviu para organizar a narrativa, ao explicar as relações da vida com o novo caminho.

---

<sup>562</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>563</sup> Idem, ibidem.

<sup>564</sup> Idem, ibidem.

<sup>565</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

Domingos: Bom. Eu quando eu vim de avião demorei pouco, né? Que nós veio a negócio. Nós não veio assim... no ponto trabalhava... meus companheiros que tinham condições... tinham vindo para arrumá terra pra vim montar draga, né? Aí quando eu vim foi que eu vim vê como era mesmo a situação que era de garimpo, movimento que já tinha, que na primeira vez que nós viemos de avião não tinha um movimentão de quando entrou o carro... não... era mais fraco, né? Mais pouca gente... aí eu quando eu vim fiquei um ano e pouco que eu vim aqui e que eu voltei de novo já tava aquele movimentão, tinha estrada e casa... na época tinha uns barraquinhos dali pra cima e a pista só... quando eu cheguei em um, dois anos... era casa, comércio pra todo lado, casa de peça, era tudo pra todo lado pra todo lado com compra de ouro... a mulhezada aí que rodava, gritava dia e noite, aí? Eu sei era bom aquela época, mas é bom até hoje, né Naldo [Reginaldo Luiz da Silva]?<sup>566</sup>

O sr. Domingos destacou o movimento no aumentativo para chamar a atenção das mudanças que ocorreram, e definiu dois tempos o antes e o depois da chegada do carro. Ao indicar a quantidade de pessoas e valorizou o passado da Pista do Cabeça, informação a ser confirmada com sr. Reginaldo, que estava presente durante a entrevista. Falou-se também sobre os ônibus que passaram a circular entre a Pista do Cabeça e Alta Floresta. “Três vezes por dia, de meio dia tinha um [ônibus] que vinha e ia daqui prá lá... de tarde que ia e vinha e de manhã era o mesmo jeito... duas empresas [Satélite e Maringá]... e era lotado direto...”<sup>567</sup>. O movimento continuou a demarcar a estrutura da narrativa.

Com a abertura da estrada, as formas de chegar ao garimpo foram modificadas e outras coisas também se transformaram para o sr. Eliezo.

Flaviane: Daí mudou muita coisa com a estrada no cotidiano, no dia a dia?  
Eliezo: Mudou, mudou muito. Quando era só avião não existia barbaridade de coisa. Morreu cinco pessoas só, quatro morreu de suicídio, morte perigosa, né? E um morreu de... uma barreira caiu por cima dele e matou, cinco. Depois que a estrada chegou virou o Iraque. Daí era mortandade de gente todo dia. Nego matava e colocava a cabeça de nego, a cabeça, nos tocos na beira da estrada. Mudou muita coisa.<sup>568</sup>

A repetição da mudança significa que o sr. Eliezo teve de sair e deixar a Pista do Cabeça após as intensas disputas. O excesso de violência depois da construção do acesso por terra indica que o ex-dono do garimpo passava o olhá-lo “de fora”, negando a “barbaridade” que existiu enquanto ele estava lá dentro. E, portanto, demarca o tempo como dono do garimpo “só de avião” como de inocência e bondade, quando até mesmo o homicídio era denominado suicídio, em oposição à guerra, com a chegada da estrada. O sentido do sr. Eliezo

<sup>566</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>567</sup>Idem, ibidem.

<sup>568</sup>CARVALHO, op. cit., 2016.

era bastante diferente dos significados atribuídos pelos trabalhadores que permaneceram na Pista do Cabeça. De tal modo, a construção da estrada contribuiu para dividir significações, separar tempos e aproximar lugares. E, ainda, o novo caminho reforçou a permanência dos trabalhadores nas terras com ouro e luta! E a luta continuou pela terra, como nós indagaremos no capítulo IV.

## **CAPÍTULO IV**

### **LUTA**

Na primeira metade da década de 1990, o presidente da Associação Comunitária Novo Cruzeiro, Pedro Lopes da Silva, assinava a carta/manifesto que refletia sobre a Pista do Cabeça. O representante da comunidade anunciava as situações vividas pelos homens e

mulheres na construção da vila rural garimpeira e as ações para solucionar os problemas enfrentados. Evidencia-se pelo documento:

Comunidade Novo Cruzeiro

(Pista do Cabeça)

Fundada em 1980, quando essa região pertencia à cidade de Diamantino.

Como é de conhecimento das autoridades maiores, aqui era uma vila de garimpo, onde o transporte era feito de avião.

Com o passar dos tempos foi construída uma estrada manual para ligar a outra estrada já existente, até dar acesso à Alta Floresta.

Esse projeto foi feito através da diretoria e moradores daqui da nossa comunidade, no pensamento de que houvesse um transporte menos caro e as mercadores pudessem chegar aqui em condições melhores para o consumidor.

E à mesma deram início com o apoio e ajuda da comunidade e dos moradores. Mas antes que fosse concluída veio a MT 325, com destino até Juara, só que até o momento, o final da mesma é aqui na Pista.

Apesar de que aqui era município de Diamantino, Alta Floresta foi o ponto comercial daqui, sendo a cidade mais próxima, sendo que todo ouro extraído na área, era comercializado em Alta Floresta como também, os moradores seriam consumidores dos produtos vindos de Alta Floresta.

Foi então a nossa Pista do Cabeça transferida para Nova Canaã do Norte para que houvesse uma aproximação maior com a sede do município e foi aprovado.

E com o passar dos anos volta novamente a Pista do Cabeça a pertencer à Alta Floresta e foi novamente aprovado.

E nós estamos aqui na mesma luta só falta outra mudança.

Mas permanecemos aqui firmes recorrendo à autoridade máxima do nosso estado, para que seja feita alguma coisa em favor de um povo que deu parte de suas vidas para fazer a desbravação a olho nu na esperança de um lugar digno de se viver.

E a nossa preocupação está ligada à nossa economia. Vamos avaliar quantas toneladas de ouro saiu da nossa região sem que nenhum benefício tenha sido feito para nós. Depois podemos dizer: a oportunidade de ver nossa madeira mais preciosa o (mogno) passa aqui dentro de nossa comunidade para outras regiões, enquanto nós aqui não participamos dessa economia.

Hoje se fala em ouro branco, pois estamos cercados de grandes e fortes fazendeiros, e esses vieram para ficar. Quantos caminhões de bezerros desmamados passam diariamente pelos mesmos caminhos que passaram a madeira de lei, e vai por muito tempo continuar a passa a madeira branca, e os bois depois de gordos e os tocantes de boiadas.

Tudo isso, excelentíssimo, aqui na grande Pista do Cabeça. E a decadência aumenta à cada dia.

Mas desânimo não sentimos, e vamos trabalhar firmes no objetivo de que as autoridades que se dizem competentes possam olhar para nós com bons olhos.

Estamos anexando o mesmo para o conhecimento dos nossos políticos que estão com todo o poder nas mãos e muitas vezes deixa uma população em estado de calamidades.

Não obstante, esquecemos que fazemos parte do mesmo Mato Grosso e do mesmo país Brasil.

A Coordenação.

Pedro Lopes da Silva

Presidente da Associação Comunitária Novo Cruzeiro<sup>569</sup>

A carta retomou a fundação da Pista do Cabeça como anterior ao ano de 1981. E ainda, o período do garimpo de voo que durou de 1981 até 1985 e a construção da estrada iniciada pelos trabalhadores do garimpo e inaugurada pelo governo do Estado em 1986. No mesmo ano, ocorreu a passagem da Pista do Cabeça do município de Diamantino para Nova Canaã do Norte a partir da Lei nº 4.997<sup>570</sup> em 13 de maio de 1986, e, posterior, para Alta Floresta com a Lei nº 6.389<sup>571</sup> em 28 de dezembro de 1993. Reforçou-se a relação da comunidade com Alta Floresta. Lembrou-se dos processos econômicos do extrativismo e da pecuária ao enfatizar a riqueza e a necessidade da luta, para os trabalhadores pudessem acessá-la, já que até o momento não tinha sido possível, como previsto.

No documento não há dados evidentes. Falta a data, mas o sr. Pedro exerceu o cargo de presidente da Associação Comunitária Novo Cruzeiro entre 1994 e 1996. O anexo do objetivo? Não tem. Porém, o presidente da Associação se construía como líder comunitário e dos trabalhadores em oposição aos fazendeiros. Já o receptor da mensagem era o governador de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira (PDT), que assumiu o cargo em janeiro de 1995, voltado aos programas sociais. Ou, será que o teor do documento seria enviado ao irmão do fazendeiro da região da Pista do Cabeça Julio Campos, o governador Jayme Campos (PFL), em 1994?

Em dezembro de 1994, o diretor presidente da Companhia Matogrossense de Mineração (Metamat), Edísio Rodrigues Rocha, assinava a apresentação do relatório anual do Diagnóstico das Atividades Mineradoras na Bacia do Rio Teles Pires e enfatizava-o como “referencial indispensável para quem quer trabalhar séria e objetivamente pela evolução do setor mineral com devido respeito ao meio-ambiente”<sup>572</sup>. O documento oficial descrevia a Pista do Cabeça:

Região Garimpeira Pista do Cabeça  
Esta região é constituída dos seguintes garimpos: córrego Molha Bêbado, córrego Jacamim, córrego Buriti, córrego Pepita, córrego do Falcão e do próprio rio Paranaíta (sítio do Miguel, trecho a montante da Pista do Cabeça,

<sup>569</sup>Carta/Manifesto. Comunidade Novo Cruzeiro/Pista do Cabeça. Assinada pelo Presidente da Associação Comunitária Novo Cruzeiro Pedro Lopes da Silva. 2p. s/d

<sup>570</sup>Lei nº 4.997 de 13 de maio de 1986. Cria o Município de Nova Canaã do Norte, desmembra dos Municípios de Colíder e Diamantino. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 13 de maio de 1986. p.06

<sup>571</sup>Lei nº 6.389 de 28 de dezembro de 1993. Incorpora ao Município de Alta Floresta e área territorial pertencente ao município de Nova Canaã do Norte e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 28 de dezembro de 1993. Capa.

<sup>572</sup>Apresentação. Relatório Final. Diagnóstico das Atividades Mineradoras na Bacia do Rio Teles Pires. Companhia Matogrossense de Mineração – Metamat. Dezembro de 1994.

trecho entre a Pista do Cabeça e Pista Nova, Coca Cola, Zé Gaúcho, Amaral, Zé Bigode e Divisa) como também de alguns corpos filonianos: filão do Rato, filões do Evaldo Jug e filão do Fabinho.

[...]

Dentro da reserva [garimpeira] existem atualmente três corrutelas, denominadas de Pista do Padeiro (Pista Nova), Ourolanda, Pista do Cabeça (a mais antiga). Estes três povoados formam o Distrito União da Serra. Nestas localidades existe uma boa infra-estrutura, consistindo de: farmácias, mercados, bares, oficinas mecânicas, escolas, posto da Sucam, posto de gasolina, casas compradoras de ouro, etc.

A população do distrito União da Serra, com base em informações colhidas de alguns moradores do distrito, é de 3.000 pessoas.

A população envolvidas direta e indiretamente com a extração de ouro é de 455 pessoas.

Atualmente, a atividade garimpeira encontra-se em decadência em virtude dos seguintes fatores: esgotamento dos depósitos aluvionares já descobertos; falta de pesquisa para detecção de novas ocorrências mineralizadores; extração inadequada dos corpos filonianos já descobertos e a tomada da região por grandes latifúndios improdutivos que proíbem a extração de ouro em suas fazendas, apesar de algumas delas estarem dentro da reserva garimpeira.

Durante o levantamento da região foram levantadas 69 unidades de produção, assim distribuídas: 61 dragas de 4" e 5" 7 moinhos de martelo e 1 moinho de galga.

O teor médio dos depósitos aluvionares é de 1,38 g/m<sup>3</sup> e depósitos primários tipo filoniano é de 35g/ton.

Atualmente a lavra dos depósitos aluvionares encontram-se em áreas que foram descartadas no auge dos garimpos em face do teor de ouro não ser compensatório para a época, ou em locais, que foram recobertos por rejeitos. Do ponto de vista ambiental, nota-se em toda a região presença de grandes valas abandonadas, desmatamento das matas ciliares e uso indiscriminado de mercúrio. No entanto os fatos mais preocupantes no momento são: o desvio do rio Paranaíta com o objetivo de extração do ouro, no seu jeito de a abertura de grandes catas em áreas já trabalhadas e a procura de frentes virgens (damas) recobertas por estéril (rejeitos).

Com a exaustão dos depósitos auríferos já descobertos e a falta de terra para a população tirar o sustento de seus familiares, o distrito União da Serra pode-se transformar em um povoado "fantasma".<sup>573</sup>

Nos anos 1980, o garimpo de ouro aluvionar, encontrado nas camadas menos profundas do subsolo, fora a base do trabalho realizado na Pista do Cabeça. Na década de 1990, o ouro era retirado do interior das rochas, principalmente, nos filões. A Metamat para estabelecer o número de 455 trabalhadores envolvido com o garimpo e dos 3 mil moradores considerava além da Pista do Cabeça a totalidade do Distrito União da Serra, definido na Lei

<sup>573</sup>Relatório Final. Diagnóstico das Atividades Mineradoras na Bacia do Rio Teles Pires. Companhia Matogrossense de Mineração – Metamat. Dezembro de 1994. p.117-118

nº 021/89 de 08 de novembro de 1989<sup>574</sup>. Assim, destacam-se os garimpos, as currutelas e os fatores para o declínio da região como terra de garimpagem.

A Metamat como a Associação Comunitária Novo Cruzeiro analisavam a realidade no início da década de 1990. Enquanto, a Metamat concentrava no ouro no Distrito União da Serra, a Associação ampliava à extração da madeira e à criação do gado como formas de concentração da riqueza local da Pista do Cabeça. A Metamat apontava a transformação do meio ambiente e o uso do mercúrio, a Associação nutria a “esperança de um lugar digno de se viver”. A Metamat previa o destino da região como lugar “fantasma”, sem moradores. Já a Associação assegurava outro futuro, por meio das ações dos homens e mulheres, pois nós “vamos trabalhar firmes”.

Os questionamentos sobre os usos das terras estavam manifestos nos dois documentos. Ambos concordavam da “tomada da região por grandes latifúndios improdutivos” ou “estamos cercados de grandes e fortes fazendeiros”. As ocupações e propriedades do solo e do subsolo estavam em elaboração e disputa, de tal modo, os embates contra a concentração da terra foram longos. No início da década de 1980, as terras do garimpo estavam dentro dos limites da Gleba Apiacá, eram área pública situados na região norte do Estado de Mato Grosso. Para o Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), a Gleba Apiacá tinha cinco divisões de áreas: Gleba Apiacá I<sup>575</sup>, Gleba Apiacá I-A<sup>576</sup>, Gleba Apiacá I-B<sup>577</sup>, Gleba Apiacá II<sup>578</sup>, Gleba Apiacá III<sup>579</sup>.

A área Gleba Apiacá I-A era praticamente a mesma da Gleba Apiacá I, já a Gleba Apiacá I-B ampliava a extensão de terra da Gleba Apiacá I<sup>580</sup>. Ao todo, eram 144.999,874 hectares de terras dentro dos limites dos municípios de Diamantino, Juara e Porto dos Gaúchos. As cinco áreas da Gleba Apiacá foram reconhecidas como terras devolutas pelo governo do Estado do Mato Grosso em 13 e 26 de dezembro de 1985, com publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 17 dezembro de 1985 e 02 de janeiro de 1986. No período, o Intermat incorporou-as ao patrimônio estadual com base nas legislações vigentes.

---

<sup>574</sup>Lei nº 021/89 de 08 de novembro de 1989. Cria no Município de Nova Canaã do Norte, o Distrito União da Serra. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 07 de dezembro de 1989. p.27

<sup>575</sup>Portaria nº 246/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 02 de janeiro de 1986. p.15-16;

<sup>576</sup>Portaria nº 244/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 02 de janeiro de 1986. p.14;

<sup>577</sup>Portaria nº 245/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 02 de janeiro de 1986. p. 14-15;

<sup>578</sup>Portaria nº 232/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 17 de dezembro de 1985. p. 19-20.

<sup>579</sup>Portaria nº 221/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 17 de dezembro de 1985. p. 19.

<sup>580</sup>Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 02 de janeiro de 1986. p. 14-15; Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 17 de dezembro de 1985. p. 19-20.

A Gleba Apiacá I-B, região da Pista do Cabeça, tinha 8.750 hectares. Era nela que os garimpeiros trabalhavam quando a extensa área ainda não tinha, legalmente, proprietários privados. A Gleba Apiacá I-B continha como limite principal o rio Paranaíta. Na outra margem do rio, estava a Gleba Terra Prometida de 9.663 hectares que também fazia divisa com a Gleba Cantarella de 10.000 hectares. A Gleba Cantarella foi incorporada ao patrimônio do Estado no dia 03 de dezembro de 1985<sup>581</sup> e a Gleba Terra Prometida em 07 de fevereiro de 1986<sup>582</sup>. Ou seja, os 28.413 hectares de terra que circundavam a Pista do Cabeça eram bem público do Estado de Mato Grosso. Contudo, o fato do Estado ampliar o reconhecimento das terras públicas, no fim do ano de 1985 e início de 1986, não significava que as terras não tinham ou tiveram grileiros, posseiros e moradores antes disso, como nós vamos analisar a partir de agora.

A Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinha<sup>583</sup> apresenta elementos sobre a região<sup>584</sup>. No mapa, datado do ano de 1952, as terras entre os rios Paranaíta e Apiacá eram parte da “Serrania dos Apiacá”. No local tinham vivido os povos tradicionais Apiaká, do grupo étnico Tupi, nos “Aldeamentos Apiacá”. Ao que indica o documento, no ano de 1915. Mas, a região também era definida como lote “inexplorado”<sup>585</sup>. O Estado enfatizou o aspecto “inexplorado” quando incorporou como patrimônio a área de 144.999,874 hectares da Gleba Apiacá. Pois, os povos Apiaká não viviam ali, na Gleba que levava o nome deles, na década de 1980. Os sobreviventes habitavam a reserva indígena Apiaka/Kaiabi em Juara<sup>586</sup>.

Em 1981, os garimpeiros, os trabalhadores do garimpo, os grileiros, posseiros chegaram nas terras com ouro. Aos poucos, as áreas devolutas foram ocupadas, trabalhadas e griladas pelos homens e mulheres que se estabeleceram ali. O processo de apropriação privada das terras públicas, onde os trabalhadores do garimpo abriam as frentes de serviço, foi vivido como expulsão pelo garimpeiro sr. Arnaldo. “Cercaram as terras. Foram tirando os garimpeiros tudinho que tavam trabalhando e foram entrando, entrando, entrando. E teve uns cara aí de fora, que foram fazendo aquela área, foram vendendo. E ninguém sabia, daqui a

<sup>581</sup>Portaria nº 203/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 05 de dezembro de 1985. p.34-35.

<sup>582</sup>Portaria nº 062/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 14 de fevereiro de 1986. p.07

<sup>583</sup>Em 2019, o mapa estava exposto com quase três metros de altura no Arquivo Público de Mato Grosso. Ou seja, ainda tinha importância na construção da memória coletiva para merecer tamanha exposição.

<sup>584</sup>Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinha organizada e desenhada no serviço de conclusão da carta de Mato Grosso, do Ministério de Guerra – Estado Maior do Exército sob a direção geral do General Candido Mariano da Silva Rondon e direção gráfica executiva do General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, ano de 1952. Exposta no Arquivo Público de Mato Grosso é possível acessá-la também na Biblioteca Nacional.

<sup>585</sup>Idem, ibidem.

<sup>586</sup>STUCHI, Francisco Forte. A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): História Indígena e Etnoarqueologia. Dissertação. Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p.79-90.

pouco tava tudo vendido. Lotearam aí”.<sup>587</sup> O aspecto da surpresa demarcou a dureza do desterro, quando o trabalhador entendeu que os lotes tinham proprietários definitivos e eram dos “de fora”.

Ao questionar o sr. Domingos sobre como os grileiros chegaram e se apossaram das terras da Pista do Cabeça, ele e o sr. Reginaldo definiram ações de acordo com as angústias descritas pelo sr. Arnaldo e ampliaram:

Domingos: Tem aquelas pessoas que ficam andando... em tal lugar a terra tá absoluta ainda e a terra é boa. Aí eles vinham, chegavam e mandavam aqueles cara que vinham pra cortar os picadão... cortava logo o picadão de 10 mil, 15 mil alqueires... Aquela Estrela ali quanto mil alqueires não era aquela fazenda...

Reginaldo: Só que tudo aqui era tudo, a maioria, é fazendeiros grande, forte. Esses grandes, eles têm acesso as plantas, aos mapas do governo. O governo aqui tem o mapa onde é fazenda, onde é que tem dono e onde é do Estado. Onde não tem dono é do Estado, que é da União. Ali eles sabem onde é a divisa até onde que é. Aí eles empreitam para outro gerente... outro... Aí eles fazem a medição, lá... eles fazem... o documento, mas não é bem... agora esqueci... uso campião... da posse...

Domingos: Uso campião... na época chamava uso campião... de posse... Ali é só posse... aí ele vai trabalhar em cima... tirar algum que tá em cima... bota pra ir embora...<sup>588</sup>

Os fazendeiros foram tratados pelo sr. Domingos pelo pronome “ele”, na variação singular e plural. Ele oposto e distante ao eu, trabalhador. Assim, “ele” sem considerar “algum que tá em cima”, um igual a mim que já estava na terra, “bota pra ir embora”. Deste modo, o fazendeiro não se apropriou somente das terras sem uso ou obsoletas, mas também das terras que estavam ocupadas pelos garimpeiros. Portanto, na abordagem do sr. Domingos, as terras realmente eram “absoluta”, ou seja, no termo criado pelo trabalhador, terras de intensa luta, na qual o ganhador fez o “uso campião”. Para sr. Reginaldo, os fazendeiros que conseguiram o “uso campião” possuíam qualidades de “grande”, “forte” e, principalmente conhecimento e influência política.

O sr. Antonio Mario deu continuidade às narrativas do sr. Domingos, sr. Reginaldo e do sr. Arnaldo. Ele apresentou outros detalhes de como as apropriações e usos das terras foram transformados pelas relações estabelecidas a partir de dentro do próprio garimpo.

Antonio Mario: O garimpeiro não se interessava por terra. Que garimpeiro é assim, ele queria só fazer ouro aqui. Vinha aqui, tava fazendo ouro aqui, a hora que acabava aqui, aí... “Ah, lá no Planeta tá dando ouro”. Ele já largava

<sup>587</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>588</sup>SALES, op. cit., 2016.

aqui e ia pra lá. Tava lá e... “Ah, lá em Roraima tem garimpo rico lá”. Corria pra lá. Não era aquela pessoa de chegar aqui e querer ter uma... “Não, eu vou comprar uma terra. Eu vou pagar pra cortar uma terra aqui que não tem documento. Vou pagar um agrimensor, um picareta desses pra cortar uma terra pra mim. Aí, vou no Incra, vou documentar ela. Vou no Intermat”. Não, não interessava não. Por que o Pernambuco [Nemésio Granja] pegou aquele mundo de terra? O Cabeça [Eliezo Lopes Carvalho] rejeitou aquele monte de terra. Ele [Nemésio Granja] trabalhando ali no Molha Bêbado e aí o Cabeça foi e cortou a conta dele. Ele não tava fazendo ouro no inverno. E não tava pagando a conta. Ele foi e cortou. “Agora quero ver o que você vai comer?” E aí, tinha o finado Baianinho ali, e ele tinha uma máquina de arroz também. E aí ele dava um ranchinho pro Baianinho. E o Baianinho meteu o pau cortando aquelas picadas ali. Era mata fechada. Tudo devoluto. Não tinha dono. Era do Estado, né? Cortou aquilo ali do lado dele e do outro lado do Pernambuco. Era dali da Pista e descia ia direto até no Jacaré. Uma vez fui limpar picadão pra ele mais o cunhado dele que mora aqui. Os filhos dele trabalhá aí de construção. Tem o Valderão que trabalhava com o Chico. Com seu Antonio Lovatelli no escritório de madeira, né? E tem uma filha dele que trabalha no Banco do Brasil. Eu sei que aí ele pegou o Baianinho e botou pra cortar picada ali e ele mais a finada Baiana cada um com uma 20, um revólver e uma foice o dia inteiro com o jamanxim, nas costas. Os dois e o Baianinho junto cortaram aquele mundo de terra ali. Eu se tivesse interessado tinha uma fazendinha também. Mas eu não me interessei. O finado Zé Rodrigues conseguiu ainda ficar com 80 alqueires, porque o Pernambuco lutou muito com ele e o finado Filemon e tinha aquela tirinha ali no meio. Aí, ele foi e mandou derrubar 80 alqueires. [...]”<sup>589</sup>

A centralidade da discussão estava na justificativa de o garimpeiro ser o trabalhador que não se fixava na terra, porque está sempre em busca da riqueza mineral. Com isso a propriedade não era o objetivo de vida dele. Ainda que a fala revela a vida do garimpeiro que está em constante mudança devido à falta de trabalho, o argumento que não reflete a própria experiência do narrador. O sr. Antonio Mario chegou, trabalhou e permaneceu na Pista do Cabeça, de onde saiu somente depois de aposentado. Assim, na construção da narrativa, o trabalhador apresentou a falta de “interesse” como outra justificativa por não ter conquistado a terra. Contudo, a questão agrária era mais complexa, que simplesmente ter “interesse” em “cortar picada”, pois implicava em ter as armas necessárias, o dinheiro, o tempo e as relações com os órgãos oficiais, como avaliou o próprio sr. Antonio Mario.

Por tudo isso, o trabalhador não conseguiu se tornar posseiro nem de pequena área e, ainda, vivenciou a violência executada pelos grandes grileiros para apropriação e abertura da mata. Era a definição dos espaços cada vez mais privatizados de acordo com a experiência do sr. Antonio Mario, ao explicar após ser interrogado, sobre quem arregimentava os trabalhadores próximo a Pista do Cabeça, para fazer a abertura das fazendas.

---

<sup>589</sup> FERREIRA, op. cit., 2018.

Antonio Mario: Ali perto quem contratava mais ali era esses fazendeiros mesmo. Esses grandes como tinha ali pra Carolina. E o serviço maior que nós fizemos ali, foi pro seu Reginaldo, dono dessas mesa de sinuca. E o finado compadre Chico até trabalhou lá com nós lá. Nós fizemos lá uns 100 alqueires de roçada pra eles. Depois nós fizemos mais pra ele. Mas ali tinha aquelas fazendas grandes, que tinha gado, né? E aquele pessoal das fazendas lá, traziam muito pessoal coitado, lá de Poconé. Aqueles cuiabanos e pagava baratinho. Não pegava muito a gente de garimpo porque a gente tava acostumado a ganhar dinheiro e ia trabalhar pra eles do jeito que eles queriam.

Flaviane: Por que era diferente?

Antonio Mario: Porque aqui no garimpo a gente é acostumado a pegar mais dinheiro, eles pra lá do Mato Grosso pra lá, eles acostumados a ficar cativo em fazenda. Ganhavam pouquinho, né? Aí, eles traziam eles pra cá e pagavam uma mixaria aí. Uns 500 contos por mês pra eles trabalhar. E eles vinha. Uns 500 contos e a pinga pra eles beber. Eles abriram muita fazenda assim. E traziam gato. Era gato que tomava conta. Botava os peão pra trabalhar e aí judiava. Batia. Cansei de ver o finado Vando, um que mataram bem ali na esquina do Tatá ali, pegava peão e jogava dentro do carro assim. Trazia os peão no fim de semana pra beber ali. O cara tava tonto, eles pegava e jogava dentro do carro. Um dia ele bateu num lá e o cara pegou e foi lá, ficou irritado, correu lá na cantina, foi na dispensa e achou uma faquinha. Sangrou ele e morreu lá mesmo. Era covardia. Ele era casado, um dia vez veio um cunhado dele, irmão da mulher dele e ele tava enrolado com uma mulher lá da boate do finado Gelado. E a mulher gostava do cunhado dele e ele quebrou a perna do cunhado dele com o tiro. O rapaz começou a mancar. Cunhado dele. Deu um tiro. Ele fez muita derrubada por ali esse cara. Um cara bem alto, moreno. Era aqui do Mato Grosso, cuiabano. Trabalhou pro Leo, na Estrela, pro seu Valdir, na Carolina. Pra tudo ele trabalhou ali.

Flaviane: De segurança?

Antonio Mario: Não, de gato, abrindo as fazendas.

Flaviane: Ele que contratava os peões?

Antonio: É ele pegava uma carrada de peão pra roçar. Pra roçar, derrubar no machado naquele tempo.

Flaviane: Daí se ele achava que o peão não tinha feito o trabalho bem, daí que ele matava?

Antonio Mario: Não, batia, né? É... o peão fica bêbado, se não gostasse batia nos peão. O cunhado dele é por causa da mulher que ele atirou na perna dele.

Flaviane: Daí os peões ficavam tristes, iam embora, como é?

Antonio Mario: Não, ali só ia embora quando ele liberava. Se quisesse fugir dali ele pegava e batia. Ele trazia esse peão, a maioria deles, cativo ali. Ficava trabalhando uma vida inteira lá. Trazia, tinha vez que passava mês no mato. Ele trazia só no fim de semana e voltavam de novo. E passavam mais um mês pra lá de novo. Se fosse hoje em dia, ele ia preso por trabalho escravo.<sup>590</sup>

Apesar do sr. Antonio Mario diferenciar os garimpeiros dos trabalhadores que fizeram a derrubada da mata para a constituição das fazendas, ele iniciou a narrativa ao contar que também fez “roçada”. Ou seja, não era tão grande a diferença existente entre o trabalhador braçal da Pista do Cabeça do “cativo”, “coitado”, vindo de fora. E, para ampliar a exploração

<sup>590</sup> FERREIRA, op. cit., 2018.

sem reponsabilidade, o fazendeiro tinha o responsável de extrair o máximo da força de trabalho. Assim, as características da função e da personalidade do empreiteiro ganharam ênfase na organização da fala, que perpassou o trabalho pesado, a baixa remuneração, a falta de liberdade, o conflito, o sofrimento e a morte.

Os diferentes aspectos lembrados separaram o “pessoal coitado” e “esses grandes”, na transformação das terras. Já o sentimento de tristeza expresso na minha pergunta tem relação com o sentido atribuído por mim ao ouvir as experiências contadas pelo sr. Antonio Mario. Pois, eu entendo que os sentimentos deles eram, além da tristeza, outros mais complexos e profundos, como a angústia, a solidão e o medo, provocados pelo dia a dia de intensivo trabalho braçal e brutalidade, para o acúmulo de riqueza dos fazendeiros.

A contratação realizada pelos grandes grileiros de terra não era exclusiva na Pista do Cabeça, no município de Diamantino. Em 28 de junho de 1986, na editoria policial do O Estado de Mato Grosso, o tom da narrativa era o mesmo, de desumanização dos homens, na notícia intitulada Fazendeiro mantinha mais de 80 lavradores em regime de escravidão<sup>591</sup>. O excesso de trabalho, a prisão e a falta de pagamento de salários aconteceu na fazenda Pauloza do proprietário João Marchetti. Antes, em 22 de setembro de 1979, o Diário de Cuiabá publicou que os trabalhadores Juventino de Arruda, Adolfo Pereira da Lapa, Olegário Maciel de Oliveira, Manoel Paulista de Souza foram superexplorados na fazenda Cerajal<sup>592</sup>. Ou seja, o suor e o sangue dos peões extraído pelos fazendeiros por meio de mais trabalho desumano foram constantes, intensos e valorizaram as grandes extensões de terras da região.

Do mesmo modo, as terras públicas na área reservada para a trabalho de garimpagem, a partir da Reserva Garimpeira<sup>593</sup>, continuaram sendo apropriadas. Outros elementos do mesmo processo são apresentados, no breve diálogo, pelo sr. Reginaldo com o sr. Agnaldo.

Reginaldo: E naqueles tempos as terras aqui não tinha documento. Então garimpo podia explorar pra tudo que é lado. Podia fazer buraco, podia entrar que não tem... pouquíssimo lugar... o Filemon aí, essas terras que eram do Filemon [Brito Rodrigues], muitas pessoas trabalhavam. Beira de rio tudo era liberado. Ninguém mandava em nada. Tudo era liberado.

Agnaldo: Tudo era liberado. Área volúvel, devoluta, da União, né? Área do governo. Aqui não tinha ninguém. A senhora viu a fotografia do garimpo?<sup>594</sup>

<sup>591</sup>Fazendeiro mantinha mais de 80 lavradores em regime de escravidão. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 28 de junho de 1986. Policial, p. 08;

<sup>592</sup>Pastoral da Terra condena caso de escravidão branca. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 22 de setembro de 1979. p. 07;

<sup>593</sup>Portaria nº 550, op. cit, 1983.

<sup>594</sup>SILVA; SILVA, op. cit., 2017.

O sr. Reginaldo marcou o período como “naqueles tempos” e diferenciou o passado do presente, quando as terras ainda não tinham donos. Já o sr. Agnaldo mudou de assunto, perguntou da fotografia do garimpo, enquanto o sr. Reginaldo falava das áreas devolutas. O sr. Agnaldo participou da apropriação e comercialização das terras públicas.

Agnaldo: Aí, eu comprei a posse, em 83. Aí voltei para o Mato Grosso do Sul, Coxim, Mato Grosso do Sul. Minha família morava tudo em Mato Grosso do Sul. Então chegando em Mato Grosso do Sul... eu tinha um rapaz que trabalhava comigo há mais de 20 anos, quando ele saiu de trabalhar comigo, eu dei uma chácara pra ele. Ele pegô e perdeu a chácara. Aí, eu falei: “Valdevino, você não queria...” [...] “Valdevino você não queria ir comigo lá pra Alta Floresta? Porque eu fui num garimpo lá rapaz e o movimento é muito grande. E eu comprei uma posse. Se você quiser eu te levo?” Ele falou: “Vou trazer minha mulher pra você falá com ela”. Aí, ele trouxe, eu falei com ela. E ela falou: “Nós vamô”. Aí, veio comigo o Valdevino e o Sebastião. Sebastião mora aqui. Vieram comigo. Aí eu comprei do Filemon 100 hectares de terra, 100 hectares de posse pro Valdevino. Aí, esse povo derrubou o mato, plantaram arroz, deu muito arroz. Plantaram banana, plantaram mandioca. E fizeram um grande movimento esse povo. Aí, ficamos aí.<sup>595</sup>

O sr. Agnaldo se colocou enfático como sujeito ao repetir nove vezes o pronome pessoal “eu”. Além de ser comprador de uma posse, ele estabeleceu relações com o grande grileiro Filemon Brito Rodrigues para a compra da segunda área. Juntamente com a família do sr. Agnaldo, os demais moradores de Coxim mudaram para se fixarem nas terras da Pista do Cabeça, como a muralha no entorno da grande área do Filemon, que também tinha vivido no Mato Grosso do Sul. O que aponta para a influência política de Filemon que tornavam possível o domínio da área dele e daqueles que o ajudavam no processo. A pequena posse da Estância Triângulo, que o sr. Agnaldo negociou para o Valdevino Simão de Lima, tinha 69,7806 hectares não foi regularizada pelo Internat, mas pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 23 de outubro de 1992<sup>596</sup>. De acordo com a Resolução nº 117/92<sup>597</sup> os limites da terra eram com Filemon Brito Rodrigues, Miguel Paulo Domborowski e o rio Paranaíta.

Assim, iniciaram-se as pequenas plantações de cereais, legumes e frutas, vendidas aos moradores da vila garimpeira. Em 1985, o sr. Agnaldo também comprou os direitos de posse da terra do José Leão de Souza. No contrato, os 49 hectares de terras faziam divisa,

<sup>595</sup>SILVA; SILVA, op. cit., 2017.

<sup>596</sup>Resolução nº117/92. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 06 de novembro de 1992. p. 20.

<sup>597</sup>Idem, ibidem.

novamente, com as posses do Filemon Brito Rodrigues e, ainda, com Manoel Paranhos e com o Joaquim Marcelo.

Novo Cruzeiro, 25 de fevereiro de 1985

CONTRATO

Contrato que fazem entre si o Sr. Agnaldo Felix da Silva Brasileiro casado CIC 027 352 371 68 RG 79 374 MT. Hora denominado – comprador, e de outra lado denominado vendedor o Sr. José Leão de Souza Brasileiro solteiro portador da identidade RG.[...] CIC.[...] Que firmam o seguinte:

1º) Que o vendedor sede os direitos de pose de uma area de 49 hequitares, situada da seguinte maneira.a) Deum lado faz divisa com a antiga pista do Cuiabano hora posse do Sr. Manoel Paranhos; em outra fase faz divisa com o Sr. Filemon Rodrigues Brito; e a outra fase com o Sr. Joaquim Marcelo sendo todos os citados proprietários de pése. e a última fase a quem der direito.

2º) O vendedor cede seus direitos pela importancia de Cr\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE CRUZEIROS) Representado por treis cheques sendo um Nº 511103 Banco 230 no valor de Cr\$ 5.000.000,00 com vencimento quinze dias apartir desta data; outro Cr\$ 7.000.000,00 com vencimento quarenta dias apartir desta data cheque nº 511104 Banco 230 eo terceiro nº 511105 de Cr\$ 3.000.000,00 também com vencimento quarenta dias apartir desta data. Por estarem de acordo ambas as partes firmam o presente na presença de duas testemunhas.

1º)Nasser Noujain            2º)Laerte I. Leite

José Leão de Souza  
Agnaldo Felix da Silva<sup>598</sup>

O contrato de compra e venda era datilografado, com erros ortográficos, informações incompletas do vendedor e rasuras na quantidade de terra com mais um nove, o que indicava ser 499 hectares e não 49<sup>599</sup>. Ele continha a assinatura das partes, das testemunhas e o preço. Com o acordo, o sr. Arnaldo teve um mês e nove dias, a partir do 25 de fevereiro de 1985, para pagar o total de Cr\$ 15 milhões para o José Leão de Souza<sup>600</sup>. Equivalente, a 90 salários mínimos em 1985. E, assim, não obter a propriedade da terra, mas “os direitos de posse”, como definido no contrato. O documento não era oficial e a terra não tinha o título legal. A forma era estabelecida para garantir os interesses acordados entres as partes sem a relação com o Estado, para deliberar sobre a legalidade do processo.

Ele demonstrou como se dava a negociação da posse da terra e a necessidade do contrato social, até mesmo, na relação não formalizada diante da burocracia estatal ou judicial. A ação distanciava das costumeiras definidas por palavras ditas e também não era a acepção do contrato social com base no direito formal, de que a mercadoria objeto do contrato

<sup>598</sup>Contrato de compra e venda da posse de terra em nome de Agnaldo Felix da Silva e José Leão de Souza. Novo Cruzeiro, 25 de fevereiro de 1985.

<sup>599</sup>Idem, ibidem.

<sup>600</sup>Idem, ibidem.

tinha que ter registros públicos oficiais reconhecidos. Mas, evitava-se que somente uma das partes interessadas saísse beneficiada na negociação. Por isso, os três cheques numerados e o tempo curto para o pagamento, eram garantias a mais que o sr. Agnaldo cumpriria o acordo sem validade jurídica, estabelecido pelos dois pequenos posseiros.

Foi o sr. Agnaldo também quem vendeu para o sr. Raimundo a pequena posse dele paga em ouro, antes mesmo da terra ter documento oficial de propriedade privada, emitido pelo Intermat<sup>601</sup>. Mas, nem sempre os acordos eram estabelecidos, as posses eram disputadas e os conflitos aconteceram, como publicou O Estado de Mato Grosso, em 25 de julho de 1986.

Intermat e polícia desativam barreira feita por pistoleiros

O Intermat solicitou auxílio da Polícia Civil, no intuito de desativarem uma barreira, organizada por sete pistoleiros, a mando do bacharel, radicado em Cuiabá, conhecido por José Eduardo.

A referida barreira, localizada a 12 quilômetros do garimpo do Cabeça, na região de Alta Floresta, impedia a entrada de qualquer pessoa na Gleba Cruzeiro do Sul, mais precisamente nos lotes denominados Apiácas I e II.

Sendo terras devolutas, o Intermat colocou-as em licitações e, José Eduardo se arvorou em comprador da área mas, para que isso fosse feito, seria necessário que não houvesse posseiro algum na gleba. Segundo testemunhas, foi incumbido de vistoriar a área, o geógrafo, a serviço do Intermat, conhecido por Ismael mas, lá chegando, juntamente com cinco pistoleiros, resolveram retirar os posseiros existentes, deixando a gleba limpa para que o bacharel dela se apropriasse. Segundo Nivaldo Ribeiro de Oliveira, posseiro que ocupa a gleba Apiacá a três anos explorando a agricultura, o Ismael chegou na hora do almoço, sem apresentar qualquer documento e, juntamente, com 5 elementos, passaram a espancar os posseiros, exigindo a retirada de imediato.

Outro posseiro que acusa os desmandos de Ismael é Romeu Baro Caracanha. Ele afirma que o Ismael obrigou, usando de ameaças, a retirada de 40 pessoas que trabalhavam na agricultura, naquela gleba, por mais de 2 anos.

Completamente limpa a área, José Eduardo contratou os pistoleiros, organizou uma “guarita” na estrada para que ninguém entrasse na região, dando-lhe chance de se apossar da gleba em detrimento daqueles que já trabalhavam a terra.

**DELEGADO DE V.G. E COMISSÁRIO VITOR DESARMAM OS PISTOLEIROS**

Por solicitação do Intermat, João Capetinga, diretor do Departamento de Polícia Civil do Estado do Mato Grosso, designou Juvenil Coelho, delegado de Várzea Grande, para que fosse prestar o apoio necessário ao pessoal do Intermat que voltariam a vistoriar a área em litígio. Juvenil, acompanhado pelo comissário Vitor Hugo, chegaram na região ao amanhecer do dia, surpreendendo os pistoleiros, todos, segundo declarações à justiça, trabalhando a mando do bacharel radicado em Cuiabá, José Eduardo. Foram apreendidos nas mãos dos “pistoleros do bacharel”, 4 carabinas de marca Rossi, calibre 38, 1 rifle calibre 22 da marca Winchester, 3 revólveres Taurus calibre 38, além de um Smith and Wesson de grosso calibre. A

<sup>601</sup> PINHEIRO FILHO, op. cit., 2018.

“guarita” que permitiu proteção às terras desejadas por José Eduardo, foi desmontada e, juntamente com os “pistolas”, José Xavier Damaceno, natural de Santarém, Luiz Carlos Silva, nascido em Ponta Grossa, Epaminondas Fagundes, outro paranaense, nascido em Campo Mourão e o rio grandense de Caicol, Sebastião Alves dos Santos, foram levados para a cidade de Alta Floresta.

#### POSSEIROS VÃO À JUSTIÇA

Todos os posseiros desalojados a mando do bacharel José Eduardo moveram ação na justiça, afim de requererem para si, os direitos que a posse assegura. Afirmaram que não deixarão o direito da força sobrepujar a força do direito.<sup>602</sup>

A omissão de nomes completos, a inexistência das citações diretas para assegurar o contato com a fonte e a veracidade do fato, a dúvida na localização, ora é Gleba Cruzeiro do Sul ora Apiacá, a mudança repentina na função do geógrafo do Intermat para responsável pela expropriação dos pequenos posseiros. Em contraste com os nomes completos, os locais de origem dos trabalhadores contratados como seguranças e os detalhes na descrição da marca das armas utilizadas, são elementos da notícia que chamam a atenção e revelam a complexidade da questão agrária na Pista do Cabeça.

E, o principal, a posse da terra em disputa como questão policial e o enredamento das relações estabelecidas entre o jornal, o Intermat, a polícia e a justiça, perpassado, sobretudo, pelos pequenos posseiros, seguranças armados e o mandante da expropriação. Sem esclarecer quem realmente tinha interesse na área “limpa”. Isso porquê, se o Intermat estava preocupado com a propriedade faltou agir para legalizar os usos das terras pelos agricultores, e não contribuir com a expropriação e obrigá-los procurar à justiça, para reaver o direito das pequenas posses<sup>603</sup>.

O jornal publicou a matéria sobre o conflito após o Intermat ter colocado grandes áreas da região para venda por meio da licitação pública. E foi também logo após a incorporação da mesma Gleba Apiacá pelo Estado, que o Nemésio Granja, que tinha iniciado as picadas e grilado extensas áreas na região da Pista do Cabeça, buscou legalizar as terras dele e da Jorcelina Rita de Alencar<sup>604</sup>. A sra. Natália deu a dimensão das terras apropriadas pelo Nemésio Granja.

Natália: Veio ele [Nemésio Granja – Pernambuco] e a esposa dele. E ela inclusive foi assassinada por causa de terra. Eles vieram os dois, a irmã dela colocou um restaurante que vendia comida. E eles dois morava lá [aponta].

<sup>602</sup>Intermat e polícia desativam barreira feita por pistoleiros. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 25 de julho de 1986. Ano 47. Número 10361. Polícia. p.07

<sup>603</sup>Na década de 1970 e 1980, na Amazônia, os conflitos entre os posseiros e os grileiros foram intensos como analisaram o jornalista e sociólogo Lúcio Flavio Pinto e o sociólogo José de Souza Martins.

<sup>604</sup>Concorrência Intermat AP/007/87. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 28 de janeiro de 1987. p.23

Só pegando terra pra esse mundão adentro. Pro lado do Teles Pires. Muito dentro aí eles pegaram terra. Só que agora já venderam um pouco. Só que ainda tem bastante pra lá [aponta].<sup>605</sup>

Entre o passado e o presente, a vida e a morte, na experiência da sra. Natália, as terras foram agarradas com as mãos, diante da gravidade do processo que os retirava da terra enquanto garimpeiros, aqui cabe tal redundância. A regularização das áreas que a trabalhadora entendeu como “mundão adentro” se deu por meio da licitação de terras públicas, organizado pela comissão de Clovilton Jaime de Miranda com a autorização do presidente do Intermat, Walderson Moraes Coelho. Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, o documento colocava três áreas de domínio do Estado para receberem propostas para compra. Leia-se no Edital da Concorrência Intermat:

Assuntos Fundiários  
 INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO  
 CONCORRÊNCIA INTERMAT AP/007/87

(Somente para pessoas físicas)

A Comissão de Licitação de Terras Públicas, constituída pela Portaria nº 194/86, publicada no DOE de Mato Grosso, em 21.08.86 nos termos dos artigos 7º e 9º da Lei 3.922 de 20 de setembro de 1.977; do 9º, 10º, 11º e 12º do Decreto Estadual 1.260, de 14 de fevereiro de 1.978; Decreto 1.721 de 25 de janeiro de 1.982, torna público que 30 trinta dias após a publicação deste Edital de Licitação, às [rasurado] horas encerrará o recebimento de proposta de pessoas físicas, para aquisição de terras públicas de domínio do Estado com 03 (três) lotes, sendo o 1º com 1.180,1202 ha, denominado Faz. “04 Irmãos”, o 2º com 2.652,4394 ha, denominado Faz. “Bom Jesus” e 3º com 2.554,5860 ha, denominado Faz. “Moeda”, localizados no Município de Diamantino - MT, jurisdicionado pelo Instituto de Terras de Mato Grosso — INTERMAT.

O Edital completo e demais informes pertinentes, encontram-se à disposição dos interessados, a partir desta data, na sede do Instituto de Terras de Mato Grosso — INTERMAT., no Centro Político Administrativo C.P.A., Edifício nº 03, Cuiabá — MT., onde também será feito o recebimento das propostas nos dias úteis e no horário de 12:30 às 17:30 horas.

Cuiabá—MT., 20 de janeiro de 1.987

CLOVILTON JAIME DE MIRANDA

Presidente da Comissão de Licitação – Port. 194/86

VISTO:

WALDERSON MORAES COELHO

Presidente do INTERMAT

Conhecimento - 0486<sup>606</sup>

As áreas licitadas eram grandes extensões de terra e não pequenas posses. Cada fazenda era citada pelo nome, indício que a terra já tinha sido designada pelo dono. Mas, de

<sup>605</sup>VIEIRA, op. cit., 2016.

<sup>606</sup>Concorrência Intermat AP/007/87, op. cit., 1987, p.23.

acordo com o edital, as três grandes áreas estavam à disposição de homens e mulheres que quisessem adquiri-las. E, assim, a legalização do processo de concentração das terras acontecia, como é possível entender no Resultado da Concorrência Intermat.

#### RESULTADO DA CONCORRÊNCIA

INTERMAT AP/007/87

A Comissão de Licitação de Terras Públicas, designada para realizar a Concorrência INTERMAT AP/007/87, das Glebas “4 Irmãos”, “Moeda” e “Bom Jesus”, levada a efeito às 14:00 h, do dia 04 de março de 1987, nos termos do parágrafo 8º do artigo 34 do Decreto nº 1721/82 através de seu Presidente, torna público aos interessados na referida Concorrência sagraram-se vencedores os Srs: Jorcelina Rita de Alencar, Paulo Bocardi e Nemésio Granja.

Caberá recurso desta decisão no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da publicação deste aviso, de conformidade com o artigo 39 do precitado Diploma Legal.

Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, em Cuiabá-MT, aos 05 de março de 1987.

CLOVILTON JAIME DE MIRANDA

Presidente da Comissão de Licitação – Port. 194/86

VISTO:

WALDERSON MORAES COELHO

Presidente do INTERMAT

Conhecimento - 1250<sup>607</sup>

Por meio do processo organizado pelo Intermat, as terras públicas griladas se tornaram terras privadas com título legal, na Pista do Cabeça. Portanto, sem surpresas, os ganhadores da licitação foram o Nemésio Granja que legitimou o grilo da Fazenda “Bom Jesus”, a Jorcelina Rita de Alencar da Fazenda “04 Irmãos” e o Paulo Bocardi da Fazenda “Moeda”. Em 22 de setembro de 1987, sete meses depois de vencer a licitação pública, o Nemésio Granja recebeu o título definitivo de propriedade, entende-se no Registro do Imóvel.

Imóvel

LOTE BOM JESUS, com a área de 2.652,4394 has (dois mil, seiscentos e cinquenta e dois hectares, quarenta e três ares e noventa e quatro centiares), situado no lugar denominado “GLEBA APIACÁ I” [...] RESUMO DOS LIMITES: NORTE: com Jorcelina Rita Alencar e margem esquerda do Rio Paranaíta. SUL: com Manoel Paranhos e Ademir Signorini. LESTE: com Ademir Signorini e José Rodrigues. OESTE: com Jorcelina Rita Alencar. [...] PROPRIETÁRIO: O ESTADO DE MATO GROSSO, por seu Instituto de Terras – INTERMAT. REGISTROS ANTERIORES: - Matriculado sob o nº 597, livro 02, no CRI da Comarca de Porto dos Gaúchos-MT e matriculado sob o nº 18.982, livro 2, Gleba APIACÁ “I-B”. Diamantino-MT.

<sup>607</sup>Resultado da Concorrência Intermat AP/007/87. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 09 de março de 1987. p.18

R-1/M-2.047 – COMPRA E VENDA, 22/09/1.987.- TRANSMITENTE:- O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seu Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, Autarquia Estadual criada pelo Decreto nº 775, de 23 de novembro de 1.976 e tendo em vista as disposições dos artigos 40 e 42 do Decreto nº 1.260, de 14 de fevereiro de 1.978, representado pelo seu Presidente Walderson Moraes Coelho, considerado o contido no artigo 43, alínea “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, do mesmo decreto, considerando o que consta no Processo Administrativo nº 15309/1438.

ADQUIRENTE: - NEMESIO GRANJA. Agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.173.745-SSP/PR, casado sob o regime de comunhão universal de bens, anteriormente à Lei nº 6.5515/77 com OTILIA GOMES GRANJA, do lar, brasileiros, portadores em conjunto do CPF/MF sob o nº 300.679.799-04, residente e domiciliados no Município de Nova Canaã do Norte, Comarca de Colíder-MT. – TÍTULO:- Título Definitivo de Propriedade son o nº 001843, Série B, expedido pelo Instituto de Terras do Mato Grosso – INTERMAT, em 12 de março de 1.987, devidamente quitado e assinado pelo Presidente Walderson Moraes Coelho, devidamente registrado sob o nº 332/04/1254, às fls. 084, do livro fundiário 55 de Registro de Títulos Definitivos, aos 13 dias do mês de março de 1.987. – CONDIÇÕES: - Não há. - Colíder – MT., 22 de setembro de 1.987. [Grifos do doc.]<sup>608</sup>

Nos limites da propriedade privada de Nemésio Granja, transmitida pelo Governo do Estado de Mato Grosso por meio do Interemat, estavam os fazendeiros José Rodrigues da Silva, Ademir Signorini, Manoel Paranhos e Miguel Paulo Dombrowski. A Jorcelina Rita Alencar<sup>609</sup> apareceu na divisa ao oeste, ou seja, a terra dela foi legalizada no mesmo processo. Com o título definitivo, as casas e os comércios da Pista do Cabeça ficaram dentro dos limites territoriais da propriedade privada do Nemésio Granja. O documento definitivo emitido pelo Interemat não considerou a existência da vila rural garimpeira e as famílias que viviam nela.

Em 20 de outubro de 1988, no local viviam mais de 77 profissionais. Na lista dos fundadores da segunda Associação Comunitária de Novo Cruzeiro do Norte<sup>610</sup> assinaram 25 de comerciantes, 15 de garimpeiros e nove agricultores e três mecânicos e domésticas cada, dois carpinteiros, funcionários públicos, técnicos agrícolas, escriturários, professores, e um das demais profissões de comerciário, fotógrafo, auxiliar de topografia, costureira, barbeiro, carpinteiro, corretor, gerente, pedreiro, agente policial, fazendeiro e industrial. Enquanto o Némesio Granja se definiu na lista como agricultor, o filho Francisco de Assis Granja foi o único que se declarou como industrial, pois era dono de madeireira.

<sup>608</sup>1º Serviço Notarial e Registral. Registro de Imóveis - Registro Geral – Livro 02.Comarca de Alta Floresta Estado de Mato Grosso. Matrícula nº 12.650. Livro 2-BK. p.01

<sup>609</sup>Idem, ibidem.

<sup>610</sup>Lista de Fundadores da Associação Comunitária de Novo Cruzeiro do Norte. Município de Nova Canaã do Norte, Comarca de Colíder, Estado de Mato Grosso. Livro Ata, 20 de outubro de 1988. p. 29-31.

Entre 1986 e 1988, quando a primeira Associação do Novo Cruzeiro, por meio do presidente e comerciante Laerte Lisboa Leite, definiu a criação do loteamento<sup>611</sup> e o topógrafo responsável técnico, Minoru Hoshikawa projetou o perímetro urbano da vila garimpeira era o mesmo momento em que as terras foram legalizadas pelo fazendeiro<sup>612</sup>. Somente após a Lei Municipal nº 010/89<sup>613</sup>, de 14 de abril de 1989, a área da Pista do Cabeça foi desmembrada da fazenda de Nemésio, durante a transformação da currutela na “cidade” de Novo Cruzeiro do Norte.

O mesmo processo de legalização das terras do Nemesio Granja na Gleba Apiacá, também ocorreu nas terras das Glebas Terra Prometida e Cantarella. A Gleba Terra Prometida tinha 9.663 hectares. Em 28 de fevereiro de 1986, o Intermat licitou cinco lotes no total de 7.842 hectares<sup>614</sup>. Em 10 de dezembro de 1986, eram três lotes disponíveis no total de 6.663 hectares<sup>615</sup>, terras que foram formalizadas pelos fazendeiros Luiz Carlos de Araújo, Nazle Noujain e Nasser Noujain<sup>616</sup>. Já a Gleba Cantarella teve dez lotes disponíveis pelo governo estadual para licitação “sendo 5 (cinco) com 402 ha e outros com 1.215,2370ha, 2.588,0858ha, 1.084,8044ha. 1.809,9373ha e 975,1093ha”<sup>617</sup>. A Gleba Cantarella tinha 10.000 hectares e foram licitados 9.673 hectares<sup>618</sup>. Não estavam à venda 326 hectares.

O resultado da licitação foi publicado e o nome dos vencedores “José Persio Rosa da Silva, Ismael Antonio Catarella, Oliveira Ferreira Barbosa, Delço Ferreira Barbosa, Paulo Pazim, Anacleto Tamporoski, José Amaral Oliveira, José Cantarella, Armando Domingues Rosa e José Hermelino de Almeida”<sup>619</sup> divulgado. Assim, foram definidos oficialmente os proprietários privados das terras da Gleba Cantarella. Dentre os nomes os conhecidos pelos trabalhadores da Pista do Cabeça estavam os irmãos Delço Ferreira Barbosa e Oliveira Ferreira Barbosa e, ainda, Armando Domingues Rosa, que além de fazendas, tinham empresas de venda de materiais de construção e de tecidos na cidade de Alta Floresta. Assim como as terras privatizadas pelo Nemésio estas novas fazendas estavam dentro da Reserva Garimpeira, tinham pistas e garimpos, locais onde os garimpeiros extraíam ouro.

<sup>611</sup>Comunidade Novo Cruzeiro em Notícias, op. cit., 1986, p.07.

<sup>612</sup>Mapa. Área Comunitária: Cidade Novo Cruzeiro. Município de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso. Responsável técnico Minoru Hoshikawa. 05 de maio de 1988.

<sup>613</sup>Lei nº 010/89. Altera a redação do artigo 1º da Lei Municipal nº 009/08, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte. 14 de abril 1989.

<sup>614</sup>Portaria nº 91/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 28 de fevereiro de 1986. p.16

<sup>615</sup>Portaria nº 91/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 10 de dezembro de 1986. p.17

<sup>616</sup>Resultado da Concorrência Intermat AP/133/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 21 de janeiro de 1987. p.17

<sup>617</sup>Concorrência Intermat AP/007/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 10 de janeiro de 1986. p.19

<sup>618</sup>IbConcorrência Intermat AP/007/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 13 de janeiro de 1986. p.17

<sup>619</sup>Resultado da Concorrência Intermat AP/007/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 19 de dezembro de 1986. p.20

Portanto, na segunda metade da década de 1980, ocorreu o intenso processo de legalização das terras dos grandes grileiros na Pista do Cabeça. Questiona-se o trabalhador sr. Francisco sobre a formação das fazendas e a relação com a extração do ouro, como se deu:

Francisco: Depois que terminou o ouro que foi quietando, [as fazendas] ficaram cortada aí tudo. Não tinha nada. Todo mundo trabalhando, não tinha nada. Todo mundo trabalhava aí. Ficou todo mundo aí com as terra. E foi cortando terra, mas deixando, ninguém mexeu. Garimpo parou. No que ele cercaram, aí... aí pronto. Aí cercaram, não deixaram mais.<sup>620</sup>

A expressão “depois” indica como sequência algo antes. Mas, nas demais amarrações feitas pelo sr. Francisco há imbricações entre as terras cortadas, cercadas e a paralização do garimpo. Na análise está evidente que foram às ações dos fazendeiros de impedimento do acesso dos garimpeiros à terra que fez com que eles ficassem sem trabalho. Na definição do processo, o garimpeiro sr. Arnaldo viveu além da angústia o desespero da concentração da terra, principalmente, do subsolo com ouro.

Arnaldo: [...] Aí, chegou esses ganancioso aí e começou a derrubar os matos tudo, falando: “Não, aqui a terra é minha, vai ter que pagar porcentagem”. Outros não querem que trabalha. Por isso que espantou esse garimpo aqui. Aqui tem fazenda em cima do ouro. Aqui tem ouro. Aqui tem uma fazenda aqui que tá em cima do ouro.

Natália: A fazenda do doutor João é em cima da bagaceira. Por que nós tinha terra lá, nós tirava barranco de 750 gramas.

Arnaldo: Do doutor João aí. Mas não deixa tirar. E outra aqui ó... Piorou é isso. Se não ainda hoje era garimpo rico, pra todo mundo trabalhar. Aqui tem outra fazenda que tem ouro demais. O Filemon quando era vivo deixou, deixava a gente trabalhar.<sup>621</sup>

A expectativa do trabalhador era a terra de sobrevivência “pra todo mundo trabalhar”, em oposição a realidade cada vez mais consolidada na Pista do Cabeça, da terra de negócio. Com base nessa perspectiva, para o sr. Arnaldo a propriedade privada “espantou” o garimpo e o trabalho dos garimpeiros, mas não o ouro. A riqueza metálica continuava a existir nas terras da região, mas não para o garimpeiro, pois com a apropriação particular somente alguns fazendeiros permitiam a garimpagem. Portanto, existia a falta e a dificuldade de trabalhar nas terras dos “ganancioso”. Assim, as terras privatizadas permitiam a aplicação do Código de Mineração, de maneira mais contundente, pois “dependem de consentimento prévio do

<sup>620</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

<sup>621</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

proprietário do solo as permissões para garimpagem, faiscação ou cata, em terras ou águas de domínio privado”<sup>622</sup>. A lei para garimpagem reforçava a privatização das terras com ouro.

Com o título de propriedade, os grandes proprietários rurais começaram a cobrar dos garimpeiros e dragueiros, a porcentagem para extração o ouro. Isso ficou evidente na fala da sra. Ione quando eu a indaguei se a terra para garimpar era comprada. “Se tinha de comprar? Tinha de comprar do dono da terra. Comprar ou pagar porcentagem. Era paga a porcentagem, mais era a porcentagem. Mas tinha gente que, às vezes, já tinha, era dono mesmo, vendia um pedaço”.<sup>623</sup>

Se a compra do barranco ainda era possível o pagamento da porcentagem era a nova realidade dos homens e mulheres envolvidos na extração do ouro. Pagava-se 10% do ouro retirado do subsolo ao dono da terra e os fazendeiros da Pista do Cabeça cobravam a taxa, experiência vivida pelo garimpeiro sr. Antônio. “Aqui do Luizinho da Mogno era do Filemon. Só que o finado Filemon ele proibiu umas épocas, mas só que chegava de vez em quando ele liberava, mas assim pagando a porcentagem, né? [...]”.<sup>624</sup> A possibilidade de conseguir terras para garimpar passava agora pela necessidade de negociar, de ter autorização e do interesse do fazendeiro na extração.

Os garimpeiros e os dragueiros aos poucos passavam a pagar a porcentagem, que ficou conhecida como renda pelos trabalhadores. O sr. Luciano explicou-a, após eu questionar como é no dia a dia do garimpo.

Luciano: Ela [a renda] funciona em muitos é pela porcentagem. Paga 10%. É 10% aqui, né? Tem outros conforme o contrato de pagar por mês. Assim 20% ou mais por mês. Mas, aqui mesmo paga mais é a porcentagem de 10%. Se você fizer cinco gramas, você tem que tirar aquele dele lá, meia grama. Se fizer 20 tira duas gramas, né? É o 10%. Se 100 gramas têm que tirar... ou um quilo de ouro tem que tirar as 100 gramas do cara...<sup>625</sup>

A quantidade de 10% do ouro extraído passava a ser destinado ao antigo grileiro, agora proprietário da terra. O Código de Mineração deliberava também sobre “a contribuição do garimpeiro ajustada com o proprietário do solo para fazer garimpagem, faiscação, ou cata não poderá exceder a dízimo do valor do imposto único que for arrecadado pela Coletoria Federal da Jurisdição local, referente à substância encontrada”<sup>626</sup>. Ou seja, a terra privatizada

<sup>622</sup>Código de Mineração. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Art. 74.

<sup>623</sup>PIRES; RODRIGUES, op. cit., 2017.

<sup>624</sup>Idem. Ibidem.

<sup>625</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

<sup>626</sup>Código de Mineração, op. cit., 1967.

dificultava a vida dos trabalhadores, que além de dependerem da autorização para garimpar a terra e ainda precisavam destinar parte do o ouro extraído do subsolo para os latifundiários, sem contar com as relações que beneficiam a apropriação dos dragueiros e os donos das compras de ouro<sup>627</sup>.

Mas, o pagamento da porcentagem nem sempre acontecia, porque a apropriação da terra de trabalho dos garimpeiros continuava disputada, como narrou o sr. Reginaldo:

Reginaldo: Ali seguindo reto naquela MT ali... era tudo mato sem dono, aí foram... um tanto só faz a picada, faz a divisa assim, a marcação... posse faz ô... Aí de tempos em tempos tem que sair... contrata pessoas, dois, três... pistoleiro ou algumas pessoas com armas pra sair andando, pra ver se não tem ninguém invadido a área dele. Ali quantas confusão que teve nessa área ali. Hoje em dia tá tudo cerca. Mas, teve muitas mortes. Os donos não, só dos peão que eles botam pra roçar... prá...<sup>628</sup>

Os conflitos eram violentos. “Ninguém invadindo a área”, era também os garimpeiros, que estravam para garimpar. Os fazendeiros não entraram e cercaram as terras e ficou tudo certo, os garimpeiros continuaram a disputar a possibilidade de extrair ouro nas terras da região, sem respeitar os limites impostos pelos grileiros e sem a necessidade de pagar a porcentagem do ouro extraído. Os trabalhadores frente a frente como opositores, se enfrentavam e morriam, enquanto os fazendeiros pagavam para demarcar as divisas das terras. Para o sr. Reginaldo a cerca representa o fim dos conflitos em oposição as confusões e mortes vividas antes da feitura dela. Entre 1986 e 1988, as disputas entre os garimpeiros e fazendeiros aconteceram nos garimpos de Colíder<sup>629</sup> e de Juruena<sup>630</sup>, também no norte de Mato Grosso.

No dia 04 de agosto de 1988, o deputado estadual Osvaldo Paiva (PMDB) assinou o Projeto de Lei nº 117/88 para transformar a Pista do Cabeça em distrito municipal, na ocasião ele escreveu que o “Estado de Mato de Mato Grosso passa por um desenvolvimento sem precedentes em sua história, cujo processo reflete diretamente nos municípios, distritos e povoados”<sup>631</sup>. Como desdobramento do argumento de crescimento, continuava a justificativa da transformação. “A localidade de Novo Cruzeiro, vem passando pelo processo de evolução,

<sup>627</sup> Como foi discutido no capítulo II.

<sup>628</sup> SALES, op. cit, 2016.

<sup>629</sup> Situação em Peixoto de Azevedo e Alta Floresta preocupa sindicato. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 31 de maio a 01 de junho de 1986. Local. p.04

<sup>630</sup> SARMENTO, Luiz Carlos; GIL, Pinheiro. Garimpos de Alta Floresta: A nova febre do ouro. Manchete. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1988. p.52

<sup>631</sup> Projeto de Lei nº 117/88. Autor Osvaldo Paiva. Estado de Mato Grosso. Assembleia Legislativa. Sala da Sessões, 04 de agosto de 1988. p.02

acompanhando o progresso da sede do município, estando em plena condição de pleitear a elevação a categoria de distrito”.<sup>632</sup>

O deputado descreveu a vila a partir da “evolução” e do “progresso”. Ou seja, eram conceitos de carácter positivo para comprovar a viabilidade da mudança do povoado em distrito<sup>633</sup>. Portanto, o projeto partia da perspectiva dos grandes concentradores das terras e não dos garimpeiros que cada vez mais tinham dificuldade de acessar o trabalho e a riqueza mineral. Os trabalhadores viviam a “evolução” pela lógica inversa. No dia 25 de outubro de 1988, durante a assembleia da Associação Comunitária Novo Cruzeiro, discutia-se a situação, quando na presidência estava o técnico agrícola Oreste de Jesus Guimarães Dantona:

Ata realizada realizada extraordinariamente ao 25 (vinte e cinco) do mês de outubro de 1988 (hum mil novecentos e oitenta e oito) nesta data realizou-se uma reunião extraordinariamente, juntamente com a população de Novo Cruzeiro, fez uso da palavra iniciando esta reunião o sr. presidente da associação sr. Oreste de Jesus Guimarães Dantona, que começou sua palestra agradecendo o comparecimento de todos que se encontravam presente, frizou o sr. presidente, [...], que nossa população é muito carente e que o interesse da associação é trazer benefícios a esta população que é carente no [...] momento de tudo que se faz necessário. Fez uso da palavra o sr. delegado o sr. delegado, esclareceu que o contingente policial esta defasado e necessita ser ampliado o mais rápido possível, tomou a palavra o sr. presidente que esclareceu o seguinte, se faz urgentemente a necessidade de uma viatura policial e o mesmo já esteve com o delegado regional o Dr. Samuel de Oliveira, que inclusive prometeu em enviar esta viatura, assim que a delegacia desta comunidade esteja pronta [...].<sup>634</sup>

No documento escrito pelo funcionário público e secretário da instituição Orlando de Almeida Galindo as pessoas com falta “de tudo o que se faz necessário” e o policiamento estavam juntas. Ainda que a organização comunitária buscasse “trazer benefícios a esta população que é carente” visualizava-se a solução com viatura, delegacia e policia. No 21 de janeiro de 1989, reforçou-se tal concepção na Ata da Associação quando o “presidente leu os ofícios enviados as autoridades, solicitando os recursos necessários no bem-estar desta comunidade, salientou ainda que a secretaria de segurança pública, precisa rever o quadro de policiamento que no momento se encontra defasado”<sup>635</sup>. De tal modo, as privações sociais eram questão de vigilância e repressão. No dia 04 de fevereiro de 1989, o bem-estar e os carentes continuavam o tema oficial da Associação Comunitária.

<sup>632</sup>Idem, ibidem.

<sup>633</sup>A aprovação do Distrito União da Serra só foi possível em 08 de novembro de 1989 após a união da Pista do Cabeça com as demais vilas locais Pista Nova e Ourolanda. Lei nº 021/89, op. cit., 1989.

<sup>634</sup>Ata da reunião da Associação Comunitária Novo Cruzeiro. Novo Cruzeiro - Pista do Cabeça, 25 de outubro de 1988. p.32

<sup>635</sup>Ata da reunião da Associação Comunitária Novo Cruzeiro, op. cit., 1989, p.43-44.

Ata realizada ordinariamente as 16 horas do dia quatro de fevereiro de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniram-se para esta reunião, os membros da associação comunitária os comunitários e o Exm<sup>o</sup> Sr. Prefeito Municipal Evald Jung juntamente com alguns de seus secretários [...]. Fez o uso da palavra o sr. prefeito [...] dizendo ainda que a merenda escolar já está sendo encaminhada para esta localidade totalmente gratuita e juntamente com a mesma vivra uma máquina de xerox para favorecer os mais carentes, passando após a palavra a secretária de saúde, que esclareceu o seguinte, a saúde em Novo Cruzeiro terá uma atenção toda especial, e a mesma base existe hum número significante [...] de crianças carentes de vacinas e outros medicamentos que se faz necessário ao bem estar das crianças e da população em geral [...].<sup>636</sup>

O discurso da estabilidade social era construído e reforçado pela Associação. Será que não dava para trocar a máquina de xerox por mais comida à reprodução da vida dos homens e mulheres “carentes”? Em 04 de junho de 1989, o presidente da Associação já não era mais o mesmo, no cargo estava o madeireiro Francisco de Assis Granja, que continuava a tratar os “assuntos pra segurança, dentre os quais fez contato com o delegado Regional na pessoa do Dr. Samoel de Oliveira onde solicitou o financiamento da delegacia”<sup>637</sup>. Desde 1982, quando a vila era maior e a atividade garimpeira gerava riqueza, uma grande gaiola sem local definitivo servia como prisão, somente no início da década de 1990, quando os moradores da comunidade sobreviviam com dificuldades e eram expulsos do garimpo, a delegacia foi construída. A edificação do espaço físico, com concreto, duas celas e fortes grades de ferro, significava a ampliação das formas governamentais para “segurança” da propriedade privada.

Portanto, as experiências compartilhadas pelos trabalhadores foram destacadas pela Associação como problemas e os encaminhamentos para solucioná-los eram o policiamento, a merenda, as vacinas, os medicamentos e a máquina de xerox. A maneira de buscar resolver as situações vividas apontavam as transformações e, assim como o policiamento, a máquina de xerox representava as ações na reestruturação social com controle mais rígido e legalizado pelo estado e município. Aos professores a máquina de xerox servia à reprodução das atividades escolares, mas também para que fosse duplicado os registros, os contratos e os documentos oficiais. Ou seja, as práticas da Associação viabilizadas com ajudas das lideranças municipais e estaduais visavam conseguir o domínio maior sobre os trabalhadores.

Em 1990, a vida continuava em transformação e a situação dos “carentes” adquiriram outras dimensões ainda piores, quando o candidato Fernando Collor de Melo ganhou a eleição federal e assumiu a presidência da república. O fato é lembrado pelos garimpeiros e

---

<sup>636</sup>Idem, ibidem, 1989, p.45.

<sup>637</sup>Idem, ibidem, 1989, p.48.

moradores da vila. Quando questionado sobre a diminuição do ouro e do movimento, o sr. Domingos analisou o vivido e teve as concepções ampliadas pelo sr. Reginaldo.

Domingos: Não, é assim, o garimpo vai diminuindo os ouro, a turma foi saindo pra outros garimpos i foi só... Tem muitos garimpo aí que foi um movimentão que nem aqui... Muitos tá as currutela boa, tem uns por aí que tem até cidade no lugar do garimpo e outros não foi prá frente... Pessoal vão saindo... Na época que o pessoal foi saindo que isso era cheio de casa já chegava um fazendeiro comprava o madeirame da casa levava pra fazenda pra fazer casa de coxo... i... foi só enfraquecendo...

Reginaldo: O que ajudou a fracassar o garimpo também foi no tempo do Collor que deu aquela... crise... do Collor... que ele travou o dinheiro tudo, poupança... ninguém tinha dinheiro no banco mais. Aqui, na época, o pessoal que trocava uma grama de ouro... uma graminha, um prato de comida... o garimpeiro queria trocar tudo num prato de comida e muitos não queria dar um prato de comida, em troco daquela grama de ouro. Que lá na Pista Nova tinha uma lanchonete, que fazia lanches, fazia refeições, o Gringo, foi o que mais ganhou dinheiro, que na época ele tinha muito estoque de mercadoria. Só que dinheiro era pouco, giro de dinheiro não tinha e ninguém queria comprar ouro, nas compras de ouro ninguém queria comprar, não tinha dinheiro, e falou que ia cair mais ainda e já era baixíssimo era...<sup>638</sup>

A relação entre a redução do ouro extraído, a mudança das pessoas e a ampliação das fazendas estavam associadas para o sr. Domingos, para explicar a decadência do trabalho com o metal. Juntamente, o fato da vila não ter se tornado cidade. Para o sr. Domingos a diminuição da terra de trabalho pela formação das fazendas está ligada com as pessoas em êxodo, com o fim do movimento do garimpo. O sr. Reginaldo apresentou o novo elemento a partir da política do presidente Collor, para que o processo de decadência ocorresse. O garimpeiro empobreceu, mas o comerciante rico, que “tinha muito estoque”, ganhou mais ao trocar comida por ouro, sem precisar do dinheiro. Na ocasião, o sr. Reginaldo agiu para manter-se como pequeno comerciante:

Reginaldo: Na época [do Collor], eu tocava lanchonete lá na Pista Nova. Eu fiquei um dia, a noite toda, quase amanheci o dia, com meio litro de pinga de 51. O cara pediu pra mim se eu tinha... Eu pensei que ele ia comprar o litro pra beber no baixão. Aí ele: “ô...”. E ele chamou os colegas. “Ei, vem cá”. E tava um brefo. Brefo assim, tava duro, negócio... ninguém via nada de dinheiro, dinheiro... ninguém... O cara ficou até quase amanhecer o dia com meio litro de 51. Coisa que eu não vendia pra ninguém negócio de beber cachaça no boteco, cachaça tinha que levar pro baixão. Eu fiquei quase amanhecendo o dia e só tocando o Milionário e José Rico [risos]... como que é... a música é Tudo bem: “Tudo bem, pode comprar sua passagem, não vou impedir sua viagem”. O tempo era do disco... aí já ficava lá... já nem saia de perto do toca disco já ficava lá: “De novo Naldo” [risos]. Aí... O que que o brefo não faz. Por causa de uma micharia. “O que é que eu estou fazendo por

<sup>638</sup>SALES, op. cit., 2016.

causa de uma micharia...” O dinheiro não percorria... não tinha... acho que foi menos de o valor de uma grama de ouro, meia grama de ouro...<sup>639</sup>

Aprovado em de 15 de março de 1990, o pacote econômico federal do presidente Collor, definido como Plano de Estabilização Econômica, serviu para desestabilizar o pequeno comerciante e os garimpeiros. E, assim, a trilha sonora do Milionário e José Rico, que embalou a noite inesquecível na vida do sr. Reginaldo, reforçava a mudança e contribuía para o pequeno comerciante ganhar a “micharia”, já que as vendas estavam fracas e ele sem condições de sobreviver, blefado como diziam os garimpeiros e como reforçou o pequeno comerciante do garimpo. O sr. Domingos falou de outros aspectos do blefo, da perspectiva do garimpeiro.

Domingos: Naquela época [do Collor] nos tava aqui no Zé Gaúcho... aqui na grota ali... na grota azul... foi um brefo, um brefo que nós paramos... parou a draga mesmo. Paro tudo, tudo que... Eu cansei de... a cozinheira nossa era Cleusa, a Cleusa do seu Nélio. Um dia eu andando tinha uma capoeira parece que era do finado Zé Henrique, não sei se ele já morreu, meu Deus... Aí eu andando naquele mato achei aquelas mandiocas, arranquei uns pés de mandioca levei... Ixê... A Cleusa ficou alegre. Nossa mistura era só no peixinho, na varinha de anzol, pegando aquele peixinho. Aí eu achei uns mamão, um pé de mamão. Aí cheguei com aqueles mamão. Ela me chama de tio, ainda hoje do jeito que ela tá, mas quando ela me vê ainda lembra me chama de tio, né? “Tio, você já comeu isso aqui feito afogadinho?”. Eu digo: “Não”. “É igual chuchu” [inaudível]. Rapaz ela temperô, cozinhô aquele mamão e temperô eles... Quando a turma chegaram: “O que é isso?”. “É chuchu”. “Onde você achou chuchu?” “Não, eu fui no mercado” [risos]. Rapaz aquilo ficou por chuchu por toda vida. Daí ela dizia: “Ei tio, traz o chuchu lá pra nós”. [risos]<sup>640</sup>

A alegria de contar fatos tristes. Elemento marcante na narrativa do sr. Domingos. No primeiro momento rimos juntos com o trabalhador e depois o pensamento se move nesses diferentes sentidos, opostos. A reflexão toma conta do riso inicial. O nosso olhar se contrae. Era fome! A mandioca e o mamão encontrados pelo trabalhador não tinham dono, porque os alimentos estavam no “mato” e não na plantação. Assim, a “capoeira” e o “achei” indicavam espaços e possibilidades de se apropriar da comida, devido à fome e ao fato de não ter trabalho no garimpo e não possuir terra para plantar para passar pelos sufocos ou inseguranças da vida.

Enquanto o sr. Domingos buscava comida, o sr. Luciano contava o dinheiro para pagar as parcelas da casa. O garimpeiro conseguiu comprar o domicílio de madeira e com pequena

<sup>639</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>640</sup>Idem, ibidem.

área de chão batido ao fundo. Ao ser questionado se aquisição da habitação se deu logo que chegou ao garimpo, ele ponderou e as memórias remetera-o à política do Collor.

Luciano: Não, eu comprei ela [a casa] foi em 89. Faz anos, né?

Flaviane: Em 89 o garimpo tava bom ainda?

Luciano: Tava. Eu comprei naquela época. E logo foi aquele plano do Collor lá, aí acabou com tudo. Aí o cabra desceu tudo de água abaixo. O negócio pegou. Que ninguém queria ouro.

Flaviane: O senhor perdeu dinheiro?

Luciano: Tinha ouro pra vender e ninguém queria. “Não porque tá barato demais”. Digo: “Tá”. Na época que eu comprei essa casa, eu paguei... deu 32 mil cruzado naquela época. Eu dei 20 mil de entrada e fiquei devendo 12 mil. Quando eu fui pagar ela na época, eu cheguei ali na compra de ouro eu vendia 14 gramas de ouro e dava 12 e 60 cruzado. Eu não quis. Digo: “Do jeito que tá subindo o ouro, vai dar...” Tava 800 cruzados, vai dar um mil cruzado, aí vendo só 12 gramas. Quando o Collor pegou, que entrou, foi de 45 gramas de ouro pra pagar os 12 mil e não deu. Foi um baque, tudo desavexado aí. O negócio endoidou demais.<sup>641</sup>

O sonho do trabalhador de conquistar a casa própria se tornou o pesadelo diante da impossibilidade de conseguir pagá-la. Na narrativa organizada como problema matemático, a conta de 14 gramas de ouro, praticamente, triplicou para 45. Triplicou, pois o sr. Luciano precisava vender 15 gramas por 800 cruzados novos como se referiu, para ter 12 mil e quitar a dívida. Com o Plano Collor, na experiência do trabalhador, o grama do ouro diminuiu de 800 para 266,66 cruzados novos<sup>642</sup>. Portanto, ele precisou ter 45 gramas e, nem assim, foi possível quitar a casa. Neste movimento, da queda do preço do ouro, “o negócio endoidou”.

Entre 27 e 31 de março de 1990, a Folha de São Paulo, noticiou seis<sup>643</sup> vezes o tema garimpo e Collor, na editoria Economia. O Plano Collor, a falta de dinheiro e a baixa cotação do ouro perpassavam as matérias juntamente com os saques e as mortes dos garimpeiros na Amazônia. Mas, realmente, a imprensa monitorava os caminhos dos trabalhadores que deixavam os garimpos. É como se os ecos da música do Milionário e José Rico ressoassem igual ao fragmento lembrado pelo sr. Reginaldo. “Tudo bem, pode comprar sua passagem, não vou impedir sua viagem”<sup>644</sup>.

<sup>641</sup>LIMA; MOURA, op. cit., 2017.

<sup>642</sup>Para a Folha de São Paulo, a oscilação se deu entre 900 e 400 cruzeiros o grama do ouro.

<sup>643</sup>Queda na cotação do ouro paralisa garimpo. Folha de São Paulo. Terça-feira, 27 de março de 1990. Economia p. B4; Garimpo no MT tem 6,5 mil dragas paradas. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 28 de março de 1990. Economia p. B3; Mil garimpeiros buscam abrigo em Itaituba. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 28 de março de 1990. Economia p. B3; Governo no MT decreta emergência no garimpo. Folha de São Paulo. Quinta-feira, 29 de março de 1990. Economia/Mortes p. B6; 100 garimpeiros ficam ilhados no oeste do Pará. Folha de São Paulo. Sábado, 31 de março de 1990. Economia p. B10; Garimpos estão sob controle da Defesa Civil. Folha de São Paulo. Sábado, 31 de março de 1990. Economia p. B10

<sup>644</sup>SALES, op. cit., 2016.

É possível separar enunciados publicados que nos permitem entender tal desígnio de mudança. Na matéria, Queda na cotação do ouro paralisa garimpo “os garimpeiros ficaram desempregados e não tem para onde ir” vem acompanhado do objetivo da Defesa Civil de “tentar evitar a emergência trazendo os garimpeiros para Cuiabá e daqui encaminhá-los para Brasília onde poderão ir ao Maranhão”, pois “cerca de dois mil garimpeiros estão se dirigindo a pé pela Transgarimpeira”, “os garimpeiros saíram ontem do garimpo Crepurizinho”, “para chegarem em Itaituba os garimpeiros percorrerão 500 Km de estrada, passando pela Cuiabá-Santarém”, “os garimpeiros irão passar por mais de dez pequenos municípios com foco de garimpo e o número pode aumentar até chegar em Itaituba”.

A notícia, Mil garimpeiros buscam abrigo em Itaituba evidencia que “cerca de mil garimpeiros chegaram nos últimos dias ao município de Itaituba” e as entidades patronais se reuniram para solicitar ao governador “navios para que levem os garimpeiros para Belém”. A nota, Cem garimpeiros ficam ilhados no oeste do Pará trata de que “pelo menos cem garimpeiros estão ilhados na localidade de Miritituba” pois ocorreu “à suspensão das viagens de barco” e também porque “muitos aviões também deixaram de realizar voos” após o Plano Collor. A notícia, Garimpos estão sob controle da Defesa Civil destaca a necessidade de o governo “retirar os últimos garimpeiros que haviam acampados em Cuiabá”.

O conjunto de matérias demonstrou, que a exemplo do garimpo da Pista do Cabeça, os demais garimpeiros da Amazônia viveram momentos de desespero para continuar na extração do metal, o que contribuiu para que eles partissem das terras com ouro, no início da década de 1990. A viagem foi controlada e a vigilância da peregrinação dos trabalhadores, capazes de tudo contra a fome e pela vida, se apropriara e superara a mensagem da canção romântica “Tudo bem”. Ainda que tal relação não seja possível, é imaginável entender a abordagem da Folha de São Paulo, sobre a perambulação dos trabalhadores, em outras bases, a partir da nau dos loucos do filósofo Michel Foucault<sup>645</sup>, para aonde iam os pobres insanos que não eram considerados adequados à vida pelos ricos e por isso eram direcionados e descartados das cidades da Europa do século XV. Em outro tempo e contexto, os garimpeiros não são os loucos foucautianos.

Portanto, enquanto a Folha de São Paulo monitorava e tentava antecipar os destinos dos trabalhadores desempregados, a sra. Luttiene viu o garimpeiro “Arnaldo aí, quase ficou doido. Porque ele tinha um dinheiro aplicado. Ele saiu atirando no meio da currutela, aí pra cima, virado o trem. Perdeu dinheiro e muito”.<sup>646</sup> Quando os limites do justo foram levados ao

---

<sup>645</sup>FOUCAULT, Michel. A História da Loucura. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1972.

<sup>646</sup>SILVA, op. cit., 2017.

extremo oposto, o homem irrompeu em ira. A sra. Natália relacionou a decadência do garimpo com o Collor, como fizeram o sr. Reginaldo, o sr. Luciano, mas o sr. Arnaldo recusou a ampliar o assunto difícil para ele.

Natália: Daí quando o garimpo acabou, que acabou tudo as dragas, sobrou uma economia... aí foi na época que o Collor tomou a metade. Abaixou muito, aqueles negócio, aí o dinheiro que sobrou, cinco mil né Arnaldo?  
 Arnaldo: Nem sei quanto foi.<sup>647</sup>

O sr. Arnaldo não quis lembrar dos acontecimentos no momento que a sra. Natália questionou-o, mas falou do dinheiro no banco deslocando-o para 1979, quando da mudança do Pará para o Mato Grosso. No momento da decisão, ele descreveu:

Arnaldo: [...] Aí, passou uns colega meu lá no Tucuruí: “Rapaz, vamô embora pro Mato Grosso que lá é bom?” Aí, eu vi aquilo: “Pois eu vou”. Deixei até um dinheiro que eu tinha ganhado no banco. Nunca fui atrás. Esqueci desse dinheiro. Disse: “Vou deixar esse dinheiro depositado aqui, quando eu voltar eu vou passar, vou em casa, era perto da estrada, eu passo aqui”. Eu gostava demais de Tucuruí, tinha muita amizade com o povo. Quando eu passar eu peço o dinheiro e vou embora [...].<sup>648</sup>

A tentativa de esquecer adequou a memória no tempo possível para conviver com a experiência de modo mais confortável, quando as decisões de deixar o dinheiro no banco foram tomadas por ele e não por alguém de fora, o Collor. De modo diferente e, com o mesmo objetivo do sr. Arnaldo de continuar com o passado vivo, o sr. Sebastião atribuiu ao Collor as causas das consequências da vida. São quatro os fragmentos da narrativa que nos permitem problematizar isso.

Sebastião: [...] Não perdia a fofoca desses garimpo nenhum. Se tinha uma fofoca eu gostava de ir. Aí o Collor veio e pá no dinheiro que tava nos banco e nas poupança. Aí deixou eu na mão. O que aconteceu foi desse jeito.  
 [...] É ele tem que aplicar fora. Igual eu. Eu tinha até um dinheirinho na poupança quando o Collor entrou. O que eu ajuntei, ele pegou e tomou. E tomou de todo mundo.  
 [...] É se o Collor não bota a mão no meu dinheiro eu tinha terra. Eu tava comprando 300 vacas leiteiras no Goiás e um sítio lá. Na época era 1.226.000 as poupanças.  
 [...] Não era daqueles de pegar meio quilo de ouro, igual tinha colega meu que pegava meio quilo de ouro manual. Lá no Pará mesmo. Tucumã. Ele pegava meio quilo de ouro pegava um táxi e colocava o chapéu dele em outro. Morava num barraquinho sem nenhuma banda. Eu não fazia, igual muitos amigos meus fez isso. O dinheiro de ouro é pra ser aplicado. Por que

<sup>647</sup>SOUZA, op. cit., 2017.

<sup>648</sup>Idem, ibidem.

eu esperava ficar véio e ter um dinheiro pra comprar um gado, uma fazenda. E o Collor pegou e aconteceu tudo isso.<sup>649</sup>

O sr. Sebastião se construiu como o trabalhador que sabia economizar e esperava chegar no fim da vida inteira de labuta com terra e cabeças de gado. Por isso, ele retomou quatro vezes o assunto Collor. O reforço constituía-se na estrutura narrativa do trabalhador e sinalizava a culpa de não ter melhores condições de vida na velhice. Ao atribuí-la as manobras políticas personificada na figura do presidente aliviava o sofrimento. Assim, o dinheiro na poupança e baixa no preço do ouro eram os principais argumentos apresentados e o presidente Collor o responsável por acabar com o garimpo.

O discurso da decadência dos garimpos entre 1989 e 1990 ganhou várias justificativas na perspectiva do DNPM. Em 1991, elas se tornaram pública por meio do Sumário Mineral<sup>650</sup>. O diretor do DNPM, Elmer Prata Salomão, na apresentação da publicação, enfatizava que o documento “firmou-se no conceito daqueles que por necessidade de ofício precisam estar atualizados com os fatos do setor mineral”<sup>651</sup>. O diretor expressar que era necessário estar “consciente da fundamental importância das informações econômicas, tanto a nível privado, para subsidiar a estratégia empresarial, quanto para o planejamento do setor público”<sup>652</sup>. Os interesses da iniciativa privada vinham antes do setor público, e a introdução da 11ª edição do Sumário Mineral continha:

A produção oficial de ouro no ano passado, em função da melhoria do registro, mostrou o crescimento de 87,6%. Pelos dados ainda preliminares, em 1990 foram registradas 98,3t contra 52,4t em 1989. No entanto, esse desempenho global positivo é apenas aparente, pois a produção real dos garimpos, segundo estimativas, pode ter sofrido uma queda de 31% em relação a 1989, de 80t para um máximo de 55t em 1990. A performance da produção real foi afetada pela queda do preço interno, combinada com o aumento de custos, interdição de áreas à garimpagem e a exaustão e queda de teores em outras áreas. O maior registro da produção oficial foi consequência das operações de arbitragem do Banco Central, que possibilitaram a exportação do ouro pela taxa de câmbio flutuante. Como o mercado interno ficou superofertado em função do plano de estabilização econômica e a arbitragem através do BACEN é menos onerosa do que o mercado informal quase toda a produção de 1990 foi negociada por esse sistema. Ao ser reduzido o descaminho houve o efeito meramente estatístico nos números oficiais, que são apurados a partir dos impostos. As empresas

---

<sup>649</sup>COUTO, op. cit., 2017.

<sup>650</sup>Sumário Mineral. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília, v.11, 1991. 107p.

<sup>651</sup>SALOMÃO, Elmer Prata. Apresentação. Sumário Mineral. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília, v.11, 1991.

<sup>652</sup>Idem, ibidem.

mantiveram seus investimentos e fecharam o ano com a produção de 29,9t acima de 22,9t de 1989.<sup>653</sup>

No relatório oficial do departamento do governo federal, o presidente Collor não fora citado como autor das ações do ouro que extraído nos garimpos diminuía de 80 toneladas para 55 toneladas. Isto no mesmo período em que as empresas mineradoras aumentavam de 22,9 toneladas para 29,9 toneladas a “produção”. Para o DNPM, as empresas eram capazes de “produzir” metais preciosos, é como o ouro fosse fabricado por elas. Mas, não. As mineradoras utilizavam a força de trabalho para fazer a extração das substâncias metálicas disponíveis na natureza e, assim, por meio de mais trabalho superexplorado transformá-las em minérios.

Em 1990, a extração do ouro no Brasil estava concentrada em 27 empresas, mas somente quatro ligadas “ao Grupo Bozano, Simonsen/Anglo American/INCO, responderam por 38%, ou 11,4t da produção industrial; o Grupo RTZ/AUTRAN/COBEM por 20%; CVRD por 13%; AMIRA/GENCOR por 7% e CMA/CMP, WMC/GARANTIA/UTAH e ARBI/PARAIBUNA por 6% cada”<sup>654</sup>. O excesso de siglas desinformava ao invés de informar, de tal modo, nós passamos a pensar a concentração da mineração maior do que estão “perfazendo, os sete grupos, 96% da produção industrial brasileira de ouro em 1990”<sup>655</sup>. O DNPM apontou para isso quando acrescentou:

Para 1991, está programada uma produção de 35t, superior em 17% à de 1990. É provável que com a confirmação deste resultado as empresas passem à liderança da produção brasileira, já que persistem os fatores que determinaram a queda da produção dos garimpos e esta deverá fechar o ano de 1991 com um total inferior às 35t que provavelmente serão produzidas pelas empresas.<sup>656</sup>

Enquanto as mineradoras se fortaleceram na crise, nos garimpos ocorreu o decréscimo da extração de ouro. Assim, a expectativa do DNPM era cada vez mais a consolidação da empresa de mineração em oposição ao garimpo, sem apresentar os dados das mineradoras que exploravam garimpos. Na Pista do Cabeça, os donos das mineradoras não se consolidaram tal como previa o DNPM, mas os latifundiários sim, como demarcaram no diálogo o sr. Reginaldo e do sr. Domingos.

<sup>653</sup>Introdução. Sumário Mineral. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília, v.11, 1991. p.9-10.

<sup>654</sup>Sumário Mineral, op. cit., 1991, p.81.

<sup>655</sup>Idem, ibidem, p.81.

<sup>656</sup>Idem, ibidem, p.81.

Reginaldo: Com essa quebrada, com o fechamento do Collor quer dizer que os dragueiros não tinham mais condição de tocar as dragas, porque ninguém queria ouro, por mais que produzisse não tinha... Aquilo ali abriu espaço para o garimpeiro caçar outro tipo de serviço... aí foi onde as fazendas...

Domingos: E, daí naquele tempo que começou essas aberturas de fazendas. Tu vê naquele tempo ali esse Zé da Estrela, naquele tempo dessa Estrela ali, menino era gente, gente. Agora naqueles dia rapaz eu fica assim, o Bizil, né? Eu falava por Zé: “Me arruma um serviço lá?”. “Não, vou falar com o Bizil”. Eu ficava por ali naquelas esquina. Eu via o Bizil, o dia que o Bizil passava com a caminhoneta cheia de peão nem olha pra mim... Eu dizia: “Mas, rapaz que será que esses cabra não vão me arrumar serviço, não?” Roçar juquirá... olha... E eu fiquei foi muitos tempos parado aí por que draga não rodava, né?... [roçar juquirá] e dava dinheiro naquela época, a turma ganhava dinheiro... era as empreita...

Reginaldo: Roçar juquirá... o garimpeiro... O único serviço que tinha era só para roçar juquirá... as empreita, os começos de abertura de fazenda... Por que antes era o grilo, né? Os fazendeiros não compraram terra de ninguém porque aqui não tinha documento, aí eles iam fazendo a abertura. Quem roçava era o dono. Tacava a cerca. E aí onde começava esse monte de serviço. Lá da Pista Nova era os... os garimpeiros lá foram tudo lá pro Jaime Campos, logo prá cá da divisa, naquela abertura... foi o Jho o Neguinho que tocava sorveteria, foi até o comerciante, foi o Beto Danúbio que tocava boate... foi uma turma parece que de 12 a 15 nunca tinham roçado, tinha muitos que eram só acostumado com garimpo. Aí foram e na outra semana apareceram com as mãos tudo estourada, tudo... cabo da foice... Eles compraram toda a roupa de serviço, botina, roupa, foice e ninguém nem... Aí foram desistindo, foi umas duas semanas depois uns dois desistiram, três semanas depois outro desistiu, sei que quando acabou parece que só tinha dois ou era três que acabou... o mato, que era a empreita, né? Porque enquanto não acabasse a empreita o fazendeiro não pagava. Aí quando acabaram e foram lá fazer o acerto o zero engoliu o zero, ninguém levou nada. Só deu para pagar as despesas, porque compraram o porco vivo aí mataram fizeram a banha... fizeram a lata... porque todo dia eles iam lá pegam um pedaço e esquentavam... fazer... Bravo de nunca tinha trabalhado de empreita, de roça, de negócio aí... E daí a turma começou a tirar sarro. “Não tava trabalhando, só tava comendo, que não sei o que lá...” É que nunca tinha trabalhado...<sup>657</sup>

Ao falar da atividade rural, o sr. Domingos fez alusão ao mundo da prostituta, que fica parada na esquina para conseguir trabalho. Mas, o trabalhador desempregado não tinha atributos para conseguir atrair o olhar do empregador. Sem conseguir fazer a vida girar, o tempo dele parou na busca pelo serviço que “dava dinheiro”. O roçar juquirá significava derrubar capoeiras ou matos para plantação do pasto para a criação de gado de corte. E, era a função que exigia dos trabalhadores força, resistência e técnicas de roçar. Para o sr. Reginaldo o desconhecimento do exercício da atividade gerou a expressão “cabo de foice”, para denominar aqueles que não sabiam lidar com o trabalho, pois para a fazenda foram trabalhadores e pequenos comerciantes acostumados com outros afazeres do garimpo.

<sup>657</sup>SALES, op. cit., 2016.

Embora a empreita não fosse a mesma coisa que o boia-fria, era tão degradante quanto, pois o regime de trabalho sem qualquer registro de trabalho, forçava o trabalhador permanecer no local de trabalho, ter de levar a comida e prepará-la ali mesmo no meio do mato. O sr. Domingos continuou a lembrar do trabalho na roça, quando eu questiono se nesse movimento de mudança, ele não conseguiu arrumar emprego no primeiro momento.

Domingos: Não, eu fiquei foi tempo aí... pelejando com um e com outro... Aí foi o velho Miguel: “Não, rapaz eu vou...”. O Tonho... O Tonho pra ir fazer, trabalhar na Castanhal naquele tempo. Aí veio e me chamou para eu ir tomar conta de uma draguinha véia dele lá... “Vai lá escapando lá, pra ir comendo, lá”. Aí eu fui, fiquei... mas como que achava garimpeiro? Não achava. E, ainda pelejei uns dias lá tirei uns barranquinhos que dava até um ourinho. Mas como é que vendia? Aí... fui pra juquirá lá, pra foice. Aí me contrataram por mês, pra mim trabalhar. Rapaz, eu fazia tudo ali. Tinha um mato lá naquela descida pra chegar naquele corredor deles que vai pro mangueiro... aquele mato tava rodiado de pasto e aquela bolona de mato no meio... Rapaz, eu saía cedinho amolava a foice, botava a água na garrafa e levava a sacolinha da merenda. Eu batia aqui no canto, pá, pá... ia pro outro canto... de novo... Eu dizia, rapaz eu vou embora. Eu chegava lá o velho dizia: “Mas já veio tá cedo pro almoço?” Tava cedo [risos]. “Não... pode ficar por ali...”. Um dia eu andava meio a borroca para cair fora, né?. Mas eu dizia: “Rapaz, mas cadê eu que prometi pro homens...”. Eles tinham ido tudo, Tonho, Gilmar, Duche, Huck, com as mulheres prá lá... ficou só eu pra dar conta daqueles dois velhos, dar conta daquele gado i... Mas eu tava por mês... Aí disse rapaz eu vou... aí eu entrei fazendo fácil, queimando marimbondo e roçando aquele mato... esse leiteiro tava topado de cada pauzão assim... e aquele coisa que eu chamo de serrotão aquele que dá o tronco aqui baixa no chão, sobe e sai baixando... Aí eu sai por baixo cortando com a foice... aqui e aqui. Quando eles chegarem, a primeira semana que eles vieram... “Começou?”. “É só deu um comecinho lá”. Eu inventei que tal, que eu fui arrumar uma cerca e tal, nadinha [risos]. E quando eles chegaram na outra semana... “Ah, velhinho agora você trabalhou...” Trabalhei ô. Naldo, podia andar untado por baixo porque do jeito que eu cortava aqui [sinaliza], cortava mais aqui [sinaliza] e levei aparando por cima, onde eu tava... daqui você olhava tu via tudo limpo, igual isso aí olha... [o pátio da casa varrido] e aquela ramada toda seca. Eu bati acho que uns dois meses eu fiz aquele coiso, mas não dava uns alqueires de mato, mas eu fiz... Agora eu botava fé, de guerra... é assim mesmo... depois... até que eu acostumei fiquei foi três anos lá...<sup>658</sup>

O sr. Domingos tentou o garimpo, novamente. Mesmo que justifique o abandono da atividade de garimpeiro como a falta de companheiros de trabalho e a dificuldade para ter a quem vender o ouro, a fala indica que o fazendeiro o levou para as terras já com a intenção de empregá-lo no trabalho do roçado. Para entender esta narrativa é preciso considerar o tom de humor com o que o trabalhador descreve o processo de transformação do trabalho do garimpo no trabalho na roça.

<sup>658</sup>SALES, op. cit., 2016.

Assim, o sr. Domingos retomou em conversa interna a promessa feita aos demais trabalhadores, com a responsabilidade e o dever de não desistir de fazer o roçado. E, continuou a narrativa com a invenção da arrumação da cerca, para esconder que o trabalho dele não tinha rendido. Mas, depois do mês da readaptação conseguiu enfrentar os galhos, os cipós, as árvores e os animais e tudo ficou limpo, como o terreno da casa dele varrido, onde era possível brincar ou “andar untado”. Há a repetição da expressão “rapaz”, referenciando-o como alguém de fácil convívio e jovialidade, elemento que pode acreditar ser necessário para continuar o diálogo durante a entrevista. Mesmo que ele descreva o trabalho com contratado por mês, onde ficou três, é não se tratava do trabalho com carteira assinada, como explicou o sr. Reginaldo.

Reginaldo: Só que antes não tinha carteira assinada.. era só... fala que é por mês, mas pagava por mês só não não tinha nada... de carteira assinada, não tinha nada. Começou esse negócio de carteira assinada de uns tempos prá cá... antes aqui, tudo essas fazendas, essas aberturas tudo era... catava essas peãozada da curutela aqui pra fazer a abertura... mas só assim... mas só que o pessoal ganhava dinheiro... só que era na empreita... que no começo eles não ganhavam porque ainda não tinha o domínio do como que era o serviço, serviço ruim, serviço bom. Mas depois que começaram a pegar mais ou menos o ritmo do negócio... aí todo mundo ganhava dinheiro também nas fazendas... que empreitava por alqueiro... aí juntava aquela turminha de cinco, seis... aí entrava e aí ganhava dinheiro... não é não Santo? Naquele tempo ainda ganhava dinheiro na empreita...

Domingos: Ganhava... naquela época... o cara fazia uma empreita de cem alqueiro, cinquenta... aí juntava... eles fazia uma turminha de cinco, seis. Aí ali todo mundo fazia a comida e saia de manhã e levava a comida, não tinha esse negócio de ninguém de ficar em barraco pra fazer comida não... levava. De meio dia almoçava por lá e quando chegava de tarde, um tava rachando uma lenha, outro lavando uma vasilha, outro fazendo um arroz, o outro tava assando uma carne. Só que a gente já comprava logo uma banda de um boi logo pra levar lá pro mato. Comprava de muito. Que a fazenda a gente pegava o serviço, mas a fazenda vendia o gado pra gente, por um preço mais barato nós ia encontrar no açougue.<sup>659</sup>

As relações de trabalho não eram formalizadas de acordo com à legislação trabalhista. Os trabalhadores ganhavam dinheiro quando tocavam a empreitada o dia todo, sem parar para preparar a comida, na hora do almoço. A cozinheira presente no barraco dos garimpeiros não estava para preparar a alimentação dos peões, durante a empreita nas fazendas. Ou seja, o trabalho era tocado o dia inteiro e necessitava ficar acampado no meio do mato. E, além de ganhar o sangue vivo dos trabalhadores, o fazendeiro ganhava ao vender a carne para alimentá-los. E a formas como o resultado do trabalho era medido ao ser finalizado, mudava

---

<sup>659</sup>SALES, op. cit., 2016.

de acordo com os interesses do fazendeiro, como é possível entender na continuidade do diálogo, ao responder se o trabalho era limpar pasto.

Reginaldo: Não, não tinha pasto formado ainda... era abertura... era mato... começo... Acabou o garimpo não tinha pasto... tudo mato...era tudo mato...

Domingos: Tudo era mato, pauzão, matona bruta, aí. Não tinha pasto por aqui não. As aberturas que tinha era só nas beiras do rio onde o povo trabalhava nos garimpos, mesmo?

Reginaldo: Era começando cru... tudo era... Antes, tipo o fazendeiro vinha aqui... E muitos fazendeiros não eram morador daqui, era de fora que só vinham tal e tinha tipo um gerente que vinha e falava: “Eu quero que vocês façam até naquela mata, lá não sei o que lá”. Aí a turminha falava: “Acabemô”. Aí eles tinham uma corda, aí saía a medida. Esticavam a corda tantos metros e daí saía a medida. Hoje tem um tal do GPS. Hoje tem essa serra aqui e daí aquela baixada ali, tipo aqui essa grotinha aqui... Têm muitas fazendas que têm vários buracos assim, e esse tal do GPS mede reto e quem se lasca, quem perde é o trabalhador.

Domingos: Não vê aquele tempo que eu peguei aquele serviço na Santo Tomé, a encrenca que ia dando lá. Porque quando eu fiz o serviço... era o Jaburu na época... quando eu peguei o serviço, lá. Eu disse: “Jaburu, mas eu não aceito medir no GPS”. “Não, a gente mede do jeito que você quer”. Aí quando foi pro Zé Antônio vim medir o Zé Antônio mediu no GPS. Aí eu dei a cara. Mas, ficou do jeito dele mesmo. Porque quantas grotas não tinha... que você... descia aqui e pra subir... era uma e outra, uma e outra... Lá naquela divisa das Gouveia... aquele taião ali. Aí eu falei: “Não. Eu combinei mais o Jaburu que era pra medir na corda ou na trena porque pegava baixada”. Aí ele falou: “Não, mas quem é o dono é eu não é o Jaburu, não”. Eu aí fazer o quê?<sup>660</sup>

O sr. Domingos teve dificuldade na negociação com o patrão sobre o pagamento do trabalho realizado. O acordo de trabalho feito com o empreiteiro foi retomado e desautorizado pelo dono da terra. O trabalhador visava receber pelo resultado obtido com o trabalho realizado e não ser enganado com o uso das tecnologias de medição das terras, que não serviam para mensurar as subidas, descidas e grotas limpas por ele. O trabalhador prejudicado não conseguiu sozinho retomar o combinado, por isso aceitou o pagamento do fazendeiro.

Em 1994, como nós já sabemos, as negociações pelo trabalho e as disputas pela terra aconteciam, quando a Metamat anunciou que de 3 mil pessoas que viviam no distrito União da Serra, região a qual pertencia a Pista do Cabeça, 455 pessoas estavam “envolvidas direta e indiretamente com a extração de ouro” isso com a utilização de “61 dragas de 4” e 5” 7 moinhos de martelo e 1 moinho de galga”. Diante dessa contatação, que os garimpos diminuíam, a previsão da Metamat era que a região tornar-se-ia “fantasma”<sup>661</sup>.

<sup>660</sup>SALES, op. cit., 2016.

<sup>661</sup>Relatório Final. Diagnóstico das Atividades Mineradoras na Bacia do Rio Teles Pires. Companhia Matogrossense de Mineração – Metamat. Dezembro de 1994.

Ao conhecer a mesma realidade, de redução do trabalho dos garimpeiros, porém com o objetivo contrário da Metamat, a Associação Comunitária Novo Cruzeiro decidia junto aos moradores que iam “trabalhar firmes”<sup>662</sup> pela continuidade da vida no local. De tal modo, as ações dos garimpeiros e moradores da Pista do Cabeça se deram por meio da organização da luta pela terra com a contribuição da Associação Comunitária Novo Cruzeiro e do presidente, o trabalhador Pedro Lopes da Silva.

O sr. Pedro, 74 anos, nasceu no município de Riachão, no Maranhão. Depois da morte do pai e do segundo casamento da mãe, ele foi criado por pais adotivos. Com a nova família, ele aprendeu trabalhar na roça. “Plantava, roçava, derrubava, queimava, cercava. Tinha que cercar, porque senão não consegue colher. Aqui no tempo que tinha roça é fechava o gado, o gado que era fechado e a roça aberta, né? Lá era o contrário, o gado era solto no campo e a roça que era fechada para o gado não vir na roça”. O trabalho em pequenas plantações cercadas e os usos coletivos da terra com pastagens formaram-no como agricultor, desde menino.

Até que, o jovem sr. Pedro decidiu pela mudança. “Acho que não tinha 20 anos ainda, tinha não, quando eu comecei a fazer o trecho, como diz o peão, né? [risos nervosos]”<sup>663</sup>. Ele saiu e voltou. “Depois extraviei no mundo de novo”, até que nunca mais retornou para casa. O ancião sr. Pedro vivia sozinho, por isso eu pensei que ele não tinha casado e só ao fim da conversa eu pergunto dos filhos. Disse-me da mulher e de dois filhos, que morreram. Naquele momento, os olhos azuis intensos do sr. Pedro foram recobertos por fina camada de brilho triste e eu não tive coragem de remexer naquela dor. Eu finalizei sem questioná-lo, pois, o assunto familiar não era o preferido do sr. Pedro.

Ele gostava de falar da época dos 50 anos, da luta pela terra e como transformou-se, de acordo com o Interamat, no “ocupante do lote nº13 com área de 24,3539 (vinte e quatro hectares trinta e cinco ares e trinta e nove centiares) no Projeto de Assentamento “JACAMINHO” no Município de Alta Floresta/MT”<sup>664</sup>. Na terra, tornou-se plantador e defensor da agrofloresta. É sobre o processo vivido para a conquista da terra que ele principiou a contar as memórias dele, no dia que nós entrevistamo-o:

Pedro: Vou começar pela história do porquê eu estou aqui no Assentamento, né? Eu vivi, trabalhei muitos anos... em serviço porque eu não me formei, eu

<sup>662</sup>Carta/Manifesto. Comunidade Novo Cruzeiro/Pista do Cabeça. Assinada pelo Presidente da Associação Comunitária Novo Cruzeiro Pedro Lopes da Silva. 2p. s/d

<sup>663</sup>SILVA, Pedro Lopes da. [17 ade gosto de 2019]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2019; Arquivo digital (3h41min.).

<sup>664</sup>Declaração de Ocupação. Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat). Cuiabá – MT, 27 de julho de 2014.

tive pouco estudo morando no interior, não aprendi profissão, a profissão que eu aprendi foi trabalhar na roça. E depois que eu saí de casa vivia trabalhando na roça porque trabalhava pros outros, fazenda, firma, só no mato, firma de mineração, firma disso, daquilo, fazendo pesquisa de minério no mato, minha vida era essa, depois nos garimpos também, aí eu nunca fui bem sucedido nos garimpos. Inclusive o último garimpo que eu trabalhei foi aqui na Pista do Cabeça. Vim prá cá, pra pista em 79. Não, não em 79 eu vim para Alta Floresta, aí que fiquei trabalhando nos garimpos ali por perto, aí vim pra cá em final de dezembro de 82. Naquele tempo, não tinha estrada era avião. Eu fiquei trabalhando no garimpo aí. O garimpo tem as fases. As fases de bastante ouro, tem as fases de queda. Enquanto tinha bastante ouro o pessoal tavam tranquilo ali. Sossegado. Uma vila muito movimentada, né? Movimentada de tudo, tudo que... de bom e de que não prestava também tinha, né? E o ouro foi diminuindo, quem era garimpeiro mesmo foram se dispersando pra outros lugar. Outros procurando outros meios de vida prá trabalhá, também. [...]<sup>665</sup>

O sr. Pedro foi garimpeiro. Na narrativa, ele reforça a concepção de que o trabalhador da roça e o garimpeiro são o mesmo trabalhador, assim como se deu a trajetória dele de trabalho na relação com o estudo. O trabalhador não conseguiu se “formar”, mas disse que “meu primeiro professor meu foi meu avô, é professor lá do interior, dava aula na roça”<sup>666</sup>. O orgulho, de como e quem ensinou-o as primeiras palavras, estava expresso na repetição do pronome possessivo “meu”. Em 2019, o sr. Pedro, continuava líder no assentamento, estava próximo a CPT e com atuação no Instituto Ouro Verde (IOV). Em conversas citava Paulo Freire e a importância da educação transformadora. Sem ter formação profissional para atuar nos serviços da cidade, a intensa vida se deu entre as fazendas, as mineradoras e os garimpos. Na “roça” e no “mato”. Ele não se reconhecia como trabalhador urbano.

O trabalhador rural chegou em Alta Floresta em 1979 e em dezembro de 1982 na Pista do Cabeça, onde trabalhou na garimpagem nas “fases” boas e ruins do ouro. Até que “ouro foi diminuindo”. Em 2019, na memória do sr. Pedro não é a formação das fazendas que fez com que o trabalho no garimpo enfraquecesse, mas o fim do metal precioso. Ainda que os latifundiários tivessem se apropriado de grandes extensões, como ficou demarcado no início da década de 1990, quando o sr. Pedro assinou a carta da Associação<sup>667</sup>, o destino final da terra não tinha se dado, o solo continuou em contestação para o ex-presidente da Associação. Na narrativa do sr. Pedro, os espaços ainda estão em disputa. De tal modo, ele prosseguiu a fala inicial da entrevista:

---

<sup>665</sup>SILVA, op. cit., 2019.

<sup>666</sup>Idem, ibidem.

<sup>667</sup>Carta/Manifesto, op. cit., s/d.

Pedro: [...] É... eu lembro que no mesmo dia, embarcou três família no ônibus, que era Maringá aqui na Pista, pra ir pra Claudia, perto de Sinop, para trabalhar em serraria. Então, aquilo, assim, me comoveu. Tanta gente conhecida, famílias que a gente convivia a tempo, ir embora assim, e o lugar se esvaziando. Aí eu digo, alguma coisa as vez tem que ser feito. Aí a gente começou a conversar. Aí surgiu uma conversa até de um próprio agrimensor, que é um japonês que mora ali, mora até hoje na Pista, que existia uma área devoluta na região. Mas, ele não deu pista correta onde que era, porque ele tinha interesse, como agrimensor ele tinha interesse de ganhar dinheiro, porque o ramo dele era esse mesmo. Ele não deu pista onde que era certo. Mas, a gente perguntou para algumas pessoas e começou se articular, conversar possibilidades do pessoal da Pista... iii alguém se interessou. Aí foi descoberta onde que era área, que era exatamente aqui [no Assentamento Jacamim]. Só que alguém se dizia ser dono. Como ainda tem morador aí que se dizia ser dono, parte dono, né? Aí a gente ficou... Aí mobilizou o pessoal. Aí, o pessoal... tipo, tipo não, foi tipo um grilo, não aqui onde é o assentamento, mesmo, na outra área que também tem morador, posseiro, entraram lá os 20... até tem o apelido de 28, o local, aqui pertinho, vizinho. É duas comunidades vizinha. Se tornou comunidade também, depois. Aí o pessoal entraram lá. Se apossaram. Era área de fazenda, alguém dizia ser dono dali. O pessoal entrou e aí a preocupação dobrou. A gente sabe que é fazendeiro. Fazendeiro não dá moleza pra... Aí foi onde a gente começou... Aí... não sei se é do tempo de vocês, se vocês conheceram ou conhecem o professor Nino. Ele não está mais em Alta Floresta. Ele foi professor ali na Ouro Verde, diversas escolas por ali, foi professor lá no..., eu não sei mais o nome, ali na escola atrás da Praça do Avião chamou o Ceptotec um tempo, não sei se é o mesmo nome ainda, ele foi professor dali. Um dia, ele tinha conhecimento. Um dia, conversando com ele sobre a situação da Pista, sobre o que a gente pretendia, se pudesse haver a possibilidade de criar um assentamento na região pra que aquele pessoal que ainda tavam ali, ficar, né? A gente conversou, mas eu achei que aquela conversa tinha ficado ali. E ele, aí ele passou aquela conversa para um que é professor também, professor Evaristo, que trabalhava, era chefe do Empaer, na época. Acho que ele está em Carlinda parece. Nunca mais eu vi o Evaristo. E aquela conversa rendeu e aquela conversa foi parar no presidente do Intermat, da época, que era o Jair Mariano. E aí, a gente começou a negociar, começou a conversar. O Jair Mariano lá em Cuiabá e a gente aqui, não tinha condição de ir lá. Aqui não, na Pista, o contato, o porta voz era o Empaer através do Evaristo. Até que com essa conversa do Nino com o Evaristo, que o Evaristo conversou com o Jair, o Evaristo me passou uma data que o Jair ia estar em Alta Floresta. Aí eu fui, né? Aí conversei com ele. Ele prometeu que ia mandar os técnicos do Intermat vim aqui levantar a área e ver se realmente era devoluta. Aí prometeu, marcou uma data não veio. Eu direto cobrando. Até que vieram. Fizeram o levantamento, e aí constou que aonde o pessoal tavam, tinha grilado, tinha documento, que a área onde era devoluta era prá cá...<sup>668</sup>

A apropriação privada das grandes áreas se deu sobre a maioria das terras e sobre as áreas em que havia ouro, por isso a necessidade do agrimensor que trabalhava para os fazendeiros e sabia, embora não dissesse, onde havia espaços que não foram legalizados. Portanto, havia ainda áreas devolutas e em disputa. Junto a isso, os moradores da vila ao

<sup>668</sup>SILVA, op. cit., 2019.

buscarem sobreviver por meio da posse das terras improdutivas a partir da disputa dos trabalhadores no local que ficou conhecido como 28 e, a necessidade de as famílias deixarem a Pista do Cabeça para trabalhar no município de Claudia, essas questões sobrepostas fazem o que o líder comunitário se unir aos trabalhadores e buscar ajuda para transformar o vivido.

Assim, a organização do movimento de luta pela terra se formou das experiências compartilhadas na vila rural garimpeira e depois tomou amplas dimensões com o envolvimento de novos personagens e instituições como o Nino professor do Ceptec, o Evaristo Rodrigues da Empaer e o Jair Mariano do Intermat. Quando as conversas, negociações, promessas e cobranças foram essenciais na construção da luta. Mas, sem deixar de considerar que o movimento dos trabalhadores para conseguir as pequenas posses no 28 começou antes e contribuiu para a organização da luta pela terra pelo Assentamento. Assim, apontam o sr. Reginaldo e o sr. Domingos:

Reginaldo: Os patrão... Os que tinha... ali pra trás tinha o garimpo do Amaral, garimpo do Amaral... mas era um pedaço grande... era um senhor chamado Amaral tinha a Zenaide esposa dele, tinha o irmão... aí tinha várias dragas, aí tinha boca de serviço lá, um buracão mas grande pra caramba, mas só que tinha várias dragas... Só que aí ele... quando chegava no tempo do inverno, da chuarada, ele ia pra Goiânia, né? Aí passou uns tempos deu uma fracassada no garimpo aí veio essa Intermat, que tem o Incra e do Mato Grosso que é a Intermat.... A Intermat falou que ia fazer um assentamento aqui, na região... não tinha esse Jacamim ainda não. Aí teve ali na Ourolanda teve um dia. “Ô vai ter a inscrição pra quem quiser terra fazer a inscrição”. Aí a Zenaide falou: “Vamos lá Naldo”. Eu: “Vamos”. Aí eu, ela... tava aquela fila de gente. A gente nem sabia onde ia ser essa área que ia ser cortada, porque aqui vários lugares aqui era tudo do governo. Aí ela: “Mas Naldo, olha, hoje eu aqui pegando essa fila pra ver se vou conseguir pegá 10 alqueires e meio, sendo que quando nós chegamos tinha terra pra todo lado que a gente quisesse e a quantidade que quisesse tinha, pra todo lado. Eu não queria naquela época. E agora eu pegando fila pra ver se eu consigo 10 alqueires e meio”. E foi onde vários fizemos a ficha lá, tinha que preencher que era do Intermat, aí passou um ano, dois anos depois que cortaram aqui. Mas, daqueles que fizeram inscrição não valeu nada aquela ficha. Tem vários garimpeiros que pegou aqui, mas já com família, né? Assentamento Jacamim. Uns chamam Assentamento Jacamim outros chamam... tem o 28... só que o 28 é pra frente... é ligado... mas pelo Intermat é só esse Jacamim ali que foi cortado e dado pra pessoas... mas o 28 foi... um grilo... as pessoas já entrou antes do assentamento, as pessoas saiu cortando... os garimpeiro daqui... alguns...

Leozil: Ah, então teve garimpeiro que conseguiu...

Reginaldo: Conseguiu... conseguiu... entrou lá dentro e saiu cortando. Daqui sempre ia cinco, seis, sete pessoas daqui, aí levava o rancho, pagava outros pra fazer o picadão lá, fazer a roçada... consegui no 28...

Domingos: Eu mesmo naquela época, eu falava: “Rapaz, eu vou”. Mas, tinha que ter uma pessoa lá, aí o que que eu fazia? Eu ia tirar aquilo i deixava lá porque eu tinha que trabalhar nas dragas ou já nas fazendas... prá manter lá dentro... Aí eu nunca ia ter condição de formar aquilo... Diziam, não, vai

vender a madeira... faz um empréstimo... não sei o que... eu digo rapaz, mas... daí eu não entrei, não...

Reginaldo: Na época tinha... um... não sei... tinha um tal de Rufino. Tinha um outro que era... que tinha cortado primeiro que todo mundo assim, tinha cortado um espaço, aí o pessoal já tinha grilado lá....

Domingos: Era o Rufino... a turma daquele Rufino ali dava confusão com ele direto, o pessoal grilando a área dele... só via as encrencas... Eu digo: “Não vou entrar em confusão...”

Reginaldo: Na época, o pessoal ficava direto atrás de mim: “Vamos lá”... Entrar em briga, coisa alheia dos outros...<sup>669</sup>

O movimento do 28 foi a luta direta pela posse, não se deu por meio da organização do movimento político que buscasse a terra por meio da regularização as áreas devolutas. Nas narrativas, o movimento dos garimpeiros para conseguir terra no 28 é visto como “confusão”, “encrenca” e “briga”. Já para participar da luta pela terra no Assentamento Jacamim era mais organizado, tinha apoio do Intermap, era preciso enfrentar a fila e fazer o cadastro. O pequeno comerciante e a dona de draga empobrecidos se inscreveram e estavam entre as pessoas que viam a terra como alternativa de vida, mas pelo jeito esperaram o resultado da inscrição sem participar da formação do acampamento e da luta.

O sr. Domingos revela o porquê garimpeiros como ele não lutaram pela terra, pois não tinham condições de se manter na luta. A família poderia ajudar. Mas, o sr. Domingos não tinha mulher e filhos e precisava se desdobrar entre o trabalho e o acampamento. E, depois, entre o trabalho e o assentamento, o que impossibilitava a vida, na análise dele. Então, o sr. Reginaldo e o sr. Domingos concordavam com o sr. Pedro, havia dois movimentos de luta pela terra na Pista do Cabeça.

O primeiro, o 28 foi formado por garimpeiros e trabalhadores da vila que ocuparam as das terras e realizaram sozinhos a divisão dos lotes das pequenas posses. O segundo, a luta dos garimpeiros e demais homens e mulheres pobres, para a conquista do lote no assentamento com regularização via Intermap. Na experiência do sr. Pedro os dois movimentos são da mesma época e “foi o que deu origem ao assentamento, foi eles terem entrado lá [no 28]. Foi procurado o órgão pra levantar, pra ver se onde eles estavam era área devoluta e não era”. No movimento do 28 os trabalhadores entraram e cortaram as terras, para as 28 famílias que ali conseguiram permanecer nas pequenas propriedades.

Então, havia a possibilidade de os trabalhadores continuarem a dividir as demais áreas devolutas, era isso que o sinalizava o Diário de Cuiabá. Em 11 de agosto de 1994, o jornalista José Vieira, publicou informações sobre a luta pela terra na Pista do Cabeça, e via os dois movimentos como um só.

---

<sup>669</sup>SALES, op. cit., 2016.

Alta Floresta: Intermat pode regularizar a situação de sem-terra

Cerca de 90 famílias de trabalhadores rurais sem terra que ocupavam uma área na localidade da Pista do Cabeça, município de Alta Floresta, podem ser assentadas em uma área próxima da mesma localidade, com o apoio do Intermat. A área que vinha sendo ocupada a mais de dois anos era de particulares e os proprietários tinham título definitivo. A nova área que está sendo cortada pelo Intermat, é devoluta.

Na semana passada um comerciante e bioquímico em Alta Floresta, proprietário de um laboratório de análises clínicas, disse que era dono da área que está sendo cortada pelo Intermat para ser distribuída às famílias. Ele acompanhou a polícia no local e houve conflito. O presidente da Associação dos moradores e líderes dos sem terras, Pedro Lopes da Silva, foi detido e sofreu ameaças junto com outros agricultores. Mas o comerciante não conseguiu provar que era dono da área.

A polícia agora continua no local para dar segurança aos técnicos do Intermat que estão trabalhando no traçado dos lotes que serão distribuídos às famílias. Os lotes vão ser de dez alqueires para cada família.

A Pista do Cabeça fica situada a 82 quilômetros de Alta Floresta. E desta localidade até na área que está sendo ocupada pelos sem terra, é seis quilômetros. A estrada que liga Alta Floresta a Colorado passa no meio da posse que está sendo regularizada.

O objetivo das famílias de sem terra, segundo Pedro Lopes, líder do movimento, é conseguir um pedaço de chão para trabalhar e sustentar-se com a produção. Ele acentua que a Pista do Cabeça era um pólo garimpeiro, mas como o ouro acabou, a única alternativa é a agricultura.

O primeiro suplente de senador Elói Almeida, disse que um grupo de empresário colocou uma área a disposição do Inbra na região de Alta Floresta para ser desapropriada e fazer o assentamento de famílias de agricultores sem terra. Ele acentua que sobrevoou a área com o superintendente do Inbra, Lutero Siqueira e o órgão estuda a possibilidade de fazer um assentamento no local.<sup>670</sup>

No início da matéria, as 90 famílias reconhecidas como formada por trabalhadores rurais e agricultores, faziam parte do movimento e ocupavam a área com título de propriedade, desde 1992. O jornalista colocou esse fato como apuração, mas também como interpretação de que o movimento dos trabalhadores partia de irregularidades. E, apenas, o Intermat sabia sobre as terras devolutas. A noção que coloca a ocupação como área de “título definitivo” se articulava com o fato do fazendeiro que se dizia dono, requerer a terra com apoio policial. Contudo, a fala do suplente a senador, apoiador do fazendeiro, de que os empresários colocavam “ disposição do Inbra” outra área para assentar as famílias sinaliza a suposta preocupação dos fazendeiros e empresários com a da luta pela terra na Pista do Cabeça. Ou melhor, com a segurança de que a propriedade dos demais grandes latifundiários não seria “desapropriada”.

<sup>670</sup>VIEIRA, José. Alta Floresta: Intermat pode regularizar a situação de sem-terra. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 11 de agosto de 1994. Cidades. p. B5.

Portanto, os conflitos entre os trabalhadores e o fazendeiro e bioquímico, que se dizia dono da área, já aconteciam. Ameaças, detenção e nada comprovado sobre a propriedade. Mas, de acordo com o jornal, havia duas polícias no local. Uma que estava com o fazendeiro e prendeu o líder e os trabalhadores do movimento de luta, e a outra que acompanhava o trabalho de vistoria da área feita pelo Intermat. Sobre a localização da área para a formação do assentamento, o sr. Pedro, que na ocasião foi preso como escreveu o jornalista, continuou a narrar sem falar da cadeia, mas lembrou das ações no reconhecimento das terras e da violência policial:

Pedro: Só que não era aqui... ela tava, não sei se a três mil metros daqui pra lá, é que iniciava a Gleba Cantarelli, era prá lá, o terreno do pessoal aqui que era morador que é da época, que tinha escritura da terra aqui, não era, era dentro da Gleba Cantarelli, a área dela e de outro. Iiii, mas a Gleba Cantarelli não era aqui, era prá lá. Acredito que quando vieram abrir alguém já tinham abrido lá, e eles pixaram prá cá. Foi um fato que aconteceu. Eles julgaram, i fizeram confusão e fizeram tudo para não deixar demarcar as terras. Só que a área deles, no documento, não era aqui. Iii, mas mesmo assim com muito debate, eles vieram depois, começou... o Intermat contratou um outro agrimensor que morava ali, na vila, na Pista. Assim... ele era agrimensor só que não tinha vínculo com nenhum órgão agrário, né? Ele era prático, sabia trabalhar, é inclusive ele delimitou a área pra Biotec, vocês conhecem, né? O pessoal da Biotec, da empresa, não sei se conhecem o dono? João Manoel, Manoel João. Essa área aqui, ele dizia ser dele. Grande, a área. Aí o Intermat contratou esse rapaz Isaul, cuiabano, para medir a área. Mas, só que iniciou, aí o pessoal que se dizia ser dono embargaram, o trabalho. Alegaram que a área era deles. A gente foi ameaçado. Foi bem complicado a coisa aqui. Depois que já tava... já tinha começado já a cortar, fazer as picadas. A primeira, primeira tentativa foi assim é... assim, pressão mesmo, pessoalmente. Que era dono da área, dizia ser dono João Manuel. Dono daquele laboratório Biotec, que tem ali na rua F. Tem farmácia ali na esquina da, da, da Ludovico com a rua D. Farmácia grande. Biotec é dele também. São... tem o Romualdo Junior que é deputado, é cunhado deles, é casado com a irmã dos dois, chamam Manoel João e João Manoel, são portugueses eles. Aí eles vieram com a polícia e nos abordou lá na vila. Aí nós tivemos que vir com eles ali... é ali... só observaram onde que entra a primeira estrada que vira prá lá assim, logo quando desce a serra ali, tem uma reta assim que vira uma estrada, né? Um pouquinho prá cá é a divisa do assentamento, quase ali na baixada. Eles veio até ali miraram muito a gente. Tava com três policial junto, um tenente e dois policial. Eles andaram me dando umas cacetadas assim... I viemos ali, ali eu tive que garantir pra eles que tava encerrado o trabalho do Intermat aqui. Tive que garantir que tava. Falei que tava... que ia parar e o tenente obrigou falar, parar não, tá encerrado. Então, tá encerrado falei. Não ia... no meio deles aí o que se dizia ser dono da área e o policial. Ainda mais que depois ainda a gente foi saber a fama do tenente, tenente Wiliam, que era cobra criada, do gatilho mesmo. E daí foi garantido que não ia mexer mais ali na área. Não tinha ninguém, só o pessoal, que já era a mulher que tava pensando... que tinha parte da área também se quiser ela mora ali, o filho dela mora mais lá na frente. Eu me rendi no momento, mas o projeto não parou não. No outro dia, no outro dia,

na realidade eu não fui pra cidade. Eu tinha que recorrer. No outro dia, eu não fui porque eu pensei, digo esse pessoal podem é abordar o ônibus aí na estrada e eu tá e acha que eu tou indo buscar justiça, socorro ii. Aí não fui. Foi numa segunda-feira, deixei passar... na época tinha ônibus todo dia da Pista pra cidade, na quarta-feira eu fui.<sup>671</sup>

As terras da Gleba Cantarella foram vendidas em dezembro de 1987 e na ocasião sobrou 326 hectares sem proprietário privado, mas que o fazendeiro João Manuel se dizia dono da área. Mas, não era somente a área do limite da gleba que era disputada. A área era maior e englobava terras ainda em processo de reconhecimento do Intermat como áreas públicas. O sr. Pedro como articulador do movimento precisou de coragem para garantir para a polícia e ao fazendeiro que os trabalhos de demarcação dessas extensões se encerrariam. Momento no qual poderia ser de desistência e de desarticulação da luta.

Mas, mesmo depois de ter sido torturado e sofrer ameaças, o trabalhador teve força para embarcar no ônibus e ir à cidade, local da polícia e do empresário fazendeiro, para denunciá-los. Como o jornalista José Vieira que dividiu a polícia em duas, nós podemos pensar que o pequeno efetivo de três homens com o fazendeiro signifique que esse grupo não estava somente como batalhão da polícia, mas como grupo armado privado. O trabalhador continuou:

Pedro: Daí lá o Evaristo ligou para Cuiabá e daí ele passou a ordem lá, que era pra mim não sair de Alta Floresta que no outro dia eles iam tá aí. Nós não era para arredar o pé. No caso tava só eu porque no começo, no princípio, assim... o outro rapaz que tava à frente também de mobilizar o pessoal, fizeram muita pressão nele e ele desistiu, né? Daí eu continuei, sozinho, mobilizando o povo, conversando, fazendo reuniãozinha na vila, por ali. Foi até que o pessoal entraram aqui. O que deu motivo pra gente procurar os órgãos pra livrar de um conflito. Aí, no outro dia eles falaram: “Pode ficar aí, não saia daí, que amanhã tal hora nós tamos aí”. Aí eu fiquei lá. Inclusive tem um senhor que tem propriedade, não muito longe daqui, que me dava apoio, que eu parava na casa dele, seu Aristides, que é pai de uma coordenadora da escola, aqui. Parava na casa dele. Fiquei. Quando foi no outro dia, eu fui lá pra Empaer, quando foi às nove horas, nove e pouquinho, o pessoal chegaram de avião. O Jair Mariano, dois, dois seu Jones que era do Intermat, se eu não tô enganado o Antônio Vatz que era engenheiro do Intermat e, na época, era o chefe do estado maior, estado maior da PM era o Coronel Barão, veio também. É porque também o policial, os policial que fizeram a pressão aqui, então o chefe geral veio pra... resolver isso, né? Fizemos uma reunião lá na Empaer... eles falaram... o Coronel falou, nós vamos já... o Jair Mariano ordenou que eu e o Evaristo já viesse de carro pra cá. Que tem um... depois da vila tem uma fazenda, fazenda e tipo uma mineração, que é do comandante Jovair, né? Que tem a área, mexe com garimpo, ele é piloto, ele tem avião, tem pista ali na fazenda dele, tem tudo. Aí ele já tinha pedido autorização pra descer lá, né? Aí

---

<sup>671</sup>SILVA, op. cit., 2019.

ordenou que nós nem parasse na vila. Passá direto, lá pro Jovair. Eles iam desce lá. Eles desceram em Alta Floresta e vinham de avião descer lá, pra podê 232hega aqui. Eu vim pra lá com o Evaristo e daqui a pouquinho, pouco tempo eles chegaram. E o Coronel falou vocês vão pra lá que eu vou lá no Batalhão e vou dar uns conselhos lá, pros meus subordinados [risos nervosos]. Aí depois eles vieram, vieram. Nós viemos até aqui onde tava iniciado as picadas do assentamento. Beleza. Aí, daí mesmo eles voaram direto pra Cuiabá, tavam no avião até da Polícia Militar. E ficou... Só que o pessoal que se diziam ser dono, eles não se conformaram e entraram na justiça. Aí ficou embargado pelo um bom tempo. Na época, foi bem nuns anos não tinha juiz em Alta Floresta, tava sem juiz, daí eles recorreram pra Colíder. E a juíza ou o juiz de lá embargou. Ficou parado, até a decisão da justiça. Só que, enquanto isso, os que se diziam ser donos não pararam, não. Eles já acharam jeito de botar esteira pra fazer o carreador para fazer cerca, esparramar lasca que era pra cercar, já pra evitar do povo, né? De fazer assentamento. Acho que ficou seis mês embargado. Nós não podia mexer, mas eles podia. Inclusive, tem o dono da, da, esqueci o nome, que a gente chama Fazenda Pantera, que é do dono da Pantera, que é o seu Oliveira, né? Tem duas lojas, tem a de ferragens, motor e essas coisas e tem a de materiais de construção. A fazenda dele é vizinha com aquela mulher que tava ali, a Deversina. Eles tão... beirando a casa dela na cerca da fazenda não dá 50 metros [risos nervosos]. Inclusive, nessa... ele aproveitou também e derrubou a área onde era pra ser assentamento, ele derrubou, cercou. E aí, segundo falam, tem gente tem certeza que viu a negociação, que houve propina com alguém do Intermat também, né? Pra não mexer naquela área. Tava começada já a cortar. Mas, aí quando o Estado ganhou a causa, que veio, já não mexeu naquela área mais não. Já diminui o assentamento. E foi assim, foi problemático. Uma coisa bem... Graças a Deus não teve... nunca chegou a ter morte, essas coisas não, só ameaça mesmo. Depois né? Que o pessoal já tava morando, os fazendeiros ameaçavam, mandavam intimação pro pessoal, mandando sair... o pessoal nunca se renderam... né? E ficou.<sup>672</sup>

A mobilização e organização do movimento por conversas e reuniões acontecia. Ao começar a unir as pessoas em torno do interesse comum, o sr. Pedro recorda desistências e reatualiza as dificuldades dos caminhos do combate contra gente tão poderosa. Os pontos de apoio contruídos entre os próprios trabalhadores e a rede de sociabilidade com os órgãos do governo se tornavam fundamentais. Assim, não foram as demandas de fora que criaram o movimento e nem resolveram o problema da terra para os garimpeiros. A luta era construída no dia a dia nas ricas terras da Pista do Cabeça.

O garimpeiro sr. Samuel foi integrante do movimento e disse como foi entrar na luta. “A decisão, porque, em primeiro lugar, eu tinha uma família. Não tinha onde eu morá. Aí surgindo essa ideia de ter um pedaço de terra pra morar ali em cima, foi muito vantajoso, né? “Então, vamô enfrentá essa dificuldade”. “Vamô!”. Enfrentei”. A coragem do sr. Samuel vinha da experiência e da necessidade de ter o lugar para morada. A concepção de ter a terra como habitação e não como trabalho, é a explicação possível do passado a partir do presente,

---

<sup>672</sup>SILVA, op. cit., 2019.

em que o sr. Samuel continua a trabalhar como garimpeiro e não sobrevive da terra como agricultor. Ele falou do movimento após eu perguntar sobre a formação do assentamento:

Samuel: Várias pessoas começaram a se reunir, inclusive seu Pedro junto, reunindo, conversando, aquela turma ali... E aí foi que surgiu a ideia de nós conquistá essa terra aqui. E aí foi conversando com essas pessoas de mais capacidade, que tinha poder de mexer em alguma, né? Aí foi que surgiu o Jair Mariano, na época. Ele... trabalhava no Intermat. Eles vieram aqui, olharam, foram vê se as terras não era documentada. Às vez tinha título mas num tava... tinha título voador que eles fala. Tira título de outro lugar e coloca aqui em cima dessa aqui. Aí sei que: “Não, essa terra aqui nós pode conquistá sim”. Aí fomô lutá. Trabaiá. Fazê as picada. Inclusive, tivemos muitas barreira de fazendeiro. Colocando barreira pra impedir de nós entrar pra trabalhá, né? Foi obrigada até a política fazê um acompanhamento com nós pra podê conquistá essa terra, porque era perigoso os fazendeiros querer apagar um de nós [riso]. E pra nós não correr risco a polícia teve que acompanhar. Tudo por intermédio do Intermat também.

Pedro: Atacaram com a polícia junto...

Samuel: Atacaram. Inclusive foi feito um desarmamento. Nós cheguemô um dia cedo pra trabaiá e tinha uma barreira, ficava parado os trator, tudo fazendeiro. Só que eles não apontaram arma pra ninguém. Eles deixaram as armas tudo intocada. Eles queriam fazer uma pressão, né? E a polícia tava junto já. Aí quando chegou ali, a polícia: ‘cês fica aí. nós vamo’. Aí eles entraram no meio da turma lá. “Que que tá acontecendo aqui que foi e tal e pá...”. E os cara descuidaram e eles pegaram e... É coloram as armas em cima deles. “Entrega as arma que cêis têm guardada”. “Ah, não temo”. “Tem!” Aí foram caçando em redor, nuns pau escondido, acharam as arma dos cabra. Aí os cabra tava desprotegido. Aí foi... isso quebrou a força deles. Porque aí eles viu que a polícia tava junto. Que o negócio não era só por conta dos garimpeiros que tava morando nessa região que ia tomá as terra deles. Eles viram que as coisa não era do jeito que eles pensavam. Aí foi que tivemos mais uma força, com a ajuda da polícia e do Intermat...<sup>673</sup>

Destaca-se os garimpeiros que estavam na região e iam tomar as terras dos fazendeiros e, ainda, tinham a policia estava junto deles. O sr. Samuel retomou a ideia de que o movimento se formava a partir das conversas e reuniões e reforçou que o movimento era dos garimpeiros, e obtinha apoio de instituições e pessoas, com conhecimentos e relações sociais. Mas, esses homens e mulheres denominados de “pessoas de mais capacidade”, na própria interpretação do trabalhador, foram importantes porque podiam regularizar as terras que o fazendeiro tentava grilar. Contudo, elas não enfrentaram o medo da morte no dia-dia nas terras da região, quando era “perigoso os fazendeiros querer apagar um de nós”.

Portanto, os sem-terra são capazes de reconhecer os papéis e interesses, quando até a polícia, ou parte dela, que esteve do lado do fazendeiro, pode ser entendida como construtura de demandas próximas a dos trabalhadores, em momentos específicos. Assim, os

<sup>673</sup>SOUZA, op. cit. 2019.

trabalhadores entendem e atribuem sentidos e significados para os apoios vindos de fora, sem menosprezar ou supervalorizar. Na memória do sr. Samuel, ao viver a pressão dos trabalhadores, da polícia, do Intermat e do Inbra as táticas de guerra dos seguranças e fazendeiros diminuíram. Mas, não terminavam. Passo a passo as classes se construía.

Em 30 junho de 1995, o engenheiro florestal Juarez Fernando Maiolino e o técnico em agropecuária Antonio Carlos Vaz de Oliveira apresentavam no Relatório de Vistoria<sup>674</sup> as áreas na Pista do Cabeça e nos municípios Nova Bandeirante e Marcelândia, onde os trabalhos de análise foram executados, para posterior regularização fundiária pelo Intermat. Na Pista do Cabeça “foi locado com G.P.S a área em estudo e após estudo nos processos e base cadastral deste instituto observamos que os pedidos de regularização de ocupação de vários posseiros da área em estudo incidem em títulos definitivos”<sup>675</sup>. Os profissionais destacaram os títulos na área de posse, mas no mapa anexo no documento é possível identificar “área sem titulação”<sup>676</sup>.

Os caminhos seguidos para conseguir fazer o levantamento das terras, são detalhes da memória do sr. Pedro, que ele se sentia confortável e repetia com detalhes. Eu peço para retomá-la, ao questioná-lo sobre a certeza das áreas do governo. Ele disse:

Pedro: O Intermat veio ver, os engenheiros, com GPS, com ajuda nossa, minha, do próprio seu Aristides que eu falei, que mora lá na frente que me dava apoio na casa dele. O filho da dona Ana, que também se dizia se dono, tinha uma área dela aqui, que tinha escritura, mas que não era aqui, o filho dela já tinha uma área ali mais pra frente, ainda hoje ele mora lá, também ajudô a mostrar os canto, os, os as delimitações das área. Eles conheciam muito bem, até mais do que eu. Porque eu morava na Pista e não andava muito pra cá, né? E eles já eram... seu Aristides morador lá sabia a divisa dele até onde ia, a divisa dele com outro que tava lá pra frente. Aí o Vande que é o filho da dona Ana que mora ali, também sabia porque eles moravam aqui, com a mãe dele ainda mora aqui. Sabia tudo os canto, daqui a até aqui é a nossa ou é de fulano, pra lá é de fulano, para lá é de fulano, pra lá é de fulano. Sabia tudo. Então, visitamô os quatro cantos. Eles mostrando. Pegaram os dados. Os técnicos pegaram os dados, levaram para Cuiabá e foram fazer o levantamento. Aí constou que, realmente, a área devoluta era essa aqui. É tanto que o mapa, o mapa daqui do assentamento não é um mapa quadradinho, ele tem um recorte, ele é o modelo do mapa do Brasil. Realmente, pra tirar as áreas titulada. Pra pegar só as áreas que não tinha título. Por isso que ele ficou... Lá pra onde aquela... a Deversina mora, lá é o biquinho, é aquela cabeci..., lá onde é que tá o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Paraná, [risos] o onde fica a cabecinha. A cabecinha tá lá. Era pra ser cortado reto, mas daí pros fazendeiros pra ficá com um pedaço da área, aí

<sup>674</sup>Relatório de Vistoria nos Municípios de Nova Bandeirante, Alta Floresta e Marcelândia. Estado de Mato Grosso. Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT. Cuiabá-MT. 30 de junho de 1995. 6p.

<sup>675</sup>Relatório de Vistoria nos Municípios de Nova Bandeirante, Alta Floresta e Marcelândia, op. cit., 1995, p.02.

<sup>676</sup>Idem, ibidem.

que era pra ir prá lá, daí ficou assim, estreitinha aquela parte lá, onde ela mora.<sup>677</sup>

Mais do que dependência das indicações do Interemat, para o sr. Pedro a delimitação da área se dava com base no conhecimento dos trabalhadores, que ocupavam áreas próximas. Portanto, a luta configurou e reconfigurou o mapa do assentamento. Pois, ao mesmo tempo que possibilitou a demarcação da área devoluta não pode “ser cortado reto” porque os fazendeiros ficaram com a terra o que fez com que ficasse “estreitinha aquela parte lá”. A definição dos limites geográficos grafados no mapa se dão a partir dos processos de ocupação e titulações das terras públicas da região, juntamente, com as disputas dos trabalhadores contra os latifundiários.

Portanto, após a divulgação das informações da vistoria ocorre a formação da comissão para analisar os cadastros dos inscritos para a conquista da terra. Os responsáveis de averiguar a situação dos homens e mulheres como objetivo de conquistar à terra se reuniu em 19 de julho de 1995.

**ATA DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA DOS CADASTROS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DA GLEBA NOVO CRUZEIRO TAMBÉM CONHECIDA COMO PISTA DO CABEÇA, COM A FINALIDADE DE REALIZAR UM ASSENTAMENTO EM TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, ADMINISTRADO PELO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO: INTERMAT**

Aos dezanove dias do mês de julho de um mil novecentos e noventa e cinco na sede da EMPAER-MT de Alta Floresta M.T. reuniram-se os seguintes órgãos: Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A (EMPAER-MT) e a Associação Comunitária Novo Cruzeiro município de Alta Floresta MT, para criar a comissão examinadora dos cadastros dos trabalhadores rurais Sem Terra da Gleba Novo Cruzeiro município de Alta Floresta Estado de Mato Grosso, para selecionar os trabalhadores que estão em condições de receber a terra. Foram indicados os nomes dos senhores: JONAS PEREIRA DE SOUZA representando o INTERMAT, GERALDO RIBEIRO DE SOUZA representante do INCRA, EVARISTO RODRIGUES representando a EMPAER-MT, PEDRO LOPES DA SILVA representando a Associação e foi convidado o senhor ARISTIDES NUNES DA ROSA posseiro da região há vários anos para fazer parte da comissão, que logo após a sua formação deu início aos trabalhos as quinze horas do dia dezanove de julho de um mil novecentos e noventa e cinco após criar a comissão lavrar a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e os demais participantes.

Alta Floresta 19-07-1995

JONAS PEREIRA DE SOUZA - INTERMAT  
GERALDO RIBEIRO DE SOUZA - INCRA

---

<sup>677</sup>SILVA, op. cit., 2019.

EVARISTO RODRIGUES - EMPAER-MT  
PEDRO LOPES DA SILVA - Associação  
ARISTIDES NUNES DA ROSA – Representante dos trabalhadores<sup>678</sup>

A comissão para examinar os cadastros dos trabalhadores rurais sem terra da Pista do Cabeça foi formada por dois trabalhadores envolvidos diretamente na luta. O sr. Pedro e o posseiro Aristides, conhecedor dos limites das terras e representante dos trabalhadores. Com esta atuação, nós podemos pensar que as experiências da luta foram levadas em consideração pelo órgão, para definir quais homens e mulheres eram aceitos no cadastro e, posteriormente, selecionados para receber à terra no assentamento.

Os critérios da seleção não aparecem no documento. Mas, a consulta da situação do trabalhador junto ao Incra e do próprio Interamat eram parte da burocracia. Há que se avaliar que a formação da comissão era a maneira dos órgãos oficiais demonstrarem que reconheciam a força da luta dos trabalhadores, pois os colocavam na instância governamental de decisão. E ao mesmo tempo, ao possibilitar ao movimento a participação no exame cadastral, busca-se por fazê-los respeitar as decisões finais e, sinaliza que o caminho da luta deve ser com apoio dos órgãos agrários e não de outro modo, por exemplo, no 28. Como, inclusive, ficou na memória dos trabalhadores.

O que também chamou a atenção foi a pressa para que o processo se realizasse, pois, no mesmo dia, 19 de julho de 1995, ocorreu a seleção dos cadastros dos trabalhadores rurais sem-terra da Pista do Cabeça.<sup>679</sup> No momento, os diferentes integrantes da luta continuaram reunidos, para deliberar sobre o resultado do exame dos registros dos homens e mulheres para a conquista da terra. Considera-se que a seleção dos cadastros tenha se dado com base nos dados elaborados pelo próprio movimento, principalmente, pois era improvável que no mesmo dia a atividade que envolvia o exame e a seleção fossem concluídos sem a força do vivido. Ou mesmo, que o Interamat tenha realizado a escolha com antecipação, sem que isso tenha ficado marcado nas memórias dos trabalhadores.

Os contatos dos trabalhadores com o Interamat foram pontuais e descritos com minúcias e, tal fato não esteve presente nas narrativas. Destarte, no mesmo dia do exame ocorreu a seleção dos cadastrados, no entanto, não foi definitiva. A luta continuava. Em 23 de agosto de 1995, o jornalista José Vieira prosseguia a noticiar as disputas pela terra.

---

<sup>678</sup>Ata da criação da comissão examinadora dos cadastros dos trabalhadores rurais sem terra da Gleba Novo Cruzeiro, também conhecida com Pista do Cabeça, com a finalidade de realizar um assentamento em terras do Estado de Mato Grosso, administrado pelo Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (Interamat). 19 de julho de 1995.

<sup>679</sup>Ata de encerramento dos trabalhos de seleção dos cadastros dos trabalhadores rurais sem terra da Gleba Novo Cruzeiro. 19 de julho de 1995.

Bioquímico diz ser dono de Novo Cruzeiro

O bioquímico Manuel João, proprietário de uma área de 500 hectares de terra na comunidade Novo Cruzeiro, localidade da Pista do Cabeça, no município de Alta Floresta, onde o Interamat está fazendo uma demarcação para assentar famílias de sem-terra, disse que possui a escritura registrada de sua área. Ele explicou que o problema que está acontecendo é quanto a localização das propriedades que podem estar situadas em pontos diferentes do que o estipulado nos documentos.

Afirmando que possui os documentos e o registro da área desde 1993, Manuel João disse que impediu que os técnicos do Interamat entrassem em sua propriedade. Ele nega, no entanto, que tenha prendido os técnicos no local com a ação dos pistoleiros.

“Quem estava no local eram os donos das terras que estão sendo cortadas pelo Interamat”, afirmou. Segundo o bioquímico, os donos das áreas fizeram uma proposta para Jair Mariano, presidente do Interamat, para que medisse novamente a área e depois do serviço realizado os sem-terra ficariam com o que sobrasse das áreas documentas.

Mas o bio-químico garante que Jair Mariano não aceitou a proposta e disse que faria a demarcação e quem se sentisse prejudicado que procurasse os seus direitos. “O que Jair Mariano pretende é aparecer. Ele quer ser notícia na imprensa e, se houver, conflito, para ele é até melhor porque vai aparecer mais. Tudo isso é jogo político”, acentuou o bioquímico.

Manuel João não descarta a possibilidade de haver um conflito com sérias consequências na área porque os proprietários estão muito revoltados como o procedimento de Jair Mariano. Mas ele informou que os donos das áreas que já forma demarcadas pelo Interamat estão entrando com um mandato de segurança na Justiça e vão esperar uma decisão. “Já falei para o meu capataz que se os técnicos de Interamat quiserem entrar, que entrem. Vou esperar a decisão da Justiça. Um conflito não leva a nada”, disse Manuel João.<sup>680</sup>

O jornal apresentava a “visão” do fazendeiro Manuel João e os argumentos dele. Nessa interpretação, os seguranças empregados contra os trabalhadores e técnicos do Interamat eram proprietários insatisfeitos com a demarcação. Deixa-se transparecer que junto ao bioquímico haviam mais fazendeiros na apropriação das terras públicas. Ou mesmo, que a milícia armada contava com o financiamento de outros grandes proprietários. Desse modo, os trabalhadores lutavam contra inimigos poderosos e também ocultos.

A proposta do Manuel João era para que o Interamat medisse, novamente, a área e o que “sobrasse” destinaria aos trabalhadores. Com isso, ele ganhava tempo para estratégias políticas. Ele e os demais fazendeiros davam início ao processo na Justiça, para garantir a propriedade da terra. Portanto, inicia-se a ação para solucionar os enfrentamentos com base na decisão dos advogados e juízes. Entende-se o âmbito da justiça como a esfera imparcial e não como outra dimensão do conflito. Isso porque a luta tinha relação com o presidente do

---

<sup>680</sup>VIEIRA, José. Bioquímico diz ser dono de Novo Cruzeiro. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 23 de agosto de 1995. Cidades. p.B1

Intermat e, por isso, durante a demarcação dos lotes da terra sem título legal, o fazendeiro manteve “com a ação dos pistoleiros”. A cada ato, revelava-se a complexa dinâmica da luta.

Embora tenha apresentado apenas a “visão” do fazendeiro e os argumentos dele na matéria, na mesma página do jornal, com título distinto, o texto dava o outro lado, diferente da “versão” do fazendeiro, a do Evaristo.

Gleba pode estar sendo alvo de “grilo”

O chefe do escritório da Empaer em Alta Floresta, Evaristo Rodrigues, disse ontem que o que aconteceu na sexta-feira na Pista do Cabeça, onde os técnicos do Intermat estão trabalhando na demarcação de uma área para assentar famílias sem-terra, foi uma emboscada por parte de pistoleiros contratados pelo bioquímico Manuel João, que se diz proprietário da área, impedindo que o trabalho continuasse. Mas Rodrigues não confirma que os técnicos ficaram impedidos de deixar a gleba.

Evaristo Rodrigues disse que o bioquímico João Manuel tem o documento de outra área próxima a que está sendo demarcada pelo Intermat, mas que não é a mesma objeto da polêmica. Ele disse que os técnicos já retornaram no local com proteção da Polícia Militar de Alta Floresta, para dar condições de continuar a demarcação.

Na opinião de Evaristo Rodrigues se o bioquímico tivesse realmente o documento da área não precisaria usar pistoleiros para impedir a continuação dos trabalhos.

“O que ele quer é grilar a área. Se tivesse documentos, bastaria que ele entrasse na Justiça e conseguisse uma liminar, impedindo que os técnicos fizessem a demarcação”, ponderou Evaristo Rodrigues.<sup>681</sup>

As duas matérias do Diário de Cuiabá lidas em oposição nos dão amplas dimensões dos acontecimentos. Os interesses do fazendeiro em seguir os caminhos da lei são desmontados, pelo técnico da Empaer, pois a terra era pública e o grileiro não tinha o documento da terra. Delimita-se os fatos. Em 18 de agosto de 1995, a emboscada dos pistoleiros visava impedir a demarcação das terras. Para Evaristo, os técnicos do Intermat foram impedidos de trabalhar. Assim, o embate com o grande proprietário aconteceu repetidas vezes durante o processo.

Mas, mesmo com a pressão exercida, a Portaria nº 978/95, publicada em 25 de setembro de 1995, resolveu “arrecadar como devoluta incorporando-a ao Patrimônio do Estado de Mato Grosso a área de 2.447,2331 ha (dois mil, quatrocentos e quarenta e sete hectares, vinte e três ares e trinta e hum centiares), situado no município de ALTA FLORESTA/MT denominada ‘GLEBA JACAMIM II’”<sup>682</sup>. De modo oficial, as terras eram do governo e faziam divisa com a Gleba Cantarella, com os fazendeiros Armando Rosa, Alonso

<sup>681</sup>Gleba pode estar sendo alvo de “grilo”. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 23 de agosto de 1995. Cidades. p.B1

<sup>682</sup>Portaria nº 978/95: Gleba Jacaminho II – Arrecadação das terras devolutas. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 25 de setembro de 1995. p.08

Nunes, Ronaldo Rosa, Udelson Pereira dos Santos e Emilia Dias Oliveira. Ou seja, a fazenda do João Manuel não estava nos limites das antigas terras devolutas, as quais se dizia dono e não queria que os trabalhadores ocupassem a área.

O sr. Adão Ferreira de Almeida, 62 anos, participou do movimento de luta pela terra. O sr. Adão, nasceu em Santa Cruz, município de Salinas, Minas Gerais, é casado com Marinalva Freitas de Almeida, 56 anos, nascida em Altonia no Paraná. O casal teve cinco filhas, 18 netos e quatro bisnetos. O sr. Adão conseguiu estudar “só o primeirinho, a primeira série. Sei fazer meu nome ruim ainda e só. Não aprendi”. Já a sra. Marinalva passou no concurso público para serviços gerais na escola do assentamento. Na terra conquistada na luta contra os fazendeiros, o casal criava vacas, preparava queijos e também coletava sementes vendidas junto ao Instituto Ouro Verde (IOV). Ao ser questionado do porquê decidiu entrar no movimento, o sr. Adão se apresentou como trabalhador de fazenda:

Adão: Rapaz eu... gente que vai pra fazenda, né? Ia naquele tempo. Às vez, a gente trabalhava. Às vez, trabalhava bastante e ganhava pouquinho, mas servia né? Que era melhor do que não ter nada, né? E daí pra diante. Então, me senti isso aí.

Flaviane: Daí o senhor então avaliou que ganhava pouco nas fazendas. Que daí, entrando no movimento poderia ter uma terra do senhor?

Adão: É. Isso aí mesmo. Às vez, trabalhava, mas tava morando de aluguel dos outros e daí o cabra já queria moradia. Aí foi onde eu parei de í pras fazenda e foi onde eu fiquei acampado pra ver se eu adquiria o lugar pra morar. Que daí depois que tivesse o lugar você ia trabalhar pra fora. É isso aí que eu pensei.

De presença física, o sr. Adão era grande. Mas, quando falava o bom humor, o sorriso e voz calma suavizam a força da aparência. Revela-se a essência de homem que analisava tudo e todos. Era sintético e conciso na expressão das palavras e sentimentos. E, assim, definiu-se pela entrada para a luta por terra. O sr. Adão trabalhava nas fazendas e madeireiras e não via mais a possibilidade de sustentar a família com o pouco que recebia e, ainda, precisava destinar parte ao aluguel da casa de moradia, de onde era convidado a se retirar pelos donos, com frequência. Portanto, decide-se a partir da experiência que “trabalhava bastante e ganhava pouquinho” e, que, na verdade, sentia que não era “melhor do que não ter nada”, pois era intensa exploração.

Já, a reflexão de ter o lugar em que não paga mais aluguel, e com isso voltaria a trabalhar nas fazendas, estava ancorada na dificuldade de se manter na terra, no presente. O sr. Adão, assim como o sr. Samuel, ainda precisavam fazer diárias nas fazendas e nos garimpos

para se manter na terra. De tal modo, no passado, entre as idas e vindas ao trabalho, ele resolveu ir para o acampamento, após conhecer a organização:

Adão: É porque eu trabalhava meio perto ali, né? Aí eu trabalhava meio perto de fazenda e via todo mundo vim pros barraco. Aí passava domingo e tava aquele tanto de gente. E eu lá desanimado. Daí eu peguei e falei: “Rapaz, eu vou largar. Nem que eu passar apuro, mas eu vou também caçar”. Aí eu vim. Aí entrei. Eu sei que a coisa não foi fácil. Que eles vierô umas duas vez pra despejar nós aí. Mas, Deus ajudou. Que entrou até policial no meio, né? Pra... O dono das terra quis vim, que era pra despejar todo mundo. Aí as polícia veio. Tem um ali ele era duns que ficava, o Sargento Lacerda, né? Ele até ganhou um lote que tá ali até hoje. Pra lá de seu Pedro. Quando chega perto daquela água lá. Era um dos que ficava aí também.<sup>683</sup>

O trabalhador iniciou a análise com a grandeza do movimento, que se mantinha na batalha até mesmo no domingo. Na memória, o desânimo no trabalho e a reflexão de viver com dificuldade. Entende-se em oposição ao sonho e a esperança na luta para transformar a vida, pois como caçador foi atrás da sobrevivência. O “caçar” é pegar em armas para abater a presa. E, como trabalhador na batalha, é dizer com sutileza que a luta armada também foi necessária. Assim, o acampamento era o lugar onde “todo mundo” estava e onde passavam “apuros”, como o fato de reagir contra o grileiro e a polícia a tentativa de expulsão.

O policial de agente externo da repressão se tornou mais um trabalhador em movimento, para a conquista da terra. Contudo, a luta não chegara ao fim. Em 18 de janeiro de 1996, a chamada de capa, no Diário de Cuiabá, apresentava como novidade as ações dos “os sem-terra pretendem ocupar uma área devoluta de 2.500 há que estaria disponível para a reforma agrária. O clima é tenso e fazendeiros ameaçam reagir”.<sup>684</sup> E, prosseguia à informação:

150 famílias ocupam área na Pista do Cabeça e o clima é de tensão  
A situação é crítica, pois alguns fazendeiros afirmam ser donos da área  
Um grupo de 150 famílias de trabalhadores rurais sem terra estão acampados na localidade de Novo Cruzeiro, próximo a Pista do Cabeça, a 80 quilômetros de Alta Floresta. As famílias estão pretendendo ocupar uma área devoluta de 2500 hectares que está disponível para fins de reforma agrária. Mas o clima no local está tenso, pois alguns fazendeiros da região estão afirmando ser os donos da Gleba.  
De acordo com o chefe do escritório da Empaer em Alta Floresta, Evaristo Rodrigues, não existe prazo determinado para as famílias deixarem o

<sup>683</sup> ALMEIDA, Adão Ferreira de; ALMEIDA, Marinalva Freitas de. [20 de setembro de 2019]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2019; Arquivo digital (1h05min.).

<sup>684</sup> Sem-terra ocupam área no Nortão. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 18 de janeiro de 1996. Número 8156. Ano XXVIII. Cidades. Capa.

acampamento e só saem do local quando houver uma decisão favorável por parte da justiça.

Segundo Evaristo, o Intermat já forneceu um mapa da área e está comprovado que ela é devoluta. No entanto, ele não sabe afirmar que a justiça realmente concedeu uma liminar favorável ao órgão. “O Intermat aguarda uma posição da justiça para fazer o assentamento. Mas o movimento dos sem terra pretende agilizar a reforma agrária no município de Alta Floresta”, disse Evaristo.

O chefe da Empaer em Alta Floresta, não descarta a possibilidade de haver conflito no local com graves proporções. Ele acentua que a justiça deve adotar providências urgentes para evitar que haja derramamento de sangue na Gleba de Nova Cruzeiro. “A justiça deve responder perante a sociedade. Os sem terra não estão preocupado com a liminar, eles querem é terra para trabalhar”, diz Evaristo.

O objetivo do movimento dos sem terra em Alta Floresta, segundo Evaristo Rodrigues, é ocupar todas as áreas devolutas da região e, também, as improdutivas. Ele disse que os coordenadores do grupo estão treinando as equipes para que todas as áreas que forem devolutas ou improdutivas, sejam ocupadas pelos sem terra.<sup>685</sup>

A novidade era que a luta pela terra ganhava amplitude para além do acampamento se transformava na luta pela reforma agrária, ou seja, buscava redefinir a estrutura agrária no município, a partir da terra de trabalho e não da terra de negócio. Portanto, depois de quatro anos em processo de formação ocorreu o fortalecimento da classe para além das 150 famílias contra os fazendeiros. A ampliação da bandeira de luta do movimento se dava a partir do acampamento. Mas, também, pelo conhecimento das terras devolutas, improdutivas e demais áreas possíveis de ocupação e pela união dos sem-terra de Alta Floresta e região.

Da busca da terra em acordo com a lei, os trabalhadores passaram a considerar a decisão das instâncias legais de modo ambíguo e atuaram na formação dos coordenadores e equipes capazes de construir novos grupos, para conquistar mais áreas. O projeto de reforma agrária estava em construção na região. Os fazendeiros reagem para ganhar com o processo. Em 24 de março de 1996, a Folha de São Paulo propagava a licitação da “área rural de 25.000,00ha, desmembrada do remanescente da área denominada Agropecuária Mogno”.

O anúncio de venda continuava de maneira inesperada. “Imóvel vistoriado e classificado como improdutivo pelo INCRA, para fins de desapropriação (reforma agrária). O comprador assumirá quaisquer responsabilidades decorrentes de possível processo expropriatório”<sup>686</sup>. O dono negociava a fazenda inspecionada pelo órgão nacional para reforma agrária, no município de Paranaíta. Já a terra pública vistoriada na Pista do Cabeça continuava em disputa. Ambas, eram lugares dos garimpeiros e locais da reforma agrária, no norte de

<sup>685</sup>VIEIRA, José. Sem-terra: 150 famílias ocupam área na Pista do Cabeça e o clima é de tensão. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 18 de janeiro de 1996. Número 8156. Ano XXVIII. Cidades. p. B4

<sup>686</sup>BRADERSCO – Licitação. Jornal Folha de São Paulo. Domingo, 24 de março de 1996.

Mato Grosso. O sr. Pedro falou sobre as novas demandas e articulações na construção da luta, após eu questionar se a busca de novos apoios ocorreu após o movimento estar organizado na Pista.

Pedro: É na Pista. Só que ainda não tinha, é na realidade, um, um, assim, um movimento maior. Era feito o cadastramento do pessoal da Pista, da outra comunidade que é Ourolanda, o pessoal em volta... cadastrado pra... com a expectativa de ganhar terra. Só que não era um movimento igual ao MST. É... A gente teve auxílio, teve, teve... A gente criou o movimento junto com o MST, já depois. Porque a gente viu que o pessoal, só os daqui é... não ia aguentá, assim, não ia fazer o movimento maior, i... fazer a pressão maior, pra que fosse realizado o assentamento. Então, só que de bom acordo o pessoal aceitou, i veio gente de fora. Veio gente da cidade, né? Como liderança. Igual um já é falecido, dois já é falecido, era um líder, era do PT na época. Era um líder do movimento, era do PT na época, era conhecido com Baiano do PT, mesmo. Falecido ele já. Seu Miltinho que também é falecido, que era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais aqui de Alta Floresta. Aí o Zé, acho que ele mora lá no Boa Nova, ainda. Na época era, era conhecido como Zé Boa Nova, depois virou Zé Sem Terra, depois Zé não sei o que mais [risos]. Os três. Só que teve uns que depois bancou traição com o grupo. Queria levantar... Acho que alugação de algum fazendeiro, quiseram desmobilizar o povo. Aí formou o acampamento. Aí com a vinda, veio um caminhão lotado de gente, chegou ali na Pista, aí ficou todo mundo ali. Aí já tinha sido contactado, criado mesmo o movimento, que foi na época que o pessoal, os donos, entraram na justiça. Aí criou o o movimento, mesmo. Aí foi criado o acampamento quase beirando daqui pra Pista. Que não foi permitido acampar já dentro da área, né? Pra não dá conflito, né? Tem um senhor, que já é falecido também, o seu Joaquim, uma família muito grande, muito conhecido, pobre, mas... hoje já tão... os filhos tão... fazendeiro... na época eram... bem fraco de condição, cedeu a área dele, tinha espaço pra fazer o acampamento. Aí o pessoal acampou ali. Aí foi negociá... Só que depois de acampado ali, teve dois líderes os que vieram de lá, que tentaram desmobilizar o acampamento. Tirar o povo dali pra ir acampar no pátio da prefeitura. Aí eu pensei. Digo, isso daí é movimento sem teto, é movimento de sem terra. Se fosse sem teto era outra conversa. Porque era pra tirar o povo, que aí desmobilizava. Aí os daqui esmorecia. A gente trouxe eles pra fortalecer os daqui, que não tinha conhecimento disso, né? Aí a gente resistiu. Aí eu fui numa reunião, até o Jair Mariano veio, aí tinha o Eloi que até tá doente, não sei se ele já tá... hoje ele é vereador, ele era presidente do Sindicato dos Taxistas, era do PT também, na época, depois ele mudou, também, que nos ajudava. Era forte a... tinha umas pessoas que nos apoiava, né? Na cidade. Aí eu fui nessa reunião. Aí de lá dessa reunião já viemos com uma decisão de levantar o acampamento de lá e já acampar ou dentro da área ou mais próximo. Eu vim de lá... no outro dia já tinha meio mundo de barraco levantado dentro da área, mesmo. Esse negócio de tirar ele pra cidade... Aí, ainda teve pressão, depois que... O pessoal mudou e ainda teve pressão.<sup>687</sup>

---

<sup>687</sup>SILVA, op. cit., 2019.

Na avaliação, o pessoal “só os daqui” não iam mais “aguentá” e precisavam se organizar com o Movimento Sem Terra (MST) para continuar o confronto. Assim, as formas de luta se transformaram quando chegaram novos apoios de fora como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e demais pessoas do MST para acampar, junto aos garimpeiros e trabalhadores da Pista do Cabeça. Com isso, distribuía-se a força o que dificultava de os fazendeiros agirem com violência direta, unicamente, contra os trabalhadores conhecidos.

Os que se diziam donos precisaram usar novas táticas, como cooptar o líder para retirar as famílias do local, como forma de desmobilizar o movimento. Mas, para o sr. Pedro, o objetivo não foi alcançado, completamente. Assim, as conexões foram analisadas e repensadas quando havia a possibilidade de deslealdade. A dinâmica da política comunitária com participação dos homens e mulheres na construção do caminho se fazia presente. Nas reuniões os acampados discutiram os assuntos que os envolviam e a autonomia das decisões foi contruída nas amplas relações e, também, com o interesse do partido, sindicato e governo. As ajudas foram debatidas e não apenas as disposições assumidas. Portanto, o fortalecimento da luta se deu também a partir das disputas internas.

E, a luta pela terra não tinha de ser transformada em luta por moradia, em movimento de sem-teto. Por isso, foi preciso resistência contra a tentativa de desmobilização. O garimpeiro e líder do movimento reivindicava ser o trabalhador da terra com força política para lutar na vila rural e não na cidade. Os homens e mulheres deixavam o acampamento organizado no terreno do sitiante Joaquim Marcelo, e mudavam para dentro da área em disputa. Em 24 de janeiro de 1996, as bases fortalecidas e com o movimento crescente, as novidades foram informadas pelo Folha do Estado:

Alta Floresta Cresce Movimento mais famílias se unem para ocupar fazenda  
O número de trabalhadores rurais que estão acampados próximos à Gleba Jacamim, na comunidade Novo Cruzeiro (antiga Pista do Cabeça), no município de Alta Floresta, tem aumentado dia-a-dia. Hoje, são mais de 150 famílias de trabalhadores sem-terra que aguardam ansiosas uma decisão da Justiça, que dará condições legais de um assentamento na gleba, a ser feito pelo Intermat (Instituto de Terras de Mato Grosso).

A partir de 28 de janeiro, a previsão é de duplicar o número de acampados. É que mais de 200 famílias de sem-terra de Carlinda, distante 30 quilômetros de Alta Floresta, deverão se juntar às demais. Com toda essa mobilização, o Movimento Sem-Terra (MST) vem ganhando força no Nortão e já ultrapassa a casa de 1.500 participantes. Há informações que Jair Mariano, diretor do Intermat, em breve pedirá uma auditoria para levantar todas as terras que são e que não são devolutas na região da comunidade Novo Cruzeiro, para que sejam realizados mais assentamentos, além do que será feito na Gleba

Jacamim. O projeto é considerado um dos maiores do Estado, com mais de 2.500 hectares distribuídos aos sem-terra.

Coordenadores do MST de Alta Floresta já participaram de vários encontros no MST estadual, onde receberam instruções sobre acampamentos e assentamentos. Posteriormente, o aprendizado foi repassado a todos os acampados, que têm um objetivo em comum: “querem um pedaço de terra para plantar e produzir” e, dessa forma, segundo eles, “dar melhores condições de vida às famílias”.

Uma outra preocupação, que estava tirando o sono dos acampados, era a alimentação. Muitos deles estavam desempregados há meses, outros tinham poucos mantimentos para abastecer a cozinha, mas eles conseguiram alimentos para mais quinze dias.

Conforme o número de sem-terra foi aumentando no acampamento, a comida foi diminuindo e a preocupação dos coordenadores aumentando. Para alívio, no último sábado chegou ao acampamento um caminhão furgão do governo do Estado, trazendo mais de cinco mil quilos de alimentos para os sem-terra.

Cada família recebeu uma cesta básica contendo 11 itens, totalizando mais de 55 quilos de suplementos, o que de acordo com Edivaldo José da Silva, da diretoria de assentamento do Intermat, será o suficiente para abastecer os sem-terra pelo menos durante 90 dias. Edivaldo fez questão de ressaltar que os alimentos são uma contribuição do Intermat, conseguidos pela coordenação de Jair Mariano.<sup>688</sup>

A ênfase do jornal estava nas famílias de sem-terra do município de Carlinda, que chegavam para reforçar o movimento na Pista do Cabeça. Vivia-se a crescente ação do MST nas disputas pelas terras no norte do estado. Tal fato se tornou parte constitutivo da memória do sr. Pedro, na ênfase “veio um caminhão lotado de gente”. A mobilização dos garimpeiros e demais trabalhadores ganhava força e além da disputa pontual abria-se os caminhos para o movimento maior e de articulação nacional. Para o jornal era necessária a resolução rápida da questão, pois as articulações faziam a luta avançar e com ideais novos. E, assim, o MST também se fortaleceu na luta, com o lema definido “terra para plantar e produzir”. Ou seja, em oposição contra os grandes latifúndios improdutivos, mas com o acréscimo de que a problemática não se dava mais com exclusividade pela terra, mas também a sobrevivência nela. O MST atuava na organização dos sem terra de Mato Grosso.<sup>689</sup>

Se o alerta às classes dominantes se dava no sentido de os trabalhadores avançarem na luta contra a concentração da terra no estado, para além disso, o dia a dia no acampamento se tornará valor notícia de novidade, com à informação sobre a falta empregos e de alimentos para os acampados. Sobre a experiência de fome e dificuldades econômicas, o sr. Pedro refletiu:

<sup>688</sup> Alta Floresta - Cresce movimento: mais famílias se unem para ocupar fazenda. Folha do Estado. Cuiabá –MT. 24 de janeiro de 1996. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<sup>689</sup> CORRÊA, Américo. Conflito agrário: Invasões criaram um quadro de tensão e expectativa no Estado. Diário de Cuiabá. Cuiabá, domingo, 17 de setembro de 1995. Cidades – B1.

Flaviane: Como era o dia a dia no acampamento seu Pedro?

Pedro: Ahãh?

Flaviane: Como era o dia a dia no acampamento seu Pedro? Como que o pessoal sobrevivia?

Pedro: É... lá era cesta básica, iii na área lá do seu Joaquim, era um homem muito trabalhador, gostava muito de plantar, ele tinha um mandiocal, aquele mandiocal tudo... o pessoal comeu tudo [risos]. Era assim. Aí veio prá cá o continuo mesmo cesta básica e o pessoal trabalhando também, fora.

Flaviane: Nas fazendas que tinha...

Pedro: Nas fazendas, isso...

Flaviane: Tinha ouro ainda?

Pedro: Tinha, sempre, né? Aqui dentro mesmo não. Mas, na Pista [do Cabeça] ali como ainda hoje trabalha. Alguns trabalhavam no garimpo, outros nas fazendas. Prá não ficá só pela... na verdade a cesta básica não vinha tudo, tudo o que o pessoal precisava comer, né? Vinha bem sortida... Vinha um caminhão mesmo de mercadoria. Veio pipoca porque tinha criança.<sup>690</sup>

O dia a dia de agressão no acampamento, quando os seguranças armados dos fazendeiros ativaram contra os barracos de lona, as panelas e as vidas, não são lembrados pelo sr. Pedro. Ele respondeu a minha primeira pergunta com interrogação, para indicar que não entendeu à questão feita. A gestão da memória se dá de tal modo porque o segurança do fazendeiro, que investia contra os homens e mulheres, ainda vive na região, e aos domingos senta lado a lado no banco da igreja e fica “caladinho” durante o sermão religioso.

Após isso, quando eu repito a pergunta com desdobramento sobre como trabalhavam e se alimentavam, neste momento, as dificuldades foram lembradas com graça e humor, ao dizer que precisaram comer o mandiocal do pequeno proprietário, que cedeu o espaço para a feitura do acampamento. O recurso da linguagem ameniza as dificuldades daqueles que, mesmo depois de acampado na área e com os alimentos principais garantidos, continuavam o trabalho braçal nas fazendas e garimpos. A lembrança da cesta básica, que não vinha tudo, mas, principalmente, pipoca para as crianças, marca a dor e a valorização da gente miúda, já que os próprios filhos o trabalhador não pode cuidar. Revela-se, ainda, a dinâmica da sobrevivência de homens e mulheres abaixo do nível da pobreza, que se unem e lutam e, então, decidem lembrar as coisas boas do passado. No mesmo sentido, o sr. Samuel completou a circunstância como sem-terra, após eu questionar se ele ficou muito tempo acampado.

Samuel: Aqui, pra entrar pra terra eu acampeei uns tempo também. Inclusive a aérea que nós tava acampado era do Joaquim Marcelo, ele deu essa força pra nós. E disse: “Ò cêis não podem entrar diretamente pra dentro da terra.

<sup>690</sup>SILVA, op. cit., 2019.

Então, cêis ficam acampado aqui. Cêis se vira aí?. Então, do acampamento que nós vinha trabalhá aqui dentro [no assentamento].

Leozil: Quanto tempo mais ou menos ficou acampado?

Samuel: É... eu não sei dizê quanto tempo demorô. Não sei se o seu Pedro lembra, quantos meses que nós ficou? É. A gente não lembra. A gente só consegue lembrar de uma coisa se tiver por escrito ou alguém que tem a memória mais boa de lembrá, né? Eu já tô ficando véio e minha memória não consegue lembrar as coisa. Mas, ficamos bastante dias ali acampado.<sup>691</sup>

Em situação de boa saúde, a vida não é esquecida totalmente, mas a memória de quando receberam apoio, é repetida com mais frequência do que as várias situações difíceis no dia a dia do acampamento. Mas, ele lembrou que antes da decisão judicial favorável, os trabalhadores já ocupavam a terra em disputa para a sobrevivência. Pequenas aberturas e lavouras eram feitas. Mas, sobretudo, era preciso guardar a área para que os fazendeiros não cercassem. O sr. Samuel continuou a refletir sobre a dinâmica do acampamento.

Flaviane: E como era o dia a dia no acampamento?

Samuel: O dia a dia no acampamento era assim... Sempre de reunião, de conversa, parceria pra trabalhá, plano, serviço, tudo. E a gente tinha uma ajuda. De quem, seu Jair Mariano, que trazia cesta básica pra nós? É... quem que dava força pra nós, seu Pedro? Sobre os negócios de cesta básica que eles traziam?

Pedro: Era os coordenadô...

Samuel: É... os coordenador ia, fazia a verificação lá, né?

Pedro: O governo.

Samuel: É, o governo deu uma força pra nós, do Mato Grosso. Aí eles mandava aquelas cesta básica pra nós. Isso foi uma boa coisa que eles fizeram também, de ajudar nós nessa parte.<sup>692</sup>

Ao começar a falar das reuniões dentro do acampamento o sr. Samuel demonstrou que a memória trabalhador é boa o suficiente para lembrar e não expressar, apenas indicar ao amigo Pedro que recordava da discordância com o Intemat em torno da alimentação. Ele citou o Jair Mariano, que foi próximo do sr. Pedro, e reforçou a mesma perspectiva dele, mas no tom de pergunta, quase de ironia. E, o sr. Pedro completa a ideia de que o governo foi importante na formação do contexto de luta.

Contudo, nem sempre a aproximação das experiências se davam. No dia 22 de fevereiro de 1996, a luta ganhava contornos desesperadores para os trabalhadores acampados que já estavam em movimento, desde o início da década de 1990. O Diário de Cuiabá publicou:

---

<sup>691</sup>SOUZA, op. cit., 2019.

<sup>692</sup>Idem, ibidem.

### Pista do Cabeça

Sem-terra passam fome em acampamento no meio do mato

Um dos coordenadores do Movimento dos Sem Terra de Alta Floresta, Milton Cavalcanti, disse que as 150 famílias que estão acampadas há um mês na gleba Cruzeiro do Sul na Pista do Cabeça estão passando fome. Segundo ele falta remédios e alimentos e já houve problemas de saúde com as crianças que estão no acampamento.

Os barracos, de acordo com Milton Cavalcanti, são cobertos por lonas que cada vez que chove, as famílias ficam desabrigadas. “A situação está muito difícil. Falta alimentos e remédios e tememos que a situação piore ainda mais”, disse ele.

Os sem terra que tem documentos que comprovam que o Instituto de Terras do Mato Grosso tem responsabilidade com as famílias acampadas. Ele afirma que Jair, o presidente do órgão, incentivou as famílias a tomarem a decisão de acamparem, mas depois desapareceu e deixou o povo sem nenhum atendimento. “O presidente do Intermat nos colocou nesta enroscada e agora tem que nos apoiar”, esbravejou.

#### NOTA

Os coordenadores do movimento dos sem terra em Alta Floresta não estão se entendendo. Enquanto Milton queria falar o que estava acontecendo, José Lipolito e um outro conhecido como “Baiano”, queriam impedir que ele esclarecesse a situação das famílias acampadas.<sup>693</sup>

Embora a crítica do coordenador do MST ao Intermat, não seja unânime e represente divisões dentro do movimento, o jornal enfatizou as opiniões divergentes para indicar a falta de união e, então, informar que a fome advinha da desorganização. Reivindicar comida, remédio e condições de moradia embaixo de lona na região da floresta amazônica no período de chuvas tem importância e necessidade, mas havia outras preocupações cobradas. Na verdade, a pressão era para a efetivação do assentamento, rapidamente. Pois, o líder avaliava o acampamento como “enroscada”, e não seria necessário muito mais tempo para que as famílias desistissem de continuar a luta naquelas condições severas. O momento de tensão e de preocupação do líder e a insatisfação com o órgão era porque os homens, mulheres e crianças poderiam não suportar a pressão. Afinal, a luta era vivida pelos trabalhadores e não pelo presidente do Intermat, que morava na capital. E, então, caso os passos continuassem lentos a mobilização se perderia, bem como a colheita dela, a conquista da terra.

O sr. Adão refletiu sobre a dinâmica do acampamento, após ser questionado se a luta se estendeu por muito tempo.

Adão: Óia... Nós fiquemô nos barraco de... eu não me alembro o ano. Só que eu não alembro que ano que foi, né? Que nós entremô pra qui foi em 96, se eu não me engano. Agora nesse período que nós fiquemô, teve dois ou três acampamento. É, nós tivemos dois. Nós teve um lá, Joaquim Marcelo.

<sup>693</sup>Pista do Cabeça: Sem-terra passam fome em acampamento no meio do mato. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 22 de fevereiro de 1996. Arquivo CPT.

E tivemos outro aqui perto do Lacerda, onde eu tô falando. Então, naquele tempo a gente ficava. Fazer barraco. Erguia. Tinha uma turma que vinha da cidade, que às vez trazia um rancho. Que era o presidente que falava, né? Arrumava um rancho. Aí neguinho plantava abóbora. E ia fazendo aqueles mutirão de gente lá e ficava por ali esperando. Aí pouco vinha a turma dizendo, desanimando a pessoa que não ia ter o assentamento. Aí fiquemô lá longe. Quando nós entremô ali, o cabra já tinha, o fazendeiro já tinha mandado até fazer o picadão, já tinha lasca até enfincada já. Aí quando nós tava nesse primeiro assentamento, aí teve... Nós tava em umas setenta e poucas pessoas. Daí quando nós viu que eles tavam querendo cercar aqui com coisa, nós tava la longe. Daí resolveu vim assentá dentro a terra mesmo. Aí na época tinha muitos cabras que falou que as costas dele não tinha coró de jacaré, né? E daí foi saindo. Daí na época que viemô pra cá tinha uns 36. E nós peguemô, e vinhemô e acampemô ali. Foi aonde que deu aquele revoliço. Depois eu achava que ia dá mais pior, mas foi tranquilizando e até que nós vencemô. Mas, não foi fácil não. Teve vez de pé veio até guacheba pra tirar a turma. E de fato até que a gente... Que às vez ia um bocado lá pro assentamento. E sempre nós ficava uns quatro, cinco naquelas entrada dentro do mato pra ver se ia acontece alguma coisa lá nós já sabia aqui. Porque eles ia ter que passar ali onde nós tava. Aconteceu isso aí, de ficar uns dois, três, vigiando. Às vez tinha uma reunião lá, entrava os dono que ia lá no barraco, às vez ficava uns quatro, cinco, na entrada cá escondido dentro do mato que ele não via. Quem entrava lá não via nós ali. Quem tava ali. Que às vez se acontece alguma coisa lá eles podia passar ali, né? Você sabia quem era que podia fazer alguma coisa. Então, foi assim.

Leozil: Todo cuidado era pouco.

Adão: Era.

Flaviane: Então, foi bem perigoso, seu Adão?

Adão: Foi. No começo aqui, se o cabra não tivesse coragem, não ficava aqui não. Eles botô medo pra tirar a turma.

Leozil: Fizeram pressão mesmo.

Adão: Fizeram até cerca. Pra turma não entrar...<sup>694</sup>

O sr. Adão faz a análise comparativa com outros movimentos de luta pela terra ao dizer que, naquela época, se erguia o barraco e não se arredava dali. Eles ficavam no acampamento. Mesmo que alguns trabalhadores tenham mantido os empregos em fazendas, a memória do trabalhador revelou que outros estavam sem trabalho. Os empregos de derrubada das matas para formar as fazendas diminuía, bem como, menos trabalhadores roçavam juquirá e organizavam os pastos. Tais dificuldades ficam expressas na falta de recursos financeiros para a alimentação, pois precisavam das cestas básicas.

Ao mesmo tempo, reforçava-se as tramas de solidariedade dos multirões, quando se uniam para plantar as terras ocupadas. Então, nem as notícias vindas de fora e nem as severas situações, podiam mais dasanimar e desarticular a luta construída a partir das experiências compartilhadas. Contudo, para o sr. Adão, o número de acampados diminuiu,

<sup>694</sup> ALMEIDA; ALMEIDA, op. cit., 2019.

diferente do sr. Pedro ao considerar tal momento como de ampliação do movimento e do Diário de Cuiabá ao noticiar o aumento dos sem-terra.

O sr. Adão enfatizou três acampamentos de luta pela terra, que eram articulados a partir de estratégias e decisões diferentes. Ele revelou que ao fazendeiro ao perceber que os trabalhadores do primeiro acampamento podiam conquistar a terra, começou a cercar a área que não o pertencia. Mas, como não era o fazendeiro que cortaria as árvores na mata para fazer a cerca, nem fazia o picadão, os trabalhadores podiam saber das ações dele. E, assim, ao observar as lascas de madeira depositadas nos limites da terra disputada, tomaram a decisão de partir para o embate ainda mais acirrado. E com isso, o movimento ocupou a terra em disputa para manter a força dos trabalhadores no processo.

Outro elemento destacado pelo trabalhador são os seguranças que amedrontavam e vigiam os trabalhadores. O fato de os trabalhadores andarem sempre em grupo de quatro ou cinco, de realizarem a vigilância do grupo em reunião revelou as armas do fazendeiro, já que os trabalhadores não aceitavam a morte e a ameaça como fim do movimento. As táticas de luta eram decisões refletidas no contexto do enfrentamento. Os trabalhadores fizeram escolhas a partir da dura realidade, “se o cabra não tivesse coragem, não ficava aqui não. Eles botô medo pra tirar a turma”. E, quando os meios legais não foram respeitados pelos fazendeiros, os trabalhadores precisaram usar a mata como escudo ao vigiar e proteger os demais. Eles conheciam as ações dos opositores e sabiam “quem era que podia fazer alguma coisa”, pois avaliavam os passos dos fazendeiros e dos seguranças deles.

E, com no desenrolar dos atos, continuava a organização dos grandes proprietários de terra da região. Quais fazendeiros faziam mais pressão, o sr. Adão responde a tal indagação:

Adão: Rapaz, aqui era um tal de Jenuíno, um tal de Armando Rosa. Era mais esses, e o doutor João ali, da turma Romoaldo, quem é? Daí tinha o véio Roberto aqui atrás, do jeito que ele ia descendo dizia que isso aqui era dele, o véio Roberto Vertulino. Aquela loja Imperial que tinha em [Alta] Floresta. Que ele tem a fazenda bem aí, de lado aí. Então, era os mais que era envolvido era esse. O Armando Rosa, o tal de Jenuíno. Ele é de São Paulo. Que é ali onde mora a dona Ana. Aquele pro lado lá assim do coisa, né? Tudo emendado. E aqui que era do Armando Rosa. Aqui, do lado onde mora a Devercina, por ali assim. E já pra cá pertencia do véio Roberto. E tinha também que foi medido aqui, ficou o marco foi pegar dentro da fazenda do Oliveira aqui, da Pantera.

Flaviane: Esses que fazia mais pressão para que o acampamento não saísse?

Adão: Era. Mas pressão quem fazia mesmo era a turma do doutor João e do Armando Rosa.<sup>695</sup>

<sup>695</sup> ALMEIDA; ALMEIDA, op. cit., 2019.

O sr. Adão organização a narrativa a partir da substituição dos nomes dos fazendeiros, que se diziam donos das terras no passado, para o nome e o local “onde mora” as assentadas, no presente. Antes disso, a sequência de nomes, empresas e cidades dos fazendeiros que disputavam com os trabalhadores, enfatizam a situação dos trabalhadores cercados por todos os lados por homens com poder, dinheiro e seguranças particulares. Ao falar dos oponentes reforça a força do movimento e a dele.

Ao eu questionar o sr. Pedro se os maiores conflitos foram com o Oliveira da Pantera e o João Manoel, ele fez a expansão dos enfreamentos ao citar mais dois nomes de fazendeiros.

Pedro: É, e tinha um outro, que tinha área aqui embaixo também, que era o Armando Rosa. Também fez muita pressão. Inclusive ele me ameaçou assim, pessoalmente, ali na vila um dia. E ele era... ele era perigoso, só andava com guaxeba do lado. Inclusive no dia que ele me abordou lá, que me humilhou, ele tava com dois guaxebinha, molecão [risos nervosos]. Ele tinha uma área ali também. E mais outro, que tinha outra área aqui mais pra cima também. E um cara conhecido praticamente amigo da gente [Francisco Granja], mas não queria perder, acho que também ajudou no... deu uma graninha lá pros cara lá... e ficou com a área [risos nervosos].<sup>696</sup>

Mais dois fazendeiros lutavam contra os trabalhadores. O Francisco Granja e o sr. Armando Rosa, que tinha comprado a terra que fazia divisa com o assentamento na licitação pública, em 19 de dezembro de 1986<sup>697</sup>. Na memória, a intimidação e rebaixamento feitos, principalmente, pelo Armando Rosa. A composição da memória do sr. Pedro não possibilitou evidenciar pormenores de como o fazendeiro o “abordou” na vila. Mas, o acontecimento foi registrado na polícia.

Em 10 de junho de 1996, o sr. Pedro esteve na Delegacia Regional de Polícia Judiciária Civil de Alta Floresta para denunciar a ameaça de morte feita pelo fazendeiro Armando Domingos Rosa, na Pista do Cabeça. No Boletim de Ocorrência<sup>698</sup>, as informações do vivido estavam contidas em folha única. O documento obedecia ao padrão. Na frente, os dados de identificação da instituição policial, da natureza da ocorrência, do indiciado, da vítima e das testemunhas. Sem estar totalmente preenchido, sabe-se o nome do acusado da ação Armando Domingos Rosa e o endereço da testemunha Maria de Lourdes no Supermercado União.

<sup>696</sup>SILVA, op. cit., 2019.

<sup>697</sup>Resultado da Concorrência Intermat AP/007/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 19 de dezembro de 1986. p.20

<sup>698</sup>Boletim de Ocorrência nº 034-C/96. Delegacia Regional de Polícia Judiciária Civil/Alta Floresta. Natureza da Ocorrência: Ameaça de morte. Local: Novo Cruzeiro/Pista do Cabeça. Vítima: Pedro Lopes da Silva. Indiciado: Armando Domingos Rosa. 10 de junho de 1996.

Há informações referentes à vítima Pedro Lopes da Silva. O trabalhador era descrito com 51 anos, nascido em 28 de janeiro de 1945 no município de Patis<sup>699</sup>, no Maranhão, de cor parda, solteiro, agricultor, reside e trabalha na Pista do Cabeça. Foi partir do vivido pelo sr. Pedro que a narrativa do fato foi registrada pelo escrivão da polícia José Walter Freire e assinado pelo delegado regional de polícia, Samuel de Oliveira. No verso do documento, a descrição detalhava a situação e destacava como trabalhadores e fazendeiros continuavam a se organizar na luta pela terra, na Pista do Cabeça.

O comunicante compareceu nesta Delegacia Regional de Polícia, informando ser o Presidente da [C] omunidade de Pista do Cabeça; há mais de um ano que inúmeros moradores daquela localidade estão saindo dali, em razão da falta de trabalho e de meios para trabalhar, bem com a atual crise que assola o Paiz, trazendo dificuldade principalmente para o pequeno lavrador, e por esse motivo, o comunicante fez um contato com o Sr. Jair Mariano, Presidente do ITERMAT, graças aos entendimentos, o Governo resolveu fazer assentamento naquela área, dando a vários trabalhadores rurais uma pequena área para plantarem; o Governo teve que desapropriar alguns proprietários de terras, mas isso é de responsabilidade do Governo e o comunicante nada tem a ver com isso, entretanto, o Sr. ARMANDO DOMINGOS ROSA, que é proprietário de terras, vendo que o Governo o desapropriara, passou a nutrir certa raiva no comunicante, e quando foi no último sábado, dia 08 de junho, o referido, na porta do Supermercado União, na Pista do Cabeça, o referido, encontrando-se com o comunicante, disse-lhe: “AS MINHAS TERRAS SÃO POUCAS, E EU NÃO VOU FICAR SEM ELAS...”, ao que o comunicante respondeu que nada tinha a ver com o caso, pois a desapropriação foi feita pelo INTERMAT, e o Sr. Armando retrucou, dizendo.... “... INTERMAT, COMIGO É AQUI.....” – mostrando o dedo indicador, indicando que estava apertando o gatilho de um revólver – e disse mais “.. E VOCE SE CUIDA, POIS VAI PAGAR MUITO CARO POR ISSO...”, e depois disso, entrou no carro onde estavam dois homens, e saiu da frente do Supermercado. Vendo-se ameaçado, o comunicante resolveu procurar a autoridade Policial para registrar o fato.

Pedro Lopes da Silva  
- Comunicante -<sup>700</sup>

O sentimento de ira, o gesto da mão e as palavras proferidas pelo ameaçador e grafadas com letras maiúsculas no documento, apontavam que as disputas entre o trabalhador e o fazendeiro perpassavam pelas amplas dimensões da vida. E o sr. Pedro viveu de modo integral o processo, posicionou-se na luta pela terra em oposição do agressor e ao registrar a ocorrência. Colocou-se na intensa relação presente-passado e no presente-futuro, já que a ameaça apontava para a possibilidade de algo ainda mais conflituoso acontecer. Assim, a

<sup>699</sup>Patis é o município diferente do Riachão, no Maranhão, que o sr. Pedro nasceu, como disse na entrevista. No mapa também não o localizei no Maranhão. Tem Patis em Minas Gerais e o sr. Pedro passou pelo estado. Então, a hipótese é que ele tenha feito o documento de identidade em Minas, mas não. O R.G. do sr. Pedro é do Mato Grosso. Portanto, naquele momento de violência, o sr. Pedro não quis relevar onde a família morava?

<sup>700</sup>Boletim de Ocorrência nº 034-C/96, op. cit., 1996.

sensação, o sinal e as palavras eram práxis, e como tais, embates no desenrolar da luta pela terra.

Com os longos processos em disputas para as demarcações e as desapropriações fossem organizadas, no dia 19 de novembro de 1997, a Portaria 99 de criação do Assentamento foi publicada<sup>701</sup>. Assim, nos documentos do Intermat e do Incra o assentamento era formado por 93 lotes. Mas, esse dado não corresponde ao vivido. Entre os assentados são 77 lotes de moradores. É possível entender a discrepância entre os números de lotes, a partir das memórias do sr. Pedro, quando questionado sobre as diputas com os fazendeiros, narrou a existência de mais área que podiam ser assentamento.

Pedro: Isso. É, é. Só que depois ele vendeu a área dele [Francisco Granja], já é de outro. Aí já deu problema aí também. Outro pessoal que quis entrar e foi embargado. I realmente numa área que era para ser assentamento. É, mas, teve gente daqui também que ajudô, o cara que comprô, que já não é mais do Francisco é do Paraná, de uma mulher. Teve gente que aqui dentro do assentamento mesmo que ganhando algum troco, ajudô fazê um campiocó e foram pra justiça e pra audiência e tudo e ficou por isso, o assentamento... o pessoal perdeu.

Flaviane: Então, era pra ser bem maior...

Pedro: Bem maior. Era... foi perdido, no momento não sei bem, no momento, onde é que está o mapa, foi perdido 19 lotes de 10 alqueires e meio.

Flaviane: E aí eram nessas áreas?

Pedro: Exatamente, nessa área que o Oliveira cercou e nessa área que ficou, que onde tô falando, que pessoal daqui mesmo, que trabalha, já pai de família, filho de próprio morador daqui, que queriam uma terrinha prá lá, mas também não tiveram coragem de permanecer lá na área, ficaram com medo. E aí a justiça própria se prevaleceu disso, disse [risos nervosos] disse que era reserva e não sei o que. Arrumaram... Eles têm a forma de, de pra descartar o pessoal, eles arrumá todo tipo de desculpa, né? Ficou. Aí teve o processo agora a pouco tempo de documentação, mas o próprio Intermat fez corpo mole também pra não mexer na área lá. Só eles... só eles que podia resolver, foi eles que cortaram. Não é mais os mesmos dirigentes do órgão, mas, se eles quisessem trabalhar certo eles arrumá... eles consertavam. Se houve um anterior que fez coisa errada, eles pra manter o nome do órgão limpo tem que consertar ou ir atrás de quem fez o erro e arrumava...<sup>702</sup>

A disputa na justiça era parte e não o todo da luta, que continuava após a conquista pelos trabalhadores acontecer. O sr. Pedro também considerava a possibilidade de o êxito ser ainda maior, do que a que se efetivou. Assim o fez, ao falar dos fazendeiros que agiram para impedir os trabalhadores de conseguir mais lotes de terra para o assentamento. O “campiocó”

<sup>701</sup>Tabela dos Projetos de Assentamentos do Estado de Mato Grosso Administrados pelo Intermat. Diretoria Agrária/INTERMAT - março de 2018.

<sup>702</sup>SILVA, op. cit., 2019.

foi feito e as demais terras disputadas não chegaram aos trabalhadores. Há expectativa de “eles arrumá”.

Mas, depois de enfrentamentos, grande parte dos terrenos foram entregues aos novos moradores da terra. Com a conquista, os lotes foram sorteados de acordo com a composição da memória da o sr. Adão. “Eles fizeram um bocado de nome, e aí ponhava dentro dum tipo um bingo, né? E aí ia sorteando os lotes e saía o nome da pessoa. Aí saia lote tal pra fulano, e foi indo até... Começou do um até o 79, se eu não me engano”. O sorteio era para a definição de qual pedaço seria de quem e não a viabilidade da sorte para definir a batalha, pois somente após a realização e análise dos cadastros, com a participação de integrantes do movimento, é que o “bingo” fora realizado. “Aí foi o maior momento meu, quando ele falô que ia entregá aquelas fichinhas que a gente podia vir pro seu lote”. A emoção da vitória marcou o sr. Adão.

Após, afeiçãoar-se aos lotes próprios, em 02 de dezembro de 1997, os trabalhadores se reuniram para fundar a Associação dos Assentados do Jacamim II (AAJAC). No registro da ata, é possível identificar os homens e mulheres que fizeram a luta e conquistaram a terra no Assentamento. Leia-se:

Ata N.º 01

Fundação estudo do Estatuto Eleição e posse da 1ª Diretoria.

Aos dias dois de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, reuniram-se os moradores do Assentados do Jacamim II com a finalidade de fundar Associação dos Assentados, Sr. Manuel Rodrigues de Souza, fez explanação da importância das famílias se unir e organizar e o valor da Associação, foi criada Associação com o nome AAJAC, Associação dos Assentados da Jacamim. Após sua fundação deu-se início a leitura do Estatuto, artigo por artigo, e explicação das dúvidas os presentes que o aprovaram. Por unanimidade. Passou-se a eleição da Diretoria da AAJAC, que ficou assim constituída. Presidente, Jorge Zvaretz, casado, agricultor, natural de Prudentópolis/PR, Vice Presidente, Roseli Cajaubá da Silva, amasiado, agricultora, natural de Araruna/PR, Secretária Tereza Pavau Galek, agricultora, casada; Vice Secretário, Antônio Cordeiro Favares, agricultor, Tesoureiro, Jucelino Campos, amasiado, agricultor, natural de T. Fortela/RS, Vice tesoureiro, Antônio Cordeiro Favores, casado, agricultor, natural de Nova Olímpia/PR. 1º Conselho Fiscal, Antônio Elias Mota, casado, agricultor, natural Cabexi/ES, 2º Conselho Fiscal, Nicaur Padilho, casado, agricultor, 3º Conselho Fiscal, Samuel R. De Souza, casado, agricultor, 1º Suplente, José Azevedo, casado, agricultor, natural de Codó/MA, 2º Suplente, João Batista Oureno, agricultor, natural de Pedreira/MA, 3º Suplente, Valentim Befencurt, casado, agricultor, natural de Santo Antônio/PR. Nada mais, havendo a tratar, Considere-se encerrada a reunião e eu Manuel R. Souza lavrei a presente Ata, que vai Assinada por mim e os componentes, que serão considerados Sócios Fundadores: Alcides Azevedo Campos, solteiro, agricultor, natural de Xaubre/PR, Maria do Carmo Dis, amasiada, agricultora, natural de Bacabal/MA, Tereza de Souza Feliz, casada, natural de Altamira/PA, Davi Cordeiro Favores, casado, agricultor, natural de Porto União/CE, Laercio Romalho, casado, agricultora, natural de

Água Boa/PR, Adão Ferreira de Almeida, casado, agricultor, natural de Brazamundo/MG; Joana Vieira da Silva, agricultora, natural de Cruz Alta/SP; Luiz Gonzaga Ferreira Silva, agricultor, casado, natural de Caxias/MA, Davina Gomes, Agricultor, natural de Pelões/PR, João Lopes Batista, solteiro, agricultor, Natural de Aradocura/GO, Evace Jaúes de Araújo, agricultor, casado, natural de Moreira Sales/PR, Joel Araújo Souza, agricultor, amasiado, natural de Olhos Dagua/MA, Joel Araújo Moraes, agricultor, casado, natural de Bacabal/MA, Nicanor Padelho Oliveira, agricultor, casado, natural de Marau/RS, Melguiads José dos Santos, solteiro, natural de Riacho de Santana/BA, José Nilson de Jesul, solteiro, agricultor Natural de Iguatemi/MS, Adalberto Ferreira de Breto, casado, agricultor, natural de Sr. Nonota/PI, Maria da silva de Almeida, casada, agricultora, natural de Soledade/RS, Custodio Tavares de Souza casado, agricultor, natural de Capelandia/MG; Luiz dos Santos, solteiro, agricultor, natural de Pedreira/MA, Juarez Francisco Rosa, agricultor, casado, natural de Concórdia/MG, Domingos dos Santos, casado, agricultor, natural de Itanporã/PR, Dejinal dos Santos, Casado, agricultor, natural, Japaratuba/CE, Francisco Santos Silva, amasiado, agricultor, natural Dom Pedro/MA, Salomão matos da Silva, solteiro, agricultor, natural D. Cunhão/MA, Anita Prata de Almeida, Solteira, Agricultora, natural de Cascavel/PR, Francisco dos Santos, casado, agricultor; Sebastião Argemiro Lens, solteiro, agricultor, natural de São José do Jacuri/MG, Adelino de Souza, casado, agricultor, natural Rio Bom/PR, Pedro Ramos Torres, amasiado, natural Alvarenga/MG, Amilton Vieira Barba, viúvo, agricultor, natural de Itanapoles/SC.<sup>703</sup>

Na ata de fundação da Associação, formada 13 dias após a publicação da Portaria do Assentamento, os trabalhadores e trabalhadoras se identificam como agricultores e agricultoras e não como sem-terra. Contudo, a instituição fundada com nome “Associação dos Assentados” apontava que a situação de não ter terra fora transformada com a luta e a posição de sem-terra continuava na essência da identidade do grupo como “assentados”.

Entre os 77 assentados, 43 participaram da formação da AAJAC. Dentre eles, 11 eram do Paraná, nove do Maranhão, seis de Minas Gerais, três do Rio Grande do Sul, dois do Ceará. Já um de cada estado do Piauí, Bahia, Espírito Santo, Pará, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Cinco não declararam. O sr. Samuel veio do Maranhão e o sr. Pedro, que conquistou a terra e não participou da reunião, também era maranhense. De tal modo, o assentamento foi construído por homens e mulheres de diversas regiões e estados.

O maior número de pessoas, 24 estavam casados, oito solteiros, cinco amasiados, um viúvo e quatro não declararam. Portanto, 31 assentados e integrantes da Associação possuíam família. O número indicava o porquê Assentamento Jacamim ter tal nome, como questionou e respondeu o próprio sr. Samuel. Foi ele que ao fim da entrevista nos provocou sorrindo disse que que nós não perguntamos a origem do nome Jacamim.

<sup>703</sup> Ata de fundação da Associação dos Assentados do Jacamim II (AAJAC). Ata n.1, 02 de dezembro de 1997. 2p.

Samuel: [...] O por quê aqui é chamado de Jacamim? [risos] Na época aqui, as família, os casal era tudo casado com muié que tinha filho de outros marido, né? E quem cuida de filho dos outros, que costuma fazer isso, é jacamim. Então, tiveram uma ideia de colocá esse nome Jacamim. Por incentivo que aqui já tinha um jacamim também. Aqui tinha outra grebinha por perto que chama jacamim também. Mas o jacamim mais falado é esse aqui. Então tinha um camarada aqui, ele era muito brincalhão, ele chama Joel, e falou assim: “Rapaz nós podia botá o nome de Jacamim. Porque as família que tem hoje aqui... é... os marido das muié é filho dos outro. Então vamô colocá esse nome de Jacamim”. É mesmo! Até que foram pra reunião e colocaram Jacamim II. Greba Jacamim II. [risos]

Leozil: Eu não sei o que é Jacamim.

Samuel: Jacamim é um pássaro tipo mutum. É tipo o tamanho de um galo mais ou menos, só que é preto. Eles costumam andá em bando e fazer um barulhão assim... [imita o barulho do jacamim], tipo gemendo. Se a gente escuta ele gemendo assim, pensa que é onça. E é danado pra criar filho dos outro. Toma dos outro. Se você criar um jacamim em casa... galinha de pintinho, ele vai, bate na galinha até tomar os pintinho. A gente cria jacamim em casa. Só que é um animal que ataca muito as pessoas desconhecidas. Também não é bom. Chega uma pessoa desconhecida ele vai atacá a pessoa. Bica a pessoa pra não encostar. É. Tomem gavião não pode matar as galinha que ele vai em cima. É. Só que os pintinho ele costuma tomá pra criá.

Flaviane: E a filha que você criou, Japãozinho, tem o meu nome.

Samuel: É... a Flaviane é minha enteada. Inclusive, é um dos jacamim [risos]. Quando eu ajuntei com a Vilma ela já tinha a Flaviane bem pequenininha. Foi considerada como eu filha, porque eu criei desde pequena. Essa consideração ela também tem. Ela não me trata de pai porque eu mesmo fui grosseiro. “Ó, menina, não me trata de pai não. Não sou teu pai não, menina”. [risos] Não sou teu pai não. E eu tomem naquele tempo era novo. Eu não sabia quanto tempo ia vivê mais a mãe dela. E daí passou quatro ano depois nasceu um filho meu mesmo, legítimo. Então eu falo quatro filho com ela, né? Tem dois hôme e duas muié.<sup>704</sup>

Depois da sequência de entrevistas que nós gravamos, de fato, essa questão sobre o nome não tinha sido feita. Ela parecia sem importância, mas se relacionava com o mais íntimo do passado dos garimpeiros. Sobretudo, da mudança, da vida distante da família, das condições atroztes em que a sexualidade, no sentido profundo, se mostrava fundamental à vida e avançava da noção de prostituição, de vida fácil, de compra e venda de corpos, para o entendimento integral dos homens e mulheres, nas relações sociais. Portanto, para o trabalhador a nomeação Jacamim representava a conquista da terra. E, também, o reforço das questões familiares vividas pelos garimpeiros, que assumiram a criação dos filhos das esposas, ao superar os preconceitos e a solidão. Assim, como fez o sr. Samuel, ao tornar-se padrasto da Flaviane.

<sup>704</sup>SOUZA, op. cit., 2019.

Portanto, para os trabalhadores o nome é Assentamento Jacamim II, ou Gleba Jacamim II, Comunidade São Mateus. Em 2019, o local era formado pelas igrejas católica e evangélica, pelo salão comunitário, pequeno comércio, posto de saúde, casa das sementes, resfriador de leite e a Escola Estadual Rodrigues Alves. Os documentos do Intermat e do Incra o denominam Projeto de Assentamento Estadual Jacaminho, distante 10 quilômetros da Gleba Jacamim I, que é a comunidade São João Batista, chamado ainda de 28, que tem igreja e pequeno comércio.

Esta segunda área foi reconhecida como pública, em 18 de fevereiro de 1999, a partir da Portaria nº 025/99 que definiu “arrecadar como devoluta incorporando-a ao Patrimônio do Estado de Mato Grosso a área de 2.071,7002 ha (dois mil, setenta e hum hectares, setenta ares e duas centiares), situado no Município de ALTA FLORESTA/MT, denominada ‘GLEBA JACAMIM I’”<sup>705</sup>. Portanto, a região da Pista do Cabeça, da Pista Nova e da Orolândia, agora tinha mais duas comunidades, formadas a partir dos trabalhadores e da luta pela terra.

Em julho de 1998, no Jornal do Partido Popular Socialista (PPS), na edição de campanha de Jair Mariano a deputado estadual, destacou “as marcas de sua luta junto aos companheiros do INTERMAT. Ao encaminhar as metas do Governo Dante de Oliveira voltado para o pequeno produtor, milhares de família foram beneficiadas”<sup>706</sup>. Nesse sentido, a conquista do Assentamento da Gleba Jacaminho, na Pista do Cabeça, fora citada:

#### Gleba Jacaminho

Uma luta nada fácil. Pessoas ligadas a grupos oligárquicos de nossa região procuraram atrapalhar a implantação do assentamento da Gleba Jacaminho na Pista do Cabeça, enfrentaos muitos que não querem que o Assentamento progrida porque o interesse de pessoas que só querem encher nossa região de boi é tirar o trabalhador que está querendo colocar alimentos em nossas mesas.

Voltamos a lembrar que onde só entra boi, sai gente, e a nossa situação como fica, é que justo que deixemos entrar só boi em nossa região e deixemos que as famílias de nossos trabalhadores rurais venham para a cidade, para aumentarem as favelas fazendo crescer o número de desempregados, aumentando consequentemente o índice de delinquentes, enquanto aqueles que, tem grandes fazendas vendem seu gado aqui e levam o dinheiro para São Paulo e outros estados até para o Exterior? Pense nisso, o que produz riqueza é homem trabalhando, é uma agricultura orientada com tecnologia adequada, isto é o que os nossos governantes têm a obrigação de oferecer ao homem do campo, é por isso que lutamos.

Mesmo com muita luta a Gleba Jacaminho é uma realidade e hoje lá existem nada menos que 75 lotes de 10,5 Alqueires, onde dezenas de famílias já está

<sup>705</sup>Portaria nº 025/99: Gleba Jacaminho I – Arrecadação das terras devolutas. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 18 de fevereiro de 1999. p.03

<sup>706</sup>MARIANO, Jair. Jornal do PPS Região Norte. Ano I. Edição 1. Junho de 1998. Capa

produzindo feijão, arroz, porco, galinha e se sentindo dono de seu próprio pedaço de terra o que é ainda mais importante...<sup>707</sup>

No jornal, a primeira relação é de oposição entre o fazendeiro produtor de bois e o trabalhador plantador de alimentos. Após, cria-se a argumentação, na qual, de onde sai o trabalhador não fica o fazendeiro, mas o boi. Neste caso, a construção da negação entre iguais, se dá entre o homem e o animal. Mas, retoma-se a terra dos trabalhadores para a plantação de grãos e criação de pequenos animais para alimentação. Nesse caso, as famílias são a ênfase, juntamente, com a “tecnologia adequada” e o sentimento de estar “dono de seu próprio pedaço de terra”.

Em 29 de agosto de 2014, a coordenadora do grupo formado de coletores de sementes do Assentamento, Deversina Silveira dos Santos assinou o contrato de comodato rural com a Mitra diocesana de Sinop através do padre Izaías Júnior de Andrade para a “construção da casa de sementes com uma área de aproximadamente 30m<sup>2</sup>”<sup>708</sup> ao lado da Igreja. Quando os moradores traçaram com o IOV os “objetivos a serem alcançados no assentamento Jacaminho” estava no plano a “estruturação de um local para armazenamento, venda e troca de sementes”. Neste período, o futuro do Assentamento foi projetado:

#### VISÃO DE FUTURO PARA O ASSENTAMENTO JACAMINHO

Queremos um assentamento onde as pessoas sintam orgulho e vontade de viver, onde haja renda digna a partir das propriedades rurais e onde homens e mulheres, de todas as idades, tenham qualidade de vida. Para isso desejamos...

Na área da EDUCAÇÃO, que haja ensino de qualidade no assentamento, com práticas relacionadas ao cotidiano e a realidade local. Que a escola seja um espaço vivo, onde alunos e demais moradores possam construir novas práticas de vida. Que haja ensino médio no assentamento.

Na área da SAÚDE, que exista boa estrutura de atendimento a saúde e que não falte água e nem alimentos de qualidade a todos os moradores.

Na área de LAZER, que haja opções de lazer no assentamento, com a realização de práticas esportivas e atividades culturais, em especial, teatro e música.

Na Área de MEIO AMBIENTE, que todas as áreas de reserva estejam protegidas e recuperadas. Que os moradores saibam e estejam organizados para estas áreas como fonte de renda de forma sustentável.

Na área da PRODUÇÃO, que as atividades produtivas atendam as necessidades das famílias, sendo também direcionadas ao mercado. Que existam grupos de produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e sem a utilização do fogo, com pouca ou nenhuma dependência de insumos externos.<sup>709</sup>

<sup>707</sup>Gleba Jacaminho. Jornal do PPS Região Norte. Ano I. Edição 1. Junho de 1998. p.03

<sup>708</sup>Instrumento particular de contrato de comodato rural. Alta Floresta, 29 de agosto de 2014.

<sup>709</sup>Visão de futuro para o Assentamento Jacaminho. S/d. Documento arquivado pelo sr. Pedro.

As concepções que norteavam os desejos dos pequenos proprietários familiares estavam alicerçados na base da educação, saúde, lazer, meio ambiente e produção. Ou seja, os objetivos visavam a reprodução da vida enquanto pequenos proprietários familiares. E, a ênfase era atribuída a “áreas como fonte de renda”, “atividades produtivas” e os “grupos de produção de alimentos”. Portanto, busca-se viabilizar cada vez mais a organização da terra como meio de trabalho e de vida, para manutenção dos assentados no meio rural. A regularização dos registros rurais dos lotes no Intermat, não estava entre as preocupações registradas.

O sr. Samuel conquistou a terra e mantinha a esperança de ser o “dono” dela. Em 2019, ele descreveu o lote, após eu perguntar como está o sítio e o que ele tem plantado.

Samuel: No meu sítio já tem bastante coisa plantada ali. Tem um pomarzinho. Inclusive um dia que cêis for lá cêis vão vê. Tá na quiçaca o pasto porque eu passei dois ano trabalhando fora. E o sítio ficou desativado. Por quê? A gente também sofreu com medo de isso aqui fosse tomado de volta, né? E quem se sabe os fazendeiros conseguem requerer os documentos da terra. Porque vocês sabem, os poderosos fazem os trambecó deles. E esses documentos demora vim, demora vim, demora... como cêis virô a história ali hoje [na reunião dos assentados]. Os grandes não interessavam os documentos dessa área. Agora, depois de tanto tempo eles interessaram porque tem alguma vantagem em cima disso, né? Que é mais tarde os fazendeiros comprar isso aqui de volta e fazer tudo campo de soja. Então parece que vai sair esse documento. Que tá tão enroscado de rosca mesmo, sabe? Aí eu fiquei com pé atrás. Eu digo: “Não, eu vô aguentá mesmo só morando aí e vou deixar assim”. Quando sair esses documentos, aí eu vou entrar de novo prá... Sou um dos pioneiros, aguentei até hoje, né? E eu tô com plano de aguentar mais tempo ainda. Até onde deus me dé vida e saúde, vamô vê no que vai dá. É. Inclusive, eu tinha umas vacas também. Quando eu passei esses dois anos fora, eu vendi produto também pra cuidá da saúde também. Eu tive que dispor desse gado que eu tinha. Tinha 16 cabeças de gado. Aí achei que não dava pra viver só daquele gado. Pasto meu também era pouco. Ficava alugando pasto dos outros. Ia trabaia pra fazenda quando eu chegava tinha bezerro morto, uma novilha, um negócio. E eu não ando muito bem de saúde. Digo: “Vô vendê esse gado e deixar pra vê quando saí esses documento, aí eu vou reiniciar trabalhá com meu sítio de novo”. Não crio nada, não tô criando nada, só morando no sítio. Tô zelando, fazendo as coisa do pomar... Tem um bocado de coisinha feita. Mas, tá tudo no mato.<sup>710</sup>

Ele disse sobre as plantações de pastagens e as árvores frutíferas que fez na terra. Mas, o sr. Samuel está preocupado com regularização fundiária. O “pioneiro” do assentamento revela que há interesse dos fazendeiros em torno dos registros oficiais. Mas, mesmo assim, espera-se, no futuro próximo, ter o título definitivo para investir com mais segurança na terra

---

<sup>710</sup>SOUZA, op. cit., 2019.1

conquistada há 22 anos. O sr. Samuel, com problemas de saúde, continua a trabalhar nas terras dos grandes proprietários rurais, principalmente, como garimpeiro.

Em 2019, os projetos de pesquisa apresentados na Feira de Conhecimento, realizados por parte dos 70 alunos do ensino fundamental e médio da Escola Estadual Rodrigues Alves, têm relação com o presente vivido no Assentamento Jacamim. A atividade leiteira<sup>711</sup>, as criações de animais, a agricultura<sup>712</sup> e a farinheira<sup>713</sup>, bem como, às informações locais<sup>714</sup>, à internet<sup>715</sup> e a depressão<sup>716</sup> são problemáticas que afligem crianças e adultos. Considera-se que a tecnologia e o problema psicológico ampliam as reflexões sociais para a Pista do Cabeça e Ourolanda, pois as pesquisas consideram também os estudantes da Escola Estadual Boa Esperança, que recebe 170 crianças, adolescentes e jovens da região.

Com a orientação dos professores, os estudantes faziam a produção, edição e publicação de informações locais<sup>717</sup>, bem como, analisavam o acesso à internet<sup>718</sup> e, assim, entende-se como ocorre os usos das tecnologias da comunicação nas comunidades rurais da Amazônia. Sabe-se, de acordo com os pesquisadores José e Kleiton, como o celular é aproveitado pelos estudantes enquanto ferramenta de pesquisa e trabalho para sistematização do conhecimento. Ainda que, 49,05% dos 56 alunos da Escola Estadual Boa Esperança, que responderam ao questionário, opinaram que o celular em sala de aula atrapalha em oposição aos demais que consideram que ajuda. Já na Escola Rodrigues Alves 62,50% de 40 alunos consideram que ele atrapalha. Portanto, os trabalhos apontam como as novas tecnologias estão presentes e como os filhos dos assentados se colocam enquanto investigadores da realidade

---

<sup>711</sup>SÁ SALLES, Júlia Eduarda de; SILVA, Ranieli Moreira da. Agricultura familiar no Assentamento Jacamim. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. 06p. Professora orientadora: Irailde Gomes Vieira dos Santos.

<sup>712</sup>SÁ SALLES, Miguel de; SILVA, Jardelson Damaceno; DALLAZEN JUNIOR, Paulo S. Sustentabilidade com gado leiteiro no Assentamento Jacamim. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. 05p. Professor orientador: Pedro de Lima.

<sup>713</sup>REIS, Josinei; FONSECA, Kennedy Rafael Ramos da; SILVA, Maria José Correia da. Sustentabilidade através da produção de farinha. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. 06p. Professora orientadora: Geane Aparecida Rodrigues.

<sup>714</sup>SILVA, Caio Lucas Fernandes da; ARAUJO, Weslei de Jesus. Jornal Local. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. 11p. Professora orientadora: Paula Cristina Feitosa Fazolo.

<sup>715</sup>SILVA JÚNIOR, José Nilton da; SANTOS Kleiton Charles Silva dos. Uso Inadequado do celular em sala de aula. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. 12p. Professora orientadora: Claudielaine Nogueira de Oliveira.

<sup>716</sup>FAZOLO, Felipe; SILVA, Raiane Vitoria C. da. A Depressão na Adolescência. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. 8p. Professor orientador: Irio Junior Bernich.

<sup>717</sup>SILVA, Caio Lucas Fernandes da; ARAUJO, Weslei de Jesus. Jornal Local. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. 11p.

<sup>718</sup>SILVA JÚNIOR, José Nilton da; SANTOS Kleiton Charles Silva dos. Uso Inadequado do celular em sala de aula. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. 12p. Professora orientadora: Claudielaine Nogueira de Oliveira.

local. Portanto, mais que dados precisos e conclusivos, as pesquisas escolares revelam aspectos de como a comunidade identifica os problemas e como busca resolvê-los, ou seja, como continua a construir à vida.

De tal modo, a depressão é inquietante nas comunidades rurais de acordo com a pesquisa que buscou mapear o comportamento dos jovens e familiares que vivem nas vilas. Os estudantes pesquisadores chegaram aos dados de 40 questionários aplicados na Escola Estadual Rodrigues Alves “50% dos jovens, possuem familiares com depressão” já na Escola Estadual Boa Esperança o número foi de 48,22%, do total 56 alunos, que responderam ao questionário, quantidade igual de alunos da pesquisa sobre os usos da tecnologia.

Os alunos Felipe e Raiane consideram que “o fator genético ou econômico (econômico, pois as famílias podem ter dificuldades financeiras, assim gerando preocupações em relação ao sustento familiar) influenciam no fato do adolescente se desestabilizar psicologicamente”<sup>719</sup>. Assim, ocorreu a aproximação entre familiares e adolescentes e ainda, a disposição dos genes e o vivido, para conhecer sobre a depressão nas comunidades rurais. No desenrolar da argumentação dos pesquisadores, a sobrevivência se torna fator preponderante na capacidade de “desestabilizar” os adolescentes e por que não pensar que é significativo para desencadear a enfermidade também nos familiares, como sinalizaram.

A preocupação com a economia e a sobrevivência dos pequenos proprietários rurais no Assentamento foi base da pesquisa do Miguel, Jardelson e Paulo sobre a produção de leite. São 12 famílias que possuem vaca e tiram o leite para venda no Assentamento Jacamim. Do total de 77 famílias, por que 12 investem em vacas de leite? Por que a necessidade delas se vincularem ao laticínio, o qual paga 1,05 reais por litro? Tais questões não foram consideradas pelos estudantes pesquisadores. No estudo, há a diferença entre o período da chuva e da seca, quando a vacas dão menos leite. Mas, as estações do ano não estão nas considerações finais:

Com todos os dados apresentados, nos leva a uma convicção determinante da pesquisa realizada no âmbito do assentamento denominado Gleba Jacamim é que a grande maioria das propriedades que produzem leite não são sustentáveis devido a baixa produção de leite tendo em vista que as terras se encontram degradadas o pasto com pequeno teor de proteínas e um gado com baixa genética. Motivos pelos quais levam muito proprietários a procurar complementar sua renda fora do sítio.<sup>720</sup>

---

<sup>719</sup>FAZOLO; SILVA, op. cit., 2019, p.03.

<sup>720</sup>SÁ SALLES; SILVA; DALLAZEN JUNIOR, op. cit., 2019, p.04-05.

Assim, devido a qualidade da terra, do pasto e das vacas, cinco famílias de pequenos proprietários rurais conseguem se manter com o dinheiro da venda do leite. Antes da conclusão, no texto da pesquisa é apresentado o dado de que 57% “acreditam que sua receita não paga todas as despesas”. O que leva os produtores de leite ampliarem as maneiras de conseguir sobreviver. Isso significa a procura de trabalho “fora do sítio”. A análise é bastante próxima à pesquisa sobre a agricultura e criações de animais.

As estudantes do ensino fundamental Júlia e Ranieli aplicaram o questionário aos alunos que vivem nas terras do Assentamento e, juntos aos pais e irmãos, trabalham no plantio de árvores frutíferas, como o “mamão, banana, abacaxi, laranja, limão entre outras variedades” e cultivam “legumes e raízes tais como batata doce, mandioca, inhame, taioba, abóbora”. As famílias criam vacas de leite, gado de corte, porcos e galinhas. Na maior parte, são alimentos para o consumo e não para venda, como informam as estudantes. Do total de 26 alunos, que responderam à pesquisa, obtém-se a seguinte avaliação:

Uma taxa elevada dos moradores do assentamento jacamim não vivem somente da renda obtida da propriedade, 61,53% trabalham pois sentem a necessidade de complementar a renda com trabalho fora da propriedade em fazendas e nos arredores do assentamento ou em outras propriedades local. Apenas 38,46% dos proprietários vivem somente da renda obtida na propriedade.<sup>721</sup>

Ao considerar a porcentagem em números exatos, tem-se 15 famílias que precisam “complementar a renda com trabalho fora da propriedade” e 09 famílias conseguem viver com os recursos obtidos com o trabalho nas próprias terras. Ou seja, havia dificuldade para a maioria das famílias sobreviverem com o trabalho nas pequenas propriedades e esta preocupação era vivida pelos estudantes ao problematizarem sobre a depressão, a produção de leite, o cultivo de frutas e legumes. Confirma-se as dificuldades de sobrevivência pelo cadastro do Incra sobre Assentamento - Informações Gerais, de 2016, quando 12 famílias de baixa renda recebiam bolsa família no Jacamim.<sup>722</sup> Mesmo morando na pequena propriedade, as famílias precisavam de auxílios governamentais para alimentação. Pois, era preciso ter recurso para investir na terra e torná-la meio de sobrevivência, o que nem sempre era possível para a maioria dos assentados.

Em 2019, um exemplo, de moradores que conseguia se manter a partir do trabalho na pequena propriedade foi pesquisada pelos alunos do ensino médio, Josinei, Rafael e Maria

<sup>721</sup>SÁ SALLES; SILVA, op. cit., 2019, p.05.

<sup>722</sup>Assentamento - Informações Gerais. Superintendência Regional Mato Grosso - Sr 13. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária. Data de atualização: 01/04/2016

José<sup>723</sup>, que entrevistaram os agricultores Valmir Rodrigues dos Santos e Maria Zilda Silva dos Santos. Eles plantavam a mandioca e preparavam a farinha até à venda aos mercados do município de Alta Floresta. Assim, eles conseguiam viver com vínculos de comércio com os proprietários dos mercados, mas sem tanta exploração direta. Entende-se que a labuta pela permanência nas terras do assentamento é construída dia a dia pelos novos e velhos moradores.

Os pequenos proprietários familiares agem pelo futuro no Jacamim, assim como, o sr. Pedro, o sr. Adão, o sr. Samuel nas reuniões na casa das sementes, durante os meses de agosto até novembro de 2019. Já os fazendeiros pressionam para a expansão das grandes propriedades e o plantio da monocultura da soja. Portanto, a movimentação dos trabalhadores é pela vida na terra de luta sem deixar o trabalho do garimpo. Afinal, o assentado e garimpeiro sr. Samuel saía das discussões do Jacamim direto para o trabalho na extração de ouro, nos garimpos da região da Pista do Cabeça. “Não foi fácil. Muita luta. Até hoje tamô aí lutando”. Sem fim!

---

<sup>723</sup> REIS; FONSECA; SILVA, op. cit., 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Flaviane: Então, o garimpeiro foi esse trabalhador que também lutou pela terra?  
 Samuel: Foi. Sim, senhorita. Justamente. O garimpeiro foi um, como é que se diz?  
 Um camarada muito corajoso. Tirando por mim, que eu tive muita coragem, né? Não sei de agora em diante.  
 Mas, tive muita coragem de querer conquistá as coisas e meter a cara.<sup>724</sup>

A base teórica e metodológica na qual eu me fundamentei para realizar esta pesquisa considera o trabalhador como sujeito social e o garimpeiro como “camarada”, “corajoso” com capacidade de “meter a cara”, tais como a experiência do sr. Samuel e dos demais entrevistados, com quem eu dialoguei ao longo dos últimos quatro anos, durante a realização desta tese. As entrevistas evidenciaram como os homens e mulheres se construíram nos processos de mudança e no trabalho com ouro, bem como, na organização contra a negociação da área de garimpagem à mineração e nas intensas lutas pela terra com a formação das pequenas posses e da conquista do assentamento rural Jacamim, na Pista do Cabeça.

Eu evidenciei como os garimpeiros agiram e deciram sobre a vida como ser social e, além disso, como como se formaram enquanto classe social. O fazer-se dos homens e mulheres nas terras com ouro se deu tanto no auge quanto no declínio do trabalho com o ouro. Ou seja, ocorreu em diferentes momentos da vida. Isso nos possibilita ampliar os questionamentos sobre o quando os trabalhadores organizam a luta. E, se a pauperização das condições de vida por meio da exploração burguesa não é determinante, ela também não pode ser negligenciada. Mas, eu acredito que os historiadores, que conseguiram chegar até a leitura final dessa pesquisa, já superaram tais esquemas explicativos da formação da classe e, agora, do garimpeiro como tal.

Para a formalização dessa pesquisa que era tão historiográfica quanto histórica, eu parti do problema teórico entendido após a sistematização dos conhecimentos dos historiadores Abreu, Lima, Dornas Filho, Holanda, Boxer e Pinto, os quais, ao escrever sobre o ouro no

---

<sup>724</sup>SOUZA, op. cit., 2019.

Brasil, centraram-se nos aspectos políticos, econômicos e sociais da extração mineral, mas não pesquisaram as ações dos garimpeiros. Portanto, no processo de transformação do trabalhador rural em garimpeiro e o garimpo como última alternativa de trabalho aos homens expropriados da terra, da vida em família, sem estudo e sem profissão, eu debati com os historiadores, pois eles não aprofundaram a análise dos trabalhadores na transformação das riquezas em valor para o capital e, ainda, com Guimarães Neto na desconstrução do garimpeiro como “aventureiro”.

E, ainda, com as autoras Jatene, Guimarães Neto, Duarte Selichinsk e o autor Tafner Junior, que construíram reflexões sobre a história de Alta Floresta destacaram as ações ora do colonizador e ora do colono, lido como pequeno proprietário vinculado à colonização, a partir da mudança do sul. Eles não enfatizam os processos vividos pelos trabalhadores pobres do Maranhão e demais municípios do norte e nordeste. Somente, o historiador Ribeiro apontou nesse sentido, ao escrever sobre a violência da colonizadora Indeco contra os garimpeiros, em 1979. Contudo, o pesquisador também não amplificou as vozes dos trabalhadores. Ou seja, nós historiadores precisávamos problematizar as experiências dos garimpeiros para entendermos com mais amplitude a constituição de Alta Floresta e da Amazônia e, assim, destacar a ação dos trabalhadores maranhaenses, os quais foram fundamentais na construção das áreas rurais, como a Pista do Cabeça.

Na década de 1970, os sociólogos Cardoso, Muller, Ianni e Martins discutiram a ampliação dos grandes capitais na Amazônia com o apoio do governo federal e com ênfase na exploração dos homens. Mas, os autores também não destacaram as experiências da força de trabalho. Diante disso, eu me permiti detalhar a trajetória dos trabalhadores, pois, tal opção metodológica tinha importância política e social na história dos trabalhadores e do trabalho dos garimpeiros na Amazônia e, portanto, o porquê assim ter sido discutida, principalmente, durante o primeiro capítulo, no processo de migração até a chegada no garimpo e na Pista do Cabeça.

Assim, a tese, reforçada no título, aponta para as amplas experiências dos trabalhadores entrevistados ao se constituírem garimpeiros, nos trajetos percorridos em busca de trabalho, nas grandes obras públicas e privadas, fazendas e diferentes garimpos pelas terras da Amazônia até a fixação na Pista do Cabeça. De tal modo, essa pesquisa não pretendeu dar conta das memórias e histórias da diversidade de garimpos e garimpeiros da Amazônia, mas de uma parte, que eu acredito ter, na essência, aspectos do todo. Pois, eu não consegui conhecer a totalidade das experiências nem do caso específico que eu estudei. Mas, o

particular contém o geral e vice-versa, de modo dialético. Isso também reforçou a decisão de generalizar ao intitular a pesquisa.

E, ainda, nenhum historiador lido na revisão de literatura se ateu a problemática do trabalho dos garimpeiros de modo específico, ela apareceu de modo rápido em poucos trabalhos, como de Santos quando analisou os garimpos de Juína. Nesse sentido, no segundo capítulo, eu passei a questionar os sentidos e significados atribuídos pelos próprios garimpeiros para o processo de trabalho na garimpagem. Como eles se construíam como sujeitos nas relações que estabeleciam para conseguir a vaga no garimpo, como faziam ou negociavam as ferramentas e organizavam o local de extração metálica. E, além disso, como os garimpeiros se formaram enquanto classe contra os capitalistas e a mineração, quando entenderam que seriam expulsos das terras com ouro, como eu evidenciei no terceiro capítulo. Momento, no qual, os trabalhadores se reuniram e resistiram à expulsão e venda da pista, com base na experiência do trabalho comum e na lei, que garantia que as terras eram reserva garimpeira.

Sobre as lutas dos trabalhadores pela terra, a questão principal do quarto capítulo, era considerar que nem todos os garimpeiros se interessaram pela terra para cultivo, mas parte deles sim, e como trabalhadores rurais, permanecem ligado à busca do lote à sobrevivência. Embora, a expectativa nem sempre foi viável fora da luta, porque eles não tinham como comprar ou pagar a apropriação da terra com base na legalização do Estado. Mas, no enfretamento contra os fazendeiros, os garimpeiros e demais trabalhadores visaram a reforma agrária e conquistaram a terra e, para conseguir realizar tal objetivo não depreciam a participação dos sujeitos externos, que se vincularam ao projeto com finalidades distintas e, não diretamente para obter a terra.

Destarte, Lima ao analisar os garimpos de Peixoto de Azevedo apontou a luta pela terra como efeito do plano Collor. Na Pista do Cabeça, o processo de concentração e luta pela terra ocorreu durante a década de 1980 e o plano Collor se tornou mais um elemento no desenrolar da vida dos garimpeiros, que se organizaram na luta pela reforma agrária e na conquista da terra no Assentamento Jacamim. Portanto, sem priorizar os efeitos causais, as vidas compartilhadas de exploração e expropriação foram capazes formar relações dialógicas para reger, tencionar e criar condições para se transformar durante o “solavanco brusco da experiência” em outro projeto e modificasse, novamente, os rumos da dominação na Pista do Cabeça.

Portanto, naquele campo de forças, os trabalhadores foram vencedores. Sim! E, a região não se tornou “fantasma” como previa a Metamat, ao contrário, as duas novas

comunidades rurais foram construídas pelos homens e mulheres para continuar o tecer da vida, a São João Batista, chamado de 28, e a São Mateus, conhecido por Assentamento Jacamim. Assim, a região da Pista do Cabeça foi aberta e ampliada pelos trabalhadores, os quais definiram permanecer naquelas terras com ouro, pecuária e pequenas unidades agricultáveis e familiares.

Uma questão que eu não abordei durante a escrita da tese, foi a degradação da natureza, no processo de extração do ouro. Como eu aprendi a partir da leitura do Marx, o homem se humaniza no processo de trabalho, quando transforma a natureza em meios de vida e trabalho, por isso, tal relação será fundamental no futuro da humanidade, quando o homem será capaz de realizar o trabalho para ele e não para o explorador capitalista, o qual suga até o sangue para acumulá-lo como riqueza. Assim, não existe humanidade sem a transformação da natureza. Contudo, no capitalismo tal relação é de extrema destruição nos mais diferentes locais e nas formas de trabalho. Basta nós olharmos para o lote da casa onde vivemos e questionarmos quantas árvores foram derrubadas e quantos buracos foram feitos para a casa ser construída. As memórias afetivas do lar não nos permitem pensar o quanto nós fomos capazes de destruir ou pagar pela destruição para vivermos ali. E, nós acabamos atribuímos isso ao outro. O garimpeiro é destruidor da natureza.

Em 2020, no trevo de entrada para a cidade de Alta Floresta, as árvores dormiram e não acordaram. O dono da imobiliária loteia a área e faz o projeto de urbanização, que consiste, de modo grosseiro, em derrubar a floresta, drenar as nascentes, dividir os lotes, asfaltar e vender para construção de casas. Ao eu passar por ali, não tem como olhar as retroscavadeiras no meio das árvores retorcidas, do grande buraco formado e daquela água já sem o curso natural e não lembrar do garimpo. São processos distintos. Será? E, o ouro que o garimpeiro tirou do buraco cavado na terra está no teu dedo como a bela aliança de casamento, colocada com a bênção do padre, durante cerimônia religiosa. O circuito da mercadoria, o valor de uso e o valor de troca, se completa no consumo e não na produção. Ou seja, nós participamos dos diferentes processos de destruição e acúmulo dos capitalistas. Afinal, “quem casa quer casa”, como no dito popular.

Enfim, com devidas proporções, nós somos destruidores em potencial. Porém, o que eu quero enfatizar é que tal aspecto não foi prioridade neste trabalho, pois eu enfoquei com base no debate historiográfico, os processos de expropriação, exploração e degradação humana do garimpeiro e como decidiu e reagiu às pressões vividas para conseguir “conquistá as coisas”. Mas, o uso do mercúrio me chamou a atenção, enquanto eu pesquisava a concentração da terra com ouro. Como o discurso sobre o azougue como dizem os garimpeiros,

esteve vinculado a concentração da propriedade privada da terra. Eu apresento aqui elementos novos sobre a problemática, para que ela se torne objeto de pesquisa dos críticos ambientalistas.

Foi entre 1984 e 1986, o mercúrio no garimpo começou a ser entendido pelo Governo do Estado de Mato Grosso como problema ambiental e social. O processo de separação da terra e do ouro com mercúrio acontece “possivelmente, desde a época romana”, como escreveu em 1556 o autor Gerogius Agrícola, no *De re Metallica*<sup>725</sup>, primeiro livro sobre técnicas de extração mineral. Em 02 de janeiro de 1986, o Governo do Estado de Mato Grosso publicou na imprensa oficial, que a elaboração da Lei 4.894 de 25 setembro de 1985 e aprovação do Projeto de Avaliação e Controle Ambiental em áreas de extração de ouro em Mato Grosso, eram instrumentos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social que visava “promover a convivência pacífica entre o progresso e a preservação ambiental”<sup>726</sup>.

No mesmo dia 02, no qual a Secretaria anunciou que “este projeto pioneiro em todo o país, surgiu de análises preliminares que apontaram alto grau de contaminação de garimpeiros e do meio ambiente pelo uso indiscriminado do mercúrio”, o presidente do Internat incorporou como patrimônio público as terras da Gleba Apiacá, da região da Pista do Cabeça, e não só. Terras no município de Paranatinga e Aripuanã também foram retomadas como patrimônio e as concorrências públicas disponibilizavam as áreas à venda. Para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social a garimpagem não servia mais para amenizar as pressões sobre a terra e o trabalho, como escreveu o jornalista da Folha de São Paulo Ricardo Kotcho, em 1983, “uma válvula de escape para conter a tensão social”<sup>727</sup>.

Ou seja, juntamente com as primeiras ações dentro da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social para colocar a garimpagem sob domínio ambiental e da saúde devido ao uso do mercúrio, está o processo de legalização das terras griladas no Mato Grosso. Sem estabelecer essas relações, a amalação do ouro com o mercúrio e a contaminação dos rios, da vida aquática e dos homens e mulheres foram publicadas no O Estado de Mato Grosso<sup>728</sup>, primeiramente, no período de 1986 a 1987 e, na Folha de São Paulo entre 1987 e 1990<sup>729</sup>.

---

<sup>725</sup> AGRÍCOLA, Georgius. *De re Metallica*. Inc. Dover Publications: New York, 1950. p.297

<sup>726</sup> Meio ambiente é preservado em Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 02 de janeiro de 1986. p.02

<sup>727</sup> KOTCHO, op. cit., 1983.

<sup>728</sup> Boscolo crê no futuro do garimpo. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 26 de junho de 1986. Local. p.04; Pesquisa impressiona as autoridades do meio ambiente. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 01 de julho de 1987. p.03;

<sup>729</sup> Desmatamento e garimpo destroem os rios brasileiros. Folha de São Paulo. Domingo, 09 de agosto de 1987. Cidades - p.29; Garimpo jogou 798kg de mercúrio. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 10 de junho de 1988. Especial p.03; Problemas Ambientais atingem território brasileiro. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 10 de junho de 1988. Especial p.02; Marques, Marcia. Violência é rotina em garimpo de ouro no MT. Folha de São Paulo.

Em 1992, o CETEM/CNPq divulgou o estudo sobre a contaminação de mercúrio em Alta Floresta<sup>730</sup> e o tema foi debatido por pesquisadores e entidades em Belém no evento Consequências da Garimpagem no Âmbito Social e Ambiental na Amazônia<sup>731</sup>, no qual, sem conseguir encontrar solução para os problemas ambientais e sociais do garimpo de modo isolado, o grupo apontou a necessidade da reforma agrária. Portanto, o garimpo e o discurso da contaminação causadas pelo mercúrio estão nas entranhas da concentração da terra e do capital na Amazônia.

Ao pesquisador interessado, a partir dessas fontes iniciais, é possível aprofundar como as problemáticas ambientais são entendidas pelos garimpeiros e como ocorreu a relação da contaminação do mercúrio, da degradação humana e a concentração das terras na Amazônia. Pois, isso continua a acontecer e precisa ser analisado com detalhe, o que eu acredito deva ser objeto de estudo mais profundo, devido a complexidade e importância da questão. Por ora, e com mais conhecimentos acumulados sobre o fazer-se da classe, nós precisamos parar de condenar os trabalhadores pela destruição da Amazônia, da qual os grandes capitalistas são os maiores mandantes e beneficiários! E, assim, nós não podemos diminuir o foco da ampla dimensão dessa luta, que é também contra a destruição das resistentes vidas humanas.

---

Domingo, 19 de junho de 1988. Cidades - p. A-2; Garimpo. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 22 de junho de 1988. Cidades - Educação e Ciência p. A-15; Sarney assina decreto proibindo uso de mercúrio por garimpeiros. Folha de São Paulo. Sábado, 14 de fevereiro de 1989. Cidades p. C-3; Mercúrio causa “tragédia” na Amazônia, diz estudo. Folha de São Paulo. Sábado, 27 de maio de 1989. Cidades-Mortes p. C-03; Um milhão de pessoas ficam expostas ao mercúrio no país. Folha de São Paulo. Sábado, 27 de maio de 1989. Cidades-Mortes p. C-03; Ministérios vão analisar situação ambiental nos garimpos até 90. Folha de São Paulo. Sábado, 27 de maio de 1989. Cidades-Mortes p. C-03; Garimpos usam 120t de mercúrio por ano. Folha de São Paulo. Domingo, 24 de setembro de 1989. Especial p. 5; Teste aponta intoxicação por mercúrio no garimpo. Folha de São Paulo. Terça-feira, 26 de junho de 1990. Cidades p. C5;

<sup>730</sup>FARID, Luiz Herinque [et. al]. Preliminary diagnosis of the environmental impacts caused by gold prospecting in Alta Floresta/MT – a case study. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992.

<sup>731</sup>MATHIS; Armin; REHAAG, Regine. Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental na Amazônia. Graficentro: Belém, 1993;

## FONTES ORAIS

ALMEIDA, Adão Ferreira de; ALMEIDA, Marinalva Freitas de. [20 de setembro de 2019]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2019; Arquivo digital (1h05min.).

CARVALHO, Eliezo Lopes. [16 de abril de 2016]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Hadassa Landherr Friske. Mato Grosso, 2016; Arquivo digital (2h32min.).

COUTO, Sebastião Alves. [21 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (47min.).

FERREIRA, Antonio Mario. [08 de dezembro de 2018]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2018; Arquivo digital (3h36min.).

GUIMARÃES, Luzimar Nogueira. [23 de abril de 2016]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2016; Arquivo digital (27 min.).

LIMA, Luciano Marques; MOURA, Francisco Ferreira. [23 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h23min.).

LOBATO, Julião Moreira. [13 de setembro de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h12min.).

PINHEIRO FILHO, Raimundo. [10 de novembro de 2018]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2018; Arquivo digital (1h44min.).

PIRES, Ione Machado; RODRIGUES, Antônio da Conceição. [13 de setembro de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Samuel Rodrigues de Souza. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h40min.).

SALES, Domingos. [23 de abril de 2016]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2016; Arquivo digital (1h16min.).

SILVA, Agnaldo Felix da; SILVA, Cândida Abadia da. [21 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (1h44min.).

SILVA, Luttiene da. [Autodenominação]. [21 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (1h29min.).

SILVA, Pedro Lopes da. [17 de agosto de 2019]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior. Mato Grosso, 2019; Arquivo digital (3h41min.).

SOUZA, Arnaldo Galvão. [23 de julho de 2017]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Maria Natália Gomes Vieira. Mato Grosso, 2017; Arquivo digital (2h50min.).

SOUZA, Samuel Rodrigues de. [24 de agosto de 2019]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Pedro Lopes da Silva. Mato Grosso, 2019; Arquivo digital (1h41min.).

VIEIRA, Maria Natália Gomes. [23 de abril de 2016]. Entrevistadores: Flaviane Mônica Christ e Leozil Ribeiro de Moraes Junior com a participação de Reginaldo Luiz da Silva. Mato Grosso, 2016; Arquivo digital (1h15min.).

## FONTES ESCRITAS

100 GARIMPEIROS ficam ilhados no oeste do Pará. Folha de São Paulo. Sábado, 31 de março de 1990. Economia p. B10 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

1º SERVIÇO Notarial e Registral. Registro de Imóveis - Registro Geral – Livro 02. Comarca de Alta Floresta Estado de Mato Grosso. Matrícula nº 12.650. Livro 2-BK. p. 01 [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

A VIOLÊNCIA se repete. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 13 de setembro de 1979. Número 2841. Ano XI. Editorial: p. 02. [Arquivo Público de Mato Gosso]

AGRÍCOLA, Georgius. De re Metallica. Inc. Dover Publications: New York, 1950. [Arquivo digital do National Coal Mining Museum for England]

AGROPECUÁRIA Mogno S/A: Relatório da Diretoria. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 15 de julho de 1976. p. 23 [Arquivo digital do Diário Oficial]

AINDA sob tensão, garimpeiros aguardam decisão do governo. Jornal do Dia. Cuiabá, 29 de junho de 1985. Geral – p.06 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

ALTA FLORESTA - Cresce movimento: mais famílias se unem para ocupar fazenda. Folha do Estado. Cuiabá –MT. 24 de janeiro de 1996. [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

ALTA FLORESTA em perigo. Correio Várzea-grandense. Municipalismo. Várzea Grande – MT. De 14 a 20 de abril de 1985. p.05 [Arquivo particular de Eliezo Lopes Carvalho]

ALTA FLORESTA não é garimpo. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 15 de setembro de 1979. Número 2842. Ano XI. Capa. [Arquivo Público de Mato Gosso]

ALTA FLORESTA pode voltar a ter áreas para garimpo. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 29 de abril de 1983. Economia. p.23 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

ALTA FLORESTA: PM volta a espancar garimpeiros. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 04 de setembro de 1979. Número 2835. Ano XI. Capa. [Arquivo Público de Mato Grosso]

APRESENTAÇÃO. Relatório Final. Diagnóstico das Atividades Mineradoras na Bacia do Rio Teles Pires. Companhia Matogrossense de Mineração – Metamat. Dezembro de 1994. s/p [Arquivo digital Metamat]

ASSENTAMENTO - Informações Gerais. Superintendência Regional Mato Grosso - Sr 13. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Data de atualização: 01/04/2016 [Arquivo digital Incra]

ASSIS, Wilson Rocha Fernandes. Ação Civil Pública. Ministério Público Federal: Procuradoria da República no Município de Barra do Garças/MT, 2 de dezembro de 2016. p.79 e p.04 [Arquivo digital Procuradoria da República]

ATA da Assembléia Geral da Indeco S.A Integração, Desenvolvimento e Colonização. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 12 de setembro de 1973. p.16 [Arquivo digital Diário Oficial]

ATA da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30.04.1977. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 11 de outubro de 1977. p. 16-17 [Arquivo digital Diário Oficial]

ATA da criação da comissão examinadora dos cadastros dos trabalhadores rurais sem terra da Gleba Novo Cruzeiro, também conhecida com Pista do Cabeça, com a finalidade de realizar um assentamento em terras do Estado de Mato Grosso, administrado pelo Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (Intermat). 19 de julho de 1995. [Arquivo particular Pedro Lopes da Silva]

ATA da reunião da Associação Comunitária Novo Cruzeiro. Novo Cruzeiro - Pista do Cabeça, 25 de outubro de 1988. p.32 [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

ATA da reunião da Associação Comunitária Novo Cruzeiro. Novo Cruzeiro - Pista do Cabeça, 21 de janeiro de 1989. p.43-44 [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

ATA da reunião da Associação Comunitária Novo Cruzeiro. Novo Cruzeiro - Pista do Cabeça, 04 de fevereiro de 1989. p.45 [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

ATA da reunião da Associação Comunitária Novo Cruzeiro. Novo Cruzeiro - Pista do Cabeça, 04 de junho de 1989. p.48 [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

ATA da septuagésima quinta reunião da diretoria da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, em 14 de setembro de 1973. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 02 de janeiro de 1974. p. 11-12. [Arquivo digital Diário Oficial]

ATA de encerramento dos trabalhos de seleção dos cadastros dos trabalhadores rurais sem terra da Gleba Novo Cruzeiro. 19 de julho de 1995. [Arquivo particular Pedro Lopes da Silva]

ATA de fundação da Associação dos Assentados do Jacamim II (AAJAC). Ata n.1, 02 de dezembro de 1997. 2p. [Arquivo particular Pedro Lopes da Silva]

ATA n.109 de 04 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 14 folhas. p.08-10 [Acervo Instituto Memória]

ATA n.111 de 10 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 37 folhas. p.04-25 [Acervo Instituto Memória]

ATA n.113 de 12 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 40 folhas. p.13-40 [Acervo Instituto Memória]

ATA n.116 de 17 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 44 folhas. p.16-45 [Acervo Instituto Memória]

ATA n.117 de 18 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 18 folhas. p.05-18 [Acervo Instituto Memória]

ATA n.118 de 19 de setembro de 1979. Sala das Sessões. Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa. 11 folhas. p.05-08 [Acervo Instituto Memória]

AVISO de Concorrência Pública nº 012/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 1985. p. 19; [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO de Concorrência Pública nº 012/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 06 de maio de 1985. p. 17; [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO Resultado de Concorrência Pública nº 012/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 27 de junho de 1985. p.17 [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO Tomada de Preços nº 015/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 05 de fevereiro de 1985. p.22 [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO Tomada de Preços nº 015/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 06 de fevereiro de 1985. p.10 [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO Tomada de Preços nº 015/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 07 de fevereiro de 1985. p.12 [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 29 de novembro de 1983. p. 23 [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 30 de novembro de 1983. p. 10 [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 29 de novembro de 1983. p. 23 [Arquivo digital Diário Oficial]

AVISO Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 01 de dezembro de 1983. p. 39 [Arquivo digital Diário Oficial]

BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. [Arquivo digital do Planalto]

BRASIL. Alvará nº 1.708, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.346/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.695, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.333/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.696, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.334/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.697, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.335/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.698, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.336/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.699, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Sexta-feira, 08 de março de 1985. p.4055. DNPM nº 860.337/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.700, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.338/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.701, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.339/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.702, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.340/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.703, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.341/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.704, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.342/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.705, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.343/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.706, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.344/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.707, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4189. DNPM nº 860.345/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.709, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4190. DNPM nº 860.347/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 1.710, de 01 de março de 1985. Diário Oficial. Seção I. Segunda-feira, 11 de março de 1985. p.4190. DNPM nº 860.348/82 [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 780 de 3 de julho de 1972 publicado pelo Ministério de Minas e Energia autorizou a SMELBA – Sociedade Melhoramentos da Bacia Amazônica Ltda a pesquisar de ouro em 10.000ha de terras devolutas no rio Apiacá, município de Aripuanã. [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 781 de 3 de julho de 1972 publicado pelo Ministério de Minas e Energia autorizou a SMELBA – Sociedade Melhoramentos da Bacia Amazônica Ltda a pesquisar de ouro em 10.000ha de terras devolutas no rio Apiacá, município de Aripuanã. [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Alvará nº 783 de 3 de julho de 1972 autorizou a CODAJAS – Sociedade de Mineração Codajas Ltda a pesquisar 10.000ha no Rio Teles Pires e afluentes. Arquivo DNPM. [Arquivo do DNPM]

BRASIL. Artigo 1º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. Alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 [Arquivo digital do Planalto]

BRASIL. Decreto nº 91.213, de 30 de abril de 1985. Fixa novo salário-mínimo para todo o território nacional em Cr\$ 333.120 (trezentos e trinta e três mil, cento e vinte cruzeiros). [Arquivo digital do Planalto]

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do Seguro-Desemprego e dá outras providências. [Arquivo digital do Planalto]

BRASIL. Decreto nº 94.062, de 27 de fevereiro de 1987. Fixa novo salário-mínimo para todo território nacional. [Arquivo digital do Planalto]

BRASIL. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. Código de Minas. [Arquivo digital do Planalto]

BRASIL. Diário da Justiça Eletrônico - MT - Ed. nº 9239 Página 719 de 1180. Disponibilizado - 17/2/2014 Processo Nº: 0 / 2013 Cod. Proc.: 111095 Nr: 6700-37.2013.811.0007. [Arquivo digital do Diário da Justiça]

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. [Arquivo digital do Planalto]

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. [Arquivo digital do Planalto]

BRASIL. Portaria nº 459, de 09 de maio de 1983. Ministério de Minas e Energia. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, 10 de maio de 1983. [Arquivo DNPM]

BRASIL. Portaria nº 550, de 09 de maio de 1983. Ministério de Minas e Energia. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, 10 de maio de 1983. [Arquivo DNPM]

BRASIL. Portaria nº 551, de 09 de maio de 1983. Ministério de Minas e Energia. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, 10 de maio de 1983. [Arquivo DNPM]

BALEADOS funcionários da Porto Estrela. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de fevereiro de 1985, p.05; [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

BARROS, Gilson de. Atritos entre garimpeiros, colonos e policiais no Município de Alta Floresta, Estado do Mato Grosso. Sessão de 13 de abril de 1983. Câmara dos Deputados. Separata de Discursos, Pareceres e Projetos. 47ª Legislatura- 1ª Sessão Legislativa. nº 292. Brasília, 1983. p.41-42 [Arquivo da Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

\_\_\_\_\_. Contingenciamento dos garimpeiros no norte do Estado de Mato Grosso. Sessão de 18 de abril de 1983. Câmara dos Deputados. Separata de Discursos, Pareceres e Projetos. 47ª Legislatura- 1ª Sessão Legislativa. nº 292. Brasília, 1983. p.43 [Arquivo da Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

BOLETIM de Ocorrência nº 034-C/96. Delegacia Regional de Polícia Judiciária Civil/Alta Floresta. Natureza da Ocorrência: Ameaça de morte. Local: Novo Cruzeiro/Pista do Cabeça. Vítima: Pedro Lopes da Silva. Indiciado: Armando Domingos Rosa. 10 de junho de 1996. [Arquivo particular Pedro Lopes da Silva]

BOSCOLO crê no futuro do garimpo. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 26 de junho de 1986. Local. p.04; [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

BRADESCO – Licitação. Jornal Folha de São Paulo. Domingo, 24 de março de 1996. [Arquivo digital Folha de São Paulo]

BRIGUGLIO, Nunzio; BITTAR, João. Especial: A última fronteira. Isto É. 22 de abril de 1981. Nº. 226. p.38-46. [Arquivo particular meu]

CABEÇA, ex-vice-rei do garimpo. RDM: O Brasil do Futuro passa aqui. Ano III. nº 23, 2002. p.12-13 [Arquivo particular de Eliezo Lopes Carvalho]

CAFÉ Paraventi: escolhido grão por grão. Folha da Noite: São Paulo. Terça-feira, 30 de maio de 1939, p.07 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

CALS intervém contra a expulsão de garimpeiro. Folha de São Paulo. Terça-feira, 26 de abril de 1983. Nacional – Exterior. p.06 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

CARTA do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinha organizada e desenhada no serviço de conclusão da carta de Mato Grosso, do Ministério de Guerra – Estado Maior do Exército sob a direção geral do General Candido Mariano da Silva Rondon e direção gráfica executiva do General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, ano de 1952. Exposta no Arquivo Público de Mato Grosso é possível acessá-la também na Biblioteca Nacional. [Arquivo Público de Mato Grosso]

CARTA/MANIFESTO. Comunidade Novo Cruzeiro/Pista do Cabeça. Assinada pelo Presidente da Associação Comunitária Novo Cruzeiro Pedro Lopes da Silva. 2p. s/d [Arquivo particular de Pedro Lopes da Silva]

CORRÊA, Américo. Conflito agrário: Invasões criaram um quadro de tensão e expectativa no Estado. Diário de Cuiabá. Cuiabá, domingo, 17 de setembro de 1995. Cidades – B1.

CENA de Garimpo, do pintor Emiliano Di Cavalcanti, de 1957 (óleo sobre tela). [Acervo do Museu Mineiro]

COMPRAS de ouro doam veículos a PM. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 24 a 31 de janeiro de 1987. Capa e p.05 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

COMUNIDADE Novo Cruzeiro em Notícias. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 28 de fevereiro de 1986. p.07 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

CONCORRÊNCIA Intermat AP/007/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 10 de janeiro de 1986. p.19 [Arquivo digital Diário Oficial]

CONCORRÊNCIA Intermat AP/007/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 13 de janeiro de 1986. p.17 [Arquivo digital Diário Oficial]

CONCORRÊNCIA Intermat AP/007/87. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 28 de janeiro de 1987. p. 23 [Arquivo digital Diário Oficial]

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1998 e Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [Arquivo digital do Planalto]

CONTRABANDO do ouro, envolve cocaína, mortes e violência. Folha de São Paulo: domingo, 4 de maio de 1980. Nacional. 1º Caderno. p.09 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

CONTRATO de compra e venda da posse de terra em nome de Agnaldo Felix da Silva e José Leão de Souza. Novo Cruzeiro, 25 de fevereiro de 1985. [Arquivo particular de Agnaldo Felix da Silva]

DANTE denuncia Cals, por causa do Garimpo do Cabeça. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de abril de 1985. p.3 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

DANTE pede intervenção da PF em garimpo do MT. Folha de São Paulo. Terça-feira, 26 de agosto de 1986. Política –p.04 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

DECISÃO judicial divide área entre mineradoras e garimpeiros. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 09 a 15 de novembro de 1986. Capa e p. 03

DECISÃO/LIMINAR do Juiz: Garimpeiros ficam com a maior parte. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 09 a 15 de novembro de 1986. p. 03; [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

DECLARAÇÃO de Ocupação. Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat). Cuiabá – MT, 27 de julho de 2014 [Arquivo particular de Pedro Lopes da Silva]

DEGOLARAM cidadão em Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 13 de setembro de 1979. Número 2841. Ano XI. Capa. [Arquivo Público de Mato Grosso]

DENÚNCIAS de violência em Apiacá são confirmadas por ex-policial. Jornal do Dia. Cuiabá, 05 de abril de 1986. Local - p. 05 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

DEPUTADOS e secretário de segurança visitaram Alta Floresta. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá: 15 de setembro de 1979. Número 8305. Ano XLI. Capa [Arquivo Público de Mato Grosso] [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

DEPUTADOS e secretário de segurança visitaram Alta Floresta. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 15 de setembro de 1979. Número 8305. Ano XLI. p. 08 [Arquivo Público de Mato Grosso] [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

DESMATAMENTO e garimpo destroem os rios brasileiros. Folha de São Paulo. Domingo, 09 de agosto de 1987. Cidades - p. 29 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

DNPM quer “negociar” uma saída para garimpo em MT. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 27 de abril de 1983. Nacional - Exterior – p. 08 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

DNPM: Parecer técnico sobre o “Cabeças”. Correio Várzea-grandense. Municipalismo. Várzea Grande – MT. De 21 a 27/04/85. p. 09 [Arquivo particular de Eliezo Lopes Carvalho]

EM ALTA FLORESTA, uma história de ouro e sangue. O Estado de São Paulo, 01 de abril de 1982. p. 34 [Arquivo digital O Estado de São Paulo] [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

EM MT, despejo de garimpeiros. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 13 de abril de 1983. Economia. p. 19 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

ESTADO aplica recursos na melhoria de estradas. Jornal do Dia. Cuiabá, 20 de abril de 1984. Geral - p. 05 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

EXISTE uma solução. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 09 de setembro de 1979. Número 2838. Ano XI. Editorial: p. 02 [Arquivo Público do Estado de Mato Grosso]

EXTRATO ao Termo Aditivo nº 043/84 - P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 14 de setembro de 1984. p. 2 [Arquivo digital do Diário Oficial]

EXTRATO ao Termo Aditivo T.A. nº 064-A/84 - P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 28 de dezembro de 1984. p. 62 [Arquivo digital do Diário Oficial]

EXTRATO de Termo Aditivo nº 001/87-P.JU ao Instrumento Contratual nº 123/85-P.JU T.A 001/87. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 25 de março de 1987. p. 15 [Arquivo digital do Diário Oficial]

EXTRATO de Termo Aditivo nº 001/87-P.JU ao Instrumento Contratual nº 123/85-P.JU T.A 001/87. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 25 de março de 1987. p.15 [Arquivo digital do Diário Oficial]

EXTRATO do Instrumento Contratual nº 123/85-P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 16 de agosto de 1985. p. 16 [Arquivo digital do Diário Oficial]

EXTRATO do Instrumento Contratual nº 136/83-P.JU. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 20 de fevereiro de 1984. p. 08 [Arquivo digital do Diário Oficial]

FARID, Luiz Herinque [et. al]. Preliminary diagnosis of the environmental impacts caused by gold prospecting in Alta Floresta/MT – a case study. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992. [Arquivo digital CETEM]

FAZENDEIRO mantinha mais de 80 lavradores em regime de escravidão. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 28 de junho de 1986. Policial, p. 08 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional] [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

FAZOLO, Felipe; SILVA, Raiane Vitoria C. da. A Depressão na Adolescência. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. Professor orientador: Irio Junior Bernich. [Arquivo da Escola Estadual Rodrigues Alves]

FERREIRA, Neil. Ouro na Amazônia III –Jacareacanga, depois das revoltas veloso, passa à 3ª fase da vida agitada. Folha de São Paulo. São Paulo – Quinta-feira, 12 de abril de 1961. Capa. [Arquivo digital Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Ouro na Amazônia IV – A Beira: limite entre a esperança de ficar rico e o ouro misturado na lama. Folha de São Paulo. São Paulo – Sexta-feira, 14 de abril de 1961. Capa [Arquivo digital Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Ouro na Amazônia (conclusão) – Garimpeiro diz que homem do garimpo é pau de dar em doido: não quebra nunca. Folha de São Paulo. São Paulo – Sábado, 15 de abril de 1961. Capa [Arquivo digital Folha de São Paulo]

FIGUEIREDO decidirá fim do garimpo em Serra Pelada. Folha de São Paulo. Quinta-feira, 21 de abril de 1983. Economia. p. 18 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

GARIMPEIRO denuncia PM de Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 29 de agosto de 1979. Número 2831. Ano XI. Capa [Arquivo Público de Mato Grosso]

GARIMPEIRO desaparece misteriosamente em Apiacás. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 31 de março de 1986. Capa [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

GARIMPEIROS no Rio, do artista plástico Candido Portinari, de 1937 [Arquivo do Repósito Institucional UFSC]

GARIMPEIROS quer o fim da violência na Porto Estrela. Jornal do Dia. Cuiabá, 23 de janeiro de 1986. Local - p.06 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

GARIMPEIROS reiteram acusações à Polícia. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 20 de setembro de 1979. Número 2846. Ano XI. Capa. [Arquivo Público de Mato Grosso]

GARIMPEIROS sofrem ameaças no Novo Planeta. Jornal do Dia. Cuiabá, 23 de janeiro de 1986. Capa [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

GARIMPEIROS voltam a acusar Ariosto da Riva. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 20 de setembro de 1979. Número 2846. Ano XI. p. 07 [Arquivo Público de Mato Grosso]

GARIMPEIROS. Jornal do Dia. Cuiabá, 02 de abril de 1986. Política - p. 03 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

GARIMPO do Cabeça sem alvará. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de outubro de 1984, p. 05 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

GARIMPO do Cabeça. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de outubro de 1984. Papo de Esquina - p. 05 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

GARIMPO do Cabeça. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Segunda quinzena de março de 1985. n° 16. Ano 1. Capa [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

GARIMPO do Cabeça: Comissão foi ao Ministro. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de abril de 1985. n° 17, Ano 1. Capa [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos] [Arquivo particular de Eliezo Lopes Carvalho]

GARIMPO jogou 798kg de mercúrio. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 10 de junho de 1988. Especial p. 03 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

GARIMPO no MT tem 6,5 mil dragas paradas. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 28 de março de 1990. Economia p. B3 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

GARIMPO São Benedito: Vem aí mais uma “TACA”? Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 28 de fevereiro de 1986. Capa [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

GARIMPO. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 22 de junho de 1988. Cidades - Educação e Ciência p. A-15 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

GARIMPO: Violência é Denunciada. O Estado de São Paulo: 11 de setembro de 1979. p.11 [Arquivo digital O Estado de São Paulo] [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

GARIMPOS estão sob controle da Defesa Civil. Folha de São Paulo. Sábado, 31 de março de 1990. Economia p. B10 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

GARIMPOS usam 120t de mercúrio por ano. Folha de São Paulo. Domingo, 24 de setembro de 1989. Especial p. 5 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

GLEBA Jacaminho. Jornal do PPS Região Norte. Ano I. Edição 1. Junho de 1998. p. 03 [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

GLEBA pode estar sendo alvo de “grilo”. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 23 de agosto de 1995. Cidades. p. B1A [Arquivo Público de Mato Grosso] [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

GILSON Barros reitera pedido a Cesar Cals. Jornal do Dia. Cuiabá, 14 de outubro de 1984. Geral - p. 04 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

GOVERNADOR afirma: ‘Policiais cobravam cotas de garimpeiros’. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 25 a 31 de agosto de 1986. Capa e p. 03 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

GOVERNADOR do MT diz que enviou comissão a Apiacás. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 27 de agosto de 1986. Política – Exterior p. 15 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

GOVERNO no MT decreta emergência no garimpo. Folha de São Paulo. Quinta-feira, 29 de março de 1990. Economia/Mortes p. B6 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

GRUPO Zé Arara, a nova opção em compra de ouro. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 25 a 31 de julho de 1987. p. 04-05 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

GRUPO Zé Arara: compra-se ouro. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Segunda quinzena de outubro de 1984. p. 04 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

HOMEM foi degolado em Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 13 de setembro de 1979. Número 2841. Ano XI. p. 09 [Arquivo Público de Mato Grosso]

INAUGURANDO obras, Júlio despede-se do Governo. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Maio de 1986. Edição Especial. p. 03 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

ÍNDIOS gigantes terão reserva. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 06 de dezembro de 1972. p. 06 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

INSTRUMENTO particular de contrato de comodato rural. Alta Floresta, 29 de agosto de 2014. [Arquivo particular de Pedro Lopes da Silva]

INTEGRAÇÃO Social III. Suplemento Especial. Jornal do Dia. Cuiabá, 23 de dezembro de 1984. 24p. [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

INTERMAT e polícia desativam barreira feita por pistoleiros. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 25 de julho de 1986. Ano 47. Número 10361. Polícia - p. 07 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

INVESTIGAR. Jornal do Dia. Cuiabá, 05 de abril de 1986. Política - p. 03 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

JOÃO Teixeira denuncia massacre no garimpo Jaruana. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 10 a 17 de junho de 1987. Capa e p. 08 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

JOÃO Teixeira denuncia Multi. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Segunda quinzena de novembro de 1984. s/p [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

KOTCHO, Ricardo. Uma Chaga do ouro na selva. Folha de São Paulo, 18 de dezembro de 1983. Capa. [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. A dura realidade dos sonhos de riqueza. Folha de São Paulo, 18 de dezembro de 1983. p. 26 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Adeus, em abril começa tudo de novo. Folha de São Paulo, 22 de dezembro de 1983. p. 22 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Amor e miséria na gangorra da fortuna. Folha de São Paulo, 19 de dezembro de 1983. p. 15 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Curió abre fogo contra a mecanização. Folha de São Paulo, 24 de dezembro de 1983. p. 14 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Manhã na vida de bamburrados e blefados. Folha de São Paulo, 20 de dezembro de 1983. p. 21 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. O dia em que Rita Cadillac parou o garimpo. Folha de São Paulo, 21 de dezembro de 1983. p. 18 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Sem o capital do ouro. Folha de São Paulo, 23 de dezembro de 1983. p.18 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Uma chaga de ouro na Selva. Folha de São Paulo, 18 de dezembro de 1983. Capa [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

LADRÕES roubam 20KG de ouro da Porto Estrela. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 30 de setembro de 1985. p. 03 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

LADRÕES roubam Compras de Ouro. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 03 a 10 de março de 1987. p. 03 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

LEI nº 010/89. Altera a redação do artigo 1º da Lei Municipal nº 009/08, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte. 14 de abril 1989. [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

LEI nº 021/89 de 08 de novembro de 1989. Cria no Município de Nova Canaã do Norte, o Distrito União da Serra. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 07 de dezembro de 1989. p. 27 [Arquivo digital Diário Oficial]

LEI nº 4.997 de 13 de maio de 1986. Cria o Município de Nova Canaã do Norte, desmembra dos Municípios de Colíder e Diamantino. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 13 de maio de 1986. p. 06 [Arquivo digital Diário Oficial]

LEI nº 6.389 de 28 de dezembro de 1993. Incorpora ao Município de Alta Floresta e área territorial pertencente ao município de Nova Canaã do Norte e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 28 de dezembro de 1993. Capa. [Arquivo digital Diário Oficial]

LISTA de Fundadores da Associação Comunitária de Novo Cruzeiro do Norte. Município de Nova Canaã do Norte, Comarca de Colíder, Estado de Mato Grosso. Livro Ata, 20 de outubro de 1988. p. 29-31. [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

MAIS uma compra de ouro para servir a região. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 24 a 31 de janeiro de 1987. p. 05 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

MAPA. Área Comunitária: Cidade Novo Cruzeiro. Município de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso. Responsável técnico Minoru Hoshikawa. 05 de maio de 1988. [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

MARIANO, Jair. Jornal do PPS Região Norte. Ano I. Edição 1. Junho de 1998. Capa [Arquivo particular de Reginaldo Luiz da Silva]

MARQUES, Marcia. Violência é rotina em garimpo de ouro no MT. Folha de São Paulo. Domingo, 19 de junho de 1988. Cidades - p. A-2 [Arquivo da Folha de São Paulo]

MARTINS, Edison. Miséria em Jari mata ilusões de cinco mil peões. Jornal do Brasil. Segunda-feira, 29 de abril de 1974. 1º Caderno. Nacional, p. 07 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

MARTINS, Edison. Miséria em Jari mata ilusões de cinco mil peões. In: Amazônia, a última fronteira. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1980. p. 57-68 [Arquivo particular meu]

MASSACRE de Garimpeiro na área da Indeco-MT. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Goiânia, 06 de dezembro de 1979. [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

MEIO ambiente é preservado em Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 02 de janeiro de 1986. p.02 [Arquivo digital do Diário Oficial]

MERCÚRIO causa “tragédia” na Amazônia, diz estudo. Folha de São Paulo. Sábado, 27 de maio de 1989. Cidades-Mortes p. C-03 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

METAL Nobre, a mais nova compra de ouro da região. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 16 a 28 de fevereiro de 1986. Capa [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

MIL garimpeiros buscam abrigo em Itaituba. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 28 de março de 1990. Economia p. B3 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

MINERADORA e Polícia causam terror em Nova Apiacá. Jornal do Dia. Cuiabá, 02 de abril de 1986. Estado - p.05 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

MINERADORA interdita estrada e mantém segurança paramilitar. Jornal do Dia. Cuiabá, 29 de junho de 1985. Geral – p. 06 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

MINERADORA que persegue garimpeiro doou carro à polícia. Jornal do Dia. Cuiabá, 05 de abril de 1986. Polícia - p. 06 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

MINERADORA tenta expulsar garimpeiros em Guarantã. Jornal do Dia. Cuiabá, 09 de abril de 1986. p. 05 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

MINISTÉRIOS vão analisar situação ambiental nos garimpos até 90. Folha de São Paulo. Sábado, 27 de maio de 1989. Cidades-Mortes p. C-03 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

MORTE de 300 garimpeiros é negada pelo DNPM de Goiás. Cinco de Março, de 10 a 16 de dezembro de 1979. p. 05-06. [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

MOTTA, Marcia. Palestra A utopia dilacerada: o Golpe de 1964 e o Estatuto da Terra. Promoção do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais (PPGH) e o Grupo de Pesquisa em História e Poder. Realizada no dia 06 de julho de 2018 no Auditório Tribunal do Júri no Campus da Unioeste de Marechal Cândido Rondon.

MUNICÍPIOS receberão visitas do Governador. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 1986. p. 02 [Arquivo digital do Diário Oficial]

NA CÂMARA, Maçao pede a reativação do Prodepan. Jornal do Dia. Cuiabá, 19 de maio de 1985, p. 06 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

NO MT, prefeito teme ação contra os garimpeiros. Folha de São Paulo. Quarta-feira, 20 de abril de 1983. Nacional – Exterior. p. 08 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

NOTÍCIAS falsas. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de junho de 1985. p. 02 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

NOVO Planeta contará com recursos sociais do Governo Carlos Bezerra. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 17 a 31 de maio de 1987. p. 08 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

O CLARÃO da indústria. Edição Especial: Um novo Brasil - Amazônia. Manchete, fevereiro de 1973. p.170 [Arquivo particular meu]

PORTINARI, Candido. GARIMPO. Arte de 1938. [Acervo Palácio Gustavo Capanema]

RDM: O Brasil do Futuro passa aqui. Ano III. nº 23, 2002. [Arquivo particular do Eliezo Lopes Carvalho]

O GARIMPEIRO. Cuiabá: Ano I, número 1, dezembro de 1982. Revista editada por A.L. Ramalho. [Arquivo particular do Eliezo Lopes Carvalho] [Arquivo particular de Sergio Andrade via Junio Garcia]

O PAÍS de São Saruê dirigido por Vladimir Carvalho, de 1971. [Arquivo de Alisson Gomes Callado no youtube]

O POLICIAL. Cuiabá: Ano I, número 3, agosto de 1980. Revista editada por A.L. Ramalho. [Arquivo particular do Eurípedes Texeira via Leozil Ribeiro de Moraes Junior]

O POLICIAL. Cuiabá: Ano II, número 5, julho de 1981. Revista editada por A.L. Ramalho. [Arquivo particular de Sergio Andrade via Junio Garcia]

O TESOURO da Serra Pelada. Folha de São Paulo: São Paulo, de 17 a 19 de agosto de 1980. [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

OFÍCIO escrito pelo deputado federal José Ferreira Martins para o Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Ival Barreto. Câmara dos Deputados. Brasília, 7 de novembro de 1984. [Arquivo particular do Eliezo Lopes Carvalho]

OS GARIMPEIROS sofrem as consequências. Jornal do Dia. Cuiabá, 11 de março de 1986. Opinião/Política - p. 02 [Arquivo digital Biblioteca Nacional]

OURO na Amazônia, publicada na Folha de São Paulo: São Paulo, de 11 de abril a 15 de abril de 1961 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

PASTORAL confirma mortes em MT. O Estado de São Paulo, 07 de dezembro de 1979. p. 11 [Arquivo digital O Estado de São Paulo] [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

PASTORAL da Terra condena caso de escravidão branca. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 22 de setembro de 1979. p. 07 [Arquivo Público de Mato Grosso]

PEREIRA, Peterson. Criada reserva de garimpo em Alta Floresta. Folha de São Paulo, 06 de maio de 1983. p. 24 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Termina, em Serra Pelada, a garimpagem individual. Folha de São Paulo. Domingo, 17 de abril de 1983. Economia. p. 40 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

Pesquisa impressiona as autoridades do meio ambiente. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 01 de julho de 1987. p. 03 [Arquivo digital Biblioteca Nacional]

PINHEIRO, Luiz Salgado. Na selva, mais uma corrida de ilusão. Estado de São Paulo, quinta-feira, 8 de fevereiro de 1979. p. 27 [Arquivo digital O Estado de São Paulo]

\_\_\_\_\_. Na selva, mais uma corrida de ilusão. Estado de Mato Grosso, sábado, 10 de fevereiro de 1979. p.02 [Arquivo digital Biblioteca Nacional]

PISTA do Cabeça. Jornal da Cidade de Alta Floresta. Primeira quinzena de outubro de 1984, p. 05 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

PISTA do Cabeça: Sem-terra passam fome em acampamento no meio do mato. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 22 de fevereiro de 1996. [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

PM realiza policiamento ostensivo. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 01 a 15 de fevereiro de 1986. p. 03 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

PM redobra arbitrariedade no garimpo de Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 04 de setembro de 1979. Número 2835. Ano XI. p. 13 [Arquivo Público de Mato Grosso]

PM-MT acusada de ajudar a expulsar garimpeiros. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 29 de agosto de 1986. Política - Exterior – p. 10 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

POLÍCIA de MT prevê mais de 50 inquéritos no garimpo. Folha de São Paulo. Quinta-feira, 04 de setembro de 1986. Política –p. 04 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

POLÍCIA faz e desfaz em Alta Floresta. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 29 de agosto de 1979. Número 2831. Ano XI. p. 05 [Arquivo Público de Mato Grosso]

POLÍCIA investiga morte de garimpeiros em Apiacás. Jornal do Dia. Cuiabá, 27 de agosto de 1986. Polícia - p. 06 [Arquivo digital Biblioteca Nacional]

POLÍCIA já investiga crimes em Apiacás. Jornal do Dia. Cuiabá, 28 de agosto de 1986. Capa [Arquivo digital Biblioteca Nacional]

POLICIAIS já estão na região de Apiacás apurando mortes. Jornal do Dia. Cuiabá, 28 de agosto de 1986. Polícia - p. 06 [Arquivo digital Biblioteca Nacional]

PORTARIA nº 232/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 17 de dezembro de 1985. p. 19-20. [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 025/99: Gleba Jacaminho I – Arrecadação das terras devolutas. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 18 de fevereiro de 1999. p. 03 [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 062/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 14 de fevereiro de 1986. p. 07 [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 203/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 05 de dezembro de 1985. p. 34-35. [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 221/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 17 de dezembro de 1985. p. 19. [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 244/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 02 de janeiro de 1986. p. 14 [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 245/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 02 de janeiro de 1986. p. 14-15 [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 246/85. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 02 de janeiro de 1986. p. 15-16 [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 91/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 10 de dezembro de 1986. p. 17 [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 91/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 28 de fevereiro de 1986. p. 16 [Arquivo digital Diário Oficial]

PORTARIA nº 978/95: Gleba Jacaminho II – Arrecadação das terras devolutas. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 25 de setembro de 1995. p. 08 [Arquivo digital Diário Oficial]

PROBLEMAS Ambientais atingem território brasileiro. Folha de São Paulo. Sexta-feira, 10 de junho de 1988. Especial p. 02 [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

PROCESSO de autorização de pesquisa de ouro no local denominado Bacia Hidrográfica do Rio Branco, Município de Aripuanã - Mato Grosso. Interessado: Cami-Cia Amazonense de Minério. Processo: 816.689/70. 101p [Acervo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional]

PROCESSO de solicitação de pesquisa de ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro Novo, Município de Diamantino - Mato Grosso. Interessado: Eliezo Lopes Carvalho. Processo: 860.330/82. 17p. [Acervo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional]

PROCESSO de solicitação de pesquisa de ouro no local entre os Apiácas e Ximari, Município de Aripuanã - Mato Grosso. Interessado: Vicente da Riva. Processo: 860.024 /79. p.23-29 [Acervo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional]

PROCURAÇÃO. Goiânia, 19 de fevereiro de 1982. Processo de solicitação de pesquisa de ouro no local denominado Garimpo Cruzeiro Novo, Município de Diamantino no estado de Mato Grosso. Interessado: Eliezo Lopes Carvalho. Processo: 860.330/82. p.16 [Acervo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional]

PROJETO de Lei nº 117/88. Autor Osvaldo Paiva. Estado de Mato Grosso. Assembleia Legislativa. Sala da Sessões, 04 de agosto de 1988. [Arquivo particular de Agnaldo Felix da Silva]

PROJETO Estudo dos Garimpos Brasileiros – Estado de Mato Grosso executado pelo CPRM e coordenado pelo DNPM. Relatório Anual, 1982. 117p. [Arquivo DNPM]

PROJETO Estudo dos Garimpos Brasileiros. Subprojetos: Alta Floresta e Alto Paraguai -MT. Relatório de CPRM e DNPM, junho de 1982. 17p. [Arquivo digital CPRM]

PROVIDÊNCIAS Cabíveis. Jornal do Dia. Cuiabá, 24 de agosto de 1986. Opinião/Geral - p.02 [Arquivo digital Biblioteca Nacional]

QUEDA na cotação do ouro paralisa garimpo. Folha de São Paulo. Terça-feira, 27 de março de 1990. Economia p. B4; [Arquivo digital da Folha de São Paulo]

RANGEL Compra de Ouro. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 17 a 31 de maio de 1987. p. 08 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

REIS, Josinei; FONSECA, Kennedy Rafael Ramos da; SILVA, Maria José Correia da. Sustentabilidade através da produção de farinha. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. Professora orientadora: Geane Aparecida Rodrigues. 06p. [Arquivo da Escola Estadual Rodrigues Alves]

RELATÓRIO de Vistoria nos Municípios de Nova Bandeirante, Alta Floresta e Marcelândia. Estado de Mato Grosso. Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT. Cuiabá-MT. 30 de junho de 1995. 6p. [Arquivo particular de Pedro Lopes da Silva]

RELATÓRIO do governo de Frederico Carlos Soares Campo (1979-1982). Mato Grosso - Pós Divisão. Trabalho executado pela equipe técnica da Fundação de Pesquisa Cândido Rondon (FCR) vinculado ao Gabinete de Planejamento e Coordenação do Estado. s/d. p. 122 [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

RELATÓRIO do governo de Frederico Carlos Soares Campo (1979-1982). Mato Grosso - Pós Divisão. Trabalho executado pela equipe técnica da Fundação de Pesquisa Cândido Rondon (FCR) vinculado ao Gabinete de Planejamento e Coordenação do Estado. 412p. s/d [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

RELATÓRIO Final. Diagnóstico das Atividades Mineradoras na Bacia do Rio Teles Pires. Companhia Matogrossense de Mineração – Metamat. Dezembro de 1994. p.117-118 [Arquivo digital Metamat]

RELATÓRIO Paranaíta-Indeco. Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15 de novembro de 1979 – MT. [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino].

RELATÓRIO sobre a atuação do setor público. Governo do Estado de Mato Grosso. Poder executivo: Governador Júlio Campos e Vice-governador Wilmar Peres da Silva, 1985. p. 122. [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

RESENDE, Wanderlei Magalhães de (org). Diagnóstico das atividades mineradoras da bacia do Teles Pires: Um Resumo. Prodeagro-Fema-Metamat. Cuiabá, junho de 1995. [Arquivo digital Metamat]

RESOLUÇÃO nº117/92. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 06 de novembro de 1992. p. 20. [Arquivo digital Diário Oficial]

RESULTADO da Concorrência Intermat AP/007/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 19 de dezembro de 1986. p. 20 [Arquivo digital Diário Oficial]

RESULTADO da Concorrência Intermat AP/007/87. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 09 de março de 1987. p. 18 [Arquivo digital Diário Oficial]

RESULTADO da Concorrência Intermat AP/133/86. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 21 de janeiro de 1987. p. 17 [Arquivo digital Diário Oficial]

RESULTADO da Tomada de Preços nº 039/83. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 21 de dezembro de 1983. p. 07 [Arquivo digital Diário Oficial]

RESULTADO Tomada de Preços nº 015/85. Secretaria de Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso — DERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 20 de março de 1985. p. 22 [Arquivo digital Diário Oficial]

ROCHA, Augusto. Dias de Massacre. Porto Alegre. Coojornal, junho de 1980. p. 20-21. [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

RUSCHEJNSKY, Aloísio. O roubo do ouro. Quinta-feira, 13 de setembro de 1979. [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

SÁ SALLES, Júlia Eduarda de; SILVA, Ranieli Moreira da. Agricultura familiar no Assentamento Jacamim. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. Professora orientadora: Irailde Gomes Vieira dos Santos. 06p. [Arquivo da Escola Estadual Rodrigues Alves]

SÁ SALLES, Miguel de; SILVA, Jardelson Damaceno; DALLAZEN JUNIOR, Paulo S. Sustentabilidade com gado leiteiro no Assentamento Jacamim. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. Professor orientador: Pedro de Lima. 05p. [Arquivo da Escola Estadual Rodrigues Alves]

SALOMÃO, Elmer Prata. Apresentação. Sumário Mineral. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília, v.11, 1991. [Arquivo particular meu]

SARMENTO, Luiz Carlos; GIL, Pinheiro. Garimpos de Alta Floresta: A nova febre do ouro. Manchete. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1988. p. 52 [Arquivo particular meu]

SARNEY assina decreto proibindo uso de mercúrio por garimpeiros. Folha de São Paulo. Sábado, 14 de fevereiro de 1989. Cidades p. C-3 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

SEM-TERRA ocupam área no Nortão. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 18 de janeiro de 1996. Número 8156. Ano XXVIII. Cidades. Capa [Arquivo Público de Mato Grosso]

SERTANISTAS se aproximam das Aldeias dos Gigantes. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 17 de abril de 1972. p. 06 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

SILVA JÚNIOR, José Nilton da; SANTOS Kleiton Charles Silva dos. Uso Inadequado do celular em sala de aula. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. Professora orientadora: Claudielaine Nogueira de Oliveira. 12p. [Arquivo da Escola Estadual Rodrigues Alves]

SILVA, Caio Lucas Fernandes da; ARAUJO, Weslei de Jesus. Jornal Local. Feira de Conhecimento da Escola Estadual Rodrigues Alves: Assentamento Jacamim; Alta Floresta/MT, 2019. Professora orientadora: Paula Cristina Feitosa Fazolo. 11p. [Arquivo da Escola Estadual Rodrigues Alves]

SILVA, Colemar; LUCIO, Ivaldo. Alta Floresta terra onde o sangue do garimpeiro é usado para irrigar a terra. Fatos Populares. Goiânia: 15 a 21 de setembro de 1979. p.12. [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]

SITUAÇÃO em Peixoto de Azevedo e Alta Floresta preocupa sindicato. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 31 de maio a 01 de junho de 1986. Local. p. 04 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

SUMÁRIO Mineral. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília, v.11, 1991. [Arquivo particulat meu]

TABELA dos Projetos de Assentamentos do Estado de Mato Grosso Administrados pelo Intermat. Diretoria Agrária/INTERMAT - março de 2018. [Arquivo digital do Intermat]

BRASIL. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico: VIII Recenseamento Geral – 1970. Fundação IBGE: Rio de Janeiro, 1971. p.29 [Arquivo digital IBGE]

TENSÃO e Pânico em Apiacás. Jornal da Cidade de Alta Floresta. 08 a 14 de setembro de 1986. Capa e p. 03 [Arquivo do Jornal da Cidade] [Biblioteca Municipal Doutor Rui Ramos]

TESTE aponta intoxicação por mercúrio no garimpo. Folha de São Paulo. Terça-feira, 26 de junho de 1990. Cidades p. C5 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

UM milhão de pessoas ficam expostas ao mercúrio no país. Folha de São Paulo. Sábado, 27 de maio de 1989. Cidades-Mortes p. C-03 [Arquivo digital Folha de São Paulo]

UM problema antigo e de difícil solução. Jornal do Dia. Cuiabá, 23 de janeiro de 1986. Opinião/Política - p.02 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

VIEIRA, José. Alta Floresta: Intermat pode regularizar a situação de sem-terra. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 11 de agosto de 1994. Cidades. p. B5 [Arquivo Público de Mato Grosso]

\_\_\_\_\_. Bioquímico diz ser dono de Novo Cruzeiro. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 23 de agosto de 1995. Cidades. p.B1 [Arquivo Público de Mato Grosso]

\_\_\_\_\_. Sem-terra: 150 famílias ocupam área na Pista do Cabeça e o clima é de tensão. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 18 de janeiro de 1996. Número 8156. Ano XXVIII. Cidades. p. B4 [Arquivo Público de Mato Grosso]

VIOLÊNCIA mata 300 garimpeiros. Jornal do Brasil, domingo, 9 de dezembro de 1979. 1º Caderno. p. 32 [Arquivo digital da Biblioteca Nacional]

VISÃO de futuro para o Assentamento Jacaminho. S/d. [Arquivo particular de Pedro Lopes da Silva]

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ABREU, João Capistrano de. (1907). **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

BARROZO, João Carlos. **Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino**. EdUFMT; Editora Tanta Tinta, 2007.

BATISTA, Eike. **O X da questão**. Colaboração de Roberto D'Avila. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

BOXER, Charles Ralph (1962). **A idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 1ª ed. Tradução de Nair de Lacerda e prefácio de Carlos Rizzini. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

CATHARINO, José Martins. **Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem (Chapada Diamantina, Bahia)**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1º ed, 1986.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.** Cad. AEL, v.14, n.26, 2009. p.15-45

DORNAS FILHO, João. **O ouro das Gerais e a civilização da capitania.** 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

DOURADO, Nileide Souza (org). **Catálogo de Documentos sobre a Concessão de Lavras de Minérios em Mato Grosso 1969-1986.** Processos do DNPM/MT: EdUFMT, 2009.

FILHA MACÊDO, Maurides Batista. **Mito e Sobrevivência no Garimpo: A cidade de Baliza (1922-1960).** Tese em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1972.

FREYRE, Gilberto. (1933). **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde.** Dissertação de Mestrado-Universidade Estadual de Campinas. 1986.

\_\_\_\_\_. **Grupiaras e Monções: garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do século vinte.** Tese em História – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cidades da mineração: memórias e práticas culturais Mato Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

GUIMARÃES, Bernardo. **O garimpeiro.** (1872). Editora Ática S.A.: São Paulo, 1991

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1960). **Mineração: antecedentes luso-brasileiros e Metais e pedras preciosas.** In: **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo I, Vol. II. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-Reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

JATENE, Heliana da Silva. **Reabertura da Fronteira sob controle: a colonização dirigida de Alta Floresta.** Dissertação em História – Unicamp. Belém, 1983.

KOTSCHO, Ricardo. **Serra Pelada: uma ferida aberta na selva.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LESTRA, Alain Daniel; NARDI, José Inácio. **O ouro da Amazônia Oriental: o mito e a realidade.** Belém, Grafisa, 1982.

LIMA, Maria Arlinda da Silva. **Garimpo e ocupação territorial: efeitos sociais provocados pela atividade garimpeira em Peixoto de Azevedo/MT (1978 – 1990).** Dissertação em História - Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2009.

LIMA, Oliveira (1911). **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2012.

LOBATO, Monteiro (1924). **O garimpeiro do Rio das Garças**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **O Negro e o Garimpo em Minas Gerais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1943.

MARCONI, Maria de Andrade. **Garimpos e Garimpeiros em Patrocínio Paulista**. 1ª ed. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência: a questão política do campo**. Editora Hucitec: São Paulo, 1980.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARX, Karl (1867). **O capital: crítica da economia política**. Volume I. Tomo 2. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATHIS; Armin; REHAAG, Regine. **Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental na Amazônia**. Graficentro: Belém, 1993.

MELLO E SOUZA, Laura de. (1982). **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MIRANDA, Jocy Gonçalo de. **A produção de ouro no Estado de Mato Grosso**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP: [s.n.] 1997.

MOURA, Salvador Tavares de. **Serra Pelada: experiências, memórias e disputas**. Dissertação em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2008.

PARRELA, Ivana Denise. **O teatro das desordens: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu (1768-1800)**. Dissertação em História – Universidade Federal de Minas Gerais: Minas Gerais, 2002.

\_\_\_\_\_. **O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino (1768-1800)**. São Paulo: Annablume, 2009; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do sangue**. Editora Hucitec: São Paulo, 1980.

PINTO, Virgílio Noya. (1972). **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

\_\_\_\_\_. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da História Oral**. Fundação Getúlio Vargas: Brasil, 1998. p. 103-130.

\_\_\_\_\_. Forma e Significado da Representação Histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (KENTUCKY: 1931, 1941). **História e Perspectivas**. Uberlândia (39): 181-217, jul.dez.2008.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

\_\_\_\_\_. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. A mineração e a ocupação do centro-sul. In: **História econômica do Brasil (1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.49-58

\_\_\_\_\_. Mineração. In: **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.177-194

RIBEIRO, José Donizetti. **Terra e garimpos: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização: Alta Floresta-MT (1978-1983)**. Dissertação em História - Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2001.

ROCHA, Gerônimo Albuquerque (org). **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Editora Marco Zero, 1º ed. 1984.

ROSA, Rosane Duarte. **A constituição da escola como um espaço de formação do colono junto aos projetos de colonização do norte mato-grossense: Alta Floresta 1976 a 1996**. Dissertação. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 1999.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera. **Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico**. Revista Brasileira de História. São Paulo, nº6, 1983. p.129-149

SANTOS, Adriana Gomes. **Garimpeiros, quando a “Cobra tá fumando”: condições de vida e trabalho nos garimpos de Roraima (1975-1991)**. Dissertação em História. Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2013.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio (Província de Minas Gerais) (1862)**. Livraria Castilho: Rio de Janeiro, 1924.

SANTOS, Júlio Cesar dos. **Garimpos de Juína: entre história, relatos e memórias (1986-1994)**. Dissertação em História - Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2012.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De heróis a vilões: imagem e autoimagem dos colonos da Amazônia Mato Grossense.** Tese em Política e Gestão Ambiental. Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999. p.58

SILVA, Núbio Vicente da. **O Garimpo no Vale do Araguaia na década de 90: Mitos, Representações e Imaginário.** Dissertação em História - Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiás, 2011.

STUCHI, Francisco Forte. **A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): História Indígena e Etnoarqueologia.** Dissertação. Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

TAFNER JUNIOR, Armando Wilson. **Expansão da fronteira agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia.** Tese. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.125

VARUSSA, Rinaldo José. **Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho.** In: MACIEL; ALMEIDA E KHOURY (org). *Outras histórias: memórias e linguagens.* São Paulo: Olho d' Água, 2006. p.102

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZOLA, Émile. **Germinal.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.